

João Vasconcelos Costa

UTOPIA HOJE

Para a invenção do futuro



João Vasconcelos Costa

UTOPIA HOJE

Para a invenção do futuro

Utopia Hoje – Para a invenção do futuro
João Vasconcelos Costa

Ilustração da capa: Joana Toste ©

À Filomena, a minha grande interlocutora, em relação intensa e funda de pensamento – mas quantas vezes discordante — e de amor e compreensão.

A todos os que, ao longo dos anos, foram contribuindo para a minha própria reflexão, pelo estímulo e desafio de muitas discussões enriquecedoras, com abertura mental e sem dogmatismos.

Índice

Primeira parte – INTRODUÇÃO	7
I – Utopia?	7
Segunda parte – INTERROGANDO	21
II – E, no entanto...	21
III – “Todo o mundo é composto de mudança”	27
Terceira parte – ANALISANDO	35
IV – O capitalismo	35
V – O neoliberalismo, a ideologia atual do capitalismo	55
VI – Os caminhos do socialismo	67
VII – Ascensão e queda da cidade do comunismo	69
VIII – Do espírito de 45 à agonia da social-democracia	87
IX – As novas esquerdas	97
X – Ultradireita – o regresso da besta	127
XI – Um novo momento Polanyi	157
XII – A estrutura de classes	203
XIII – O vazio da esquerda	221
Quarta parte – PROPONDO	227
XIV – Anticapitalismo, a pedra de toque	227
XV – Um discurso profético	239
XVI – Remarxizar o marxismo	245
XVII – Democracia, uma palavra grande demais	279
XVIII – Partidos e movimentos	313
XIX – Internacionalismo e soberanismo	367
XX – Ideologia, mentalidade e informação	397
XXI – Revolução, um tabu?	429
XXII – Para uma reinvenção da esquerda	451

Primeira Parte
INTRODUÇÃO

I

Utopia

*“Se o mundo ficar pesado
Eu vou pedir emprestado
a palavra **teimosia**
..... **Sabedoria**
..... **Rebeldia**
..... **Teimosia**
Se acontecer afinal
De entrar em nosso quintal
A palavra tirania
Pegue o tambor e o ganza
Vamos pra rua gritar
A palavra **UTOPIA!**”*
“Samba da Utopia”¹
Jonathan Silva

Falar de utopia é correr o risco de se ser tomado por tonto, sonhador, fora das realidades da vida e do mundo. É este o sentido vulgar e pejorativo do termo, mas os que apreciam poesia lembrar-se-ão logo de Gedeão: “O sonho comanda a vida. / Que sempre que um homem sonha / o mundo pula e avança / como bola colorida / entre as mãos de uma criança”.

Este capítulo vai ser longo, porventura fastidioso. Vale a pena essa importância e esse risco? Entendo que sim. Espero que, no fim, o leitor compreenda que a discussão da utopia, *como categoria filosófica*, é cru-

¹ <https://www.youtube.com/watch?v=KDXX7m3iBzc&feature=share>

cial para a reflexão e ação socialista/comunista ou, mais amplamente, de qualquer projeto radicalmente transformador. Também para a elucidação de aspetos do pensamento marxiano sobre este assunto, confundidos pela ortodoxia com a crítica ao “socialismo utópico”, crítica essa que é coisa muito diferente. Da mesma forma, é necessário clarificar, também no marxismo, a relação entre utopia e pensamento utópico, coisas bem distintas. É tema bem exemplificativo do reducionismo a que a norma oficial e ortodoxa reduziu o marxismo.

Acresce que, nestes tempos de incerteza, de pessimismo, de “mientras tanto” como dizia Manuel Sacristán ², muita da esquerda se deixou levar para um mero taticismo, para a visão de curto prazo e de ciclo eleitoral, sem se ver uma ligação lógica entre a prática e um objectivo final, diga-se que de utopia. Alguns setores nem estabelecem esse objetivo, movendo-se apenas por declarações políticas, moções ou manifestos a curto prazo, não se dotando de programas com visão estratégica. É mesmo preciso discutir a utopia.

Como se verá adiante, ainda neste capítulo e depois no capítulo XVI sobre o marxismo, a utopia foi desvalorizada e mesmo negada pela ortodoxia marxista. Uma concepção do marxismo reduzida ao económico e ao político, determinista, com os homens e mais especificamente os trabalhadores seguros da inevitabilidade do socialismo, deixa muito pouco lugar ao subjectivo, ao ontologicamente humano, em que se deve localizar a utopia, a esperança, o desejo natural de melhoria da vida. É um marxismo desprovido da dimensão humanística tão presente em Marx. A menorização do homem pelo marxismo oficial vem da sua consideração como sendo, essencialmente, um mero objeto do processo histórico determinista. É uma distorção do marxismo original, do marxismo genuíno.

O homem é o sujeito da história, não o seu objeto. O homem não é a partícula elementar de um campo ³ histórico determinista, com leis que lhe são exteriores. Julgar o contrário é abrir a porta ao fatalismo, à fé e à crença – embora invocando a racionalidade – e a todos os riscos de insti-

² Filósofo espanhol (1925-1985) e um dos mais destacados introdutores do marxismo em Espanha. Traduziu para castelhano dezenas de obras de autores marxistas reputados, por exemplo Marx, Engels, Gramsci, Adorno, Karl Korsch, Lukács, Marcuse. Fundou a revista “Mientras Tanto”, orientada para a discussão do ideário comunista à luz da modernidade e da crítica ecologista e feminista, em torno da matriz marxista original.

³ No sentido de campo que lhe dá a Física.

tucionalização autoritária, mesmo totalitária, dessa crença.

O marxismo é uma obra genial de análise do então presente, dos mecanismos do capitalismo. Mas um presente no marxismo sempre a apontar para o futuro. Um futuro que não se concretiza por dogma, por decorrência científica – embora a ciência lhe dê bases racionais – como uma inevitabilidade. Não se baliza por um banal historicismo, mas sim por uma necessidade histórica concreta, à espera de uma ação humana no contexto social.

O que é a utopia?

Utopia. Uma simples palavra no título deste livro, mas que encerra um mundo de discussão, e obrigatoriamente referida a **hoje**. O hoje que marca a ideia de uma *utopia prática*, como se verá adiante.

No sentido mais vulgar do termo, desde a sua criação por Thomas More (1516), a utopia é qualquer coisa que se deseja mas que é “absolutamente” impossível de conseguir. Irrealista, insensata, sonhadora, não fundamentada. Todos estes adjetivos são corretos mas não inteiramente aplicáveis.

A utopia é irrealista, por definição. Se existisse na realidade deixava de ser aspiração e já não era utopia, diria o Sr. de la Palice. A utopia é insensata? É, se assim considerarmos todos os que por utopias até deram a vida, desde os cristãos iniciais ao próprio Tomás More, pai do conceito, e incluindo todos os abatidos nas lutas para que não viam perspectiva de vitória à vista, ao longo da história. A utopia é sonhadora? É, porém o estar acordado, mas num quarto fechado e às escuras, não é muitas vezes mais estado zombie que de vigília ativa?

A utopia não é sempre fundamentada? Sim, até certo ponto, se entendermos por fundamentação qualquer forma de lei natural ou determinismo histórico. Mas não, se compreendermos que todas as utopias, para além da sua fundamentação moral – que não é a menos importante e, por exemplo, nunca foi negada pelo Marx genuíno – vão sempre na senda de outras utopias anteriores, num processo de evolução em decorrência da consciência coletiva humana, dos valores que vão sedimentando, das perspectivas materiais e técnicas de realização num fu-

turo que podemos antever, mesmo que não viver. ⁴ Além disso, não há projeção possível, a não ser em fantasia, sem o conhecimento da realidade. Esta é base de sustentação da utopia, como desenvolvimento e superação dialética da realidade atual.

A capacidade de antever é especificamente humana, embora possa existir, elementarmente, nos primatas superiores. De certa forma, o tempo é uma criação humana. Claro que isto é exagero, na medida em que o tempo, integrado com o espaço, é um dos componentes essenciais do universo. Mas ter a consciência do tempo, a começar pelo tempo biológico, é radicalmente humano. Mais ainda, e mais importante, é essa consciência ser traduzida num instrumento mental essencial: a prospetiva, a antecipação, a projeção, como lhe quisermos chamar. E tanto na previsão factual como na aspiração do devir histórico. Porquê então e para quê discutir a utopia?

Porquê e para quê discutir a utopia?

Na política e na teoria do socialismo, ainda por cima com o aval de Marx e Engels, a utopia parece ser memorizada, perante a nova “ciência proletária”. Não é o que se deduz, à primeira vista, da comparação entre socialismo utópico e socialismo científico, já patente no Manifesto do Partido Comunista, e depois retomada no conhecido opúsculo de Engels, “Socialismo Utópico e Socialismo Científico” ⁵?

Não obrigatoriamente. O que aqui se está a discutir, embora isto possa parecer bizantinice, é um substantivo, uma categoria filosófica. Os pais do marxismo referem-se a utópico como adjetivo, e para caracterizar, porventura com abuso do significado do termo, uma forma pri-

4 “A educação crítica é a ‘futuridade’ revolucionária. Ela é profética e, como tal, portadora de esperança — e corresponde à natureza histórica do homem. Ela afirma que os homens são seres que se superam. que vão para a frente e olham para o futuro, seres para os quais a imobilidade representa uma ameaça fatal. para os quais ver o passado não deve ser mais que um meio para compreender claramente quem são e o que são, a fim de construir o futuro com mais sabedoria.”. Paulo Freire, “Conscientização. Teoria e prática da libertação”. São Paulo. Cortez & Moraes, São Paulo. 1979. pág. 81-2.

5 <https://www.marxists.org/portugues/marx/1880/socialismo/index.htm>

mitiva, não classista, de projetos de sociedades igualitárias, um pensamento voluntarista e não fundamentado na realidade. Para mais, fazem-no num contexto preciso e prático. O Manifesto é um programa de ação política fundamentada na análise dialética e racional, mas é também um instrumento “panfletário” da Liga dos Comunistas. Não seria de esperar que aí se desse muito destaque a debates filosóficos, a não ser o mínimo para fundamentar as propostas práticas.

Utopia é defensável como categoria, como ideia, mesmo que com nuances. Mas já o adjetivo utópico pode ser usado sem se dirigir ao todo definidor da utopia ou apenas a aspetos porventura negativos ou improdutos da utopia, ou melhor do pensamento utópico. Vimos acima o caso do uso adjetivado no que respeita a socialismo utópico. Repetem-se os riscos em relação à referência a pensamento utópico.

Pensamento utópico significa simplesmente – ao contrário do pensamento dialético e marxiano – não ter associado um processo de compreensão do passado e do presente a iluminar a visão de futuro; não ter por base a realidade concreta; e não se associar a um programa de ação. É, de facto, uma forma de pensamento com amputação da riqueza que atribuímos à utopia, substantiva e integral, aquela que, com muito mais propriedade, corresponde ao pensamento marxiano, dialético, materialista e orientado para a ligação entre a teoria e a prática.

O valor da utopia

Ao definir atrás a utopia, foi escrita entre aspas a palavra “absolutamente”, na sua qualificação como “absolutamente impossível de conseguir”. Não é correta na definição de utopia. Nunca um utopista escreveu uma linha com a convicção de estar a fazer um exercício fútil, um discurso gratuito sem consequências. Os grandes utopistas, desde Platão e a sua “República”, sempre foram pedagogos, motivadores de ideias e consciências, iluministas “avant la lettre”, mesmo homens de ação e vítimas. Mais do que uma fantasia, a utopia é uma metáfora.

Coisa diferente é pretender que todas as ideias, todas as utopias, tenham condições para se converterem a curto prazo em ação transformadora. O cristianismo levou séculos a ser reconhecido como reli-

gião pelo poder e até a ser dominante (o que o degradou, mas isto leva, por analogia, à reflexão sobre a degradação do socialismo real, por exemplo). As ideias dos iluministas só tiveram tradução quase um século depois. E a própria “Utopia” de Tomás More ainda está longe de realizada, incorporando-se hoje no ideal comunista.

Da mesma forma, não é possível formular uma utopia como um programa de ação e de transformação concreta, forçosamente dependente das condições reais – objetivas e subjectivas – do momento ou da fase de transformação. A utopia é a lanterna que ilumina o caminho, mas um caminho que não está já desenhado com exatidão.

Todos os grandes avanços da humanidade foram sempre precedidos pela formulação de uma utopia, convertida em ideologia mobilizadora. Isto é, a visão de um mundo melhor, mais justo, mais solidário, mais livre, mais igualitário, mais racional, mesmo que sem perspectiva de concretização em prazo à vista. As raízes do projeto emancipador estão no fundo da natureza humana. Quem discorda de uma situação presente, quem protesta e se revolta tem sempre como referência uma utopia, sob pena de incoerência da sua ação. Um componente de utopia é necessário em qualquer pensamento político e, se autoconsciente, gera um nível mais rico de teoria e de prática. O componente utopista é vital e necessário para as visões de mudança radical no sentido da igualdade e da justiça social .

A utopia elabora num sistema de ideias as pulsões da esperança, presentes em toda a vida humana, mesmo nos aspetos mais banais. Para além da satisfação das necessidades básicas da sobrevivência, todos desejamos bem-estar material e psíquico, saúde, fruição cultural e de lazeres, segurança na velhice, educação e o melhor estatuto social e profissional para os filhos, etc.. E muito disto não tem uma perspectiva imediata, pensamo-lo como futuro. É a forma mais elementar, individual, quase biológica, da esperança, a base da utopia.

Este enfoque subjetivista não significa, de forma alguma, que a utopia – mais especificamente o socialismo ou comunismo – dispense, para seu cumprimento, condições objetivas, materiais. Há é que ter antecipação e, para ela, conhecer essas condições objetivas, a cada mo-

mento. Em termos usados por Bloch ⁶, a “consciência antecipante” permite o “otimismo militante” para a construção do “ainda-não-consciente”. É a função utópica.

A utopia, ou a esperança, embora tendo como base um princípio do ser humano – e do ser social – não se manifesta só por mecanismos puramente subjetivos. É fundada na práxis, na tensão histórica entre o que é e o que deve ser, na consciência da injustiça e torna-se real em processo dinâmico, sempre a relacionar dialeticamente a evolução do concreto e a imaginação do futuro desejado. Por isto, a utopia ou a esperança concreta não pode ser realizada definitivamente por uma realização concreta. Se assim fosse, o fim da realização soviética significaria o fim da “utopia” comunista. A utopia, mesmo com revezes práticos, estimula sempre a ação do homem construtor do futuro.

O facto de a visão de futuro preceder em geral a análise social não diminui o papel desta. A visão, que pode ser tida como utopia, afinal motiva a análise e o futuro serve como padrão de medida da adequação da análise e, depois, do processo prático aos acontecimentos que vão decorrendo e de como são condicionantes do futuro previsto e da sua exequibilidade. A utopia reconstrói e dá sentido de projeção-esperança à realidade quotidiana. Fá-lo de forma ideológica, mais imediata e mais compreensível para as massas do que o conhecimento mais complexo e aprofundado, como a ciência e a filosofia.

Os grandes da História não são só os realizadores. São também os pensadores que, em geral, os precederam, anteciparam e iluminaram. São pensadores que até podem nem pertencer às classes e movimentos sociais que fazem a revolução. Os enciclopedistas e iluministas não tinham muito a ver com a burguesia que, mobilizando os “sans culottes”, fez a Revolução Francesa. Marx, Engels, Lénine, Trotsky, Gramsci, Lukács, Mao, Ho Chi Min, Fidel e Che foram intelectuais nascidos na burguesia. Coisa essencial é que, por imperativo da sua razão e do seu sentido de justiça social, se posicionaram no extremo oposto do papel do

⁶ Ernst Bloch (1885-1977) foi um dos principais filósofos marxistas alemães do século XX. Escreveu sobre os mais diversos assuntos, mas especialmente sobre utopia e esperança, pelo qual hoje é mais conhecido.

intelectual orgânico da burguesia.

Não se veja a utopia só na sua dimensão profética. Ela é anúncio, mas também denúncia, indissociavelmente e por isto tem uma importância prática imediata, de consciencialização e luta. Como escreveu Paulo Freire, "somente podem ser proféticos os que anunciam e denunciam, comprometidos permanentemente num processo radical de transformação do mundo, para que os homens possam ser mais. Os homens reacionários, os homens opressores não podem ser utópicos. Não podem ser proféticos e, portanto, não podem ter esperança" ⁷.

E também: "A consciencialização [consciencialização] está evidentemente ligada à utopia, implica utopia. Quanto mais consciencializados nos tornarmos mais capacitados estamos para ser anunciadores e denunciadores, graças ao compromisso de transformação que assumimos. Mas esta posição deve ser permanente: a partir do momento em que denunciamos uma estrutura desumanizante sem nos comprometermos com a realidade, a partir do momento em que chegamos à conscientização do projeto, se deixamos de ser utópicos nos burocratizamos; é o perigo das revoluções quando deixam de ser permanentes. Uma das respostas geniais é a da renovação cultural, esta dialetização que, propriamente falando, não é de ontem, nem de hoje, nem de amanhã, mas uma tarefa permanente de transformação" ⁸.

Há lugar para a utopia no marxismo? ⁹

Por mais que isto ofenda os ortodoxos e guardiões de um "marxismo" dogmatizado, pode-se legitimamente considerar que o marxismo original tem uma grande dimensão utópica (o que nada tem de pejorativo). "O marxismo é ciência" é uma simplificação que não honra Marx – que nunca afirmou tal coisa – e que, como discutirei mais adiante, vai

⁷ Paulo Freire. *ibid.* pág. 28.

⁸ Paulo Freire, *ibid.*, pág. 29. Entenda-se que Freire usa a expressão "revolução cultural" sem se estar a referir, no concreto, ao processo chinês com o mesmo nome.

⁹ Não sendo explícito, este capítulo está já a adiantar na discussão do marxismo hoje, que será tratada com mais destaque no capítulo XVI, inseparável deste.

contra a epistemologia da ciência e da filosofia – articuladas mas distintas. Aliás, é uma simplificação que, no início, correspondia à então modernidade da epistemologia, centrada no positivismo. Hoje, morto e enterrado o positivismo, não faz sentido o cientificismo do marxismo nos termos formulados pelos ortodoxos — que não desapareceram com o fim da escola marxista soviética.

A questão é, portanto: a relação entre o marxismo e o “socialismo utópico” é transponível imediatamente para idêntica relação entre marxismo e utopia? Engels, no “Socialismo Utópico e Socialismo Científico”, criticou fortemente os pressupostos do socialismo dito utópico, mas reconhecendo os aspetos positivos do pensamento e propostas dos socialistas utópicos: “O socialismo moderno é, em primeiro lugar, pelo seu conteúdo, fruto do reflexo na inteligência, de um lado dos antagonismos de classe que imperam na moderna sociedade entre possuidores e despossuídos, capitalistas e operários assalariados, e, de outro lado, da anarquia que reina na produção. Pela sua forma teórica, porém, o socialismo começa apresentando-se como uma continuação, mais desenvolvida e mais consequente, dos princípios proclamados pelos grandes pensadores franceses do século XVIII. Como toda uma nova teoria, o socialismo, embora tivesse suas raízes nos factos materiais económicos, teve de ligar-se, ao nascer, às ideias existentes.”

No essencial, a crítica marxista ao socialismo utópico deriva de este postular modelos de aperfeiçoamento social universal, para toda a sociedade, omitindo a luta de classes e a impossibilidade de conciliar as visões sociais de classes antagónicas. A sua ideia aplica-se a toda a sociedade, a todos os indivíduos, incluindo os mais favorecidos num momento da formulação da proposta de socialismo ¹⁰.

Considerando a superioridade do pensamento marxiano, e defendendo que a sua fundamentação científica lhe outorgava maior qualidade como instrumento de ação, Engels contribuiu, indiretamente, para

¹⁰ No entanto, os socialistas utópicos não deixaram de ter uma perspetiva prática e até a de construção em vida de experiências de “utopias reais”, mesmo que idealistas. Foram, por exemplo, as cooperativas de Owen ou os falanstérios de Fourier. Nada é branco ou preto, a vida é feita de milhões de cinzentos.

a crítica da utopia – quando o que discutia era uma forma precisa de pensamento socialista, desligada da realidade – uma utopia *não fundamentada*. A extensão dessa discussão à negação do valor moral da utopia foi uma extrapolação com muito de abusivo.

Há utopia em Marx? A leitura crítica de Marx, não dogmática, permite afirmá-lo. O caráter científico da obra de Marx é inegável em “O Capital” e em toda sua obra de economia política. Também inova numa nova metodologia para a análise da evolução social do homem e das suas ideias, baseada na dialética e nos fundamentos económicos do processo histórico ¹¹, embora com as limitações ainda hoje postas à cientificidade das ciências sociais.

A análise científica em Marx termina no estudo do capitalismo em termos de economia política. A previsão científica em Marx termina com a proposição de que o capitalismo é uma era da História que terminará dando origem a uma nova formação social, como síntese dialética do acumular das contradições internas do capitalismo. Tudo o mais que se queira dizer para diante não pode ser científico. É filosofia e dá lugar à utopia. Marx ambiciona o comunismo como o futuro pós-capitalista, mas obviamente nunca se atreveu a dizer que tinha a certeza de que será o que acontecerá.

Não é a visão do futuro, a utopia em si mesma, que separa a perspectiva marxista do socialismo utópico que Marx e Engels criticaram. Utopia existe sempre em qualquer projeto emancipador. A diferença crucial está no suporte dessa utopia. É mero pensamento utópico quando não racional, mas esperanças e desejos, ao contrário do pensamento marxiano, são sempre muito preponderantes na análise e na noção do devir histórico.

Neste sentido, a teoria-prática de Marx tem muito de utopia, no bom sentido. Tudo o que é a visão de Marx e Engels sobre a sociedade futura, desde logo o principal lema – “de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades” –, a ideia de um homem novo ou a previsão da abolição do Estado no comunismo não

¹¹ K. Marx, “O Método da Economia Política”, 1857. <https://www.marxists.org/portugues/marx/1857/mes/metodo.htm>

podem invocar racionalidade científica, antes um discurso filosófico e uma utopia Citando Vincent Geoghegan, um especialista nesta matéria, “Marx and Engels deixaram um legado ambíguo em que os ataques vigorosos ao pensamento utópico vão de par com especulação claramente utópica”¹².

Fora do “marxismo oficial”, a aceitação da utopia como norteadora do caminho pragmático é marca na obra de marxistas eminentes, nomeadamente da corrente dita de marxismo ocidental. De momento, e até discussão posterior dos seus contributos para a evolução do marxismo, lembremos só todo o trabalho de Ernst Bloch sobre o “Princípio Esperança”¹³: A esperança não é uma superficialidade da mente humana, é um princípio ontológico. Cientificamente, pode-se dizer que é um traço inscrito na genética humana, uma vantagem seletiva na evolução, como capacidade de projeção, uma motivação de ação. A perspetiva materialista da história permite uma compreensão racional dos fatores que movem e condicionam esse projeto - ou processo histórico - mas não apagam os fatores psicológicos.

Igualmente, a noção de “fantasia concreta” de Gramsci¹⁴, no “Moderno Princípio”: “uma ideologia política que não se apresenta como uma utopia fria ou como uma doutrina racional, mas como uma criação de fantasia concreta que atua sobre um povo disperso e pulverizado para despertar e organizar a sua vontade coletiva”¹⁵.

¹² Geoghegan, V. (1987). “Utopianism and Marxism”. Methuen, Londres. pág. 34.

¹³ Sendo um livro longo, complexo e difícil de obter, leia-se ao menos a Introdução, publicada “online”:
<https://www.marxists.org/archive/bloch/hope/introduction.htm>

¹⁴ Antonio Gramsci foi um dos mais importantes “marxistas ocidentais”. Preso durante largos anos pelo fascismo, não teve oportunidade para conduzir na prática a atividade do PCI, de que era secretário geral. Em contrapartida, deixou uma obra teórica que pode ser considerada uma das continuações mais fidedignas da obra de Marx. Leia-se, em particular, os “Cadernos do Cárcere”. Não estão publicados em Portugal e a edição brasileira é muito extensa mas os mais importantes podem ser lidos em Gramsci, Antonio (1971). “Selections of the Prison Notebooks”, eds. Quintin Hoare e Geoffrey Nowell Smith. Lawrence & Wishart, Londres.

¹⁵ Gramsci, Antonio (1971). “Selections of the Prison Notebooks”, eds. Quintin Hoare e Geoffrey Nowell Smith. Lawrence & Wishart, Londres. Pág. 125.

O povo, na época em que Maquiavel proclama a necessidade de redenção da Itália em relação à servidão, à opressão e à dispersão, pode imaginar a fantasia concreta das suas capacidades reais para se autolibrar e se autogovernar: “a obra lógica [JVC: de Maquiavel] é apenas um reflexo do povo, um raciocínio interno que se realiza no seio da consciência popular e tem as suas conclusões num grito apaixonado e urgente. A paixão, ao raciocinar sobre si mesma, torna-se ‘emoção’, febre, fanatismo pela ação”. A noção de Gramsci, de fantasia concreta como dualidade dialética de utopia e prática racional é uma noção de raiz inteiramente marxista.

Utopia prática

A utopia que há no marxismo é radicalmente diferente das utopias clássicas, porque é indissociável da práxis. Não é uma ilusão, é uma meta objetivável. O marxismo é assim uma “teoria prática”, que orienta para a transformação da sociedade, para a vitória contra a opressão e a alienação. De certa forma, o marxismo, se visto na perspectiva da utopia, é uma utopia que não é só futuro indefinido. É futuro tendencialmente previsível, a construir-se efetivamente a cada momento do presente.

É tão proveitoso hoje valorizarmos o lado filosófico da obra marxiana como a sua análise e teoria científica de economia política (que é mesmo ciência). O que continuamos a pretender hoje é uma filosofia com a mesma raiz, adequada aos tempos atuais – para o que não é necessário rever Marx, muito pelo contrário. É a conjugação de dois tipos de filosofia que sempre se distinguiram: a filosofia da compreensão e a filosofia moral. O que é e o que deve ser, e daí derivando uma ação.

Então e hoje, tem de ser uma “*utopia prática*”, baseada e indo ao encontro, com impacto, dos problemas e aspirações dos mais fracos, sejam pessoas, comunidades ou povos. Claro que, como no marxismo, é importante diferenciar os grupos diversos de “mais fracos”, identificando os pontos de força. Há mais fracos e mais fracos.

É também necessariamente uma utopia humanista, quente, afetiva. O homem não é uma máquina. A isto tende a ser reduzido pelo capitalismo (infelizmente também em muito pelo comunismo de inspiração

estalinista) e isto nada tem a ver com o marxismo genuíno. Contra o catecismo oficial do marxismo, o homem (mesmo o homem novo) não é um átomo da sociedade. A sociedade é que é feita de homens, embora seja mais do que a sua simples soma aritmética.

E quem diz isto diz também a estima por todos os ideais, os sonhos, as utopias que nortearam a humanidade. O espiritualismo oriental, o racionalismo grecorromano, o cristianismo original, o renascimento, a elaboração do método científico, o iluminismo, o lema “liberté, égalité, fraternité”, a teologia da libertação, muito mais. As grandes ideias não se opõem, vão-se superando progressivamente, sempre a nível superior: a elementar imagem da espiral, tridimensional, que parece uma circunferência a quem só pode ver duas dimensões. Dialética!

Em resumo, julgo que se mantém para milhões de pessoas, com “alma” para além do presente, a utopia de:

- *Comunismo*, em sentido geral e ainda vivo porque não é identificável com experiências históricas concretas, visto como o fim da exploração, a concretização do princípio ideal “de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades”.
- *Emancipação*, como conquista real do exercício dos direitos humanos universais, consagrados irreversivelmente ao longo da civilização humana e principalmente depois do Iluminismo ¹⁶.
- *Humanismo*, como a plenitude da dignidade humana, do bem-estar material e psíquico, da harmonia entre a vida individual e social, da fruição plena da cultura, da vida familiar, do lazer, da afetividade e do sexo, do compromisso com o ambiente e a natureza.

¹⁶ Mas, como discutido no capítulo XVII, sobre a Democracia, sem as perversões dos direitos humanos utilizadas como arma de arremesso pela propaganda imperialista.

Segunda Parte

INTERROGANDO

II

E, no entanto...

No capítulo anterior, deixou-se uma mensagem positiva, otimista. Uma utopia real a apontar caminhos, a antever futuros dignos de se viver.

E, no entanto...

É preciso olhar para longe, mas sem levantar os pés da terra. Por mais que se queira antever, deixar uma mensagem otimista que valha por muito tempo, toda a escrita que não seja genial é condicionada pelo momento em que se escreve. Parafraseando Ortega y Gasset, um autor é ele e as suas circunstâncias.

Há momentos de avanço das forças sociais, populares, do progresso, da perspectiva final revolucionária. Há momentos de refluxo, com claro domínio das forças dominantes do sistema, como foram as décadas de 20 e 30 no século passado, as da ascensão dos fascismos. Há também tempos de equilíbrio, mas com dinâmica de ambas as partes, em que cada uma parece aproveitar do compromisso. Foi o caso do pós-guerra, do “espírito de 45”¹, do Estado social de bem-estar.

Mas há também tempos de perplexidade, de estagnação, de crise, em que tudo parece conjugar-se para o sentimento de negação de perspectiva de progresso. Estamos a viver tempos desses. O sistema atravessou crises, estagnou, mesmo em termos de simples crescimento económico – para não falar de desenvolvimento humano.

Gramsci caracterizou situações destas como de *interregno*. “A crise

¹ Aproveitando o título do excelente filme/documentário de Ken Loach, “Espírito de ’45”, que descreve a criação do Estado Social, depois da II Guerra Mundial. Loach é um realizador de cinema inglês, famoso pelo seu empenhamento político e social, com alinhamento claro pela ala esquerda, socialista, do Partido Trabalhista

consiste precisamente no fato de que o velho está a morrer e o novo ainda não pode nascer. Neste interregno, aparece uma grande variedade de sintomas mórbidos”². Eles estão bem à vista, nesta crise quase civilizacional que, no entanto, não afeta o movimento ainda em ascensão do capitalismo.

Para além da crise económica, mesmo que com aparentes recuperações cíclicas, assistimos a uma imensidade de sintomas mórbidos, como referiu Gramsci: o irracionalismo, o racismo, a xenofobia, o egoísmo mentalmente incorporado, a segmentação social com quebra da solidariedade, a doença da democracia formal corroída pelo carreirismo e pela corrupção, a falta de ética cívica, a perda da noção da cidadania, o cinismo nas relações internacionais.

O velho está a morrer. No entanto, nem a hegemonia ideológica dominante se esvaneceu – principalmente entre trabalhadores de alto nível e quadros – nem a força continua a ser a única ou principal forma de dominação. A hegemonia ideológica na sociedade civil, sob a forma do neoliberalismo, é hoje mais poderosa do que a coerção pelo aparelho da sociedade política. Assim, a caracterização deste nosso tempo como interregno, à Gramsci, pode não ser absoluta, sendo necessário relativizar a noção de que “o velho está morrer”. Está com uma doença incurável, mas a morte ainda virá lentamente.

A situação presente aproxima-se também daquilo que Manuel Sacristán³ definia como “mientras tanto”, o “entretanto”: uma fase de avanço e forte hegemonia do capitalismo, acantonando a capacidade de luta das classes trabalhadoras e tornando nublada e longínqua a perspectiva de uma rotura social transformadora, da utopia feita realidade; um refluxo defensivo da luta anticapitalista. O “velho a morrer” e “mientras tanto” em fase agressiva não são coisas antagónicas.

² A. Gramsci, “Selections from the Prison Notebooks”, Lawrence & Wishart, Londres. 1971. Págs. 275-276.

³ Manuel Sacristán, 1925-85, filósofo, provavelmente o mais destacado pensador marxista espanhol, divulgador do marxismo em Espanha e tradutor de Marx. Foi dirigente do PCE até 1968, afastando-se da direção, mas não da militância de base, em consequência da intervenção do Pacto de Varsóvia na Checoslováquia.

Nesta situação, os partidos da esquerda tradicional veem-se forçados a uma comédia de enganos, movendo-se no palco sem o parecer, porque todos se deslocam simultaneamente, mantendo as posições uns em relação aos outros. Relatividade restrita...

Os partidos mais radicais ou mais consequentes arvoram ainda uma bandeira do socialismo genuíno, mas é uma bandeira mítica, virtual. Não têm – e não têm condições para as terem – perspectivas revolucionárias, não têm uma teoria da transformação com perspectiva de viabilidade a prazo razoável e não podem conceber um modelo económico e social alternativo ao que seguiram durante décadas e que desabou. Na prática nesta fase de “entretanto”, a sua ação política pouco mais é do que a da social-democracia do pós-guerra e do Estado social de bem-estar. Discutiremos isto mais adiante, como parte do atual vazio da esquerda.

Isto só é possível porque também houve deslocamento para a direita da social-democracia, transformada em social-liberalismo. Ficou desocupado o espaço de protesto contra os males do capitalismo – embora sem que houvesse então um objetivo claro de derrube do capitalismo – e de defesa intransigente do Estado social de bem-estar, do controlo público dos bens e serviços essenciais, da soberania, do valor social não privado da banca, que só encontramos hoje na posição dos partidos comunistas e de esquerda radical.

Nestas condições, discutir filosofia política é quase inglório. Não há resposta plausível, convincente contra o pensamento hegemónico, quando nos perguntam “como é essa sociedade futura? Vai respeitar a democracia? Como é que se liberta das leis económicas do mercado? Em que difere dos socialismos já realizados?”

Perguntas capciosas. Como é essa sociedade? Se fosse possível saber, para além dos ideais e valores, a luta era imediata e concreta. Democracia? Certamente a verdadeira democracia, sendo preciso discutir bem o que isto é, face às restrições da nossa democracia representativa. Leis do mercado? A falácia é considerar que o socialismo é antagónico ao mercado e só ver o modelo de planeamento central que se tentou concretizar. A oposição socialismo-capitalismo não envolve obrigatori-

amente a questão do mercado. Estas são questões fundamentais que discutirei adiante neste livro.

No século XX, afadigámo-nos em transformar o mundo. Talvez seja agora tempo de voltar atrás e compreendê-lo melhor. Compreendê-lo melhor, a vários níveis. Teorizando, tarefa para filósofos, cientistas, economistas. Mas articulando com o saber vivido de todos os que sentem e se interrogam, com questões essenciais que devem estar na base de um novo discurso, de uma nova consciência, mesmo que, por exercício, sejam formuladas sem o postulado prévio do fim do capitalismo. As perguntas que se seguem até nem são dirigidas às classes mais desfavorecidas; elas hoje devem ser preocupação mesmo das camadas com rendimentos intermédios, também ameaçadas pelo capitalismo embora tenham pouca consciência disso. São perguntas para toda a gente:

— Podemos garantir aos nossos filhos que vão ter trabalho daqui a vinte anos? E que esse trabalho está ao nível das suas qualificações, que bem custaram à sociedade e muitas vezes também às famílias? E que não assentará na precariedade?

— Podemos garantir-lhes um sistema de segurança social como o que, apesar de tudo, ainda temos hoje?

— Podemos garantir-lhes um planeta saudável, livre da tendência atual para a perda da biodiversidade e para o aquecimento global, com todas as suas consequências devastadoras?

— Podemos garantir-lhes um clima cultural de liberdade de pensamento, crítica racional, escolhas informadas, controlo da desinformação na comunicação social, exercício pleno da cidadania?

— Podemos garantir-lhes habitats sem gentrificação, propiciadores de vida comunitária e lazeres?

— Em que sentido vai evoluir a economia nacional: para um desenvolvimento sustentado e uma economia social ou para a crescente dependência dos serviços, das bolhas especulativas, do turismo? Como recuperar as bases perdidas de infra-estruturas e atividade nos setores agropecuário, piscatório e industrial?

— Como garantir uma sociedade inclusiva, respeitadora das diferenças e fortalecendo a solidariedade entre todos os seus compo-

nentes étnicos e culturais?

— Tivemos vantagens com o mercado comum e o euro, no balanço custos-benefícios? Mesmo que com resposta positiva, como libertar o país das enormes restrições económicas forçadas pela União Europeia, bem como as limitações à nossa soberania?

— Que modelos concretos podemos conceber para uma economia social, solidária, inclusiva, respeitadora do ambiente?

— Como combater a corrupção, cada vez mais corrosiva do sistema de democracia representativa, dependente hoje de políticos profissionais suscetíveis de vícios carreiristas e clientelares? E sabendo que, juntamente com as migrações e a insegurança, a corrupção e o descrédito da “classe política” são hoje terreno favorável aos novos fascismos.

— Que alternativas de democracia mais efetiva e participada se podem contrapor à degenerescência de uma democracia representativa caduca e que cada vez menos representa os cidadãos, em particular os do povo?

— Como promover a otimização do uso dos recursos naturais de forma a garantir a sustentabilidade da vida económica e social?

— Que soluções para o problema demográfico e do envelhecimento, em particular dos seus custos de segurança social e de saúde?

— Como regular equilibradamente os aspetos positivos e negativos da Internet, das redes sociais? Como garantir a boa informação, sem manipulações e falsidades? Como compatibilizar a exposição pública nas redes e no lazer televisivo com a defesa da privacidade?

— Como tornar eficaz a administração pública, essencial para a qualidade do Estado social de bem-estar, respeitando os direitos dos trabalhadores da função pública?

— Como combater a marginalização e a lumpenização, caminhos para a miséria, a violência, a queda nas adições?

— E muito mais...

Na complexidade da vida moderna, não se encontram respostas diretas para estas questões em nenhum manual político clássico. Tentá-lo redundaria, como se vê tantas vezes, em propostas vagas, baseadas em

simplismos pseudoteóricos cristalizados numa visão esquemática. Todavia, isto não quer negar a utilidade dos textos clássicos. Dotados de um quadro geral de pensamento, princípios e métodos, temos de refletir sobre uma realidade sempre em mudança e procurarmos não respostas estereotipadas mas sim ajustadas à dinâmica social e económica de cada momento do devir histórico.

III

“Todo o mundo é composto de mudança”

“E pur si muove!”¹ Percorreu-se todo o século XX, aquele que bem podemos chamar de “o século prodigioso”. A ideia de socialismo, os caminhos possíveis para o alcançar, não podem ser os mesmos de 1914 ou 1917. Aceitar que a conceção do socialismo está definida seria, do ponto de vista do autor, uma contradição insanável com o marxismo genuíno que perfilha, com a natureza sempre dinâmica do processo histórico, em devir.

Olhe-se, em grande panorâmica, para a mudança dos últimos cem anos. É só um exercício académico, porque ninguém, pensando um pouco, deixa de enunciar os principais aspetos dessa mudança. Alguns são tão determinantes para as opções políticas imediatas que merecem capítulos próprios: a estrutura de classes, a ideologia e cultura hegemónicas, o abafamento da cidadania, a nova informação (comunicação social, “infonet” e redes sociais), a sociedade digital e a mudança no trabalho, as alterações climáticas e a diminuição da biodiversidade, a questão demográfica e as migrações.

A mudança tem muito de cultural, ideológica, de senso comum. Mas essas mudanças psicológicas ou ideológicas acabam por derivar, essencialmente, da mudança objetiva.

1. A humanidade enriqueceu. Podemos discutir se isto se deveu ou não ao capitalismo ou a outras forças da história, nomeadamente a tecnologia. O crescimento económico médio anual, a nível mundial, de 0,8% entre 1700 e 2012, decompõe-se em taxas de 0,1% no século XVI-II, 0,9% no século XIX e 1,6% no século XX². Embora isto não se traduza em poder real de compra, por variação nos preços, o rendimento médio dos europeus cresceu de 400 para 2500 euros mensais, entre 1900 e 2010. Entretanto, como se discutirá adiante, aumentaram as desigualdades nas últimas décadas do século XX e também a taxa de

¹ “E, no entanto, ela move-se”. Atribuído a Galileu, ao ouvir a sua sentença.

² T. Piketty, “Le Capital au XXe Siècle”, Ed. Seuil, Paris, 2013, pág. 144 e seg.

pobreza, prolongando-se por este século atual. É uma contradição inerente à exploração capitalista.

2. O conhecimento aumentou exponencialmente. Ao longo do século XX, a evolução da física, por exemplo, foi tanto ou mais expressiva, com a relatividade e a física quântica, quanto a evolução do conhecimento desde Galileu e Newton. Na segunda metade do século, aprendeu-se mais sobre a natureza e os mecanismos da vida, a nível molecular, do que se sabia antes sobre qualquer nível da biologia. A informatização levou ao máximo a possibilidade de acesso a documentos para a história ou à recolha e tratamento de dados das ciências sociais, em geral. O conhecimento do cosmos é incomparável ao que era a astronomia do século XIX.

3. Será estulto falar na tecnologia, que merecerá tratamento especial, adiante, como fator de mudança na qualidade do trabalho e também na mudança do capitalismo, nomeadamente a sua financeirização e globalização, largamente dependente das tecnologias da informação e das comunicações. Mas, no dia a dia, na vida do homem comum, basta olhar para a nossa volta e imaginarmos a vida dos nossos avós, mesmo a minha de criança. Tinham jornais e livros, hoje temos toda a net, com destaque para as diversas wikis. Tinham rádio, hoje temos televisão, “streamings”, Youtube, tudo ao alcance dos dedos e em qualquer lugar e tempo, não só em casa, no descanso. Tinham telefone fixo, às vezes um tormento para se conseguir uma ligação à distância, como eu próprio, nos anos sessenta para falar para casa, nos Açores “longínquos”. Hoje temos telemóveis, os iniciais como quase um tijolo, depois uns primitivos mas já pequenos, agora os inteligentes e táteis. E isto em 30 anos, bem contados. Correspondia-se por carta, como eu fazia com os meus pais quando estava na universidade, longe de casa. Seria louco a merecer hospício quem imaginasse “e-mail”, Facebook ou WhatsApp. Entretanto, em poucas décadas, vimos muita coisa nova tornar-se rapidamente obsoleta. O retroprojeto, a câmara de vídeo, os leitores de cassetes, o VHS, tanto mais. Temos nas cozinhas uma enorme coleção de gadgets, quando os meus avós começavam então a ter fogão elétrico ou a gás e frigorífico. Ia-se ao mercado, hoje temos toda a oferta de

produtos transformados, exóticos, de “gourmet”. Cem à hora era o símbolo da alta velocidade. Admirável mundo novo!?

4. Esta explosão da capacidade de informação articula-se dialeticamente com o seu oposto, a pervasividade da contra-informação, da apologia do irracional, das teorias da conspiração, da legitimação pseudorracional pela net dos preconceitos mais retrógrados. A manipulação da consciência humana é dramática. Vejam o “Black Mirror”, da Netflix, uma “realidade” não de todo inimaginável como futuro!

5. O acesso ao ensino massificou-se, com realce para o ensino superior. A sociedade é mais educada mas também o sistema educativo deixou de ter condições para facultar o nível cultural e de capacitação mental que foi paradigma da educação newmaniana, anglo-saxónica ³, embora este padrão fosse dependente de um sistema de ensino minoritário, de elite. A educação superior passou a útil, com a orientação profissionalizante – teoricamente centrada nos politécnicos – cada vez mais a penetrar na universidade, antes o reduto da ciência e da criação mental. Diversificou-se muito a oferta educativa, com cursos muito especializados, contribuindo para o enfraquecimento do nível cultural global. Da mesma forma, a investigação científica, cultivada pelas grandes instituições como saber livre, caiu na rede filtrante do interesse económico e social.

6. O trabalho sofreu uma enorme “desmanualização” e o grosso dos trabalhadores assalariados já são hoje “colarinhos brancos”, no comércio, nos serviços, na administração. O trabalho qualificado está a acentuar a clivagem social. É certo que a ele e aos seus benefícios, por osmose social, cada vez mais têm acesso pessoas de origem socialmente baixa. Mas também, numa espécie de relativa lumpenização ideológica, criam um corpo de serventuários das empresas, assimilando valores de competição na dedicação à empresa, que acabam por lhes destruir muitas vezes a vida pessoal e familiar, como preço do sucesso. É curioso

³ John Newman, cardeal, professor em Oxford, foi um grande pensador e teorizado da educação universitária, como formadora de mentes mais do que treinadora de habilitados de competências profissionais. A sua principal obra é “The Idea of a University”.

que até nem são só movidos pelo benefício material. Também pelos sinais de “standing”: o carro de empresa topo de gama, o cartão de crédito para o restaurante estrelado, os contactos com o “jet set”, tudo muitas vezes sem o filtro cultural que daria mais elegância a essas coisas. Yuppismo que perdura, de forma diferente.

7. A medicina e a saúde pública melhoraram explosivamente, na capacidade de diagnóstico precoce e tratamento, na prevenção. Passou de uma prática empírica – embora já no século XIX tenha começado a revolução pasteuriana – para uma sólida base científica. Muito mais gente tem acesso aos cuidados de saúde, principalmente desde o sistema social do mundo socialista e o Estado social de bem-estar no pós-guerra. Mas também com problemas graves, políticos e económicos, porque, com o envelhecimento da população, aumentou grandemente a carga de cuidados de saúde, particularmente caros, não só os cuidados médicos propriamente ditos mas também o internamento em residências de idosos e dependentes.

8. O mundo ficou uma aldeia, em termos de viagens e vivência de outras zonas geográficas. O turismo deixou de ser um sonho a realizar numa meia-idade já confortável e hoje, com as “low cost” e o alojamento tipo Airbnb, está dominado pelos jovens. Em muitos países, o turismo é a principal exportação ⁴, com grande impacto na transferência de populações locais, no conforto coletivo, nos transportes, no emprego e na imigração de trabalhadores para as tarefas menos qualificadas do turismo. Até na salubridade urbana. Com isto, o desvio para comércio da habitação nos centros urbanos, a gentrificação e a disrupção da vida comunitária tradicional dos bairros antigos, a crise do alojamento e o seu brutal encarecimento. É a outra face da moeda do turismo, tão justamente valorizada no que diz respeito à abertura cultural, ao conhecimento do mundo, à visão cosmopolita.

9. O transporte mudou radicalmente. O transporte privado, excecional ainda na primeira metade do século XX, é hoje o dominante em quase toda a parte, com honrosas exceções. Os transportes coletivos são

⁴ Como tudo o que faz entrar divisas ou dinheiro no país, o turismo é economicamente uma exportação e como tal contado na balança de pagamentos.

ineficientes e desconfortáveis e tudo entope o trânsito, acrescentando tensão e indisponibilidade psíquica à ida para casa e para a família, ou para o trabalho. As distâncias a percorrer são cada vez maiores, com o progressivo afastamento da casa e do trabalho, com efeitos óbvios no consumo de energia e no ambiente.

10. Com esta mobilidade e com outros fatores (empobrecimento de regiões tropicais, corrupção dos governos em relação aos projetos financiados para a promoção da saúde, interesses prioritários das farmacêuticas, etc.), a doença globalizou-se, tanto como a economia. Os agentes infecciosos também viajam de avião e encontram no destino condições ambientais e climáticas antes desfavoráveis. O Brasil é exemplo máximo de um país que, nas últimas décadas, se transformou num inferno de doenças emergentes, como a febre amarela, a dengue ou a zika. A Europa mediterrânica está ameaçada do mesmo, assim como, em Portugal, já houve dengue na Madeira.

11. As catedrais de hoje são os grandes centros comerciais, enquanto que decaí o comércio tradicional quando não encontra fatores de competitividade, com perda da sociabilidade que estava ligada a esse comércio de bairro. O consumismo está enraizado no senso comum, nas motivações individuais e sociais, nos padrões de “exibição social”. A publicidade domina toda a comunicação e até já é dirigida individualmente, com os algoritmos das redes sociais. Repugnantemente, até usa crianças. É coisa tão evidente que nem justifica agora maior elaboração.

12. Aumentaram imenso as disponibilidades alimentares, em quantidade e qualidade. Comemos produtos importados de países distantes, que antes desconhecíamos. Temos à disposição uma grande variedade de produtos processados, de qualidade. A dietética infantil contribuiu muito para o desenvolvimento das nossas crianças. Em contrapartida, temos todas as fraudes e modas irracionais ou desonestas no domínio da alimentação e também a epidemia da obesidade, bem como o aumento da prevalência das doenças metabólicas.

13. Com tudo isto, com esta globalização não só económica, há uma nova dimensão temporal e geográfica nas gerações mais jovens, viajantes à velocidade da luz por todas as estradas do mundo virtual, o

que lhes permite horizontes de conhecimento nunca imaginados mas também novas projeções sociais no imaginário. Aconteceu o mesmo, de certa forma, com as novelas televisivas dos anos 70, com destaque para a América Latina mas também cá, como sabemos. Nesse caso, o esbatimento das fronteiras foi interno, entre classes, no que diz respeito ao conhecimento de como viviam e às aspirações de outros, mais beneficiados. Tipicamente, a rapariga de bairro popular conhecia um menino rico e a história ia-se desenrolando até ao mesmo fim feliz. Versão televisiva da Gata Borralheira.

Diga-se também que, em tempos de igualdade de género a caminho de conquistada, também vão aparecendo as versões telenovelisticas do gato borralheiro masculino que ascende socialmente por via amorosa. Mas também não foi isto uma das coisas que o salazar-fascismo não conseguiu controlar, apesar da censura? Que os portugueses comessem a ver o mundo desconhecido a entrar-lhes em casa, a sair da caixa que todos miravam com adoração.

Tudo isto nos conduz, como resultante mas nada simples, à grande mudança social e subjetiva que testemunhamos em toda a nossa vida. E fica a prevenção: a subjetividade é tão determinante no devir como o desenvolvimento das condições materiais. Mais uma vez, releia-se sobre isto o Marx não oficial e muitos dos seus seguidores, nomeadamente Gramsci.

E com uma ideia central: a grande contradição de hoje é que a tecnologia, que tornaria o homem mais livre, no sentido marxista de “liberdade contra a necessidade”, que daria ao homem a capacidade técnica de se libertar dos grilhões da necessidade (alimentos, saúde, conforto, educação, etc.) está a torná-lo cada vez menos livre, mais alienado.

Concluindo e em resumo: *a mudança económica e social operada ao longo do século passado, e principalmente na sua segunda metade, é de tal monta que, do quadro ideológico e de análise-prospetiva da época da Revolução de Outubro só nos fica hoje o método e os princípios, indiscutivelmente, mas não as soluções práticas que então se adequaram (?) a uma situação real muito diferente. A obrigação dos marxistas é, com esses prin-*

cípios e métodos, encontrar novas soluções para novos problemas, não se deixando fossilizar num “marxismo” escolástico, reduzido e petrificado.

Terceira Parte

ANALISANDO

IV

O capitalismo

Num livro que pretende estudar o mundo de hoje e propor caminhos alternativos, vamos recuar duzentos anos e começar por uma pergunta básica, embora muitos dos leitores dispensem o que se vai aqui discutir. O que é o capitalismo? Um sistema económico baseado na propriedade privada dos meios de produção e em que, diferentemente dos sistemas anteriores, a principal relação económica no trabalho é o assalariamento. As suas características centrais são o objetivo prioritário do lucro, a acumulação de capital, o trabalho assalariado com apropriação de mais-valia e o sistema de mercado. Com crescente importância ao longo da sua história, também a especulação financeira e o rentismo. Mesmo quando disfarçado com formas mais moralistas, como capitalismo de Estado, social-democracia em capitalismo, intervencionismo “regulador”, limitação dos monopólios, políticas sociais, as características essenciais não se alteram.

Isto é novidade para alguém? Só para quem, como M. Jourdain de Molière, descobriu tarde na vida que falava prosa sem saber. “E pur”, capitalismo é palavra tabu, a não ser para os seus críticos. Alguma coisa está mal quando os sacerdotes de uma religião não tratam o seu deus pelo seu nome.

Porque é que a maioria das pessoas nem pensa no que é o sistema económico e social em que vive, e, portanto, não o critica? É que a maior conquista do capitalismo foi ter-se tornado hoje “indiscutível” para a grande maioria das pessoas, para o senso comum, mesmo para a grande maioria daqueles que são vítimas do sistema e são por ele explorados e alienados. Quanta gente assimilou acriticamente o TINA, “não há alternativa” de Margaret Thatcher? Esta ideia de inevitabilida-

de é o exemplo máximo do que adiante ¹ discutiremos como “hegemonia”, um conceito gramsciano essencial. É também uma forma de *banalização do capitalismo*, que faz lembrar Hannah Arendt a falar dos criminosos nazis e da banalidade do mal.

É verdade que a evolução do capitalismo é paralela ao progresso. Mais riqueza, melhor tecnologia, mais saúde, melhor educação, melhores lazers, maior acesso à informação, maior flexibilidade do trabalho (mas também a outra face da moeda, como se discutiu no capítulo IV). Os defensores do capitalismo veem nisto uma relação de causalidade. Como se prova? Correlação não é obrigatoriamente causalidade, um cuidado a ter que é regra essencial para quem trabalha em estatística. Também se argumenta que o capitalismo é o sistema que permite a oferta de melhores bens e serviços, que permite o aumento da produtividade. O erro básico é o de não haver verdadeiro termo de comparação, porque nunca se confrontou o capitalismo com outro socialismo que não fosse a forma pervertida do sistema soviético ou agora com o sistema chinês, economicamente difícil de caracterizar classificativamente.

Como olhar para o capitalismo, esta “coisa” em que estamos imersos e por isso muitas vezes não conseguimos ver, de tão “natural” que é?

Pode-se olhar para o capitalismo de várias formas. Objetivamente, como objeto de estudo, com perspectiva racional: temos os clássicos, Smith ou Ricardo, a culminar com a teoria da economia política de Marx. Depois, não houve mais nenhuma grande teoria da economia política, só perspectivas conjunturais, desde o keynesianismo às escolas modernas.

Pode-se ter também uma aproximação mais descritiva, observando os avanços e também os muitos aspetos negativos do capitalismo, ao longo da sua evolução. Isto pode-se traduzir numa conclusão moral, por exemplo em termos da desigualdade. É a transferência do conheci-

¹ Capítulo XXI.

mento para a denúncia, elemento primário da utopia, como já discutido. Na prática, esta atitude política de denúncia é a mais comum, a que leva ao protesto e à consciência da necessidade de mudança. É também o que, muito na raiz do humano, leva ao sentimento de “justiça social”, que vem da mais longínqua aspiração do Homem. No entanto, sem negar a sua importância, mobilizando tanta gente de boa vontade, este sentido primeiro da justiça, este valor moral só é concretizado efetivamente quando se tem consciência do *mecanismo do mal*.

É a atitude da análise crítica da essência do capitalismo: a exploração do homem pelo homem, a apropriação da mais-valia na relação de trabalho capitalista. A pergunta mais elementar e que não se quer que tenha resposta. O que é o lucro? Qual a sua origem? Qual o seu valor moral? Discutiremos adiante.

Mas, essencialmente, quem quiser ter uma visão crítica, deve começar por eliminar, por questão de método, qualquer tabu ou dogma, sujeitando-os à dúvida metódica e à análise crítica. Principalmente quando as “verdades” possam aparecer como válidas, à luz de um senso comum acrítico e gerado hegemonicamente: a indiscutibilidade da propriedade privada, o absoluto das liberdades, a competição como elemento ontológico do humano, o valor ético absoluto da ambição. Será tudo isto indiscutível?

O capitalismo atual

Atualmente, o capital financeiro domina o capital industrial. A finança controla a economia. É já uma verdade de La Palice. Não é que o capital financeiro só agora tenha relevância, sendo até, na sua forma primitiva dos banqueiros italianos, por exemplo, anterior ao capitalismo industrial, e sempre o capitalismo precisou do crédito e da banca. O que é novo nesta atual financeirização é a sua enorme e desproporcionada dimensão e a preponderância de outras operações financeiras, para além do crédito. Por exemplo, no Reino Unido, entre 1997 e 2007, a parte da finança no valor acrescentado aumentou em 6% ao ano, o dobro do PIB e a parte da indústria em relação ao PIB diminuiu de 14%

para 10,7%.

Importa ter em conta que a financeirização se insere perfeitamente na lógica da acumulação capitalista. A deslocação do centro de gravidade da acumulação de capital decorre naturalmente da busca contínua da concentração de rendas e fortunas, aumentando as rendas monopolistas, e capturada principalmente pelas oligarquias que controlam os grupos oligopolistas, em detrimento dos rendimentos do trabalho e até das receitas do capital não monopolista. Por sua vez, esse desequilíbrio continuamente crescente é ele próprio a origem da financeirização do sistema económico, porque uma parcela crescente do excedente já não pode continuar a ser investida na expansão do sistema produtivo. A única alternativa possível para a continuidade da acumulação é o investimento financeiro desse excedente crescente, fechando um círculo porque gera ela própria o excedente de que se alimenta.

O capitalismo financeiro significa, portanto, a subordinação dos meios de produção para o ganho de lucro no mercado financeiro, por meio de ações, títulos de dívida, derivados, mercado de câmbio e outros produtos financeiros, cada vez mais variados (e opacos e arriscados).

Defina-se capital financeiro como todas as formas de capital portador de juros. São todas as formas de capital que atuam de modo a que se faça dinheiro diretamente a partir do dinheiro, sem se sair da esfera financeira e sem ligação com a esfera produtiva.

Começemos pelas divisas. O seu montante em circulação devia ser relativamente proporcional ao comércio. De facto, o seu montante é muito superior. Só no mês de abril de 2019, a média mundial de trocas de divisas foi de 6,6 mil milhões de dólares. Extrapolando, resulta um valor anual, só em dias úteis, de cerca de 1,65 biliões de dólares (milhões de milhões), ou seja 21 vezes mais do que o PIB mundial e 65 vezes o comércio mundial de bens e serviços ²

Depois, marca das finanças atuais, a importância dos derivados,

² Este valor e os seguintes constam do “Triennial Central Bank Survey of Foreign Exchange and Over-the-counter (OTC) Derivatives Markets in 2019” do Banco Internacional de Pagamentos, Basileia. <https://www.bis.org/statistics/rpfx19.htm>

isto é, produtos financeiros cujo valor depende de outros. São, por exemplo, os “swaps” (60% do total), contratos em que as partes se comprometem a trocar duas quantias em data futura, ou os “forwards”, contratos em que as partes estabelecem, na data de subscrição, o juro a pagar numa operação com data futura. São instrumentos ditos de redução do risco por incerteza, mas, de facto, acarretam riscos consideráveis ou então custos elevados para quem se quer precaver, tanto pela assimetria das suas vantagens como pela falta de controlo pelas autoridades monetárias. Ainda por cima, boa parte dos “swaps” estão ligados a possibilidades de incumprimento de créditos (CDS ou “credit default swap”). O valor global dos derivados tem crescido exponencialmente. Em três anos, de 2016 até 2019, o seu valor aumentou de 2,67 mil milhões de dólares para 6,5 mil milhões. E desde 1990 cresceu 12 vezes.

Hoje em dia, o que se acumula de capital, o que se multiplica incessantemente, é a finança inútil, papel atuando sobre papel. Nada tem a ver com a economia real, com a atividade produtiva e desestabiliza as empresas. Vive-se um delírio de especulação financeira e, ainda por cima, cerca de 3,75 biliões de dólares (contagem à europeia) correspondem a operações não taxadas por nenhum estado. Uma taxa de meros 0,8% seria suficiente para financiar a despesa pública de todos os governos do mundo.

A economia está hoje embrulhada numa teia de obrigações financeiras com juros, num esquema piramidal de reciclagem do serviço da dívida para gerar novas dívidas. Pedir emprestado para tentar obter ganhos especulativos não envolve investimento nos meios de produção. Baseia-se simplesmente em “fazer dinheiro do dinheiro”³, não no circuito dinheiro-mercadoria-dinheiro. O dinheiro, o serviço das dívidas, é reciclado pelos bancos e entidades financeiras em novos empréstimos, muitas vezes arriscados, e não em crédito para investimento produtivo. Na mesma onda, os países por todo o mundo confiam é neste mecanismo especulativo para o financiamento do seus sistemas de segurança social, de saúde e de fundos diversos, sem terem em conta as contradi-

³ Segundo a fórmula de Marx, D-D’, ao contrário de D-M-D’ (dinheiro-mercadoria-dinheiro).

ções insanáveis do sistema e os riscos que correm de contração dos mercados e de bloqueio da economia e do desenvolvimento. Tudo agravado pelos ditames das políticas supranacionais de austeridade, à FMI e União Europeia.

O setor financeiro anuncia-se como parte essencial da economia. De facto, é em muito externo à economia, parasita-a. Com isto, com esta contradição, o sistema capitalista vive em crise larvar e em ameaça permanente de crise grave; a economia debilita-se e a banca engorda. As instituições de controlo cada vez são menos capazes de lutar contra a desregulação, promovida pelos governos e acabam por velar pela manutenção dessa ordem mundial nova, neoliberal e globalista.

Com a financeirização, assiste-se também a alterações na propriedade e nos papéis sociais. As grandes empresas deixam progressivamente de ser propriedade de empresários, capitalistas industriais e passam a ser detidas por rentistas, proprietários de capital financeiro. De empresas individuais ou familiares, passam a grandes sociedades anónimas. Com isto, o proprietário deixa também a administração, que é entregue a administradores profissionais, uma casta de altos rendimentos, participação frequente no capital rentista e ganho de bónus frequentemente gigantescos. Embora assalariados, estes membros de topo da tecnoburocracia estão profundamente assimilados à burguesia, aos seus interesses e ideologia. Os próprios quadros superiores ou técnicos também se situam nessa forte esfera de influência da alta burguesia.

Mesmo Marx se enganou quanto ao futuro do capital financeiro, que considerava vir a submeter-se ao capital industrial, salvando a sociedade do sistema de empréstimo e de destruição dos ativos: “Onde a produção capitalista desenvolveu todas as suas múltiplas formas e se tornou o modo dominante de produção, o capital remunerado é dominado pelo capital industrial e o capital comercial torna-se apenas uma forma de capital industrial, derivado do processo de circulação”⁴. É certo que Marx se refere aqui a capital comercial, mas deduz-se que

⁴ Marx, Karl (1861). “Theories of Surplus Value”. Edições do Progresso, Moscovo. Adenda à Parte III, pág 369 (sem edição em português). Tradução do autor deste livro.

pensaria o mesmo do capital financeiro, ambos ligados à economia não produtiva.

Por isto, continua escrevendo que “em contraste com o capital industrial, os empréstimos, as ações e os títulos de dívida não criam diretamente mais-valia, mas absorvem o rendimento a propriedade dos devedores – e expropriam essa propriedade quando os devedores não podem pagar.” Continuando, em linguagem bem expressiva, “a usura não altera o modo de produção mas agarra-se a ele como um parasita e torna-o miserável. Suga o seu sangue e mata os seus nervos”.

As dívidas crescem exponencialmente, independentemente da produção. Constituem um capital fictício, dado não poder ser realizado a qualquer altura. O crescimento expansivo das obrigações financeiras, confrontado com a impossibilidade de cumprimento das dívidas, conduz a crises e a um momento em que o poder produtivo da sociedade já não pode garantir o crescimento da dívida a taxas de juros compostos (juros sobre os juros não pagos) e as dívidas são resolvidas por venda de propriedade ou hipoteca.

As últimas décadas mostraram uma evolução muito para além da caracterização marxiana inicial das relações entre as várias partes do capital. Não só o capital financeiro não foi submetido ao domínio do capital industrial como se caminhou para a desindustrialização *relativa*⁵ da economia, com grande crescimento do sector dos serviços e, nomeadamente, dos serviços financeiros. No domínio político, é hoje a finança que mais influencia direta ou indiretamente os governos e as instituições políticas, nomeadamente por meio do financiamento partidário e eleitoral.

A financeirização não foi um desenvolvimento anómalo, imprevisto, no processo de evolução do capitalismo, da acumulação do capital. Foi antes um resultado necessário do desenvolvimento do capital mas, por outro lado, também um fator do futuro do capitalismo. A ideia de um desenvolvimento anómalo é defendida, por exemplo, por um dos

⁵ É claro que, em termos *absolutos*, a produção industrial está sempre a crescer, quer de bens de indústria pesada quer de produtos de consumo.

mais conhecidos estudiosos da financeirização, François Chesnais ⁶, que considera que ela se deve à passagem da acumulação do capital industrial da era fordista para a acumulação patrimonial, por responsabilidade exclusiva das políticas económicas, da libertação dos movimentos de capitais e da desregulação. Assim, um simples – embora importante – fator condicionante é transformado em causa. Para Chesnais, a evolução para a financeirização não foi um processo natural do capitalismo mas sim a fuga para a frente face à crise e à estagflação dos anos 70, com enfraquecimento do consumo e a queda da rentabilidade dos investimentos na indústria.

Na perspetiva marxista, o capital financeiro e o capital industrial não devem ser contrapostos em separação rígida, como pode transparecer erradamente do que tenho vindo a dizer. Ambos devem ser compreendidos na sua interligação, como momentos e aspetos indissociáveis da totalidade social do capital. O capital é um todo. O seu modo de ser como relação social faz entrelaçar os capitais individuais. Como escreveu Marx, “a mesma metamorfose que se obtém na circulação do capital ⁷ também se mantém na esfera da circulação geral. Este estado de coisas não se altera minimamente se este fio de linha entra no circuito de algum outro capital industrial. A circulação geral compreende tanto o entrelaçamento dos circuitos das várias frações do capital social, isto é, a totalidade dos capitais individuais, como a circulação daqueles valores que não são lançados no mercado como capital mas entram no consumo individual” ⁸.

⁶ A sua obra mais acabada é “La finance mondialisée : racines sociales et politiques, configuration, conséquence”. La Découverte, Paris, 2004.

⁷ Isto é, “por exemplo, o fio de linha funciona só como mercadoria; mas, como elemento da circulação do capital, desempenha a função de mercadoria-capital, uma forma alternadamente assumida e descartada do capital-valor. Após a venda do fio a um comerciante, ele é extraído do movimento circular do capital cujo produto é, mas, todavia, move-se como mercadoria sempre na esfera da circulação geral”. Marx, “O Capital, Volume III, ed. inglesa de 1907. Pág. 39. Edições do Progresso, Moscovo, 1956. Tradução do autor.

⁸ Ibid.

A epiderme do capitalismo

Há todo um imenso campo de denúncia dos males do capitalismo, mesmo sem a compreensão racional dos mecanismos que os explicam. E há a noção empírica de que estes males se agravam progressivamente, com a financeirização, a globalização e, enfim, o neoliberalismo. Esta crítica ou sentimento geral pode não ir mais fundo do que a epiderme, mas não deixa de ser uma força moral importante, a canalizar para uma visão mais elaborada do capitalismo e das formas mais conseqüentes de o combater.

Abordemos duas questões cruciais. Uma é muitas vezes escamoteada, escondida pelo senso comum da “bondade intrínseca” do capitalismo: *como se gera o lucro?* O lucro é moralmente neutro? A segunda tem resposta óbvia, mas muitas vezes descolada da perspectiva sistémica: são aceitáveis as crescentes desigualdades e a exclusão de largas camadas da humanidade?

O lucro é respeitável?

No âmago do capitalismo está a procura incessante do lucro. Ele é o principal motivo, a finalidade primordial, o motor da economia capitalista. Não se pode compreendê-lo sem se saber o que é o lucro. De onde vem o lucro? Como ele é gerado? Como é determinada a sua magnitude? Na perspectiva marxista, é uma questão essencial, porque tem a ver com o “mal essencial” – releve-se o tom moralista – do capitalismo, isto é, a exploração do trabalho humano, a apropriação de parte da força de trabalho. Assim, a questão da origem do lucro é importante por razões ideológicas e éticas. O lucro será justo se a sua fonte for o trabalho dos capitalistas ou a sua contribuição direta, mas o capitalismo será um sistema injusto e explorador do homem se a fonte do lucro for o esforço dos trabalhadores.

“O lucro é apenas a diferença que o produtor acrescenta ao preço de custo, ao vender a sua mercadoria”, pensa o senso comum. Mas se são válidas as leis clássicas da economia de mercado, é o jogo entre a procura e a oferta que determina os preços e, portanto, nenhum produtor pode alterar os preços de mercado por fixação arbitrária de uma

margem de lucro. Basta o competidor fixar uma taxa mais alta para se entrar numa espiral competitiva em que acabam por se reduzir a zero as margens de lucro. “Oh, simple things!”

As coisas devem ser mais complicadas... Mas é curioso que o lucro, o centro do capitalismo, seja tão mal estudado pela generalidade das escolas económicas. Não sendo este um livro de ecónomo ia nem o autor um especialista, não me proponho discutir as teorias do valor e os mecanismos de formação do lucro, a não ser num muito reduzido vislumbre do que elas são cruciais para o marxismo.

Há quem reduza o marxismo a uma perspetiva fria, científica, que depois justificaria, sem ponderação ética, toda a “real politik”. De facto, a ciência em Marx é em muito uma forma de legitimar objetivamente a indignação moral. Para um marxista que queira respeitar integralmente a lógica e a essência ideal da sua filosofia, a visão científica, da economia política, não se limita a uma construção especulativa; tem na base um “princípio ético-jurídico”, o princípio da emancipação humana. Esse projeto é também um projeto de filosofia moral. Voltaremos muitas vezes a visitar Gramsci, o pensador marxista que mais se bateu por esta visão.

Recordando o bê-á-bá da economia política marxista, comecemos pelo valor. Já para os clássicos, como Ricardo ⁹ e depois para Marx ¹⁰, “o valor de uma mercadoria, ou a quantidade de qualquer outra mercadoria pela qual ela seja trocada, depende da quantidade relativa de trabalho necessária para a sua produção, e não da maior ou menor compensação que é paga por esse trabalho”. Daí deriva a conceção marxiana/marxista do lucro, como apropriação da mais-valia.

É importante não confundir, em termos marxistas, trabalho e força de trabalho. Trabalho é a atividade concreta de produção, por esforço direto do operário ou por comando de máquinas. A força de trabalho é

⁹ David Ricardo, economista e político inglês, 1772-1823. A sua obra principal é “On the Principles of Political Economy and Taxation”, publicada em 1817.

¹⁰ No entanto, Marx refuta fortemente a teoria ricardiana, dedicando-lhe grande crítica, nomeadamente em “Teorias da Mais-valia”, de 1861 (cap. X, parte A). Também no XIV capítulo de “O Capital”.

uma mercadoria comprada no mercado do trabalho e que representa a capacidade potencial para desenvolver trabalho.

Deve-se distinguir duas acessões do termo valor. *Valor de uso* é a propriedade de qualquer mercadoria ou serviço de satisfazer uma necessidade, seja uma necessidade natural, de vida básica, seja uma necessidade criada por fatores de moda, prestígio ou culturais. O valor de uso depende das características próprias do objeto, independentemente do trabalho que ele representa. Por isto, o valor de uso de diferentes objetos não é comparável quantitativamente. Também pela mesma razão, o valor de uso não é preocupação da economia política.

Já o *valor de troca* é uma medida quantitativa e comparável, determinada pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzir a mercadoria. Duas mercadorias que custam o mesmo, em tempo de trabalho, para serem produzidas podem ser uma imprescindível para a vida corrente e a outra um bem supérfluo. O mesmo valor de troca para dois valores de uso muito diferentes.

O valor de troca é apresentado de forma elaborada mas também acessível em “O Capital”¹¹ e, preliminarmente, nos “Grundrisse”¹² e na “Crítica da Economia Política”¹³.

“O valor de troca aparece, antes de mais, como a relação quantitativa, a proporção na qual os valores de uso de uma espécie se trocam por valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente com o tempo e o lugar. O valor de troca parece, por isso, ser algo de casual e puramente relativo, um valor de troca interior à mercadoria, imanente (*valeur intrinsèque*), portanto, uma *contradictio in adjecto*.

(...) Um valor de uso ou bem, portanto, apenas tem um valor

¹¹ Ibid. Livro I, 1ª secção.

¹² Marx, Karl. “Grundrisse – Manuscritos Económicos de 1857-1858. Esboços da Crítica da Economia Política”. Introdução, secção 2, págs. 61-76. Boitempo Editorial, São Paulo, Brasil, 1ª edição, 2011. Uma obra essencial de Marx que nunca foi publicada em Portugal.

¹³ Marx, Karl. “Critique of Political Economics”. 1859. Parte I. Edições do Progresso, Moscovo, 1993. <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1859/critique-pol-economy/ch01.htm>. Em Portugal, só foi publicado o Prefácio, pela Editorial Avante.

porque nele está objectivado ou materializado trabalho humano em abstracto. Como medir, então, a magnitude do seu valor? Pelo *quantum* da «substância formadora de valor nele contido, [pelo quantum] de trabalho. A quantidade do trabalho mede-se ela própria pela sua duração no tempo, e o tempo de trabalho, por seu turno, possui como padrão de medida determinadas partes de tempo, como hora, dia, etc.”¹⁴

Do valor de troca de uma mercadoria deriva o seu preço, mas este sofre oscilações centradas no valor, consoante a oferta e a procura. Outros fatores intervêm também nessa determinação, mas sem alterar, no essencial, a essência do valor como trabalho incorporado. São, nomeadamente, o fator artigo de luxo, a moda ou o carácter posicional dos bens¹⁵. A diferença de preço entre um perfume da Dior e do Boticário não é só uma diferença de valor, nem a de um Lexus e um Toyota, fabricados pela mesma empresa. Também os preços artificiais por cartelização, como no comércio internacional de petróleo, ou os preços impostos monopolisticamente, como na grande indústria farmacêutica multinacional.

Mas, se o valor de uma mercadoria é determinado pelo trabalho necessário para a produzir, então a mercadoria produzida por um operário menos diligente ou menos capaz demora mais a ser produzida e portanto tem mais valor? Seria absurdo. O valor-trabalho não é considerado à escala individual mas sim referido à *força de trabalho social média*. O tempo de trabalho a considerar é o tempo de trabalho socialmente necessário, isto é, “o que é requerido para produzir qualquer valor de uso nas condições de produção dadas, socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e intensidade do trabalho (...) o tempo de trabalho coagulado.”¹⁶

O mecanismo de obtenção do lucro, segundo o marxismo, está li-

¹⁴ Marx, Karl. “O Capital”. 1867. Livro I, 1ª secção, págs 53-56.

¹⁵ Bens de “status” social, cujo consumo está ligado ao posicionamento dos compradores na ordenação social, sendo sinais de hábitos, poder económico ou ostentação de privilégios.

¹⁶ Ibid., págs 57-58.

gado ao valor, por meio da mais-valia que surge na circulação do dinheiro e das mercadorias, expressos nas bem conhecidas fórmulas $M - D - M$, isto é mercadoria-dinheiro-mercadoria e $D - M - D$, isto é, dinheiro-mercadoria-dinheiro ¹⁷. Tratemos por agora deste último circuito. É claro que o D final é superior ao D inicial “É, pois, evidente que o processo de circulação $D - M - D$ se tornaria absurdo e sem conteúdo se, contornando-o, se quisesse trocar o mesmo valor de dinheiro pelo mesmo valor de dinheiro.(...) Muito mais simples e seguro seria o método do entesourador, que se agarra às suas 100 libras esterlinas em vez de as expor ao perigo da circulação.”

De onde provém a mais-valia? Será do facto de o consumidor “pagar pela mercadoria uma porção maior de capital do que a sua produção custa”? Rebate Marx:

“Na circulação, produtores e consumidores encontram-se face a face apenas como vendedores e compradores. Afirmar que a mais-valia para o produtor brota do facto de os consumidores pagarem a mercadoria acima do valor significa apenas disfarçar a simples frase: o possuidor de mercadorias possui, como vendedor, o privilégio de vender demasiado caro. O vendedor produziu a própria mercadoria ou representa o seu produtor, mas não menos [também] o comprador produziu ele próprio a mercadoria manifestada no seu dinheiro ou representa ele o seu produtor. Estão, portanto, produtor perante produtor. O que os distingue é que um compra e o outro vende. Não nos faz dar um passo adiante que o possuidor de mercadorias, sob o nome de produtor, venda a mercadoria acima do seu valor e, sob o nome de consumidor, a pague demasiado cara”. ¹⁸

Então, de onde provém afinal a mais-valia? Do acréscimo de valor derivado do excedente de tempo de trabalho do operário em relação ao

¹⁷ Ibid., pág 209 e seguintes.

¹⁸ Ibid., pág. 227.

tempo necessário para produzir o valor da mercadoria.¹⁹ Também a força de trabalho tem um valor determinado pelo princípio do valor-trabalho: é “o tempo de trabalho [de outros] requerido para a sua produção [isto é, da força de trabalho]”, o que “determina o tempo de trabalho necessário para a reprodução do seu valor”²⁰. Entenda-se que a necessidade de produção ou reprodução da força de trabalho vai muito para além dos meros meios de subsistência, incluindo-se também a educação e formação profissional, a cultura e os lazeres, a garantia da saúde e, enfim, tudo o que é necessário a uma vida minimamente digna do trabalhador. Não contam só os custos de formação, muito mais alto no trabalho especializado e altamente qualificado. Os mesmos fatores que “artificializam” o preço das mercadorias no mercado – escassez, moda, prestígio, “status” – também afetam o preço da força de trabalho.

O que fica dito atrás refere-se à produção capitalista, industrial. É fácil demonstrar-se que, hoje, a força de trabalho a operar no setor industrial é largamente ultrapassada pela força de trabalho ligada ao setor dos serviços. Também as novas tecnologias da quarta revolução industrial vieram alterar significativamente a natureza do trabalho produtivo, mas deixaremos esta discussão muito importante hoje para o capítulo XI, “Um novo momento Polanyi”, em que se falará do chamado capitalismo cognitivo.

A desigualdade

A desigualdade é certamente o aspeto mais chocante da sociedade capitalista, mesmo para o homem comum. É uma questão moral básica. Basta andar-se pelo mundo mais ou menos próximo para um mínimo de sensibilidade detetar as podridões do sistema. Mendicidade, pessoas sem abrigo, desempregados, velhos abandonados a uma vida solitária e

¹⁹ No nº 2 do quinto capítulo de “O Capital”, Marx explica, com ironia e muitos cálculos simples, como um capitalista facilmente chegaria à conclusão de que, sem a força de trabalho não paga, o valor do produto é igual ao valor do capital adiantado e que este não se valorizou e não criou mais-valia.

²⁰ Ibid., pág. 240.

miserável, bairros degradados, imigrantes a viver em condições desumanas, falta total de segurança no emprego, exclusão de facto dos benefícios possíveis da educação, tanto mais.

Muitas pessoas – admita-se mesmo que a grande maioria – não têm uma visão crítica, sistémica e integral, do capitalismo. Podem não o compreender, estruturalmente e dar como dado indiscutível a sua validade e a decorrente ordem em que vivem. Mas certamente que ninguém com mínima formação moral deixará de se impressionar com as desigualdades com que se defronta a cada passo.

Isto pode parecer coisa longínqua para os muitos que hoje ocupam as posições mais altas do serventualismo do capital, confortáveis nos seus carros de empresa, nos seus circuitos de restaurantes e diversões de elite, nos seus círculos privados de ascensão social muitas vezes recente. Mas estes deveriam ser especialmente tocados, porque são também os que têm acesso a maior informação, e ela é chocante.

A desigualdade até parece crescer paralelamente à riqueza das sociedades. É incontestável que, na vigência do capitalismo, aumentou grandemente a riqueza, melhorou em termos globais e, logo, médios, o bem-estar, a saúde, a educação. Por causa do capitalismo ou apesar dele? Não se pode saber o que teria sido se não fosse o capitalismo, porque a História não admite “se”. No entanto, é válida a pergunta: o que seria, em que grau, esse crescimento material e cultural se o socialismo s tivesse implantado num país desenvolvido, industrializado, em lugar de num país isolado, atrasado, semi-feudal com predomínio da servidão agrícola e, para mais, devastado por uma guerra mundial e, logo a seguir, por uma terrível guerra civil?

Não merece dúvida que uma pequena fração da humanidade se apropria da riqueza, enquanto milhões vivem na pobreza, mesmo nos países mais ricos. A fórmula de 1%-99% tem validade prática. É contraditório que esta coisa básica continue a existir quando tantos se dedicam principalmente à luta contra outras desigualdades, de género, de raça, de orientação sexual .

O paradigma atual é o do elogio do enriquecimento, do empreendedorismo mesmo que selvagem, da “teologia da riqueza”. Neste para-

digma são educados os nossos jovens, nele se moldam o pensamento e atitudes de muitos quadros e até de trabalhadores de menor nível. Tudo para os empresários, que criam emprego e fazem a riqueza nacional: leis, manipulação de mercados, desregulação do trabalho, baixa de impostos.

À escala global e em 2016 o 1% de topo em termos de rendimentos arrecadou 20% do total dos rendimentos globais, percentagem ainda mais alta do que em 1980 (16%). Os 10% de topo tiveram “direito” a 55% do total de rendimentos. As disparidades por regiões são chocantes, mostrando que a desigualdade ainda é maior nos países menos ricos. As taxas de apropriação do rendimento pelos 10% de topo, em 2016, na Europa, na China, na Rússia, nos Estados Unidos, na África subsaariana, no Brasil, na Índia e no Médio Oriente eram, respetivamente, 37%, 41%, 46%, 47%, 54%, 54% e 61% ²¹. Em todos os países referidos, com exceção do Brasil e mais acentuadamente nos últimos anos, a percentagem aumentou entre 1980 e 2016, com diferenças percentuais desde 2% na Europa até 15% na Índia ²².

A parte no rendimento da camada dos 50% inferiores viu aumentada a desigualdade não só por este aumento do rendimento dos mais ricos mas também pela diminuição do seu próprio rendimento, com exceção do Brasil (mais 1%). O mais chocante é talvez que essa diminuição no rendimento dos menores 50%, em termos absolutos, foi particularmente acentuada na China (menos 12%) e na Rússia (menos 14%).

Olhando por outro prisma, o da distribuição dos proveitos com o crescimento económico, continua a ver-se o crescimento da desigualdade. Entre 1980 e 2016, os 10% do topo, capturaram do crescimento o dobro dos 50% inferiores e só os 1% de topo arrecadaram do crescimento tanto quanto os 50% de baixo.

Se isto se verifica em relação ao rendimento, o mesmo em relação ao património, desmentindo as teses meritocráticas. Se é certo que Be-

²¹ Note-se que a China e a Rússia foram os países com maior crescimento desta taxa de desigualdade, entre 1980 e 2016.

²² Alvaredo, Facundo *et al.* (2018). “World Inequality Report”, WID.World Project, <https://wid.world/wid-world/>

zos, Gates ou Zuckerberg não nasceram ricos, a lei geral diz que a fortuna gera mais fortuna, sem necessidade de esforço e que as heranças se vão acumulando. No cômputo global, o decil superior (10% de topo) na hierarquia dos patrimónios possui, em geral, mais de 60% do total do património, enquanto que os 50% da base não possuem praticamente nada.

Ficou célebre o livro de Thomas Piketty, “O Capital no Século XXI”²³. Num laborioso estudo de dados sobre a riqueza ao longo de mais de um século e nos principais países ricos, ressalta que a concentração da riqueza, medida como a fração possuída pelos 10% ou 1% mais ricos, tendo diminuído depois da II Guerra Mundial, voltou a crescer desde os anos 80 e ininterruptamente, até hoje. Note-se que a riqueza está mais concentrada ainda do que o rendimento. Em 2010, os 10% americanos mais ricos recebiam metade do rendimento nacional mas possuíam 70% da riqueza.

(Abro parênteses para fazer notar que refiro o livro de Piketty por ser um útil manancial de dados. No entanto, tem a falha essencial de ser apenas isso, uma análise meramente fenomenológica tratada estatisticamente, sem a preocupação de estudar as causas e mecanismos da desigualdade. Nunca se fala na sua ligação estrutural com as relações sociais e não se aborda a inevitabilidade da desigualdade no quadro do modo de produção capitalista. Da mesma forma, toma como sinónimos capital e propriedade ao longo de um grande período temporal, independentemente do modo de produção e das relações sociais, como se a riqueza de um nobre medieval fosse estruturalmente idêntica à de um Bill Gates de hoje).

O grande aumento da concentração de rendimento desde os anos 80 é em parte o resultado do aumento dos super-salários, mais do que das rendas. Nas primeiras décadas do século XX, os ganhos de capital e os dividendos eram a principal fonte de rendimento para o topo (1%) da hierarquia do rendimento. Hoje, isto já só se verifica para uma ainda menor fração, dez vezes menor.

²³ Piketty, Thomas. “O capital no século XXI”. Temas e Debates, Lisboa, 2014.

Parte dos altos rendimentos de trabalho podem ser assimilados a rendimentos de capital. Um presidente-executivo (CEO) não é apenas um trabalhador muito bem pago pelo seu trabalho. Ele tem o poder de determinar em grande parte o seu próprio salário, o que é contra o poder típico do capitalista no assalariamento. Boa parte do seu rendimento, em bónus, prémios e outros, são um desvio para os administradores de parte dos lucros a empresa. A par dos dividendos, fazem parte do retorno do capital, embora atribuídos a não detentores do capital.

Como principais conclusões do trabalho de Piketty, resalte-se: 1. a fração capital/rendimento sobe inversamente à descida do crescimento económico; 2. há tendência para o aumento da fração capital/rendimento favorecer o capital herdado; 3. as concentrações de riqueza e de rendimento fortalecem-se mutuamente.

A distribuição de rendimentos do capital e do trabalho

Embora não traduza inteiramente os aspetos qualitativos ²⁴, há também um outro índice importante, que é recorrente na discussão da desigualdade: a distribuição do rendimento nacional entre o trabalho e o capital.

Um estudo da OIT ²⁵ de 2019 indica que, praticamente em todo o mundo, tem vindo a decair a percentagem que os rendimentos do trabalho representam em relação ao rendimento nacional. Globalmente, a parcela da renda nacional destinada aos trabalhadores está caindo, de 53,7% em 2004 para 51,4% em 2017. Portugal é o segundo país europeu no registo da maior quebra dos salários face ao PIB, menos 11,1 % entre 2004 e 2017, só atrás da Irlanda (menos 12 %). Em 2004 os rendimentos do trabalho representavam 65,8% do PIB em Portugal, mas, em 2016, o valor desceu para 54,7%. Em 2004, Portugal era o 6º país

²⁴ Que não vamos agora discutir, cingindo-nos aos quantitativos. Mas que o leitor não deixe de dar uma vista de olhos à literatura sobre isso, nomeadamente a análise, a nível mundial, dos relatórios ONU-PNUD sobre o desenvolvimento humano, dos “rankings” de qualidade de vida e do índice ou coeficiente GINI.

²⁵ “The global labour income and distribution”, 2019. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/publication/wcms_712232.pdf

na lista de percentagem do trabalho no rendimento nacional, por ordem decrescente, mas desceu de posição, até 2017, para o 44º lugar.

Como dito atrás, esta distribuição de rendimentos entre trabalho e capital ainda é agravada pela assimetria da distribuição dentro dos próprios rendimentos do trabalho, se comparados os rendimentos dos CEO mais os quadros dirigentes e os rendimentos dos restantes trabalhadores. Em 2017, no fim da crise, os trabalhadores tinham visto os seus salários reduzidos em 6,2%, mas os presidentes-executivos, CEO, saíram da crise com um aumento de rendimento de 49,7%. Em oito anos, a remuneração bruta média dos CEO, que já era de 24 vezes o salário médio dos trabalhadores, passou para 33 vezes mais ²⁶.

²⁶ Expresso, 29 de setembro de 2018.

V

O neoliberalismo, ideologia atual do capitalismo

Talvez se estranhe que, no capítulo anterior, não se tenha tratado o neoliberalismo como o “estádio final do capitalismo”¹. De facto, o neoliberalismo não é um estágio do capitalismo, não é a sua fase atual. Estruturalmente o capitalismo de hoje é o da financeirização e da globalização. O neoliberalismo é, nesta fase, a sua cobertura superestrutural, ideológica, com extensão para a escola económica dominante e com grande impacto hegemónico no senso comum.

Note-se, porém, que, dialeticamente, a estrutura – capitalismo financeiro de hoje – e a superestrutura ideológica – neoliberalismo – se alimentam mutuamente. O vigor da financeirização nesta atual fase do capitalismo, mau grado as suas contradições (mas longe de uma crise agónica) difunde insidiosamente a crença no novo dogma desta religião laica dominante. E à medida que as pessoas a aceitam como dogma, mais autodisciplinadamente vão procedendo de forma a acatarem e mesmo a alimentarem o funcionamento do sistema. É “o silêncio dos inocentes” (lembra-se do filme célebre?), a tranquilidade das ovelhas a serem conduzidas para o matadouro. Dizia Baudelaire que a maior artimanha do diabo é persuadir-nos de que não existe.

A caracterização do neoliberalismo está feita de forma exaustiva para todo o público². Em poucas palavras, uma ideologia, pensamento económico e programa político centrados na crença na infalibilidade do mercado, na supremacia da atividade económica privada, na não intervenção do Estado e na privatização do setor produtivo público, na redução da despesa pública, na livre circulação de bens e capitais e na globalização, na desregulação financeira, na competição sem travões.

O neoliberalismo é um escudo – e uma máscara em termos da

¹ Entenda-se final como o último a aparecer, não como o definitivo. Não há um *fim da história*, nem sequer no socialismo ou no comunismo.

² Uma leitura obrigatória: David Harvey, “A Brief History of Neoliberalism”, 2005, Oxford University Press. Em português “O Neoliberalismo. História e Implicações”, 2008, Edições Loyola, São Paulo, Brasil.

consciência coletiva – para a financeirização, para a exploração, para a exaustão de recursos e para a imensidade dos custos externos (externalidades).

É típico do neoliberalismo o desprezo pelos custos externos. Os investimentos e os negócios são avaliados apenas em termos dos custos diretos e nos lucros previstos. Descuram-se as externalidades, os efeitos colaterais, na poluição atmosférica, nos recursos hídricos, na biodiversidade, na qualidade dos solos, na poluição sonora, na sinistralidade rodoviária, no congestionamento e desconforto da vida, em tanta coisa mais. Estes custos nunca são imputados efetivamente aos responsáveis primários, apesar de os governos terem de o tentar, para satisfazer os protestos de movimentos cada vez mais interventivos. No entanto, no limite, a atribuição desses custos aos diretamente responsáveis levaria ao colapso do sistema económico tal como determinado pelo mercado e não há meios eficazes, no capitalismo atual, para conseguir a sua compensação. Como se pode compensar o mundo pela desflorestação da Amazónia?

Breve história do neoliberalismo

Provavelmente, o pai do neoliberalismo, Ludwig von Mises, não suspeitou, durante muitos anos, de que a sua proposta política e ideológica viria a ter tanto sucesso. Ela começa por ser formulada em três livros publicados entre 1919 e 1927 e é o seu grande crítico Max Adler, da escola austromarxista, que cunha o termo neoliberalismo

O nascimento oficial ocorre, com alguma obscuridade, na reunião de um grupo de economistas no Walter Lipmann Colloquium em 1938, com proeminência de Friedrich Hayek e Ludwig von Mises, como reação ao intervencionismo keynesiano aplicado depois da crise de 1929. Cresce depois com a constituição da Sociedade Mont Pèlerin, em 1947, já também com Milton Friedman e Karl Popper como cofundadores, entre outros. Todos estavam unidos na crença essencial de que a liberdade individual no mundo desenvolvido estava cada vez mais ameaçada pelas tendências coletivistas:

“Os valores centrais da civilização estão em perigo. Em gran-

des extensões da superfície da Terra [*JVC: leia-se, mundo socialista, em 1947*], as condições essenciais da dignidade e liberdade humanas já desapareceram. Em outros, estão sob a constante ameaça do desenvolvimento das tendências atuais das políticas. A posição do indivíduo e do grupo voluntário é progressivamente prejudicada pela extensão do poder arbitrário. Mesmo a possessão mais preciosa do homem ocidental, a liberdade de pensamento e de expressão, é ameaçada pela disseminação de credos que, reivindicando o privilégio de tolerância quando estão na posição de minoria, só procuram estabelecer uma posição de poder a partir da qual possam suprimir e abafar todas as opiniões, exceto as suas. (...) Este grupo entende que esses desenvolvimentos foram promovidos pelo declínio da crença na propriedade privada e no mercado competitivo (...) O objetivo deste grupo é apenas o de contribuir para a preservação e melhoria da sociedade livre.”³

Nas décadas seguintes, o pensamento e ação provindos da Mont Pèlerin não tiveram grande impacto, para além de alguns “think tanks” e círculos académicos, com exceção de uma progressiva assimilação de ideias pelo ordoliberalismo alemão, com o qual, na atualidade, se confunde muito.

Uma primeira viragem ocorre após o golpe de Pinochet no Chile, em 1973, quando um grupo de economistas discípulos de Friedman, os “Chicago boys”, leva à prática pela primeira vez a aplicação das propostas políticas e económicas do neoliberalismo. Triste exemplo para quem afirmava ser o genuíno defensor das liberdades individuais... Também no arrasto da crise de 1973 e principalmente na década seguinte, cresce a influência do neoliberalismo, pela sua adoção pelos governos de Reagan e Thatcher, depois fortemente acrescida como efeito, por vazio, do colapso do mundo comunista.

O neoliberalismo ganhou grande alento com a queda dos regimes comunistas. Até então, era uma ideologia com algo de defensivo, no

³ "Statement of Aims". The Mont Pelerin Society. 1947. <https://www.montpelerin.org/statement-of-aims/>

âmbito da guerra fria, limitado pelo balanço global de pesos e contrapesos. Assim como a queda do muro foi anunciada como o “fim da história”, no domínio do sistema político, também o neoliberalismo pareceu ser então o “fim da economia”, uma visão totalizante e definitiva das ideias económicas e das políticas económicas que lhes são decorrentes.

No entanto, o triunfo do neoliberalismo não se liga só ao fim do comunismo. Ele ganha todo o vigor que tem atualmente em virtude de dois colapsos, com efeitos em toda a esquerda que antes representava algum travão às ideias e políticas neoliberais: o comunismo e a social-democracia. Esta não soçobrou de forma tão espetacular como o comunismo, mas, como veremos em capítulo próximo, a sua degenerescência teve o mesmo efeito.

Citando uma boa síntese, “assiste-se, logo no ano de 1989, ao aparecimento de duas fórmulas que refletem o espírito da época, dois sintomas intelectuais da confiança política alimentada pelos triunfos neoliberais da década de 1980: o “Consenso de Washington”, ideia económica, agora convencional, apresentada naquele ano por John Williamson ⁴, e “o fim da história”, ideia de matriz hegeliana reciclada em novos termos por Francis Fukuyama (1989, 1992). Deste lado do Atlântico, em Bruxelas, é apresentado, também em 1989, o Relatório sobre a União Económica e Monetária na Comunidade Europeia, vulgo Relatório Delors, sobre os passos para uma União Económica e Monetária (UEM) que seria institucionalizada na década seguinte (Comissão Europeia, 1989).” ⁵

O consenso de Washington foi formulado como um catecismo, coincidindo até no número de mandamentos... e foi apresentado em nome de um “think tank” de economistas, o Institute for International Economics, com sede em Washington. A intenção era fornecer às prin-

⁴ Williamson, John (2015). "A Guide To John Williamson's Writing". <https://web.archive.org/web/20150705172400/http://www.iie.com/content/?ID=1#topic3>

⁵ Rodrigues, João (2018). “Na sombra de 1989: economia política internacional depois do fim da história”. Revista Crítica de Ciências Sociais, número especial, pág. 190.

principais instituições financeiras internacionais (FMI e Banco Mundial) um quadro de condicionalismos para a concessão de créditos e ajudas financeiras. Apesar de o próprio Williamson ter afirmado posteriormente que a conceção neoliberal da economia não refletia inteiramente o consenso de Washington, não é difícil ver-se nos seus dez pontos a essência do que hoje é a dogmática neoliberal, pelo menos no domínio da política económica e dos seus princípios:

- Disciplina orçamental, sem grandes défices relativos ao PIB;
- Privilégio dos gastos públicos em serviços para os desfavorecidos, como educação, saúde e infraestruturas, em vez de subsídios indiscriminados;
- Reforma fiscal com alargamento da taxa de base e moderação nas taxas marginais;
- Taxas de juro determinadas pelo mercado e moderadamente positivas em termos reais;
- Taxas de câmbio competitivas;
- Liberalização das trocas comerciais, com eventuais proteções limitadas por tarifas baixas e uniformes;
- Liberalização na receção de investimento estrangeiro;
- Privatização das empresas estatais;
- Desregulação, eliminando todas as restrições ao mercado livre e à competição, exceto por razões de segurança, ambientais ou de defesa do consumidor;
- Segurança legal para os direitos de propriedade.

Nada disto destoa das políticas posteriormente adotadas como dogma pela União Europeia e consagradas a par da austeridade tida como remédio para a crise de 2008, principalmente a partir de 2010. O consenso de Washington passou a ser também o consenso de Bruxelas.

A ideologia

A ideologia neoliberal conseguiu a proeza de não ter de se impor pela força, pelo confronto aberto na informação e na educação. Insinuou-se nas mentalidades, esterilizando-as em capacidade crítica pelo fatalismo e pela resignação.

Como ideologia invasiva, o neoliberalismo acabou por cobrir e abafar as clássicas âncoras tradicionais das pessoas, a religião, as culturas, os costumes identificadores. Nem o futebol ficou de fora... No limite, assume aspetos de um novo totalitarismo, que enforma toda a vida da sociedade e das pessoas, prendendo-as num novo senso comum.

A ideologia neoliberal difunde-se alastrando como mancha de petróleo no oceano, mas tem preferência por setores, profissões ou instituições determinantes para a formatação das mentes. Os seus principais arautos residem nas universidades – em particular nas escolas de economia, direito e ciências sociais –, nos estratos de topo das grandes empresas, na comunicação social, no sistema judicial. E, obviamente, nos partidos de direita e suas organizações de juventude, nas confederações patronais, nas associações profissionais.

Como é regra nas ideologias totalizantes, a linguagem neoliberal martela sistematicamente num tambor que ressoa mitos. O mito de que os ricos e empresários é que criam a riqueza, de que a riqueza provém exclusivamente do capital sem contribuição do trabalho– a verdadeira fonte do valor. O mito de que o capitalismo moderno deixou de ser um sistema de exploração, mudando-se para colaboração (e até deixou de haver trabalhadores, na novilíngua neoliberal, agora nobilitados como colaboradores). O mito da inteligência do mercado, quando a lógica do mercado é contrária à satisfação do comum e se alimenta da ganância, do clientelismo, do tráfico de influências, da desigualdade, tantas vezes da corrupção. O mito de que o setor público é um peso morto, quando, afinal, muitos serviços públicos são cada vez mais apetecíveis para o setor privado, desde que numa ótica do lucro, como a educação, a saúde e a poupança para a reforma. O mito da natureza diabólica do défice, invocando até a prudência da boa dona de casa, quando afinal o défice não excessivo é injeção de dinheiro na economia, para investimento e é autofinanciado, quando há capacidade de emissão de moeda.

A ideologia neoliberal não é uma ideologia aberta, no sentido de aceitar o confronto e o debate de ideias. Nem pode ser, como nos prova a história, das religiões às ideias políticas totalizantes (ou totalitárias), porque essas ideologias, ao serem suporte de sistemas de dominação,

exigem a sua instilação em todas as mentes e um grande grau de anes-tesia intelectual. As religiões não sobrevivem com grande debate inter-no, necessitando de dogmas que garantem a fidelidade dos crentes. O neoliberalismo também se afirma como um dogma, bem expresso na célebre fórmula de Thatcher, “não há alternativa” (TINA, “there is no alternative”). Só por si, esta fórmula é um insulto à inteligência. Na prática, é uma proibição à capacidade e ao dever de pensar. Não é um argumento, é uma exigência de capitulação.

No entanto, a ideologia neoliberal disfarça a sua natureza dogmá-tica, pretendo racionalizá-la. Sendo claro que o neoliberalismo surge desde início como uma agenda política e ideológica, pretendem os seus arautos que tem uma fundamentação científica – de ciência económica – indiscutível. É mais uma das vulgares utilizações abusivas, mesmo falsas, da credibilidade e prestígio da ciência. O neoliberalismo é uma ideologia mascarada de ciência económica.

E não é também o neoliberalismo a encarnação final da democra-cia, como dizem muitos? A medalha democrática do neoliberalismo é bastante despolida. Pretende identificar-se com os sistemas de democ-racia representativa convencional, dentro da mesma ótica de “fim da história”, no domínio do político à Fukuyama, no domínio do económi-co à Hayek. De facto, essa identificação com a democracia é bem flexí-vel. Não convive bem com regimes legitimamente democráticos como os regimes progressistas de alguns países da América Latina e apoiou inegavelmente a ditadura de Pinochet. No entanto, convive muito bem com o autoritarismo crescente na Europa e mantém as melhores rela-ções com ultra-autoritários como Orbán na Hungria ou Morawiecki na Polónia.

A divinização do mercado

A perspectiva neoliberal, com endeusamento do mercado, tem como derivada lógica a mercantilização de todas as coisas, incluindo das ati-vidades humanas, dos seus serviços básicos – educação, saúde, segu-rança social – e da cultura, dos lazeres, do desporto, do sexo. Os ho-mens passam a ser vistos não como cidadãos, como pessoas, mas essen-

cialmente como consumidores, num mundo Matrix em que o jogo se passa todo num tabuleiro mercantil e tudo é negociado, tudo é economicizado, mesmo as aspirações humanas mais básicas. Passamos todos a ser empresários de nós próprios, competindo num mercado de todos e tudo de forma a que a competição acaba por ser também autocompetição. Vencedores e vencidos já não é dualidade com que vemos os outros, em geral, mas também é o conflito interno, pessoal, a mover-nos numa vida cada vez mais medida pelo sucesso do que pela felicidade e realização humana, pela harmonia da inserção social. E sentimo-nos culpados pelo insucesso pessoal, com uma merecida exclusão que acaba por ser da nossa própria responsabilidade. Nunca antes um sistema dominante conseguiu transferir tanto para os dominados o ónus da responsabilidade pelo domínio.

Não existe o mercado perfeito e nunca pode resultar em formas de produção e de distribuição justas para toda a gente. Em particular, o mercado de trabalho e o de bens promovem a desigualdade e a divisão, não a igualdade e a unidade. Estimulam a competição e desvalorizam a colaboração, aceitando o trabalho de equipa apenas e até quando for interessante economicamente.

Essencialmente, o neoliberalismo pretende embeber definitivamente e de forma integral o Estado nas relações de mercado capitalista. Já não se trata do papel tradicional do Estado no capitalismo, de defesa e garantia das condições necessárias ao seu funcionamento e desenvolvimento. Do papel tradicional do Estado como moderador dos excessos inerentes ao capitalismo, autotóxicos, mas sim a sua própria integração no mercado, com mercantilização das funções próprias do Estado e com o objetivo final de promover – já não apenas deixar fazer – a reprodução capitalista, numa forma de capitalismo absoluto. Até as prisões já podem ser privatizadas e um dia destes serão as forças armadas e de segurança.

A conceção, organização e funcionamento dos serviços públicos, mesmo fora da esfera produtiva, cada vez mais deixam de se subordinar ao interesse público para serem vistos à luz do “managerialismo”, segundo critérios economicistas bebidos da cartilha neoliberal, mesmo

que disfarçados de terceiras vias socialistas, à Blair e o seu mentor Anthony Giddens ⁶.

Decorrendo da visão providencial dos mercados, a desregulação é um componente central das propostas neoliberais. Nem mesmo a crise de 2008 acordou devidamente as pessoas para as suas consequências, apesar de a desregulação ter sido um fator determinante da crise financeira. Um momento exemplar foi a revogação por Clinton do “Glass-Steagall Act”, que impunha a separação entre a banca comercial e a banca de investimentos. A desregulação levou à ocultação e à acumulação do risco sistémico, à invenção de instrumentos financeiros frágeis e opacos, tudo isto junto com o endividamento. Foi a crise de 2008. Mas passou a crise, o sistema suspirou de alívio e tudo se manteve.

O individualismo

A ter de ressaltar um dos termos definidores da ideologia neoliberal, escolheria o individualismo. Como Margaret Thatcher afirmava da maneira mais clara, não havia sociedade; só indivíduos, homens e mulheres e as suas famílias. E ressalto este aspeto porque ele espelha a premissa que pretende ser a base de tudo o que pensemos e façamos: que a competição é o único princípio organizador da atividade humana.

O objetivo do sucesso, não só financeiro mas em todos os aspetos exteriores da vida (mesmo que à custa dos aspetos interiores, pessoais) e a perspetiva artificiosa de enriquecimento sempre possível dão luz a uma nova utopia, viciosa no seu individualismo não apenas comportamental mas também possessivo, alimentado pelo crédito imposto por um “marketing” impiedoso. Para a realização do sucesso pode valer tudo neste mercado global; tudo o que se possa pagar passa a ser um direito, independentemente de qualquer valor moral.

Um preço a pagar é o medo, a dois níveis. A nível pessoal, o medo do insucesso, da falta de segurança, também das retaliações pelo reclamação ou mesmo o simples exercício dos direitos. Socialmente e politicamente, o medo que tem o sistema, sentindo-se sempre instável, de

⁶ Giddens, Anthony. “The Third Way. Renewal Of Social Democracy”. Polity Press. 1998.

sofrer qualquer perturbação que possa desencadear um imprevisível efeito borboleta. Por isto, tem de ser sempre controlado o que respeite às lutas dos trabalhadores, à assimilação digna dos imigrantes, aos direitos das mulheres e das minorias, ao combate pelo ambiente.

Outra bandeira do neoliberalismo é a valorização da meritocracia. Deixo isto para o capítulo em que discutirei as mentalidades.

Está à vista o fim do neoliberalismo?

Formulada assim, isolando o neoliberalismo da estrutura económica e social que lhe dá a base, a pergunta não faz sentido. Mas também não se pode pensar numa ligação rígida entre ambos. Muitas vezes as ideologias perduram como lastro para além da agonia do sistema de que eram reflexo. Outras vezes as ideias evoluem mais velozes do que os sistemas económicos, principalmente em relação a questões sem grande reflexo de classe e portanto menos ameaçadoras. Veja-se, por exemplo, como muitos sectores neoliberais se acomodam bem com posições avançadas em questões particulares, como por exemplo no domínio dos costumes ou em relação a outras “questões fraturantes”.

É certo que o atual capitalismo financeiro tem agudizado as contradições próprias a um grau nunca antes imaginado, que podemos questionar legitimamente se, ao menos, terá tido sucesso económico a receita neoliberal e os seus consensos, não só em situações normais mas também nos casos em que foram impostos como condicionalidades, para “ajudas” do FMI ou resgates na União Europeia. Para não estender muito a exposição e não podendo ser acusado de parcialidade, limito-me a transcrever o que se lê numa publicação do próprio Fundo ⁷:

“Há muito a louvar na agenda neoliberal. (...) No entanto, existem aspectos da agenda neoliberal que não foram cumpridos conforme o esperado. A nossa avaliação da agenda limita-se aos efeitos de duas políticas: a eliminação das restrições ao movimento de capitais através das fronteiras (a chamada liberalização das contas de capital); e a consolidação orçamental,

⁷ Ostry, J. D., Loungani, P. e Furceri, D. (2016). “Neoliberalism: oversold?”. IMF Finance & Development, 53 (2): 38-41.

às vezes chamada de “austeridade”, que é uma abreviatura de políticas para reduzir os défices orçamentais e os níveis de dívida. A avaliação dessas políticas específicas (em vez da ampla agenda neoliberal) chega a três conclusões inquietantes:

— Os benefícios em termos de aumento do crescimento parecem bastante difíceis de estabelecer quando se olha para um amplo grupo de países.

— Os custos em termos de aumento da desigualdade são proeminentes. Tais custos condensam a troca entre os efeitos de crescimento e a equidade de alguns aspectos da agenda neoliberal.

— O aumento da desigualdade, por sua vez, prejudica o nível e a sustentabilidade do crescimento. Mesmo que o crescimento seja o único ou principal objetivo da agenda neoliberal, os defensores dessa agenda ainda precisam prestar atenção aos efeitos distributivos.”

No entanto, é inegável que o capitalismo financeiro atual, embrulhado na sua roupagem neoliberal, tem ultrapassado sucessivas crises. Da mesma forma, não há ainda uma alternativa ideológica renovada, uma proposta transformadora que consiga penetrar significativamente no sentido comum, construído pelo sistema de hegemonia cultural e ideológico do neoliberalismo.

A luta contra o neoliberalismo é muito débil. Nos Estados Unidos e na Europa está reduzida a setores políticos minoritários e a movimentos inorgânicos e esporádicos. O próprio sindicalismo, atacado sistematicamente pelo dogma da necessidade de “medidas estruturais” que na prática se reduzem à flexibilização da legislação laboral, apresenta sinais de regressão da sua força tradicional, de baixa sindicalização, de efeitos de uma mentalidade de medo, egoísmo e se falta de consciência de classe. Papel relevante neste contexto é tido pelos partidos socialdemocratas, rendidos a um social-liberalismo que perfilha muito do que de essencial tem o neoliberalismo. A esse “vazio da esquerda” dedicarei adiante um capítulo próprio.

É na América Latina que podemos encontrar os melhores exemplos

de governos, infelizmente episódicos, com políticas claramente antineoliberais, em geral chegados ao poder por rejeição nas urnas de experiências nefastas de governos neoliberais. Equador, Argentina, Uruguai, Paraguai, Brasil, Bolívia, Venezuela são casos de sucesso no combate ao neoliberalismo mas, infelizmente, muitas vezes de curta duração. A doutrina Monroe ainda vigora e encontra formas variadas mas igualmente eficazes de recuperar as políticas neoliberais. Tanto recorre à descarada intervenção externa, como nas Honduras ou no Paraguai, como fomenta o golpe interno, no Brasil ou na Bolívia, podendo até apostar na traição interna no movimento progressista, como se passou com Lenín Moreno no Equador.

VI

Os caminhos do socialismo

No século XIX, o movimento proletário teve grande ação prática, nas revoluções de 1848 e na Comuna de Paris. Os termos comunista e socialista confundiam-se então e assim se traduzem na prática da criação de partidos. Até mesmo com a designação de social-democrata, como na Alemanha e na Rússia.

A grande cisão surge na eclosão da grande guerra, em 1914, quando uma corrente dominante do movimento proletário organizado cedeu ao nacionalismo de interesse imperialista e alinhou com o programa belicista. No entanto, inicialmente, não originou o nascimento da corrente comunista. Esta só aparece em 1917 com a cisão do partido social-democrata russo, em bolcheviques (isto é, maioritários), de Lênine, e mencheviques, as duas tendências criadas em 1903. Na Revolução de Fevereiro ainda as duas facções estão unidas e só se pode falar de comunismo com a Revolução de Outubro, com a consolidação do poder soviético, com a criação da III Internacional e o seu enquadramento da criação de partidos marxistas-leninistas que vêm a configurar o movimento comunista.

Entretanto, os restos das correntes oportunistas do movimento operário único, inicial, vegetam na sua relativa incapacidade de luta contra os fascismos e só vêm a despertar no “espírito de 45” quando o sistema capitalista “percebe”¹ que, face à atração pelas conquistas sociais da URSS, entretanto prestigiada como seu papel na guerra, deve

¹ Entre aspas pela conotação que pode ter com uma visão funcionalista, que não partilho. Segundo o funcionalismo, o comportamento das partes do sistema explica-se apenas pelas necessidades globais do sistema, preestabelecidas de antemão, sabe-se lá por que entidade sobrenatural. As organizações e mesmo os movimentos inorgânicos teriam uma utilidade predestinada, a favor de um objetivo sistemático, ideológico. Por exemplo, que o proletariado lumpen serve objetivamente o capital, é um facto. Mas que ele tenha surgido já imbuído dessa finalidade e como criação de um sistema “inteligente”, é uma visão funcionalista, afinal tributária da existência de algum “desígnio” transcendental e teleológico. Lamentavelmente, esta visão é vulgar no marxismo oficial.

proceder a uma relativa democratização social.

Na guerra fria, socialista e comunista eram designações antagónicas. Quem viveu o 25 de Abril em Portugal lembra-se bem do que isto significou. Parece-me irrealista, durante um tempo imprevisível, pensar-se numa fusão do campo socialista, em sentido lato, ou, como se diz mais vulgarmente mas com ambiguidade, numa união orgânica da esquerda.

Os dois próximos capítulos discutirão a evolução dessas duas correntes principais do movimento operário inicial. Entretanto, surgiram novas correntes de esquerda que não dispensam análise, pela importância que têm tido. Terão direito a um outro capítulo, “As novas esquerdas”, a seguir a esses dois. Em qualquer dos casos, não se pretende fazer história, percorrer toda a cronologia da vida dessas correntes; apenas enunciar e referir aspetos mais marcantes, mesmo que descosidos, e que pesam na análise atual.

VII

Ascensão e queda da cidade do comunismo

O século XX incluiu sete décadas que ficarão na história: as do nascimento, evolução e morte do projeto comunista ou do “socialismo real”. Foi o “breve século XX”, como lhe chamou Eric Hobsbawm no seu livro “A idade dos extremos”. Sete décadas não são nada para o relógio da História, mas para três gerações, a minha, a precedente e a seguinte à minha, foram o tempo de toda uma vida, de estar no mundo. O sistema do “socialismo real” determinou a ordem mundial, influenciou as ideias, gerou esperanças e ódios. A partir do fim da guerra, também partilhou a responsabilidade de nos fazer conhecer a ameaça permanente do cataclismo nuclear – embora também se possa dizer que o equilíbrio nuclear foi garantia precária da paz – e muito pouco da nossa vida escapou à influência da guerra fria.

Hoje, o movimento comunista internacional é uma pálida imagem do que foi nos seus tempos áureos, mesmo sem contar para essa avaliação com os partidos ainda no poder. Isto é particularmente notório na Europa, onde o Partido Comunista Italiano desapareceu e os grandes partidos francês e espanhol já só são uma sombra de si mesmos, sendo exceção o partido cipriota AKEL, com uma expressão eleitoral que ronda os 30%.

Do suicídio do partido italiano nem vale a pena falar. O partido francês hoje é irrelevante e só tem tido algum destaque quando alinhado com as candidaturas presidenciais de Mélenchon.

O partido espanhol, um pouco como se tinha passado em Portugal, acantonou-se à defesa com a desilusão das primeiras eleições em democracia, lendo mal a situação política e social e julgando que o eleitorado iria premiar o seu papel único na resistência antifascista, a sua pretendida modernização eurocomunista e até o seu compromisso na transição. Depois disso, apesar de um breve ressurgimento e da capacidade de mobilizar, unitariamente um campo alargado de esquerda não social-democrata, no tempo de Julio Anguita, como seu secretário geral foi estiolando progressivamente e errou na sua política de convergências.

Em lugar de um reforço do partido – até na imagem pública – pelo seu espírito unitário, o resultado foi a sua diluição na Esquerda Unida e, muito pior ainda no Unidos Podemos que, para a opinião pública – e na realidade – é totalmente dominado pelo Podemos.

Também o partido grego, o KKE, um partido com grande património histórico, se deixou sectarizar e dogmatizar, dando espaço ao eurocomunismo da facção do interior que depois derivou para a “nova esquerda” da Syriza.

Em Portugal, apesar de uma expressão eleitoral que não atinge os dois dígitos percentuais e em declínio, o Partido Comunista Português (PCP) continua a ser uma força influente, pela sua dimensão eleitoral, apesar de muito minoritária, pela influência que tem a nível parlamentar num quadro em que é difícil constituir governos maioritários monopartidários, pela sua implantação autárquica e no movimento sindical. O PCP não parece correr riscos, para já, de sofrer o destino de tantos seus partidos irmãos.

A fase de desenvolvimento e estabilização do mundo comunista apresenta alguma uniformidade, mas não foi assim com o seu começo, em cada país. Verdadeiras revoluções socialistas ocorreram na Rússia e na China, mas é distorcer a realidade falar-se em revoluções nos outros casos. Na sua grande maioria, foram fortemente determinadas pela vitória soviética em 1945, bem como pelos acordos de Ialta, embora com diferenças: instalação de um governo de unidade comunista-socialista na parte oriental da Alemanha ocupada; conquista do poder com apoio de grande manifestação de massas, na Checoslováquia em 1948; ou por operações principalmente aparelhísticas e institucionais, noutros países europeus. A exceção notória, com importantes consequências políticas posteriores, foi a Jugoslávia, libertada pela resistência interna sem intervenção soviética, mas mesmo assim dificilmente se poderá dizer que se tratou de uma revolução com movimentação das massas populares.

Noutras paragens e noutras épocas, também vários países enveredaram pela construção do socialismo de tipo marxista-leninista, com destaque, pelo significado da sua luta, para o Vietname e para Cuba. Também histórias e situações diferentes. A tomada de poder no Viet-

name deveu-se não tanto a uma revolução mas sim à vitória na guerra de libertação do domínio colonial francês, liderada pelo partido comunista, estendendo-se depois ao sul do país após a derrota americana na guerra do Vietname ¹. Em Cuba, houve larga adesão popular à conquista do poder pela guerrilha castrista mas não houve antes um movimento popular revolucionário, apesar de a guerrilha só poder ter sobrevivido graças ao apoio logístico e político prestado pelas populações rurais das zonas em que a guerrilha atuava, desde a Sierra Maestra.

Encontramos a mesma diversidade na origem e desenvolvimento dos partidos comunistas. No início do século XX, a Alemanha tinha o único grande partido marxista revolucionário para além do partido então designado social-democrata da Rússia. Muitos outros partidos aparecem só depois, geralmente por cisão de partidos socialistas, tanto por reação à traição nacionalista das direções partidárias apoiantes da guerra imperialista de 1914, como por influência e estímulo da Revolução de Outubro. Noutros casos, apareceram de novo, como o PCP, no seio de um movimento operário influenciado pelo anarcossindicalismo.

Muito diversos foram também o desenvolvimento e o impacto dos partidos comunistas. Nas décadas de 20 e 30, alguns tiveram um grande crescimento e grande força política, mas episódica porque dizimados pelos fascismos – caso dos partidos alemão, italiano e francês –, ou pela vitória franquista na Espanha, ou pela ditadura getulista no Brasil. Renasceram, pujantemente, os grandes partidos alemão, a leste (depois unificado com o partido socialista), francês e italiano. Estes dois últimos até viram a possibilidade de conduzirem a luta vitoriosa pelo socialismo se não tivessem sido confinados pelos “diktats” da guerra fria muito pouco tempo depois da vitória dos aliados. No resto da Europa ocidental pós-guerra os partidos comunistas foram sempre débeis, mau grado a atividade persistente e heróica desses partidos na clandestinidade. Recorde-se também o caso excecional de um grande partido não europeu, o indonésio, dizimado em 1965 pelo golpe genocida de Suharto.

¹ Como consequência indireta, também a tomada do poder pelo partido do Camboja, um caso particularmente doloroso na história do comunismo.

Mesmo com essa diversidade, não é difícil identificar como tal um partido comunista. Nos tempos da 3ª Internacional, obedeciam aos seus estatutos, adotados no seu 2º congresso, em 1920 ² e que estipulavam como requisitos de adesão as chamadas vinte e uma condições, entre as quais: a luta determinada pela extinção do estado burguês e a construção da ditadura do proletariado; a remoção dos cargos dirigentes de todos os elementos reformistas e centristas; o trabalho político junto do proletariado rural e dos camponeses pobres; a atitude clara e firme em relação à questão colonial; o desenvolvimento de atividade junto dos sindicatos, conselhos de trabalhadores, cooperativas de consumo e outras organizações de massas; a adoção de estatutos com base no centralismo democrático; o apoio incondicional a todas as repúblicas soviéticas; o cumprimento obrigatório das decisões dos congressos da Internacional Comunista e do seu comitê executivo.

Note-se que a adesão ao chamado marxismo-leninismo, depois afirmação de princípio também identificadora dos partidos comunistas, não aparece nesta época. Aliás, não podia aparecer em vida de Lênine porque a expressão foi cunhada na era estalinista para definir uma ideia de continuidade entre a obra de Marx e Engels, mais teórica, e a de Lenine já com o suporte prático da ação revolucionária, inclusive dos primeiros anos da construção do estado soviético. É em boa parte a isto que se deve este privilégio de ligação de Lênine ao do genial fundador, quando, no plano teórico, já nessa altura havia desenvolvimentos do marxismo por outros autores marxistas que nada desmerecem em relação à obra teórica de Lênine.

O sistema soviético

Passa a boutade, o sistema soviético fez-se fazendo-se. O programa bolchevique definia os objetivos e os processos revolucionários, apontava para medidas essenciais imediatas à revolução, mas, evidentemente,

² Os estatutos foram depois revistos no II congresso (1922) e no IV congresso (1924), mas sem alterações significativas quanto à caracterização de um partido comunista. As minutas do II congresso, incluindo as “21 condições”, estão publicadas online: <https://www.marxists.org/history/international/comintern/2nd-congress/ch07.htm>

não havia — nem há em nenhum grande processo histórico — uma agenda predefinida, o desenho acabado do modelo de sociedade e de Estado a edificar.

Mesmo que houvesse, tudo teria sido inevitavelmente perturbado pelos importantes fatores conjunturais que condicionaram a revolução. O primeiro foi a guerra europeia, ainda em curso. A paz tinha sido um dos elementos essenciais da célebre trilogia “paz, terra e pão” das Teses de Abril e a rejeição da guerra tinha sido responsável pela grande adesão dos soldados, através dos seus sovietes, à Revolução de Outubro. O fim da guerra, mesmo à custa dos enormes sacrifícios impostos pelo tratado de Brest-Litovsk, foi condição necessária para a consolidação inicial do novo poder soviético.

Mesmo assim, não foi possível criar condições para um desenvolvimento pacífico da construção do Estado proletário, devido à devastadora guerra civil desencadeada pelos “brancos”, apoiados por uma intervenção estrangeira em grande escala. A guerra teve consequências inevitáveis nas políticas económicas do “comunismo de guerra” e condicionou o estabelecimento de mecanismos de expressão da democracia, mesmo da democracia popular defendida pelo partido comunista-bolchevique.

Outra condicionante fundamental, em relação a muitos pressupostos teóricos, foi o atraso económico e social russo, com uma revolução a fugir ao paradigma sempre antes discutido de uma revolução socialista em países com alto desenvolvimento dos meios de produção. A peculiaridade dessa situação é bem manifesta na máxima bem conhecida de Lênine, “o comunismo é o poder dos sovietes e a eletrificação de todo o país”. Foi também a necessidade de incentivar a economia do jovem país soviético que obrigou a recuos e conciliações com resquícios de economia capitalista, na Nova Política Económica.

De facto, Lênine nunca pôde definir e executar uma política económica socialista em paz. Só depois da sua morte, já com Estaline no poder, é que se dá o salto para a coletivização, entre 1929 e 1931, com a expropriação das pequenas e médias propriedades privadas, incluindo as agrícolas, realizada durante o I Plano Quinquenal. No campo, fez-se

a grande transformação da estrutura agrária, com a criação das cooperativas (“kolkhoses”) e das grandes empresas agrícolas estatais (“sovkhoses”).

Este processo, conduzido contra grande resistência dos pequenos agricultores, foi justificado pelo regime revolucionário não apenas como objetivo revolucionário, mas também para garantir a distribuição de alimentos na fase simultânea de industrialização acelerada, principalmente da indústria pesada, decidido no quadro do primeiro plano quinquenal (um problema, o de desajustamentos entre a produção agrícola e a produção industrial e de serviços que se arrastou sempre ao longo de toda a história da URSS.

No entanto, a coletivização levada a efeito no tempo de Estaline não é a marca original da revolução russa no que respeita ao campesinato e à propriedade ou uso da terra. A revolução socialista no campo aconteceu logo desde o início da revolução, no tempo de Lénine, em simultâneo com a revolução urbana. Por toda a parte, no campo, houve ocupações de terra e expropriações efetuadas pelos soviets rurais, logo cobertas pelo decreto das terras aprovado pelo Conselho de Comissários do Povo, dirigido por Lénine, nacionalizando o solo mas permitindo o arrendamento por pequenos e médios agricultores.

Voltando ao tema desta secção, que fases da história do sistema soviético foram marcando mais a sua caracterização? Muitas etapas se podem enumerar – o estalinismo, o período Khruchchov, a estagnação brejnevista, o conflito sino-soviético, a primavera de Praga, o eurocomunismo, a “perestroika” e a implosão – mas a economia de espaço limita-nos aos que maior impacto ainda hoje têm na ideologia e na política.

O estalinismo

Não diria nada sobre o estalinismo, de tal forma é hoje consensual a sua condenação, se não forem aparecer ainda laivos de admiração e de culto de personalidade em (creio que poucos) comunistas proeminentes.

A morte prematura de Lénine abre a porta ao longo consulado de

Estaline. Julgo que quase toda a gente de esquerda com valores articulados com a adesão ao pensamento de Marx, e até boa parte, também de Lénine, considera o estalinismo como uma terrível mancha negra na história do socialismo.

Já não se discutem os crimes em massa, os campos de concentração, as deportações de populações inteiras, a feroz repressão da dissensão política ou mesmo da simples liberdade de expressão ainda que essa dissensão não tivesse laivos de contrarrevolucionarismo ou de ataque à construção do socialismo (se é que isto fosse atenuante). Mas também é preciso desmontar com rigor o jogo abusivo dos que pretendem igualar em horror o estalinismo e o nazismo. Os crimes do estalinismo são contratura em relação ao ideal socialista e comunista e aos princípios da democracia popular. Pelo contrário, os crimes do nazismo estão claramente inscritos na sua ideologia, nos seus textos fundadores.

O relatório secreto de Khrushchov ao XX Congresso do PCUS, em 1956 e depois comunicado aos dirigentes dos restantes partidos comunistas foi um terremoto no mundo comunista.

Ma mesmo sem o relatório, não deixa de surpreender que tanta gente de elevada capacidade intelectual, com espírito livre e crítico, nunca tivesse tido dúvidas sobre o significado do culto da personalidade de Estaline, em proporções muitas vezes infantis, ridículas e de submissão abjeta, bem como a incorreção em termos ideológicos - nomeadamente a violação do privilégio ao coletivo inerente ao marxismo e mesmo à prática leninista. Os mais novos já não terão fácil acesso a esses textos laudatórios da era estalinista ou a essa iconografia, mas se lerem hoje uma tradução de qualquer texto da agência norte-coreana Yonhap que fale do amado camarada Kim ficam com uma ideia, se bem que pálida, do que era o culto da personalidade de Estaline.

Como era possível também que, antes do relatório de Khrushchov, nenhum dirigente comunista de qualquer parte do mundo – ao menos esses, dirigentes – conhecedores da história, dedicação revolucionária e integridade dos grandes companheiros de Lénine, não se interrogasse sobre a quantidade de alegadas traições miseráveis à revolução e ao próprio país cometidas por esses dirigentes da primeira hora da revolu-

ção e muitas vezes com um património político muito superior ao de Estaline?

A primavera de Praga

Quando se evoca o ano de 1968, muita gente, principalmente nos meios radicais intelectuais, associará logo Maio de 68 em França. No entanto, por mim, na altura e ainda agora, dou maior importância a outra grande convulsão política e social que decorria simultaneamente, a primavera de Praga. Mais adiante neste livro se abordará o significado dos acontecimentos em França mas não me merece dúvidas de que o processo checoslovaco marca muito mais a História, como primeiro vislumbre do que podia ter sido a construção do socialismo real.

As suas consequências foram muito para além do processo em si – sem descurar o que constituiu como esperança, não só para os checos e eslovacos – e medem-se pelos enormes efeitos que o fim do processo, ditado pela intervenção dos tanques do pacto de Varsóvia (com exceção da Roménia), teve no mundo comunista. Efeitos pela negativa, em muitos casos de maior enquistamento ainda de partidos comunistas; e pela positiva, despertando muitos comunistas para a necessidade de repensar a forma real de concretização do seu ideal.

Tal como os restantes países do bloco comunista europeu, a Checoslováquia conheceu na década de 60 um período de dificuldade económica, com desajustamento do modelo soviético a uma economia já bem industrializada ainda antes da guerra. Por outro lado, a desestalinização, sob a direção de Novotny, tinha sido menos marcada do que nos outros países do bloco. O descontentamento manifestava-se surdamente mesmo dentro do partido e de parte da sua direção, levando à substituição do secretário geral por Alexander Dubcek, em janeiro de 1968.

As reformas começaram imediatamente, ganhando rapidamente a confiança do povo, nomeadamente dos intelectuais, dos jovens e da comunicação social. Progressivamente, acabou a censura, permitiram-se manifestações artísticas antes impossíveis, suspenderam-se os processos políticos. No domínio partidário, descentralizou-se e previa-se a divisão

em dois partidos comunistas nacionais, a caminho também da constituição de um estado federal. Ao mesmo tempo, começou-se a discutir o desenho de um sistema económico que conjugasse equilibradamente a planificação e o mercado.

A posição básica de Dubcek e dos seus apoiantes na direção do partido era de que “a construção de uma sociedade socialista avançada sobre bases económicas sólidas, um socialismo que corresponda às tradições democráticas históricas da Checoslováquia. (...) não pode significar apenas a libertação do povo trabalhador do domínio da exploração das relações de classe; deve fazer mais do que qualquer democracia burguesa para uma vida mais plena da personalidade”³. Assim se justificava a expressão que ficou célebre, “socialismo de rosto humano”. Em rigor, não há outro.

Entretanto, era fatal que a descompressão trasbordasse do âmbito restrito do partido. Logo surgiram as mais variadas manifestações de apoio à reforma, primeiro por parte de intelectuais, logo a seguir alastrando a largas camadas sociais e organizações de trabalhadores. Organizavam-se debates na rádio e televisão, publicavam-se manifestos, elaboravam-se estudos de historiadores sobre períodos passados recentes da história checa e eslovaca. E, principalmente, havia cada vez mais pressão para o avanço e mesmo a radicalização das reformas.

O movimento alastrou aos setores operários, perante a antipatia pelas reformas do aparelho sindical afeto a Novotny e aos conservadores. Em maio, surgiram numerosas greves, fundamentalmente tendo como alvo os diretores de empresa, incompetentes ou corruptos, e apoiando o Programa de Ação, que considerava que “é indispensável que todo o coletivo de trabalho que suporta as consequências [da má gestão] tenha também influência na gestão das empresas. Assim nasce a necessidade de órgãos democráticos nas empresas, que tenham poderes delimitados no que diz respeito à direção da empresa”. Constituíram-se conselhos operários e, na grande empresa CKD (aeronáutica) é

³ Programa de Ação do Partido Comunista da Checoslováquia, 5 de abril de 1968. <https://www.marxists.org/subject/czech/1968/action-programme.htm>

aprovado um novo estatuto de autogestão, de tipo jugoslavo.

É certo que havia o risco de aproveitamento do movimento popular por uma ofensiva burguesa, até por pessoas a funcionar como cabeças de ponte em níveis dirigentes do partido e do Estado. Dubcek – um pouco na situação em que depois se viu Gorbachov – procurou garantir o controlo do processo pelo PC checoslovaco mas viu-se muitas vezes ultrapassado pela pressão popular. Mais difícil era o compromisso necessário para resistir às pressões externas. Talvez com alguma ingenuidade, atuou com a expectativa de que os seus parceiros poderiam tolerar a reforma interna desde que a Checoslováquia garantisse lealdade ao bloco no plano militar e das relações internacionais.

A ilusão desfez-se na trágica noite de 20 para 21 de agosto, com a invasão das forças do Pacto de Varsóvia. Fechou-se o que podia ter sido uma página de esperança para o ideal de construção de uma sociedade socialista com verdadeira emancipação dos trabalhadores, aquilo que Marx escrevia que só podia ser obra dos próprios trabalhadores.

As repercussões da invasão foram enormes, nomeadamente no seio do movimento comunista internacional. No plano teórico, pela introdução de um novo conceito, o da soberania limitada, uma entorse abusiva dos princípios do internacionalismo proletário e difícil de se compreender, a não ser com maniqueísmo, quando se protestava sempre, e com razão, contra as permanentes intervenções estrangeiras do imperialismo, mais ou menos brutais. No plano prático, pelas repercussões que teve em outros partidos, estando na origem, embora só formalizada depois, do eurocomunismo, A condenação da invasão foi geral entre os partidos comunistas europeus ocidentais, nomeadamente os mais importantes – Itália, França e Espanha.

Como caso excecional de aprovação e apoio explícito, notabilizou-se o Partido Comunista Português, só acompanhado pelo minúsculo partido comunista luxemburguês e pela direção no exterior do partido grego – mas não pela organização no interior.

O eurocomunismo

Vou passar o eurocomunismo um pouco de relance. Teve impacto

na época mas foi relativamente fugaz e não deixou muitas marcas, a não ser estar associado ao fim ou decadência dos partidos italiano e francês – e, em boa parte, à perda de influência do partido comunista espanhol.

O aparecimento público e organizado do movimento eurocomunista, como bloco, ocorreu na Conferência de Berlim dos partidos comunistas europeus, em 1976, por meio do discurso de Enrico Berlinguer, secretário geral do PCI, tendo ganho a adesão às teses daqueles partidos já referidos por parte de um número considerável de outros partidos europeus (Grã-Bretanha, Bélgica, Holanda, Áustria, por exemplo).

No essencial, os partidos eurocomunistas defendiam a impossibilidade da revolução nos países desenvolvidos e a inevitabilidade da via eleitoral; o respeito absoluto pelas instituições e mecanismos da democracia representativa, do tipo europeu ocidental; a via reformista para o socialismo, rejeitando-se lutas com risco de rotura, que inevitavelmente terminariam em derrota e comprometeriam a via parlamentar para o socialismo; a prioridade ao combate contra os grandes monopólios capitalistas, o que justificava a construção de um amplo bloco histórico juntando aos trabalhadores largas camadas das “classes médias”.

O eurocomunismo falhou rotundamente na oferta de uma dimensão totalizadora socialista. A sua análise não configurava uma dialética revolucionária, não partia para uma estratégia para o socialismo. Pelo contrário, a sua posição básica de conciliação com o Estado capitalista é bem expressa por Santiago Carrillo, ao escrever que os eurocomunistas tinham “uma conceção sólida sobre a possibilidade de democratizar o aparelho de Estado capitalista, transformando-o assim numa ferramenta válida para construir uma sociedade socialista, sem necessidade de o destruir radicalmente”⁴.

Pode-se bem duvidar desta “posição sólida”, pelo menos dos seus fundamentos teóricos e das propostas programáticas concretas. Na realidade, o eurocomunismo nunca desenvolveu uma estratégia clara reconhecível, até porque se defendia com o princípio (aliás correto) da

⁴ Carrillo, Santiago (1977). “Eurocomunismo y Estado”. Editorial Critica, Barcelona, pág. 17.

total autonomia de cada partido para decidir a sua estratégia, alianças e propostas parlamentares de reforma. Acabou por nunca ter uma identidade bem definida, ao contrário dos dois grandes movimentos comunistas da época, o soviético e o maoísta, Na prática, andou sempre perdido na necessidade – ou na única possibilidade – de se definir pela negativa: nem comunismo soviético nem social-democracia.

A história do eurocomunismo foi breve e terminou tristemente, como é bem conhecido, com a autodissolução noutro partido do Partido Comunista Italiano e com a remissão à quase insignificância dos outros grandes partidos eurocomunistas.

A implosão do mundo soviético

1989 foi um “annus horribilis” para o sistema comunista, embora não atingindo ainda diretamente a URSS. As tentativas de vários partidos comunistas no poder de substituição das direções por quadros reformistas não resultaram e não acalmaram o descontentamento popular acumulado. Perderam o poder por via eleitoral, na Polónia e na Hungria, ou simplesmente abandonaram-no, na Bulgária. Os dois últimos meses do ano são os dos movimentos populares de grande envergadura, na Roménia, na Checoslováquia, com o que a comunicação social ocidental chamou de revolução de veludo; e na RDA, com o emblemático derrube do muro de Berlim.

Não foi tanto o socialismo que foi visado onde houve movimentação contra os regimes. Foi mais o autoritarismo, as prerrogativas do Estado sobre as liberdades do povo. As revoltas populares que derrubaram o muro e aboliram as burocracias dominantes foram mais anti-totalitárias do que democráticas. A consequência é que não houve depois uma expansão da democracia nos novos regimes pós-comunistas, antes pelo contrário, o aparecimento de egoísmos, formas asselvajadas de capitalismo e manifestações sistemáticas de xenofobia ou de poder religioso.

Mas nada disto teria podido acontecer se não tivesse ocorrido, nos quatro anos anteriores, o processo da “perestroika” (reestruturação, em russo). Uma reestruturação fora de tempo, já sem condições, que inevi-

tavelmente apressaria a morte de um cadáver adiado.

Como acontece muitas vezes em sistemas rígidos, autodefendidos ou mesmo bloqueados, e como já se tinha visto com Khrushchov, há que esperar demasiado tempo, até ao desaparecimento ou enfraquecimento do poder dominante, para que um quadro do sistema, até então fiel seguidor, tenha condições para arriscar a sua carreira e o seu estatuto pessoal. Quando Gorbachov o pôde fazer, já era tarde, mesmo para preservar o Estado soviético e os seus ideais, como é de crer que fosse a intenção sincera de Gorbachov.

As reformas políticas e económicas, a afirmação do respeito pelos direitos democráticos dos cidadãos soviéticos, a transparência (“glasnost”), a valorização do Congresso dos Deputados do Povo, a descentralização, juntamente com um acentuado degelo nas relações internacionais e a diminuição da ameaça de uma guerra nuclear, deram à perestroika razões para um grande interesse e atenção por parte de largos setores da opinião mundial e mesmo, inicialmente, de muitos partidos comunistas, incluindo o português.

No seu XIII Congresso ⁵, o PCP aponta os principais erros e desvios de uma correta linha socialista – ou verdadeiramente marxista-leninista, na opinião do partido – e que tinham levado ao derrube de todos os regimes comunistas europeus nos meses anteriores ao congresso, exceto a União Soviética. Referia-se a forte centralização da direcção da vida económica, social e política, por graves erros na direcção do partido e do Estado e ainda porque o poder não controlado, sobretudo em casos de partido único, abre fácil caminho ao abuso e ao arbítrio, com degradação do carácter popular do poder, a acentuada limitação da democracia política e o carácter repressivo do Estado..

Mais do que qualquer crítica ou análise feita por um não-comunista, é inegável a garantia de correspondência à verdade desta análise feita por quem certamente conhecia muito bem a situação dos países

⁵ Resolução Política do XIII Congresso do PCP, 20.5.1990. <https://www.pcp.pt/resolucao-pol%C3%ADtica-do-xiii-congresso-do-pcp-extraordin%C3%ADrio-cap%C3%ADtulo-i>.

comunistas europeus ⁶. No entanto, é legítima uma pergunta. Como é que um partido que conhecia a situação tão profundamente a ponto de ser capaz de elaborar esta crítica tão incisiva era também um fiel admirador da URSS e do PCUS, bem como dos outros partidos comunistas no poder? Alguma vez o PCP formulou estas críticas no seio do movimento comunista internacional? Os muitos dirigentes e quadros comunistas que viveram largos anos nos países socialistas não conheciam o dia-a-dia daqueles povos? E, principalmente, era honesto para com os próprios militantes deixá-los sempre na ignorância daquelas realidades e, pelo contrário, continuar a apresentar-lhes os países socialistas como um espelho do socialismo por que militavam, mesmo que atenuando esse embuste objetivo com a afirmação habitual de que cada país, portanto também Portugal, construiria o socialismo de acordo com as suas especificidades?

Esta análise do PCP data de maio de 1990. Tinham sido derrubados os governos comunistas em todo o bloco, mas mantinha-se a grande fortaleza, a URSS. Não foi preciso esperar mais do que um ano e pouco para se assistir ao colapso da URSS, na sequência do contragolpe de Ieltsin e dos seus próximos ao golpe de agosto de 1991 por parte dos sectores ortodoxos e conservadores do PCUS.

A URSS não acabou por uma intervenção externa nem por uma revolução, como aconteceu com a generalidade dos impérios, ao longo da História. Colapsou, simplesmente. Como no “Conde de Abranhos”, “vós sois o ministério que se sumiu daqui por um alçapão!” Nos dois atos da tragédia, a cena esteve ocupada por um grupo reduzido de atores, com um público impassível. Primeiro, um golpe tosco, aparentemente mal preparado, de um pequeno grupo de dirigentes conservadores do PCUS, com retenção de Gorbachov na Crimeia. Não houve qualquer apoio, nem da maioria da direção, nem do partido, nem do congresso dos soviets, nem dos sindicatos, nem das forças armadas, nenhuma oposição popular, a não ser a que se reuniu em Moscovo em torno de Ieltsin para a sua tomada efetiva de poder. Depois o mesmo,

⁶ Não parece ser muito arriscado, até tendo em conta o estilo de escrita, atribuir a Álvaro Cunhal pelo menos o essencial da redação deste texto.

com a proibição do PCUS e em dezembro, a própria dissolução da URSS.

O que mais pode surpreender é que tudo isto foi feito facilmente por quadros da direção do partido, por ele educados e selecionados, aparentemente merecedores de toda a confiança. Talvez nada possa ser mais dramaticamente exemplificativo do estado a que tinha sido conduzido o partido herdeiro da Revolução de Outubro e do apodrecimento de uma sociedade que se apresentava como socialista.

O caso dos países da Europa de leste, comunista, também merece reflexão, em termos do que era a falta de consistência do seu socialismo, no plano ideológico e de formação política das pessoas. Hoje, bom número deles tem governos conservadores, de inspiração neoliberal, autoritários, com laivos de profascismo. Tenha-se presentes que têm sido eleitos por processos democráticos formais, que não têm levantado suspeitas de fraude e que podemos considerar que traduzem a vontade e a ideologia da maioria das pessoas. Como é possível que mais de quarenta anos de sistema comunista não tenham criado outra consciência política nesses povos? Um verdadeiro socialismo não poderia deixar de o ter feito.

A questão central é que o sistema dos países do socialismo real encerrava, desde início, uma contradição essencial e estrutural. Foi Mészáros ⁷ quem, a meu ver, melhor a estudou e expôs em múltiplas passagens da sua obra monumental “Beyond Capital” (“Para além do Capital”, 2000) ⁸. Segundo este importante filósofo húngaro, é necessário distinguir no “metabolismo social” do capital, o sistema capitalista (ou capitalismo, um termo aliás pouco usado por Marx) e o “sistema do capital”, que sobreviveu como pós-capitalismo de capital (ou capitalismo de Estado, termo equivalente, para muitos – mas não para Mészáros, o que não posso agora discutir) mesmo para além do fim do siste-

⁷ István Mészáros (1930 - 2017) foi um filósofo húngaro, discípulo de Lucács e um dos mais importantes filósofos marxistas dos tempos recentes. Exilou-se na sequência da repressão da revolução de 1956, passando a viver e ensinar em Sussex, na Inglaterra.

⁸ Ver o prefácio e principalmente o que escreve a páginas 64, 106, 735 e 980, a que se referem as transcrições no meu texto.

ma capitalista. Manteve-se a “estrutura hierárquica de comando do trabalho na ordem social pós-revolucionária, com a sua política autoritária de extração de mais-trabalho. (...) A intenção autocontraditória de reestruturar sem mudar a própria estrutura como corporização da divisão social hierárquica do trabalho; tal como a social-democracia queria reformar o capitalismo sem alterar a sua substância capitalista, condenaram o sistema soviético a estagnar entre uma crise e outra”.

“(O sistema soviético) tentou em vão substituir-se à estrutura de comando sócio-económico, assumindo voluntaristicamente a regulação política de todas as funções produtivas e distributivas, para o que não estava talhado”. (...) Em vez de enveredar pelo caminho difícil da instituição de um processo de trabalho socialista, criando as condições para uma autogestão significativa, respondeu à mais grave crise que sucedeu à Grande Guerra apenas com a mudança do pessoal no comando.”

“(...) O controlo político da força de trabalho não era o que se deve esperar como forma ideal de controlar o processo laboral. A extração de mais-trabalho e de mais-valia, economicamente regulada no capitalismo, lesou a produtividade na sistema soviético, com muito poder exercido por atuações negativas, de desconfiança e desleixo, o que sabotou a ‘raison d’être’ do sistema, a acumulação forçada. Ela ficou encravada e por isso todo o sistema tinha de colapsar.”

O comunismo hoje

O que é ser-se comunista hoje? Há aqueles que continuam a militar em partidos que se afirmam como herdeiros dos ideais da Revolução de Outubro e fiéis ao legado marxista-leninista. Outros, muitos outros, têm vivos esses ideais mas não partilham as conceções leninistas e consideram que elas, ainda por cima permanecendo de facto, muitas vezes, como um corpo fechado, não servem hoje para desenhar um projeto transformador radical adequado às imensas mudanças que o mundo, a sociedade, a tecnologia e o trabalho sofreram, principalmente a partir dos anos 60 e 70 do século passado. Geralmente evitam a confusão inevitável de se chamarem comunistas e eu próprio não sei como me designar. Altercomunista, isto é, de outro comunismo?

Hoje, o movimento comunista – se esquecermos agora aChina – está confinado, na defensiva, envelhecido e na maior parte dos casos restringido a uma ação predominantemente institucional, com crescente dificuldade de ações de massas e de organização multivariada das classes trabalhadoras.

Um ideal, para a sua divulgação e aceitação, alimenta-se muito de uma visão concreta, mesmo que em traços gerais, do seu modelo de sociedade. Era o modelo soviético, que falhou e sempre suscitou reservas a muita gente. Agora é nada. Nenhum modelo, nem um esboço de realidade futura para além da retórica.

Infelizmente, em virtude dos erros passados que discuti neste capítulo, quase que é mais fácil definir “ser comunista” pela negativa: é ter presentes, criticar e rejeitar todos esses erros, mantendo os grandes objetivos e ideais. É necessário dar conteúdo às fórmulas, que podem ser usadas perversamente. Não basta querer a liberdade na Terra. É preciso dizer para quem é essa liberdade e com que forma *concreta*. Não basta querer a igualdade. É preciso explicar como pode haver igualdade entre seres humanos psíquica e culturalmente diferentes, como igualdade social. Não basta querer a fraternidade ou a solidariedade. Conhecendo-se a força das injustiças causadas pelo poder, é preciso acentuar que só pode haver solidariedade entre iguais. E, por falar em poder, é preciso acautelar sempre que o poder não estrague o ideal, como tantas vezes aconteceu na História; e, para isso identificar e caracterizar bem todas as formas de poder, económico, político, judicial, mediático.

VIII

Do espírito de 45 à agonia da social-democracia

É provável que a maioria dos leitores dispense bem este primeiro parágrafo, de definição da social-democracia ¹. É a corrente política, económica e ideológica que defende uma ideia de socialismo identificada com justiça social (com toda a dificuldade de definir no concreto o que isto significa, para além de retórica moral), com correção dos excessos do capitalismo mas sem pôr em causa o modo de produção capitalista, a liberdade de mercado e a propriedade privada, e assente numa ação política essencialmente no quadro das instituições da democracia parlamentar, com respeito pelas liberdades consagradas, e tendo como principais elementos de política sócio-económica a atenuação da desigualdade da distribuição de rendimentos,

A corrente social-democrata do movimento operário tem fundamentação teórica nas primeiras dissidências revisionistas do marxismo – ou mesmo oposição – personificadas principalmente por Bernstein e Kaustsky e, organizativamente, nos partidos da II Internacional Socialista que cederam perante os interesses imperialistas que deram origem à Grande Guerra, que esses partidos maioritariamente apoiaram. Logo a seguir, uniu-os também a oposição à Revolução de Outubro e ao desenvolvimento leninista da construção do socialismo soviético.

Note-se que o Partido Socialista português é uma exceção. A não ser no nome, nada tem a ver com o velho partido socialista daquela época, o partido de José Fontana e de Antero, que soçobrou face à repressão salazarista, logo no início da edificação do Estado Novo. O atual partido foi de facto constituído de novo, em 1973, sem raízes populares, por um grupo de intelectuais e profissionais liberais, muito centrados em torno de duas figuras tutelares, Mário Soares e Salgado Zenha.

¹ Abordaremos somente a social-democracia europeia. Seria interessante, mas fora do espaço deste livro, compará-la com as experiências trabalhistas sul-americanas, como o getulismo e o peronismo – nos seus pontos de encontro mas também nas diferenças muito substanciais, como até os seus aspetos fascizantes da primeira fase – bem como analisar o caso mais recente do Partido dos Trabalhadores brasileiro.

As principais posições revisionistas exprimem-se na recusa da tese marxista da inevitabilidade da crise letal do capitalismo, que Eduard Bernstein (1850-1932) considerava poder levar a uma atitude de “laissez faire” e de menorização da importância das reformas dentro do próprio capitalismo; na tese de que o proletariado estava a ser progressivamente transferido para uma classe de novos proprietários, com desenvolvimento da pequena burguesia e classe média, contra a tese marxista da crescente proletarização; na ideia de que as revoluções, na Europa desenvolvida, só conduziam à repressão e ao desastre, devendo a melhor estratégia ser o movimento social contínuo orientado para uma mudança incremental, reformista e não violenta. Em suma, a ação política no âmbito das instituições capitalistas, nomeadamente por ação legislativa parlamentar.

A outra grande figura do revisionismo social-democrata, Karl Kautsky (1854-1938) tem um percurso diferente e desfasado temporalmente em relação a Bernstein. Mantém-se fiel ao essencial do pensamento marxista até mais tarde, tendo mesmo sido encarregado por Engels em 1888 de editar a “Teoria da Mais-valia” de Marx. Foi mesmo, inicialmente, crítico veemente de Bernstein e das propostas que Kautsky considerava como de aliança com a burguesia progressista e sem uma perspectiva de classe, tendo-se também oposto a Bernstein e à maioria dos dirigentes do partido social-democrata alemão quanto ao apoio à guerra imperialista de 1914. O seu desvio para as posições social-democráticas veio a acontecer principalmente na altura da revolução russa de 1917 e à ditadura do proletariado, a que se opôs fortemente. É a época em que é apodado por Lênine de “renegado Kautsky”.

Ascensão e apogeu

Inicialmente, a social-democracia teve influência na Alemanha no período da República de Weimar e na Itália do pós-guerra, onde ganhou as eleições de 1919. Na Alemanha, participou em governos de coligação nas décadas de 20 e 30 do século passado, experiências não muito gratificantes em termos de avanços socialistas. Comprometeram-se com políticas económicas ortodoxas e monetaristas, com a preocupação de

estabilidade financeira e orçamental, mas que conduziram a recessão, desemprego e manutenção da inflação, embora baixando-a dos níveis estratosféricos das notas de banco pequenas com valor facial de bilhões de marcos.

Com a vitória do nazismo e a repressão sobre os partidos políticos de esquerda, o partido social-democrata quase desaparece e a social-democracia europeia só ganha relevo, antes da segunda guerra, na Suécia, progredindo até ao estabelecimento do chamado modelo sueco (modelo Rehn-Meidner ²), que difere do modelo trabalhista inglês (que abordaremos a seguir) essencialmente por não envolver um papel significativo do Estado.

Essencialmente, o modelo procura o equilíbrio entre uma organização de trabalhadores poderosa (a “Landsorganisationen”, LO) e a confederação patronal, SAF e sempre com base na negociação laboral, com ação legislativa neutra do Estado. O crescimento económico desejado pelos trabalhadores, com repercussão no nível salarial, implica um acordo com constrições que acabam por favorecer o desenvolvimento sustentado e lucrativo do capitalismo, com estabilidade política. Na prática, isto implicou a aceitação pela central sindical de uma perspectiva monetarista e keynesiana da economia e pela preocupação com o equilíbrio entre a produção e o consumo, em contrapartida a um forte sistema de bem-estar social e a avultado investimento. Os critérios centrais da concertação giravam em torno da redução da desigualdade, da estabilidade dos preços e do pleno emprego.

Por um lado, os trabalhadores impõem um sistema uniforme de salários entre empresas, tendendo para salário igual para trabalho igual, e para restrições aos salários elevados dos quadros superiores. Por outro, aceitam a consequência de as empresas menos aptas não resistirem a esse nivelamento salarial por alto, causando falências e despedimentos, mas partindo do princípio de que esses trabalhadores encontram facilmente novos postos de trabalho.

² Leitura sugerida, entre muita documentação acessível online: “Revisiting the Meidner Plan” <https://www.jacobinmag.com/2017/08/sweden-social-democracy-meidner-plan-capital>

O modelo sueco foi-se deteriorando à medida que se foi introduzindo uma perspectiva de propriedade de capital distribuída também pelos trabalhadores, uma espécie de “capitalismo popular”, privilegiando os trabalhadores de topo, antes sujeitos a restrições. Este foi um dos fatores de uma maior agressividade da confederação patronal, causando erosão na anterior força dos sindicatos, num equilíbrio quase de igual para igual. Coincidindo com a crescente rendição da social-democracia sueca à narrativa do mercado, a própria LO foi aceitando cada vez mais as políticas pró-capital promovidas pela SAF e deixou de estar em condições de garantir a promoção na prática do modelo Rehn-Meidner.

A experiência social-democrata inglesa, trabalhista, do Labour Party, é substancialmente diferente, principalmente no que respeita ao papel do Estado e ao relevo das nacionalizações, com muito menor ênfase na concertação social do que o modelo sueco. O modelo do Labour do socialismo em versão social-democrata não foi evolutivo, irrompendo bruscamente e com grande impacto quando o Partido Trabalhista vence as primeiras eleições a seguir à guerra, logo em 1945, governando até 1951.

Apesar de ser uma época de austeridade, na sequência da guerra, e até ainda com racionamentos, o governo de Clement Attlee aplicou a política mais progressista e popular alguma vez vista no Reino Unido. Ao contrário do modelo sueco, a ação política governamental e a sua intervenção na economia foram determinantes. Pode-se resumir a política trabalhista em quatro pilares fundamentais: Estado social de bem-estar, política económica keynesiana, nacionalizações e defesa dos direitos dos trabalhadores, incluindo o objetivo do pleno emprego.

Diga-se, de passagem, que a política trabalhista não se defrontou com grande oposição política, por parte dos conservadores e dos liberais. A ideia da necessidade de reformas sociais e de aumento do poder de compra também era vista pelo capitalismo como um possível fator de recuperação da sua atividade, no pós-guerra e já o Relatório Beveridge de 1942 esboçava os contornos de um Estado social de bem-estar. Foi uma situação de compromisso – economia mista, keynesianismo,

Estado social de bem-estar – a que se chamou o “consenso pós-guerra”³, que perdurou passando por governos trabalhistas e conservadores e que só foi violentamente rompido pela política agressiva de Margaret Thatcher.

A degenerescência

De certa forma, o relevo dado à social-democracia no pós-guerra é uma concessão a que o capitalismo se viu forçado – percam-se os anéis mas salvem-se os dedos – para evitar, em época de graves dificuldades económicas e sociais depois da devastação da guerra, o perigo de contágio pelo comunismo, agravado pelo grande prestígio conquistado pela URSS graças ao seu papel muito destacado na derrota da Alemanha nazi. Era de esperar a reviravolta terminada essa ameaça, como se verificou a seguir ao colapso do mundo comunista. No entanto, desde bastante antes que os partidos sociais-democratas vinham eles próprios contribuindo para a sua própria decadência, desviando-se cada vez mais dos seus pressupostos ideológicos ancestrais.

A rendição da social-democracia europeia aos consensos político-económicos hegemónicos é um processo difuso e progressivo, com nuances de país para país, mas pode ser demarcado, como momentos decisivos, por dois processos: na Alemanha, a conciliação com o patronato e cortes nos benefícios sociais pelo SPD de Schröder e, no Reino Unido, a terceira via de Tony Blair.

Uma reforma social-democrata do trabalho amiga das empresas

O espírito conciliador e de recuo dos verdadeiros ideais socialistas na social-democracia alemã estão em consonância com a facilidade com que formaram repetidamente governos de coligação com a democracia cristã. No fundo, ambos acatam as ideias dominantes do chamado ordoliberalismo alemão, que também em boa parte condicionaram a construção do projeto comunitário europeu: respeito pelos princípios do mercado; intervenção do Estado para manter a concorrência no merca-

³ Addison, Paul (1975). “The road to 1945: British politics and the Second World War”. Cape, Londres.

do e impedir a sua viciação por monopólios; ordem económica que valoriza a justiça social; política monetária subordinada ao objetivo essencial da estabilidade e inflação baixa.

O plano Hartz ⁴, a ser incluído na Agenda 2010 do governo social-democrata de Gerhard Schröder, foi encomendado em 2002 a uma comissão presidida por Peter Hartz, diretor geral do departamento de pessoal da Volkswagen. Desenvolveu-se em quatro fases, das quais a mais importante e conhecida é a última, habitualmente designada como Hartz IV.

Vivia-se uma época relativamente negativa da economia alemã, ainda a pagar os custos da reunificação. Entre 1994 e 2002, o crescimento económico foi inferior à média europeia, tendo o PIB aumentado apenas 1,6% entre esses anos. Ao mesmo tempo, assistia-se a uma alta taxa de desemprego, de 13,4% em 2002.

Na origem, o plano Hartz partia de uma ideia depois muito aproveitada por algumas correntes populistas de direita: a de que os trabalhadores que gozam de acentuados benefícios sociais, principalmente em matéria de compensação ao desemprego, podem tender para alguma preguiça e não se esforçarem por procurar novo trabalho, adoecendo de um mal de subsídio-dependência. A elevada taxa de desemprego era tida como exemplo dessa tese, refletindo um estado social “demasiadamente generoso”, com os desempregados sem incentivos – um termo depois muito popular na linguagem neoliberal – para procurar trabalho, dizia-se.

O resultado essencial do Hartz IV foi a reforma do mercado de trabalho, com a autocontenção do sindicalismo e a troca da força dos trabalhadores por um prato de lentilhas. Por um lado, aumentaram-se alguns benefícios sociais, quanto à assistência na saúde e na habitação. Com a outra mão, reduziu-se substancialmente a duração e o valor do subsídio de desemprego, tendo o subsídio de desemprego de longa duração sido fundido com a assistência social geral e sem subir o nível desta, e dificultou-se a elegibilidade para os apoios sociais. O plano teve

⁴ Gaskarth, G. (2014). “The Hartz Reforms”. Center for Policy Studies, Londres.

reflexos no “boom” económico alemão que se lhe seguiu e também reflexos sociais, na medida em que, ao mesmo tempo, largos setores do mercado de trabalho tinham passado a ser ocupados por imigrantes. A muitos trabalhadores alemães, pouco interessou a reforma laboral, olhando mais para os seus efeitos (ou coincidência) com a prosperidade económica de que beneficiaram.

Os políticos e economistas do “consenso central” atribuíram às reformas Hartz o sucesso económico subsequente, nomeadamente com a criação de 2,5 milhões de postos de trabalho. Omita-se, porém, que, no final da década, mais de 7 milhões de trabalhadores ganhavam menos do que antes, em termos reais e que um milhão só tinha trabalho precário. Além disto, boa parte dos novos empregos eram os já referidos *miniempregos*, a prazo e em tempo parcial, estimulados pelo governo por meio de benefícios fiscais e de desconto para a segurança social vantajosos quer para os patrões quer — ilusoriamente — para os trabalhadores. As constrições postas ao recebimento do subsídio de desemprego, com obrigação de aceitação de novos trabalhos mesmo que subqualificados ou em condições precárias, empurravam os trabalhadores para a necessidade de “emprego de qualquer feitio”, mesmo que sob a forma de *miniempregos*. Em contrapartida, não diminuiu significativamente o desemprego de longa duração. O sucesso aparente da resolução do problema do desemprego precisa de ser visto à luz desta situação real de má qualidade do emprego, em geral.

“Thatcher de calças”

Foi um apodo atribuído a Tony Blair, o introdutor da Terceira Via no trabalhismo inglês e, por extensão, em boa parte da social-democracia europeia ⁵. De facto, nessa época, o que se dizia ser a modernização da social-democracia — o casamento do capitalismo e do domínio do mercado com alguma forma de proteção social (muito reduzida em relação ao espírito de 45), foi uma regressão da social-democracia que não desagradaria a Margaret Thatcher. Foi assim na Alemanha com Schröder, como acabámos de ver e, mais emblematicamente, com Tony

⁵ Nos EUA, Bill Clinton dizia-se também tributário da Terceira Via.

Blair, no Reino Unido, acabando por se difundir por praticamente todos os partidos sociais-democratas e socialistas europeus.

A Terceira Via, muito fundamentada teoricamente na visão de Anthony Giddens ⁶, o mentor ideológico de Blair ⁷, constitui a rotura final e mais dramática com o que poderia restar de pensamento radical e de espírito de classe da velha tradição trabalhista. Perfilha posições ideológicas, formuladas por Giddens, que se podem resumir como: 1. Não existe nenhum mecanismo global de mudança social, nenhum motor na História. 2. Não há estádios ou periodização do desenvolvimento social, que é regulado apenas pelo “agente humano”. 3. As sociedades manifestam apenas a soma das necessidades e aspirações individuais ⁸. 4. As sociedades pré-capitalistas estavam divididas em classes globalmente antagónicas, mas, no capitalismo, o conflito de classes coexiste com a separação das esferas política e económica, com a liberdade de alienação no mercado tanto da propriedade como do trabalho. 5. Mesmo havendo conflito de classes, não há uma necessidade teleológica de ascensão da classe operária como classe dominante, mantendo-se indefinidamente a sociedade moderna com o seu complexo de bases, a saber o capitalismo, o industrialismo, a burocracia e o sistema de segurança e vigilância.

A Terceira Via, essencialmente, operou a síntese das posições e propostas económicas de centro-direita e as políticas sociais de centro-esquerda, ao encontro de Giddens, que proclamava a Terceira Via como “centro radical” ou “centro-esquerda progressista” ⁹ – a cada um que caiba definir com precisão o que isto significa. Blair era mais transparente, quando falava de um “novo capitalismo”: “que tipo de sistema de livre iniciativa, que tipo de capitalismo queremos para o nosso futuro?

⁶ Giddens, A. (1998). “The Third Way. The Renewal of Social Democracy”. Polity Press, Cambridge, RU.

⁷ ironicamente, Giddens viria a criticar mais tarde o compromisso excessivo das políticas de Terceira Via com o neoliberalismo: Giddens, A. (2000). “The Third Way and its Critics”. Polity Press. Cambridge, pág. 32.

⁸ Curiosamente, quase a mesma posição de Thatcher, com o seu célebre dito “não há nada de sociedade; há homens e mulheres individuais e há famílias”.

⁹ Giddens, A., *ibid*, págs. 44-46.

(...). O novo capitalismo, não se trata de um regresso ao passado. A mudança que procuramos não deve ser acerca da substituição do sistema de livre empresa ou de mercado, mas sobre como sustentá-los de uma forma estável e duradoura.”¹⁰

A Terceira Via conheceu um grande mas efémero sucesso por toda a Europa e mesmo noutros continentes, com tradução governamental em países como a Áustria, a Dinamarca, a Finlândia, a Grécia, a Holanda, a Austrália, o Canadá, a Nova Zelândia, o PSOE de González na Espanha e, no essencial, o PS português no tempo de Guterres e de Sócrates. Mesmo alguns governos sul-americanos considerados como anti-neoliberais, como o de Lula no Brasil ou Bachelet no Chile, seguiram políticas que vão beber muito às ideias da Terceira Via.

Grande mas efémero sucesso, porque rapidamente se lhe sucede o atual período de declínio da social-democracia, com reduzido poder governamental por quase toda a Europa e posição minoritária nas instituições da União Europeia. Houve múltiplas causas e variadas conforme os países, mas salientem-se o progressivo desajustamento dos interesses do tradicional eleitorado socialista, o alinhamento do que se pode chamar “social-liberalismo” com o consenso de Bruxelas, a falta de perspectiva de uma alternativa real por parte do eleitorado e, sobretudo, a incapacidade de uma resposta identificadora como social-democrata à crise de 2007-2011. O risco de colapso da social-democracia, depois do colapso do comunismo tal-qual-era, é bem manifestado no caso ainda recente mas já histórico do quase desaparecimento brusco do partido grego, a ameaçar um processo geral a que se tem chamado a “pasokização”.

Neste quadro geral europeu de fraqueza eleitoral da social-democracia¹¹, são exceções os partidos socialistas ou sociais-democratas ibéricos, com importante peso eleitoral e neste momento (2022) no gover-

¹⁰ Blair, Tony (2009). “Speech by Tony Blair at the ‘New world, new capitalism’ conference”. <https://web.archive.org/web/20130310133446/http://www.tonyblairoffice.org/speeches/entry/speech-by-tony-blair-at-the-new-world-new-capitalism-conference/>

¹¹ Já depois de escrito este capítulo, o Partido Social-democrata alemão conseguiu a vitória eleitoral, formando um governo de coligação.

no, sozinho (Portugal) ou em coligação com outro partido de esquerda (Espanha). Têm algumas características comuns, que podem explicar o seu ainda grande peso político. Sem que elas expliquem totalmente a exceção ibérica, devemos recordar que ambos os partidos foram largamente beneficiados em projeção política, por vários lados, na transição dos fascismos de tipo ibérico – revolucionariamente em Portugal, controlada pelos grandes interesses na Espanha – aparecendo como partidos moderados e tampão ao encontro do anticomunismo instilado durante décadas. Em ambos os casos, são partidos novos ¹² e enquadrados por “classes médias-altas” que conquistam o eleitorado maioritário de classe média e média baixa, não identificado com o operariado tradicional. Em ambos os casos, também uma deriva centrista (o “socialismo na gaveta” já no tempo de Mário Soares) esvaneceu a fronteira com o seu principal rival eleitoral, de direita, facilitando as transferências periódicas de voto e a alternância.

¹² Como já se disse, o PS português, fundado de facto em 1973, não tem nada a ver com o antigo Partido Socialista, desmembrado pelo salazarismo. Da mesma forma, a ditadura franquista reduziu quase a zero a atividade do PSOE, de grande tradição obreirista e revolucionária, que foi reativado como partido de “centro-esquerda” só em 1974 por um grupo principalmente de intelectuais, dirigido por Felipe González (Congresso de Suresnes).

IX

As novas esquerdas

*Ao lado da esquerda vermelha, apareceu há muito a esquerda cor-de-rosa.
Agora, também há verde e há roxa.
E ainda há mais por onde escolher no arco-íris. Até todo o arco-íris...*

Englobo nesta designação um conjunto bastante heterogêneo de partidos e movimentos que pretendem representar visões de esquerda alternativa às duas correntes principais. Digamos que uma alternativa bastante assimétrica, não equidistante, porque, em regra, têm menor distanciamento dos partidos sociais-democratas do que dos partidos comunistas, embora partilhando com estes últimos uma maior radicalidade do discurso político.

Abordaremos, como mais significativos, os Verdes e os novos partidos europeus aglutinadores de esquerdas órfãs. Ficam por tratar os casos importantes dos partidos anti-neoliberalismo ¹ da América Latina; e o socialismo democrático norte-americano, mas o âmbito deste livro circunscreve-se principalmente à Europa, a situação que conheço e sobre a qual tenho pensado mais.

Os Verdes

A consciência dos danos ao ambiente e à biodiversidade, bem como da esgotabilidade dos recursos naturais, tomou vulto nos anos 60-70. Numa primeira fase, essa preocupação criou corpo no aparecimento de muitos movimentos e organizações mas só mais tarde, já nos anos.80, é que se traduziu na criação de partidos políticos com uma agenda centrada nas preocupações ecologistas.

¹ Uso este termo por facilidade, como contraposto às políticas dos governos que estes vieram substituir, mas em rigor, em alguns casos, mantiveram-se políticas económicas neoliberais, numa mistura incongruente com políticas redistributivas e paliativas dos principais males sociais.

Hoje, na Europa, há partidos ecologistas, os verdes, praticamente em todos os países europeus, dos quais dezasseis com representação no Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia do Parlamento Europeu. Muitos são de reduzida expressão, mas são relevantes o pioneiro Os Verdes da Alemanha, bem como os partidos congéneres da França, da Áustria, da Suécia e da Holanda, que participam ou têm participado em órgãos nacionais, regionais ou locais dos seus países. Com a formação de partidos europeus transnacionais, os partidos verdes europeus constituíram em 2004 o Partido Verde Europeu (PVE), a partir da anterior Federação Europeia dos Partidos Verdes. Pela parte portuguesa, pertencem ao PVE o Pessoas-Animais-Natureza (PAN), com representação parlamentar europeia, o Livre e o Partido Ecologista Os Verdes (PEV).

Em termos gerais, os principais pilares da atividade dos Verdes são a recusa da energia nuclear, a economia sustentada com recurso a energias alternativas, a defesa do ambiente e dos animais, a democracia de base (“grassroot”), a justiça social e a igualdade de género. Como extensão deste último ponto, também uma colaboração estreita com o ativismo LGBT+, como direi adiante.

Os Verdes alemães são o partido mais forte desta família. Governou por três vezes a nível federal, em coligação com os sociais-democratas e tem participado em muitos governos estaduais, chegando um dos seus dirigentes, Joschka Fischer, a ocupar o lugar de vice-chanceler e ministro dos Negócios Estrangeiros. Em bastantes eleições tem aparecido como o terceiro partido alemão e, em algumas eleições dos “länder”, chegou a ser o segundo partido. Atualmente (2022), está de novo representado no governo e a importante pasta dos negócios estrangeiros está atribuída a uma dirigente de Os Verdes.

Provavelmente a ação política que lhe granjeou mais prestígio, na fase inicial, foi a aprovação da sua lei de abandono da energia nuclear, numa altura em que se fazia sentir o descontentamento com a poluição radioativa do desastre de Chernobyl, que tinha atingido a Alemanha. Mais tarde, é de assinalar também um reforço grande da sua popularidade pela condenação da invasão do Iraque, ação americana que foi muito mal vista por grande parte da população alemã. No entanto, dois

anos antes, o grupo parlamentar dividiu-se quanto à invasão do Afeganistão, que acabou por ser apoiada pela maioria, garantindo assim a permanência do governo Schröder, a que Os Verdes pertenciam.

Também um setor do eleitorado particularmente atraído pelos Verdes foi e é o da comunidade LGBT+, graças à influência na direção de Os Verdes por parte de ativistas desse comunidade e a muitas medidas propostas pelos Verdes inseridas na lista bem conhecida de reivindicações do ativismo LGBT+.

No entanto, a ação política dos Verdes foi-se degradando progressivamente, com uma agenda cada vez mais conciliadora com a política social-democrata e sem uma posição clara de rejeição da Agenda 2010 de Schröder ² e as propostas Hartz.

Ao mesmo tempo, assistiu-se a uma importante tensão interna, à beira da clivagem, estendida a outros partidos verdes, entre duas alas, a dos realistas (“realos”) e a dos fundamentalistas (“fundis”). Os pontos em discussão abarcavam uma vasta gama de problemas: a estratégia para a mudança social, a importância relativa da atividade parlamentar e da intervenção movimentista, a relação com a social-democracia.

Os fundis não condescendiam com conciliações e rejeitavam, em princípio, cedências programáticas. Viam com desconfiança e com riscos de descaracterização a ênfase em táticas eleitoralistas e, recusando a dicotomia esquerda-direita, como está hoje na moda, não viam razão para entendimentos privilegiados com o Partido Social-democrata. Quando muito, aceitavam a participação institucional como instrumento para a ação de movimento, fornecendo maior cobertura mediática e financiamento por via das subvenções parlamentares.

No outro extremo, os realos advogavam uma reorientação para a intervenção institucional e com o objetivo tático de contribuir para a derrota da direita. Com isto, aceitavam o gradualismo, uma atuação reformista por via legal e, finalmente e em consequência lógica, a profissionalização do partido, aproximando-o dos moldes organizativos e funcionais dos partidos tradicionais. Como a realidade e os interesses

² Ver capítulo VIII.

primários têm sempre muita força, a evolução dos Verdes fez-se progressivamente ao sabor das teses dos realos.

Provavelmente, o tema político que mais questiona o lugar dos Verdes no seio da nova esquerda europeia é a União Europeia. Enquanto que os partidos ambientalistas escandinavos do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde ³ são muito reticentes em relação ao atual projeto europeu, o grupo parlamentar europeu dos Verdes é vincadamente eurofílico, embora defendendo reformas institucionais mais democratizantes mas que, no fundo, em nada alteram a lógica da atual construção europeia. É uma posição que, por exemplo, é levada bem ao extremo por um dos membros portugueses do grupo, o Livre.

Um momento altamente significativo desta posição europeísta dos Verdes foi a crise de 2011, em que os Verdes apoiaram no parlamento alemão todas as leis propostas por Merkel relativas aos “bailouts” e ao condicionalismo às ajudas aos países em crise, nomeadamente no caso extremo da Grécia.

Neste momento, a grande maioria dos partidos verdes europeus é enfaticamente europeísta, e mesmo com fortes tonalidades de federalismo. Um exemplo notório é o de Cohn-Bendit, um ícone de Maio de 68 e figura tutelar do “verdismo”, que pertence a uma organização claramente federalista, o grupo Spinelli, tendo redigido com Guy Verhofstadt - líder do grupo liberal do Parlamento Europeu – o livro “Para a Europa”, um claro manifesto federalista. O europeísmo extremo é também a imagem de marca do partido português mais próximo do grupo Verde, o Livre.

Hoje, no plano tático e na vida política comezinha, os Verdes podem ainda ter um papel importante em alguns países, podendo ser determinantes para a formação deste ou daquele governo. No entanto, no que vale para a História, creio que se esgotaram. Por um lado, o ecologismo está hoje tão assimilado por todos os setores que já não é uma marca identificadora forte, além de que o grande problema de hoje, a

³ A que pertencem o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista Português.

mudança climática, está a ser abordada – e tem de ser – a nível de grande questão transversal, dificilmente capturável por um só partido. Por outro lado, as propostas sociais dos Verdes, cada vez mais presos pelo realismo e pelos compromissos eleitoralistas entre partidos, em nada se diferenciam do mais vulgar social-democratismo. E, a fechar a armadilha em que caíram os Verdes, o descrédito que lhes vem, junto de muitos setores de esquerda, das suas posições idealistas sobre a União Europeia.

Os partidos europeus de esquerda 2.0

À volta dos dois astros maiores e antigos da esquerda, comunistas e socialistas, tem aparecido nas últimas décadas uma constelação de novos partidos, muito heterogéneos, mas tendo em comum principalmente a afirmação enfática da sua autoproclamada diferença em relação àquelas duas correntes. Esses partidos pareciam promissores para uma descrepação renovadora da esquerda mas, em boa parte, essas esperanças goraram-se, mau grado alguns deles terem singrado e terem razoável prestação eleitoral. O problema principal é mesmo este: converteram-se em novos partidos do mesmo sistema, sem o alterarem substancialmente.

Os exemplos mais instrutivos são o Bloco de Esquerda português — de que tratarei em outro capítulo ⁴ —, o Syriza grego, o Podemos espanhol, o “France Insoumise” francês, A Esquerda (“Die Linke”) alemã e o Sinn Fein irlandês. Começemos pelo que mais claramente os diferencia entre si, a sua génese.

O Syriza grego resultou de uma junção em passos sucessivos de um número considerável de pequenos partidos e organizações, tendo como núcleo aglutinador, mais poderoso, a ala do interior – anteriormente eurocomunista – do partido comunista grego. Formalmente, data do ano eleitoral de 2004, mas a sua constituição vem de trás, começando com a criação do Synaspismós, que agregava o Partido Comunista do Interior e outros partidos, dos quais o maior, o Partido do Socialismo

⁴ Capítulo XVIII, “Partidos e movimentos”.

Democrático, tinha resultado de uma cisão do partido liberal União do Centro Democrático. Isto marca uma maior extensão para o centro do que nos outros partidos que estamos a referir. O Syriza final é o passo seguinte, por ligação ao Synaspismós de outros pequenos partidos, com destaque para a esquerda ecologista.

O Syriza passou dos anteriores cerca de 3 a 5% de votos do Synaspismós da década de 90 para cerca de 16% em 2012, saltando um mês depois, em novas eleições, para 27%. Finalmente, em 2015, ganhou as eleições e constituiu governo. A sua calamitosa derrota face ao ultimato da União Europeia, que o forçou a aceitar um feroz plano de resgate, causou uma cisão importante e, no fim do termo parlamentar, a perda do governo.

A Espanha viu aparecer, em 2014, o caso mais espetacular de sucesso rápido nesta família partidária, o Podemos. Nas eleições europeias a que concorreu pouco depois da sua fundação, obteve logo 8% dos votos e cinco eurodeputados, à frente da Esquerda Unida (coligação a que pertence o Partido Comunista de Espanha). O Podemos não nasceu por transformação ou fusão de partidos mas de novo, pela articulação dos círculos ativistas que restavam do grande movimento de 15 de Maio (15M) com uma direção de pequeno grupo de jovens professores de ciências políticas da Universidade Complutense de Madrid. No entanto, este carácter peculiar, que podia ter originado um verdadeiro partido-movimento, foi-se perdendo com crescente standardização do partido, no sentido convencional, com verticalização, criação de um forte aparelho central e, principalmente, personalização em algumas vedetas político-mediática, com realce para Pablo Iglesias.

Na França, o novo partido France Insoumise, criado primeiro como movimento em 2016 e passando a partido no ano seguinte, tem a particularidade de ser muito centrado na figura de Jean-Luc Mélenchon, um dissidente do partido socialista. Definindo-se como radical de esquerda, ecossocialista, derivou do Partido de Esquerda constituído para dar seguimento à frente unitário de esquerda (incluindo o partido comunista) que apoiou a candidatura presidencial de Mélenchon. Ao contrário dos bons resultados eleitorais do líder nas presidenciais, obteve só 11% de

votos, um pouco mais de metade dos de Mélenchon.

Outra caso específico é o da origem de A Esquerda alemã (“Die Linke”). É provavelmente caso único de um partido resultar da fusão de partidos de países diferentes, embora já depois de reunificados. A Esquerda, criada em 2007, juntou o que restava do antigo Partido Socialista Unificado (comunista) da República Democrática Alemã, transformado em Partido do Socialismo Democrático depois da queda do muro, mais a ala dissidente de esquerda do Partido Social-democrata ocidental, liderada por Oskar Lafontaine.

O Sinn Féin irlandês costuma ser apresentado como membro da mesma família partidária e são frequentes os acontecimentos políticos em que aparece juntamente com esses outros partidos. No entanto, difere substancialmente, porque o seu cimento aglutinados continua a ser fortemente a tradição independentista, que continua a ter validade enquanto a Irlanda estiver dividida. Muito mais antigo, foi fundado em 1905 e já era muito ativo e na liderança das grandes revoltas separatistas, desde o levantamento da Páscoa de 1916. Só em anos muito recentes, depois do acordo de Sexta feira Santa, em 1998, é que o Sinn Féin, destacando-se da sua ligação ao IRA e procurando uma maior institucionalização, veio a adquirir características comuns às novas esquerdas europeias, estando como elas filiado no Partido da Esquerda Europeia.

Como disse, o ponto de união destes partidos é a sua demarcação tanto de comunistas como de socialistas. De resto, apresentam características muito diferentes, mas podemos tentar extrair algumas características comuns importantes. Desde logo, e mais notavelmente, não são partidos de classe e nem o querem ser. O seu princípio de ação é predominantemente eleitoral – sem prejuízo de alguma atividade de base – e são de facto interclassistas, embora orientados por um programa de esquerda socialista. Da mesma forma, não se reivindicam de uma inspiração ideológica, seja única ou compósita.

Outra característica, ainda a nível teórico, é a influência, em graus variáveis, do populismo de esquerda à Laclau-Mouffe, bem como do pós-modernismo, que vamos discutir daqui a pouco. De facto, todos manifestam, mesmo que pouco perceptivelmente, algumas características

do pós-modernismo, mesmo que na sua versão contestária. São muito abertos ao multiculturalismo, com toques de relativismo; têm tendência para valorizar causas e temas marginais, grupais ou na moda; manifestam uma emotividade forte; cultivam a espontaneidade e são muito rigorosos com o cumprimento do “politicamente correto”.

Na mesma linha, mostram algum ecletismo, com pouca hierarquização das lutas, sociais ou identitárias, estas últimas muitas vezes a cargo de grupos lobistas semi-autónomos dentro dos partidos, grupos que também se podem constituir, com acentuada autonomia, em torno de interesses particulares nem sempre politicamente relevantes, tais como os adeptos das “medicinas” alternativas ou os consumidores de cânabis. A inserção das preocupações identitárias, de defesa dos direitos de minorias, nem sempre tem por base um quadro ideológico global, de inclusão na luta de classes, como se as opressões de género ou de raça, entre outras, não fossem inerentes ao capitalismo e às suas raízes colonialistas.

Em grau variável, são fundamentalmente partidos com base reduzida de filiação de trabalhadores operários ou de trabalhadores de comércio e serviços com funções de rotina, o conjunto que adiante caracterizarei como nova classe trabalhadora. Militantes e eleitorado provêm maioritariamente de estratos de intelectuais e quadros técnicos de pequena burguesia ou classes de intersecção, ocasionalmente de camadas superiores em modos de juventude radical. A organização é pequena em relação ao eleitorado e em alguns casos têm influência reduzida no movimento sindical e mesmo presença institucional nula ou vestigial no terreno autárquico (fora o caso particular do nível regional-autonómico, no caso espanhol).

A posição em relação à União Europeia é frequentemente ambígua e oscilante no tempo. Os partidos esquerda 2.0 não são apaixonadamente eurofílicos, como são os Verdes e manifestam a necessidade de revisão profunda do projeto de convergência europeia, reconhecendo a falta de democraticidade e, diferentemente dos Verdes, também as constrições postas pelos consensos económicos e políticos que hegemonizam a União Europeia. No entanto, muitas vezes, perdem-se no privi-

légio a ações parlamentares europeias relativamente marginais a essas questões centrais. A sua posição em relação ao euro – como se viu na tragédia grega, embora seja arriscado passar neste caso para além do Syriza – é geralmente mais contemporizadora do que a dos partidos comunistas e outros, como os verdes-vermelhos escandinavos.

A falta de perspectiva estratégica, a recusa de uma atitude revolucionária (no sentido teórico correto do termo ⁵) a tentação na prática de sobrevalorização do trabalho institucional – já que em muitos casos lhes faltam os meios para o trabalho de massas –, são uma porta aberta para vícios parlamentaristas e para o trabalho político fundamentalmente orientado para o ganho de influência nas instituições, mormente na pressão negocial junto dos governos ou conseguindo mesmo a participação em coligações eleitorais, como em Espanha.

O seu taticismo, de que ficam inevitavelmente prisioneiros, acaba por redundar em posições limitadamente reformistas e social-democratizantes, embora, sejamos justos, muito mais próximas dos tempos áureos da social-democracia do pós-guerra do que do social-liberalismo atual.

Por todas estas razões, este conjunto de partidos, que conquistou boa posição eleitoral, mas agora estabilizada a um nível que só lhes permite um papel secundário, podem constituir alternativas conjunturais e transitórias, como penalizadores eleitorais de partidos sociais-democratas em desvio para a direita e podem ser importantes para a obtenção de maiorias táticas contra avanços da direita. Mas não vieram preencher o vazio da esquerda, em termos de capacidade de resposta global, coerente, com uma mundivisão clara, a um nível de superação dialética – negação da negação passando para um plano superior – do impasse crítico, do interregno gramsciano, derivado do acumular de contradições entre as possibilidades de avanço social facultados pela riqueza coletiva e a estreiteza de vida imposta pelo domínio do moderno capital e pela hegemonia no senso comum da ideologia neoliberal.

O populismo

⁵ Veja-se o capítulo XXI, “Revolução – um tabu?”.

Os novos partidos europeus foram buscar muito do pós-modernismo mas também do populismo, principalmente nos casos assumidos do Syriza e do Podemos ⁶. Populismo de esquerda, é claro, com pontos comuns mas também diferenças essenciais do populismo de direita, que discutirei no próximo capítulo.

Distinguir populismo de esquerda e de direita é logo acentuar a ambiguidade do termo populismo. Já é antigo e com significado relativamente claro mas, nos últimos anos, é um quase insulto político que se usa a torto e a direito, principalmente para etiquetar tudo o que vai contra a norma hegemónica e o pensamento dominante. Na Europa, por exemplo, é vulgar classificar assim as mais variadas correntes de opinião que se manifestam contra esta construção europeia concreta e o consenso de Bruxelas. “O brexit populista” era título inevitável nos jornais. E até já li que o Partido Comunista Português – o mais contrário que se pode imaginar ao populismo – se contava entre os populistas europeus, dislate só compreensível por desonestidade intelectual ou ignorância crassa.

Podemos considerar como características essenciais do populismo:

1. Tendência para a ligação direta entre um líder carismático e as massas, com subalternização da democracia interna dos partidos e organizações sociais.
2. Divisão não classista das pessoas em dois grupos inorgânicos antagónicos e mal caracterizados, a casta e o povo, os de cima e os de baixo.
3. Recurso frequente à demagogia.
4. Negação da validade da dicotomia esquerda-direita.
5. Privilégio de questões que sensibilizam primária e imediatamente a opinião de grandes grupos de pessoas.

Algumas destas características merecem atenção mais em pormenor. Comece-se também por recordar que, como discutirei já a seguir, as características que enumerei como 2, 4 e 5 convergem em muito com as perspetivas pós-modernistas.

O populismo não considera qualquer divisão de classe. Divide as pessoas, independentemente da sua posição no sistema produtivo, em dois grandes grupos – veremos que também mais um no populismo de

⁶ Principalmente na fase inicial, em que teve um papel ideológico importante Íñigo Errejón, que depois abandonou o Podemos.

direita – de forma individualista, não hierarquizada e não sujeita a uma visão de conjunto. O grupo de “os de cima”, a casta, inclui todo um conjunto heterogéneo de minoritários sociais que parasitam a sociedade e que dominam a vasta maioria das pessoas. São os ricos, os poderosos por qualquer força que possuam, a elite, os bem instalados, os influentes. Para o populismo, não há contradições entre eles, não há diferenças no papel que desempenham no sistema social e económico. São aqueles que o povo odeia, sem que haja preocupação em analisar as causas e circunstâncias específicas desse ódio. É indiferente que sejam capitalistas ou assalariados de alto rendimento.

Debaixo, também outro grupo amorfo, mas este o da grande maioria das pessoas: a “gente comum”. Novamente, não há qualquer caracterização sociológica, muito menos de classe, dessa maioria amorfa. O conflito social é de natureza moral ou emotiva, entre uma casta corrupta e o povo “puro”. Daqui decorre, evidentemente, a tão vulgar tese de que a dicotomia esquerda-direita perdeu sentido, devendo ser substituída por esta de comuns-casta.

É certo que eu também já escrevi que “esquerda-direita” não é a contradição fundamental e situa-se a nível superestrutural, traduzindo uma oposição no plano político principalmente institucional, embora com raízes mais fundas, na ideologia e na perceção pública da política. A divisão essencial é, sempre foi e continua a ser, “trabalho-capital”. Mas quando os populistas se referem a esquerda-direita estão de facto a referir-se a “trabalho-capital”, contradição cuja importância rejeitam.

Por isto, outra característica que merece atenção e a que mais se manifesta em muitos dos partidos da “nova esquerda” é o ecletismo dos objetivos de luta e das causas mobilizadoras. Elas não são definidas ou hierarquizadas numa perspetiva global, coerente com uma visão sistémica da História e, em cada fase, do eixo central do movimento transformador. Pelo contrário, são privilegiadas muito frequentemente por simples razões táticas e eleitoralistas, uma amálgama “cherry picking” de questões que sensibilizam primária e imediatamente a opinião de grupos particulares de pessoas, de forma avulsa, não hierarquizada e não sujeita a uma visão de conjunto. É o que estiver na moda e que,

como fraturante, desperta o interesse da comunicação social.

A teorização do populismo de esquerda deve-se fundamentalmente ao filósofo argentino Ernesto Laclau e à sua companheira de vida e trabalho, Chantal Mouffe. Não cabe nesta breve nota a discussão exaustiva das suas teses. Anoto apenas o grande equívoco que muito frequentemente se vê associado a elas, a de que seriam uma continuação do marxismo, um pós-marxismo, quando, de facto, são total negação do marxismo, não a sua atualização. Teses como a de que o social é constituído discursivamente, a da recusa da ideia de totalidade social e dialéctica, a da negação da supremacia do conflito de classe sobre as lutas identitárias, de forma alguma se podem considerar como marxistas, com ou sem o disfarce do sufixo pós e da pretensa atualização. Negar e atualizar são coisas bem diferentes.

Em parte, esta confusão é gerada pelos próprios Laclau e Mouffe, quando repetidamente invocam posições de Gramsci, mas fora do contexto e cortando as profundas ligações da obra de Gramsci ao mais genuíno marxismo. A noção de hegemonia, tão elaborada por Gramsci, é já de tal forma aceite pelas mais variadas escolas de esquerda que, só por si, não permite a alguém afirmar-se como gramsciano, esquecendo tudo o mais que constitui, globalmente, o grande contributo de Gramsci para a evolução do marxismo. Discutirei isto no capítulo XX, sobre a ideologia, tendo em conta a importância de Gramsci para o desenvolvimento do meu próprio pensamento político, tal como perpassa por todo este livro.

O gramsciismo de Laclau é um logro e um abuso de termos. A sua “lógica hegemónica” afasta-se completamente de Gramsci, ao rejeitar qualquer intenção de transformar as estruturas de relações sócio-económicas e, principalmente, ao eludir a questão de a luta contra a hegemonia ser um componente da luta global pela conquista do poder de Estado, num contexto em que dialeticamente interagem os fatores sócio-económicos e os superestruturais – cultura, ideologia. Para Laclau, a luta de classes é somente mais um aspecto entre outros e a luta de contra-hegemonia desvia-se, assim, para os novos movimentos identitários, reunindo lutas raciais, étnicas, de género, de orientação sexual. A con-

tra-hegemonia de Laclau também é antigramsciana por ser essencialmente discursiva, colocando-se sempre o discurso no centro da atividade política, atribuindo-lhe o papel de construtor ou redefinidor da universalidade.

Laclau não soube ler “O Moderno Príncipe”⁷ de Gramsci ou usou dele o que quis. A metáfora gramsciana não se refere a qualquer massa informe, à gente de baixo dominada por uma casta, a movimentos inorgânicos, a revoltas espontâneas. Muito pelo contrário, para Gramsci o moderno príncipe é o partido organizado, o partido revolucionário. “O príncipe moderno, o príncipe-mito, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto; só pode ser um organismo; um elemento complexo da sociedade em que já se iniciou a cimentação de uma vontade coletiva, reconhecida e parcialmente afirmada na ação. Este organismo já é fornecido pelo desenvolvimento histórico e é o partido político”⁸. E insiste, mais adiante: “Eu disse que o protagonista do novo Príncipe nos tempos modernos não pode ser um herói individual, mas o partido político, isto é, aquele partido particular que, em diferentes momentos e nas diferentes relações internas das várias nações, almeja (e é racional e historicamente fundada para esse fim) fundar um novo tipo de Estado.”⁹

Esta ideia de Gramsci, usando o Príncipe como metáfora, é exatamente o oposto do pseudogramsciismo de Laclau. Gramsci pensa no partido político (então, para ele, o partido comunista), nunca num movimento inorgânico imprevisível, à maneira populista. As esquerdas populistas-libertárias apoderaram-se abusivamente de Gramsci e são hoje

⁷ Designação usada vulgarmentete para o caderno 13 (1932-1934) dos “Cadernos do Cárcere”, inéditos em Portugal. Pode-se consultar a edição inglesa de seleções dos Cadernos, “Prison Notebooks”, Lawrence and Wishart, Londres, 1971, págs. 123-205 ou a edição completa brasileira, “Cadernos do Cárcere”, Editora Civilização Brasileira, 1999, vol. III, págs. 11-110 (que, em vez de “O Moderno Príncipe”, usa a designação “Breves notas sobre a política de Maquiavel”).

⁸ “Prison Notebooks”, pág. 129.

⁹ “Prison Notebooks”, pág. 147. Note-se que, na prisão, Gramsci tem de evitar a censura e deixa subentendido que se está a referir ao partido comunista de então, de que é secretário-geral.

o setor político que mais o invoca. É imperioso que a esquerda marxista moderna recupere Gramsci desse abuso e situando cada posição de Gramsci na sua totalidade coerente e no seu contexto.

Muito menos se pode considerar como atualização do marxismo – e não, de facto, a sua negação – a posição populista essencial de que não há um projeto inicial da luta global emancipatória, resultando o movimento popular, numa total indeterminação, de caminhos caóticos, de variadas dinâmicas que vão surgindo mais ou menos casuisticamente. É mais um sinal de proximidade com o pós-modernismo, como veremos já a seguir.

Neste sentido, o populismo nem sequer chega a ser uma verdadeira teoria do projeto transformador, sendo mais uma “lógica política” (expressão de Laclau) de ação, sem uma orientação ideológica elaborada. Nunca se precisam os seus objetivos ou as características essenciais do tipo de sociedade a que se pretende chegar, o seu modelo económico, a configuração do Estado. O que se valoriza é mais o “como ganhar o poder” – “assaltar o céu”, uma expressão já famosa de Pablo Iglesias. Ganhar o poder para quê? No caso do Podemos, hoje (2022) no governo, nada se vê para além de propostas classicamente sociais-democratas.

A proposta populista é a de unificar as reivindicações sociais dispersas numa reivindicação popular geral, por um discurso e uma retórica com pretensões a hegemónicas, preenchendo o que Laclau designa como “significante vazio”. A indeterminação é total e o resultado, momento após momento, emerge da aglutinação de lutas dispersas e pontuais. No fim, apenas uma meta imprecisa: a radicalização da democracia (mais uma vez, nada de novo em relação ao pós-modernismo de tipo Boaventura Sousa Santos, quer discutirei a seguir). Até lá, um caminho indefinido, ideologicamente ambíguo – já não há esquerda nem direita – que se percorre com a iluminação da crença de que uma lógica ou forma prática de atuação política, por si só e desde que acompanhada por um discurso político, é suficiente para conduzir o povo até à conquista da igualdade e da emancipação. Considera-se essencialmente que a divisão entre capitalismo e socialismo tem hoje valor reduzido e que o socialismo deve ser agora substituído pela democracia radical, a

ser alcançada através da democracia liberal. A infeção cura-se com o próprio micróbio.

Paradoxalmente, esse discurso político acaba por ficar a cargo de uma elite, que não se percebe bem como não está contaminada pelo pecado original das elites da “casta”. Devem ter tido uma imaculada conceição, livrando-os do pecado original.

Afinal, o que é essa radicalização da democracia? Qual é o conteúdo preciso dessa democracia radical? Em que é que ela supera - e tem vantagem — a perspectiva do socialismo? De facto, a democracia radical de Laclau é uma extensão e generalização da lógica liberal a um número crescente de domínios sócio-políticos. Muito expressivamente, é a sua colaboradora Chantal Mouffe que o revela claramente, numa entrevista de 1998 ao Redpepper ¹⁰:

“Definimos o projeto de esquerda como a radicalização da democracia. Pode incluir qualquer luta contra uma relação de subordinação – o que inclui as do local de trabalho, mas não é limitada por elas. É também uma ruptura com o marxismo no sentido de que os seus princípios organizadores são os ideais democráticos de igualdade e liberdade para todos, ideais que se situam, na verdade, dentro da retórica dos grupos dominantes dos estados capitalistas modernos. Tínhamos, portanto, abandonado a ideia da necessidade de uma ruptura radical com a sociedade anterior – a ideia de revolução.”

São os antípodas das preocupações expressas de marxistas por vezes tidos como “heterodoxos”, como Rosa Luxemburgo e Lukács ¹¹, que trabalharam sobre a compatibilização entre o socialismo e a democracia – diria até mais a indissociabilidade do que a compatibilização - mas, evidentemente, sem a negação de facto, pós-marxista, do socialismo. No essencial, é mesmo uma deturpação do próprio Marx. Mas será que

¹⁰ <https://www.redpepper.org.uk/hearts-minds-and-radical-democracy/>

¹¹ György Lukács, filósofo e dirigente político marxista húngaro, 1885-1971, ministro do governo de Imre Nagy, caído em desgraça e deportado depois da revolta húngara de 1956. A sua obra mais conhecida é “História e Consciência de Classes” (1919.1922), editada em português pela WMF Martins Fontes, S. Paulo, Brasil (3ª edição, m 2018).

Mouffe alguma vez leu Marx?

Este populismo à Laclau é assimilado por formações políticas progressistas, de esquerda, algumas das quais declarando-se como combatentes pelo socialismo, mesmo que de forma pouco elaborada teoricamente. O pior é que, se é justo admitir as intenções progressistas que se ligam à adoção das teses populistas, em maior ou menor grau, por partidos e movimentos ligados às “novas esquerdas”, a ambiguidade e o vazio ideológico do populismo abrem as portas a variadas utilizações políticas práticas. O próximo capítulo discutirá como o populismo é hoje também a base das novas variantes do fascismo, de diversas versões do autoritarismo de ultra-direita.

Note-se finalmente que, para aumentar ainda mais a confusão terminológica, o termo “populista” (como adjetivo, não como substantivo indicando uma teoria) está também a ser usado por um pequeno número de pensadores marxistas – opostos ao pós-marxismo de Laclau – no sentido gramsciano atualizado de “nacional popular”, que também perfilho e que discutirei no capítulo XXI deste livro. Esta confusão é perigosa e deve ser evitada. Gramsci e a sua ideia de “nacional-popular” nada têm a ver com o populismo.

O pós-modernismo

A outra influência marcante nos partidos da nova esquerda europeia é o pós-modernismo, aliás com muitos pontos de contacto com o populismo. É uma herança distante de Maio de 1968. Ele nunca é invocado explicitamente mas está bem presente nas conceções e práticas desses partidos. Também tem influenciado alguma da esquerda latino-americana, em boa parte pelo relevo que assumiu no Fórum Social Mundial um importante teorizador do pós-modernismo político, Boaventura Sousa Santos.

Não é comum chamar-se à liça o pós-modernismo nas nossas discussões políticas, mesmo em livros relativamente aprofundados de análise política. Geralmente, o pós-modernismo e as suas manifestações políticas são relegados para o discurso académico e menos consideradas do que o pós-modernismo filosófico ou artístico. No entanto, julgo que não é despendendo abordá-lo aqui, pelos afloramentos que tem, mesmo

que não confessados, em alguns sectores de esquerda, nomeadamente em partidos ditos de “nova esquerda”. Também, por exemplo, na saudade ainda vivida por muitos de Maio de 68. Não só cá; quase por toda a Europa e entre os “liberals” americanos

Maio de 1968, na França, é um marco de inegável relevo histórico, fazendo aparecer um novo protagonista na ação de massas – os estudantes ¹²– e criando uma nova dicotomia à esquerda. Já não era só a velha oposição entre comunistas e sociais-democratas, mas agora qualquer coisa de novo contra o velho movimento operário, fosse ele comunista ou socialista.

Simbolicamente, podemos considerá-lo como a data não reconhecida na altura do início da crise das esquerdas tradicionais, sem que, ao mesmo tempo, as novas correntes e movimentações eclodidas em Maio de 1968 viessem oferecer uma alternativa válida. Hoje, só os saudosistas de então, na época jovens intelectuais de origem burguesa, radicalizados como esquerdistas, é que ainda veem como algo de positivo, historicamente, a experiência que viveram e que os marcou. Mesmo assim, são uma pequena minoria de esquerda em Portugal e na Espanha, muito menos do que no resto das Europa e nos Estados Unidos, porque a luta antifascista continuou enquadrada pela esquerda, nomeadamente comunista e, quando apareceram novos agentes, foram principalmente de raiz maoísta e não relacionados com Maio de 68.

A grande rotura foi com o espírito coletivista das gerações de esquerda anteriores, que marcava os grandes objetivos: a justiça social, a igualdade, a segurança económica, o desenvolvimento, a solidariedade para com os povos oprimidos, a paz. Os jovens de 68, pelo contrário, levantaram bandeiras vincadamente individualistas e subjetivistas. As suas reclamações de liberdade não eram contra os atentados aos direitos coletivos, sociais, económicos, mas antes em relação aos desejos, necessidades e direitos de cada um. Daí também o início de coisa a ter muito em conta hoje, politicamente – a afirmação da identidade: iden-

¹² Lembremos que em Portugal, desde muito antes, já os estudantes e o seu movimento associativo desempenhavam um papel político importante na resistência antifascista.

tidade pessoal privada, sexual, cultural, com fragmentação do coletivo. Em boa justiça, deve-se reconhecer que a geração de 68, apesar disto, não esteve divorciada de lutas coletivas importantes, como foi exemplo a convergência do movimento hippie americano com a luta contra a guerra no Vietname. Mas estas ações eram divorciadas de um sentido global e coletivo de combate social, sendo um prolongamento da expressão individual do protesto pela liberdade pessoal.

A análise de Maio de 68 deve, no entanto, ir para além do domínio estritamente político. O movimento é a primeira grande expressão de um amplo conjunto de ideias que se designa, genericamente, de pós-modernismo. Em rigor, Maio de 68 não é ainda expressão do que só uns anos depois vem a ser configurado como o pós-modernismo, mas já partilha algumas das suas características, de irracionalismo romantizado, espontaneidade e recusa das sistematizações e teorias críticas globais com um libertarismo vincadamente individualista.

Em termos gerais, o pós-modernismo ¹³, desenvolvido na Europa principalmente a partir dos anos 70-80 e abrangendo áreas muito distintas – filosofia ¹⁴, artes (em particular a arquitetura), crítica literária, ciências sociais, política - é, como facilmente se deduz da designação, um movimento de reação contra os pontos de vista dominantes na filosofia e na ciência desde o Iluminismo racionalista. Pode caracterizar-se, embora com alguma imprecisão, pelo seu ceticismo, pelo subjetivismo, pelo relativismo, pela grande valorização da narrativa ideológica como motor e fator de manutenção dos poderes políticos e económicos, e ainda por uma atitude geral de desconfiança em relação à ciência – ou pelo menos em relação aos cânones convencionais da filosofia e método das ciências.

O pós-modernismo descrê de uma realidade natural objetiva, inde-

¹³ Pode fazer sentido distinguir pós-modernismo e pós-modernidade. O primeiro seria a tradução filosófica ou artística da pós-modernidade, uma nova forma de vida social, de desenvolvimento, de paradigmas de conhecimento e atitudes gerais, ocorrida após a II Guerra. Em termos práticos, uso neste capítulo a designação pós-modernismo em ambos os sentidos.

¹⁴ Michel Foucault, Jacques Derrida, Jean-François Lyotard, Pierre Bourdieu ou Julia Kristeva, por exemplo.

pendente das mentes, das culturas, das sociedades e até dos próprios processos de conhecimento. Recusa a dualidade simples verdadeiro-falso. Duvida da tendência natural da ciência para uma perspectiva otimista do desenvolvimento humano baseada na razão e na lógica, que o pós-modernismo considera como meras construções conceituais sem validade universal. Não aceita a ideia de uma “natureza humana” baseada em atitudes, capacidades e comportamentos inscritos biologicamente, considerando que praticamente toda a psicologia humana é determinada socialmente ¹⁵.

Para o pós-modernismo, o Iluminismo foi um sistema de ideias totalizante ou uma “metanarrativa” da história humana, determinada por uma sociedade concreta e com uma ideologia própria, a sociedade europeia, patriarcal e colonialista. Daí decorre um dos aspetos centrais do pós-modernismo, o seu relativismo epistemológico e ético. Para ele, não há afirmações objetivamente verdadeiras ou falsas sobre a realidade e muito menos há valores morais absolutos, positivos ou negativos, com sentido universal. Toda a realidade é conhecida não pelas velhas regras da ciência mas sim por discursos ou narrativas, que não fazem apenas a descrição da realidade, também a condicionam e modificam.

Na prática, abre-se caminho à irracionalidade e não é de admirar que muitas atitudes pós-modernistas se acompanhem pela benevolência para com chamadas “visões alternativas”, esotéricas, mágicas, da astrologia aos variados simbolismos, ou, muito notoriamente, a defesa da equivalência entre medicina baseada na evidência e pseudomedicinas alternativas ¹⁶. “Alternativas da metafísica, da astrologia, da religião, da

¹⁵ O exemplo da homossexualidade é paradigmático. No início da luta pelo respeito pelos homossexuais e pela descriminalização da homossexualidade, havia uma atitude maioritária de raiz biológica, negando-se obviamente a validade de condenação de uma inevitabilidade natural. Posteriormente, a perspectiva dos movimentos LGBT+ passou cada vez mais para uma tendência de psicologização ou vivencial, culminando, mais recentemente, na teoria “queer” da completa escolha livre de uma orientação ou identidade – de género, não de sexo —, dita tão arbitrária como outra qualquer.

¹⁶ Note-se que frequentemente com simpatia e apoio legislativo de alguns setores de nova esquerda.

arte, da poesia também são explicações possíveis da realidade”¹⁷.

É certo que o último quartel do século passado nos brindou com a observação de profundas mudanças em todas as nossas esferas de vida, material, de recursos tecnológicos ou de saúde, de meios de informação e de comunicação, de modos de estar sociais, da organização do trabalho, etc. Certamente que a mudança acarreta novas visões do mundo, novas perspectivas ideológicas, mas não é indiscutível que imponha uma alteração do paradigma do conhecimento, pelo menos no caso das ciências exatas e naturais. A crise social não é obrigatoriamente também uma crise epistémica. Muito mais radical foi a passagem do antigo regime para o capitalismo e ela não teve consequências radicais no paradigma científico e na racionalidade trazida do Iluminismo.

A crítica central ao pós-modernismo pode ser facilmente sintetizada de forma bem curta: não dá nenhum sentido novo útil à análise, promove a irracionalidade e o obscurantismo e nada acrescenta ao conhecimento da realidade. Em qualquer domínio tradicional do saber, pode-se sempre perguntar quais os princípios das teorias, em que dados objetivos se baseiam, o que explicam que era antes inexplicável. Em geral, caracteristicamente, nada disto, destas questões críticas fundamentais, é respondido pelos autores pós-modernistas. O conhecimento que tentam produzir é vago, desconexo, desorganizado, não hierarquizado. Para usar uma metáfora, não é produtivo.

Acresce que a crítica do moderno acaba por cair no paradoxo da auto-referência, por não dispor de outros instrumentos de razão senão os que se pretende criticar. Por isto, o discurso pós-modernista, para fugir a este problema, tende a ser textualista e retórico. Lapidariamente: “quem quer que transponha a crítica radical da razão para o domínio da retórica a fim de tornar rombo o paradoxo da autorreferencialidade, também torna romba a espada da própria crítica da razão”¹⁸.

A tradução em política do pós-modernismo passa essencialmente

¹⁷ Santos, Boaventura Sousa (1988). “Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna”. Estudos Avançados, vol.2, nº.2, pág.68.

¹⁸ Habermas, Jürgen (1985), “The Philosophical Discourse of Modernity”. Cambridge University Press, Cambridge, pág. 210.

pela subalternização de teorias gerais da transformação social, pela recusa de mecanismos objetivos (sem prejuízo do indissociável componente subjetivo) da dinâmica social. Pelo contrário, numa perspectiva que alia visões individualistas e libertário-anarquistas, o pós-modernismo político considera que toda a resistência ao poder é essencialmente uma manifestação da revolta individual contra o abuso de poder, uma expressão do desejo fundamental de identidade. O poder não significa diretamente opressão, antes um quadro de implicações sociais e culturais contra as quais, então, se desenha a ação política de contestação. É certamente uma perspectiva muito atraente para intelectuais mas duvidosamente para as verdadeiras vítimas reais da opressão.

No campo específico da política, o pós-modernismo relativiza e enfraquece os valores, retira às lutas o sentido de enquadramento e iluminação de uma teoria geral, promove o individualismo e o subjetivismo. Sobrevalorizando os identitarismos – as políticas identitárias merecem tratamento desenvolvido em capítulo próprio ¹⁹ –, fragmenta a luta social. Cultivando o espontaneísmo algo romântico e o movimento, esquece o papel da organização, podendo condenar ao fracasso lutas justas, mas lançadas com voluntarismo.

Com a sua ênfase essencial na natureza fragmentada do mundo, sem hierarquização dos fatores históricos, na multiplicidade de poderes e na impossibilidade de qualquer ação emancipatória baseada em visões globais, decorre que o pós-modernismo “puro e duro” nem pode admitir que o capitalismo é um sistema totalizante. Daí, também, que nem faça sentido qualquer crítica ao capitalismo, muito menos uma atitude claramente anticapitalista.

O niilismo político do pós-modernismo extremado, consequência lógica da sua negação do processo histórico tensional e dialético e dos conflitos sociais objetivos, constitui uma armadilha para os pós-modernistas que se querem manter numa posição de luta contra o poder, melhor dito, na sua conceção, contra a rede de poderes. Os poderes disseminados, difusos, à Foucault, que teriam esvaziado o próprio poder po-

¹⁹ Capítulo XVIII, “Partidos e movimentos”.

lítico e jurídico, remetem o poder do Estado para uma entre múltiplas e variadas formas, das quais o poder do Estado nem seria a mais importante. Será um entre muitos mais: o patriarcal, o colonial, o étnico, o profissional, o professoral, o económico, o mediático, etc.

Desta armadilha se aperceberam alguns pós-modernistas com posições políticas de oposição ao capitalismo – pelo menos aos seus malefícios. Um exemplo marcante é Boaventura Sousa Santos, que desenvolveu, desde o seu livro “Pela mão de Alice”²⁰, uma abordagem crítica pós-modernista, a que chama pós-modernismo de oposição, assumindo uma posição de esquerda (embora não utilizando o termo e possivelmente nem perfilhando a dicotomia esquerda-direita) e baseada fundamentalmente no reconhecimento da tríade capitalismo, patriarcado e colonialismo, entre os centros da modernidade formadores das narrativas ideológicas e dos padrões epistémicos.

A sua fuga à armadilha de Foucault é bem expressa pela sua afirmação de que “Foucault leva longe demais o argumento da proliferação das formas de poder, e a tal ponto que ele se torna reversível e autodestrutivo. É que se o poder está em toda a parte, não está em parte nenhuma.”²¹

Deve-se reconhecer validade à análise crítica de muitas manifestações e fenómenos na fase atual da modernidade. Mais adiante, dedicarei todo um capítulo a isso que, por analogia, posso chamar um novo “momento Polanyi”. As visões pós-modernistas pretendem responder a inegáveis novas realidades do mundo de hoje, das formas atuais do sistema capitalista. Isto não significa, porém, que a análise dessas novas condições não possa – ou deva – ser feita a partir de uma perspetiva materialista e racionalista, num esforço que é urgente que a esquerda faça. Entenda-se, claro, que uma perspetiva materialista, com o se discutirá no capítulo sobre o marxismo, não significa qualquer desvalorização das dimensões subjetiva e cultural das experiências humanas e do processo histórico, e que desempenham um papel importante nas

²⁰ Santos, Boaventura Sousa (1999). “Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade”, Edições Afrontamento, Lisboa.

²¹ Ibid., pág. 111.

mudanças sócio-culturais profundas para que o pós-modernismo apontou.

Claro que há grande mudança na modernidade, principalmente a partir do último quartel do século XX, mas é uma fase avançada ou uma rotura de pós-modernidade? Não é jogo de palavras. A questão é se precisamos de novo paradigma ou se as teorias da modernidade, nomeadamente o marxismo, ainda têm validade para explicar e articular dialeticamente a percepção dessa mudança com a ação transformadora, ou se essas teorias estão refutadas e exigem um novo paradigma. A argumentação contrária, nomeadamente a crítica pós-modernista do marxismo, não tem sido objetiva nem científica-racional, pelo que não cumpre os requisitos de refutação, no sentido usado na epistemologia das ciências.

Observando de forma muito próxima a acelerada mudança social e tecnológica, a minha concordância com Boaventura Sousa Santos estaca no fechar desse diagnóstico. É muito diferente a minha visão das causas, enquadramento e hierarquização dessas transformações e, muito mais, das perspectivas que delas decorrem para a ação política e o objetivo socialista. Considero mesmo que o pós-modernismo é um entrave teórico ao esforço de reinvenção de uma esquerda para os tempos atuais.

O essencial da base de partida da sua formulação é a ideia de que “as sociedades capitalistas são formações ou configurações políticas constituídas por quatro modos básicos de produção de poder que se articulam de maneiras específicas.” Estes modos cruzam matricialmente quatro espaços – o espaço doméstico, o espaço da produção, o espaço da cidadania e o espaço mundial, em que “cada espaço estrutural é um fenómeno complexo constituído por cinco componentes elementares: uma unidade de prática social, uma forma institucional privilegiada, um mecanismo de poder, uma forma de direito e um modo de racionalidade”²². Daqui resultam, matricialmente, múltiplas formas de domínio, de poderes. A construção é intelectualmente atraente e sem a retó-

²² Ibid. pág. 112.

rica do pós-modernismo filosófico, mas, a meu ver, é improdutivo em termos práticos, particularmente políticos, esvaziando-se nas propostas de ação e mesmo na formulação de objetivos, como veremos já adiante.

Um aspeto da crítica da modernidade política que assume importância – também prática – em Boaventura Sousa Santos é o que se refere à sua discussão do marxismo – todo o capítulo 2, quase vinte páginas. “Sendo este a traço muito grosso o quadro geral da condição do presente, o que tem o marxismo a contribuir para a sua compreensão e superação? À primeira vista, muito pouco. O marxismo é uma das mais brilhantes reflexões da modernidade, um dos seus produtos culturais e políticos mais genuínos. Se a modernidade se torna hoje mais do que nunca problemática, o marxismo será mais parte do problema que de frontamos do que da solução que pretendemos encontrar.”²³

A leitura do capítulo surpreende. Apesar da erudição da história que faz do marxismo, repleta de citações, julgo que a sua visão do marxismo olha para um marxismo de caricatura do marxismo genuíno, muito mais próximo da cartilha escolástica com que sufocaram o marxismo do que de uma leitura exigente e refletida dos textos originais. Fica-se com dúvidas sobre a atenção com que terá estudado Marx, se é que o fez. Nesse capítulo de “Pela mão de Alice”, a crítica é feita invocando muitos autores marxistas modernos, a que também irei mais adiante, mas é muitas vezes difícil adivinhar-se o fundamento da sua reflexão, da crítica de Boaventura Sousa Santos. É curioso, por exemplo, que a única referência bibliográfica direta a um texto clássico marxista (de Engels) seja a propósito da “boutade” mal interpretada, que já referi atrás, de que o próprio Marx não seria marxista.

Deixo de lado agora esta discussão, que retomarei quando se tratar da crítica ao “marxismo oficial” e da necessidade de *remarxizar o marxismo*²⁴. Faço notar apenas, neste momento, a ausência de discussão de um aspeto importante do pensamento de Marx, a questão da emancipação. É surpreendente, quando Boaventura Sousa Santos faz da emancipação o eixo principal da sua teoria pós-modernista de oposição, como

²³ Ibid., pág. 35.

²⁴ Capítulo XVI.

veremos a seguir. É pena que não discuta, na sua crítica ao marxismo, por exemplo “A questão judaica”²⁵, trabalho em que Marx, apesar de se dirigir principalmente ao problema dos judeus e da sua condição religiosa, a coloca na perspectiva mais abrangente de toda a emancipação humana.

O pós-modernismo de oposição santiano baseia-se em que “a transição paradigmática reside numa dupla verificação: em primeiro lugar, que as promessas da modernidade, depois de esta ter deixado reduzir as suas possibilidades às do capitalismo, não foram nem podem ser cumpridas; e, em segundo lugar, que depois de dois séculos de promiscuidade entre modernidade e capitalismo tais promessas, muitas delas emancipatórias, não podem ser cumpridas em termos modernos nem segundo os mecanismos desenhados pela modernidade”²⁶.

Retendo a importância das promessas sociais da modernidade, rejeita todavia os métodos e a racionalidade, bem como os meios de intervenção deles decorrentes. Da mesma forma, culpa esse paradigma pela incapacidade de cumprimento dessas promessas. Essa incapacidade radicaria, essencialmente, na perda de validade dos elementos constitutivos da modernidade – a ciência, a racionalidade, a noção de progresso e a universalidade dos valores essenciais – em virtude da promiscuidade que se foi estabelecendo entre a modernidade e o capitalismo.

O que nunca fica claro é como é que o seu pós-modernismo de oposição vai ultrapassar esse bloqueio e abrir novas rotas ao caminho para a transformação. As propostas desse pós-modernismo não vão muito mais longe do que a mais convencional social-democracia, com roupagens de novas elaborações teóricas. Julgo mesmo poder-se dizer, de certa forma, que a proposta santiana, acabando por se centrar principalmente na democracia e nas emancipações – no plural, por lhe serem equiparáveis a emancipação política, a da opressão no trabalho, a

²⁵ Marx, Karl (1844). “A questão judaica”. Não está incluída nas Obras Escolhidas, da Editorial Avante. Pode ler-se uma tradução em português, online, em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1843/questaojudaica.htm>

²⁶ Sousa Santos, Boaventura, *ibid.*, pág. 35.

das mulheres ou a das minorias étnicas – acaba por prolongar, ainda que aprofundando e dando-lhe novos matizes, a conceção liberal, terreno de onde não se afasta e com que não estabelece uma verdadeira rotura.

Sendo equivalentes os “modos de produção de poder” e os seus respetivos espaços, sem hierarquização, as emancipações só podem encontrar o maior denominador comum na democracia, segundo o nosso autor. É certo que Boaventura Sousa Santos ultrapassa o liberalismo tradicional, defendendo formas diversas de democracia participativa, mas os seus pressupostos teóricos não lhe permitem ir mais longe do que uma proposição de “democratização da democracia” – democracia representativa, entenda-se. E é ao domínio da democracia que se resume principalmente a crítica do capitalismo: “O capitalismo não é criticável por não ser democrático, mas por não ser suficientemente democrático”. E nem é certo que possa vir a sê-lo, numa visão metodologicamente ligada à incerteza: “o aprofundamento da democracia representativa através de outras formas mais complexas de democracia pode conduzir à elastização e aumento do máximo de consciência possível, caso em que o capitalismo encontrará um modo de convivência com a nova configuração democrática, ou pode conduzir, perante a rigidificação desse máximo, a uma ruptura ou melhor, a uma sucessão histórica de micro-rupturas que apontem para uma ordem social pós-capitalista”²⁷.

É fácil concordar com a necessidade de aprofundamento da democracia, com a efetivação de uma verdadeira democracia participativa e com a defesa da valorização da sociedade civil. No entanto, não vejo em que é que isto seja uma rotura ou mudança radical dos ideais da modernidade, sendo propostas programáticas tradicionais de variadas correntes de esquerda, muito antes da novidade pós-modernista.

Além do mais, a democratização da democracia e a pretendida igualdade de condições na competição dos paradigmas – na linguagem pós-modernista - coloca o problema essencial das formas de luta para

²⁷ Ibid., págs. 232-233.

esse objetivo, já que, obviamente, ele não é pacificamente obtido sob o domínio do capital e por oferta generosa deste. As propostas do pós-modernismo de oposição são vagas e apontando, de forma muito genérica, para uma ação política com a tática de lutas diversificadas em múltiplas frentes de ataque aos poderes estabelecidos – repito: capitalista, patriarcal e colonial —, tanto lutas diretas como institucionais. Note-se bem que se postula a igualdade de estatuto e relevo de todas estas formas de dominação ou opressão, e, por consequência, das lutas que contra elas se fazem. Pelo contrário, os marxistas modernos, reconhecendo a importância das outras formas de dominação, enquadraram-nas, porém, no papel essencial da contradição capital-trabalho, não as autonomizando do quadro geral do capitalismo.

É patente que não há no pós-modernismo de oposição uma perspectiva de diferença radical entre o Estado burguês, capitalista, e um Estado controlado pelas forças do trabalho. Estamos, julgo, perante uma visão típica de Estado interclassista, mesmo que com maior fundamentação democrática, uma visão que, afinal e como disse atrás, não se afasta muito do essencial da velha social-democracia.

E “a incerteza que faz o futuro ser futuro” – uma frase bonita, mas não mais – também justifica que não haja um esforço, mesmo que em termos genéricos de objetivos centrais, para se delinear o que pode ser – ao menos o que se deseja que seja – a “ordem social pós-capitalista”.

Com isto, não se fica surpreendido com que o que Boaventura Sousa Santos escreve sobre o socialismo. Para ele, libertada a ideia do socialismo da caricatura do “socialismo real” (até aqui estamos de acordo), o socialismo volta a ser apenas “a utopia de uma sociedade mais justa e de uma vida melhor, uma ideia que, enquanto utopia, é tão necessária quanto o próprio capitalismo”. E novamente a centragem absoluta nas emancipações diversificadas: “designar-se o conjunto das práticas emancipatórias por socialismo não tem outra legitimidade senão a que lhe advém da história”²⁸.

Fazendo recordar o velho revisionista Bernstein, para quem o mo-

²⁸ Ibid., pág. 238.

vimento é mais importante do que o objetivo, o pós-modernismo de oposição não vai além da proposta continuista e afinal reformista de lutas soltas, não obrigatoriamente articuladas, atingindo cada um dos poderes difusos.

Certamente que não em nome do socialismo. “(...) O socialismo não será nunca mais do que uma *qualidade ausente* [JVC – itálico no original]. Isto é, será um princípio que regula a transformação emancipatória do que existe sem, contudo, nunca se transformar em algo existente. (...) a transformação emancipatória será cada vez mais investida de negatividade. Sabemos melhor o que não queremos do que o que queremos. Nestas condições, a emancipação não é mais que um conjunto de lutas processuais, sem fim definido. O que a distingue de outros conjuntos de lutas é o sentido político da processualidade das lutas. Esse sentido é, para o campo social da emancipação, a ampliação e o aprofundamento das lutas democráticas em todos os espaços estruturais da prática social conforme estabelecido na nova teoria democrática acima abordada. *O socialismo é a democracia sem fim* [JVC – itálico no original]”²⁹. Note-se bem, nesta transcrição: o socialismo é um princípio que nunca se transformará numa realidade existente!

Aceitando como reais muitas denúncias do pós-modernismo, há é que analisar com exatidão essas mudanças e contradições, explicá-las e descobrir as suas causas e perspetivar atuações políticas a partir daí. Pode-se concordar na dúvida sobre a “racionalidade do real”, de Hegel, se tomada em absoluto. Pode-se concordar com que o socialismo real, soviético, se pautou pelo produtivismo predador, na sua ambição suprema de ultrapassar economicamente os Estados Unidos. Pode-se concordar com que o enorme aumento da riqueza não teve correspondência no desenvolvimento humano. Pode-se concordar com que o papel central do operariado na transformação para o socialismo se relativizou pela maior complexidade da estrutura de classes e das formas de conflito capital-trabalho. Também a maior consciência, traduzida em lutas, das opressões patriarcais, raciais e internacionais.

²⁹ Ibid., pág. 238.

Também os problemas identitários – para ser mais claro, a opressão da mulher na sociedade, no trabalho e na família; o racismo; a intolerância para com diversos tipos de minorias, como as de orientação sexual, etc. – são sempre levantados pelo pós-modernismo, mas qual é a posição de esquerda coerente e responsável que também não os reconhece, até mesmo no seio das próprias classes trabalhadoras, sem que para isso seja necessário perfilhar o irracionalismo pós-moderno?

A diferença está, na minha perspectiva, é em não poder ser no quadro do capitalismo, mesmo com aprofundamento da sua democracia, que se resolvem estas contradições, nem se pode isolar as outras opressões do quadro do capitalismo e da sua principal contradição – capital-trabalho. Contradições por um lado, opressões por outro, são inerentes ao desenvolvimento do capitalismo, como outras anteriores que foram resolvidas em sínteses dialéticas, em negações de negação, que acabaram por – até agora! – permitir a sobrevivência do capitalismo, adaptado a novas circunstâncias; adaptação esta que, todavia, vai sempre gerando novas contradições.

A superação dialética final dessas crises significa o socialismo. Mas a natureza do socialismo não é fazer melhor o mesmo que faz o capitalismo. É fazer e viver outra coisa, como negação radical do capitalismo.

X

Ultradireita – o regresso da besta

Ele aí está, novamente, e em força. Boçal, bronco e psicopático, com Trump, Bolsonaro, Duterte, desavergonhado com Narendra Modi ou Recep Erdogan, mais refinado com Le Pen, Salvini, Orbán, Kaczynski, Abascal, Ventura. Nos últimos anos do século XX, os herdeiros do fascismo estavam presentes nos parlamentos de apenas dois países europeus, a Suíça e a Eslováquia. Ao longo das últimas duas décadas, conseguiram essa proeza em mais nove países, desde a Itália a sul à Finlândia a norte. No total da Europa, o seu peso eleitoral passou, no mesmo período, de 4% para 14%. A lista já impressiona: Frente Nacional na França, Lega na Itália, Partido para a Liberdade na Holanda, Vox na Espanha, Partido da Liberdade na Áustria, Democratas Suecos, Partido do Povo Dinamarquês, Verdadeiros Finlandeses, Aurora Dourada na Grécia, Alternativa para a Alemanha (AfD), UKIP no Reino Unido e agora já o Chega em Portugal, bastantes dos quais com peso eleitoral importante. No tempo que demorou a escrita deste livro, o Chega em Portugal passou de um para doze deputados.

Tal como no tempo dos fascismos do século XX, a ultradireita tenta ocupar o espaço de revolta desorganizada de largas camadas atingidas pela crise económica, pelo desemprego – em boa parte devido à globalização com a deslocalização de empresas e com a desindustrialização -, pela precariedade, pela competição para o trabalho por parte dos imigrantes explorados pelo patronato e vítimas de “dumping” social, pela insegurança e instabilidade social, pela falta de perspectivas e, agora, pela quase destruição do Estado social de bem-estar. Ao mesmo tempo, este avanço da ultradireita é facilitado pelo abandono dessas camadas sociais pela esquerda: colapso do mundo comunista, traição da social-democracia e desvio das atenções de boa parte da nova esquerda radical – e até da ala esquerda do Partido Democrata americano – para outro tipo de causas, identitárias ou pós-modernistas.

A vaga de afirmações políticas e ideológicas ou de “programas” eleitorais dos últimos anos no sector mais extremista do espectro da di-

reita traduz um regresso das propostas fascistas? No essencial, julgo que sim, embora sem a exuberância de posições claramente ditatoriais, podendo aparentemente conviver com um arremedo de democracia, musculada. No entanto, não se deve desistorizar nem descontextualizar o fascismo, dando-lhe continuidade até hoje (até terminológica), sob risco de não sabermos combater indo ao coração do que hoje caracteriza as novas formas do autoritarismo de extrema-direita.

O fascismo do século XX pareceu ultrapassado com os anos gloriosos da segunda metade do século. Só em circunstâncias especiais é que o sistema político capitalista e o seu centro imperialista optaram por recorrer à violência, como no caso dos golpes militares na América Latina.

Com a emergência em força do neoliberalismo de Reagan e Thatcher, fortalecido pela implosão da URSS e pela conversão generalizada da social-democracia de terceira via ao ordoliberalismo alemão e ao consenso de Bruxelas, o controlo do sistema mundial deixou aparentemente de passar por políticas de tipo fascista ou de ultradireita. A teia de dependências económicas, os mecanismos de controlo da globalização e, no caso europeu, as restrições à soberania, resolviam qualquer possibilidade séria de contestação do sistema.

Afinal, o regresso da besta, em força e aliciando até setores importantes das classes trabalhadoras, parece indicar que o sistema dominante pode estar disposto a recorrer ¹ a forças de ultradireita que a memória histórica recente poderia fazer pensar que seriam inaceitáveis para a opinião pública.

Ele aí está, de novo? Ele quê? Muitos dirão pura e simplesmente o fascismo, mas isto faz correr o perigo de nos deixarmos desviar para uma discussão semântica, inegavelmente pertinente do ponto de vista do rigor histórico mas que pode desviar do essencial. “Stat rosa pristina nomine, nomina nuda tenemus” (A rosa antiga está no nome, e nada

¹ Uso esta formulação por comodidade de escrita, mas de forma alguma perfilhando uma visão “funcionalista”. Na História, as formações emergem dialeticamente e vingam se mais capazes de facilitarem o sistema dominante, mas não são criadas para tal fim por nenhuma espécie de “desenho inteligente”.

nos resta além dos nomes”) ². Era bom que, na história, também só ficassem os nomes, mas, de qualquer forma, discutir a rosa é mais importante do que discutir o nome. A menos que muitos, pondo em discussão o nome, estejam de facto, encapotadamente, a duvidar da rosa.

Outros discordam da reutilização do termo fascismo para designar o conjunto de novos partidos e movimentos de ultradireita que têm vindo a crescer na Europa e, depois, em outras paragens. É em boa parte falacioso porque, se são diferentes, são-no em relação a uma ideia de fascismo que é muitas vezes incorretamente generalizadora. Se o fascismo do século XX foi multiforme, não se pode usar uma pretensa identidade para, só por si, se dizer que a realidade de hoje, com as suas inegáveis diferenças, nada tem de comum com o fascismo. Temos de começar por nos entendermos sobre o que foi, essencialmente, o fascismo e daí partir para a comparação com o presente. A besta é a mesma, embora a roupagem e a linguagem sejam muito diferentes, em muitos aspetos.

Seja com que nome for, está aí outra vez a besta. Reconhecê-la assim, na sua monstruosidade, é que é o essencial, mas demos-lhe um nome, para nos entendermos. Extrema-direita? Não me agrada, porque aponta para uma continuidade “geométrica” com toda a direita, que pode causar enganos arriscados e traduz alguma dificuldade de definição mais precisa, assim como quando se fala em centro-esquerda englobado numa noção de esquerda com muito de impreciso. Será preferível dizer-se *ultradireita*, apontando para uma posição *para além de* uma fronteira que, apesar de tudo, a direita tradicional, conservadora, antiprogresso, defensora estrénuo do capitalismo, mas respeitando no essencial a democracia liberal, não se atreve a cruzar.

Alguns aspetos que associamos ao fascismo do século XX são acessórios ou, no caso dos fascismos de maior duração, temporários. Em Portugal, por exemplo, o militarismo não foi relevante até às grandes encenações da época da guerra colonial. Pelo contrário, toda a retórica da colonização épica, civilizadora, não teve paralelo, por exemplo, na

² A frase final de “O Nome da Rosa”, de Umberto Eco.

Espanha, com um minúsculo domínio colonial. Também os fascismos ibéricos estiveram estreitamente ligados à Igreja católica, sendo fervorosamente religiosos os seus líderes máximos, enquanto que no partido nazi se cultivava uma espécie de paganismo nacionalista, contra o transnacionalismo das igrejas. Hitler e Mussolini tinham baixo grau cultural, enquanto que Franco era general e Salazar professor universitário.

A repressão e o genocídio interno e externo tiveram grande e monstruosa expressão na Alemanha, no Japão e na Espanha, sem paralelo em Portugal ou nos esquecidos fascismos húngaro, romeno ou croata. Na Península ibérica, o integralismo de base católica e a influência maurrasiana, assim como a apologia do ruralismo, sobrelevaram sobre o cosmopolitismo e até o modernismo artístico do nazismo e do fascismo italiano. Na organização social, o corporativismo dos fascismos latinos não foi importante na Alemanha. E também a “ópera fascista”, com as encenações de massa, as grandes manifestações, os uniformes e o estilo militar, tiveram menos expressão em Portugal ou ficaram limitados a um certo período, até ao fim da guerra.

Os fascismos do século XX também variaram nas suas influências ideológicas e míticas. Maurras e o seu nacionalismo integral, ou integralismo, estiveram nas raízes comuns, mas há influências específicas. O fascismo italiano e o seu corporativismo – neste aspeto também o salazarismo - vão beber ao sindicalismo nacionalista de Sorel (anteriormente um socialista revolucionário) e ao seu continuador Corradini. Na Alemanha, tem mais impacto uma leitura perversa de Nietzsche e a mitologia épica de glorificação germânica de Wagner, enquanto que a estética monumentalista e austera do nazismo, particularmente na arquitetura, difere da influência estética dos futuristas italianos, com realce para Marinetti.

Tendo havido diversas manifestações do fascismo, é necessário olhar para o seu núcleo central definidor, aquilo que todos os fascismos tiveram em comum, mesmo depois de alguma alteração cosmética dos regimes ibéricos após a derrota dos restantes.

Ideologicamente, a exaltação nacionalista e rácica; a intolerância; o

totalitarismo; o anticomunismo; o primado da ordem social como valor máximo; o belicismo; o supremacismo branco e colonialista; o antissemitismo (em graus variáveis).

Politicamente, a ditadura; a ideia da obsolescência da democracia liberal; a repressão policial violenta e com recurso à tortura, aos julgamentos fanteche e à prisão indefinida ou em “campos de morte lenta”; a censura à informação e à criação artística; o regime de partido único; a demagogia do interesse pelas classes baixas; a “paz social”; o controlo férreo dos principais aparelhos de Estado, como as forças armadas e de segurança, a magistratura e o ensino superior.

Economicamente, a combinação de autarcia e exploração colonial; a defesa dos princípios e formas mais reacionárias de exploração capitalista; mas, simultaneamente, a intervenção do Estado no sistema capitalista, jogando a favor da concentração monopolista e dos grandes interesses económicos.

Uma boa síntese é também a que foi apresentada por Stanley Payne, historiador do fascismo em Espanha e Portugal ³:

- as *negações* fascistas: antiliberalismo, anticomunismo, anticonservadorismo ⁴;
- os *objetivos* fascistas: ditadura nacionalista para regular a economia, transformar as relações sociais e criar uma cultura nacional autónoma assente nos mitos do passado;
- o *estilo* fascista: simbolismo romântico na estética, grandes celebrações de massas, liderança carismática.

O contexto histórico também é importante para uma caracterização geral do fascismo. Todas as variantes do fascismo do século XX foram resultado de um quadro político, social e económico comum. Emergiram de crises económicas graves, precedendo de pouco ou seguindo-se logo à grande depressão, com as suas devastadoras consequências de desemprego e empobrecimento. Apareceram em situações de descrédito

³ Payne, Stanley G. (1980). “Fascism: Comparison and Definition”. University of Wisconsin Press.

⁴ Com exceção dos fascismos ibéricos, no que se refere ao conservadorismo, uma marca relevante do franquismo e do salazarismo.

na democracia representativa tradicional e num quadro social e político em que o capitalismo tinha dificuldade em dominar um movimento operário pujante, como na Alemanha ou na Itália, ou mesmo em que tinha conseguido o poder político, na Espanha. Em Portugal, o movimento operário era mais frágil, mas o suficiente para amedrontar um capitalismo por sua vez ainda incipiente. Não admira, portanto, que todas as variantes do fascismo tenham diabolizado o comunismo e, de forma geral, perseguido toda a esquerda e as organizações livres dos trabalhadores.

O populismo moderno de ultradireita

A ultradireita de hoje é herdeira do fascismo; manifesta muitos dos seus traços ideológicos transportados até hoje por contínuos movimentos e organizações neofascistas, mas é necessário analisá-la e combatê-la tendo presente a sua especificidade. Por enquanto, a ultradireita atual é uma versão suave do fascismo. Ainda não cruzou abertamente algumas linhas vermelhas que os fascismos anteriores pisaram com botas cardadas, de exércitos ou milícias e é provável que, nas atuais condições de hegemonia ideológica do neoliberalismo, não cheguem a cruzá-las, conseguindo mesmo assim os seus objetivos.

A ultradireita age no quadro institucional democrático, não nega a validade dos partidos, não advoga abertamente uma visão totalitária da sociedade e do Estado. Mas muito mais do velho fascismo está já nela, pelo menos em latência:

— politicamente, o autoritarismo, centrado em líderes tidos como salvadores externos ao sistema e não corrompidos por ele (ainda que em muitos casos sejam políticos com carreiras partidárias típicas) face ao sistema corrupto e incluindo os grandes meios de comunicação. Este sistema é considerado como o responsável pela decadência da nação e do seu Estado, no quadro da globalização, para o que se apela principalmente às grandes perdedoras da globalização, as camadas mais baixas das classes médias ⁵ e trabalha-

⁵ Designação que uso agora por comodidade, mas que criticarei no capítulo XII, sobre a estrutura de classes.

doras.

— ideologicamente, a intolerância; o racismo e a hostilidade às minorias (não só étnicas, também de orientação sexual) vistas também como a ameaça de destruição de um mítico “modo de ser europeu”; a falta do sentido da democracia e das suas regras não escritas; o oportunismo; o nacionalismo retrógrado; o securitarismo sobreposto às liberdades; a convivência – ou mesmo assimilação – com milícias neonazis e racistas; a demagogia. Acessoriamente, também diversos negacionismos, o culto das teorias de conspiração – especialmente contra as instituições democráticas –, a fabricação das “pós-verdades” e a aposta nas guerras culturais, com a criação de um clima de ódio e a difusão de mentiras através das redes sociais

Também o enquadramento histórico tem muito de comum, como discutirei adiante : à mesma, uma época de crise económica e financeira, com elevado grau de desemprego, com grande insegurança em relação ao futuro, com enfraquecimento crescente da prestação pública de cuidados de saúde e da garantia de segurança social, em particular na reforma. Esta movimentação política, ideológica e social reflete, como no século passado, a tentativa – ou uma das tentativas possíveis – de a parte mais enfraquecida do capitalismo, nomeadamente o capitalismo industrial, manter o sistema perante a crise económica e social. Crise, por se defrontar com as grandes mudanças no mercado de trabalho e nas alterações demográficas e com as contradições dentro do próprio capitalismo, tendo em conta a supremacia do capital financeiro. Há, todavia, uma diferença substancial: na época dos fascismos originais (com exceção do português), o movimento operário e os seus partidos eram muito fortes, estando mesmo no poder na Espanha. Pelo contrário, hoje, a ascensão da ultradireita neofascista ocorre perante uma esquerda debilitada, quase mera espetadora do que se está a passar.

No plano subjetivo, intervém a permissividade do senso comum atual a ideias de aceitação das desigualdades, de individualismo, de competição. Neste sentido, a atual ultradireita é filha do neoliberalismo, embora não oficialmente perfilhada pelo pai. Pai natural que, em

todo o caso, não hesita em estender-lhe a mão quando é necessário, em levá-la para o governo como von Papen levou Hitler. Paradoxalmente, o ultradireitismo é muitas vezes, por outro lado, uma resposta ideológica de descontentamento com o domínio do neoliberalismo e contra a sociedade de desigualdade que ele exprime.

Com todas as diferenças e semelhanças entre o fascismo e a atual ultradireita, é comum acentuar-se um principal polo de aproximação, o populismo, com algumas das características que discutimos no último capítulo, mas com especificidades que importa ter em conta, para não se cair na enorme confusão que há em torno do termo populismo.

No capítulo anterior, preocupei-me com a análise do populismo à Laclau, por ser uma construção teórica importante e influente, com reflexos nos objetivos e caminhos da luta transformadora. Acentuei também que esse populismo, de esquerda, era mais uma lógica política, discursiva, do que uma ideologia, como diz o próprio Laclau.

Em relação à ultradireita, que, na prática, é o objeto da denominação de populista, tenho muito mais reservas sobre a utilidade e rigor da utilização do termo. Um dos principais estudiosos do fenómeno populista, Cas Mudde ⁶, tendo-o analisado principalmente em relação à ultradireita europeia, hesita no entendimento da natureza desse populismo: é uma ideologia, um síndrome, um movimento político ou um estilo político?

Confessando-se pouco conhecedor da obra de Laclau, Mudde parece subvalorizar o seu carácter discursivo a apontar para um estilo político e acaba, na sua definição de populismo por valorizar mais a sua natureza ideológica: “o populismo é uma ideologia que considera que a sociedade está dividida em dois grupos homogéneos e antagónicos, o ‘povo puro’ versus a ‘elite corrupta’, e que defende que a política deve ser a expressão da ‘volonté générale’ do povo”. Por outro lado, sendo uma ideologia, “é centrada finamente (“thin-centered”), o que quer dizer que se preocupa só com parte da agenda política – por exemplo, não tem opinião sobre o que deve ser o sistema económico ou político.”

⁶ Mudde, Cas (2004). “The Populist Zeitgeist”. *Government and Opposition*, 39 (4): 541-563.

Se a primeira parte da definição aproxima teoricamente o populismo à Laclau de parte importante da natureza da ultradireita, já a segunda parte afasta-os significativamente. A utilização comum de dois de populismo para realidades bem diferentes acaba por não ser produtiva nem instrumentalmente útil, obrigando a ter de estar a esclarecer a confusão, adjetivando como de esquerda ou de direita.

Aliás, esta confusão é muitas vezes propositada, como no caso do discurso europeu “mainstream”. Tudo o que se afasta do consenso de Bruxelas cabe no grande cesto do populismo, que nunca se define com um mínimo de rigor. Pode ser o Brexit, o referendo grego de 2015, a posição antieuro de alguns setores da esquerda; e também podem ser Farage, Le Pen ou outros ultradireitistas, opostos, por nacionalismo retrógrado, ao cosmopolitismo da União Europeia.

Para além do que acabámos de discutir, fica o aspeto mais diferenciador dos dois chamados populismos: a natureza “triádica” do populismo de direita, como discutido por um dos conhecidos estudiosos do populismo, John Judis ⁷. Que significa este termo?

Como vimos no capítulo anterior, o populismo de esquerda divide a sociedade em dois grupos antagónicos, os de cima, a casta, os privilegiados social e economicamente; e o povo, a gente comum, a amálgama multitudinária e multitária dos potenciais revoltados contra os privilégios da casta. É o populismo diádico.

Já a ultradireita fascizante mantém a clivagem entre a casta e o povo, mas considera que a casta privilegia, contra a generalidade do povo, certos grupos marginais, por isto também alvo da hostilidade popular. É pela existência destes três grupos sociais que Judis fala em populismo triádico. O terceiro grupo, o bode expiatório de todos os problemas sociais e que por isto desvia o ódio popular da casta, é, em regra, o das minorias étnicas, de imigrantes. São os responsáveis pela violência, perturbam a harmonia social, desviam recursos financeiros do Estado para os seus apoios sociais, são os maiores responsáveis pelo tráfico de droga ou pela prostituição, ofendem os valores religiosos dos

⁷ Judis, John B. (2017). “A Explosão do Populismo”. Editorial Presença.

nativos, e até, pasme-se, procriam abundantemente com o fim de dominarem demograficamente os países que os acolhem – a “teoria da substituição”.

Por rigor e para clareza de discurso, reservo o termo populismo para o que discuti no capítulo anterior, que mais não seja por ter sido extensamente caracterizado e teorizado numa perspectiva de lógica política de esquerda. Ao chamado populismo de direita, chamo simplesmente *ultradireita*. Parece-me importante considerar o risco de que, neste caso, um termo tão ambíguo e relativamente vago como é “populismo” ou mesmo “populismo de direita” se torne uma forma de suavizar, e logo normalizar, o impacto e a ideologia da ultradireita. Sei, todavia, que vou contra a corrente geral, que ou não distingue os dois populismos ou usa o termo principalmente para se referir à ultradireita, nomeadamente europeia.

As raízes da ultradireita

Mesmo nos países em que a ultradireita parece ainda respeitar algum arremedo de democracia formal, o autoritarismo já os arrasta para estados pós-democráticos, em oposição, pelo menos no plano dos valores e princípios, ao Estado democrático de Direito, com desvalorização crescente dos direitos e garantias e do controlo dos governos e separação de poderes. Simultaneamente, esse processo é acompanhado por uma maior aproximação entre o poder político e o poder económico. Como vimos em capítulo anterior, tudo isto se pode vislumbrar no que essencialmente caracteriza o neoliberalismo. O crescimento da ultradireita acompanha no tempo a implantação do neoliberalismo e não é desrazoável pensar-se que não é mera coincidência.

Não é que o neoliberalismo não possa ter sucesso dentro do quadro político democrático tradicional, como é o caso geral, mas em certos casos extremos, e por razões opostas – impunidade por fraqueza de oposição popular ou receio da força do movimento popular – os direitos fundamentais e as garantias obtidas pelas lutas dos trabalhadores e do povo em geral nem sequer são tolerados pelas forças neoliberais, por constituírem entraves à eficiência e “inteligência” do mercado e à mer-

cantiliização de toda a vida, bem como à contestação ou mero questionamento do sentido comum instilado pela hegemonia ideológica. “Em momentos de crise, por detrás de cada liberal moderado, encontramos um fascista” .⁸

Não se pode dizer que seja já a situação generalizada, mas pode-se claramente antever o fim da ligação matrimonial entre capitalismo e democracia liberal. O capitalismo pode ser brutalmente eficaz sem necessidade da democracia, como aconteceu no passado com o fascismo.

Muito eloquentemente, não há nunca uma nota de divergência económica no discurso ultradireitista, inteiramente convergente, neste domínio, com os ditames neoliberais. A ultradireita atual não representa qualquer rotura com o estádio atual do capitalismo. De facto, é uma filha perversa mas natural da ideologia neoliberal, levada ao limite. Daí também que seja legítimo postular que a ultradireita não é uma aberração transitória, podendo bem tender a ser progressivamente um substituto das velhas democracias liberais, representando um antagonismo crescente entre democracia e neoliberalismo. Pode não vir a haver uma rotura vincada e universal com a democracia formal representativa, mas uma deriva autoritária ou burocrática-administrativa, com desequilíbrio dos poderes, à semelhança do que já se vê em países que, não sendo ainda governados pela ultradireita, já têm regimes duvidosamente democráticos, como a Rússia, a Turquia ou a Índia.

E se ainda não se assiste a formas mais extremas de violência política antidemocrática é porque o neoliberalismo, sem forte contestação, tem conseguido, com sucesso assinalável, enquadrar na ordem estabelecida a repressão dos direitos dos trabalhadores e anular as suas reivindicações, evitando a revivescência de um fascismo que ainda está na memória coletiva dos filhos da geração que o sofreu.

A ascensão da ultradireita é uma manifestação das contradições do capitalismo; da sua crise estrutural, do ataque do neoliberalismo às classes trabalhadoras, da globalização, do enfraquecimento da democracia efetiva no Estado liberal. No entanto, não se deduza daqui, sim-

⁸ Entrevista com Álvaro Garcia Linera, Jacobin, 20.11.2019. <https://jacobin-mag.com/2019/11/alvaro-garcia-linera-bolivia-coup-evo-morales-mas>

plificadamente, que estes fatores se relacionam diretamente, de forma linear, com o fortalecimento da ultradireita. Não é nos países que mais sofreram com a última grande crise económica e financeira que apareceu mais cedo e se desenvolveu mais a ultradireita. Veja-se, pelo contrário, a Alemanha, a França, a Holanda, a Dinamarca, a Áustria. É nesses países mais ricos, até agora descansados na tranquilidade fornecida pela União Europeia, que a ultradireita mais colhe nos medos de maior imigração, de mais gastos em ajudas aos países menos ricos e de maiores ameaças aos seus benefícios sociais.

Estas são causas materiais, de natureza social e económica. Isto não explica, porém, porque é que a revolta toma formas opostas às das lutas tradicionais dos trabalhadores. Tem de se fazer intervir fatores subjetivos. Em primeiro lugar, a falta de consciência sobre as causas da crise, que é sentida mas não compreendida. Há nisto boa responsabilidade para a fraqueza da luta ideológica da esquerda contemporânea, principalmente no combate específico ao neoliberalismo. Junta-se também o sentimento de perda de “status”, de prestígio social por parte de muita gente das chamadas classes intermédias que reagem contra alguma “osmose social”. Do individualismo e do novo sentido comum instilado pela ideologia neoliberal, já falei. Finalmente, o descrédito da democracia e da política tradicional, acompanhado de falta de alternativas de protesto progressista que deviam ser facultadas pelos movimentos da sociedade civil. Também o enfraquecimento da identidade nacional, sobretudo na Europa, que discutirei noutro capítulo.

A par do neoliberalismo, a globalização tem um papel importante no recrudescimento da ultradireita. Quem mais ganhou ou perdeu com a globalização? Em termos absolutos, a relação é linear em termos de ganho em rendimento global per capita em função do percentil na distribuição mundial do rendimento.

Todavia, a situação é muito diferente se considerarmos os ganhos em termos percentuais em relação ao início do processo de globalização. A já clássica curva do elefante mostra uma distribuição complexa dos ganhos ou perdas com a globalização. O dorso do elefante, abrangendo uma gama considerável dos escalões de rendimento, começa

com os países de menor rendimento, culminando nos países asiáticos de rendimento médio – China, Índia, Tailândia, Vietname e Indonésia. São os ganhadores da globalização. Mais para a direita na linha do rendimento global, é completamente diferente a situação das classes populares dos países desenvolvidos, que apresentam um saldo nulo ou negativo da globalização, enquanto que a tromba do elefante se ergue para o ponto máximo no extremo direito da curva, correspondendo aos 5% mais ricos do mundo, principalmente nos Estados Unidos, na Europa e no Japão, aqueles a quem os autores, Lakner e Milanovic,⁹ chamam os “plutocratas globais”.

Sendo grandes perdedoras na Europa, não admira que boa parte das classes populares sejam atraídas, mesmo que com muita inconsciência e incoerência, por um discurso fascizante que lhes promete proteção contra a negação do seu conforto económico e segurança, julgando-se ameaçados não pelos “plutocratas reais” mas sim pelos não-nativos que, ainda por cima, querem destruir o “modo de vida superior” e a santa religião dos europeus... E o mesmo para a quase metade dos americanos, que votaram em Trump.

As políticas da União Europeia depois da crise de 2011 têm muito a ver com o aparecimento e desenvolvimento da ultradireita no nosso continente. Degradaram o Estado social, limitaram o investimento público, enfraqueceram os mecanismos de controlo político dos mercados, especialmente dos mercados financeiros e enfraqueceram o poder negocial das classes trabalhadoras, ao mesmo tempo que as eufemisticamente chamadas “reformas estruturais” reduziram os direitos laborais protegidos legalmente. A capacidade de decisão dos Estados membros tem sido cada vez mais limitada e todos se sujeitam aos ditames de política orçamental derivados, fundamentalmente, do ordoliberalismo alemão e agravados pela hegemonia do pensamento único neoliberal, desvirtuando a democracia e violando a soberania dos povos europeus. Nesta situação económica e política, não é de admirar que as reações

⁹ Lakner, Christoph e Milanovic, Branko (2015). “Global Income Distribution: From the Fall of the Berlin Wall to the Great Recession”. *The World Bank Economic Review*, 30 (2): 203–232.

de protesto tenham um tom nacionalista, aproveitado para uma conotação retrógrada pela ultradireita.

A análise de classe

As análises da reemergência da ultradireita claudicam frequentemente por falta de uma adequada perspectiva de classe. Os autores marxistas contemporâneos do fascismo clássico viram com clareza que o substrato das diversas modalidades do fascismo, sustentando as suas aparências ideológicas, era a mobilização de estratos voláteis da pequena burguesia, que tendem a ser pró-capital, embora anunciando-se contra aspetos particulares e superficiais do capitalismo, como a corrupção, o nepotismo ou clientelismo e ao mesmo tempo que se sentem superiores ao operário vulgar ou ao trabalhador imigrante. Respeitam, em essência, o capitalismo e a sua ordem, mas, ao mesmo tempo, desconfiam das camadas sociais de alto ou médio rendimento, educadas e frequentemente mais alinhadas com a democracia liberal e adotando mesmo posições progressistas, por exemplo em termos de moral.

A porosidade das classes e a relativa osmose social são bem conhecidas. Por um lado, a impropriamente chamada classe média baixa, muita da pequena burguesia não possidente, é objetivamente parte integrante de uma classe trabalhadora sensu lato, assalariada e sem propriedade de meios de produção. No entanto, isto entra em contradição com a cultura e mentalidade desse estrato da pequena burguesia, como é exemplo paradigmático o jacksonismo americano ¹⁰. Dialeticamente, esta contradição está longe de resolvida e está na base do sucesso do fascismo e, hoje, da ultradireita – condições objetivas favoráveis a uma atitude de protesto de esquerda, mas condições subjetivas que favorecem uma resposta ideológica de direita.

Que classes ou camadas sociais alimentam hoje a ultradireita? Os

¹⁰ O termo “jacksonianism” foi cunhado por Walter Russell Meade para caracterizar um certo “espírito americano” corporizado no eleitorado individualista, rude, xenófobo e fortemente conservador do presidente Andrew Jackson, paradoxalmente defensor de uma política democrática e popular. Ver, por exemplo: Meade, Walter Russell (2017). “The Jacksonian Revolt - American Populism and the Liberal Order”. *Foreign Affairs*, 96 (2).

dados empíricos provêm da geografia eleitoral e de sondagens. Devem ser analisados com cautela. Em geral, na Europa, apontam para setores das classes trabalhadoras, nomeadamente operariado, em situação de acentuada degradação das suas condições de vida e também de boa parte da pequena burguesia (hoje frequentemente apelidada de classe média baixa). No entanto, algumas análises mais finas lançam dúvidas sobre a transferência direta de eleitores de esquerda, em particular comunistas, para o eleitorado da ultradireita. Um dos melhores exemplos é o da Frente Nacional francesa, de que mais se fala como atraindo antigos eleitores comunistas. De facto, os seus bastiões eleitorais são as cidades de média e pequena dimensão, não industrializadas e com menor poder económico.

É preciso ter-se também em conta que as circunscrições eleitorais em que a ultradireita mostra ganhos são frequentemente zonas de habitação mista, com comunidades imigrantes e em que a população nativa de mais baixo nível é mais reativa aos alegados riscos de insegurança e desordem alimentados pelos seus preconceitos. Em Portugal, os concelhos em que o Chega obteve melhores resultados são, de facto, concelhos com maioria de habitantes de classes baixas, mas em que o voto comunista não era forte. São, como disse, concelhos com presença significativa de comunidades imigrantes ou ciganas – mas, logicamente, não foram estas que votaram no Chega.

Portugal, no caso do Chega, mostra alguma disparidade com o resto da Europa, onde o eleitor típico de ultradireita é homem, jovem, com baixa instrução, operário, desempregado, pequeno empresário ou comerciante. Segundo uma sondagem de fevereiro de 2020 ¹¹, o retrato-robô do eleitor português do Chega é mulher, entre os 25 e os 44 anos, com percentagem considerável de ensino superior (20%), urbano, politizado. Este perfil aproxima-se mais do do eleitorado de Bolsonaro, no Brasil. Também não confirma a hipótese posta por alguns de transferência direta de eleitorado do PCP, sugerida pelo impacto do Chega em bastiões comunistas. Muito mais provável é que, nessas zonas, o eleito-

¹¹ <https://expresso.pt/opiniao/2020-02-15-Quem-quer-votar-no-Chega->

rado ultraconservador, saudosista da sociedade latifundiária, mesmo que já de segunda geração, se tenha transferido para o Chega dos partidos de direita tradicionais onde se acolhia por falta de alternativa mais aliciante.

Já nos Estados Unidos, a base eleitoral trumpista é mais complexa, com motivações económicas e sociais – sensivelmente as mesmas que temos vindo a discutir, em particular em relação aos trabalhadores de regiões industriais em crise – a que se juntam fatores culturais secularmente enraizados nos “americanos médios” da América do interior, com a sua mentalidade jacksoniana – uma filosofia política de espírito democrático e popular, mas que acabou por se sedimentar num populismo reacionário, individualista e propenso à violência. Corresponde a uma população branca nacionalista, autoconsiderada como a legítima representante da classe média, apologista da supremacia branca radicada no escravagismo e no espírito dos pioneiros colonizadores. Começou por abranger principalmente pessoas gozando de um estatuto social e económico superior, mas hoje é decadente, incluindo principalmente elementos de classes médias baixas e até trabalhadores, ressentidos com a perda do seu estatuto.

São portadores de uma mentalidade tradicionalista extrema, centrada na exaltação da família, da honra, do trabalho árduo e do esforço individual, da religião, da virilidade, da justiça direta e da posse de armas. Desconfiam do governo e não defendem benefícios sociais, acreditando em que a riqueza, no sonho americano, é sempre legitimada pelo esforço pessoal. Por isto, desprezam os perdedores (“losers”) e olham com sobrançeria para os intelectuais, nomeadamente as camadas educadas das costas leste e oeste, estranhas ao seu mundo rural ou de pequenas cidades do centro dos Estados Unidos. Os leitores viram o excelente filme “Nebraska”?

Os cativados pelo fascismo e agora pela ultradireita neofascista não o são apenas por serem lesados pela crise económica e social. Deve-se acrescentar um fator importante, subjetivo: a noção de que desceram de nível económico-social de que perderam “status”, mesmo privilégios. É um sentimento que não desperta revolta ou vontade de luta com

consciência de classe, antes a sensação de derrota pessoal e de humilhação, de ressentimento e rancor, facilmente canalizados para a culpabilização e hostilidade ao “outro”, por mais ilógica que seja essa ligação, e sem a compreensão de que ela desvia a responsabilidade do principal culpado pela crise.

De facto, na complexa situação social e psicológica em que medram o velho e o novo fascismo, não é necessário um discurso racional, articulado, que nem sequer é possível perante a heterogeneidade de causalidades e de “outros” invocados pelo discurso de tipo fascista. Os apelos irracionais podem bem ser toscos, primários, confusos e irracionais. Afinal, os perdedores do neoliberalismo e da globalização não estão à procura de um fundamento ideológico, apenas de um conforto para a sua frustração e de uma justificação irracional, autorizada pelo líder fascista, para o que sentem como descrença com a política institucional, como desconfiança dos partidos e com o desinteresse pela democracia. Assim, na ação política contra a ultradireita, é preciso ter-se sempre presente que a grande maioria dos milhões dos seus eleitores são sensíveis à mensagem fascista mas não são política e ideologicamente fascistas. No entanto, que este dado objetivo não sirva para a banalização ou a normalização da ultradireita. Uma coisa é não estigmatizar o eleitor pouco consciente da ultradireita, outra é não a combater como organização e ideologia.

O combate

Sendo tão diversas as caracterizações do complexo fascismo-ultradireita, é inevitável que sejam também diversas as propostas de combate a esse perigo. É evidente que há grande convergência na ideia de que a ultradireita não é um fenómeno passageiro e conjuntural. Não se pode colocar com segurança a hipótese tranquilizadora de ela não continuar a crescer e, portanto, há a mesma unidade na ideia de que é necessário combater firmemente a ultradireita. No entanto, a convergência termina aí e é prejudicada por diferenças consideráveis de interpretações e atitudes, que levam a problemas de difícil resolução.

1º problema – a trivialização

Um dos erros de análise que prejudica a clareza da definição de uma estratégia de combate à ultradireita é a trivialização do fascismo. Já o discutimos atrás. Há o risco de que “quando tudo é fascismo, nada o é, e perde-se a substância do que foi e significa a ditadura terrorista do capital monopolista”¹². Porém, é claro que não trivializar o fascismo também não pode significar branquear a ultradireita atual, como se ela não fosse um perigo, apesar de (ainda?) longe da monstruosidade do nazi-fascismo.

Com muitos pontos de contacto e alguma semelhança dos contextos em que emergiram o fascismo e a atual ultradireita, e nunca se repetindo a História exatamente da mesma forma, há diferenças substanciais que inviabilizam a repetição da luta antifascista, bem conhecida – e bem sucedida, se bem que com uma guerra devastadora.

Note-se, por exemplo, como é diferente, num caso e noutro, a questão do racismo. Ela é hoje mais complexa do que o que foi essencial no fascismo, o antisemitismo. Agora, o racismo propriamente dito, seja ele mais boçal ou mais envergonhado e dissimulado, vem embrulhado com outros problemas menores no tempo do fascismo: a imigração, os refugiados, o medo da competição pelo trabalho e pelos benefícios sociais, o receio de perda de “identidade nacional” pelo choque de culturas, a instilação do sentimento de insegurança. Por outro lado, como se vê na Europa, a rejeição do imigrante pode não ter um componente racista, antes nativista, sendo igualmente branco e de cultura europeia o “canalizador polaco” mal recebido pelos nativos dos países europeus ricos. A resposta ao novo racismo deve articular todos estes aspetos.

Chamar generalizadamente de fascismo a tudo o que hoje, de forma muito variada, configura a ultradireita pode significar não ver os alvos específicos para o combate atual. E digo, de forma variada: coisas com particularidades são combatidas diferenciadamente. A luta será diferente contra o trumpismo, contra o bolsonarismo, contra a ultradireita europeia.

¹² Illueca, Héctor , Monereo, Manolo e Anguita, Julio (2018). “¿Todos los gatos son pardos?”. Cuartopoder, 14 de setembro.

2º problema – a unificação do mal

A ultradireita não tem uma ideologia global, articulada. As suas bandeiras são uma coleção pilha-apanha de questões nem sempre indissociáveis, reunidas por duas coisas simples: serem vistas numa perspectiva comum de reacionarismo antidemocrático, antiprogressista e antipopular; e corresponderem a problemas sentidos por muita gente e passíveis de as agregar, por demagogia, numa movimentação política só aparentemente congruente.

É um erro, portanto, globalizar obrigatoriamente a luta antifascista de hoje. Sem prejuízo do combate ao reacionarismo geral da ultradireita, é necessário individualizar os seus “leitmotive” e dar-lhes luta específica. Indo mesmo mais longe, é necessário analisar bem o sucesso das posições ultradireitistas, reconhecer onde e quando é que elas medram por culpa também da omissão da esquerda e retomar a influência nas camadas populares desviadas pela demagogia ultradireitista. É preciso ter a coragem de admitir que algumas posições da ultradireita podem ter fundamentos razoáveis, embora servindo para propostas inaceitáveis. Isto significa ter de apresentar contrapropostas corretas e não enfiar a cabeça na areia, como faz alguma esquerda que se deixa ficar por retóricas antifascistas sem impacto real.

Os dois exemplos mais significativos são o problema dos imigrantes e a questão europeia. Esclareço, como nota prévia essencial, que não incluo no problema dos emigrantes a questão do asilo humanitário aos refugiados de guerras, calamidades, perseguições políticas, até genocídios – sim, que ainda há genocídios de vez em quando. É coisa distinta do que vamos discutir – a migração económica - e não é passível de qualquer dúvida a obrigação humana de apoio total aos refugiados, obrigação civilizacional que nem é de esquerda nem de direita.

No entanto, pode não ser tão clara a distinção entre os dois tipos de migração. As guerras civis ou intervenções militares e a miséria ou a destruição das economias tradicionais têm vítimas comuns. E onde há crises humanitárias, estão geralmente por detrás as grandes potências, e também os seus mandaretes de segunda linha, como a Turquia e os países árabes ricos. A responsabilidade dos EUA e da Europa nas migra-

ções, seja por via geoestratégica ou por via económica, implica que a sua resposta não possa ser disfarçada de simples razões humanitárias.

O problema da imigração económica existe e não é uma invenção da ultradireita. O que é preciso é discuti-lo em termos próprios da esquerda, buscar-lhe as raízes e dar-lhe solução adequada, não a reduzindo a retórica ou fórmulas idealistas. É claro que todos os socialistas, no mundo que ambicionam, miram um dia em que os homens, livres, se podem mover por toda a parte e residir e trabalhar onde desejarem. Ainda não vivemos esse dia e, no mundo real de hoje, é impossível o planeamento económico internacional e a propriedade pública que condicionam a livre circulação dos trabalhadores.

Atualmente, a livre circulação de trabalhadores em busca de emprego não é um direito consagrado. Não consta, por exemplo, da Declaração Universal dos Direitos Humanos e sempre foi objeto de regulamentação por quase todos os países, em função das necessidades dos seus mercados de trabalho.

É indubitavelmente uma ideia justa, em abstrato, e que exprime bem o “internacionalismo proletário”, mas não pode ser vista fora do contexto histórico. Hoje, na realidade do capitalismo atual e da globalização, até pode ter efeitos perversos, de divisão entre trabalhadores, quebra da sua organização e “dumping” social e do mercado de trabalho. A abertura total de fronteiras do mundo do trabalho não deve deixar de ser vista no quadro dos interesses do neoliberalismo globalizante, a quem ela muito interessa.

O mesmo Marx do “proletários de todos os países, uni-vos” é também o que reconheceu os perigos da divisão entre trabalhadores imigrantes e nativos e a utilização abusiva da mão de obra imigrante contra os trabalhadores do país.

“Todos os centros industriais e comerciais na Inglaterra possuem agora uma classe trabalhadora dividida em dois campos hostis, os proletários ingleses e os proletários irlandeses. O trabalhador inglês comum odeia o trabalhador irlandês como um competidor que rebaixa o seu padrão de vida. (...) O irlandês retribui com juros do seu próprio dinheiro. Ele vê no

trabalhador inglês tanto o cúmplice quanto a ferramenta estúpida dos governantes ingleses na Irlanda. Esse antagonismo é artificialmente mantido vivo e intensificado pela imprensa, pelo púlpito, pelas revistas humorísticas, enfim, por todos os meios à disposição das classes dirigentes. Este antagonismo é o segredo da impotência da classe trabalhadora inglesa, apesar de sua organização. É o segredo pelo qual a classe capitalista mantém o seu poder. E ela está bem ciente disso”¹³.

E também que “o estudo da luta travada pela classe trabalhadora britânica revela que, para se opor aos seus trabalhadores, os empregadores trazem trabalhadores do exterior ou então transferem a manufatura para países onde há uma força de trabalho barata”¹⁴. Todavia, Marx não fica impotente perante esta situação e vê nela perspectivas revolucionárias: “Depois de estudar a questão irlandesa durante muitos anos, cheguei à conclusão de que o golpe decisivo contra as classes dominantes inglesas (e será decisivo para o movimento operário de todo o mundo) não pode ser desferido na Inglaterra, mas apenas na Irlanda. (...) A Irlanda é o baluarte da aristocracia fundiária inglesa. A exploração daquele país não é apenas uma das principais fontes de sua riqueza material; é sua maior força moral. Eles, na verdade, representam o domínio sobre a Irlanda. A Irlanda é, portanto, o meio cardeal pelo qual a aristocracia inglesa mantém o seu domínio na própria Inglaterra”¹⁴.

Nos últimos anos, algumas correntes de esquerda têm considerado que deixar à ultradireita a defesa de um maior controle da imigração econômica é uma ingenuidade com consequências na transferência de parte considerável do eleitorado de esquerda para o campo neofascista. Os casos mais notórios desta opinião são a “France Insoumise”, de Jean-Luc Mélenchon e o movimento Levanta-te (“Aufstehen”) lançado, com grande apoio, pela dirigente do “Die Linke” Sarah Wagenknecht. Também, de forma mais mitigada, o movimento “Momentum” das bases

¹³ Marx, Karl (1870). “Carta a Max Sigfrid Meyer e August Vogt em Nova Iorque”.

¹⁴ Marx, Karl (1867). “On The Lausanne Congress” (tradução em inglês das Obras Completas). Ver <https://www.marxists.org/archive/marx/iwma/documents/1867/lausanne-call.htm>

mais à esquerda do Partido Trabalhista britânico, apoiantes de Jeremy Corbyn. Como seria de esperar, estas posições têm sido muito criticadas por setores radicais que as consideram uma traição ao internacionalismo e cumplicidade com a ultradireita.

Face a essas posições de parte da esquerda favoráveis ao controlo das fronteiras e à limitação da imigração, há que perguntar se, de facto, isto contribui para melhorar a vida das classes trabalhadoras e, com isto, tirar o tapete à ultradireita.

Há competição para o emprego por parte dos imigrantes? É duvidoso, com estudos a concluir o contrário, mas há muito de subjetivo e demagógicamente manipulável no receio da imigração como forma de competição pelo emprego. É certo que ela representa agora, com as migrações clandestinas e o tráfego de pessoas, um fator de maior incerteza e de dificuldade de regulação, mas, no essencial, mantém-se a situação que, como os nossos emigrantes dos anos 60 conheciam bem, era a de os emigrantes irem ocupar os postos de trabalho que os nativos já não queriam. Estes dispunham de melhores oportunidades, por melhoria das suas qualificações e criação constante de novos empregos especializados para os quais os emigrantes não tinham condições.

O problema agora até é o contrário; são os imigrantes que muitas vezes têm dificuldade em obter trabalho, uma vez que o sistema desregulado já não lhes garante como antes que, à chegada ao país de receção, venham com um contrato de trabalho garantido. É vê-los, por todas as grandes cidades, em situações semimiseráveis, a vender bugigangas ou em mendicidade encapotada.

Se parece que a imigração não afeta significativamente o emprego dos trabalhadores nacionais, é provável que possa afetar o nível médio de salários dos trabalhadores pouco qualificados. Como escreve Len McCluskey, secretário geral do sindicato inglês UNITE, “quem quer que tenha tido de negociar em nome dos trabalhadores, principalmente das fábricas, conhece as enormes dificuldades que têm derivado da capacidade do capital para deslocar a produção à volta do mundo – frequentemente para a China, o Extremo Oriente e a Europa de leste – em busca de custos de trabalho muito inferiores e maiores lucros. Da mesma

forma, o uso da imigração pela elite deste país não é motivado pelo amor à diversidade ou pela devoção ao multiculturalismo. Pelo contrário, diz respeito ao modelo de mercado de trabalho flexível, assegurando uma plena oferta de trabalho barato para aqueles postos que não podem ser deslocalizados”¹⁵.

Clama-se também contra a subsídio-dependência dos imigrantes. Novamente, é preciso distinguir refugiados e imigrantes económicos. É falso que estes últimos sejam um peso para os orçamentos estatais. Se muitos têm de ser socorridos com ajudas, os imigrantes são, no total, contribuintes líquidos para o Estado e, particularmente para a segurança social, atenuando o problema demográfico do défice da segurança social. Em Portugal, “a relação entre as contribuições dos estrangeiros para a segurança social (...) e os gastos do sistema com prestações sociais de que os contribuintes estrangeiros beneficiam (...) é bastante positiva e favorável, tendo-se atingido um saldo de +884 milhões de euros em 2019, o valor mais elevado dos últimos anos”.¹⁶

As queixas de que os imigrantes são uma minoria protegida e beneficiada comparada com os trabalhadores nativos são absurdas. Um relatório norte-americano¹⁷, certamente extensível à Europa, mostra uma situação bem diferente. Como a maioria dos trabalhadores pobres, de que são uma grande parcela, os imigrantes são as maiores vítimas de violações dos seus direitos: salários inferiores ao mínimo legal, horários excessivos, contratos precários com facilidade de despedimento, deduções e multas ilegais, retaliações, não pagamento de compensações por acidentes, obstáculos à sindicalização. Estas violações afetam mais as mulheres e são duas vezes mais frequentes em relação aos imigrantes do que aos trabalhadores nativos.

Se a regulação da imigração tem muito de aceitável, ela não basta para combater a hostilidade em relação aos trabalhadores estrangeiros

¹⁵ McCluskey, L. (2016). Comunicação à conferência “Class - Britain at a Crossroads”.

¹⁶ Observatório das Migrações, Relatório Estatístico Anual de 2020.

¹⁷ Bernhardt, A., Milkman, R. e Theodore, N. (2009). “Broken laws, unprotected workers: violations of employment and labor laws in America’s cities”. National Employment Law Project, Report.

e exige, desde logo, uma ação eficaz para impedir a desunião entre trabalhadores, nativos e estrangeiros, irmanados na sua situação de classe. É necessário ir às raízes. Quanto aos refugiados, lutar contra as ingerências estrangeiras em outros países, com guerra e destruição, impedir a degradação de países à situação de “estados falhados”, pressionar os nossos governos para não venderem armamento nem protegerem regimes corruptos e ditatoriais, para não explorarem os recursos dos países pobres. E também lutar por uma nova ordem mundial, contra a unipolaridade imperialista.

No caso das migrações económicas propriamente ditas, pode-se ajudar o desenvolvimento dos países de origem – mas de boas intenções está o inferno cheio –, pode-se combater o tráfego de seres humanos, pode-se controlar sem xenofobia o acolhimento de imigrantes de forma a não haver disrupções do tecido social e económico, pode-se exigir aos empresários que só possam recrutar imigrantes ao abrigo de acordos de trabalho com os sindicatos, mas é praticamente impossível ir-se às raízes: a miséria de milhões de pessoas dos países subdesenvolvidos.

Ao menos, é imperioso que as organizações de trabalhadores, partidos e sindicatos, combatam em cada país a divisão entre trabalhadores nativos e imigrantes, mas que as combatam com ações efetivas e integração dos imigrantes, não apenas com discurso antifascista. Irmanar os trabalhadores de todas as origens, integrá-los na mesma luta central e fazê-los compreender que a divisão interessa é ao inimigo comum contribui para uma mentalidade que resista à manipulação pela ultradireita.

E os sindicatos precisam de se unir aos sindicatos de outros países, numa frente sindical internacional renovada, capaz de lutar contra o capital global na sua ação de disputa entre trabalhadores de todo o mundo, disputa esta inserida no quadro de outra globalização, a do mercado de trabalho. O problema não é a mão-de-obra barata num país – é a mão-de-obra barata em qualquer parte do mundo.

3º problema – a segmentação do combate

A ultradireita é racista, xenófoba, homofóbica, machista, tal como era o fascismo original. É importante combater estas manifestações de

extremismo reacionário, no quadro do combate global à ultradireita. Mas corre-se o risco de fragmentação desse combate, podendo chegar-se a colocar grupos contra grupos, fazendo um grande favor à ultradireita.

Esta questão não se punha tanto no fascismo do século XX mas agora a situação é diferente porque há movimentos e organizações particularmente dedicados ao ativismo no domínio da defesa das minorias ou de grupos sociais específicos, naquilo - a que voltarei em outro capítulo ¹⁸ - que se designa como lutas identitárias. Como já vimos, os partidos ditos de novas esquerdas são particularmente abertos a estas questões.

Um caso paradigmático dos possíveis riscos que aponte é o dos EUA e da política do Partido Democrata nas últimas décadas, que lhe alienou o apoio de parte significativa do eleitorado de Trump, por se sentir abandonado. A atual ultradireita americana é vincadamente antissistema, anti-Estado, libertária e desafia o comodismo do sistema partidário. A defesa adotada pelo Partido Democrata foi ir procurar apoios em setores sociais diferentes, enfatizando as políticas identitárias e contra a discriminação, dando atenção, em círculo vicioso, à integração de elementos das minorias nos círculos dirigentes partidários e nos eleitos políticos. Isto a par de uma ênfase na importância dada à linguagem e ao “politicamente correto”, sentida por muitos como mera simbologia desprovida de sentido real e a não ser levada a sério, em termos de imagem do partido junto da gente comum.

É inegável a importância da luta pelos direitos civis, pela representatividade, tanto no público como no privado. Mas é necessário que isto seja acompanhado, e integrado, pela luta pelos direitos económicos. Dar primazia aos políticos só atrai os que, nas minorias, já gozam de direitos económicos, não devendo esquecer-se que, até certo ponto e de forma muito assimétrica, as minorias também abrangem várias classes. Passado o tempo dos grandes movimentos pelos direitos civis, principalmente dos negros, muitas das ações identitárias de hoje, #metoo e

¹⁸ Ver capítulo XVIII, “Partidos e movimentos”.

outras, são vincadamente elitistas e esquecem que a maioria nas minorias partilha com os trabalhadores pobres das maiorias os mesmos problemas de dignidade no trabalho, de salários, de falta de proteção social, de desemprego, de falta de habitação decente, de acesso a níveis mais elevados de educação. A discriminação étnica, de género ou sexual tem a base comum da discriminação social e económica. também há o racismo contra a “raça” dos pobres.

A ênfase nos direitos individuais, mesmo que sob a aparência de coletivos – de facto “tribais” – vai ao encontro da mentalidade individualista e libertária que se desenvolveu mesmo em sectores da esquerda desde os anos 60 do século passado. Arriscamo-nos a voltar a uma situação clássica em que os direitos civis se convertam apenas em direitos burgueses, como já Marx tinha discutido em “A Questão Judaica”. Direitos tidos como conquista mas afinal frequentemente alinhados com o espírito individualista e libertário alimentado tanto pelo neoliberalismo como pelo pós-modernismo, que já discuti sobejamente. Os direitos dos produtores, dos trabalhadores, descaracterizam-se como direitos dos indivíduos socialmente isolados como meros consumidores.

Esta mentalidade não gera só a fragmentação, a criação de micro-conflitualidades, a divisão artificial entre camadas populares. Contribui em boa parte para o enfraquecimento da capacidade de luta contra a ultradireita. Esta agita pseudo-soluções para problemas reais; apresenta-se como portadora de certezas claras; canta uma épica de rebeldia contra o sistema e os poderosos; afirma virtudes morais universais e tradicionalistas.

Por seu lado, com algum desnorte, parte da esquerda, dita moderna (ou, mais rigorosamente, pós-modernista), celebra direitos afinal disfarçadamente concedidos pelo neoliberalismo; cuida de se apresentar como moderada, sensata e respeitável; procura afanosamente causas que obscurecem o conflito social básico; e perde-se na discussão do relativismo ético e cultural, parecendo ter vergonha de assumir valores que dizem muito às pessoas: honra, verdade, decência, espírito de família, patriotismo (no bom sentido). Em alguns casos, dizem-se populistas mas a que povo julgam que vão chegar e fazerem-se ouvir?

4º problema – ir às raízes

A ultradireita é uma ameaça à democracia, tal como ela é habitualmente concebida – democracia liberal representativa. Isto justifica, tal como aconteceu com o fascismo, a constituição de uma ampla frente antiultradireita, de todos os partidos e outras organizações, assim como dos cidadãos em geral, que, mesmo com perspectivas ideológicas distintas quanto ao modelo de sociedade, consideram a democracia como uma conquista política, não negada pela perspectiva socialista. A esquerda deve estar aberta a todas as alianças para o combate à ultradireita, mesmo que essas alianças tenham limitações em relação à possibilidade de adoção das verdadeiras medidas eficazes.

Nessa aliança, nem todos partilharão a mesma visão das causas da ascensão da ultradireita e, conseqüentemente, das raízes que há que cortar. Cortar os ramos podres da árvore não é a cura da doença. A esquerda conseqüente e a direita ou a atual social-democracia divergem na conciliação com o sistema económico ainda dominante e não é de contar com os sectores democráticos pró-capitalistas para a adoção de políticas radicais que vão ao encontro das causas profundas da adesão ao apelo da ultradireita.

Lamentavelmente, boa parte da esquerda – considerada em sentido amplo – coloca-se no segundo grupo. Apesar de tradicionalmente enraizados nas classes trabalhadoras, muitos partidos de “esquerda” e os seus governos têm sido responsáveis pela aplicação de políticas neoliberais que tantos danos têm causado às classes trabalhadoras, incluindo largos setores das camadas médias-baixas. Já o disse várias vezes neste livro mas não é demais repeti-lo. Alienaram os seus eleitores tradicionais, desgostaram-nos da política democrática e tornaram-nos alvos fáceis da demagogia da ultradireita, das suas propostas reacionárias mas frequentemente disfarçadas com tintas de defesa dos interesses populares.

Como deve a esquerda combater eficazmente a ultradireita? Começemos por lembrar as palavras bem conhecidas de Max Horkheimer ¹⁹:

¹⁹ Filósofo alemão (1895-1973) do chamado marxismo ocidental, da Escola de Frankfurt.

“quem não quer falar acerca do capitalismo devia calar-se também em relação ao fascismo”. Elas sintetizam tudo o que atrás se disse quanto à ligação genética da ultradireita ao neoliberalismo e à globalização, como resposta irracional e desesperada aos problemas sociais e económicos que o estado atual do capitalismo trouxe a largas camadas de trabalhadores e das classes médias empobrecidas.

Por isto, há uma falácia na defesa frentista da democracia, a da confusão entre causas e consequências. Combate-se a ultradireita como causa de potenciais riscos para a democracia quando, de facto, ela é a consequência da degradação da democracia pela economização tecnoburocrática da política, com o seu expoente no arrasamento das políticas nacionais e da possibilidade de políticas de bem-estar social que tem sido consequência do consenso nas instituições europeias.

Mantendo este estado de coisas, afinal a causa do sucesso da ultradireita, é ilusório que as instituições, por si sós, possam combatê-la eficazmente, elas que, afinal, são responsáveis em boa parte por esta situação. É necessário um elã popular, um efeito de massas, cuja mobilização é impossível mantendo-se tudo o que está a fazer com que largas camadas populares se afastem da democracia amputada, a gosto neoliberal, que o sistema lhes está a oferecer.

A esquerda não se pode limitar a um novo frentismo situado principalmente no terreno da simples democracia liberal, sob pena de acentuar junto de largas camadas populares o seu sentimento de abandono. A verdadeira luta contra a ultradireita e, quem sabe, contra a sua possível evolução para um fascismo típico, é a luta contra o neoliberalismo e a globalização, na perspetiva condutora da superação do capitalismo.

Costuma dizer-se ²⁰ que Walter Benjamin considerava que “por detrás da ascensão de cada fascismo está uma revolução falhada”. Parafraseando, podemos substituir “revolução falhada” por “esquerda falhada”. A luta contra a ultradireita já significa um pouco disto e fracassará definitivamente se a esquerda falhar na oferta alternativa de formas de

²⁰ Embora a frase não apareça em parte nenhuma dos seus escritos sobre o fascismo, nomeadamente “Sobre o conceito da História” (1940) e “Teorias do Fascismo Alemão” (1979).

protesto contra a degradação da democracia, contra a falta de democracia real, contra o empobrecimento e a mercantilização do que é humano e se a esquerda não conseguir mobilizar as massas populares para lutas consequentes que vão para lá de movimentações pontuais, desgarradas e geralmente inconsequentes.

Na luta antifascista, embora sem quebrar o esforço unitário, a esquerda tem de ir muito mais além dos democratas liberais que estão presos ao neoliberalismo, mesmo que atenuado como social-liberalismo. A esquerda tem de saber ouvir aquele povo que julga que é a ultradireita que o ouve. A única luta verdadeira contra o fascismo é a luta pelo presente e futuro das classes trabalhadoras e de largas camadas populares de não possidentes. E, no caso da Europa, também o reconhecimento de que tem de terminar o tempo do idealismo utópico de “mais Europa” e passar para um tempo de defesa da soberania popular e da independência nacional.

“Para os movimentos antissistémicos de esquerda na Europa, a lição dos últimos anos é clara. Para que não continuem a ser ultrapassados pelos movimentos da direita, não se podem dar ao luxo de ser menos radicais no ataque ao sistema e devem ser mais coerentes na sua oposição.”²¹

²¹ Anderson, Perry (2017). “Why the system will still win”. *Le Monde Diplomatique* (ed. inglesa), março. Um artigo muito importante.

XI

Um novo momento Polanyi?

Diz a dialética que, como numa transição de fase na física, as alterações quantitativas acabam por atingir um grau em que a mudança se torna qualitativa. Nessas alturas de rotura radical, a mudança social, sistemática, traduz-se no aparecimento de uma nova fase radicalmente diferente de fundamentos e organização do sistema económico e social, com reflexos ideológicos e políticos. Assim se passou da sociedade escravagista para a feudal, desta para a capitalista e esta, acumulando por um lado crescimento e novas modalidades de relações sociais e, por outro, sempre novas contradições, fará nascer um novo modo de produção. E assim sucessivamente, porque é antidialético pensar-se em qualquer “fim da história”. Considerar-se como marxista a ideia de que o comunismo é a fase perfeita, final e imutável da história é, afinal, contrário à essência do materialismo histórico.

No entanto, e antes que se atinja uma crise final, o capitalismo mostrou, em crises sucessivas, que tem capacidade para ir superando as contradições geradas pelo seu próprio desenvolvimento. Portanto, ainda no mesmo sistema social, podem ocorrer mudanças semiquantitativas que, não pondo em causa o sistema, significam uma alteração substancial no modo de organização e funcionamento do sistema capitalista, aquilo que designo como “morfologia funcional do capitalismo”.

Karl Polanyi ¹ analisou aprofundadamente o quadro económico e social determinado pela dominância do sistema de mercado. Na sua obra principal, “A Grande Transformação” ², Polanyi identificou a existência de alternâncias, um *duplo movimento*, entre dois polos opostos. Num extremo, o total “laissez faire” do liberalismo com mercados au-

¹ Karl Paul Polanyi, de origem húngara, nascido em Viena, 1886 e falecido no Canadá em 1964. Filósofo social, historiador da economia, antropólogo, sociólogo e economista político, perfilhando uma perspetiva heterodoxa da economia baseada numa abordagem substantivista que articula a economia, a sociedade e a cultura.

² Polanyi, K. (1944). “The Great Transformation”. Farrar & Rinehart, Nova Iorque. Edição portuguesa: “A Grande Transformação”, Almedina, 2012.

torregulados, comércio livre e mercantilização extrema; por um lado e, no outro extremo, a regulação do sistema para garantia da estabilidade e da proteção social, com atenção aos direitos não mercantis de saúde, educação, habitação, em suma, de bem-estar social, ao mesmo tempo que se introduzem mecanismos protecionistas e reguladores do mercado. Com certa dose de funcionalismo, poderá dizer-se que o sistema origina instituições sociais e económicas necessárias à sustentabilidade e inclusividade do desenvolvimento económico.

O principal destes “momentos Polanyi” ocorreu na transição da economia do final do século XIX, ancorada no padrão ouro, para a sociedade industrial do século XX, baseada na industrialização em massa, com o modelo fordista e a culminar, no pós-guerra, no Estado de bem-estar social. A partir dos anos 80, como vimos, começa a dar-se um novo movimento de sinal contrário, com a dominância do neoliberalismo.

Apesar da aparente pujança do neoliberalismo, há sinais manifestos de crise que para alguns prenunciam uma nova oscilação pendular desse mecanismo polanyiano de duplo movimento. Note-se que uso o termo pendular por facilidade, como imagem fácil. De facto, a visão de Karl Polanyi é dialética, não mecânica. As forças que impulsionam o duplo movimento são complexas, radicando em fatores económicos, sociais e políticos em tensão permanente e contraditória, no quadro único do capitalismo. Ao ir para trás, o pêndulo avança na outra dimensão, não indo exatamente ao mesmo ponto da oscilação anterior.

Estamos a chegar a um novo momento Polanyi? Ao tratar do neoliberalismo e também da ultradireita, abordei fatores económicos e sociais que se vão acumulando cada vez mais e a desequilibrar o pêndulo. A desregulação dos mercados, a degradação do Estado social de bem-estar, o enfraquecimento da ação sindical e a liberalização do regime jurídico do trabalho estão a chegar a um ponto em que o capitalismo pode correr perigos se isto não for corrigido por um contramovimento polanyiano para o polo da proteção social.

Acrescem outros fatores estruturais de enorme impacto na formação da sociedade capitalista. Neste capítulo, passarei em revista, for-

çosamente de forma superficial – cada um daria um livro – os problemas ambientais e as alterações climáticas; a globalização; a mudança demográfica e as migrações; a digitalização e os efeitos na produção e no trabalho. Com tudo isto, parece que chegámos a um paradoxo, o de estarmos perante uma profunda alteração de toda a nossa vida, de nos apercebermos de quase uma crise civilizacional – que vai para além do sistema – e, no entanto, manter-se ainda forte e com capacidade de adaptação o modo capitalista.

Note-se, porém, que a minha referência a um retro-movimento Polanyi tem muito de metafórico, porque há hoje diferenças substanciais. Os riscos que o capitalismo atual enfrenta podem levar a pensar que o pêndulo se volte a inclinar para uma maior regulação e para uma nova época keynesiana. No entanto, há fatores contrários importantes. Já não há um sistema socialista real a obrigar o capitalismo a uma atitude defensiva, social-democrata. Em segundo lugar, o neoliberalismo está hoje tão entrosado com o próprio capitalismo que é difícil algum grau de dissociação. Depois, o keynesianismo era congruente com uma economia capitalista industrial mas já não dá resposta cabal ao capitalismo financeiro.

As agressões ao ambiente e as alterações climáticas

Pode parecer estranho que comece por esta questão, aparentemente mais desviada daquilo que tem sido o eixo deste livro, a política e a economia. No entanto, ela está profundamente ligada com o desenvolvimento do sistema capitalista, e em ambos os sentidos. Por um lado, porque essas alterações globais ou mais localizadas ao nosso habitat são, em parte muito significativa, o resultado das modalidades funcionais do capitalismo, principalmente o industrial, alimentadas pela sobreprodução e esta, por sua vez alimentada pelo consumismo que o próprio industrialismo promove. Por outro lado, porque o problema atingiu tais proporções que, num dos tais movimentos de Polanyi, os governos se viram forçados a introduzir regulamentações que afetam a produção industrial (e não só).

Há alguma polémica sobre as alterações climáticas, não tanto

quanto ao dado objetivo do aquecimento global mas mais no que respeita ao seu significado em termos dos ciclos climáticos a que o planeta tem estado sujeito ao longo da sua história e, agora, em relação à responsabilidade humana pela alteração climática. Pelo contrário, outros aspetos da agressão ao ambiente parecem ser consensuais, nomeadamente a perda de biodiversidade com ameaça de uma “sexta extinção”, a poluição atmosférica, dos mares e das bacias aquíferas, a eutrofização dos lagos e a exaustão dos solos, a acidificação dos oceanos,, a rotura dos ciclos de azoto e fósforo, a perda de água doce, o desaparecimento de florestas.

Apesar de alguns climatologistas ou geofísicos duvidarem da responsabilidade humana pelo fenómeno, nenhum duvida do facto objetivo de que a Terra e a atmosfera estão a aquecer. Apesar de uma corrente cientificamente dominante nesse sentido, já não é tão consensual que o aquecimento seja principalmente devido ao aumento de emissões dos gases com efeito de estufa (GHG, “greenhouse gas”). O mais referido ³ é o anidrido carbónico, CO₂, produzido principalmente pela combustão de matéria orgânica, essencialmente combustíveis fósseis (petróleo e carvão). Segundo dados da Associação Meteorológica Mundial ⁴, a concentração de GHG é agora uma vez e meia superior à de 1750, antes da revolução industrial. Nos últimos tempos, o aumento anual de emissão de GHG é de cerca de 1,7%, cabendo a maior responsabilidade pelas emissões à China (27%), aos EUA (15%), à Índia (7%), à Rússia (5%) e ao Japão (3%). Apenas no curto período entre 2015 e 2018, as emissões aumentaram 20% em relação aos cinco anos anteriores.

Esta responsabilidade direta dos GHG, como disse, não é aceite por uma corrente muito minoritária de geofísicos e climatologistas competentes que defendem que o aquecimento é devido a uma multiplicidade de fatores, principalmente de origem natural, não humana. Como não é a minha área de competência científica, opto, na discussão que se segue, por seguir a visão maioritária e porque representa o pior cenário. Para a análise política e quando não se dispõe de bases científicas sólidas

³ Embora o vapor de água tenha muito maior efeito de estufa.

⁴ https://library.wmo.int/doc_num.php?explnum_id=10100

das, a prudência é geralmente a atitude mais sensata, mesmo que possa conduzir a exageros.

Desde a era pré-industrial até hoje, a temperatura média aumentou 1º C. Pode parecer insignificante, mas as modelações indicam que um aumento de 2º C, a ocorrer cerca de 2050 se nada se alterar, poderá ter consequências devastadoras ⁵. A seca e a falta de recursos alimentares poderão reduzir a biodiversidade e as alterações dos habitats poderão trazer espécies animais selvagens para mais perto dos homens, com a probabilidade de novas pandemias. O degelo das calotas polares e dos grandes glaciares poderá aumentar o nível dos mares (que já aumentou 10-20 cm desde 1900), podendo inundar vastas áreas continentais muito populosas e fazendo desaparecer muitos arquipélagos do Índico e do Pacífico. A fusão do permafrost libertará matéria orgânica em decomposição, aumentando as emissões de CO₂ e de metano, embora isto possa ser atenuado pelo consumo desse metano por bactérias consumidoras de metano. A alteração global do clima poderá afetar o regime de ventos, com tempestades tropicais devastadoras, inundações catastróficas e grandes incêndios florestais, a agravar a já atual desflorestação ⁶. A agricultura dos estuários poderá ser destruída, nomeadamente no Mediterrâneo, com a fome de milhões de pessoas.

A tudo isto acresce que uma percentagem significativa dos solos cultiváveis está em degradação e que os recursos piscatórios estão a diminuir ou a serem desviados para a aquacultura. Também que os poluentes se estão a acumular a níveis que ultrapassam a capacidade natural de degradação. Por outro lado, a mudança climática converge com a escassez e competição pela água, energia e alimentos, o que agrava a dificuldade de resposta ao aumento demográfico, às migrações e aos padrões de vida da sociedade consumista. O impacto na agricultura

⁵ IPCC Special Report on the Ocean and Cryosphere in a Changing Climate 2019, <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2019/09/SROCC-factsheet.pdf>

⁶ Recorde-se que a floresta é o pulmão do mundo, porque a fotossíntese é um mecanismo importante de remoção do CO₂ atmosférico. Também os rios glaciares são grandes responsáveis pela captação de CO₂, reduzindo a sua concentração atmosférica e o efeito de estufa.

também é devido em boa parte aos efeitos disruptivos da alteração do clima na ecologia do solo, das plantas e dos insetos, essenciais para a agricultura.

O primeiro alerta importante sobre a situação climática e ecológica data de 1992, “World Scientists’ Warning to Humanity”, e abordava os problemas relativos à mudança climática, à diminuição da camada de ozono (com aumento da radiação ultravioleta que atinge a superfície terrestre), à depleção da vida marinha, à disponibilidade de água potável, à perda de área florestal, à redução da biodiversidade e ao aumento continuado da população humana.

Ainda nesse ano se começaram a ver iniciativas internacionais oficiais dirigidas à mitigação dos efeitos da mudança ambiental, com a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, assinada no Rio de Janeiro. Seguiu-se o protocolo de Quioto, em 1997 e, só dezoito anos depois, com o acordo de Paris, um tratado celebrado no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, estabelecendo um plano de medidas para a redução da emissão de gases estufa a partir de 2020, com o objetivo de conter o aquecimento global abaixo de 2° C, preferencialmente em 1,5° C. O acordo foi assinado por 195 países, mas os EUA vieram a afastar-se dele por decisão de Trump. Também outros países pouco ou nada fizeram para o cumprir, com destaque para a China, a Índia, a Rússia, a Austrália e o Brasil, afinal ops grandes poluidores. De qualquer forma, a aplicação do acordo tem sido muito deficiente, como comprovado na Cimeira do Clima em Madrid, em 2019, que se limitou a adiar um possível compromisso para a cimeira seguinte COP26, de 2021, em Glasgow. O Pacto do Clima aprovado nesta cimeira pouco trouxe de novo.

Todos estes planos atualmente em vigor, a nível internacional – também o “Green Deal” da União Europeia – ou nacional podem ser considerados como moderados. Procuram apenas a mitigação e a adaptação, entendendo-se como mitigação, segundo a definição do Painel Intergovernamental para a Mudança Climática (IPCCC) como “a intervenção humana para reduzir as fontes de emissão de gases de estufa” e a adaptação como “o processo de ajustamento ao clima atual ou espe-

rado e aos seus efeitos”. Em qualquer dos casos, não se vai decididamente às raízes profundas do problema e pode-se querer estar a esvaziar o lago com um balde. Há mesmo posições pessimistas, mas porventura realistas, que defendem que o objetivo do acordo de Paris só se conseguirá com a eliminação total, em 2050, das emissões de gases com efeito de estufa . Para se inverter a tendência, seriam necessárias medidas drásticas, que ninguém sabe como impor a não ser decidindo-se um estado de exceção rigoroso à escala mundial.

A substituição total dos combustíveis fósseis, a reposição das florestas, turfeiras, pântanos e mangais, a imposição de taxas pesadas às empresas “sujas”, a redução substancial do transporte automóvel privado, a reciclagem obrigatória de todos os lixos, a limitação das viagens aéreas, a diminuição da produção pecuária, mesmo, no limite, a diminuição da população, tem impactos económicos e sociais imensos que significam uma mudança radical da vida das pessoas e das sociedades. É realista pensar-se que isto se consegue depois de décadas de bem-estar e consumismo?

Por outro lado, é irrealista e injusto impor as mesmas restrições e sacrifícios a todos os países. A maior parte da humanidade é pobre e não é responsável pelas origens do problema climático. Como é que se vai explicar a um cidadão do terceiro mundo que não deve usar o automóvel que não tem, que deve poupar a eletricidade na sua casa não eletrificada, que deve evitar comer a carne que só come como luxo uma vez por mês, que deve reciclar o seu lixo, que não deve viajar de avião? Além do mais, é hipocrisia do mundo rico, que usa o terceiro mundo como lixeira, destrói a sua agricultura tradicional usando a terra para culturas extensivas e intensivas, derruba e queima as suas florestas e esgota os seus recursos piscícolas.

A perspetiva neoliberal e o negócio verde

O mantra neoliberal diz-nos que os mercados, com a sua quase divina inteligência, resolvem por si próprios todas as crises. Até parece que, na crise financeira de 2008, a cura veio do livre e desregulado funcionamento dos mercados, não da injeção de dinheiro estatal na economia e do “quantitative easing”. Também na pandemia da COVID-19,

claro que foram os mercados a providenciarem os cuidados de saúde e a reduzirem os enormes custos sociais e económicos da pandemia... Não admira, portanto, que se pretenda que o mercado mais a ideologia neoliberal possam resolver os problemas do clima e do ambiente. Milton Friedman disse um dia que “os valores ecológicos podem encontrar o seu espaço natural no mercado, como qualquer outra procura dos consumidores”.

Parece assim que, miraculosamente, milhões e milhões de consumidores rapidamente convertidos ao ecologismo e alarmados com o aquecimento global vão mudar a sua procura para os produtos verdes, reorientando o mercado e obrigando os produtores ao fabrico de bens limpos. Mesmo que estes sejam mais caros, como ainda são, os consumidores vão pagar alegremente e de consciência ecologista tranquila o acréscimo de preço.

Com o mercado, não seria necessário nenhum plano, nenhuma regulação. O problema é que os furacões, a falta de água, o colapso das populações de insetos não respondem aos sinais do mercado. O capitalismo mercantiliza tudo e a tudo pretende atribuir um preço. O problema é que não é capaz de colar um valor financeiro àquelas e a outras entidades naturais, como os ecossistemas. Além disso, o mercado está orientado para lidar com acontecimentos previsíveis e com as suas flutuações quantificáveis, não com processos naturais caracterizados por grande imprevisibilidade, mesmo caóticos.

A outra tese a favor da capacidade do sistema para ir resolvendo progressivamente a crise climática defende que a tendência natural, no atual mercado, é para a separação (“decoupling”) entre crescimento económico, por um lado e as necessidades em materiais e danos ambientais, por outro. Esta tese, defendida por Obama, por exemplo, está longe de demonstrada e parte de dados de significado muito discutível. A principal objeção é que só se considera a energia primária, no primeiro passo do processo produtivo, sem se ter em conta todas as conversões energéticas que ocorrem ao longo desse processo. Vendo-se toda a produção, é muito duvidoso que seja possível “fazer mais com menos”, confiando-se no investimento na produção de energia limpa e no de-

envolvimento de tecnologias para maior eficiência energética. Além do mais, é uma questão também de tempo: pode-se esperar avanços tecnológicos suficientemente rápidos para acompanharem a velocidade de evolução da crise climática e ambiental?

Contra a lógica neoliberal, mercantil e de crescimento, os governos, sujeitos à pressão do crescente movimento ecologista e pelo clima, estão-se a ver forçados à adoção de medidas reguladoras, por taxação, benefícios fiscais e investimentos, embora de forma limitada à utilização de outros recursos energéticos e à redução de desperdícios mas mantendo o sistema de produção e os padrões de consumo. Mudando alguma coisa para que tudo fique na mesma.

É uma contradição que, como vimos, caracteriza os momentos Polanyi. No entanto, defrontam-se com dificuldades de monta, tendo de ir contra os interesses económicos instalados, a sabotagem pela indústria do petróleo e do carvão e até o receio de serem penalizados eleitoralmente pelos custos económicos e sociais de políticas do tipo de “green deal”. Também é contraditória a sua pretensão de políticas verdes e a preocupação de austeridade e contenção de défices e dívida que domina a política económica neoliberal.

O lado perverso destas políticas é que elas abrem caminho a novas formas de negócio, igualmente danosas para as classes menos favorecidas e resultando em que algumas pessoas ricas fiquem ainda mais ricas. Os grandes investidores e os gestores de fundos estão a aparecer como os benfeitores da transição energética e cada vez mais vendem “títulos verdes”, atraentes não só pelo sentido que dão de responsabilidade social mas também pela boa expectativa de lucros. Da mesma forma, pululam novas empresas fornecedoras a bom preço de certificados de conformidade ESG (“environment, social and governance”).

As supostas boas intenções verdes dos grandes investidores financeiros não irão moderar o apetite das maiores corporações do mundo e dos produtores e transformadores de combustíveis fósseis. Os certificados ESG e os investimentos verdes são uma moda e uma oportunidade para capitalistas espertalhões lucrarem com o desejo geral de preservação do planeta para as gerações futuras, enquanto sequestram o movi-

mento pela justiça climática.

Tudo isto com o apelo à “proteção dos nossos filhos”, como já se tinha visto com a crise das dívidas. O aproveitamento da emotividade dos jovens é descarado, sem desmérito para a significativa adesão – embora pouco esclarecida – dos jovens ao movimento contra a degradação climática. A aclamação de Greta Thunberg como profeta perante o olhar embevecido dos maiores responsáveis mundiais tem muito de hipócrita e de manipulação. A quem serve que a jovem sueca, com natural ingenuidade e reflexão ainda adolescente, se dirija de dedo em riste aos políticos, sem uma palavra para os grandes empresários? E que proteste contra os que “estão a roubar os meus sonhos e a minha infância”, os sonhos e infância de uma jovem europeia de estrato médio-alto que parece não fazer ideia do que é a vida de milhões e milhões de jovens e crianças do terceiro mundo?

A solução alternativa

Paradoxalmente, a solução alternativa, a que vai ao fundo do problema, não é solução, em termos práticos, porque implica a necessidade de uma transformação radical que não está no horizonte visível: a superação do capitalismo.

Já que tantas vezes falo da inspiração marxista deste livro, recordo que Marx foi o pioneiro da discussão do risco de destruição da natureza. Está na essência do capitalismo a necessidade de permanente expansão, de produzir cada vez mais e mais, com inevitável dano para a natureza:

“A tendência de criar o mercado mundial está imediatamente dada no próprio conceito do capital. Cada limite aparece como barreira a ser superada. (...) Daí a tendência do capital 1) de ampliar continuamente a periferia da circulação; 2) de transformá-la em todos os pontos em produção executada pelo capital. Por outro lado, a produção de valor excedente relativo, i.e., a produção de valor excedente fundada no aumento e no desenvolvimento de forças produtivas, requer a produção de novo consumo; requer que o círculo de consumo no interior da circulação se amplie tanto quanto antes se ampliou o círculo

produtivo. Primeiro, ampliação quantitativa do consumo existente; segundo, criação de novas necessidades pela propagação das existentes em um círculo mais amplo; terceiro, produção de novas necessidades e descoberta e criação de novos valores de uso. (...) A exploração completa da Terra, para descobrir tanto novos objetos úteis quanto novas propriedades utilizáveis dos antigos; bem como suas novas propriedades como matérias-primas etc.”⁷

Se, nas sociedades pré-capitalistas, havia unidade entre o homem e a natureza, o capitalismo separou o homem – o agricultor – da terra. A reunificação é um dos conteúdos do socialismo, mas num patamar superior, um processo dialético de negação de negação. Os que agora falam de ecossocialismo não estão a inventar nada e o socialismo teorizado por Marx não precisa daquele prefixo. Na situação atual, o socialismo – e a luta da nova esquerda com esse objetivo – ou é ecologista ou não é socialismo. O “eco” está já inserido no próprio socialismo, sem prejuízo, evidentemente, de uma atualização teórica da perspectiva marxista do dano ambiental em função dos dados empíricos atuais.

É inicialmente em múltiplas passagens ao longo dos “Manuscritos Económicos e Filosóficos” de 1844 que Marx teoriza sobre as relações “metabólicas” entre o homem e a natureza, entendendo Marx por metabolismo o conjunto da natureza e dos seus processos interdependentes, incluindo o homem e a sociedade. É o que o capitalismo vem destruir, principalmente pela forma capitalista de agricultura e pela separação crescente entre a cidade e o campo. Isto causa aquilo a que o principal estudioso do ecologismo marxiano, John Bellamy Foster⁸, designou como “fratura metabólica” (“metabolic rift”). O capital expropria a força de trabalho e os materiais naturais e a Terra é um mero recurso a combinar com o trabalho para a produção e a geração de lucro. A diminuição da fertilidade dos solos e a poluição dos rios eram já fenóme-

⁷ Marx, Karl (1857). “Grundrisse: Manuscritos económicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política”. Boitempo Editorial, São Paulo, Brasil, 1ª edição, 2011. Págs. 539-541.

⁸ Foster, John Bellamy (2000). “Marx’s Ecology: Materialism And Nature”. Monthly Review Press, Nova Iorque.

nos de agressão ecológica ainda incipiente e hoje com a gravidade que conhecemos. Mais tarde, nos seus últimos anos de vida, Marx voltou a escrever bastante sobre a predação da natureza, em textos dispersos e menos conhecidos.

Prescrever soluções capitalistas verdes para um problema que exige uma mudança de sistema é caminhar aos tropeções. As soluções preconizadas pela perspectiva liberal vão contra a sua lógica económica e os valores ideológicos e políticos dominantes. Não são uma solução efetiva, sendo necessário refazer de raiz a estrutura de produção, consumo e distribuição da riqueza da sociedade, em conjunto com a urgente transição energética. Resta saber é como articular esse “em conjunto” no quadro do capitalismo.

A incompatibilidade entre a lógica capitalista e a ecologia resulta inevitavelmente na hipocrisia política que se vê por detrás das “boas intenções”, só agora manifestadas, depois de muitos anos de folclorização e mesmo ridicularização dos ecologistas, de silenciamento dos cientistas. Na expressão lapidar de Régis Debray, “o perigo é de que a batalha pela justiça social, por uma sociedade sem classes, seja posta de lado em favor de uma sociedade sem carbono ou resíduos à deriva. O principal inimigo já não seria o patrão, mas sim o fumo da fábrica”.

Um problema crucial é a falta de um sujeito social organizado e com visão global para o combate político – fundamentado ideologicamente – à crise do meio ambiente (clima, habitats e diversidade biológica) enquadrado na luta antissistema. É certo que cresce a consciência da necessidade da mudança, que as manifestações dos jovens pelo clima tiveram considerável impacto (prejudicado depois pela pandemia COVID-19), que surgiram milhares de iniciativas defendendo a continuidade da agricultura familiar e a água pública ou promovendo a agroecologia. No entanto, toda essa ação enfrenta enormes obstáculos estruturais por parte do sistema político e económico. É necessário que os cidadãos se envolvam e pressionem para gerar um debate aberto sobre as alterações climáticas e as suas implicações, mas é necessário igualmente, ou primeiramente, que a luta tenha uma perspectiva norteadora em função dos impactos diferenciados consoante as regiões e as

classes sociais.

O objetivo final de resolução da crise ambiental premente, mediante um processo participativo de tomada de decisão política com justiça e equidade, não se desliga do objetivo da luta geral anticapitalista. O problema é o do desfasamento cronológico. Atingir a grande transformação radical de substituição do capitalismo e resolver atempadamente a crise ambiental é muito provavelmente uma corrida entre a tartaruga e a lebre.

A globalização

A partir dos anos 70 do século passado, o sistema capitalista apresenta três aspetos interligados da sua evolução moderna: a financeirização e o neoliberalismo, que já discuti, e a globalização, que agora discutirei, embora necessariamente em ligação – e recordando – com o que antes se discutiu.

Resumidamente, entenda-se como globalização um processo complexo que inclui, principalmente: 1) A livre circulação de capitais entre todos os países, permitindo a localização das sedes das empresas em qualquer parte, particularmente em paraísos fiscais. 2) O comércio internacional livre, sem tarifas aduaneiras, sem protecionismos nacionais e sem sujeição a regras estatais. 3) Grande facilidade na deslocalização de empresas ou de unidades de produção. 4) A criação de longas e complexas cadeias globais de valor, incluindo-se no produto final componentes produzidos em variadas partes do mundo, em função, principalmente, dos baixos custos laborais. 5) A promoção do desenvolvimento de burguesias ditas de “acumulação primitiva do capital” nos países do terceiro mundo, que constituem um elemento importante de cumplicidade com o domínio do grande capital globalizado. 6) A criação de estruturas internacionais, como a União Europeia, ou a celebração de tratados de comércio livre que facilitam ou mesmo impõem regras favoráveis dos interesses das multinacionais, muitas vezes valendo-se também dos interesses das oligarquias locais.

O velho imperialismo de potências individuais em conflito aglutinou-se e os seus polos principais – Estados Unidos, União Europeia no

seu conjunto e Japão – entendem-se sem grande conflitualidade para partilharem a economia global. É certo que este entendimento pode ser mais complicado se pensarmos que, para todos os efeitos e mau grado a sua autoproclamada natureza de estado socialista, a China participa efetivamente no processo de globalização e nos termos dos outros parceiros, mas com grande agressividade competitiva. Por um lado, a China entra no jogo global, com grande posição no mercado financeiro – sendo o maior detentor de dívida americana – e investindo em multinacionais ou em grandes empresas nacionais, como a EDP em Portugal. Por outro, compete com a “trindade” tradicional (EUA, União Europeia e Japão) numa globalização paralela controlada pela China, principalmente no sudoeste asiático e em África.

O “imperialismo coletivo”, novo estágio do imperialismo, é o que assenta no capitalismo dos monopólios globalizados. Deixaram de ser ilhas autónomas e concorrentes para estabelecerem uma “paz” de partilha comum do mundo, numa rede que apanha nas suas malhas as empresas menores ou nacionais, cuja autonomia se vê substancialmente reduzida. Paralelamente, fica também reduzido o grau de autonomia dos próprios estados.

A defesa elogiosa da globalização assenta geralmente em dois mitos, um técnico e outro económico-ideológico. Diz-se que a globalização é uma decorrência natural e inevitável do grande progresso científico e tecnológico e que, logo, voltar atrás na globalização significa voltar atrás em relação a esse progresso. É evidente que a financeirização e a globalização não teriam sido possíveis sem o grande avanço tecnológico das últimas décadas. Ninguém imagina a economia atual sem os meios computacionais e as aplicações de informática financeira, sem a internet, sem a enorme capacidade disponível para armazenamento de dados, até mesmo sem os recursos cada vez mais aplicados da inteligência artificial. No entanto, se a tecnologia foi condição necessária da globalização, é falacioso fazer dela a causa da globalização. Sem papel não podia haver notas de banco, mas claro que não foi a indústria do papel que criou a moeda.

O outro mito, que faz consenso inquestionado entre os economistas

liberais e neoclássicos, é o da bondade intrínseca do livre comércio, na pegada da noção de “vantagem comparativa” de Ricardo. Não se trata de uma hipótese a estudar cientificamente, é antes um dogma de fé e faz parte dos consensos que se foram estabelecendo, de Washington a Bruxelas, com reflexos nas políticas do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, da OCDE, da Organização Mundial do Comércio e, é claro, da União Europeia. A liberalização globalista aumentaria o comércio, com benefício para todos, incentivando as economias, criando emprego, reduzindo a pobreza e aumentando o bem-estar. Também por isto, os países em desenvolvimento, para evoluírem, deveriam abrir totalmente as suas fronteiras e pôr em prática o pleno livre-câmbio.

A realidade não confirma estes mitos ideológicos. Para que o comércio livre fosse obrigatoriamente fonte de crescimento económico geral, sem desigualdades, seria necessário uma quase total especialização da produção de cada país, com custos menores do que os outros em relação a um produto específico. Também que os mercados fossem totalmente livres, sem que nenhuma empresa tivesse poder de influência sobre as condições das trocas. É claro que estas premissas não correspondem à realidade e estão em contradição com a história do comércio internacional. Ainda mais; não se pode esquecer o efeito no emprego, porque a sociedade não vive só de números, de crescimento do PIB. A especialização levada longe causa perda de empregos, sem que os desempregados possam ajustar as suas qualificações a novos empregos, durante um período de tempo considerável. Que o digam os operários tradicionais das zonas industriais deprimidas dos EUA e que o diga também Trump, que aí recrutou muito do seu eleitorado.

Também se defende que o crescimento económico dos países mais fracos exige a abertura ampla das suas fronteiras. Isto é desmentido pela prática, bastando lembrar que o crescimento antigo dos atuais donos da globalização se fez em épocas de grande protecionismo – aliás, ainda hoje os acordos celebrados pela União Europeia, por exemplo, são geralmente assimétricos e assegurando vantagens protecionistas. Também os países que maior êxito tiveram nas últimas décadas em

termos de crescimento, como a China e os “tigres asiáticos”, são precisamente aqueles que praticaram fortes políticas protecionistas.

O embaratecimento da força de trabalho é um objetivo sempre presente no desenvolvimento do capitalismo. Uma das principais manifestações da globalização é a deslocalização de empresas e actividades das metrópoles com salários altos para os países de terceiro mundo com salários baixos. A deslocalização pode ser total, em indústrias com menor exigência de qualificação dos trabalhadores ou com produtos finais de menor complexidade, como a têxtil, que passam a ser as conhecidas fábricas orientais, com grandes aglomerações de operárias em regime de exploração acrescida, quase militarizado, repressivo e sem direitos. Noutros casos, é a segmentação taylorista que se associa à diversificação geográfica, procurando-se, para cada elemento do produto, as condições mais favorecedoras de custo, em compromisso, para cada local, entre salários, qualificações necessárias e hábitos de trabalho, nomeadamente horários e capacidade organizativa e de reivindicação dos trabalhadores.

As cadeias globais de valor tornam-se cada vez mais complexas. Por um lado, isto significa a criação de novas empresas nos países do terceiro mundo, mas que ficam dependentes da importação de matérias primas ou de componentes prévios, muitas vezes propriedade das grandes empresas que dominam a cadeia de valor e que assim podem comprimir os lucros das novas empresas periféricas. Em contrapartida, o exportador final, dos países ricos, também fica relativamente fragilizado pela possibilidade de qualquer falha na cadeia, mas esta fragilidade, pela muito maior capacidade financeira e de controle por parte da multinacional, é sempre muito menos grave do que a precariedade em que operam as empresas periféricas da cadeia.

Outra característica essencial da globalização é a sua relação íntima com a financeirização. Por um lado, como vimos, a globalização depende da livre circulação de capitais, nas mãos de quem domina os mercados financeiros. Também exige grandes recursos técnicos, para montar e gerir a complexidade e a logística das cadeias globais de valor, o que só está ao alcance das grandes multinacionais, por sua vez cada

vez mais imbricadas com o capital financeiro. Assim, os capitalistas nacionais, mesmo do mundo desenvolvido, não são competitivos, só sobrevivendo em campos ou segmentos de mercado de baixa tecnologia ou então em nichos de mercado muito específicos e excepcionais. Por outro lado, a desregulação financeira concentrou na banca e nos grandes fundos o controlo e o rendimento das multinacionais e, assim, indiretamente, é o capital financeiro que acaba por ser o grande ganhador da globalização.

Com tudo isto, são evidentes os efeitos sociais, já de si decorrentes da economia do neoliberalismo. A globalização agrava, na periferia mas também no centro, a degradação do Estado social de bem-estar, a precarização do trabalho e a desregulação do mercado laboral, com perda de direitos consagrados. Agrava a crise dos refugiados e, com o descontentamento de largas camadas de descontentes, alimenta a ultradireita, como se viu no capítulo anterior. Os descontentes não são só os agora mais explorados trabalhadores do terceiro mundo. São também muitos trabalhadores, principalmente operários, dos países ricos. Sujeitos à competição de uma reserva quase inesgotável — falarei já adiante do fator demográfico – de trabalhadores mal pagos do terceiro mundo, a baixa dos seus rendimentos no mundo rico e mesmo o desemprego conduzem à depressão de grandes regiões industriais tradicionais. Na globalidade, em todo o mundo, o fator salário não aumenta, apesar de aumentar o fator produtividade. O que também aumenta, logicamente, é o lucro global das multinacionais dominadoras da globalização.

Paralelamente, uma forma essencial de exercício da vida social, a atividade sindical, vê-se muito enfraquecida com a globalização. A união dos trabalhadores é prejudicada pela separação geográfica e também pela segmentação, pertencendo os trabalhadores a empresas diferentes mas afinal ligadas entre si por um interesse patronal comum. Em muitos casos, os sindicatos não têm experiência de lutas conjuntas internacionais e, mesmo em cada país, uma greve numa empresa da mesma cadeia de valor pode não resultar por poder haver redundância e o componente fabricado pela empresa em luta poder ser rapidamente substituído pelo produto de outra, podendo-se mesmo colocar a hipóte-

ses de encerramento da empresa subsidiária por decisão da empresa-mãe.

Por tudo isto, a globalização traz em si uma crise e, como todas as crises, ela intensificar-se-á até um ponto de necessidade de ser resolvida dialeticamente. O que não é realista é pensar-se num simples retorno a situações anteriores.

Já que não é realista o regresso ao passado de proteccionismo e muito menos à autarcia e ao isolamento comercial, travar a globalização tal como ela é exige uma nova ordem económica mundial e, a começar, o controlo dos capitais e do seu movimento. O controlo dos movimentos de capitais tem uma história longa, como componente do desenvolvimento dos países atualmente industrializados, tanto para gerir o valor da moeda como para permitir políticas industriais favoráveis ao crescimento. Tecnicamente, os seus instrumentos são bem conhecidos e só razões políticas impedem a sua adoção. Incluem taxas, condicionamentos legais à exportação de capitais, acordos entre os estados para devolução de capitais exportados ilegalmente, restrições ao crédito externo, condicionamento dos fluxos especulativos a curto prazo, proibição da venda de ativos ao estrangeiro, transparência dos “off-shores”, etc..

Quem pode ou quer impor essa nova ordem? Não faltam declarações piedosas a favor da cooperação, do comércio justo, da proteção dos trabalhadores periféricos contra a sobre-exploração do seu trabalho, do progresso económico equilibrado de todos os países. A questão é que os governos e a comunidade política internacional estão subordinados aos interesses dos promotores e ganhadores da globalização e é utópico pensar-se que haja qualquer poder político e economicamente independente – uma contradição nos termos – que possa contrariar esta globalização.

Note-se que falei em contrariar o processo total e em toda a sua dimensão geográfica. Isto não quer dizer que, a nível da política nacional, não haja lugar para uma política de independência, anti-imperialista. É preciso ter presente é que se defrontará com enormes dificuldades, como se viu, por exemplo, com os governos antineoliberalismo da Amé-

rica Latina: boicotes, sanções económicas, confisco de contas, ingerências políticas, etc.. Por isto, uma política anti-imperialista é indissociável da força do apoio popular; no quadro de uma política interna de igualdade, democracia aprofundada e promoção dos direitos reais das classes trabalhadoras. Da mesma forma, as lutas nacionais são fortalecidas pela sua articulação, principalmente a nível regional.

Apesar do muito de utópico e retórico que tem, também não se deve desmerecer o importante conjunto de movimentos de protesto contra a globalização tal qual ela é e que defendem alternativas de “altermundialização”. Com destaque para as ações centradas no Fórum Social Mundial, tem-se desenhado um projeto progressista que procura compatibilizar a globalização com a democracia e a verdadeira cooperação livre e igual entre estados, com base em valores sociais e ambientais. Discutirei isto no capítulo XVIII.

A mudança demográfica e as migrações

Das migrações, falei bastante no capítulo sobre a ultradireita e da forma como são exploradas pela retórica neofascista, racista e xenófoba. Agora, ficam aqui só algumas notas breves ligadas ao quadro mais geral de outra mudança assinalável do mundo de hoje, a mudança demográfica.

A população mundial tem estado sempre a crescer, mas de forma assimétrica. Desde o virar do século até 2018, em menos de vinte anos, subiu 24%, passando de 6115 milhões para 7594 milhões. No entanto, este crescimento ocorreu principalmente nos países do terceiro mundo, porque a tendência nos países ricos é para a estagnação ou mesmo para a diminuição. Por exemplo, a população portuguesa, no mesmo período, aumentou uns exíguos 0,4%, apenas cerca de 40000 pessoas numa população de pouco mais de 10 milhões. Segunda a previsão do “Ageing Report 2018” da Comissão Europeia, Portugal poderá perder até 2070 cerca de um quinto da sua população atual.

Da mesma forma, ao contrário dos países menos desenvolvidos, a população europeia, incluindo notoriamente a portuguesa, está a envelhecer, como resultado de maior esperança de vida combinada com me-

nor taxa de natalidade. A partir de 2010, o saldo entre nascimentos e mortes passou a ser negativo, o que se agrava ainda com o facto de também ter passado a negativo o saldo migratório. Só numa década, entre 2008 e 2018, a população compreendida entre os 15 e os 64 anos – a grande maioria da população ativa – registou uma diminuição de 5,9%. Ainda segundo o mesmo relatório da Comissão Europeia, a população idosa (65 anos ou mais – uma classificação de facto desatualizada) deverá aumentar cerca de 27%, enquanto que a população mais ativa, entre os 15 e os 64 anos, diminuirá em 37%. A distorção da pirâmide etária, em Portugal e em toda a Europa, só não é maior porque os imigrantes são em geral relativamente jovens e com maior número de filhos.

A correspondente evolução do mercado de trabalho aumentará grandemente os fluxos migratórios que já estamos a ver. No capítulo anterior, discuti as consequências políticas das migrações, pelo que agora só deixo algumas notas adicionais.

Há muito de imprevisível nos efeitos da crise demográfica no mercado de trabalho e, logo, em todo o sistema produtivo e, por arrastamento, na estrutura social. Porém, há tendências já visíveis que se podem agravar, embora os fatores tecnológicos sejam imprevisíveis. À primeira vista, poderá pensar-se que a redução da procura de trabalho poderá valorizar o nível salarial e as regalias sociais, para mais conjugada com o aumento esperado do nível de qualificações. O que de facto já se observa é que esse aumento de qualificações não tem relação direta com o emprego, com um número considerável de jovens com formação superior a ter de aceitar empregos abaixo do seu nível. A mediana do salário dos licenciados desviou-se para a esquerda.

Pelo contrário, os operários qualificados e outros técnicos tendem a ver a sua situação melhorar e vão deixando progressivamente vagos os postos de trabalho indiferenciados que são ocupados pelos imigrantes não qualificados, em condições laborais muito piores do que eram habitualmente a dos nativos. A alteração que daí vem para a estrutura de classes já está à vista, como discutirei em próximo capítulo, com todas as consequências políticas, sociais e económicas que sempre acontecem

quando se altera substancialmente o quadro social, de estrutura de classes.

Finalmente, e apenas como enunciado, outras mudanças já bem visíveis, que se intensificarão com o agravamento desta situação demográfica. Primeiro, as migrações internas, do campo para a cidade, com desertificação do mundo rural e perda da sua cultura e identidade, bem como a migração nas áreas urbanas dos centros para as periferias, com gentrificação das cidades. Segundo, os custos elevadíssimos do envelhecimento, quer em cuidados médicos – especialmente caros em geriatria e principalmente em oncologia (especialidade esta também relacionada com o envelhecimento), quer em residências e cuidados sociais com os idosos. Terceiro, a sobrecarga quase até à rotura do sistema de reformas, que conduzirá à degradação das prestações sociais e ao aumento progressivo da idade de reforma. Claro que tudo isto, paradoxalmente, a abrir a porta a maiores oportunidades de negócios no setor privado da economia, aumentando por um lado, e delas se alimentando por outro, as pressões do neoliberalismo.

A revolução tecnológica

Ao longo da história do capitalismo, sem que isto signifique alteração das suas características essenciais como modo de produção e, designadamente, as suas relações de produção, foram evoluindo as formas de organização da produção e os factores que mais as determinam. Entre estes, ocupa lugar principal o progresso científico e tecnológico, desde a passagem do trabalho pessoal para a máquina até à fase atual em que a clássica transição ciência-tecnologia-aplicação está muito mais esbatida, sem demarcações claras entre as três fases do processo. Há mesmo cada vez mais casos em que a descoberta científica se transfere diretamente para a produção, sem a intermediação de desenvolvimento tecnológico. É por isto que ainda na primeira metade do século passado John Desmond Bernal, físico e pioneiro da política da ciência, dizia que “a ciência começava a ser uma força produtiva direta”.

Em boa verdade, Bernal estava a verificar na prática a previsão de Marx, quando este escreveu nos “Grundrisse” que “o desenvolvimento

da maquinaria (...) ocorre quando a grande indústria já atingiu um estágio mais elevado e o conjunto das ciências já se encontra cativo a serviço do capital; por outro lado, a própria maquinaria existente já proporciona elevados recursos. A invenção torna-se então um negócio e a aplicação da ciência à própria produção imediata, um critério que a determina e solicita. (...) A natureza não constrói máquinas nem locomotivas, ferrovias, telégrafos elétricos, máquinas de fiar automáticas, etc. Elas são produtos da indústria humana; material natural transformado em órgãos da vontade humana sobre a natureza ou de sua atividade na natureza. Elas são órgãos do cérebro humano criados pela mão humana; força do saber objetivada. O desenvolvimento do capital fixo indica até que ponto o saber social geral, conhecimento, deveio força produtiva imediata e, em consequência, até que ponto as próprias condições do processo vital da sociedade ficaram sob o controle do “intelecto geral” e foram reorganizadas em conformidade com ele”⁹.

Alguns marcos da evolução da tecnologia definem as chamadas revoluções industriais. A primeira, ainda no século XVIII e nos alvares do capitalismo, é marcada pela máquina a vapor, em particular na mecanização dos teares da indústria têxtil inglesa. A segunda revolução industrial, em fins do século XIX, provem do uso de novas fontes de energia, a eletricidade e o petróleo e seus derivados, com níveis mais altos de automação e com produção em massa. Menos de um século depois, surge a terceira revolução, a da computação e da primeira fase das tecnologias da informação.

Vivemos hoje já na quarta revolução, a da indústria 4.0, caracterizada essencialmente pela utilização intensiva de sistemas cibernéticos, pela digitalização em todas as esferas da vida econômica e social e pela integração e controle remoto da produção. A digitalização abrange toda a produção e controla-a com máquinas cada vez mais inteligentes. A conectividade atinge um grau extremo com a internet e a computação em nuvem e dispensa em boa parte as redes fixas. Cada vez mais, e com

⁹ Marx, K. (1857). “Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política”. Boitempo Editorial, São Paulo, Brasil, 1ª edição, 2011. Págs. 940 e 943.

quase inimagináveis possibilidades futuras, a inteligência artificial transforma os processos produtivos e mesmo a vida em geral, estando toda a gente dependendo dela e da chamada “internet das coisas”¹⁰ para o comando digital de muitas atividades banais automatizadas, desde o funcionamento dos equipamentos domésticos à condução dos automóveis, para o que vem contribuir a tecnologia 5G. Os próprios robôs deixam de ser máquinas isoladas para serem elementos cooperantes interligados e toda a produção vai a um ponto de automação digital que permite a monitorização e a mudança em tempo real dos procedimentos, por circuitos cibernéticos autoalimentados.

Estão à vista as fábricas automáticas, totalmente conectadas desde a aquisição e armazenamento das matérias primas, à produção, ao “marketing” e à venda do produto, em processos de inteligência artificial, com máquinas que “falam” com máquinas, com peças, com utensílios e, claro, com os humanos. Ao mesmo tempo, esta automação liga-se à monitorização e à flexibilidade do ajustamento em tempo real, controlando automaticamente mediante sensores o nível de produção, o consumo de energia e a otimização dos recursos e dos custos. A flexibilização permite a produção à medida do cliente, personalizada, podendo-se já imaginar que uma fábrica deste tipo possa entregar um produto configurado pelo cliente à mesma velocidade com que hoje se produz em série.

A atual potência do mundo digital foi possibilitada por alguns fatores essenciais. Primeiro, a miniaturização e o uso de novos materiais nos computadores e outros dispositivos, de tal forma que um simples telemóvel inteligente tem hoje uma capacidade de processamento superior ao do computador mais rápido de há cerca de 40 anos, o célebre Cray 2. Ao mesmo tempo, até nos processos mais banais, a capacidade de armazenamento e análise de dados passou da escala “mega” para a escala “tera”, deixando até a “giga” para coisas quase de brinquedo de

¹⁰ Internet das coisas (IoT, “internet of things”): a ideia de que, mais do que a conexão à rede das pessoas, atualmente predominante, são os objetos da vida diária, pessoal e doméstica, que estarão ligados à internet e funcionarão inteligentemente, comunicando entre si.

crianças. Tudo isto claro que potencializado pela enorme mudança trazida pela criação e crescimento explosivo da internet.

Tudo se integra e se interliga, homem, natureza e tecnosfera. Mesmo esta não se resume ao que temos vindo a dizer, relativo à digitalização. Ela permite, e também depende, de toda uma constelação de avanços tecnológicos que estabelecem a rede que suporta a quarta revolução industrial: a computação de alta velocidade de processamento, a nuvem, a rede, a inteligência artificial, mas também a modelação e simulação, os novos materiais, a nanotecnologia, a robótica colaborativa, a biotecnologia e, não muito distante, a computação quântica.

Economia e política 4.0

A conectividade, a automação extrema e as capacidades da inteligência artificial estão a modificar profundamente a economia e a gerar grandes oportunidades de novos negócios. A internet, o “big data” e o “smartphone” fizeram aparecer novas formas de produção – não confundir com modo de produção – e uma nova economia com enormes reflexos em toda a vida social e individual. Paralelamente, muitas empresas baseadas em tecnologias tradicionais e em custos elevados de trabalho humano veem-se em crescentes dificuldades. Dificilmente podem competir com as vantagens das novas empresas 4.0: redução de custos, economia de energia, redução de erros, menores desperdícios.

A própria evolução do capitalismo para a sua forma atual de capitalismo financeiro está interdependente da nova revolução tecnológica. Ela alimenta-se em boa parte das exigências dos negócios financeiros, que com a nova tecnologia conseguiram uma eficiência muito maior, quer pela comunicação em tempo real quer pela capacidade de tratamento e armazenamento de dados. Até a própria decisão de investimento e de transações financeiras a curto prazo começam a usar com sucesso ferramentas de inteligência artificial.

O sucesso da economia 4.0 deve-se muito a um fator novo: as novas tecnologias conseguiram alterar significativamente e de forma dialéctica, potencializando mutuamente a oferta e a procura, com ajustamento muito rápido de novos padrões e formas de consumo aos novos produtos e formas da sua colocação no mercado, crescentemente virtu-

al. A oferta criou a sua própria procura. O consumo tem vindo a adquirir novas formas, para além da compra tradicional no mercado. Uma das mais significativas é a de consumo por assinatura, em que o consumidor já não compra bens ou serviços definidos mas sim o acesso a eles, independentemente da quantidade de produtos que adquire. Isto é bem conhecido no caso do entretenimento, com as assinaturas de fornecimento de filmes, música e livros, assim como de informação “à medida” por portais noticiosos e informativos e agora até já chegou ao mercado dos automóveis por subscrição.

Esta mudança no modo de consumo tem outra faceta, a da agressividade do marketing e a muito menor consciência de que estamos ser invadidos por publicidade, que passa por entre as linhas de toda a informação e pelas conversas nas redes sociais. A ilusão de uma maior liberdade de escolha pelo cliente, facilitada pelo grande acesso à informação online sobre a oferta, acaba por ser uma manipulação pela enorme capacidade tecnológica atual de condicionar as escolhas.

Com tudo isto, não faltam os arautos de um admirável mundo novo. A quarta revolução industrial traria um aumento da riqueza global e do nível médio de rendimentos, melhor qualidade de vida e elevação do nível cultural e da fruição dos lazeres, um ambiente mais saudável. Leia-se, por exemplo, o relatório da OCDE, de 2017, “The Next Production Revolution: Implications for Governments and Business” (“A próxima Revolução da Produção: Implicações para os Governos e as Empresas”; indisponível em português).

Em boa parte, estas previsões otimistas têm como pressuposto uma consequência dita inevitável da quarta revolução, o aumento da produtividade. Não parece ser bem assim, havendo muitos dados que, pelo contrário, apontam para uma queda geral da produtividade nos últimos anos ¹¹. É bem sabido que a produtividade não depende linearmente dos avanços tecnológicos. Acresce que, mais importante do que a medida global, é a sua análise sectorial ou regional, no contexto da globalização e da desregulação dos mercados mundiais, como já discuti. Os

¹¹ Relatório da ONU “The impact of the technological revolution on labour markets and income distribution”, 2017.

ganhos de produtividade dos vencedores da quarta revolução têm de ser balanceados com o desemprego de milhões de trabalhadores tornados obsoletos ou superexplorados pela nova economia de partilha (de que falarei já a seguir), bem como com a falência de muitas empresas que, em países com menos condições, não conseguem competir com as grandes empresas da nova economia. No novo “colonialismo digital”, há trabalhadores explorados a extraírem os minerais necessários para os componentes eletrónicos, há a mão de obra barata dos grandes centros de dados de inteligência artificial na China e na Índia, há os limpadores de lixo das redes sociais no sudoeste asiático. O admirável mundo novo pode ser um mundo de ainda maiores desigualdades.

Acresce que o próprio avanço tecnológico tem boa parte de fictício. A competição das grandes empresas, com domínio sobre a propriedade intelectual, limita a tentativa de empresas mais fracas de introduzirem inovações com impacto no mercado, permitindo às grandes limitarem-se muitas vezes a melhorias incrementais de limitado valor de inovação. Somos surpreendidos todos os anos com anúncios de novos produtos da Apple ou da Microsoft mas, de facto, são muitas vezes pequenas diferenças a alimentar o vício de compra do último “gadget” só porque é o último, ou tem capacidades (“features”) sem grande utilidade prática. As grandes inovações, como o primeiro computador portátil ou o primeiro telemóvel inteligente só ocorrem com intervalo de décadas.

Uma das facetas mais notórias da nova economia 4.0 é a chamada “economia de partilha”. Teoricamente, uma empresa usando uma plataforma informática coloca em contacto telefónico quem pode oferecer um bem ou serviço e quem precisa dele. Os exemplos mais conhecidos são na área dos transportes (Uber e outras) e no alojamento transitório (Airbnb). Começando como pequenas empresas “startup”, são hoje gigantes económicos, à escala planetária. Uma variante é a utilização de plataformas para intermediação entre produtores e consumidores, de que é o melhor exemplo a Amazon. É uma nova forma de mercado em que a intermediação digital tem um grande poder de controlo da relação oferta-procura.

Tudo isto dito, lembremo-nos da caracterização de um momento

Polanyi: a acumulação de fatores que podem desencadear uma oscilação inversa à tendência de momento, no duplo movimento; neste caso, a inflexão de um movimento de acentuação do liberalismo e da desregulação para uma maior intervenção reguladora do Estado que afinal, ao fazê-lo, tenta proteger o sistema da iminência de uma crise dialeticamente ligada à acentuação das suas contradições internas. Como vimos, é o que está a acontecer em relação às preocupações governamentais e de entidades internacionais no que respeita ao ambiente e agora também em relação aos gigantes digitais, como se começa a ver, por exemplo, com disposições oficiais americanas e da União Europeia dirigidas ao Facebook, à Microsoft ou à Google, por exemplo.

Como se podem controlar os riscos da digitalização abusiva e socialmente perigosa? Não faltam propostas. Em primeiro lugar, é necessário identificar os poderes essenciais de que as grandes empresas digitais possuem: o poder de controlo dos fluxos de mercadorias - as encomendas da Amazon -- ou de dados - do Facebook e Google -; depois, o poder de controlar as “portas” de informação, como sejam os motores de busca ou a escolha das notificações pelo Facebook; finalmente, o poder de influência, pela manipulação de “rankings”.

Pode-se impedir, por exemplo, que essas empresas adquiram dimensão dominante por aquisição de outras ou por fusões. Pode-se exigir que criem órgãos independentes de fiscalização do cumprimento das normas oficiais e de normas internas, obrigatórias e bem publicitadas. Pode-se reforçar a fiscalização por parte das entidades oficiais, com auditorias aos algoritmos, ao tratamento de “big data” e aos motores de busca. Pode-se criar concorrência por empresas públicas, principalmente a montante, no campo dos fornecedores de serviços de internet (ISP) - para já não falar na nacionalização dessas empresas privadas, hoje tão decisivas como as empresas fornecedoras de água. Pode-se taxar o “big data”.

No entanto, tudo isto será paliativo se não se tiver em conta que, acima de tudo, se trata de uma questão de poder. O poder hoje está nas mãos das grandes digitais e dificilmente abdicarão dele ou limitarão as relações de dominação que a tecnologia lhes faculta. Contra este poder,

só o poder mais forte de governos politicamente empenhados com a democracia real e a justiça social e de olhos bem abertos para a realidade de que a tecnologia não é neutra politicamente e nem sempre é virtuosa e progressista. O progresso não é alcançado através de inovações tecnológicas, mas sim por decisões políticas de como – ou se – deve ser feita a incorporação das inovações no complexo mundo social de hoje.

Os efeitos no trabalho

Uma grande mudança tecnológica não pode deixar de se refletir no trabalho, na abundância do emprego e nas suas condições. No entanto, devemos começar por estar atentos à necessidade de não se cair num determinismo tecnológico. O desenvolvimento tecnológico não é um fator isolado e deve ser visto no contexto da alteração global da forma como se organiza e se concretiza o modo de produção capitalista, nomeadamente, nos tempos atuais, no que se refere à financeirização, à globalização e às mudanças subjetivas instiladas pela ideologia neoliberal. A degradação das condições de trabalho, a perda de rendimentos e a precariedade são também – e talvez principalmente – devidas à atual relação de forças, numa fase de vitória do capital sobre um mundo do trabalho enfraquecido, dividido, com uma organização sindical debilitada, tudo agravado pela austeridade, pela retração dos serviços públicos. Afinal, a política tecnológica está estreitamente ligada às escolhas políticas gerais, económicas, laborais e mesmo ambientais.

O receio da perda de emprego pela maquinaria ou automação já é antigo. Lembremo-nos dos ludistas ingleses, no princípio do século XIX, que queriam destruir os teares mecânicos com receio de que eles substituíssem o seu trabalho manual. No entanto, as sucessivas revoluções industriais não se traduziram em perdas *globais* de emprego, embora pudesse haver efeitos negativos sectoriais ou regionais, e talvez também agora, como discutiremos adiante.

O próprio Marx, que não chegou a viver a segunda revolução industrial, enganou-se na sua previsão pessimista em relação aos efeitos da tecnologia no trabalho, que a história do século XX não confirmou. No ponto 6 do 13º capítulo de “O Capital” - “A teoria da compensação

no que respeita aos operários desalojados por maquinaria”¹² – Marx critica a teoria da compensação defendida por economistas clássicos, segundo a qual “toda a maquinaria que desaloja operários liberta sempre simultânea e necessariamente um capital adequado à ocupação dos mesmos e idênticos operários.” Contrapõe que “[pela maquinaria] em vez de libertação, tem aqui lugar uma vinculação de capital numa forma em que cessa de se trocar por força de trabalho, i. é, uma transformação de capital variável em capital constante. (...) Os operários ocupados na produção dos meios de vida necessários são “libertados” de uma parte do seu salário. Portanto, em vez de provar que a maquinaria, pela libertação dos operários de meios de vida, transforma simultaneamente estes últimos em capital para empregar os primeiros, o senhor apologista [JVC: da teoria da compensação], com a lei comprovada da oferta e da procura, prova inversamente que a maquinaria atira os operários para a rua não só no ramo de produção em que é introduzida, mas também naqueles ramos de produção em que não foi introduzida.”

Os impactos da economia 4.0 no mundo do trabalho suscitam preocupação e o debate tem sido alimentado por milhares de páginas de relatórios, estudos e artigos de opinião que não têm permitido uma visão consensual, nem sequer dominante, embora a balança se incline para o lado negativo. As teses otimistas defendem que a extinção de postos de trabalho manual devida à automação é compensada pela criação de emprego qualificado, a par do aumento geral do nível de educação, mormente da educação superior. As novas tecnologias geram novas indústrias e serviços, criando novos postos de emprego e aumentam a produtividade, com repercussão no rendimento real dos trabalhadores por via da diminuição dos preços de muitos produtos e fazendo crescer a procura e, logo, mais produção e mais emprego.

Acentua-se que as revoluções tecnológicas anteriores não tiveram efeitos catastróficos no emprego e que também agora, o desemprego diretamente ligado à substituição do trabalho humano pelos instrumen-

¹² Marx, Karl, “O Capital” (1867). Edições Progresso-Editorial Avante!. Moscovo-Lisboa, 1990. Págs. 501 e seguintes,. Disponível online, <https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/index.htm>.

tos da quarta revolução podem ser em boa parte compensados pela criação de mais riqueza, por novos padrões de consumo e produção de novos bens com nova procura, bem como pelo crescimento acelerado do setor dos serviços, com correspondente necessidade de mais mão-de-obra.

A par disto, a nova economia de partilha, para os otimistas, gera novas oportunidades de trabalho independente, principalmente entre jovens com capacidade de iniciativa e literária informática. Por outro lado, mantém-se o mercado de trabalho de muitas atividades básicas que mantêm um alto grau de ocupação por trabalhadores menos diferenciados. No entanto, os trabalhos indiferenciados que continuarão a existir tendem a ser ocupados presencialmente por imigrantes, vulneráveis às condições contratuais indignas impostas pelos empregadores.

No outro lado, abundam perspectivas pessimistas em relação à capacidade da economia 4.0 de compensar com novos empregos os que são perdidos pela automação e pela digitalização, principalmente tendo em conta que ainda se fazem sentir os efeitos da última grande crise e que, só pela pressão demográfica, serão necessários mais 600 milhões de novos empregos até 2030, principalmente nos países em desenvolvimento.

Segundo o relatório “The future of work centenary initiative” (2015) da Organização Internacional do Trabalho, que discute as dificuldades políticas e empresariais para facultar emprego satisfatório no atual quadro tecnológico, atendendo-se também às más condições de partida, lê-se: “Apesar do extraordinário desenvolvimento da produção por meio das sucessivas revoluções tecnológicas, o imperativo básico de trabalhar ainda está connosco no mundo contemporâneo. As necessidades humanas fundamentais ainda não foram satisfeitas e a guerra contra a carência está inacabada porque a pobreza persiste; uma grande parte da força de trabalho global ainda está envolvida na produção de subsistência”. E lembra ainda que “com a economia global em risco de deslizar para um estado permanente de crescimento lento, essas preocupações parecem bem fundamentadas. Com as previsões atuais de novos aumentos no desemprego já inaceitavelmente alto, os temores de

que a máquina de empregos global esteja quebrada, ou pelo menos com mau funcionamento, são amplamente prevalentes”.

Outros relatórios vão no mesmo sentido, como, por exemplo, o “Future of Work and Skills” (2017) da OCDE, que, referindo diversos estudos, coloca a possibilidade de já hoje 47% de todos os trabalhadores americanos estarem ocupados com tarefas passíveis de serem totalmente desempenhadas por computadores e algoritmos dentro dos próximos 5 a 10 anos. Esta percentagem de empregos em risco ainda seria maior na Alemanha, podendo ir até 59%, com uma média europeia entre 45 e 60%, sendo o maior risco o dos países do sul da Europa.

Num vasto inquérito a empresas efetuado em 2018 por encomenda do Fórum Económico Mundial e publicado como “The Future of Jobs Report”, 59% das empresas esperam mudanças significativas na sua forma de produzir, nas suas cadeias de valor e na geografia da sua produção, com inevitáveis consequências no emprego. Em apenas cinco anos – quase cumpridos à data em que este capítulo está a ser escrito — os empresários inquiridos estimam uma redução de 71% para 58% das horas de trabalho diretamente despendidas pelos trabalhadores, embora prevejam uma compensação por novos empregos difícil de quantificar. Em relação a “profissões emergentes”, calculam que possa haver, neste período de tempo, um acréscimo de oferta de trabalho de cerca de 10%, mas acompanhado por uma quebra de igual valor no “trabalho em obsolescência”.

Mesmo os que defendem a teoria da compensação, por criação de novos empregos, reconhecem que isto não deixa de ter efeitos negativos, porque, sendo imediata a perda de empregos, a criação de novos postos de trabalho demora tempo e pode exigir capacidades e qualificações que dificultam a reconversão dos trabalhadores despedidos.

No entanto, o próprio relatório da OCDE que acabámos de referir também admite que “estudos mais recentes argumentam que a parcela de empregos em risco de automação pode ter sido significativamente superestimada pelos estudos mencionados. (...) É altamente improvável que ocupações inteiras sejam automatizadas, dado que, na prática, mesmo ocupações rotuladas como de alto risco provavelmente ainda

conterão um compartilhamento de tarefas de difícil automatização e, também, que há muita heterogeneidade nas tarefas realizadas dentro de cada ocupação.” Assim, revendo as previsões dos estudos anteriores, sugere-se que, nos países da OCDE, apenas 9% dos empregos enfrentam um alto risco de automatização, embora mais outros 25% dos empregos possam mudar significativamente por causa da automação.

Se, como postulado pelos pessimistas, a robótica e a digitalização fossem causas relevantes de destruição de emprego, seria de esperar um crescimento concomitante e notório da produtividade. Ora, por exemplo nos EUA, tal não aconteceu, ficando-se o aumento anual entre 2005 e 2015 pelos 1,4% ao ano, comparado com uma taxa anual de 3% na época dourada pré-quarta revolução industrial, entre 1947 e 1973. Além disto, seria certamente marcante a oferta de empregos qualificados, enquanto que, nos EUA e desde 2000, a oferta foi sobretudo de empregos correspondentes aos 30% inferiores em termos de rendimento ¹³.

Há quem contraponha uma opinião diferente, em relação à compensação do desemprego por criação de novos postos de trabalho ¹⁴. Não há consenso, porque os dados empíricos são divergentes, eventualmente refletindo diferenças entre os países. Pode-se argumentar que, mais importante do que considerar profissões ou a dicotomia de trabalho intelectual/manual é distinguir o trabalho rotineiro, com tarefas baseadas em procedimentos bem estabelecidos e obedecendo a regras e algoritmos claros, e o trabalho não rotineiro, que requer flexibilidade, criatividade e colaboração para a resolução de problemas. A tendência seria para uma descida progressiva da ocupação em trabalhos rotineiros.

O mesmo tipo de transferência também ocorre entre setores da economia, com um crescente predomínio dos serviços. Excetuando-se o leste asiático, tem havido nos países desenvolvidos a desindustrializa-

¹³ Baker, Dean (2015). “Op-Ed: The job-killing-robot myth”. Los Angeles Times, 6 de maio.

¹⁴ Veja-se, por exemplo, o relatório do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais da ONU, “The impact of the technological revolution on labour markets and income distribution” (2018).

ção do emprego, também visível na América Latina, fazendo com que a produtividade global seja afetada pelo decréscimo de atividades que mais contribuem para o desenvolvimento económico. O desenvolvimento dos serviços tem aberto novas oportunidades de emprego, por exemplo, nas comunicações, na informática, na finança, mas o seu peso relativo na distribuição sectorial do trabalho continua baixo e uma grande parte do emprego nos serviços continua a ser de baixa qualificação, nomeadamente nos transportes e no turismo.

O desequilíbrio em relação aos serviços não tem a ver, diretamente, com a automação e a digitalização. A maior procura de trabalhadores não ocorre nos serviços mais diretamente afetados pela mudança tecnológica – por exemplo na área da computação, das comunicações e das tecnologias da informação, que ainda representam uma fração reduzida do PIB – mas sim nos serviços relacionados com o Estado social de bem-estar, assim como nos transportes e no comércio. Por esta razão e pelo que ficou dito nos parágrafos anteriores, os efeitos negativos globais da tecnologia de quarta geração podem não ser tão devastadores como previstos pelas análises mais pessimistas.

Também é manifesto o desfasamento crescente entre o nível geral de qualificação e o tipo de trabalho oferecido. O aumento do número de graduados universitários tem sido constante e é, em termos gerais, um contributo decisivo para a riqueza humana e material da sociedade, além de um direito essencial dos cidadãos. No entanto, ele não tem tido correspondência na oferta de empregos adequados a esse nível de educação. Inúmeros pais sabem bem como os seus filhos recém-licenciados procuram sem sucesso o emprego de bom nível que sonhavam decorrer automaticamente do seu diploma e todos sabemos como os “call centers” e as caixas de hipermercado estão cheios de jovens diplomados universitários. Em 2010, nos EUA, 20% dos empregos requeriam um grau universitário, 43% o ensino secundário e 26% nem isso exigiam. Isto contrapõe-se ao facto de 40% dos jovens americanos frequentarem o ensino superior. Deduz-se facilmente que metade ficarão empregados em trabalhos para que têm qualificação a mais.

Outra alteração no panorama do trabalho na economia 4.0, dire-

tamente ou indiretamente decorrente desta, manifesta-se no aumento das desigualdades. Digo direta ou indiretamente porque não é fácil des-trinçar o que se deve à mudança tecnológica e o que resulta de fatores estruturais, como a globalização, a política económica neoliberal e a desregulação do mercado do trabalho.

No mundo desenvolvido, tem-se assistido nas últimas décadas ao alargamento da distância salarial – e de benefícios marginais (“fringe benefits”), como carro, planos especiais de reformas, subsídios – entre trabalhadores altamente qualificados e trabalhadores dos escalões inferiores, criando o que se tem designado como “escavação das classes médias”. Os salários dos trabalhadores de nível alto crescem em progressão muito mais rápida do que os dos trabalhadores na base, mas em muitos casos, até estes crescem mais do que os salários de trabalhadores medianamente qualificados, acentuando-se a bipolarização salarial.

Dito tudo isto, vemos que é difícil ter uma ideia sólida sobre o impacto da chamada quarta revolução tecnológica no trabalho, em termos gerais de emprego ou desemprego. Mas onde cabem muito menos dúvidas é noutro tipo de impacto, o da alteração dos padrões e qualidade do trabalho pela outra faceta dessa mudança tecnológica, a economia de partilha facilitada pela digitalização e as plataformas da rede. Estamos a falar da “uberização” do trabalho, já abordada mais atrás.

É aliciante, com a mentalidade instalada pelo neoliberalismo de valorização da iniciativa privada individual, do espírito de empreendedorismo, da ostentação do sucesso pessoal, ser-se empresário por conta própria, como chamam aos seus dependentes as empresas de intermediação digital, da mesma forma que, até em documentos oficiais, se passou a chamar “colaboradores” aos trabalhadores. Pura ilusão. São proprietários dos meios de trabalho mas é tudo o que os separa dos trabalhadores assalariados e, diferentemente dos prestadores individuais de serviços, estão totalmente dependentes de outros – a empresa dona da plataforma – para angariação de clientes.

São, de facto, trabalhadores explorados, ainda em piores condições do que a maioria dos trabalhadores. O trabalho é precário, não têm se-

gurança social nem direitos reconhecidos legalmente aos trabalhadores assalariados, não têm férias, não têm assistência nos acidentes de trabalho, não têm horário de trabalho, ganham à tarefa e têm a seu cargo a manutenção e reparação do meio de trabalho, seja o carro do uberista seja a moto do distribuidor da Glovo. Cada vez mais são imigrantes ou nativos relegados para os escalões inferiores pela falta de empregos compatíveis com a sua qualificação. Por isto mesmo, a lei ou os tribunais reconheceram a natureza de trabalho assalariado aos motoristas da Uber e congéneres, por exemplo em Londres, na Catalunha e em Nova Iorque e a Dinamarca chegou mesmo ao ponto de vedar a atividade da Uber.

Os próprios utilizadores são defraudados. É certo que o serviço pode aparentar melhor qualidade, mas os preços nem sempre são melhores do que os dos serviços convencionais e não há as garantias de qualidade e segurança exigidas por lei. Vale, para muita gente com preconceitos de classe, novos-ricos e arrivistas, o sinal de “status” social de andar em carro aparentemente privado com motorista, não como qualquer pelintra que se faz transportar num reles preto-e-verde.

Capitalismo cognitivo?

Dada a importância do conhecimento na vida económica e social de hoje, fala-se muito em capitalismo cognitivo ou informacional. Outros, como Castells, enfatizam o papel da comunicação eletrónica e falam de capitalismo em rede. Mesmo tendo em conta que o papel do conhecimento na produção tem hoje uma dimensão nunca vista anteriormente, nada disto é, em absoluto, uma novidade imprevista. Já nos anos 30, Bernal e o grupo de filosofia e política da ciência de Cambridge, que referi atrás, defendia que a ciência se estava a converter numa força produtiva *direta*. Mais atrás ainda, como já dito, o próprio Marx, no "Fragmento sobre as Máquinas" dos Grundrisse, escreveu que “o desenvolvimento do capital fixo indica até que ponto o saber social geral, conhecimento, deveio força produtiva imediata e, em consequência, até que ponto as próprias condições do processo vital da sociedade ficaram sob o controle do ‘intelecto geral’” (ver nota 9 deste capítulo).

Na imagem pública, o trabalho intelectual mostra-se mais no setor

dos serviços, que cada vez mais, com o comércio, define para o homem comum a realidade da vida económica e social, em que a produção industrial foi remetida para o fundo do palco. Começamos então pelo trabalho nos serviços.

O caso especial do trabalho nos serviços deve ser visto em termos de duas oposições: trabalho material e imaterial; e trabalho produtivo e não produtivo. Na maioria dos casos, a produção nos serviços não se materializa em produtos tangíveis. A discussão deste facto e das suas consequências será feita, como disse, mais adiante. Mais interessante na prática, é a questão do trabalho nos serviços em termos da dualidade trabalho produtivo versus não produtivo.

Definam-se os conceitos. Trabalho produtivo é àquele de que temos vindo a falar; improdutivo é o que é orientado para a manutenção da ordem social e que não gera riqueza por si mesmo (como a administração pública, as forças armadas, a justiça e as polícias, etc.). De grande importância hoje é a caracterização, nessa dualidade, da natureza de muitos serviços, mesmo públicos, como a educação, a saúde, os transportes, que, direta ou indiretamente, podem produzir riqueza. Em geral, não basta ser-se assalariado para se produzir riqueza. Se o trabalhador for assalariado mas não gerar diretamente mais-valia não está a realizar trabalho produtivo. Está simplesmente a trocar trabalho por dinheiro, não numa relação de trabalho produtivo para capital. Mas a situação, hoje, pode ser mais complicada.

Vejamos o caso dos serviços de um médico, por exemplo. Tradicionalmente, era uma atividade liberal, exercida autonomamente no consultório médico. Os honorários não constituem lucro, nem envolvem a troca de uma mercadoria, mesmo que imaterial. Modernamente, a situação é diferente. Muitos médicos dão consultas apenas em hospitais privados, recebendo honorários e pagando uma comissão ao hospital. Este não está a auferir um lucro mas sim, em rigor, uma renda, diretamente derivada do seu capital (instalações, equipamento). Mas também muitos médicos hoje são assalariados por esses hospitais. Foram proletarizados e contribuem para a geração de mais-valia.

Mais flagrante é o caso dos professores. Alguns dão explicações em

casa, como atividade liberal e não se trata de trabalho produtivo, gerador de valor. Diferente é a situação da grande maioria dos professores, assalariados. Aqui, aplica-se o que se disse para os médicos.

Na época de Marx, com contextualização da discussão que faz do trabalho nos serviços ¹⁵, havia duas possibilidades para o caso da produção não material: “1) (...) mercadorias que existem isoladamente em relação ao produtor (...) livros, quadros, todos os produtos artísticos que se diferenciam da atividade artística do artista executante [JVC: hoje, também, por exemplo, o software]. (...) Que nessas formas de transição a exploração do trabalho alcance um grau superlativo, não altera a essência do problema. 2) O produto não é separável do ato de produção [médicos, professores]. Aqui, também, o modo capitalista de produção só tem lugar de maneira limitada.” ¹⁶

Essa condição de relação capitalista restrita ou de forma de transição alterou-se. Hoje, as atividades de serviços são atividades inteiramente capitalistas. Quando os serviços, como geralmente acontece hoje, produzem direta ou indiretamente mercadorias (imateriais), quando se realizam ganhos com o trabalho assalariado resultando em mais-valia que é apropriada pelo empresário, atenua-se a distinção entre trabalho material e imaterial e relativiza-se a diferença entre trabalho produtivo e não produtivo, nos termos clássicos.

Indo mais longe, se o valor de uso se referir a serviços e se estes forem produzidos para o mercado, não vejo motivo, em termos dos conceitos essenciais da economia política marxista, para se fazer uma distinção absoluta entre mercadorias físicas e imateriais e, portanto, para não se considerar que a mais-valia tanto é gerada na produção de umas como das outras.

Que tanto a produção como o comércio e os serviços estão hoje intelectualizados a um ponto que os clássicos não imaginaram, é truismo. A questão teórica que daí deriva é outra. Estamos numa fase de desenvolvimento do capitalismo, como já houve outras, ou estamos a

¹⁵ Marx, Karl. “O Capital”, cap. VI inédito. <http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-capitulo-vi-inedito.pdf/>

¹⁶ Ibid., pág. 79.

assistir à transição para um novo modo de produção? A resposta é de importância prática crucial, em termos de ação e perspectivas políticas, como se percebe facilmente. Tal como o capitalismo já brotava em pleno feudalismo, será que hoje já está a germinar um novo modo de produção no seio do capitalismo? Em outras palavras, o “digitalismo” afeta a essência do capitalismo ou apenas as suas formas concretas de realização, a sua morfologia funcional? Abunda a literatura sobre esta questão e é impossível cobri-la devidamente, no âmbito deste livro generalista.

Em Portugal, esta discussão não tem tido muito relevo mas vou usar um caso notável, seguindo as suas posições para efeitos de crítica. Trata-se de Fernando Penim Redondo, cujos escritos dispersos – e em um livro ¹⁷ – podem ser lidos no seu blogue DOTeCOME (https://dotecome.blogspot.com/search/label/digitalismo-pós_capitalismo). As citações não identificadas que se seguem nesta discussão são deste autor.

A ideia predominante nas teses de questionamento da atualidade ou validade do marxismo na era da digitalização é que a imaterialidade, não só nos serviços mas mesmo na indústria, afeta as relações capital-trabalho. No limite, postula-se que a importância do trabalho intelectual até permitiria o controlo do capital pelos trabalhadores intelectuais (ou todos os trabalhadores, transformados em controladores dos robôs). Vai-se mesmo ao extremo, na proposta “aceleracionista”, de se considerar que a via para superação do capitalismo é a intensificação, a ser também defendida pela esquerda, das alterações introduzidas pela digitalização. Vai na lógica da tese de que se está a mudar de modo de produção, do capitalismo para qualquer outra coisa, não importando o quê, não se prevendo o que será a configuração desse novo modo.

Ainda antes de discutirmos estas teses, é necessário recordar que o que chamámos de morfologia do capitalismo, conjuntural e em mutação desde o seu início, é geralmente multifatorial. Na passagem do século XIX para o XX, o imperialismo nasceu indissociado da concentração monopolista e da fase precoce da financeirização. Da mesma forma,

17 Redondo, Maria Rosa e Redondo, Fernando Penim (2009). “Do Capitalismo para o Digitalismo”. Campo das Letras, Porto.

não é seguro isolar hoje a automação, a digitalização, a inteligência artificial, enfim a revolução tecnológica, de todo o conjunto de processos que já discutimos, tais como a financeirização levada ao extremo, a globalização, as alterações na estrutura de classes, a ideologia e a política neoliberal, estas últimas com impactos enormes na relação de forças entre o capital e o trabalho, em desfavor deste e portanto retirando grande peso aos argumentos que invocam a nova qualidade e relevo da força do trabalho intelectual como factor de crise do capitalismo. O discurso dominante não olha para essa multifatorialidade e tende a afirmar que a tecnologia é uma “coisa em si mesma”. Mas de facto, no processo de trabalho, tal como o capital, a tecnologia não é uma “coisa em si”, antes uma relação social, jogando no conflito entre o trabalho e o capital e, portanto, influenciando o contexto geral das vitórias e derrotas nessa luta.

Como ponto de partida, é necessário analisar a caracterização do capitalismo que está na base das posições “transicionistas” (isto é, a de que a digitalização é um caminho relativamente curto para a emergência de um novo modo de produção). Em síntese, para essa corrente de opinião, “as traves mestras do modo de produção capitalista são a produção mercantil (ou seja para o mercado), o trabalho assalariado e a apropriação pelo capital do resultado da actividade produtiva com o pretexto da posse dos meios de produção. (...) Por outro lado a progressiva intelectualização do trabalho tem como consequência subtrair a propriedade dos meios de produção (os cérebros humanos) e mesmo a matéria prima que trabalham, a informação, ao capital.”

Esta definição peca por defeito, naquilo que é essencial. Não se pode falar em termos tão gerais de propriedade privada e de apropriação do resultado da actividade produtiva. Isto sempre houve ao longo da História. Os senhores de escravos tinham a propriedade privada não só dos meios de produção como da própria força de trabalho; e no modo feudal também se apropriavam de parte da produção sob a forma de rendas e taxas. O que define o capitalismo não é a simples propriedade privada dos meios de produção; é a forma única como se faz essa apropriação, por meio do assalariamento e da subtração da mais-valia. A

simples posse de meios de produção não basta para definir o capitalismo. Nada impede que um operário possa usar no seu trabalho ferramentas dele próprio sem que isto altere em nada as relações de produção.

O que não se vê de todo é que a digitalização esteja a forjar, “dentro do capitalismo”¹⁸, um novo modo de produção. Pode ser falha minha, mas com exceção do cooperativismo (que nada tem a ver com a digitalização), não conheço um só exemplo de empresas 4.0 que não respeitem o essencial do modo de produção capitalista. O trabalho produtivo é todo aquele que produz mercadorias e mercadorias são tudo o que é vendido no mercado. Nada mais simples. Nada disto é afetado pela natureza material ou incorpórea da mercadoria. Tanto é mercadoria uma peça de fazenda como uma aplicação de software e o trabalho produtivo varia em percentagem, entre 0 e 100, entre trabalho manual e intelectual. Há contraste entre trabalho intelectual e manual mas não há oposição radical. Onde está então o embrião já real de um novo modo de produção?

Outro argumento, considerado pelos aceleracionistas como decorrente de uma evolução do marxismo, é que o trabalho, cada vez mais imaterial e cognitivo, deixa de ser mensurável como dispêndio de energia num tempo determinado e que o valor passa a ter por base a criatividade, a polivalência e a força de invenção. Argumenta-se mesmo que a remuneração do trabalhador intelectual passa a ser mais o retorno do seu “capital humano” do que o salário tradicional. Já que o autor se considera marxista, julgo que isto revela uma leitura superficial de Marx, da sua noção de valor como o trabalho incorporado na produção (e já nem vou falar na diferença entre valor de uso e valor de troca) e da sua medida como tempo despendido pelo trabalhador.

A capacidade de trabalho intelectual é propriedade do trabalhador mas não é seu capital. Em termos gerais da discussão da duplicidade do capital variável, a capacidade de trabalho intelectual, tanto quanto a

¹⁸ Usando a analogia dos autores evolucionistas, de que também o capitalismo se foi formando ainda durante o feudalismo. É um facto indiscutível, mas não parece que valha como argumento.

manual, funciona como capital nas mãos do capitalista e como rendimento nas mãos do trabalhador; para o trabalhador, ela é mercadoria mas não capital:

“Os economistas apologeticos apresentam o assunto sob uma luz errada, como se vê melhor se mantivermos os nossos olhos fixos, sem dar por agora qualquer atenção (...) à conversão do dinheiro em força de trabalho por parte do comprador capitalista (...) e à conversão da mercadoria força de trabalho em dinheiro por parte do vendedor, o trabalhador. Eles dizem: (...) o vendedor, o trabalhador, converte a sua mercadoria, força de trabalho, em dinheiro, que ele gasta como receita, e isso permite-lhe continuar a revender a sua força de trabalho e assim mantê-la. A sua força de trabalho, então, representa o seu capital [JVC: isto é, o dito “capital humano”] na forma de mercadoria, o que lhe rende uma receita contínua. A força de trabalho é de fato propriedade sua (sempre se auto-renovando, reprodutiva), não o seu capital. É a única mercadoria que ele pode e deve vender continuamente para viver, e que atua como capital (variável) apenas nas mãos do comprador, o capitalista. O fato de um homem ser continuamente compelido a vender sua força de trabalho, ou seja, a si mesmo, para outro homem prova, de acordo com aqueles economistas, que ele é um capitalista, porque ele tem constantemente “mercadorias” (ele mesmo) para venda. Neste sentido, um escravo também é um capitalista, embora seja vendido por outro de uma vez por todas como uma mercadoria.”¹⁹

É certo que o nosso autor não cai na cilada do “capital humano”. “Confunde-se propositadamente capital e trabalho, chama-se conhecimento à informação. A razão para tal parece evidente; aquilo que as empresas podem controlar, e controlam, é a informação (bases de da-

¹⁹ Marx, Karl (1863 - 1878). “O Capital”, Volume III, cap. XX, secção X, “Capital and Revenue: Variable Capital and Wages”. Edição inglesa, Progress Publishers, Moscow 1956. <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1885-c2/index.htm>

dos, patentes), os seus meios de produção e os seus suportes (redes de computadores, teledifusão) e nunca o conhecimento que se produz ao nível do cérebro dos trabalhadores. O objectivo desta mistificação que desvaloriza o papel do trabalho humano na produção é fazer passar como natural a apropriação pelo capital do valor gerado pelo conhecimento.” Nisto, estou inteiramente de acordo com o autor que tenho vindo a citar.

Mas, por outro lado, engana-se na tese simplista de que o trabalho deve ser individualmente mensurável para ser a base do valor. Só falta dizer, contra toda a teorização marxista da função da maquinaria, que também deve ser obrigatoriamente trabalho vivo, isto é, fazendo despendar diretamente energia física do corpo do operário, o que agora seria contraditado pela importância do trabalho intelectual ou de controlo da automação.

A teoria do valor de Marx, e mesmo dos seus antecessores clássicos, é mais abstrata e global. “Um valor de uso ou bem (...) apenas tem um valor porque nele está objectivado ou materializado trabalho humano em abstracto” ²⁰. *Em abstracto*, sublinho. Da mesma forma, a sua medida não é concretizável como tempo de trabalho real de cada operário. O valor-trabalho não é considerado à escala individual mas sim referido à *força de trabalho social média*. O tempo de trabalho a considerar é o tempo de trabalho socialmente necessário, isto é, “o que é requerido para produzir qualquer valor de uso nas condições de produção dadas, socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e intensidade do trabalho. (...) Portanto, é apenas o quantum de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso que determina a magnitude do seu valor.” ²¹. A medida do valor é apenas determinada pelo que Marx chama de “tempo de trabalho coagulado”.

No entanto, não me parece ser teoricamente incompatível com a teoria de Marx considerarem-se paralelamente outras medidas do tra-

²⁰ Marx, Karl (1867). “O Capital”, Vol. I. Edições Progresso-Editorial Avante!. Moscovo-Lisboa, 1990. Pág. 56.

²¹ Ibid., pág. 57.

balho, nomeadamente o do conhecimento incluído direta ou indiretamente no trabalho, ou melhor na reprodução da força do trabalho. Isto não quer dizer é que seja impossível essa mensuração, como pretendem os que afirmam que uma tal impossibilidade invalida a teoria marxista do valor. Se há formas mais ou menos precisas de valorizar o conhecimento no que respeita ao custo da força de trabalho, à sua remuneração, também as podemos considerar em termos de contributo para a formação do valor-trabalho.

Em todo o caso, o grau de educação e competência intelectual não afeta a *natureza* do valor da mercadoria particular que é a força de trabalho, sendo apenas um componente atualmente com muito maior peso na reprodução da força de trabalho. Mas mantém-se o essencial: “para modificar a natureza humana em geral, para que ela atinja destreza e prontidão num determinado ramo de trabalho, e se torne força de trabalho desenvolvida e específica, é preciso uma determinada formação ou instrução que, por seu lado, custa uma soma maior ou menor de equivalentes de mercadorias. Segundo o carácter mais ou menos mediado da força de trabalho, são também diversos os seus custos de formação. Os custos de aprendizagem, extremamente pequenos para a força de trabalho habitual, entram pois no âmbito dos valores despendidos para a sua produção”²². A diferença é que “eram custos extremamente pequenos” na época de Marx e hoje são uma parte cada vez mais considerável dos custos de reprodução.

Tudo isto que aqui fica escrito não nega, todavia, que haja transformações qualitativas muito importantes, com consequências imprevisíveis, embora não apontando para uma mudança à vista, muito menos em curso, do modo de produção. A reflexão que invoque Marx não pode deixar de se debruçar sobre este assunto, aprofundando e atualizando o que já Marx tinha discutido em todo o capítulo treze de “O Capital” (“Maquinaria e grande indústria”²³).

É certo que o próprio Marx, no “Fragmento sobre as máquinas” do caderno VII dos Grundrisse especulou que a teoria do valor-trabalho

²² Ibid., pág.242

²³ Ibid., pág. 538 e seguintes.

necessitaria de ser revista quando os trabalhadores deixassem de ser produtores diretos para serem controladores de máquinas. Passe a blague, mas quase se diria que Marx pensa na inteligência artificial:

“(...) O meio de trabalho passa por diversas metamorfoses, das quais a última é a máquina ou, melhor dizendo, um sistema automático da maquinaria (sistema da maquinaria; o automático é apenas a sua forma mais adequada, mais aperfeiçoada, e somente o que transforma a própria maquinaria em um sistema), (...) de modo que os próprios trabalhadores são definidos somente como membros conscientes dele.

(...) A atividade do trabalhador, limitada a uma mera abstração da atividade, é determinada e regulada em todos os aspectos pelo movimento da maquinaria, e não o inverso. A ciência, que força os membros inanimados da maquinaria a agirem adequadamente como autómatos por sua construção, não existe na consciência do trabalhador, mas atua sobre ele por meio da máquina como poder estranho, como poder da própria máquina. Na produção baseada na maquinaria, a apropriação do trabalho vivo pelo trabalho objetivado – da força ou atividade valorizadora pelo valor existente por si, inerente ao conceito do capital – é posta como caráter do próprio processo de produção, inclusive de acordo com os seus elementos materiais e seu movimento material.”²⁴

Mas, se é certo que a situação de trabalhadores como controladores de máquinas em muito já se realizou, não deixa de haver produção de valor, como disse há pouco. Mesmo com por vezes quase total intervenção das máquinas, e com a robotização – e depois ainda a inteligência artificial, na decisão – os trabalhadores continuam a produzir diretamente bens e especialmente serviços com a aplicação de seu trabalho vivo. A previsão de Marx ainda tarda e, entretanto, mantém-se a teoria do valor-trabalho. Sob novas formas e com uma enorme alteração da

²⁴ Marx, Karl. “Grundrisse – Manuscritos Económicos de 1857-1858. Esboços da Crítica da Economia Política”. Págs. 929-934. Boitempo Editorial, São Paulo, Brasil, 1ª edição, 2011.

maquinaria na indústria (mas mantendo a maquinaria convencional em muitas indústrias), a relação entre a maquinaria (leia-se agora robôs e computadores) e o trabalhador – um operário com características novas – mantém-se, no essencial, como discutida por Marx. Aliás, a ideia de que o capitalismo digital cria uma forma privilegiada e nova de trabalho e uma nova classe de trabalhadores proprietários de um grande capital humano, porventura com melhoria da sua condição material, é desmentida pelo acentuar concomitante da debilitação global do mundo do trabalho e pelo aumento crescente das desigualdades.

O trabalho imaterial não difere *em natureza essencial* do trabalho material, do trabalho industrial tradicional. O trabalhador, no contínuo de qualificações e de proporção de trabalho material ou intelectual, é uno. Em maior ou menor grau relativo, gasta energias físicas, intelectuais e afetivas. É um contínuo quantitativo e, se é certo que na dialética a quantidade pode gerar qualidade, é preciso ainda demonstrá-lo neste caso. E, afinal, que robôs fabricaram os robôs que fabricaram os robôs e por aí fora? Nunca interveio o operário nessa cadeia de produção?

Finalmente: o capitalismo é global e não pode ser analisado com fragmentação. A industrialização nos países periféricos é a outra face da economia digital dos países desenvolvidos²⁵. Ela em nada se assemelha à atual vaga de digitalização e automação da produção dos países desenvolvidos, mantendo as linhas de montagem e as “sweatshops”. As redes informáticas correm em paralelo com outra rede de canalização, por onde circula mais-valia, num só sentido, da periferia para o centro. Ao mesmo tempo, também é sugado o “capital humano” que se vai formando nos países subdesenvolvidos.

²⁵ No caso da China, a produção avançada de alta tecnologia e automação coexiste – e depende diretamente dela – no mesmo país com a indústria tradicional com condições de trabalho muito semelhante às dos restantes países periféricos.

XII

A estrutura de classes

A metamorfose atual do capitalismo – financeirização extrema, globalização, efeitos do desenvolvimento tecnológico – trouxe consigo alterações consideráveis da estrutura de classes. Se essas mudanças morfológicas são cruciais para o entendimento da situação que é necessário para o traçado de novas linhas estratégicas da luta transformadora, de pouco servem se não se tiver em conta os sujeitos dessa luta, enquadrados na estrutura de classes.

Como atores políticos que dizem seguir a perspectiva dialética da História de que as grandes mudanças, com novos modos de produção, têm como motor a luta de classes, os partidos de classe têm de saber quais, neste momento, são as forças e os interesses da(s) classe(s) que representam, qual o grau do seu papel na determinação do processo histórico e quais as outras classes com que devem convergir para a construção de um *bloco histórico*, no sentido gramsciano.

Antes do mais, é necessário acentuar que, numa perspectiva dialética, a estrutura de classes está constantemente relacionada com o processo permanente da sua formação. As classes não preexistem ao respectivo modo de produção e, por outro lado, vão-se modificando não só pelos fatores estruturais do capitalismo mas também pelo próprio processo de conflito de classes. Neste conflito, há interação entre as classes como agentes do conflito e os resultados dos processos de luta. Assim, há também um componente ideológico e de consciência de classe que é importante para a própria definição de classes, não obstante esta ter como base essencial o seu lugar e o seu papel no processo produtivo e na atividade social em geral. O processo de classes, como qualquer processo social, não tem existência a não ser como lugar de convergência das influências exercidas por todos os demais processos sociais, tanto económicos como superestruturais.

Da mesma forma, há um fator dinâmico muito importante a exigir atualização constante da análise de classes: a porosidade atual das classes, com osmose social. O que era impensável no tempo de Marx é hoje

realidade, embora longe de ser a regra: é possível a transferência entre classes, principalmente a nível intergeracional (muito menos a nível intrageracional). O filho de um trabalhador assalariado ou de um pequeno burguês tem hoje mais acesso, por exemplo, à educação superior, o que lhe confere uma vantagem posicional no mercado de trabalho ou lhe permite mesmo ser um pequeno empresário. A educação funciona hoje como “elevador social”. Este facto não tem significado apenas teórico analítico, porque também determina alterações na consciência de classe, na ideologia e no comportamento eleitoral.

A sociologia convencional, bem como as organizações políticas internacionais, tende a privilegiar uma classificação das classes fenomenológica e quantitativa. As classes são distinguidas em função de vários parâmetros sociológicos, que nem sempre compõem uma matriz inteligível e com efeitos operacionais. Podem ser o nível de rendimento, a qualificação escolar, a profissão, o grau de trabalho intelectual versus manual ou de rotineiro versus criativo, até mesmo aspetos subjetivos dificilmente classificáveis, como as aspirações e objetivos de vida ou as conformações ideológicas.

Um exemplo bem conhecido é a análise de Max Weber, que, rejeitando as relações sociais de produção como critério essencial, privilegia uma perspectiva essencialmente sociológica, valorizando aspetos tais como o “status” social, o prestígio e a posição no mercado como consumidores.

As definições de classes meramente descritivas parecem-me pouco produtivas e desligadas da perspectiva da dinâmica social, em particular da dinâmica de conflito. Politicamente, só servem de base a uma perspectiva de política universalista, aclassista. O que interessa mais é a análise das classes na estrutura da produção, onde se colocam as forças e as dinâmicas dos processos históricos. As classes não são uma abstração analítica e representam forças sociais com consequências reais, pelo que a sua análise é indispensável para se poder compreender as lutas e mudanças sociais e para se poder desenvolver estratégias para o socialismo, que dependem da perceção que se tem do que é hoje a classe trabalhadora — o proletariado, para usar a terminologia clássica - e

como ela se relaciona com outras classes, em conflitos e em alianças.

Esta perspectiva dinâmica impede uma visão fixista de cada classe. Repito que elas não são pré-determinadas, antes se vão formando durante o próprio conflito de classes, numa relação dialética. O conflito estrutura a classe e esta estruturação, por seu lado, reforça a luta de classes. Como escreveu Marx na secção V (“As Greves e as Coligações dos Operários”) do capítulo II de “A Miséria da Filosofia”, “as condições económicas primeiro transformaram a massa do povo do país em trabalhadores. A combinação de capitais criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Essa massa, portanto, já é uma classe contra o capital, mas ainda não *para si mesma* ¹. Na luta, da qual observamos apenas algumas fases, essa massa une-se e constitui-se como uma classe para si mesma. Os interesses que defende tornam-se interesses de classe. Mas a luta de classe contra classe é uma luta política.” Note-se também que esta visão dinâmica de Marx vem mais uma vez desmentir as leituras deficientes no sentido de que o marxismo se baseia estritamente num determinismo económico.

Muitos críticos do marxismo, aqueles que deixam transparecer facilmente a sua iliteracia em relação à obra de Marx, referem sistematicamente o que consideram a ultrassimplificação de só se considerarem duas classes, a burguesia e o proletariado. Claro que é uma caricatura sem sentido. Em primeiro lugar, até nem é verdade que Marx só tenha considerado essas classes. Há na sua obra discussões frequentes de outras classes, nomeadamente a pequena burguesia, os intelectuais ou o proletariado lumpen. Por outro lado, e o que é mais importante, a divisão nas duas principais classes ² exprime apenas o conflito essencial que determina a evolução da História, na era do capitalismo, o que pode realmente fazer correr o risco de uma visão “macro”. Mas focar as luzes do palco nos solistas não significa esquecer o coro ou os figurantes.

Deve-se reconhecer que Marx deixou escrito muito mais sobre o

¹ Isto é, ainda é uma “classe em si mesma”, apenas no plano objetivo.

² Mais corretamente três, segundo O Capital - Volume III, e sem contar com a classe espúria da pequena burguesia: trabalhadores assalariados (proletários), capitalistas, e proprietários fundiários.

conflito de classes do que sobre a estrutura de classes. Em analogia médica, fala mais de fisiologia do que de anatomia. É certo que “O Capital” está cheio de referências às classes sociais, mas a sua discussão específica limita-se a um capítulo incompleto habitualmente não incluído no volume I e ao curto capítulo 52 do volume III, já da responsabilidade de Engels. Todavia, sendo centrais as relações de trabalho em toda a obra de Marx, elas próprias permitem a compreensão da formação das classes sociais desde o nascimento do capitalismo e, por extensão e uso criterioso da metodologia marxista, a análise da estrutura de classes no mundo de hoje.

Nesse capítulo do volume III, são consideradas três classes típicas, em função da propriedade e da origem dos proveitos: os proprietários do trabalho, do capital e das terras, que recebem, respetivamente, salário, lucro e renda, e que são os trabalhadores, os capitalistas e os proprietários fundiários. Mas também se escreve:

“(...) A estratificação de classes não aparece na sua forma pura. Os estratos médios e intermediários, mesmo aqui, obliteram as linhas de demarcação por toda parte (embora incomparavelmente menos nas zonas rurais do que nas cidades). No entanto, isso é irrelevante para nossa análise. Vimos que a tendência contínua e a lei de desenvolvimento do modo de produção capitalista é cada vez mais separar os meios de produção do trabalho, e cada vez mais concentrar os meios de produção dispersos em grandes grupos, transformando assim o trabalho em salário-trabalho e os meios de produção em capital. (...) A primeira pergunta a fazer é: o que constitui uma classe? - e a resposta a isto decorre naturalmente da resposta a outra questão, a saber: o que faz os trabalhadores assalariados, os capitalistas e os latifundiários constituírem as três grandes classes sociais? À primeira vista - a identidade das receitas e fontes de receita. (...) Porém, desse ponto de vista, médicos e funcionários, por exemplo, também constituiriam duas classes, pois pertencem a dois grupos sociais distintos, sendo que os membros de cada um desses grupos recebem suas receitas de

uma única e mesma fonte. O mesmo também seria verdadeiro para a fragmentação infinita de interesse e posição em que a divisão social do trabalho divide os trabalhadores, bem como os capitalistas e proprietários de terras”.

De qualquer forma, a estrutura de classes nos tempos de Marx era pouco complexa. Para além das duas grandes classes, burguesia (incluindo aqui os rentistas) e proletariado, só tinha relevo a pequena burguesia — artífices, comerciantes e pequenos agricultores proprietários com explorações familiares — que possuía os meios de produção mas que não obtinha rendimento por exploração da mais-valia. Além destes, os técnicos, os enquadradores de trabalho, os funcionários, os militares e polícias e os trabalhadores dos escassos serviços públicos tinham pouco importância. Daí a irrelevância das classes não fundamentais — classes secundárias ou subordinadas, na terminologia marxiana — para a análise de Marx.

A situação atual é radicalmente diferente. Mesmo que se aglutinem ao proletariado tradicional outras camadas de trabalhadores assalariados — por exemplo, do comércio e serviços — ainda fica um enorme conjunto de profissionais de difícil classificação: administradores e gestores; quadros técnicos e profissionais liberais (frequentemente acumulando ambas as situações); assalariados das atividades não produtivas, como a banca e outras instituições financeiras ou os serviços públicos; quadros e trabalhadores das atividades de alta tecnologia; intelectuais; proprietários de pequenas empresas que empregam trabalhadores assalariados, profissionais por conta própria; etc..

O que têm em comum e o que separa todos estes grupos? A linguagem comum e mesmo analistas menos exigentes arranjam uma solução enganadora: a classe média, a que já repetidamente me referi. Começa por ser uma noção principalmente descritiva, com influência weberiana, muito baseada no nível de rendimento e nos hábitos, nomeadamente os padrões de consumo. É um termo e uma categoria que serve para tudo, nela cabendo as mais variadas interpretações. Não é possível tratar uniformemente um conjunto tão vasto e tão diversificado em rendimento, nível educacional, responsabilidade social e técnica,

lógica aspiracional, para só se falar na perspetiva fenomenológica. Mais ainda se quisermos enquadrar essa massa heterogénea em termos de lugar no processo social de produção. Esta dificuldade leva alguns a usar o termo no plural, “classes médias”, o que de nada adiante se cada uma dessas classes médias não for bem definida.

A falta de uma análise de classes, tanto posicional como relacional, é um dos principais défices da esquerda atual. Incluindo agora a social-democracia na esquerda, é manifesto que ela nem sequer se preocupa com a análise de classes, sendo os seus partidos interclassistas, “catch all” e por isso incapazes – ou não o querendo fazer – de contemplar na ação política os conflitos de classes. Privilegiando a atividade institucional, basta-lhe a fenomenologia sociológica eleitoral, em que tem cabimento a noção de classes médias. Diferentemente, o marxismo defronta-se hoje com o problema essencial – também para a prática política – de elaborar uma nova análise de classes que forneça o enquadramento das ditas “classes médias” e, por outro lado, a noção atualizada da natureza e composição do proletariado.

Para um marxista moderno, é necessário compatibilizar dois aspetos fulcrais. Por um lado, aceitar que a aparente simplificação do sistema de classes em Marx, justificável em termos do seu objetivo fundamental de explicar o modo de produção capitalista, conduz hoje a um impasse, não contemplando a complexidade social derivada da evolução técnica e diversificação da atividade económica. Por outro lado, considerar obrigatoriamente algumas premissas que me parecem ser o mínimo para se poder invocar a filiação marxista de uma nova proposta: 1. considerar que a estrutura de classe é o princípio organizativo das sociedades; 2. dar primazia ao social sobre o técnico, à produção sobre o mercado; 3. ter como primeiro critério, obrigatoriamente, a propriedade dos meios de produção e a obtenção de mais-valia sem prejuízo da consideração de outras formas secundárias de dominação; 4. que as relações entre classes são essencialmente relações de antagonismo; 5. que, por isso, as demarcações entre classes devem coincidir com linhas de demarcação dos conflitos; 6. considerar que a formação das classes é um processo dinâmico e dialético, sem pré-definição e interligado com

os processos de conflito.

Acresce ainda o princípio básico de qualquer classificação científica segundo o qual nenhum elemento de um grupo pode ter maior afinidade com um elemento de outro grupo do que com qualquer elemento do seu próprio grupo.

Também é necessário evitar o risco de academismo, pretendendo levar tão longe a análise que resulte numa fragmentação excessiva da estrutura das classes secundárias ou subordinadas, que pode causar confusões por não ter reflexos na sua importância nos processos históricos reais. As classes não se podem confundir com simples grupos profissionais ou setores definíveis exclusivamente em termos de divisão técnica do trabalho.

A ênfase no processo produtivo como determinante da estrutura de classes marca a abordagem marxista. Desde a segunda metade do século XX que é um importante tema de estudo para muitos pensadores marxistas, mas não há um consenso e as teses são muitas vezes contraditórias. Uma tendência marcada é para se tentar encaixar as “novas camadas” numa das classes tradicionais. Num extremo, todos os assalariados seriam incluídos no proletariado. No oposto, as “novas camadas”, as tais novas classes médias, fariam parte da pequena burguesia. A meu ver, ambas as perspectivas são erradas, por reducionismo.

Os muitos marxistas que têm estudado a estrutura de classes, nas últimas décadas, divergem nos critérios de classificação. Uns baseiam-se fundamentalmente na distinção de classes consoante sujeitos ou objetos da apropriação de mais-valia, ou na natureza do trabalho – produtivo ou não produtivo – ou na simples propriedade dos meios de produção. Podem ir a posições tão rígidas como a de Nicos Poulantzas ³, que só considera o trabalho produtivo material como critério de inserção na classe trabalhadora, o que relega todos os outros assalariados para uma gigantesca e amorfa “nova pequena burguesia”.

3 Filósofo grego, 1936-1979, membro do Partido Comunista da Grécia, exilado em Paris. Tem como uma das suas obras principais “Classes in Contemporary Capitalism” (1978), Verso Books, Nova Iorque.

Outros, como Erik Olin Wright ⁴, fazem intervir critérios também de natureza política, por exemplo enfatizando o poder sobre o trabalho de outros mais do que a simples propriedade, ou critérios ideológicos. Por vezes vão à exaustão na enumeração desses critérios, nomeadamente. Critérios weberianos relacionados com o consumo e a educação e, portanto, do número de classes, que torna a estrutura de classes um exercício académico sociológico sem utilidade política, além de poder ser duvidosa a sua invocação marxista.

Os grupos sociais que devemos hoje considerar são cada vez mais numerosos, à medida que a atividade social se vai diferenciando e tornando-se mais complexa. A lista é extensa e torna muito desafiante qualquer esforço de classificação: administradores e “CEO”, gestores de topo e similares; pequenos e médios empresários industriais, comerciais e de serviços que empregam mão-de-obra assalariada; dirigentes e supervisores de vários níveis, na indústria, comércio e serviços; quadros de alto nível do Estado, como dirigentes, militares, magistrados; profissionais independentes, a vários níveis de qualificação; quadros técnicos e intelectuais, assalariados ou não; trabalhadores diferenciados assalariados, criativos e semi-autónomos; funcionários públicos em geral; empregados de escritório, de comércio e serviços; trabalhadores indiferenciados; etc..

Estes grupos sociais não se enquadram linearmente nas três classes tradicionais. São classes propriamente ditas? Há vantagens práticas na sua diferenciação ou é apenas uma questão académica?

Há um grupo que podemos integrar logo como estrato inferior dentro de uma das classes tradicionais, a burguesia. Trata-se do grupo dos administradores ou CEO, que são geralmente assalariados mas de tipo muito particular, não se podendo considerar apenas a remuneração convencional. Começa por serem em geral eles próprios a fixarem o valor dessa remuneração, o que vai contra a lógica do assalariamento e

⁴ Sociólogo marxista americano, 1947-2019. Ver “Class, crisis, and the state”. New Left Books, Londres, 1978. Outras publicações: “Class boundaries in advanced capitalist societies”, *New Left Review*, 1/98, 1976. “Varieties of marxist conceptions of class structures”, *Politics & Society*, 9 (3): 323-370, 1980.

contra os poderes do capitalista. São também frequentemente participantes do capital da empresa, sendo que boa parte do seu rendimento está diretamente relacionado com a acumulação capitalista, por resultar – em bônus, prémios ou atribuição de posse de ações – da distribuição dos lucros da empresa. Embora não detentores de capital, entram no processo geral de retorno do capital. Finalmente, os seus interesses grupais e a sua norma ideológica são muito próximos dos da burguesia. Não parece desrazoável, portanto, considerá-los hoje como o estrato ou camada inferior da burguesia.

Da mesma forma, e embora não seguindo a distinção que Marx faz, na parte 4 do Volume III de “O Capital” entre a burguesia propriamente dita e as classes “subordinadas” (grandes proprietários rurais, agentes financeiros e mercadores), a prática permite hoje, mesmo que sem rigor teórico no que respeita à diferente forma de obtenção de proveitos, aglutinar essas classes subordinadas na burguesia. Isto parece justificado, nesta época de grande preponderância do capitalismo financeiro e em que também o comércio está centralizado em empresas gigantescas. Por outro lado, a financeirização também aproximou os novos rentistas da bolsa e os tradicionais rentistas agrários.

No outro extremo, também é fácil incluir no proletariado a camada dos trabalhadores manuais indiferenciados, embora distribuídos tanto por atividades produtivas (serventes e outros) como por não produtivas (por exemplo, o serviço doméstico ou de limpezas em geral). Como veremos adiante, esta dicotomia tem pouca relevância, sendo muito mais importante o facto de serem todos explorados quer em mais-valia quer em mais-trabalho e de serem hoje, objetivamente, as maiores vítimas da globalização, como já vimos. Recorde-se que os imigrantes constituem uma proporção muito significativa deste estrato do “novo proletariado”.

As crescentemente degradadas e indignas condições de trabalho criadas principalmente pelas políticas neoliberais e pela globalização levaram à proposta de Guy Standing ⁵, acarinhada por alguma esquerda

⁵ Standing, Guy (2014). “The Precariat: the new dangerous class”. Bloomsbury, Londres.

radical ⁶, da emergência de uma nova classe, o “precariado”. Seria composta pelas pessoas que têm em comum a precariedade nas relações de trabalho, a vulnerabilidade nas relações de distribuição e a marginalidade nas relações com o Estado. Traduz-se em baixos salários, em atividade irregular, quase em regime de jorna, em excesso de tempo de trabalho, em condições degradantes em que frequentemente ele é exercido. De facto, ninguém nega que esta situação no mundo do trabalho é cada vez mais visível, que tem grande importância económica, social e política e que deve merecer grande atenção por parte da esquerda. No entanto, não se vê como ela se diferencia em termos de classe, entendida essencialmente como dependente do lugar ocupado nas relações de produção. Julgo que todos os critérios essenciais permitem integrar o chamado precariado na classe trabalhadora, sem prejuízo de constituir nela uma camada inferior, mas nem sempre bem demarcada.

Uma proposta alternativa

A minha preocupação central é a de inserir numa classificação de índole marxista as impropriamente chamadas classes médias e de atualizar, na perspetiva do conflito essencial do capitalismo, a noção de proletariado. Repito que não uso a designação “classes médias”, pela conotação weberiana que já discuti atrás. Por outro lado, quero evitar uma distinção total em relação às classes fundamentais, o que vai contra a natureza mista e contraditória dessas chamadas classes médias. O termo que me parece mais significativo – embora me pareça que não vingue na prática – é o de “classes de intersecção”, que aponta para a sua natureza essencial: partilharem cada uma características definidores, em diferentes graus, com duas ou mesmo três das classes fundamentais.

Faço intervir critérios económicos objetivos e critérios subjetivos, de superestrutura. Este é um problema central do marxismo, o da interação dialética de ambos os níveis. Discutirei isto no capítulo XVI – Remarxizar o marxismo, mas aqui fica a prevenção d que, sem considera-

⁶ Por exemplo, em Portugal “precariado” entra frequentemente no léxico do Bloco de Esquerda.

ção dessa relação essencial, fica coxa uma análise marxista da estrutura de classes.

Tentando uma síntese do que não é contraditório em posições dos marxistas que têm estudado a moderna estrutura de classes e admitindo algum ecletismo, apresento na tabela seguinte o que penso serem os principais critérios definidores dessa estrutura.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1 Burguesia	C	+	-	+	+	+		B	+
1' Administradores	C	±	±	±	+	±		B	+
2 Pequena burguesia	S	+	-	+	-	-		T	-
3 Trabalhadores	C	-	+	-	-	-	R	T	-
4 Pequenos em-	H	+	-	-	+	+		B/ -	±
5 Profissionais inde-	C	-	-	-	-	-	C	B/ -	±
6 Dirigentes e supervi-	C	-	+	-	+	-	C	B	+
7 Técnicos e intelectu-	C	-	±	-	±	-	C	T	
8 Técnicos de base	C	-	+	-	-	-	C	T	-

Os critérios de caracterização das classes que adotei são os seguintes:

- A) Modo de produção (C - capitalista; S - produção simples de mercadorias e serviços; H - híbrido).
- B) Propriedade dos meios de produção.
- C) Trabalho assalariado.
- D) Controlo da aplicação do capital-dinheiro e do capital fixo.
- E) Controlo social (não técnico) do trabalho de outros e participação na reprodução social (garantia da apropriação e do funcionamento do poder político).
- F) Exploração (apropriação de mais-valia ou de mais-trabalho).
- G) Natureza do trabalho, criativo (C) ou de rotina (-).

H) Interesses convergentes com a burguesia (B) ou com os trabalhadores (T).

I) Caracterização ideológica, em termos de contribuição significativa para a construção da hegemonia ideológica e cultural da burguesia, por meio das suas classes ideologicamente subsidiárias (ou não fosse eu um confesso seguidor da importância gramsciana da esfera cultural e ideológica).

Note-se que não considereei como critério a dualidade de trabalho produtivo ou não produtivo. Ele era o essencial nas relações capitalistas no tempo de Marx, mas é exatamente baseando-me em Marx que estendo o critério definidor de classe trabalhadora, ultrapassando a noção tradicional de classe operária:

“A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais-valia. O operário não produz para si, mas para o capital. De modo que já não basta que ele, pura e simplesmente, produza. Ele tem de produzir mais-valia. Só é produtivo o operário que produz mais-valia para o capitalista *ou que serve para a autovalorização do capital* [itálico meu]. Se é lícito colher um exemplo fora da esfera da produção material, um mestre-escola é operário produtivo quando, não só cultiva as cabeças das crianças, mas se esfalfa para enriquecimento do empresário. O facto de o último ter investido o seu capital numa fábrica de ensino, em vez de numa de salsichas, não altera nada na relação.”⁷

Com base nessas características que mostro na tabela, de natureza diversa mas sempre com significado estrutural sócio-económico ou relevantes para o componente cultural e ideológico, considero as seguintes classes:

I. Classes fundamentais:

1. *Burguesia*: proprietários de grandes (e médias-grandes) empresas industriais, financeiras, comerciais e de serviços, bem como proprietários fundiários e rentistas. Incluindo 1°. administradores, “CEO”, ou-

⁷ Marx, Karl, “O Capital” (1867). Edições Progresso-Editorial Avante!. Moscovo-Lisboa, 1990. Pág. 740.

tros beneficiários de distribuição direta de mais-valia extraída pela empresa.

2. *Pequena burguesia* tradicional: artesãos, comerciantes, pequenos proprietários ou rendeiros agrícolas e fornecedores de serviços trabalhando individual ou familiarmente, sem assalariados.

3. *Trabalhadores*⁸: operários da indústria, transportes, construção e conservação/reparação; assalariados do setor primário (agricultura e pescas); assalariados da administração das indústrias e assalariados do comércio e serviços, com trabalho de natureza essencialmente não criativa e de rotina; trabalhadores indiferenciados. *Note-se bem o alargamento, diferente da classe operária tradicional.*

II. Classes de interseção:

4. *Pequenos empresários* (ou médio-pequenos), de indústria, comércio e serviços, que empregam um pequeno número de trabalhadores assalariados.

5. *Profissionais independentes*: profissionais liberais, técnicos superiores trabalhando por sua conta, artistas e outros criadores, etc.

6. *Dirigentes e supervisores*: quadros de alto nível, empresariais ou do estado, que asseguram o enquadramento económico-social, político e jurídico do sistema de produção e da sua reprodução, com controlo do trabalho de outros.

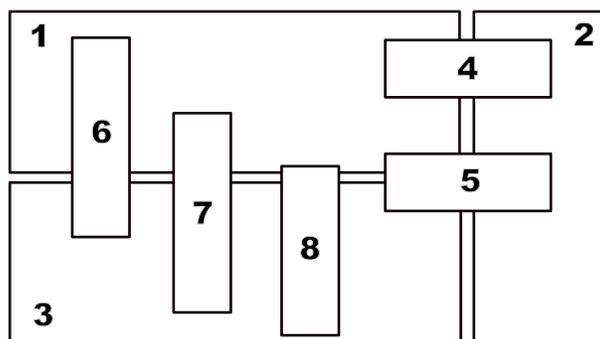
7. *Técnicos e intelectuais*: assalariados com grau considerável de autonomia e que podem desempenhar funções de controlo do trabalho em grau variável mas menos preponderantes do que as funções de mera supervisão técnica.

8. *Técnicos de base*: especialistas diretamente participantes na produção ou noutras atividades económicas e sociais, com semiautonomia (dependência funcional mas capacidade de iniciativa criativa) e sem controlo social do trabalho de outros.

As relações de interseção e de posicionamento relativo entre as di-

⁸ Esta designação não vai contra a noção clássica de proletariado, apenas se adequa mais à linguagem dos nossos dias. Aliás, Marx usa frequentemente os termos “trabalhadores” (“Arbeiter”, que tanto significa operário como trabalhador) e “classe trabalhadora”, indistintamente de “proletariado”.

versas classes podem ser vistas na figura seguinte. Em fundo estão representadas as classes fundamentais e sobre elas as classes de intersecção. No caso das classes 6, 7 e 8 – respetivamente dirigentes/supervisores, técnicos e intelectuais e técnicos de base – a sua posição vertical denota o grau de partilha contraditória com as características da burguesia e da classe trabalhadora.



Este esquema é isto mesmo, um esquema, forçosamente com muita simplificação. Há situações, principalmente respeitantes a algumas profissões, que não têm uma correspondência simples a classes. Veja-se o caso de um professor. Se é proprietário de uma escola, é um capitalista; se só dá explicações, em casa, é um pequeno burguês tradicional. Mas se é empregado por uma escola pública ou privada, como é a maioria, passa a ser um técnico e intelectual e, mesmo assim, com duas possibilidades – ser ou não expropriado de mais-valia conforme trabalhar numa escola privada ou numa pública. Da mesma forma, um médico pode ser de manhã um técnico (trabalhador semiautónomo) num hospital do Serviço Nacional de Saúde e à tarde um pequeno burguês no seu consultório particular ou, mais frequentemente, um pequeno empregador se tiver contratado uma recepcionista no consultório. Esta complexidade torna-se cada vez mais frequente com a empresarialização das atividades intelectuais, em particular das chamadas profissões liberais.

Pode haver também dúvidas sobre a diferenciação como classes individualizadas – também seria admissível a designação de “semiclas-

ses” ou “quase.classes” – das classes 5 (profissionais independentes), 6 (dirigentes e supervisores), e 7 (técnicos e intelectuais). Partilham características essenciais, a nível económico e das relações sociais de trabalho: não possuem meios de produção, não têm domínio sobre a aplicação do capital, não extraem mais-valia ou mais-trabalho e praticam essencialmente trabalho intelectual. No entanto, diferenciam-se significativamente pela capacidade de domínio do controlo do trabalho de outros e pelas suas características ideológicas e, em boa parte, por interesses de classe diferentes. Estas diferenças individualizam mais nitidamente os dirigentes e supervisores mas são mais esbatidas no caso dos técnicos e intelectuais e dos profissionais independentes. Estes, por sua vez, partilham características com a pequena burguesia, fundamentalmente a de não serem assalariados.

* * * * *

A concluir, algumas notas soltas necessárias. Em primeiro lugar, gostaria de ilustrar esta análise com dados concretos sobre a importância numérica relativa destas classes, pelo menos em Portugal. É praticamente impossível apresentá-los para quem não se dedica profissionalmente a este tema da sociologia, tanto mais que a classificação censitária é de difícil tradução em termos de classes sociais, privilegiando os aspetos profissionais e de nível de rendimento. Não consigo transpor esses dados estatísticos oficiais para uma classificação com base na estrutura de classes que apresentei.

Da mesma forma, não me é possível abordar a sua evolução, afinal um tema fulcral para a análise de classes e do seu impacto na definição de estratégias políticas. Para muitos marxistas, apegados às previsões de Marx como se fossem dogmas, há uma tendência inexorável para a bipolarização. Nas classes ou camadas ditas intermédias, os melhor sucedidos tendem a ascender à burguesia, enquanto se assistiria à proletarianização de pequenos empresários ou pequeno-burgueses tradicionais, esmagados pela concentração monopolista. Para outros, pelo contrário, assiste-se ao crescimento dessas classes intermédias ou de interseção, com as modernas tecnologias a fazer aumentar desmesuradamente o

trabalho técnico especializado, o trabalho independente e as atividades de serviços. Sem poder elaborar mais, creio que ambas as tendências coexistem à escala mundial, mas não obrigatoriamente ambas em cada situação continental/regional ou nacional. A evolução aparece mais vincadamente num ou noutro sentido conforme as situações concretas dependentes da globalização.

Também parece corresponder à realidade que, embora os serviços aumentem muito mais de peso, cresce também o trabalho industrial – sob novas formas, como já vimos – e que ambos os acréscimos se fazem à custa de uma grande perda de empregos no setor primário, da agricultura e da pesca.

Parece-me importante ter em conta que a tendência num ou noutro sentido, para ascensão à burguesia e classes afins ou para a proletarização, não é homogénea em relação à distribuição das classes de intersecção. Na posição de intersecção, umas tendem a subir e outras a descer. Isto tem implicações políticas para a definição de estratégias de alianças de classes, algumas importantes para os interesses unitários dos trabalhadores mas outra irrelevantes.

Em relação à figura, parece-me razoável pensar-se na tendência para movimento para cima da classe 6 (dirigentes e supervisores), para baixo da 8 (técnicos de base), de transição da 2 (pequena burguesia tradicional) para 4 (pequenos empresários) e principalmente o grande abaixamento da 3 (no caso dos trabalhadores precários e indiferenciados). O movimento para baixo, que corresponde mais ao que Marx previu para as condições da sua época, pode ter consequências políticas perversas. Em vez de reforçar a classe trabalhadora pode dividi-la porque o ressentimento dos pequeno-burgueses caídos em desgraça e a sua ideologia conservadora pode torná-los presas fáceis do fascismo, nas suas novas formas. A história, mesmo a muito recente, comprova-o.

Finalmente, deve-se acentuar o carácter dinâmico da estrutura de classes e muito em particular no que respeita à definição a cada momento do que é a “classe trabalhadora”. Na prática, ela resulta em muito das alianças variáveis que se vão processando continuamente. Estas alianças influenciam a luta e é na luta que as classes se vão formando,

não sendo entidades pré-determinadas numa perspectiva essencialista. A nova classe trabalhadora vai-se reforçando e homogeneizando à medida que os seus novos membros vão ganhando consciência de classe e motivação para a luta. Se a antiga classe operária já tinha conquistado o estatuto de “classe para si”, aguardemos pela fase em que esta nova classe trabalhadora, ainda objetivamente “classe em si”, se converta novamente em “classe para si”.

XIII

O vazio da esquerda

Há cinquenta anos, a esquerda em sentido lato estava ainda pujante e tinha uma posição política dominante na Europa, governando ou participando no governo de um bom número de países. Ninguém punha em causa, como hoje, a validade da oposição esquerda-direita e o “espírito de 45” ainda estava vivo e com ele se mantinha forte o apoio ao Estado social de bem-estar. O mundo do “socialismo real” inspirava milhões de trabalhadores por toda a Europa e alguns partidos comunistas tinham uma força considerável. O movimento sindical opunha-se eficazmente aos interesses capitalistas. Os fascismos ibéricos morriam, ou revolucionariamente ou de morte natural e a ditadura grega desmoronava-se, incapaz de resistir ao movimento popular e também vítima das suas contradições internas. O fim de quase todos os impérios coloniais fizera-se, na década anterior, sob uma bandeira paralela à da esquerda tradicional e o movimento terceiro-mundista merecia grande atenção, com o apoio institucional do movimento dos países não-alinhados.

Nos últimos anos, embora com oscilações, temos assistido a algumas manifestações significativas de vida da esquerda, nomeadamente na América Latina, nos países do norte de África e até mesmo nos Estados Unidos com os movimentos de apoio às candidaturas de Bernie Sanders. Depois, a reconquista do poder pelo movimento popular da Bolívia e a vitória popular de base no processo constituinte do Chile. Mesmo assim, os avanços sócio-políticos em alguns países da América Latina não afetaram significativamente o capitalismo. Tiraram muita gente da miséria mas não reduziram a percentagem do capital no produto nacional.

Entretanto, a esquerda da velha Europa contrai-se, definha, dilui a sua identidade e não dá resposta à imensidade de novos problemas essenciais que acompanham as profundas mudanças económicas, sociais e tecnológicas que tenho vindo a discutir. Os partidos de esquerda tendem cada vez mais a concentrar os seus esforços na luta eleitoral e na ação política institucional, no parlamento e nas autarquias, esvaziando

o espaço da mobilização popular, dos movimentos de massas (com exceção do sindical) e da construção da hegemonia nos variados campos da cultura, da informação e da ideologia.

A limitação a uma visão reformista para um prazo de que não se vê o termo, mais, por outro lado, a noção fatalista de que não há alternativa ao sistema, um novo TINA, conjugam-se para um resultado geral de alheamento, desconfiança da política, egoísmo, com tradução clara até no abstencionismo eleitoral, muito mais no abstencionismo em relação à atividade política em geral. Os instrumentos de luta são cada vez mais débeis e a parésia nem se limita à ação, parecendo atingir também o pensamento. Não se luta contra o sistema e quase parece que nem sequer se pensa contra ele.

O esvaziamento da esquerda social-democrata — que muitas vezes permite a dúvida sobre a validade da sua denominação como de esquerda — é um esvaziamento eleitoral, na generalidade dos países europeus, mas é principalmente político-ideológico. Diz-se tudo num parágrafo. Começou por deixar de pôr em causa o capitalismo, mesmo que antes fosse só retórica e convive com ele com a condescendência que se tem para com um filho de mau carácter mas que ainda se espera educar. O “Thatcher de calças” e os seus companheiros por toda a Europa renderam-se ao consenso ordoliberal alemão, alinharam com o uniformismo da União Europeia e, no plano internacional, com o imperialismo e a globalização. Alienaram o apoio dos trabalhadores e converteram-se, muitas vezes, em partidos de quadros ligados à burguesia e aos seus interesses. Com a fugaz exceção do governo português da “geringonça” (2015-2019) e do governo PSOE-UP na Espanha, a social-democracia europeia entende-se muito mais facilmente com a direita e, na prática, até é condescendente com a crescente onda ultradireitista. Julgo que não é preciso dizer mais.

Quem escreve este livro lamenta muito mais o concomitante esvaziamento da esquerda anticapitalista. Tem havido alguns momentos de otimismo mas efémeros. A vitória do Syriza em 2015, num momento em que parecia haver as condições favoráveis de uma grande mobilização popular, traduzida também no resultado do referendo de julho, re-

dundou na rendição desonrosa de Tsipras perante os ultimatos da União Europeia – e sem a solidariedade da esquerda social-democrata europeia. A erupção do Podemos em Espanha podia fazer pensar numa nova via, de conjugação entre um partido novo e o elã de base que vinha do movimento de 15 de maio. Entrada de leão e saída de sendeiro, de um partido com pouca clareza, muita ambição irrealista, uma mistura de retórica de basismo com centralismo real em torno de uma personagem carismática e, por fim, a queda numa colaboração menorizante com um PSOE europeísta e centrista, paga com um notório desgaste eleitoral. No Reino Unido, foi breve o retorno do trabalhista às suas raízes populares, com a indecisão de Corbyn em relação ao Brexit e a sua derrota pelos setores mais direitistas do partido, divorciados da base operária e de outros trabalhadores.

A situação não é melhor em Portugal. É certo que o domínio neoliberal é de tal monta que se torna muito difícil uma ação consequente de esquerda anticapitalista, mas é por isto mesmo que ela é mais necessária. Apesar de esta ser obrigatoriamente uma impressão subjectiva, parece claro que a esquerda da esquerda está enquistada, na defensiva e incapaz de uma resposta efetiva à grave situação económica, social e política que vivemos desde a crise de 2011.

Juntos, o Bloco de Esquerda (BE) e o Partido Comunista (PCP) não costumam chegar eleitoralmente sequer aos 20%, nos seus melhores momentos eleitorais da última década. No plano autárquico, o BE não é praticamente nada e o PCP, de eleição para eleição, perde bastiões importantes e com grande significado sociológico, em termos de classes. A força sindical do PCP estiola-se com o próprio enfraquecimento do movimento sindical, sujeito à vulnerabilidade de um número cada vez maior de trabalhadores e também, crescentemente, ao divisionismo sindical. O outro partido que se poderia ter em conta, o Livre, é pouco mais do que um grupo de amigos, nascido em torno de uma figura com muito de inconsequente e que nunca se mostrou uma alternativa possível ao Partido Socialista, por quem parece ter uma atração fatal, um amor platónico inconfessado.

Mesmo que haja ainda bastante ação no terreno das lutas popula-

res por parte do PCP, até este partido, e muito mais o BE, tendem a ser partidos institucionais, com uma imagem de ação que as pessoas identificam estritamente com a política tradicional, com as pequenas lutas partidárias, com a política do quotidiano, sofrendo com isto o desgaste da atitude muito alargada de descrédito deste tipo de política por parte de muitos setores da opinião pública. As lutas sociais enfraqueceram notoriamente, bem como os movimentos de base e os partidos não conseguem incentivar experiências concretas de democracia participativa, a partir da base popular.

No caso do PCP, a situação de crise — creio que é correto usar o termo - embora seja uma crise rastejante e pouco visível, mas nem por isto menos tóxica, é agravada pelo efeito devastador que teve o colapso do mundo comunista. É certo que o partido criticou em devido tempo a prática política do PCUS e dos seus satélites, mas isto não apagou a memória do apoio ao golpe do verão de 1991 e nunca levou a uma proposta clara de alternativa da conceção geral do que deve ser e por que deve lutar um partido comunista, em resposta aos erros que marcaram a imagem generalizada do sistema comunista. Quem conhece o PCP consegue ler a sua linguagem codificada e perceber alguma crítica, mas isto não está ao alcance do homem comum. O PCP tem o direito de manter o seu marxismo-leninismo tal como o concebe mas o preço que paga é elevado, segundo creio. Na prática, justa ou injustamente, tem grande dificuldade em contrariar a opinião geral de que é um partido envelhecido.

Em toda a esquerda, não se lê um discurso mobilizador, não se vislumbra claramente uma estratégia para além da pequena luta política quotidiana. Propostas que eram tipicamente sociais-democratas no século passado são hoje o que de mais avançado pode conceber a esquerda radical, nas presentes condições. Entenda-se que não estou a desmerecer o esforço necessário e a dificuldade em muitas dessas lutas, na atual relação de forças. Simplesmente, as coisas são como são e, objetivamente, essa dificuldade traduz-se na circunscrição da luta aos problemas imediatos, sem uma visão a longo prazo.

Junto com a ausência de bandeiras programáticas realmente mobi-

lizadoras, vem acrescentar ao vazio da esquerda a relativa debilidade do combate ideológico, tão importante hoje quanto o domínio de classe se faz muito mais pela hegemonia ideológica e cultural, com instilação de um “senso comum” favorável à aceitação do sistema. É sabido que a comunicação social só admite vozes de esquerda na medida estritamente necessária para se apresentar como aparentemente pluralista. Mas também é igualmente certo que os partidos não dirigem fundos e recursos humanos para uma comunicação social alternativa. Nem sequer os seus jornais partidários atingem grandes públicos para além dos militantes e simpatizantes e os seus conteúdos, com raras exceções, cobrem apenas acontecimentos de atualidade e não fazem pedagogia política geral nem formação ideológica.

A imprensa oficial dos partidos de esquerda anticapitalista (Avante! e jornal “online” Esquerda.net) é fraca e supletiva, não substituindo a comunicação social dominante como fonte básica de informação e notícias. No entanto, devendo reconhecer isto e a desinformação a que os seus leitores estão sujeitos, nunca faz a necessária ação de contra-desinformação. O Avante!, no essencial, limita-se a noticiar o que a restante comunicação menospreza ou voluntariamente omite, isto é, as lutas dos trabalhadores e as iniciativas do PCP. Por seu lado, o Esquerda.net ainda é menos coerente, publicando um conjunto eclético de notícias e artigos de opinião que tenta cobrir, confusamente, a profusão de temas que enchem o discurso político do BE. Valha ao Esquerda.net que, de vez em quando, publica dossiês ou artigos de interesse teórico, nomeadamente sobre perspectivas atuais do marxismo, enquanto que a revista do PCP, O Militante, raramente (porque não posso em rigor dizer nunca) publica textos de verdadeira reflexão teórica. Parece querer levar ao limite a ideia de que a formação ideológica é feita na prática da luta política. Claro que sim, em boa parte, mas com instrumentos que têm de ser adquiridos e experimentados com muita antecedência e com base na reflexão teórica a olhar para a prática.

Entretanto, a direita, que já dominava os instrumentos de informação e desinformação, deixou de atuar apenas no campo político, como era seu hábito, para fazer também um discurso ideológico e cultural.

Historiadores, economistas e politólogos da chamada “nova direita” invadem o espaço de opinião da comunicação social e começam a realizar-se múltiplos encontros ou colóquios de reflexão que já desviam para o domínio da discussão teórica e ideológica questões antes tratadas exclusivamente no combate político, como o Estado social de bem-estar, o investimento público e a austeridade, a liberdade da iniciativa privada contra a intervenção do Estado, a própria reabilitação de aspetos parcelares do salazarismo. Começa a desenhar-se, teoricamente, uma versão de direita de um “projeto de país”. A esquerda alerta contra isto, mas mais importante é oferecer uma alternativa real. Não esqueçamos uma velha “boutade”: a direita nunca ganha; a esquerda é que perde.

Tudo isto, este retrato do vazio da esquerda – principalmente na Europa – vai escrito com tristeza mas não com pessimismo. A história do movimento popular é feita de avanços e refluxos e cada fase pode demorar muito tempo. O que é importante é que, mesmo no refluxo, quando cai uma “obscuridão escura”, alguém mantenha sempre uma luz a iluminar um caminho possível. A parte que se segue neste livro pretende mostrar que, mau grado o desalento e a melancolia da esquerda, há sempre esses caminhos possíveis, mesmo que alguns os possam considerar utópicos. Utopia, hoje.

Quarta Parte

PROPONDO

XIV

Anticapitalismo, a pedra de toque

Para quem concorde com o exposto em capítulos anteriores, sobre o capitalismo e a sua ideologia dominante, neoliberal; para quem tenha a ideia de que eles devem ser o objeto essencial da denúncia que precede a antecipação de uma utopia-hoje, o anticapitalismo é a pedra de toque de uma atitude coerente de esquerda (aceitemos agora, por exercício, que este termo não tem ambiguidade).

A pedra de toque é a resposta a uma pergunta linear: a transformação social de fundo é compatível com a manutenção do capitalismo, reformado, ou corrigido, ou humanizado, ou lá o que se queira chamar?

Desde os tempos das primeiras cedências revisionistas do marxismo, em boa parte coincidentes com o alinhamento das maiorias sociais-democratas com o imperialismo nacional-belicista da Grande Guerra de 1914-18, o capitalismo conseguiu fazer-se aceitar como indiscutível, embora sujeito a visões corretivas dos seus males. É uma das maiores conquistas do capitalismo, ter-se tornado hoje “indiscutível” para a grande maioria das pessoas, para o sentido comum, mesmo para a grande maioria dos que são vítimas do sistema e por ele explorados e alienados. Recorde-se a máxima lapidar de Fredric Jameson, “é mais fácil imaginar o fim do mundo do que imaginar o fim do capitalismo”.

Ao longo do século XX, e ainda hoje, diversas correntes de esquerda ou socialistas defenderam a possibilidade de transformação social no quadro do capitalismo e também a possibilidade de emancipação, nesse quadro, dos trabalhadores e dos povos, de luta pelos direitos das minorias e do direito à diferença. Um capitalismo em processo de reforma por pressão “revolucionária” das massas. Enfim, um capitalismo domesticado. É uma visão idílica que viola tudo o que se manifesta como racionalidade essencial do capitalismo e da luta de classes, contrária ao

quase princípio natural da resistência ao suicídio, coisa essencial para a biologia.

A esquerda; ou as esquerdas

A esquerda mostra um contínuo de posições de fundo em relação ao capitalismo. Não falo das posições em relação aos males e consequências sociais do capitalismo mas sim em relação ao capitalismo por si próprio, como sistema social e económico ou, se quiserem, para usar a terminologia clássica marxista, como modo de produção.

A noção de esquerda é fluida e sofre muito com a conjuntura. Foi essencial na resistência comum ao fascismo – aliás mais ampla do que a própria esquerda – e reaparece, justificando-se a bandeira da unidade ou convergência da esquerda, em outras fases mais recentes da luta contra os ataques aos avanços sociais, aos direitos, à vida democrática, como aconteceu em Portugal na recuperação da ofensiva austeritária do tempo da “troyka”. Reconheça-se, todavia, que hoje é muitas vezes difícil definir exatamente os contornos da esquerda, quer pela emergência de movimentos com novas perspectivas de esquerda, quer, em contrapartida, pela fuga para a direita ou para um pantanoso “centro” de setores tradicionais da esquerda.

Historicamente, é fácil definir a esquerda original. Desde a Revolução Francesa e a origem do termo pelo posicionamento na sala da assembleia, esquerda é definível, em termos genéricos: solidariedade social, progressismo, igualitarismo, conceito amplo e ligado à prática das liberdades, inovação, abertura à mudança, liberalidade nos costumes, atitude moral aberta e não preconceituosa.

Hoje, esquerda pode ser um conceito demasiadamente confuso, com riscos políticos, a funcionar apologeticamente ou como alibi. Por exemplo, começa-se por se postular a indiscutibilidade da unidade de esquerda, sem a definir e depois encaixa-se nela e nesse postulado o que se tem preconcebido como esquerda ou mesmo o que conscientemente se quer. É uma falácia típica de petição de princípio.

Comece-se pela pergunta agora vulgar: faz sentido falar hoje de esquerda? A discussão pode parecer ideologicamente localizada, mas a

sua atualidade é demonstrada pela repetida afirmação, tanto pela direita como por setores de esquerda populista, de que já não faz sentido falar da dicotomia esquerda-direita, ou que se deve substituí-la, à populista, por os de cima e os de baixo, a “gente” contra a “casta”. Como o leitor se recorda, já discuti a questão do populismo no capítulo sobre “as novas esquerdas”.

É certo que, no fundo, “esquerda-direita”, traduzindo uma oposição no plano político principalmente institucional, embora com raízes mais fundas na ideologia e na percepção pública da política, não é a contradição fundamental. Esta é, sempre foi e continua a ser, “trabalho-capital”. A contraposição esquerda-direita tem vindo cada vez mais a ser contaminada pelo abuso da invocação de esquerda por forças políticas em compromisso crescente com políticas e ideologias conservadoras, neoliberais, e que deixaram de ser uma alternativa clara às forças conservadoras e adversárias do progresso das classes trabalhadoras. Hoje, quando falamos de direita, falamos inequivocamente da direita que o é mesmo. Mas, pelo contrário, quando falamos de esquerda, a realidade trai-nos e faz-nos incluir forças que usam o termo para o descaracterizar e, no fundo, para dificultar a percepção da alternativa real, a de outras forças que verdadeiramente se opõem às políticas neoliberais dominantes.

No entanto, não se leia isto como significando a inutilidade ou a incorreção teórica da noção de esquerda. O tão na moda “já não há esquerda e direita” é um chavão afinal claramente de direita. Esta sabe muito bem o que ela é como direita, ao querer negar a dicotomia. Isto lembra sempre a frase, não recordo de quem, que diz: “quando alguém me diz que já não há esquerda e direita, sei logo que quem o afirma é uma pessoa de direita”. Infelizmente, esta negação também é afirmada por alguns oportunistas de esquerda, provavelmente para se desmarcarem de erros cometidos pela esquerda histórica.

Reconheça-se, todavia, que o uso da dicotomia esquerda-direita, hoje, deve ter alguma flexibilidade. A tese da sua dissolução tem muitas vezes a invocação de causas transversais que apelam aos “homens de boa vontade”, seja qual for o seu quadrante político. É certo que, à di-

reita, haverá muita gente preocupada com o ambiente, com a situação dramática dos migrantes, com a pobreza, com os direitos das minorias (provavelmente menos, por uma questão de moral conservadora). No entanto, o enquadramento ideológico com que veem estas questões condiciona a sua forma de agir.

Mas o que é atualmente a esquerda? O problema, como sempre na história, é que a realidade ultrapassa os estereótipos e as construções mentais. Há uma tendência para se aceitar como sendo o que se diz que é. Um partido diz-se socialista, portanto é de esquerda? Discute-se isto? Quando muito, discute-se a sua prática conjuntural, mas não a sua essência, o que lhe é definidor, independentemente do rótulo ou do que ficou na cabeça das pessoas.

Mesmo que generalizemos o termo esquerda a um conjunto largo na inegável diversidade de esquerdas (tal como consideradas vulgarmente), ainda fica por definir o nível ou o âmbito em que falamos de esquerda. Há uma esquerda social, que reúne as classes e camadas sociais desfavorecidas, que não tem interesse na manutenção do sistema vigente e em que se pode colocar esperanças de desempenhar um papel determinante no processo transformador. Dela falaremos quando discutirmos a questão do bloco histórico.

Há também, com significado mais concreto para as pessoas, uma esquerda “das gentes”, ideológica, e uma esquerda institucional, essencialmente a que respeita aos partidos. Têm um alto grau de sobreposição, mas não total ou, se calhar, cada vez menos total. A correspondência pessoal-institucional é muito forte no lado mais radical da esquerda, mas esbate-se à medida que nos aproximamos do polo tipicamente social-democrata, em que a perda de referenciais importantes de esquerda não é apanágio apenas do partido ou instituição. Nem podia ser, porque os partidos não funcionam no vazio, sem militantes nem eleitores. A esquerda “das gentes” que corresponde, grosso modo, a esse polo partidário é mais ambígua, menos consistente na sua consciência de esquerda. Em contrapartida, tem maior apego à auto-identificação de esquerda do que o aparelho partidário.

A noção de esquerda no sentido ideológico, a tal “esquerda das

gentes”, pode ser muito imprecisa. Pode basear-se até quase só subjetivamente num “sentir-se de esquerda”, afinal uma atitude de rejeição de tudo o que signifique injustiça, exploração, marginalização. Neste sentido, esquerda tem tanto de moral como de político.

Um estudo sociológico ¹ mostrou que, em 14 países dos vários continentes, cerca de 80% das pessoas, em média (87% em Portugal), têm boa noção do seu posicionamento em termos de esquerda-direita. A influência de diversos fatores económicos, sociais e culturais difere significativamente, mas a tendência é para o reforço desse sentimento de identidade em função do nível educacional e da disponibilidade de informação.

A clarificação da noção de esquerda ainda é mais difícil quando se trata do outro nível da categoria, o institucional e partidário. É difícil encontrar-se um mínimo de convergência (com utilidade instrumental) no sentido de um entendimento sobre o local político de cada partido, na divisão esquerda-direita, necessitando-se de nuances como centro-esquerda ou o novíssimo “centro da esquerda”.

Partidariamente, ser-se de esquerda é coisa muito elástica. Toda a gente opina sobre que partido este ou aquele é de esquerda, variando muito na composição do conjunto segundo a simpatia. Em muitos casos, impera uma velha aspiração de unidade antifascista, há muito ultrapassada e que nada diz aos jovens de hoje ². Mais distante também no tempo, tivemos o exemplo de alguma instrumentalização do sentimento de esquerda, com a tese de que era imprescindível – e era, no sentido do bloco histórico – a unidade de esquerda mas que só um partido merecia ser reconhecido por esse desejo de unidade, sempre contrariado pela recusa da unidade por parte do outro grande partido de esquerda. Claro que havia essa recusa, mas também não havia um olhos nos olhos e conversa leal no sentido de uma aproximação unitária.

Esquerda, no sentido institucional, é uma designação que pode ser

¹ Freire, André e Kivistik, Kats (2013). “Mapping and Explaining the Use of the Left-Right Divide”. *Braz Pol Sci Rev*, 7: 61-89.

² Refiro-me apenas ao caso particular do antifascismo em Portugal antes do 25 de Abril. Infelizmente, não faltam hoje razões, por todo o mundo, para uma renovada consciência antifascista.

principalmente tática e conjuntural. Pode ser apelativa, mobilizadora, mesmo que não muito rigorosa. Pode ser usada como bandeira contra a ação conjunta de uma frente do capital, reacionária e regressiva. Neste sentido, por exemplo, deixou-se alimentar entre analistas e jornalistas estrangeiros a ideia de que o governo português de 2015-2019, socialista com apoio parlamentar do Partido Comunista, dos seus aliados Verdes e do Bloco de Esquerda, era um governo de esquerda.

Quem quiser ter uma perspectiva mais sólida e estratégica, para além da conjuntura, deve ser exigente na caracterização da esquerda. Provavelmente, é impossível considerar “a” esquerda a não ser numa perspectiva defensiva, conjuntural, quando estão em risco, perante avanços fascistas ou fascistoides, valores e direitos que já são conquista democrática universal, desde a Revolução Francesa, ou, mais particularmente, reflexos políticos do sentimento de justiça social e de progresso, como o Estado social de bem-estar.

Fora deste quadro histórico especial, pode haver muitas circunstâncias que justifiquem aproximações e mesmo coligações de forças auto-designadas de esquerda e que podem entender-se em relação a plataformas mais ou menos avançadas. Porém, isto não parece contrariar a objetividade de se considerar, pelo menos, duas esquerdas: uma a que já chamei atrás neste livro esquerda em sentido restrito, outra que se pode dizer de sentido lato e que abrange setores muito vastos, de raiz social-democrata ou mesmo liberal.

É certo que um rigor levado ao sectarismo na noção de esquerda tem o risco de poder servir de impedimento a ações práticas de defesa conjunta de direitos e regalias, de proteção das minorias, de luta pela solidariedade e inclusão. É evidente de tudo o que até agora tenho vindo a escrever que não é a minha perspectiva estratégica nem o meu posicionamento de princípio, de forma alguma menosprezando eu a unidade na ação e a convergência institucional no sentido da defesa dos interesses populares.

A postura anticapitalista é o critério essencial da definição de esquerda no sentido restrito. Não é mera questão semântica ou académica. Essa esquerda, herdeira dos projetos transformadores radicais, é

obrigatoriamente anticapitalista. Nenhuma verdadeira transformação, mesmo no sentido do simples Estado social, se encaixa harmoniosamente em qualquer capitalismo “reformado”. Aconteceu no pós-guerra, como necessidade de sobrevivência do capitalismo e como resposta à simpatia popular para com o então prestigiado sistema soviético e grande vencedor da guerra, mas hoje é ilusão. Se nos focarmos mais especificamente na configuração atual do capitalismo, podemos dizer que há uma boa parte da esquerda clássica que hoje faz parte de um grande partido indiferenciado, só com nuances internas, de gestão da mundialização neoliberal.

Da mesma forma, é contra a noção restrita de esquerda a concórdância com o consenso económico dominante, austeritário, neoliberal, do absolutismo das “contas certas”, da contenção extrema da despesa pública. No caso europeu, isto coincide com a aceitação do atual modelo de integração europeia e dos seus ditames cerceadores das soberanias nacionais e populares.

São os dois critérios essenciais que uso, instrumentalmente, para definir a esquerda concreta, nomeadamente no meu país. Sem eles, arrisco-me a cair em discursos românticos sem sentido operacional, isto é, tomando desejos por realidade e confundindo táticas com estratégias. Cada um é livre de romancear, mas não de usar os conceitos fora do seu significado e contexto precisos.

O capitalismo bonzinho

O capitalismo não deve ser visto como uma questão moral, não comporta relações entre indivíduos que se possam reger por regras morais. Não há virtude nem vício, não se pode falar de bondade ou maldade, verdade ou mentira, lealdade ou traição. O capitalismo é uma relação social, em que o que conta é o simples jogo de força entre os contrários. Por isto, o capitalismo não pode ser posto em causa por ações morais; resolve-se no quadro das lutas de classes e blocos históricos, pela organização de uma força coletiva contra o capital e capaz de construir uma alternativa social e económica. A moral em política até pode levar a resultados perversos, por mercantilização do humanitaris-

mo, como tantas vezes se vê.

A incerteza e a ambiguidade na atitude perante o capitalismo acentuam-se em épocas de crise. Ou somos exageradamente otimistas, pensando que os nossos desejos facilmente e em breve se tornarão realidade, ou entramos em pessimismo, em perda de ambição e contentamo-nos com pequenos passos para ligeira mitigação da crise e, no fundo, do sistema que a causa. Até há pouco, antes do atual domínio hegemónico do neoliberalismo, o desvio ideológico mais marcante tinha tonalidade de esquerdismo, de ação reduzida à “frase revolucionária”. Hoje, o pêndulo está na posição oposta, tendo maior importância o conformismo e a cedência de princípios.

Neste nevoeiro ideológico e de vontades, é erro, porventura tranquilizador, confiar acriticamente numa crença quase religiosa sobre a inevitabilidade do fim do capitalismo – a prazo à vista, entenda-se. O determinismo histórico é uma ilusão. Como discutiremos no capítulo sobre o marxismo, as grandes linhas tendenciais da História não significam obrigatoriamente leis naturais. A haver alguma analogia com fenómenos físicos, seria mais com aqueles que são regidos pelos caos, com a sua matemática de equações não lineares e com efeitos de grande imprevisibilidade. Claro que é matéria científica, mas não abordável numa perspetiva positivista estrita.

Também a História não pode ser vista como uma sucessão de acontecimentos encadeados por uma lógica linear. As suas “leis” são tendenciais e não obrigatoriamente preditivas. Daqui decorre uma dificuldade prática, em termos de ação: não se pode atuar segundo uma linha cientificamente bem definida – o que até seria muito menos trabalhoso e desafiante – mas também não se pode permitir que a incerteza, o peso do acaso ou do imprevisível, justifiquem uma atitude de passividade, de resignação perante um devir que se julga estar para além da nossa possibilidade de controlo.

Na crítica ao capitalismo, já é um grande avanço reconhecer-se que é necessário corrigir a distorção que ele provoca na distribuição dos recursos, numa situação paradoxal em que, se distribuídos, os recursos atuais dariam para satisfazer plenamente as necessidades básicas de

todas as pessoas, até mesmo numa noção muito generosa do que é uma necessidade básica. No entanto, na prática política, esta atitude reformista, que não toca no essencial do capitalismo – que só excepcionalmente, quando em risco, condescende com reformas que vão contra a sua própria natureza – acaba por ter efeitos muito reduzidos, quando não é completamente sugada pelo sistema.

Como é possível atenuar a desigualdade num sistema que se baseia estruturalmente na competição? Como pedir a um “sprinter” olímpico que reduza um pouco a sua velocidade para que os competidores o possam acompanhar? É possível conseguir que uma máquina modere a sua velocidade se ela foi projetada para funcionar alimentada por um sistema em aceleração permanente?

Não tem sentido aceitar que a regulação do capitalismo possa ser um mecanismo corretor dos seus males estruturais, nem considerar que, salvo circunstâncias especiais e transitórias — como foi a época da social-democracia no pós-guerra – os mecanismos essenciais do capitalismo, a sua natureza predadora, são compatíveis com a sua disciplina. Tudo isto é a base de uma atitude anticapitalista não reformista.

Mas deve-se fazer uma prevenção importante. Não se ser reformista, como estratégia, de forma alguma significa um esquerdismo infantil que recuse, como irrelevantes, todas as reformas, no concreto e vistas uma a uma. É quase uma lapalissada. Que partido ou movimento que se diga dos trabalhadores ou dos oprimidos se pode abster de lutar por uma mesmo que magra conquista de direitos, de regalias ou de condições de vida para os subalternos? Em termos mais gerais, por analogia, uma guerra não se vence só numa batalha final decisiva. Pequenas batalhas, mesmo escaramuças, reforçam a nossa coesão, animam-nos e desgastam o inimigo.

Não se dê por encerrado este capítulo sem uma perspetivação realista, na prática, da situação atual. Nesta fase de avanço ideológico e político do sistema, na sua versão neoliberal, o movimento popular, o combate anticapitalista estão forçosamente em refluxo, na defensiva, como vimos no último capítulo. Cada pequena luta, cada caso de resistência, é importante e conta muito na atividade política, de partidos ou

movimentos. Não é momento de lutas de maior fôlego, em que as clivagens ideológicas podem fazer mais sentido. Mas que isto não signifique remeter para as calendas gregas a clarificação do projeto, da estratégia transformadora e dos princípios que lhe estão na base. O imediatismo necessário não torna menos necessárias a coerência e a clareza dos objetivos finais, mesmo que longínquos. E também a sua afirmação permanente no discurso político pedagógico e mobilizador.

Posso presumir que alguns estejam a ler isto e a virem-lhes à cabeça coisas como “irrealismo”, “esquerdismo”, “mas não tem uma proposta concreta de sistema alternativo”. Nada disto está no meu pensamento. Espero que a leitura até final deste livro o demonstre. Longe de mim qualquer ideia de “socialismo amanhã”. O caminho será muito longo, sinuoso, cheio de acidentes imprevistos, também de aberturas que não vinham num mapa predesenhado. Não faço ideia do que será o fim deste caminho, no concreto. *O que tenho para mim é que o ponto de partida desta longa jornada tem uma placa com um dizer indelevelmente gravado: anticapitalismo consequente.*

Ser-se anticapitalista não obriga a ter de apresentar um modelo preciso de sociedade pós-capitalista. Nenhum dos grandes visionários do socialismo se atreveu a tal, muito menos Marx, que, se o fizesse, contraditaria a sua mentalidade científica. O que os anticapitalistas radicais creem é que, em tempos que ainda não vislumbramos, haverá uma sociedade sem classes antagónicas, sem exploração e apropriação de mais-valia, com um modo de produção totalmente diferente do capitalista – embora os modos de produção, na história, possam sempre manter vestígios do passado. E com um nível de riqueza social que possibilite o sonho da plena satisfação das necessidades de todos os homens. A isto chamamos comunismo ³, mas é bom entender bem que é coisa que nunca existiu e que não se confunde com os primeiros passos nesse sentido que as revoluções socialistas procuraram dar, ainda em

³ Termo que uso por uma questão de rigor histórico mas que, na prática, pode bem ser lido como socialismo. Deixo de lado a questão académica de o socialismo poder ser entendido como uma fase de transição para o comunismo.

capitalismo de Estado.

Como será o pós-capitalismo, socialismo ou comunismo, ninguém sabe e temo que nenhum dos leitores esteja ainda cá para o ver. Como serão as relações de produção, como será feita a remuneração do trabalho, como será feita e financiada a administração das coisas comuns, só uma imaginação fabulosa permitiria ter opinião, claro que obrigatoriamente fantasista. E muito menos sabemos se esse socialismo ou comunismo será o estádio final da humanidade, o fim da história à Hegel. Paradoxalmente, o próprio materialismo histórico não permite a ideia de um fim da História.

XV

Um discurso profético

Identificado o inimigo político, justificadas as razões para essa identificação e caracterizando-o para correta definição da forma de o combater, há que se dirigir ao povo um discurso simples, “comovente” (no sentido de “fazer mover com”), que identifique claramente o problema, que diga com verdade as dificuldades que se terá que defrontar ¹ mas que aponte um caminho finalmente vitorioso.

É a transposição metafórica para a política atual do *discurso profético* ², tal como profundamente discutido por Espinosa ³ na primeira parte do seu “Tratado Teológico-Político”.

O discurso do profeta é o de quem vê mais longe do que a cada momento parece evidente e o apresenta aos outros, acalentando-lhes a vontade. O discurso profético produz o seu próprio povo - como disse Espinosa do profeta.

A ideia de um discurso que “faz o povo” também está presente em Gramsci, quando escreve em “O Moderno Príncipe” que uma ideologia política, mais do que “uma utopia fria ou uma doutrina racional, [se apresenta] como uma criação de fantasia concreta que atua sobre um povo disperso e pulverizado para despertar e organizar a sua vontade coletiva”. Discurso profético ou fantasia concreta são metáforas neste caso praticamente idênticas. Também o que discuti logo no início deste livro, “utopia prática”.

Creio que está na natureza humana que as pessoas desejam entender o mundo em que estão e criar um mundo melhor. Mau grado a he-

¹ Como no célebre discurso de Churchill, “não vos posso oferecer mais do que sangue, trabalho árduo, lágrimas e suor”.

² Uma ideia muito discutida por Julio Anguita. Falecido em 2020, foi um importante pensador-prático marxista, não dogmático, que, como secretário geral do Partido Comunista de Espanha, promoveu o combate ao desvio eurocomunista de Carrillo.

³ A relação entre Espinosa e Marx é discutida num livro m muito interessante de um filósofo francês contemporâneo: Lordon, Frederic (2010). “Capitalisme, désir et servitude – Marx et Spinoza”. La Fabrique Éditions, Paris.

gemonia ideológica do neoliberalismo e o seu endeusamento do mercado, muita gente acredita no valor da esfera pública, acredita em que existe o interesse público e o bem comum; que todos temos o mesmo valor; que o mundo deve ser livre e justo.

Neste sentido, as pessoas precisam de alguma coisa eletrizante, de sentirem que são mais do que consumidores e peças de uma engrenagem, que são pessoas, com ideais e valores. Se o discurso profético de esquerda não lhes disser isto, eles ouvirão um outro discurso também profético, o fascista. Falsos profetas, porque os profetas de Espinosa sempre indicaram ao povo o caminho do progresso, da justiça, do aperfeiçoamento moral, da recusa da tirania. O discurso profético necessário aponta para uma alternativa clara, tanto política como ética.

O discurso profético combina, na função pedagógica da atividade política, o fornecimento de dados objetivos e de reflexões sustentadas nos factos com uma proposta que resulta dessa análise e que seja entendida como razoável e desejável pelas maiorias. Desperta um povo disperso e atomizado para a organização da sua vontade coletiva. É, assim, um discurso constitutivo. Recorde-se Espinosa quando escreveu que o discurso dos profetas, criando o povo, convidava-o para iniciar uma travessia, para empreender uma marcha. Nas palavras de Anguita, o discurso profético “não diz às pessoas ‘votai em mim!’”. Diz: vamos iniciar um caminho, o caminho da libertação. Mas vamos começá-lo já. Não promete o reino dos céus, promete a luta e a dignidade da luta. Isto significa que se dirige ao seu povo para lhe dizer a verdade, goste ou não goste”.

Na crise prolongada que vivemos, nesta “perplexidade civilizacional”, a alternativa perigosa à esperança motivadora é o desespero niilista, o enclausuramento em si próprio. É tentador isolarmos-nos nos dispositivos eletrónicos ou ver programas televisivos alienantes ou mesmo estupificantes, berrar contra tudo e todos sem nada fazer, voltar a novas formas de “a minha política é o trabalho”. Contra isto, é necessário oferecer uma alternativa motivadora, um “princípio de esperança” (leia-se Ernst Bloch, que referi no capítulo I). Especialmente os jovens são sensíveis a que os seus pais tiveram perspectivas de esperança que eles

hoje não têm. A esperança não é ser irrealista e negar as dificuldades, é a crença em que as nossas ações têm sentido e podem contribuir para a mudança. “Nem tudo o que é enfrentado pode ser mudado mas nada pode ser mudado se não for enfrentado”, uma frase que já não localizo mas que me ficou na memória.

Levando mais longe, até se deve pensar em mensagens que vão para além daqueles que se julga ser, logicamente, os mais atraídos, os que mais sofrem e são potencialmente mais sensíveis à mensagem apelativa. Deve-se falar também com os estabelecidos no sistema, os acomodados no egoísmo, as vítimas inconscientes da hegemonia ideológica. Que pensem: e se perderem as benesses que ainda julgam ter como seguras? E se a sua segurança na velhice estiver ameaçada? E se cada vez mais forem sobrecarregados com os filhos adultos em casa, dependentes, sem perspectivas de emprego e de vida familiar própria? E se as crises sucessivas forem corroendo a sua vida hoje confortável? Se o seu sucesso de “novos quadros do sistema” se transformar em desemprego fatal na casa dos cinquenta?

A política absolutizou-se como um fim em si própria e dotou-se de utensílios imediatistas, soltos, contra cuja ação se tornam ineficazes os instrumentos tradicionais dos trabalhadores e de todas as forças do progresso. Muitas vezes, a direita neoliberal até usa valores positivos e justos, por exemplo a diversidade, como armadilha para fragmentar em identitarismos os movimentos críticos e fazer esquecer a identidade comum, muito mais importante, de vítimas do capitalismo, do neoliberalismo e da globalização. Afirmar com toda a clareza e firmemente essa identidade comum deve ser um motivo constante do discurso profético; uma afirmação que consciencializa contra a manipulação e o divisionismo e que apela à ação política coletiva na unidade popular.

Um objetivo central descrito em poucas palavras é uma chave de sucesso do discurso. “Liberdade, igualdade, fraternidade” ou “Paz, terra e pão” são exemplos clássicos de sínteses geniais. É muito mais difícil fazê-lo num discurso orientado para um futuro mais distante e de caracterização mais difusa, mas é essencial apontar um número restrito de inimigos e de objetivos essenciais quando se pretende construir um

discurso mobilizador, um discurso que ele próprio “faça o povo”. Nesta fase atual, decorrendo de tudo o que temos discutido, os alvos certos não se afastam muito da luta contra o neoliberalismo (em termos mais comunicacionais, a luta contra a tirania do mercado e do lucro), contra a desigualdade e pela soberania nacional-popular.

O discurso profético é concreto, é um compromisso entre a utopia prática e as possibilidades reais. Mas, assim como os profetas enxertavam o seu discurso numa religião, o discurso profético político pressupõe que a mensagem de mobilização e de luta tenha por base um projeto histórico que lhe dê suporte e perspectiva; que o discurso assente sobre um imaginário coletivo alternativo.

No capitalismo, esse projeto histórico é a superação do sistema, a libertação do homem da exploração por outros homens. Sob diversas formas, aspetos essenciais desse ideal, como a igualdade e a liberdade, aparecem em toda a História desde as mais antigas civilizações. Nesta fase, podemos em rigor chamar de comunismo (em sentido teórico) a esta grande ideia humana. Um velho sonho, muito mais antigo do que as formulações mais precisas e mais recentes de Babeuf e de Marx, um sonho sofrido em vida por muitas gerações de oprimidos e explorados e também por todos os que pensam juntamente com esses que têm esse sonho no sofrimento da vida.

Se virmos estes ideais como o fulcro de um humanismo sempre renovado ao longo da História, até ao comunismo que é hoje a sua forma acabada de projeto – no plano teórico-utópico, entenda-se, não no da realização prática concreta! – é fácil identificar o fio condutor da aspiração humana a uma sociedade melhor e justa. Até fórmulas apropriadas pelo sistema que condenamos acabam por serem ainda justas: liberdade, igualdade, fraternidade, por exemplo.

Um ideal perene é o ideal comunista. Mas o que é ser comunista comunista hoje? O mesmo de sempre, porque o ideal comunista nada tem a ver nem é prejudicado pelos erros do chamado socialismo real. O caminho contingente para a efetivação da sociedade comunista é que tem de ser outro, ainda não experimentado na vida real.

O ideal comunista continua tão válido como quando Marx escreveu

a “Crítica do Programa de Gotha” (1875): “Na fase superior da sociedade comunista, quando houver desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, o contraste entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; quando o trabalho não for somente um meio de vida, mas a primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento dos indivíduos em todos os seus aspectos, crescerem também as forças produtivas e jorrarem em caudais os mananciais da riqueza coletiva, só então será possível ultrapassar-se totalmente o estreito horizonte do direito burguês e a sociedade poderá inscrever em suas bandeiras: De cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades.”

No entanto, com os pés na terra, admitamos que um comunista (o que é mais largo do que ser membro de um partido comunista), ao designar-se assim, fica irremediavelmente remetido à defensiva, por o comunismo, na prática, ser identificado como sendo o sistema vigente na URSS e nos países seus conformes. O dramaturgo alemão Heine Müller disse uma vez que ainda se pode ser comunista mas por comparação, por via negativa. Ou seja, em vez de se dizer, como seria bom, que “o comunismo é isto, isso e aquilo”, ter de se afirmar que “a ideia comunista não é isto nem isso nem aquilo” de que o acusam por assim ter sido deturpadamente posto em prática. Todavia, afirmar-se pela negativa nunca é uma posição confortável.

Se não pudermos concretizar precisamente o ideal, falemos então de uma coisa nova que seja de sempre. Por exemplo, para evitar qualquer confusão, falemos então do “projeto transformador”, do “projeto do futuro”, com a meta que está no coração do humanismo, da utopia: *a emancipação do Homem*. O homem plenamente realizado na sua ontologia de ser social e também, conseqüentemente, como cidadão, como profissional, culturalmente, como membro da família, como harmoniosamente equilibrado entre a sua subjetividade e o coletivismo comunitário.

É preciso ter uma ideia real das traves mestras de tal projeto, embora não seja possível ter-se o desenho final do edifício que vamos projetar. O desenho vai-se fazendo com a própria construção. Por isto, não

faz sentido que os adversários que se apresentam como realistas na defesa do sistema atual nos desafiem “afinal, qual é concretamente o vosso modelo, qual é a vossa alternativa?” Como é que ele se ajusta às realidades económicas, se é credível. Estão a contrapor a um modelo real – o do capitalismo de hoje e da sociedade por ele moldada – uma construção que obviamente só pode ser apresentada em termos filosóficos finais. É uma consequência do erro do determinismo pseudomarxista, a oferecer um modelo concreto em vez de um limite (no sentido matemático) de uma sequência temporal de situações concretas e, em grande parte, imprevisíveis. Sabe-se para onde se vai, vai-se desenhando o mapa do percurso, mas não sabemos como é a cidade para que apontamos mapa. “O caminho faz-se caminhando”.

XVI

Remarxizar o marxismo

Seria sintoma da senilidade que sempre ameaça os da minha idade pretender apresentar neste livro uma súmula do que considero ser o “marxismo genuíno”. Falta-me espaço e, sobretudo, engenho e arte. Fico só pela discussão, forçosamente breve (mas esperando que a brevidade não seja traiçoeira, como tantas vezes acontece) de alguns aspectos do marxismo que mais maltratados têm sido, por um lado pela escola marxista oficial, por outro pelos detratores do marxismo, incluindo muitos que se dizem ser seus continuadores, mas a nível “p s-”.

Os marxistas não det m o exclusivo do projeto emancipador e transformador, da passagem para o socialismo. Muitas outras pessoas e correntes de pensamento partilham esse objetivo: socialistas realmente anticapitalistas, cristãos progressistas – com destaque para a teologia da liberta o –, antiglobalistas e altermundistas, os novos socialistas norteamericanos que se reveem em Bernie Sanders. Também na América Latina, as experiências tendencialmente socialistas das últimas duas décadas têm-se desenvolvido sem um papel determinante dos partidos de inspira o marxista ¹. Mesmo entre os marxistas, não há uma linha comum e várias correntes se irmanam, com diferenças, no objetivo socialista: marxistas-leninistas, trotskistas ou marxistas críticos não alinhados.

Em todo o caso, o patrim nio dos marxistas na luta pelo socialismo   inegavelmente relevante. A minha forma o filosófica e ideológica   marxista, mas perfilho um marxismo crítico e não dogmático. Entenda-se por crítico não o que se usa na linguagem comum, como oposi o ou pelo menos limita o, mas sim no sentido filosófico clássico, como já Kant falava da crítica das razões, significando a análise racional e sistemática de um conceito, de uma categoria filosófica, de um problema ou de uma teoria, de um ponto de vista que se opõe ao dogmatismo ou

¹ Sem prejuízo do envolvimento individual de marxistas eminentes, de que é bom exemplo  lvaro Garcia Linera, boliviano, vice-presidente de Evo Morales.

à crença irracional.

Considero o marxismo sem apodos, de que ele não necessita e que até o prejudicam. Podia mesmo preferir teoria de Marx” a marxismo ². Marxismo-leninismo é uma prisão para a enorme riqueza do marxismo, apertando-o numa experiência particular de teoria e prática revolucionária insurrecional, a da tomada de poder em Outubro de 1917 pelos conselhos de operários e de trabalhadores (soviets) sob a direção do partido bolchevique. O marxismo propriamente dito mantém-se vivo e atual; o leninismo está datado e provavelmente nunca teve valor universal, muito menos hoje. E de todo rejeito, como já tantas vezes escrevi ao longo deste livro, a versão codificada, quase em catecismo, do marxismo oficial da escola soviética e dos países do “socialismo real”. Portanto, não é de admirar que considere essencial abrir um capítulo deste livro especialmente dedicado à discussão de alguns aspetos que melhor me parecem caracterizar o que entendo ser o marxismo genuíno. Provocatoriamente, falo de “remarxizar o marxismo” ³. Só depois desta exposição clarificadora da minha posição é que me sinto em condições de escrever mais coisas sobre uma estratégia consequente, nesta perspectiva, para a reinvenção da esquerda, para a revitalização do movimento dos trabalhadores.

É cada vez mais necessário pensar novamente o marxismo, reler Marx. É necessário descodificá-lo e levar a sua obra, certamente difícil, à generalidade das pessoas, de forma acessível, com valor prático de um guia para a ação social e política. É necessário motivá-las para isto – e penso especialmente nos jovens – mostrando que a realidade de hoje não tornou obsoleto o marxismo genuíno, muito pelo contrário, quando

² Os termos terminados em ismo para designar sistemas de ideias têm longa tradição filosófica, em parte também nas ciências sociais, mas não nas ciências exatas e naturais. Há teoria da relatividade mas não einsteinismo. A exceção, na linguagem vulgar, pode ser darwinismo, mas a designação correta é teoria da seleção natural.

³ Por simplificação, falo principalmente de Marx, mas isto não significa esquecer o papel de Engels, não só na coautoria com Marx de obras importantes, mas também e especialmente o seu contributo posterior à morte do seu grande amigo, editando os volumes II e III de “O Capital” e escrevendo os importantes prefácios de reedições de Marx.

cada vez mais gente sente a crise em que vive, a falta de uma explicação para o seu cotidiano estéril e sem perspectivas, sem uma visão global do mundo e sem uma “utopia prática”. Essencialmente, a esquerda revolucionária só voltará a falar aos trabalhadores e aos jovens se for capaz de lhes demonstrar que ela – e Marx ainda muito menos – nada tem a ver com as sociedades edificadas em nome do socialismo. E é preciso considerar o marxismo de uma nova forma: uma filosofia moral. Também como um marxismo criativo, contra um marxismo estiolado.

O marxismo é uma teoria aberta, não porque esteja incompleta ou tenha lacunas mas porque deve ser sempre aperfeiçoada com uma leitura crítica da realidade a cada momento. Conta Kautsky um episódio que mostra a ironia fina de Marx. Num dos últimos anos de vida de Marx, Kautsky propôs-lhe a publicação da edição completa das suas obras, ao que Marx terá retornado que “primeiro, era preciso escrevê-las”.

“Nestes anos, entre tanto pensamento voluntariamente débil, tanto movimento social de um só assunto, tanta soberba cientificista e tanto irracionalismo compensatório, ainda não apareceu outro pensamento que, como teve o marxismo, tenha a força das crenças populares. Tem havido teorias mais finas na análise de aspetos parcelares da civilização do capitalismo, mas nenhuma outra conseguiu até agora juntar vocação analítica, espírito crítico e vontade de emancipação em favor dos explorados e oprimidos”⁴.

Continuando a ter voga todas as variadas reinterpretações revisionistas e deturpadoras, ou negacionistas, do marxismo, a crise de 2008, mais o predomínio da ideologia neoliberal e o agravamento das consequências da globalização têm levado ao ressurgimento de grande interesse pela releitura de Marx. Isto foi manifesto no enorme número de livros e artigos surgidos por altura do 150º aniversário da publicação

⁴ Francisco Fernández Buey, “Muerte del Viejo Marxismo y Resurrección del Difunto el Día menos Pensado del Siglo XXI”, 1994. <https://marxismocritico.com/2012/06/08/muerte-del-viejo-marxismo-y-resurreccion-del-difunto-el-dia-menos-pensado-del-siglo-xxi/>

do Volume I de “O Capital”, em 2017 e pelo segundo centenário do nascimento de Marx, em 2018.

No entanto, esta pequena vaga teve muito de celebratório e contribuiu só muito parcialmente para a revitalização do marxismo. Ele continua ausente como elemento constituinte da opinião de massa, refugiado no conservadorismo de alguns pequenos grupos ou no ambiente fechado do mundo acadêmico. O seu vínculo orgânico com a ação comunista foi gravemente afetado e até a palavra “comunismo”, de profunda raiz marxista, criminalizada pela opinião dominante, praticamente deixou de existir na discussão político-ideológica.

O “descrédito” do marxismo em consequência do fim do “socialismo real” é meramente propagandístico. Marx é o grande teórico da crítica ao capitalismo mas nunca construiu uma teoria do socialismo nem sequer elaborou propostas práticas para a sua implementação após o derrube do capitalismo, a não ser as muito sucintas dez medidas do Manifesto ou, indiretamente pelo lado crítico, alguma coisa na “Crítica ao Programa de Gotha” (1875) . É tão desonesto ligar Marx à experiência da URSS como responsabilizar Jesus de Nazaré pela história das igrejas cristãs.

Apesar do domínio do marxismo oficial, não deixou de haver, durante o século XX, uma grande variedade de grupos e indivíduos de formação marxista com obra valiosa, embora com limitações e orientações por vezes desviantes do marxismo original. A este conjunto heterogêneo de orientações marxistas chamou Perry Anderson ⁵, genericamente, de “marxismo ocidental”, embora nele se incluam correntes bem diferenciadas. Por um lado, marxistas que desempenharam um papel importante na prática como dirigentes de partidos comunistas, como Rosa Luxemburgo e depois Karl Korsch na Alemanha, Antonio Gramsci na Itália, György Lukács na Hungria ou, mais tarde, Louis Althusser na França.

Outro grupo destacado foi o da Escola de Frankfurt (Instituto para

⁵ Anderson, Perry, “Considerations on Western Marxism”. Verso Books, Nova Iorque/Londres. 1976. Anderson foi também o fundador da provavelmente mais reputada revista marxista atual, a “New Left Review”.

Pesquisa Social), com filósofos tais como Max Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse, Friedrich Pollock, Erich Fromm, Otto Kirchheimer e Leo Löwenthal, a que se juntaram, como segunda geração, Jürgen Habermas, Franz Neumann, Oskar Negt, Alfred Schmidt, Albrecht Wellmer e Axel Honneth. Outros filósofos marxistas notáveis, Walter Benjamin e Erich Bloch, não pertenceram à Escola de Frankfurt mas tiveram colaboração com ela.

À margem destes grupos, não se deve esquecer outros nomes notáveis, principalmente na segunda metade do século passado e já neste século, como Jean-Paul Sartre, Nikos Poulantzas, o próprio Perry Anderson, Daniel Bensaid, Étienne Balibar, Alain Badiou, Fredric Jameson, David Harvey, István Mészáros, Frédéric Lordon, Marcello Musto, Domenico Losurdo e tantos outros. A Espanha também não destoa, com pelo menos dois filósofos marxistas muito interessantes, falecidos já neste século: Manuel Sacristán (também dirigente do PCE, expulso pelo eurocomunista Santiago Carrillo) e Francisco Fernández Buey. Quanto ao marxismo português, quase nada direi, por de facto não o conhecer, mea culpa (andarás escondido?), exceto alguma coisa de Magalhães Vilhena na filosofia e Armando Castro na economia, mais escritos de outros da minha geração ou mais jovens que, como os marxistas ocidentais, se dedicam a aspetos marginais do marxismo. Sem desprimor para os restantes, lembro José Barata Moura, Eduardo Chitas, João Arsénio Nunes. Na economia de raiz marxista, destacam-se Eugénio Rosa e alguns colaboradores do blogue “Ladrões de Bicicletas”.

A principal limitação do marxismo ocidental foi a de raramente ter procedido a uma crítica marxista global, actualizando o marxismo na sua totalidade, em função das grandes mudanças sociais e tecnológicas durante o século passado. Devem-se-lhe trabalhos importantes na óptica marxista, mas em áreas específicas, como a estética, a crítica das artes ou a cultura. Isto pode explicar-se, pelo menos em parte, pelo receio de afrontar, em análises críticas globais, o domínio que Estaline exercia sobre todo o pensamento marxista e sobre os partidos a que alguns dos marxistas ocidentais pertenciam. Com isto, houve uma deslocação da crítica marxista dos problemas estratégicos do movimento operário e

dos trabalhadores para questões mais acadêmicas, sem prejuízo de estas terem introduzido uma nova dimensão a essa crítica. Apareceu assim um novo tipo de pensadores marxistas desligados da prática política e, com isto, uma debilitação do marxismo como *filosofia da práxis*.

Passando para a atualidade e apesar do ambiente desfavorável à criação marxista, muitos autores, também alguns ativistas políticos e sociais, começam novamente a interrogar-se e a interessar-se por um pensador que foi desprezado durante quase um século. Um fator importante para a redescoberta e reavaliação da obra de Marx é a republicação, a partir de 1998, das obras completas de Marx e Engels, a nova “Marx-Engels-Gesamtausgabe” (MEGA2), com revisão significativa da edição anterior dos anos 20, publicada na União Soviética.

No entanto, estamos ainda longe de uma releitura unificadora e elaborada do marxismo e ainda reina alguma confusão. Há marxistas “tour court” mas também uma profusão de marxistas com prefixo, de neo a pós. Tal como o neo em neoliberalismo é uma negação e não uma atualização do liberalismo, também há que desconfiar destes marxistas com prefixo. Derrida, Foucault (o inspirador dos pós-modernismos políticos), o casal Laclau-Mouffe e o seu “populismo de esquerda”, os marxistas analíticos americanos, o pós-marxista Negri, o mediático Žižek e muitos outros devem ser vistos, a meu ver, como significativamente desviantes do marxismo tal como escrito por Marx e – com algum erro de influência “cienticista” da época – por Engels.

No outro extremo, embora rareando, temos ainda os fiéis seguidores do marxismo oficial, principalmente inseridos no que resta dos partidos comunistas. Para eles, a teoria não é uma construção sempre a revivificar-se mas um esquema em que enquadram mecanicamente toda a vida. Para eles, a vida é que serve a teoria, não é a teoria que serve a vida. O marxismo é-lhes uma cartilha a ler literalmente, muitas vezes com fanatismo e quase sempre dogmaticamente; é uma certeza quase religiosa, é uma verdade definitiva e imutável. Deus não existe mas Marx é o seu profeta...

O que é essencial ter-se sempre presente, como escreveu Samir Amim, é que “Marx não tem fronteiras, porque a sua crítica radical ca-

rece de fronteiras, é sempre incompleta, exige que seja objeto da sua própria crítica. É preciso submeter à crítica marxista o marxismo tal como formulado em cada momento, enriquecendo-o com a crítica radical do que o sistema real vai revelando de novo como novos campos abertos ao conhecimento”.

Marxismo e ciência

Não é um tema nada trivial. Vivemos hoje uma época de esplendor científico que Marx nunca podia imaginar e a grande inclinação para a ciência que mostrou até aos seus últimos escritos ⁶ implica a utilidade de se analisar o que é científico na obra de Marx. Isto também é da maior importância quando, hoje, mau grado o irracionalismo que por aí campeia, o filtro da ciência continua a ser um dos mais válidos para aferição das ideias e propostas de conhecimento.

Os mais extremistas marxólogos da escola oficial soviética – diga-se estalinista — proclamaram frequentemente que o marxismo era, “tout court”, uma ciência em si mesma, embora uma ciência de que é difícil limitar o domínio epistemológico. A ciência do capitalismo? Lá iremos. A ciência do socialismo? Nada de mais absurdo, porque Marx nunca escreveu aprofundadamente sobre o que viria depois do capitalismo.

O marxismo, como foi classicamente caracterizado, inclui três componentes. A economia política, a filosofia, e a crítica (e proposição) da ação política. A sua genialidade é a de não ser uma simples justaposição das três componentes. Elas articulam-se estreitamente e acabam por se diluir num *todo novo indissociável nas suas partes*, graças a dois elementos comuns: o método dialético e a visão materialista da história ⁷. Marx foi, em toda a história do pensamento humano, um caso único de combinação de cientista, filósofo, crítico, visionário e revolucionário. É um enorme desafio tentar compreender como estas qualidades se in-

⁶ Mas que deve ser vista à luz do positivismo reinante à época, hoje completamente arredado pela atual filosofia das ciências.

⁷ “Materialismo histórico” é uma designação de Engels, nunca antes usada por Marx. “Materialismo dialético” ainda é mais duvidoso quanto à raiz marxiana, porque é uma designação só usada, pela primeira vez, por Estaline, nos seus pretensos escritos teóricos.

terpenetram e se alimentam reciprocamente na sua obra.

É evidente que devemos excluir as partes filosófica e política do marxismo de uma discussão sobre a cientificidade da obra de Marx. Resta a teoria marxista da economia política: é uma ciência? A pergunta faz tanto sentido como saber-se se a teoria da relatividade ou a teoria da seleção natural das espécies são “uma” ciência. Claro que não. Ciências correspondem a variados tipos de conhecimento – da observação à teoria – numa área da natureza, incluindo a sociedade e o homem. Cada ciência é que comporta uma ou mais teorias; o marxismo, no que diz respeito à economia política, é uma teoria mas, evidentemente, não uma ciência a par da física, da química ou da biologia.

A ciência caracteriza-se por um princípio e por um método. O princípio é o da racionalidade, o método é o que Descartes e depois muitos outros expuseram. Na prática, o método científico, mesmo sem codificação, impregna a cultura de todos os cientistas. Um bom orientador científico transmite espontaneamente o método científico tal como ensina a usar uma pipeta. Quantos cientistas de hoje terão lido “O Discurso do Método” de Descartes, para não falar no menos icónico Francis Bacon?

Na matemática, o método é essencialmente dedutivo, obedecendo às regras da lógica formal e partindo de axiomas evidentes e de postulados. Mesmo aqui há alguma incerteza. Os axiomas são evidentes, mas o que é a evidência senão uma construção mental, porventura apenas válida para o pensamento humano? A física atual, principalmente a mecânica quântica e a cosmologia, desafiam qualquer ideia de “evidência”. Qual é a evidência de um espaço a dez dimensões, como na teoria das cordas? Mais relativa ainda é a solidez dos postulados. O nosso sentido comum científico está todo feito, à nossa escala, sobre os postulados euclidianos, mas a teoria da relatividade, hoje consensual, baseia-se numa geometria não euclidiana.

A teoria económica marxista é científica. Usa abstrações derivadas da realidade, articula-as racionalmente, estabelece as regras de um sistema e deduz leis. Entenda-se, porém, que as leis marxistas (lei da acumulação do capital e lei da queda da taxa de lucro) não são leis

preditivas absolutas como nas ciência exatas: são *leis tendenciais*, como em todas as ciências humanas e sociais.

Como se valida hoje uma teoria científica, elaborada racionalmente (tanto mais se suportada matematicamente) mas nem sempre baseada em dados objetivos? O positivismo valorizava a acumulação de provas como validação da teoria, mas fica sempre o argumento próprio da crítica à indução. Se um milhão de observações confirma a minha tese, ela é verdadeira. Mas posso excluir que o caso milhão e um a contradiga?

A visão hoje dominante na epistemologia, a de Karl Popper, é oposta. Uma teoria nunca pode ser comprovada por uma infinidade de observações. O que ela pode é ser *refutada* por uma única experiência que vá contra a teoria; uma teoria que explique satisfatoriamente os factos é válida enquanto não for refutada. A teoria económica marxista é refutável? Isto significa que as suas previsões se mostraram falsas ou que não têm validade as leis derivadas da teoria. As previsões de Marx são inúmeras e vamos discutir algumas nos próximos capítulos. Algumas parecem negadas pela história posterior: o proletariado operário já não é o agente revolucionário; a proletarianização também deu lugar a muitos pequenos empresários; o trabalho intelectual é hoje um determinante da forma atual do capitalismo; etc.. Nos próximos capítulos, tentarei demonstrar que as coisas não são assim tão catastróficas para a validade popperiana de uma visão atual do marxismo.

E quanto às “leis” marxianas, a da acumulação capitalista e a da tendência para a queda da taxa de lucro? Há muitas críticas, mas mesmo eu, não sendo economista, fico com a ideia de que a sua refutação ainda não foi conseguida, Se assim é, podemos considerar a economia marxista – mas obviamente não a filosofia do marxismo– como uma teoria científica em pleno vigor, ainda não refutada. Isto não quer dizer que o marxismo seja a “verdade”. Para um cientista, isto não existe. A verdade científica está sempre a construir-se, incorporando velhas verdades na formulação de novas teorias científicas, adequadas aos novos dados empíricos e à maior finura da colheita de observações.

Disse que a economia política marxiana obedece aos critérios e métodos científicos da época, mas vai muito mais longe e abre uma verda-

deira rotura epistemológica, pela aplicação de um novo método, a dialética. Ainda hoje está longe da consagração nas ciências sociais a que especificamente se aplica, mas não faltam exemplos da sua validade.

Não cabe aqui uma explanação da dialética. Remeto os leitores para as muitas páginas da internet onde se podem informar. Deixo apenas, em fórmula talvez redutora os seus princípios, tal como formulados por Hegel e depois vulgarizados por Engels. Em síntese: 1. Tudo na História e na vida social tem um oposto e tudo é feito de contradições, que a certa altura entram em tensão. Então, a uma tese é contraposta uma antítese, resultando do conflito uma nova posição, a síntese. Todas as mudanças resultam de uma tensão ou luta entre opostos, seja dentro de um sistema ou entre diferentes sistemas. 2. O progresso é feito de “negações da negação”, mas só aparentemente se volta atrás. Deve ser visto não nessa perspectiva bidimensional, mas a três dimensões (quatro, se acrescentarmos o tempo), como uma hélice que contém a nível mais alto, e ao mesmo tempo nega, o elemento anterior. 3. Todas as mudanças quantitativas, por acumulação crítica de factores quantitativos, resultam numa mudança qualitativa e todas as novas qualidades fazem emergir novas formas contraditórias de mudança quantitativa.

Nada no mundo social está acabado e tudo se transforma, em interrelação. A vida social é um complexo de processos plenos de contradições em que os elementos, aparentemente estáveis, passam por um processo ininterrupto de devir e decadência, da mesma forma que, como reflexo, as ideias que temos deles. Para a dialética não há objetos fixos, mas em movimento, em que nada está acabado e sempre em vias de se transformar, num processo de finalização que é sempre o início de outro processo.

A dialética já vem dos antigos filósofos gregos, mas usada principalmente para fins expositivos, no discurso filosófico. O que de inovador se deve a Marx é a sua utilização não só como organização do discurso, como faz magistralmente em “O Capital”, mas, indissociavelmente, como método de pensamento, de conceção e organização mental das ideias. Há a ideia de que Marx começa pelas abstrações, como meras elaborações mentais, para chegar ao concreto, às categorias com-

plexas. O seu uso da dialética, principalmente em “O Capital”, serviria fundamentalmente para dar coerência expositiva a essa elaboração mental. Não o leio assim e considero que a dialética está subjacente à própria formação das ideias marxianas, mas em rotura essencial com a dialética idealista de Hegel. Em minha opinião, julgo que Marx nunca teria conseguido escrever a sua obra prima e ter compreendido o capitalismo se o seu processo de pensamento e de investigação não fosse, à partida, essencialmente dialético.

É este, porventura, o principal marco do seu génio. Este marco toma tonalidades múltiplas: na sua ontologia, dinâmica, sempre marcada pela mudança, pela totalidade e pela interação, como veremos adiante; na sua epistemologia; no seu processo de investigação, que embora baseado nos clássicos, com destaque para David Ricardo, os subverte radicalmente; no seu próprio processo de evolução mental, elaborando e reelaborando textos infundáveis para seu único trabalho de investigação e sem intenção de publicação, e, finalmente, na práxis, em que o pensamento dialético transparece nos inúmeros escritos destinados à pedagogia política.

A terminar, uma nota que para muitos será escandalosa. Circunscrevi a validade da dialética, como método, à história e às ciências sociais. Ela é adequada à elucidação das contradições da sociedade como um conjunto de relações e processos explicativos da história social. Esta especificidade pode dever-se em boa parte – tal como na mecânica quântica – ao facto de que o observador interfere obrigatoriamente no processo de observação. Muito diferente é a sua aplicação às ciências exatas e naturais, como Engels pretendeu fazer na sua “Dialética da Natureza”, que, como cientista, não posso deixar de considerar como um exercício académico abusivo. Com todo o apreço pela contribuição de Engels para a consolidação do marxismo, e em particular a publicação dos volumes II e III de “O Capital”, as obras de sua autoria exclusiva parecem-me ficar muito atrás da genialidade da obra de Marx.

A “Dialética da Natureza” é um bom exemplo. É uma obra às avessas, que não parte da dialética como método fecundo para a descoberta científica. Pelo contrário, lista um infundável conjunto de conhecimen-

tos objetivos obtidos pelo método científico convencional e procura demonstrar que a dialética se lhes aplica, passando do domínio social para o de toda a natureza. É um exercício de inversão apologética, muitas vezes ingênuo quando visto à luz da ciência atual. Nenhuma descoberta científica no domínio das ciências exatas e naturais teve algum contributo metodológico da dialética e é abusivo querer colá-la ao conhecimento científico, a posteriori. Deixemos a dialética àquilo em que, julgo eu, ainda tem muito para dar, as ciências sociais.

Esta minha posição deriva da minha formação científica mas não é original, porque já é antiga a polémica sobre a dialética da natureza. Já Lukács escrevia ⁸ que “é de primordial importância perceber que o método é limitado aqui aos domínios da história e da sociedade. Os mal-entendidos que surgem da explicação da dialética de Engels podem ser atribuídos principalmente ao fato de que Engels – seguindo a orientação equivocada de Hegel – estendeu o método para o aplicar também à natureza. No entanto, os determinantes cruciais da dialética – a interação do sujeito e do objeto, a unidade da teoria e da prática, as mudanças históricas na realidade subjacente às categorias como a causa raiz das mudanças no pensamento, etc. – estão ausentes de nosso conhecimento da natureza”. Os grandes marxistas nunca se sentiram obrigados a considerar que tudo o que Marx e Engels escreveram estava correto. Não é um erro aqui ou outro acolá que invalida o marxismo, desde que saibamos destrinçar o que nele é essencial.

O determinismo em Marx

Este tema é porventura o mais polémico na discussão do marxismo. Para os adeptos da vulgata, a economia e as relações sociais de produção dominam inteiramente toda a vida humana e o homem é um simples produto da sociedade. De facto, há muita coisa na vida humana em que o determinismo económico só atua a grande distância e, metaforizando Newton, inversamente ao quadrado da distância. Muito mais próximo e forte em “gravidade” atua a ideologia e o senso comum,

⁸ Nota 6 do capítulo I da “História e Consciência de Classe” (1923).

como discutirei no capítulo sobre a ideologia. Julgo que aquela formulação da vulgata marxista horroriza muita gente com formação humanista. Em minha opinião, essa interpretação que se faz correntemente de Marx é abusiva e merece ampla discussão, embora, neste espaço, tenha de me limitar ao essencial.

Começemos pela citação clássica, o escrito de Marx no prefácio a “Para a Crítica da Economia Política”⁹:

”Na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura económica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas da consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência. Numa certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é apenas uma expressão jurídica delas, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham até aí movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se em grilhões das mesmas. Ocorre então uma época de revolução social.”

Uma leitura redutora deste trecho é traiçoeira. Ele não quer dizer determinismo com desvalorização da vontade e da moral, apesar de todas as deformações nesse sentido que o marxismo sofreu. A vontade humana, os valores morais no sentido do progresso civilizacional e dos próprios direitos dos trabalhadores, a consciência, perpassam por toda a obra de Marx, configurando o humanismo marxista. O que Marx aqui

⁹ Marx, K e Engels, F, “Obras Escolhidas”. Editorial Avante, 1982. <https://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm>

discute são as condições revolucionária objetivas, insuficientes para a transformação social se não acompanhados pela intervenção de fatores subjetivos: a organização das forças revolucionárias, a consciência de classe, a militância e determinação, a capacidade de mobilização para a luta, a influência ou mesmo a hegemonia ideológica sobre outras classes participantes do processo.

Leia-se a continuação do texto de Marx: “Com a transformação do fundamento económico revoluciona-se, mais devagar ou mais depressa, toda a imensa superestrutura. Na consideração de tais revolucionamentos tem de se distinguir sempre entre o revolucionamento material nas condições económicas da produção, o qual é constatável rigorosamente como nas ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em suma, ideológicas, *em que os homens ganham consciência deste conflito e o resolvem* [JVC: itálico meu].” É a vontade humana em contraponto dialético com a objetividade da estrutura económica.

E continua Marx: “Por isso a humanidade coloca sempre a si mesma apenas as tarefas que pode resolver, pois que, a uma consideração mais rigorosa, se achará sempre que a própria tarefa só aparece onde já existem, ou pelo menos estão no processo de se formar, as condições materiais da sua resolução”. Quer dizer: é necessária a pré-existência das condições objetivas, mas não bastam. A última palavra é da Humanidade e das suas capacidades para a resolução das crises históricas.

Julgo ser má leitura de Marx considerar de forma estritamente determinista o objetivismo das “leis da história”. Para a dialética marxista, há uma tensão permanente entre os fatores objetivos e os subjetivos, o pensamento e a ação humana. Há dois desenvolvimentos que se processam em interação: o das forças produtivas – potencialmente em choque com as relações de produção, e o desenvolvimento subjetivamente revolucionário da classe explorada. Além disto, é preciso recordar um dado elementar: o desenvolvimento das forças produtivas não é exterior ao homem; ainda antes da sua expressão como consciência política, o factor subjetivo está à partida presente no desenvolvimento dos fatores de produção, como capacidade crescente da força de trabalho e

como conhecimento científico e tecnológico.

Afinal, os clássicos nem consideraram a relação entre estrutura e superestrutura da forma simplista como tem sido vista. Uma relação não é obrigatoriamente entre termos iguais e pode implicar uma hierarquia ou uma diferença de grau. Para ir a uma fonte autorizada, lembro o que Engels escreve em 1890 numa carta a Joseph Bloch: “de acordo com a concepção materialista da história, o elemento determinante em última análise [“ultimately”] na história é a produção e a reprodução da vida real”. É como se eu disser que, *em última análise*, são os nossos genes que determinam o nosso comportamento, o que obviamente não diminui os fatores culturais e vivenciais. E repetiu Engels, agora em 1894, numa carta a Walther Borgius. (Heinz Starkenburg): “as relações económicas, *por muito que possam ser influenciadas pelas outras* [JVC, itálico meu] – as relações políticas e ideológicas – são ainda decisivas, em última análise ¹⁰, formando a nota tónica dominante que corre ao longo delas e que permite a compreensão”. Pelos vistos, as relações económicas podem mesmo ser influenciadas pelas outras.

A corrente marxista, principalmente a seguir a Marx e no seu período de apogeu, discutiu aprofundadamente esta questão, desde Lênine a Gramsci, passando por Lukács. Por exemplo. Lukács, que ninguém toma por um revisionista, foi um profundo conhecedor de Marx e, no entanto, defendeu na “História e Consciência de Classe” que “a subjetividade, em particular a subjetividade autoconsciente do proletariado revolucionário, pode e deve transformar a objetividade”. O homem não está em oposição ao mundo que ele tenta compreender e sobre o qual ele atua, mas está sim dentro deste mundo do qual faz parte, e não há rotura radical entre o sentido que procura encontrar ou introduzir no universo e aquele que o homem está a tentar encontrar ou introduzir na sua própria existência.

Quanto a Gramsci, limito-me agora a lembrá-lo. Serão vários os capítulos seguintes em que o tomarei como inspiração principal, com destaque para o capítulo XXI em que volto a discutir as relações entre

¹⁰ Note-se a repetição exata da palavra “ultimately”, quatro anos depois.

estrutura e superestrutura no âmbito específico da discussão da ideologia.

A questão do determinismo também se pode pôr em termos de “mediações”, como fez Mészáros. O capital como sistema transforma a mediação primária entre o homem e a natureza, desviando-a para a opressão de classe, a alienação pelo trabalho e a remoção dos trabalhadores do controlo dos meios de produção. Cria uma nova ordem social, autogerada e autorreforçada, com notável coesão, mas esta coesão só é possível mediante “mediações de segundo nível” — o afastamento da família nuclear, o trabalho/produção alienado, a sociedade civil, o Estado, o fetichismo da mercadoria, o mercado. Tudo isto funciona dialeticamente em círculos viciosos, acumulando fatores de crise ¹¹.

Um momento saliente da discussão do determinismo foi a polémica sobre “o verdadeiro Marx” levantada nos anos 60-70 pela escola francesa do estruturalismo marxista, cujo expoente foi Louis Althusser, filósofo e membro destacado do Partido Comunista Francês. Embora o centro da polémica fosse a alegada rotura epistemológica, defendida por Althusser, entre o Marx filósofo da juventude e o Marx da maturidade de “O Capital”, é pertinente falar dela aqui porque se liga muito ao problema do determinismo. Não é que a polémica ainda tenha muita atualidade, como veremos na secção seguinte, mas vale a pena determo-nos um pouco sobre ela, pelo seu valor histórico e teórico. Além disto, se Althusser perdeu projeção, continua a estar em voga outro eminente estruturalista, Nikos Poulantzas (filósofo marxista grego, cujas teses sobre a estrutura de classes discuti no capítulo XII).

A perspetiva estruturalista de Althusser acaba por ter alguma ambiguidade e pode dizer-se que o seu traço principal, ao que retorquerei adiante, é o anti-humanismo ao tratar do jovem Marx e do humanismo marxiano. Para o estruturalismo, o homem, individualmente ou como ser social, esbate-se em favor de entidades abstratas que o substituem como sujeitos da História. Os agentes da dinâmica social de conflito de

¹¹ Mészáros, István (1969). “The Necessity of Social Control”, pág. 69-70 e “Social Structure and Forms of Conscientiousness” (2010), pág. 394-397. Monthly Review Press, Nova Iorque.

classes são substituídos por “estruturas sociais”. Na prática, esquecendo a natureza ontológica do homem como ser social e dando-lhe abstração, atenua-se a ideia central do marxismo de que as relações sociais de produção estão na base da natureza do Estado, dos fenómenos políticos, da vida social e da ideologia, *embora não de forma estritamente determinista*, o que seria a negação da dialética.

Muito do que Althusser escreve não me parece conter nada de significativamente novo em relação a Marx, nem parece ser essa a sua intenção. Que os indivíduos são em boa parte produto da sociedade, e que o subjetivo pessoal interage com o coletivo cultural, não é novidade. Que a sociedade não é a mera soma ou uma “resultante” das crenças, valores, desejos e juízos dos indivíduos, também é verdade. Que a sociedade se faz de “práticas” e que as pessoas não são atores da sua história, antes os suportes dessas práticas, também não é novidade. O que nada adianta é substituir a complexidade das relações dialéticas nessas práticas por estruturas com alguma rigidez e muita arbitrariedade teórica na sua definição, e concebidas com simplismo não dialético. No entanto, reconheça-se que, de facto, não é nada de somenos que muito do que Althusser disse, não sendo novidade, veio chamar a atenção para a necessidade de um marxismo rico, complexo, multifacetado, oposto ao esquematismo da escolástica oficial. Por outro lado, a sua noção de “sobredeterminação” contribui significativamente para a crítica à ideia feita de um estrito determinismo económico em Marx.

Em termos gerais, diz-se que há sobredeterminação quando um efeito único observado é determinado por múltiplas causas, qualquer delas podendo, por si própria, ser suficiente como responsável pelo efeito. No caso em apreço, a noção althusseriana de “sobredeterminação” significa que a causalidade social, na tradição dialética, é não-reducionista e antiessencialista e que, sem prejuízo da determinação *básica* pela economia, todos os processos sociais têm natureza constitutiva. São influenciados – constituídos – pelos efeitos de todos os outros processos, mesmo os não *diretamente* classistas, como o poder, a tecnologia, a consciência, a hegemonia ideológica e cultural, os interesses objetivos.

As estruturas sociais de Althusser compõem-se sempre de três níveis interativos: o económico, o político e o ideológico. O nível económico é o determinante *a longo prazo* na História; mas, em fases ou situações concretas do capitalismo, os outros níveis podem sobrepor-se ao económico, ganhando “dominância”. Por exemplo, isto explicaria que o Estado, sendo para os estruturalistas o defensor *a longo termo* – ou também, segundo Althusser, *em última instância* – dos interesses do capital, possa também ter atuações independentes ou mesmo aparentemente lesivas dos interesses capitalistas, por exemplo na política fiscal ou nas políticas sociais. A questão é que a adenda “em última instância” deixa um grande campo de discussão sobre o que são as instâncias mais próximas.

Procurando resolver o problema do determinismo, o estruturalismo, na sua abstração, deixa porém sem resposta clara questões importantes para a nossa reflexão sobre o determinismo e a dialética de interação entre o económico e o superestrutural. Quão relativo é o relativo e que circunstâncias modelam essa relatividade? Sob que formas se manifesta a autonomia superestrutural relativa, e nos diferentes tipos de “dominância”? Que exemplos concretos já houve de inversão da dominância? O que falta de aprofundamento na noção de “sobredeterminação”, que é usada com sentidos diferentes por diferentes autores, a começar por Freud? E assim por diante. Deixo a nota de que, para mim, Gramsci respondeu muito melhor a estas questões, dezenas de anos antes, como veremos mais adiante. Leiam Gramsci! (mas não as suas falsificações pós-modernistas e populistas).

É certo que a leitura althusseriana do marxismo é muito mais extensa e complexa do que este resumo pretende mostrar, mas esta referência restrita é útil para enquadramento, na discussão do determinismo, de teses que tiveram muita importância e que, com as reservas que aqui aponte (e também no capítulo XII, sobre a estrutura de classes), merecem ainda ser discutidas. A polémica althusseriana extravasa também para a questão do “jovem Marx”, como direi já a seguir.

Marx humanista e a polémica do jovem Marx ¹²

A monumentalidade de “O Capital”, a sua objetividade científica mas também a leitura determinista que permitiu contribuíram para uma menorização de uma faceta marcante da filosofia marxiana: o seu humanismo. Vem a propósito um episódio fortuito que, salvo erro, foi narrado pela filha mais nova de Marx, Eleanor. Num serão de família, creio que com Engels, entretinham-se a responder ao célebre questionário de Proust. À pergunta “que lema escolhe para a sua vida?”, Marx respondeu com o célebre verso de Terêncio, “homo sum: humani nihil a me alienum puto” (sou homem: nada do que é humano me é alheio). Alheio, alienar, alienação, tudo com a mesma raiz e alienação vai ser um termo fundamental nesta discussão.

O humanismo em Marx tem pelo menos três facetas: a sua ontologia, mas distinta do humanismo clássico por considerar o “homem ser social”; a apologia da consciência e da vontade humana na transformação social, traduzida na sua própria ação política pessoal e na filosofia da práxis; e o problema da alienação, que é aquele que discuto nesta secção.

A questão do humanismo em Marx, geralmente referida como “a polémica do jovem Marx”, foi suscitada pela publicação póstuma em 1932 dos “Manuscritos Económicos e Filosóficos” ¹³, escritos em 1844. Têm suscitado viva discussão, sendo difícil a sua análise por se tratar de textos soltos, material de trabalho aparentemente não destinados a publicação. No entanto, não há razão para crer que a não publicação pelo próprio Marx se deva a insatisfação ou dúvidas sobre o conteúdo da obra. Como escreveu no prefácio (de facto, cronologicamente, um epí-

¹² Para evitar citações, remeto o leitor para o livro que, em muito, fundamenta o que discuto nesta secção: Musto, Marcello, “Another Marx”, Bloomsbury Academic, Londres, 272 págs. 2018. É um dos mais estimulantes livros que li recentemente e recomendo vivamente a sua leitura a quem quiser pensar Marx hoje. Musto é um dos mais reputados marxistas/marxólogos atuais, ao que não é estranho ser um dos editores da nova edição das obras completas, “Marx-Engels-Gesamtausgabe” (MEGA2).

¹³ Texto completo, em tradução para inglês, em <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1844/manuscripts/preface.htm>. Que eu tenha conseguido encontrar, não há edição em português.

logo), até parece que se destinavam a livro, mas foi adiando a publicação por razões formais, por considerar que os manuscritos eram demasiadamente heterogêneos para um só livro. Por exemplo, o terceiro manuscrito inclui tanto quatro textos de economia como dois de crítica à dialética e à fenomenologia hegelianas. No entanto, não há nos Manuscritos uma separação rígida entre os dois domínios, estando a filosofia sempre presente também nos textos económicos. Voltando à alienação, note-se que o termo aparece 59 vezes (!) em todo o texto dos Manuscritos.

Apesar de publicados na União Soviética, os Manuscritos foram subalternizados pelo marxismo oficial e, por exemplo, nunca foram incluídos na Obras Escolhidas em três volumes das Edições Progresso, de Moscovo, largamente difundidas por todo o mundo, inclusive Portugal (Editorial Avante, 1982). Em contrapartida, foram entusiasticamente recebidos pelos marxistas ocidentais, que neles viam um Marx filósofo humanista, em contradição com o economicismo das obras do período da maturidade, nomeadamente “O Capital”. No outro extremo, o nosso já falado Althusser, cujo estruturalismo anti-humanista discuti na secção anterior e que considerava que o marxismo só tinha começado verdadeiramente com “O Capital”. Como veremos, nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Lembremos logo que, se seguirmos Althusser, poderíamos então-considerar que “A Ideologia Alemã”, do ano seguinte, o “Manifesto do Partido Comunista”, escrito logo quatro anos depois, os “Grundrisse”, a “Miséria da Filosofia”, todas anteriores a “O Capital”, não são obras genuinamente marxistas.

Esta discussão liga-se também à do determinismo, que acabámos de discutir. O jovem Marx, filósofo dos Manuscritos, contradiz antecipadamente o economicismo alegadamente determinista das obras económicas? Com a reserva óbvia de eu não ser um marxólogo, creio que há alguma excessiva polarização na polémica sobre o jovem Marx e que ele foi extremada por razões circunstanciais, nomeadamente a tensão que se vivia entre o marxismo ocidental e o estalinismo. Não vejo contradição entre as posições filosóficas de Marx, tal como nos Manuscritos de 1844, e a conceção essencial das relações entre a estrutura económi-

ca e a superestrutura, desde que não se considerem essas relações como estreita e simplistamente deterministas. Lembremos que esta questão é essencial como uma das fontes mais frequentes de crítica ao marxismo.

Pergunto-me se, fosse tão flagrante essa contradição, não teria sido o próprio Marx a resolvê-la ou a autodenunciar os seus “erros filosóficos” (segundo alguns) de juventude. É certo que poderia não ter grande motivação para isto devido ao facto de os Manuscritos nunca terem vindo a lume, não necessitando portanto de crítica. No entanto, se as concepções filosóficas iniciais de Marx tivessem sido ultrapassadas por ele próprio, com a consciência de que seriam prejudiciais às concepções económicas da maturidade, julgo que teria sido o próprio Marx a não ter deixado tão importante questão por discutir. Recorde-se também que essas perspectivas filosófico-económicas se repetem mais tarde nos Grundrisse. É certo que também só foram publicados postumamente (1941), mas escritos em 1858, muito depois dos Manuscritos e quando Marx já estava profundamente envolvido na preparação de “O Capital”.

Foquemo-nos agora na questão da alienação, essencial na perspectiva humanista de Marx. Note-se que a discussão marxista da alienação não teve de esperar pela publicação dos Manuscritos de 1844, em 1932. O primeiro tratamento da teoria da alienação em Marx deve-se a Lukács, que relacionou a alienação com o conceito marxiano de “fetichismo da mercadoria” (em “História e Consciência de Classe”, 1923). Mais tarde, o contributo de Mézsáros para a análise da alienação em Marx veio a constituir uma referência obrigatória para esta discussão ¹⁴.

Apesar de me estar a centrar nos manuscritos de 1844, recordo que o tema da alienação é tratado exhaustivamente também nos “Grundrisse”, uma obra de 1858 que não pode de todo ser considerada como do “jovem Marx”. É certo que não aparece muito em “O Capital”, em que se fala muito mais da “fetichismo da mercadoria”, mas, afinal, os dois conceitos estão relacionados. O fetichismo da mercadoria é o fenómeno pelo qual a atividade de trabalho se contrapõe ao homem como algo objetivo e independente e o domina mediante leis autónomas e estra-

¹⁴ Mézsáros, István (1970). “Marx's Theory of Alienation”. Merlin Press, London.

nhas a ele. Refere-se ao império do valor de troca sobre o valor de uso, que determina o que é produzido e como é produzido e faz com que as mercadorias sejam consideradas como forma absoluta de riqueza em vez de, na realidade serem apenas uma forma de valor específica do capitalismo. O trabalho no capitalismo tem como fim não a produção de valores de uso – isto é, diretamente relacionados com as necessidades humanas –, mas antes de valores de troca e deixa de servir para produzir bens concretos necessários à vida e ao conforto para passar servir a produção de lucro.

Alienação foi termo na moda na minha juventude. Alienação pelo consumismo, alienação pela comunicação social, pela excessiva especialização do trabalho, pela burocratização, pelo conformismo, pela perda do sentido de si que se manifesta na relação com novas tecnologias, pela marginalização étnica, pelo vago mal-estar dos existencialistas, etc., etc.. Até a alienação das jovens universitárias pelas freiras dos lares, em relação à sua liberdade sexual. Alienação era palavra na moda e servia para tudo, como hoje hegemonia, maltratando Gramsci. Marcuse, um marxista em voga no meu tempo, foi ao ponto de considerar que a alienação se resumia à perda do sentido da libido e do jogo nas relações sociais... Sendo esses autores marxistas, tudo isto foi um desvio do significado filosófico consagrado do termo, tal como usado por Marx. A alienação é inerente ao capitalismo e está ligada a outra categoria, a “coisificação” ou “reificação”, como discutiu Lukács ainda muito antes da polémica dos Manuscritos, que ele nem conhecia. Ela decorre da mercantilização do trabalho humano. Mal sabia Marx (mas já pressentia) que, no capitalismo moderno, não é só o trabalho que está mercantilizado, é toda a vida humana, pessoal, familiar, social e cultural.

Há uma clara distinção entre a noção marxiana de alienação e a de grande parte dos entusiastas dos Manuscritos de 1844. A alienação não foi concebida por Marx como uma problemática individual, mas sempre como um fenómeno social. Não é uma manifestação da alma, mas um poder real, uma dominação concreta, que se realiza na economia de mercado depois da transformação do objeto em sujeito. Por este motivo, ele não limitou a análise da alienação ao desconforto do ser huma-

no individual, mas sim aos processos sociais que estavam na sua base, em primeiro lugar a atividade produtiva.

Escreve Marx logo no primeiro dos Manuscritos (págs. 29-30), sobre o trabalho assalariado (e é um exemplo do que disse atrás, filosofia mais economia) que:

“O objeto que o trabalho produz, o produto do trabalho, confronta-o como algo de alheio, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é trabalho embebido num objeto, tornando-se material: é a objetivação do trabalho e esta objetivação é a realização do trabalho [... enquanto] é a perda de realização do trabalhador. A objetivação é perda, é tanto perda do objeto como ligação a ele, como alienação. (...) O seu trabalho torna-se um objeto, uma existência externa, que existe fora dele, independentemente, como alguma coisa alheia ao trabalhador e torna-se um poder confrontado com ele. (...) como algo de hostil e alheio.

(...) O trabalho é externo ao trabalhador, não pertence à sua natureza intrínseca; no seu trabalho; portanto, ele não se afirma a si próprio mas antes se nega a si próprio, não se sente satisfeito, mas infeliz, não desenvolve livremente a sua energia física e mental mas mortifica o seu corpo e arruina a sua mente. (...) O seu trabalho não é voluntário, é coagido, é trabalho forçado. Portanto, não é a satisfação de uma necessidade, é meramente um meio de satisfazer necessidades externas a ele [trabalhador]. (...) Por fim, o caráter externo do trabalho para o trabalhador aparece no facto de que não é seu, mas de outro, que não lhe pertence, que pertence não a si próprio, mas a outro. (...) Pertence a outro; é a perda de si mesmo.

Como resultado, portanto, o homem (o trabalhador) só se sente livremente ativo nas suas funções animais – comer, beber, procriar, ou no máximo na sua habitação e vestir-se, etc....; e nas suas funções humanas ele não se sente mais nada para além de um animal. O que é animal torna-se humano e o que é humano torna-se animal. Certamente, comer, beber, procriar,

etc., também são funções genuinamente humanas. Mas tomadas abstratamente, separadas da esfera de todas as outras atividades humanas e transformadas em fins únicos e últimos, são funções animais.”

A discussão da alienação é retomada com novo enfoque nos “Grundrisse”, enriquecida pela compreensão de categorias económicas e de uma análise social mais rigorosa. Ao lado do nexos entre alienação e valor de troca, figura de novo a ideia de que a alienação radica na contradição entre capital e “trabalho vivo”. Sendo o trabalho a “atividade útil para a apropriação das matérias naturais sob uma ou outra forma”, o processo de apropriação dos objetos exteriores para a satisfação das necessidades do homem – ou seja, da produção dos valores de uso que contribuem para a manutenção e o crescimento da vida – é o “trabalho vivo”. O trabalho vivo opõe-se ao trabalho abstrato e ao trabalho alienado, sinais de um empobrecimento da vida que é fundamento do capitalismo.

Escreveu Marx, nos “Grundrisse” ¹⁵:

“A produção baseada no valor de troca, sobre cuja superfície acontece aquela troca livre e igual de equivalentes, é no fundo troca de trabalho objetivado como valor de troca pelo trabalho vivo como valor de uso, ou, como também pode ser expresso, comportamento do trabalho em relação às suas condições objetivas – e, por essa razão, com a objetividade criada pelo próprio trabalho – como propriedade alheia: alienação [“Entäußerung” ¹⁶] do trabalho. Por outro lado, é condição do valor de troca ser medido pelo tempo de trabalho, e, por isso, o trabalho vivo – não o seu valor – como medida dos valores. É uma ilusão acreditar que, em todas as condições de produção, a produção e, em consequência, a sociedade se baseiam na troca de simples trabalho por trabalho. Nas diversas formas em que

¹⁵ Marx, K. (1857). “Grundrisse. Manuscritos económicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política”. Boitempo Editorial, São Paulo, Brasil, 1ª edição, 2011. Págs. 686-687 (mantendo a ortografia brasileira).

¹⁶ “Estranhamento”, um termo clássico de Hegel que Marx mantém.

o trabalho se relaciona com suas condições de produção como sua propriedade, a reprodução do trabalhador não é posta de modo algum por mero trabalho, pois sua relação de propriedade não é o resultado, mas o pressuposto de seu trabalho. (...) O mero trabalho também não é o pressuposto da valorização. Uma situação em que simplesmente seja trocado trabalho por trabalho – seja na forma viva imediata, seja na forma de produto – supõe a dissociação do trabalhador do seu vínculo originário com suas condições objetivas, motivo pelo qual, por um lado, o trabalho aparece como mero trabalho, e, por outro, seu produto, como trabalho objetivado, ganha diante dele uma existência completamente autônoma como valor. A troca de trabalho por trabalho – aparentemente, a condição da propriedade do trabalhador – se funda na ausência de propriedade do trabalhador como base do trabalho.”

Toda a discussão marxiana da alienação radica na sua noção de desenvolvimento humano ¹⁷, naquilo a que chama, nos manuscritos de 1844, o “ser humano rico”, a pessoa que desenvolveu as suas capacidades ao ponto de ter gratificação de grande diversidade e para quem a realização significa uma necessidade interior, uma “obrigação” pessoal. A riqueza real não é a acumulação de bens materiais, não é a riqueza de que trata a economia política, mas sim a riqueza do ser humano e das necessidades humanas totais. “O que é a riqueza”, pergunta Marx nos Grundrisse, senão “a universalidade das necessidades individuais, das capacidades, dos prazeres, das forças produtivas?”, tanto na esfera da produção como na do consumo. “Ao contrário do capitalismo, em que o homem trabalhador existe para satisfazer a necessidade da acumulação capitalista, o socialismo é a situação inversa, em que a riqueza objetiva serve para a satisfação da necessidade de desenvolvimento do homem trabalhador”. Pergunto se isto são posições economistas frias e científicas ou se são pura filosofia humanista. Uma das grandezas de

¹⁷ Sem que isto adiante ao que já está subjacente em Marx (de forma expressa em textos da sua fase tardia de vida), acrescentaríamos hoje “desenvolvimento humano sustentado”.

Marx é a síntese harmoniosa das duas dimensões. Marx é ele próprio uma definição do humanismo, um exemplo do mais alto nível de riqueza e complexidade da mente humana.

Dir-se-á talvez que os textos que transcrevi parecem retóricos, demasiado filosóficos para o homem comum. De facto, eles são absolutamente substanciais e estão intimamente ligados à ideia, essencial no marxismo clássico, de que a emancipação humana, a sua desalienação, só é possível com o fim da exploração do homem pelo homem, com o fim da apropriação da mais-valia, com uma sociedade sem classes em que o trabalho não é uma servidão mas sim uma realização do homem. É o ideal comunista.

É total desonestidade intelectual afirmar-se que a ideia de comunismo em Marx é liberticida, a de uma sociedade de opressão sem direitos cívicos e sem o objetivo central da plena realização humana. Isto é talvez o principal desafio à esquerda consequente, àquela que ainda procura inspiração em Marx: é preciso retirar à direita liberal e à social-democracia a bandeira da liberdade.

Depois de tudo o que aqui ficou dito, faz sentido a polémica do jovem Marx? Parece-me muito apropriada uma citação de Henri Lefebvre, provavelmente a pensar no seu compatriota Althusser: “nos seus primeiros escritos, particularmente nos Manuscritos Económico e Filosóficos de 1844, Marx ainda não tinha desenvolvido plenamente o seu pensamento. Ele está lá, porém, germinando, crescendo. (...) A minha visão é que o materialismo histórico e dialético se desenvolveu. Não surgiu abruptamente, com uma descontinuidade absoluta, após uma ruptura, no momento x, nas obras de Marx (e na história da humanidade), e pensar que assim fosse gera falsos problemas. (...) Qualquer novidade radical deve nascer, deve crescer e tomar forma, justamente porque é uma nova realidade. (...) A tese que data o marxismo, ou tenta fazê-lo, corre seriamente o risco de dissecá-lo e interpretá-lo unilateralmente. (...). O erro, a falsa opção que deve ser evitada, é superestimar ou subestimar os primeiros escritos de Marx. Eles já contêm o marxismo, mas

como potencial, e certamente não todo o marxismo”¹⁸.

Diz o povo que só quem é burro é que não muda ou evolui. Muita gente estuda toda a vida, aprofunda ou revê as suas ideias, mas há sempre um elemento de continuidade – exceto no caso dos oportunistas políticos e das suas viagens da extrema-esquerda para o polo oposto, mas estes não têm ideias, no sentido intelectualmente mais nobre do termo. Marx estudou toda a vida, com prejuízo do conforto e da saúde, mas, mesmo assim, embora sendo eu leigo, não consigo ver roturas significativas na sua obra, de uma coerência total na sua complexidade e na capacidade de constante aprofundamento. Epifanias súbitas e radicais só teve Paulo de Tarso na estrada para Damasco.

O comunismo é o fim da História?

Julgo que demonstrei a minha fidelidade crítica ao marxismo original e às suas atualizações genuínas como as de Lukács ou Gramsci, mas, ao mesmo tempo, rejeitando que ele seja uma formulação dogmática, intangível. Aqui deixo um exemplo da minha oposição pessoal a uma formulação particular do marxismo. É a questão da teleologia. O que é que isto significa, em filosofia? É o estudo dos fins, isto é, do propósito, objetivo ou finalidade dos seres, no âmbito da sua ontologia. Admitamos, porém, que Marx não pense tanto em termos teleológicos mas sim teleonómicos, admitidos por alguns na filosofia das ciências, mas que não deixa de ter alguma coisa de subtilidade. Diz-se que a teleonomia ocorre quando um objeto ou sistema se orienta em direção a metas que devem ser alcançadas. Afinal, este “devem” é teleológico. Tudo isto vem a propósito da visão marxista do comunismo. É uma visão inspiradora, um “discurso profético”, mas não uma prospetiva científica, apesar da sua racionalidade.

Nem sequer da luta de classes, essência da conceção marxista da dinâmica histórica, se pode deduzir indiscutivelmente que a luta do proletariado conduzirá ao comunismo, como sociedade sem classes. A História é irónica no que respeita à linearidade da relação entre a classe

¹⁸ Lefebvre, Henri. “The Critique of Everyday Life”. Verso, Nova Iorque/Londres. 1991, Vol. I, pp. 79-80.

mais oprimida e a classe que determinará o modo futuro. Os escravos romanos certamente desejariam para os seus filhos uma vida sem senhores de outros homens mas afinal não foram eles que derrubaram o Império e por isso os que lhes sucederam, os servos da gleba no feudalismo, não eram livres. Os “sans culottes” parisienses libertaram-se da classe aristocrática que viam justamente como seus opressores mas acabaram por cair sob domínio da burguesia, vencedora de facto da Revolução Francesa.

O marxismo é a crítica global do capitalismo – científica, filosófica e política - e a discussão do que virá depois dele tem pouco relevo na obra de Marx. A ideia do comunismo é expressa em variados textos marxianos de forma genérica, pouco concreta ¹⁹, mas devemos focar-nos no essencial: o comunismo é a sociedade sem classes, livre da exploração do homem pelo homem e em que o desenvolvimento de cada um é a condição para o desenvolvimento livre de todos. O trabalho tende a ser cada vez menos uma necessidade em relação à natureza e a redução do tempo de trabalho faz com que ele “passe a ser não só um meio de vida, mas o principal desejo da vida”. O progresso tecnológico e o grande desenvolvimento das forças produtivas, numa sociedade de abundância e de solidariedade entre homens livres da alienação pelo trabalho permitem a concretização do ideal último, “de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades”. O poder político, como poder de classe, desaparece, substituído pela administração da coisa pública.

(Abro parênteses para abordar brevemente, a propósito da construção do comunismo, a questão das relações entre socialismo e comunismo. A distinção rígida entre estas duas “fases” não contemplam a visão dialética de Marx, de um *processo* que se desenvolve sem características específicas que distingam duas fases, socialismo e comunismo. A concepção de uma fase distinta e específica do socialismo até adotou uma fórmula pré-marxiana – “de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo o seu trabalho” – mais recuada do que o “segundo as

¹⁹ Por exemplo, em “A ideologia Alemã”, escrito com Engels em 1845-46 (Parte I, secção D).ou nos “Grundrisse”.

suas necessidades” de Marx. A concepção fasista tem mais a ver com a experiência concreta da revolução bolchevique (e depois da chinesa) e da prioridade à obtenção das condições materiais necessárias à edificação do comunismo numa fase avançada das forças produtivas. É uma manifestação da questão polêmica da possibilidade de uma revolução socialista num país capitalista atrasado.)

Marx, um homem de grande racionalidade, não tem nada de adivinho e não tem a pretensão de tentar delinear o que será a sociedade comunista, a sociedade sem classes. É um sonho, não um material concreto de análise científica. De concreto, apenas propõe as célebres dez medidas listadas no “Manifesto do Partido Comunista”, mas elas dizem respeito ao que se deve seguir ao derrube do capitalismo, não à caracterização da sociedade comunista e do seu modo de produção. Também o que se segue à tomada de poder pelo proletariado, a fase inicial da construção do comunismo ²⁰, é abordada no concreto na “Crítica do Programa de Gotha” (1875), mas sem a pretensão de uma elaboração programática.

Não se trata, evidentemente, de uma previsão científica. É filosofia e, mais especificamente, uma “fantasia concreta” como diria Gramsci. No entanto, a filosofia em Marx é inseparável da sua visão científica, mas sujeita às limitações do conhecimento da época. Como cientista de toda uma vida, a minha elaboração filosófica também está impregnada pela ciência, mas com mais de um século de avanço. Também sou humanista, mas à luz da cosmologia atual. É a minha vantagem em relação a Marx.

O homem é um entre infindáveis produtos da natureza (Marx diria o mesmo) mas, sendo a sua mais sublime criação — da natureza, entenda-se — não é o fim último da evolução do universo, cujo destino desconhecemos — expansão infinita ou concentração de novo no “pon-

²⁰ Sem que me seja possível discutir aqui este tópico, note-se que Marx, falando em fases do caminho para o comunismo, não é tão rígido como Lênine na distinção entre socialismo e comunismo.

to”²¹ de origem. Certamente que nem mesmo da evolução biológica, embora esta tenha agora, no caso humano, uma componente principalmente social e cultural. Um futuro *Homo*, de enorme cabeça, careca, de olhos grandes, de membros atrofiados, com pele verde de clorofila adequada a uma atmosfera de anidrido carbónico e com um tubo digestivo adaptado a uma alimentação exclusivamente sintética é coisa da ficção científica.

É verdade que o universo poderá ser visto em função do homem, mas numa perspetiva muito especial, a do princípio antrópico. Isto quer dizer que, podendo haver muitos universos, este nosso parece feito à medida do homem mas pela simples razão de que é o único que, pelas suas leis físicas e constantes e pela sua estrutura atómica, permitiu a vida humana, a evolução e o conhecimento. Sendo aquele que conhecemos, gera-se a ilusão milenar de que o homem é o alfa e o ómega do cosmos e que a cosmologia inclui forçosamente uma teleologia centrada no homem. Ele é assim só porque é assim que o podemos conhecer.

Sabemos como começou o universo, não fazendo sentido científico perguntarmo-nos o que havia antes. Não sabemos qual será o seu fim. Da mesma forma, sabemos como apareceu e evoluiu o homem e não sabemos qual será o seu fim e o da sua sociedade. O que a cosmologia científica nos diz é que ele evoluirá no universo e que, salvo um cataclismo, essa evolução não tem um fim necessário. Não há razão, na lógica científica, para se admitir um fim da História. Para um cientista, a evolução é uma lei da natureza e obviamente ela inclui a evolução humana. Também, sendo o homem um ser social, ela inclui a evolução da sociedade. Sabemos como a evolução começou, mas é impossível determinar o seu futuro, muito menos se ele terá um fim.

Julgo que Marx caiu neste erro, porventura influenciado pelas suas raízes hegelianas. Posso estar a interpretar mal o pensamento marxiano, mas parece-me evidente que, para Marx, o comunismo é o fim da

²¹ Entre aspas! Isto não é nada intuitivo, mas não há um ponto geométrico em que teve lugar o Big Bang. Geometria significa espaço e o espaço (melhor, o espaço-tempo) foi criado com o Big Bang. Portanto, antes dele não podia haver um ponto. Nem tempo e por isto não faz sentido perguntarmos o que havia antes (tempo) do Big Bang.

História. O raciocínio parece linear. Sendo a História movida e determinada pela luta de classes, a sociedade comunista, sem classes, interromperia por isto, definitivamente, esta dinâmica do processo histórico. Mas é indubitável que, mesmo no comunismo, não possa haver a emergência de novas classes, eventualmente em conflito? Por exemplo, já não com base no poder do dinheiro, do capital, mas no poder da superioridade intelectual e tecnológica? Ou o poder, que sempre acompanhou a história humana, porventura inscrito na sua biologia (veja-se toda a biologia animal) é uma categoria a desaparecer? A evolução do homem social fez-se sempre com base numa relação tensa entre cooperação e competição. Porque razão esta “lei” da natureza será obrigatoriamente subvertida pela chegada ao patamar do comunismo?

A história não se pode repetir, numa aparente inversão mas a um nível diferente de qualidade, “superior”? Afinal, isto é a mais básica dialética, num processo de negação da negação.

Presente e futuro do marxismo

Newton foi um dos maiores génios da humanidade, mas foi corrigido por Einstein. O que não se pode esquecer é que essa correção só foi possível porque Einstein se ergueu sobre os ombros de Newton. Marx foi outro génio, mas não virá sabe-se lá quando outro génio que se erga sobre os ombros de Marx? Só o futuro o dirá, e hoje ainda temos de pensar é em Marx.

O que resta hoje de Marx? Que parte ou partes da sua obra (ou necessariamente a totalidade?) ultrapassaram o circunstancialismo da época e são férteis para o pensamento crítico do nosso tempo? Como se pode ir “além de Marx, com Marx”? As respostas estão longe da unanimidade a não ser na recusa da visão dogmática do marxismo que reinou no movimento comunista. Não admira que hoje haja “muitos Marx”. Começa a redinamizar-se o estudo do marxismo mas com o risco de, a seguir ao dogmatismo, vir o ecletismo e a desvirtuação. Veremos o que emergirá, como dominante, da investigação teórica e prática da nova geração de estudiosos e de ativistas políticos.

Mas quem será o juiz da genuinidade ou fidelidade desse rejuve-

nascimento do marxismo? Pode-se dizer que, como em toda a vida académica, o juízo se faz pelos consensos dos pares mas, sem a objetividade das ciências, esse consenso é muito difícil no caso de uma teoria da história e da sociedade. Haverá sempre uma grande subjetividade na avaliação da justeza ou fidelidade às origens de cada percepção do marxismo. Ao contrário do ditado, neste caso cada um é juiz de si próprio. Mesmo atualmente, autores que critiquei como revisionistas consideram-se honestamente como marxistas fiéis ao espírito de Marx, mesmo que não à letra, e são considerados como tal por largos setores da comunidade dos pensadores marxistas.

Se dei um exemplo pessoal de discordância com Marx, será que por isto deixo de ser marxista? Em tempos de grande confusão ideológica e de tantos maus tratos ao marxismo, a pergunta é pertinente. É necessário estabelecer, em dois momentos, o que deve ser considerado o “corpus” do marxismo. Num momento inicial antes da investigação já em curso, definir o que é essencial no marxismo e que, como ponto de partida metodológico, deve ser respeitado a priori. Num segundo momento, sujeitando a análise ao cotejo com a situação objetiva e subjetiva de hoje, reelaborar esse “corpus”, expurgando-o do circunstancial.

Mas nada adianta pensar o marxismo se isso não passar para as grandes massas, como inspiração para o movimento dos trabalhadores. São inúmeras as obras de divulgação do marxismo, mas boa parte tem marcada influência do marxismo oficial e escolástico. Não admira, porque o pensamento marxiano é extremamente complexo, interrelacionado em todas as suas partes, e é muito difícil, por exemplo, expor sinteticamente qualquer raciocínio dialético aprofundado. O próprio Marx admite frequentemente que alguns dos seus escritos falham no seu desejo de os tornar acessíveis aos trabalhadores. Permito-me chamar a atenção para um texto explicativo pouco conhecido mas que considero indispensável para uma aproximação ao marxismo: “O que é o marxismo ortodoxo?”, o capítulo introdutório de “História e Consciência de Classe” do já clássico Lukács. Clássico mas, com Gramsci, as minhas luzes principais de iluminação do marxismo ainda nos dias de hoje. Não admira; no meio da grande coleção de marxistas para todos os gostos,

são casos quase únicos de marxistas que mantiveram o espírito da filosofia da práxis. Gramsci ainda ganhou muita notoriedade, embora frequentemente com falsificação do seu pensamento; Lukács está esquecido. Como é que não há hoje pensadores marxistas desse calibre? Como dizia uma canção muito conhecida no meu tempo, com um poema de Rafael Alberti, “¿Qué cantan los poetas andaluces de ahora?”

XVII

Democracia, uma palavra grande demais

A democracia, em abstrato, é uma conquista civilizacional da Humanidade. Definindo-a como o regime político que garante uma sociedade de cidadãos iguais e livres e com um governo de todos para todos, o ideal da democracia está inscrito no que de mais nobre tem conseguido o espírito humano. Mas, como diz o título deste capítulo, democracia é uma palavra grande demais, onde, para além do ideal abstrato e também de lutas heróicas para o efetivar, cabem muitas coisas concretas que desvirtuam esse ideal ou mesmo o contradizem.

Tratando-se de uma conquista humana, é necessário começar por relacioná-la com outras conquistas. Os avanços da Humanidade não seguem uma linha de progresso linear, em que todos os aspectos particulares desses avanços convergem no mesmo sentido, sem contradições. Ainda em capítulo anterior vimos como os avanços tecnológicos podem vir acompanhados de retrocessos sociais e económicos. Recorde-se também o exemplo histórico da mudança do sistema escravagista para o feudal que significou um progresso na passagem da condição de escravo para a de servo da gleba (por muito negativa que esta última fosse), mas, ao mesmo tempo, um grande retrocesso na cultura e na tecnologia.

Assim, deve-se dizer logo no princípio deste capítulo que a conquista da democracia e a sua assimilação como “valor universal” não entra de forma alguma em contradição com as outras conquistas sociais seguintes, especificamente o socialismo-comunismo ou, mais genericamente, o que chamámos de projeto transformador. Pelo contrário, são indissociáveis. Ao contrário da leitura deturpada dos defensores do capitalismo, que aproveitam os erros contratura do “socialismo real” (isto é, contra a natureza do projeto socialista genuíno), a defesa da democracia e a necessidade do seu aprofundamento têm lugar relevante na obra de Marx, como discutirei adiante. Há uma democracia burguesa e tem de haver uma democracia socialista. Os defeitos da democracia burguesa não podem justificar a menorização da democracia como

ideia geral e muito menos podem servir de desculpa para a desconsideração da democracia socialista. O problema é que, quanto a esta, discutimos no vazio, porque nunca existiu.

Outro princípio básico, como em relação a tudo o que faz parte do processo histórico, é que a democracia deve ser vista à luz da categoria dialética da *totalidade*, muito tratada por Marx e depois em particular por Lukács: a democracia em movimento, de que são momentos inseparáveis a economia, a sociedade, o Estado, a política, a luta de classes e a ideologia.

A democracia parece indiscutível. E, no entanto, quase sempre precisa de explicação ou clarificação. O que quer dizer? Um sistema conforme com os direitos humanos? O trio liberdade-igualdade-fraternidade? O estado de direito? A conformidade com uma constituição aprovada com legitimidade? É tudo isto e mais, em doses variáveis conforme o entendimento das pessoas. O que se pode ter como certo é que, na cultura hoje hegemónica, se reduz àquilo que se verifica na prática como democracia representativa, em particular no chamado “mundo ocidental”.

Desde as suas origens que o ideal abstrato da democracia não tem correspondência total à prática. Nem devia ser preciso lembrar que a democracia grega era restrita aos cidadãos livres do sexo masculino e que, já que refiro o género, o voto feminino só há um século ou menos foi conquistado pela luta muito dura dos movimentos sufragistas. Os próprios homens, contra o princípio atual de um indivíduo um voto, eram em grande percentagem excluídos do poder de voto nos sistemas censitários, que exigiam um rendimento económico mínimo, para além de outros requisitos como a alfabetização. Mesmo na França liberal, no governo Thiers ¹, 32 milhões de franceses eram governados pelo voto de 240 mil pessoas.

Essencialmente, a democracia, consensualizada sem qualificação adjetiva, só se aproximou dos ideais iluministas e de forma limitada na Europa e nas colónias norte-americanas, descontando, neste caso, que

¹ Presidente do governo republicano francês em 1871, a seguir à queda de Napoleão III, na sequência da guerra franco-prussiana.

os estados escravagistas do sul eram, na teoria e na prática, o contrário da democracia. Já na América Latina, a democracia ligada à libertação dos poderes coloniais ficou essencialmente cingida aos escravagistas e grandes senhores, com total alienação dos povos indígenas. Também em muitas regiões de África e da Ásia a democracia foi uma importação alheia à cultura ancestral e às formas socialmente aceites de organização política, o que não significa, obviamente, que se deva relativizar à moda pós-modernista o valor universalizante da democracia.

O caso particular da China é importante, dado o seu papel crescente na ordem mundial. O mais populoso país do mundo e que, para a generalidade das pessoas, é um país socialista, quase nunca viveu em democracia liberal. O grande perigo disto é, como aconteceu com os países da órbita soviética, poder-se pensar que o socialismo pode dispensar a democracia (que democracia?, é outra questão a que voltaremos). Tal como o marxismo tem vindo a ser complementado na China por sucessivos “pensamentos”, de Mao a Deng e agora Xi Jinping, o “socialismo de características chinesas” está a ir buscar cada vez mais referências ideológicas à cultura ancestral chinesa, principalmente ao confucionismo.

Na filosofia política confuciana, a ordem é o objetivo supremo da governação e para isso impõe-se a obediência geral, como governados, como esposas, como filhos, assim como a crença na essencialidade das relações hierárquicas. No limite, está a obediência indiscutida ao poder máximo e individual, o imperador, agora imitado pelo dirigente máximo do partido. Pela mesma lógica, o poder não é legitimidade pela representação democrática do povo soberano mas sim pela noção de ética política de que o Estado tem deveres perante todos os súbditos, garantindo-lhes a harmonia social e as possibilidades de auto-desenvolvimento ². Com a valorização da ordem, da hierarquia e das obrigações mútuas, há no centro do confucionismo um contrato social: os governados devem lealdade e obediência aos governantes, mas os governantes só têm legitimidade no seu “mandato celestial” se se preocuparem com o

² Ideia a que não é estranha a política de estímulo aos “capitalistas patriotas”.

bem-estar do povo.

A democracia, mesmo vista à luz da sua formulação histórica como democracia liberal, é essencialmente uma abstração; e a sua universalidade – como parte integrante da civilização – ainda mais. É necessário analisá-la no concreto, libertando-nos de um modelo artificialmente consensual de democracia liberal (que, no limite, até convive com o que já se chama “democracia iliberal”) e propondo vias para o aprofundamento de uma democracia real, totalmente inclusiva e abrangendo toda a complexidade inscrita na igualdade e na liberdade.

A democracia parece indiscutível, escrevi atrás. E, no entanto, nunca este sistema de democracia representativa esteve tão em crise. A baixa estima pela política e seus agentes, a percepção da corrupção entranhada na política, a falta de ética republicana, o partidarismo clientelar, são muitos dos fatores que explicam os bem patentes desvios à norma democrática, seja o desinteresse e a abstenção, sejam os sucessos de variadas formas de cesarismo demagógico. A congruência da maior parte da gente que tem governado o país é, como se sabe, nula. Dizem hoje uma coisa, amanhã fazem outra; prometem com juras solenes cumprir um programa e antes que o eco das palavras se esbata já estão a fazer o contrário do que prometeram.

O descontentamento generalizado com a democracia representativa, um sentimento de desilusão, manifesta-se em altas taxas de abstenção. É também reflexo de as pessoas se sentirem cada vez mais longe da responsabilidade efetiva pela vida política, vendo que os grandes interesses e as elites influenciam determinadamente as decisões políticas e a legislação; que, paralelamente, o poder executivo é mais distante e incontrolado; e que o poder legislativo, dos representantes eleitos, não é obrigado à prestação de contas. A revolta que cresce contra isto não é contra a democracia em si mas sim contra o incumprimento das promessas democráticas, e a favor de uma forma de democracia efetiva que ultrapasse as limitações crescentes da democracia representativa.

A democracia liberal, na sua forma habitual representativa, assenta em dois princípios essenciais. Primeiro, a igualdade, segundo o qual todos os cidadãos têm igual direito de voto, independentemente da sua

posição social ou económica, mas também da sua aptidão para a apreciação da coisa pública; segundo, que todos gozam de total liberdade na expressão da sua vontade política.

O princípio da igualdade é teoricamente indiscutível, em relação à igualdade jurídica, embora possa ser posta em causa a igualdade de “competência” política entre cidadãos de muito diferente nível de cultura e de capacidade de avaliação das questões políticas. Acresce que vivemos numa época em que a política está muito condicionada por aspectos técnicos muito complexos. Desta lógica poderia decorrer o primado da “epistocracia” – o sistema em que toma primazia o voto dos que têm maior conhecimento político. Seria um retrocesso democrático absurdo e não se vê como qualquer forma de meritocracia institucionalizada não descambasse progressivamente em oligarquia e em reforço do poder de classe, dado que a divisão em cultura traduz essencialmente a divisão em classes. Por muito falível que isto seja, é aos cidadãos eleitores em sistema universal que cabe, com a escolha dos seus representantes, premiar a competência, em articulação com a posição política.

Já o princípio da liberdade é mais do que duvidoso, na prática. Que conceito de liberdade? A liberdade política, clássica, a que por isso Benjamin Constant chamava de “liberdade dos antigos”, era ligada à igualdade. Era a liberdade de participar na vida política, sem constrições nem influências ocultas. A liberdade “dos modernos”, característica do liberalismo burguês, é a da posse livre da vida privada, da consagração dos direitos individuais de propriedade, expressão, dos negócios. É uma noção de liberdade que se dissocia da igualdade, porque conduz ao aumento progressivo da desigualdade de facto.

Para simplificar, entendamos liberdade como “a dos antigos”. Mesmo assim, é idealista pensar-se hoje que essa liberdade cumpre o preceito básico de não ter constrangimentos. Na prática, eles são de tal monta que a liberdade é cada vez mais condicionada – e, logo, a igualdade. É a contradição fundamental da democracia representativa moderna.

No limite, só há eleições verdadeiramente livres para as classes dominantes. Já na Revolução francesa perguntava Marat “para que ser-

ve a liberdade política para os que não têm pão?”. Quem tem carências básicas, quem tem de ocupar grande parte das suas horas disponíveis a trabalhar duramente, não tem tempo nem recursos intelectuais para pensar política, refletir sobre as propostas eleitorais e fazer escolhas fundamentadas. Sempre foi assim na história da democracia liberal. Os seus agentes efetivos, desde as assembleias da Revolução Francesa, eram burgueses endinheirados, que se podiam dar ao luxo da atividade política. Na prática, era outra forma, menos visível, de democracia censitária.

A situação agrava-se hoje por múltiplas razões, em contradição com a muito maior facilidade de obtenção da informação. A primeira constrição é a da complexidade muito maior da decisão política, envolvendo bases técnicas pouco acessíveis ao cidadão e servindo de justificação para a tecnoburocratização e a profissionalização da vida política. Ela verifica-se principalmente a nível do poder executivo mas também com cada vez maior relevo na eleição dos representantes eleitos, os legisladores.

A política está profissionalizada e com isto, estica-se a distância da representação. Os candidatos à vida política ou são profissionais em condições de poderem, durante algum tempo, prescindir da sua atividade profissional ou são, na prática, “funcionários” dos partidos, ficando muito mais dependentes das direções partidárias e da sua burocracia do que dos eleitores que, virtualmente, representam. Quando, no caso dos círculos uninominais na tradição anglossaxónica, estão mais dependentes dos eleitores, cai-se em grave distorção da representatividade e em apagamento da pluralidade partidária, em prejuízo dos partidos mais pequenos, afinal, muitas vezes, com uma posição política mais clara e firme.

O político tradicional, polivalente e eclético, não desapareceu mas tende a inserir-se obrigatoriamente num sistema relativamente fechado de relações de tecnoestrutura, com subalternização da cultura política e dos valores democráticos. A especialização e profissionalização diminuem o alcance humano da visão política e favorecem a hierarquização das responsabilidades políticas. Esta tendência é manifesta ao nível do

Governo. Abaixo de um Primeiro Ministro que concentra em si a decisão política, os outros membros do Governo aparecem muitas vezes como simples técnicos, muitas vezes sem experiência ou cultura política. Ao contrário de algumas tradições democráticas, nem têm que ser validados por um voto como deputados. Esta subalternização do carácter político em relação à competência técnica pretende dar à vida política um tom asséptico de mera administração das coisas, excluindo a participação dos cidadãos.

Os sistemas democráticos assentam constitucionalmente nos partidos. Como geralmente acontece com todas as organizações, também os partidos tendem para a burocratizarão e para a criação de uma oligarquia interna que se reproduz por relações clientelares. É mais um fator de desconfiança popular em relação à democracia, quando as pessoas se apercebem de que a soberania real se desloca delas para uns poucos indivíduos que controlam a vida dos partidos. É também por isto que sentem que os parlamentos, onde estão os seus representantes eleitos, têm agora menos poder na escolha dos executivos, que compete na prática às oligarquias partidárias, por vezes com uma quota extrapartidária que resulta da aliança entre a “classe” política e a tecnoburocracia que orbita o mundo dos grandes negócios.

Uma consequência facilmente comprovável pelos números é a deformação da representatividade sócio-profissional dos agentes políticos em relação à população total. Um estudo português ³ mostra este facto, analisando a situação dos 776 ministros e secretários de Estado, que integraram os primeiros 19 governos constitucionais (1976-2013). A percentagem de graduados por universidades é elevadíssima, 99% e indica claramente o peso das elites na governação do povo. Também há desproporção no tipo de formação, sendo que 73% eram juristas, economistas ou licenciados em gestão e engenheiros. Note-se que o clássico predomínio dos juristas tende a ser substituído pelo dos licenciados em economia ou gestão. Também é elucidativo que, antes ou depois da

³ Campos, Adriano, Costa, Jorge, Teixeira Lopes, João, Louçã, Francisco e Moniz, Nuno (2015). “Representantes e dominantes: Os governantes e as relações de classe em Portugal”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 108.

ocupação dos cargos, 59% tinham ligações a empresas, a alto nível, nomeadamente sociedades de advogados ou posições de posse de capital. Claramente, um governo do povo...

Para o esvaziamento da política cidadã e para a melancolia da democracia representativa, contribui grandemente o facto de a política também estar cada vez mais mediatizada e transformada em espetáculo. O eleitor é levado a escolher vedetas, não agentes políticos com propostas inteligíveis. Por mais legislação que haja a defender o pluralismo e a igualdade de candidaturas, na prática a comunicação social faz passar à frente os seus critérios de oportunidade, aquilo que faz vender e traz publicidade. Os comícios e campanhas de rua são para assistência de sofá, frente à televisão e os debates são monótonos, de “sound bites” e medidos por vitória ou derrota, como jogos, aplaudindo-se as habilidades retóricas dos jogadores.

A comunicação social não é um grande negócio economicamente rentável. No entanto, não deixa de haver quem a financia – e também financiando “grupos de estudo” e coisas do género, muito independentes –, porque o lucro político é muito grande. Com isto, dá-se também a imagem de liberdade de imprensa, de competição liberal, de virtude da democracia, uma democracia com a condição suficiente de haver eleições e liberdade de imprensa. Afinal tanto uma coisa como a outra são hoje uma mercadoria, invisível, mas tão mercadoria como outra qualquer.

Ao mesmo tempo, desvia-se a atenção do público para questões menores, para a intriga política, em desfavor das questões centrais da vida económica e social. Cria-se uma “ilusão antecipatória”, (“Vor-Schein”) como escrito há já quase um século por Ernst Bloch ⁴. Os contos de fadas fornecidos pelo aparelho comunicacional e ideológico desviam a razão do seu papel de filtro da imaginação e enchem as pessoas comuns com sonhos “góticos” de felicidade fictícia e de cumprimento próximo de aspirações pessoais que se substituem à realidade prosaica

⁴ Filósofo marxista alemão (1885-1977) que referimos no capítulo I, “Utopia?” e que discute esta noção de ilusão antecipatória num dos seus livros principais, “O Princípio da Esperança”.

do dia a dia. Estas ilusões, radicadas na mentalidade típica do capitalismo (consumismo, fazer pela vida, individualismo), são apresentadas como realizáveis por natureza no capitalismo, enquanto que o projeto socialista é ridicularizado como irrealista. É a hegemonia e a construção de um “senso comum” (voltaremos a isto mais adiante, ao discutir a ideologia), que de anos a anos atinge o seu máximo por altura de eleições.

Esta intoxicação informativa toma hoje grandes proporções quando a desinformação e até o fabrico das notícias falsas (“fake news”) são enormemente amplificadas pelas redes sociais e dão direito à aceitabilidade teórica, por alguns setores não democráticos e sem ética mínima, da chamada pós-verdade. Talvez o exemplo mais flagrante da influência eleitoral da rede foi o da eleição de Bolsonaro, no Brasil, onde a rede mais usada, a WhatsApp, condicionou fortemente a escolha dos eleitores menos esclarecidos.

De forma mais rebuscada, também jogam os algoritmos usados nas redes para identificar perfis sócio-ideológicos característicos de tipos de eleitores, conforme os conteúdos e vocabulário usado nas suas páginas e nos seus comentários nas de outros, que depois servem para lhes serem canalizadas desinformação e propaganda eleitoral. Se, como todos vemos nas nossas páginas ou aplicações, somos alvo de publicidade comercial muito eficaz baseada no nosso perfil de deslocações, compras, interesses, porque é que ninguém se haveria de lembrar também de utilizar os mesmos processos para nos vender políticos?

Todos estes entraves à genuinidade da escolha na democracia representativa põe reservas justificadas em relação ao mecanismo eleitoral, de tal forma que, em algumas circunstâncias – que não temos agora espaço para discutir – têm levado à proposta e mesmo à efetivação de outro método de representação, o do sorteio, afinal já utilizado nas democracias da antiguidade.

As eleições podem ser contrárias à resolução de muitos problemas fundamentais, principalmente os que atingem as raízes do sistema de-

mocrático, nomeadamente as constitucionais ⁵, ou que têm um horizonte temporalmente dilatado, mais longo do que os ciclos eleitorais. Muitos destes problemas de fundo exigem um debate longo e aprofundado, assessorado por especialistas técnicos, incompatíveis com o tempo e estilo de campanhas eleitorais. O clima emocional e a frequente falta de serenidade e objetividade dos debates eleitorais também não ajudam.

“Last but not the least”, fica a questão da influência financeira, quanto ao financiamento regular dos partidos, das campanhas eleitorais e depois, quantas vezes, da corrupção dos eleitos no sentido da defesa dos grandes interesses capitalistas. Muitas legislações procuram defender a democracia desse poder económico, mas todos sabemos como o sistema é sempre permeável ao contornar dessas limitações legais. Mesmo que se garanta que as eleições são justas e se garanta a igualdade das candidaturas, é difícil assegurar depois que os eleitos são devidamente escrutinados pelos eleitores, em boa parte porque as suas decisões só podem ser monitorizadas com conhecimentos de que os eleitores não dispõem.

Os cidadãos comuns não são estúpidos mas são ignorantes do que os eleitos fazem, das influências que sofrem, dos pormenores das questões políticas complexas. Quem é capaz de se pronunciar com fundamentos sobre o que os nossos representantes decidem sobre política de defesa e industrial-militar, sobre a construção de um novo aeroporto, sobre a regulação do mercado financeiro, que são exemplos de assuntos que envolvem milhares de milhões de euros e que têm por detrás poderosos interesses económicos?

O neoliberalismo virou ainda mais uma página do livro da degradação da democracia liberal representativa. Mesmo quando são apresentadas ao eleitorado propostas que se desviam dos consensos liberais, o de Washington e o de Bruxelas, a governação vê-se depois fortemente condicionada pela orientação político-económica dominante internaci-

⁵ Por isto, é interessante estudar os processos constituintes da Islândia, Irlanda e algumas províncias canadianas, a cargo de assembleias constituídas tanto por membros eleitos como por membros sorteados, potencialmente mais representativos de toda a população, em termos estatísticos.

onalmente. A concessão de crédito externo, a fixação de taxas de juros pelos mercados, as ajudas do FMI ou do Banco Mundial, o comércio internacional, dependem de regras geralmente unilaterais que condicionam as políticas internas.

Na globalização neoliberal, as empresas multinacionais e principalmente as financeiras controlam o onnipotente mercado e em boa parte deixam de necessitar do apoio dos estados. O Estado perde capacidade reguladora e enfraquece. As decisões políticas que deviam corresponder às escolhas eleitorais afastam-se desta legitimidade democrática e os cidadãos, que antes tinham de ser convencidos na lógica democrática, cada vez mais ficam reduzidos a consumidores no mercado político, consumidores que é necessário seduzir mais do que convencer. A União Europeia, por ter institucionalizado politicamente a ideologia e a política dominantes, é um dos casos máximos desta desapropriação do poder dos cidadãos e dos seus estados nacionais. Discutirei isto em outro capítulo.

As elites tecnoburocráticas assumem que já não lhes é possível governar na globalização neoliberal a nível nacional e local e sujeitam-se ao papel secundário de servidores de um novo grande irmão, o mercado. Pior ainda, até parece que têm prazer em fazê-lo, sentindo-se parte de uma nova ordem nobiliárquica de elite cosmopolita. A própria ambição individual de muitos políticos deixou de se limitar aos seus países e é agora a de os seus cargos nacionais servirem como trampolim para altos cargos europeus ou na finança internacional.

Democracia e direitos humanos

Passa-se com os direitos humanos o mesmo que com a democracia, com a qual, aliás, estão intimamente relacionados. A ideia, generosa e de alcance universal, é passível de diversas interpretações e, na prática, frequentemente desvirtuada e mesmo negada, “justificando”, no entanto, intervenções militares por parte de potências que estão longe de os respeitar na própria casa. No entanto, tal como em relação às limitações da democracia, a solução não é memorizar a importância dos direitos humanos, antes lutar pelo seu aprofundamento e aplicação real.

Assim como se fortaleceu a ideia de uma democracia substantiva, também se alargou a noção dos direitos humanos. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, da Revolução Francesa, só consagra os direitos políticos liberais. Foi preciso esperar um século e meio para que lutas populares tenazes e persistentes, com reflexos na aplicação de políticas sociais e da noção de Estado social de bem-estar, levassem à aprovação em 1948 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que os alarga ao domínio dos direitos sociais, económicos, culturais (artigos 22º a 27º) e, depois, ambientais.

Foi também a importância da resistência partisansa para a derrota do nazismo e do fascismo que permitiu a constituição de governos de unidade com participação popular, em França e na Itália, levando à aprovação de novas constituições que, pela primeira vez, consagraram como fundamento do Estado democrático a garantia desses novos direitos não exclusivamente políticos. O mesmo veio a acontecer em Portugal, com a Constituição de 1976, filha da Revolução de Abril. E até na constituição espanhola, em 1978, na chamada transição, embora esta tenha ficado muito longe da natureza popular e revolucionária dos casos precedentes, resultando apenas de uma aliança circunstancial entre franquistas modernizados e a esquerda, principalmente a comunista.

Alguma esquerda dogmática costuma dizer que os direitos humanos são direitos burgueses e com isto despreza-os sobranceiramente. É certo que um, o da propriedade, interessa mais à burguesia mas também está enraizado na pequena burguesia e em boa parte das classes de intersecção. Quase todos os outros direitos que já podemos considerar clássicos, à vida, à liberdade, ao direito de expressão, de reunião, à não discriminação, etc., já entraram no consenso ético geral e são um património civilizacional. Muitos outros direitos consagrados, na esfera social e económica, de forma alguma se podem considerar direitos burgueses. Não faziam parte do acervo de direitos definidores do liberalismo original e foram arrancados aos poderes estabelecidos por força de lutas populares ao longo de muitas décadas. Não foram uma dádiva de bondade burguesa.

A defesa dos direitos humanos é tantas vezes invocada como sim-

ples cobertura para a sua violação pelo imperialismo, dado que a intervenção na soberania de outros povos é em si própria uma violação dos direitos. Na estratégia do imperialismo, a ação “filantrópica” pelos direitos humanos é hoje, com frequência, o primeiro passo de uma escadada que, através das represálias comerciais e mesmo do embargo mais ou menos total, conduz posteriormente à agressão militar. A hipocrisia é manifesta quando se trata diferentemente a violação dos direitos humanos nos países amigos e nos inimigos, nunca esquecendo a máxima de que “são filhos da puta, mas são os nossos filhos da puta”, se não me engano da autoria do pontífice do cinismo político Henry Kissinger. Intervém-se na Líbia, no Iraque ou no Afeganistão mas não na Arábia Saudita, no Egito ou nas Filipinas.

No entanto, se isto merece denúncia e combate internacionalista, não justifica, como acontece com tantos exemplos de ultraesquerdismo e dogmatismo, que se deite fora o bebé com a água suja pelo imperialismo. A tese dos direitos humanos burgueses é objetivamente a cumplicidade com a violação dos direitos humanos, políticos, económicos, sociais e culturais, seja onde for. E, vinda por vezes de quem se reclama do marxismo, basta ler “A Questão Judaica” (1844) para se apreciar logo a forma como Marx via – enquadrada no contexto histórico – o valor imprescindível dos direitos humanos.

A questão dos direitos humanos não é nada linear. Está sujeita a alguma ambiguidade, à sua perceção no contexto social e político global e apresenta tensões internas, mesmo contradições. Começa pela limitação clássica de que “os direitos de cada um terminam onde lesam os direitos dos outros”. Mas, mais em geral, há sempre conflito possível entre os vários direitos, coisa que é básica no estudo do Direito. O caso mais relevante do ponto de vista político é provavelmente o do conflito entre o direito de propriedade e os direitos baseados no bem comum e no serviço público. Também, com o reflexo que se viu na invasão da Ucrânia pela Rússia, a contradição entre o poder soberano de um país de escolher entrar numa aliança militar e o direito de outros países à sua própria segurança.

Da mesma forma, também há sempre uma tensão dialética a resol-

ver entre direitos e deveres, mais especificamente os deveres do indivíduo para com a sociedade, afinal a retribuição de ser essa sociedade a que lhe garante os seus direitos individuais. O caso da pandemia da COVID-19 foi um exemplo gritante dessa tensão. O interesse geral da saúde pública fez a maioria das pessoas aceitarem limitações ou mesmo a supressão de alguns dos seus direitos fundamentais, recorrendo-se a situações de exceção (estado de emergência) em circunstâncias de tempo e de modo que levaram quase ao limite a legalidade democrática constitucional. Também o direito à inviolabilidade do corpo, que está na base da tradicional liberdade de ser ou não vacinado foi novamente objeto de dúvidas, agora mais prementes do que antes dada a gravidade da pandemia.

A própria Declaração Universal dos Direitos do Homem prevê a interação entre direitos e deveres, ao mesmo tempo que tenta prevenir que isto sirva de pretexto para a limitação abusiva de direitos. Afirma, no artigo 29º, que “o indivíduo tem deveres para com a comunidade, fora da qual não é possível o livre e pleno desenvolvimento da sua personalidade. No exercício destes direitos e no gozo destas liberdades ninguém está sujeito senão às limitações estabelecidas pela lei com vista exclusivamente a promover o reconhecimento e o respeito dos direitos e liberdades dos outros e a fim de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar numa sociedade democrática. Em caso algum estes direitos e liberdades poderão ser exercidos contrariamente aos fins e aos princípios das Nações Unidas.”

Tal como acontece com a democracia plena, entendo que a efetivação total dos direitos humanos não é compatível com o capitalismo, muito menos nesta fase da sua ofensiva neoliberal e globalizante. Mas também como acontece com a luta pelo aprofundamento da democracia, pela participação, pela defesa das conquistas sociais das classes trabalhadoras e do povo em geral, a luta pelos direitos humanos faz parte da estratégia de confrontos, de desgaste do sistema, com a vantagem adicional de permitir convergências políticas e de classe que ultrapassem as criações tradicionais entre os setores da esquerda. Evidentemente, também a denúncia da hipocrisia das intervenções imperialistas fei-

tas em nome de uma alegada defesa dos direitos humanos e da democracia.

O facto de os direitos humanos não serem respeitados em muitas partes do mundo não é razão válida para os desvalorizarmos, como disse atrás. Pelo contrário, a sua defesa é uma bandeira de luta afinal anticapitalista mas que ultrapassa a consciência de classe dos subalternos e pode tocar muitos democratas sinceros. Defender os direitos humanos é também um programa político contra os dois grandes males do capitalismo atual, o neoliberalismo e a globalização. É a solidariedade com os povos sujeitos a intervenções estrangeiras em nome fraudulento dos direitos humanos. É a luta pelos direitos sociais, corporizados no sindicalismo forte e no Estado de bem-estar social. É a luta contra o estatuto de menorização das mulheres e pela sua emancipação plena. É a luta contra a discriminação das minorias e a rejeição dos imigrantes. É a luta contra o trabalho infantil na Ásia. É a luta contra a privatização sem freios da educação, da saúde, da água, dos serviços públicos.

É também uma via de consciencialização de largas camadas de população menos suscetíveis a um discurso anticapitalista mais direto e com linguagem hoje tida por muitos como estereotipada. Ao fim e ao cabo, é também uma luta de resistência imediata necessária, congregando o máximo de vontades perante a ameaça de degradação da vida material e espiritual de muitos mais do que os trabalhadores, num momento em que o retrocesso da esquerda revolucionária lhe tira bastante força, como barreira mais forte contra a ofensiva selvagem do capitalismo.

Democracia e socialismo

Democracia e socialismo são indissociáveis. Esta ideia foi prejudicada na prática pela experiência negativa da União Soviética, quando a perversão estalinista substituiu o poder popular dos soviets pelo poder da burocracia partidária, o que veio a repetir-se nos países do mundo socialista do pós-guerra. As inegáveis limitações dos direitos democráticos elementares, a perseguição política, a ditadura de facto da burocracia do partido único, a perpetuação no poder e até a sua transmissão

dinástica à coreana, nada têm a ver com o ideal socialista ou comunista e foram mesmo uma das causas determinantes do colapso do mundo soviético.

Mesmo o apego à democracia por parte de partidos comunistas ocidentais não governantes, em particular os eurocomunistas – e também indiscutivelmente o português – foi sempre posto em dúvida pelos anticomunistas atendendo à maior ou menor omissão por parte deles de crítica à falta de uma verdadeira democracia socialista. Os partidos comunistas estavam inocentes mas deram o flanco.

A dicotomia dissociativa democracia-socialismo que é corrente no pensamento dominante reflete a absolutização em abstrato da democracia, ao contrário da realidade que temos vindo a discutir. Mesmo alguns pensadores ditos de esquerda acabam por reduzir à discussão da democracia toda a problemática social e da luta anticapitalista. Ainda muito recentemente, à data em que escrevo, vi um famoso expoente do pós-modernismo de oposição afirmar que a verdadeira divisão no mundo é entre regimes democráticos e não democráticos, como se os não democráticos fossem uma categoria única em que tanto cabe a Arábia Saudita como a China ou a Coreia do Norte.

De uma forma primária e fora do contexto geral do pensamento marxista, refere-se sempre como paradigma do conflito socialismo-democracia a tese da “ditadura do proletariado”, expressa, nomeadamente, no “Manifesto do Partido Comunista”. Não percebem ou não querem perceber que se trata de uma referência metafórica, que deriva da conceção marxista do Estado: “à medida que o progresso da indústria moderna se desenvolveu, ampliou, intensificou o antagonismo de classe entre capital e trabalho, o poder do Estado assumiu cada vez mais o carácter de poder nacional do capital sobre o trabalho, de força pública organizada para a escravidão social, de um motor de despotismo de classe” (em “A guerra Civil em França”, 1871). E é também no mesmo Manifesto que Marx e Engels escrevem que “o proletariado deve ganhar a guerra pela democracia”.

Neste sentido, e tendo em conta a natureza de classe do Estado, a “ditadura do proletariado” é a imagem da transformação do Estado

burguês no Estado revolucionário, socialista, popular. A expressão significa o contraponto entre dois Estados de classe, duas ditaduras no sentido da natureza do Estado, a ditadura da burguesia e a ditadura do proletariado. Seria igualmente legítimo escrever-se a “democracia do proletariado” contra a “democracia burguesa” do capitalismo, porque já vimos como a democracia em abstrato é, de facto, a democracia enviesada em favor das camadas favorecidas da sociedade capitalista. Na sua introdução a “A Guerra Civil na França” de Marx, Engels escreveu “ultimamente, os filisteus sociais-democratas enchem-se novamente de terror salutar com as palavras: Ditadura do Proletariado. Muito bem, senhores, querem saber que face apresenta esta ditadura? Observem a Comuna de Paris. Eis aí a ditadura do proletariado!”. Quem sabe o que foi a democracia instaurada pela Comuna - e explicada em pormenor nesse livro de Marx - sabe que essa ditadura do proletariado foi a forma mais avançada de democracia que o mundo já conheceu.

A ligação dialética de liberdade e socialismo, de democracia e socialismo, perpassa por muitos escritos de Marx, desde a crítica da alienação nos seus juvenis “Manuscritos Económicos e Filosóficos”. Depois, foi tema recorrente na obra de marxistas eminentes, com destaque para Rosa Luxemburgo, largamente citada, sobre este tema, no capítulo VII (“Ascensão e queda da cidade do comunismo”), pelo que só repito agora algumas notas, a refrescar a memória do leitor.

Escrevi dialética, porque não há verdadeira democracia sem socialismo nem há socialismo sem democracia. Trata-se é de definir bem os termos, como já vimos. A democracia política, como vimos, é na prática um arremedo de democracia no sentido total de poder de todos para todos. O preenchimento dos seus vazios, por um lado a plena igualdade de determinação política com independência do domínio hegemónico ideológico e informativo e, por outro, a efetivação da totalidade dos direitos democráticos, incluindo os sociais e económicos, só é possível quando ultrapassada a causa desse vazio, isto é, o próprio sistema capitalista.

Simetricamente, o socialismo não é possível sem essa democracia plena, porque o socialismo não é apenas a extinção da exploração eco-

nómica do homem pelo homem mas também, num processo inextricável, a desalienação, a emancipação do homem em todos os aspetos da sua existência. Isto não prejudica a limitação transitória de algum exercício da democracia para se garantir que, conquistado o poder, ele seja protegido da resistência capitalista quando ela ultrapassar o uso legítimo dos seus direitos democráticos básicos e se fazer valer do seu poder económico. Porém, essa defesa deve ser sempre excecional, o mais limitada possível no tempo e nos meios e sempre condicionada pela legitimidade social do bem comum.

Mais concretamente, como escreveu Rosa Luxemburgo,

“Toda a massa do povo deve participar. Caso contrário, o socialismo será decretado por detrás de algumas escrivatinhas oficiais por uma dúzia de intelectuais. O controle público é indispensável. Caso contrário, a troca de experiências permanece apenas com o círculo fechado de funcionários do novo regime. A corrupção torna-se inevitável. (...) A única forma de renascer é a própria escola de vida pública, a mais ilimitada, a mais ampla democracia e opinião pública. É o domínio do terror que desmoraliza.

Quando tudo isso é eliminado, o que realmente resta? (...) Sem eleições gerais, sem liberdade irrestrita de imprensa e de reunião, sem luta livre de opinião, a vida morre em cada instituição pública, torna-se uma mera aparência de vida, na qual apenas a burocracia permanece como elemento ativo. A vida pública adormece gradualmente, algumas dezenas de líderes partidários de energia inesgotável e experiência ilimitada dirigem e governam. Entre eles, na realidade apenas uma dúzia de chefes proeminentes lideram e uma elite da classe trabalhadora é convidada de vez em quando para reuniões onde devem aplaudir os discursos dos líderes e aprovar propostas de resolução por unanimidade - no fundo, então, um caso de camarilha - uma ditadura, com certeza, não a ditadura do proletariado, mas apenas a ditadura de um punhado de políticos, ou seja, uma ditadura no sentido burguês (...) Sim, podemos

ir ainda mais longe: tais condições devem inevitavelmente causar uma brutalização da vida pública: tentativas de assassinato, fuzilamento de reféns, etc..”⁶

Voltemos a Marx. É em “A Guerra Civil em França”, sobre a Comuna de Paris, que Marx mais discute, entusiasticamente, a primeira experiência de uma democracia verdadeiramente popular. “A Comuna dotou a República de uma base de instituições realmente democráticas. (...) A variedade de interpretações a que se submeteu a Comuna e a variedade de interesses que a interpretaram a seu favor, demonstram que era uma forma política perfeitamente flexível, ao contrário das formas anteriores de governo, que tinham sido fundamentalmente repressivas. Eis aqui o seu verdadeiro segredo: a Comuna era essencialmente um governo da classe operária, fruto da luta da classe produtora contra a classe exploradora, a forma política finalmente descoberta para levar a cabo dentro dela a emancipação económica do trabalho”.

São muitos os aspetos que Marx valoriza na democracia da Comuna: a eleição por bairros de representantes conhecidos das pessoas, na maioria trabalhadores e que mereciam a confiança dos eleitores, mais do que qualquer filiação partidária; a imposição de mandatos imperativos (já voltaremos a isto) e revogáveis a qualquer momento; a escolha dos executivos de entre os membros eleitos da Comuna, fazendo desta um órgão de trabalho simultaneamente legislativo e executivo; eleição, responsabilização e revogabilidade dos magistrados e altos servidores públicos; predominância da eleição sobre a nomeação (ou “investidura hierárquica”, no texto de Marx) para o preenchimento de cargos; internacionalismo, com atribuição de cargos importantes a estrangeiros. Dificilmente se poderá dizer que o apoio de Marx a esta república social, como lhe chama, signifique a memorização da democracia. É, sim, uma democracia diferente, mas muito mais genuína e de todo o povo do que a democracia representativa liberal.

Anote-se que há um aspeto acentuado por Marx que está hoje no

⁶ Luxemburgo, Rosa (1918). “A Revolução Russa” (em inglês), <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1918/russian-revolution/ch06.htm>, cap. 6.

centro de algumas discussões: o mandato imperativo e a revogação de mandatos. Por mandato imperativo entende-se a obrigação de os eleitos cumprirem o seu programa ou as promessas feitas na campanha eleitoral, sob pena de o mandato poder ser revogado a qualquer momento pelos eleitores. Nas formas de democracia mais vulgares, com base em listas partidárias coletivas, por círculos, é praticamente impossível atribuir individualmente aos eleitos mandatos imperativos. Também não há experiência suficiente de revogabilidade de mandatos, havendo, no entanto, o caso da República Bolivariana da Venezuela (uma ditadura, dirão muitos...), em que até o mandato do próprio presidente pode ser posto em causa, como foi em relação a Hugo Chávez, que ganhou essa consulta popular revogatória, em 2005.

Com o tempo a democracia representativa, nomeadamente a que resulta da eleição em listas partidárias fechadas, acabou consagrando o mandato incondicionado como princípio incontestável, deixando de haver durante a sua vigência qualquer possibilidade de controlo dos eleitos, salvo o que resulta da pressão da opinião pública, cada vez mais ferreamente condicionada e manipulada pelo poder do establishment, que tudo faz para que a opinião pública tenda a coincidir com a opinião publicada, sendo esta altamente limitada e controlada pelos detentores dos órgãos de informação.

O mandato incondicionado, supostamente fundado na legitimidade eleitoral permite ao eleito actuar com total liberdade, no contexto do cálculo político que ele próprio faz da sua actuação em função da próxima eleição. E como entre a prática de incumprimento das promessas e a nova eleição medeia um lapso de tempo relativamente longo é sempre possível no clima eleitoral típico das campanhas esbater essa questão e focar a atenção do eleitor apenas ou quase só nas promessas relativas ao novo mandato. O que não significa que o eleitor esqueça completamente o que se passou antes. Não esquece, nomeadamente em tempos de crise, mas isso não impede que no novo mandato se repita exactamente o mesmo e assim sucessivamente. E quem se reveza no poder também não tem, por razões óbvias, nenhum interesse em alterar este estado de coisas.

Apesar disto tudo, não se vê como instaurar facilmente uma prática efetiva de condicionamento dos mandatos, de mandatos imperativos. Todavia, a dificuldade poderá ser parcialmente compensada, como forma equivalente de responsabilização e controlo, por outros mecanismos, que passamos a discutir, os da democracia participativa. Mas abrimos primeiro um parêntese para abordarmos a relação entre o Estado e a sociedade civil.

Estado e sociedade civil

A boa compreensão da democracia participativa passa pela discussão da dicotomia Estado-sociedade civil, sendo esta última, como é bem sabido, o conjunto de organizações (componente estático) e de ações voluntárias (componente dinâmico) distintas do Estado e distintas, no outro polo, da família. Com grande diversidade de espaços e agentes, reflete interesses sectoriais de partes maiores ou menores da população, mediante formas de organização tais como organizações sindicais, femininas, religiosas, sociais, comunitárias, culturais, de defesa do ambiente, culturais, profissionais, etc.. Em termos gerais, tal como concebida por Hegel, é o estágio de relacionamento dialético entre dois opostos, a macrocomunidade do Estado e a microcomunidade da família. De certa forma, reproduz o conceito antigo de “corpos intermédios”, que já vem do “ancien régime” em França, embora estes corpos também incluam organismos de quase-Estado que não fazem parte da sua organização central.

O Estado moderno nasce com a paz de Vestefália mas transforma-se com a emergência do capitalismo e da ordem liberal. Inicialmente, é teorizado por alguns pensadores – Hobbes, Locke, Rousseau – como uma entidade contratualizada, emanada das vontades dos cidadãos, que assegura a ordem e a segurança, a liberdade e a propriedade, sem usurpação de direitos de uns pelos outros.

Mais tarde, é Hegel quem mais aprofundadamente caracteriza o Estado, na sua perspectiva dialética idealista. O Estado é uma entidade histórica em si, absoluta e não dependente da vontade humana, impondo-se mesmo contra essa vontade. É também um estágio superior

de racionalidade porque faz passar a massa desordenada da sociedade civil ao estado superior de sociedade política. Não é a sociedade civil que, por contrato social, cria o Estado, mas sim o oposto, de forma que fica justificado o poder soberano do Estado sobre os indivíduos.

Marx inverte a concepção hegeliana, na perspectiva da sua teoria materialista da história. Usa também a dialética mas, como escreveu Marx no posfácio à segunda edição alemã (1873) do Volume I de “O Capital”, “o meu método dialético não é apenas diferente do hegeliano, mas é seu oposto direto. Para Hegel, o processo de vida do cérebro humano, ou seja, o processo de pensar, que, sob o nome de ‘a Ideia’, ele mesmo transforma em um sujeito independente, é o demiurgos do mundo real, e o mundo real é apenas a forma fenomenal externa da ‘Ideia’. Comigo, pelo contrário, o ideal nada mais é do que o mundo material refletido pela mente humana e traduzido em formas de pensamento”.

Na visão marxista, o Estado não é uma entidade absoluta, a-histórica, antes tem de ser visto localizado no tempo e no espaço, atualmente no contexto do capitalismo e da sociedade dominada pela burguesia. Escreve Marx (com Engels) em “A Ideologia Alemã” (1845-6) ⁷ que “com a emancipação da propriedade privada da comunidade, o Estado tornou-se uma entidade separada, ao lado e fora da sociedade civil; mas nada mais é do que a forma de organização que os burgueses adotam necessariamente para fins internos e externos, para a garantia mútua de sua propriedade e interesses.” O Estado é portanto um instrumento do domínio de uma classe, como resumido na frase célebre do “Manifesto do Partido Comunista”, “o executivo do Estado moderno é o conselho de administração dos interesses comuns de toda a burguesia”.

O Estado ficou assim desfetichizado e historicizado. Ele não representa uma esfera superior que harmoniza os interesses conjuntos da sociedade. Numa sociedade dividida em classes, com a cidadania ancorada na desigualdade, com uma participação política reduzida, apenas a classe dominante tem influência decisiva sobre a governação, apesar da “universalidade” do direito de voto.

⁷ Parte I, secção C, “A base real da ideologia”.

No entanto, é necessário considerar a noção marxista da natureza do Estado sem absolutismo reducionista, mas sim no sentido dialético. Sendo por natureza um instrumento da classe dominante, o Estado, também no interesse desta, assume ao mesmo tempo funções de interesse geral, de desenvolvimento social e económico, ligando tudo isto à administração da coisa pública, bem como funções de “estado educador”, segundo Gramsci. Também cada vez mais, funções de regulação, em benefício do próprio sistema que, entregue sem travão à livre competição, corre riscos de se autolesionar. Refreando aparentemente o capitalismo, o Estado está a protegê-lo. No entanto, esta relação Estado-classe não é harmónica. A forma democrática do Estado pode entrar em contradição com o conteúdo burguês e, como a História mostrou tantas vezes, quando a força popular consegue avanços na democracia, contra a sua natureza de classe e a favor dos interesses populares, o capitalismo pode bem sacrificar a democracia, em último recurso.

Podia decorrer da análise marxista do Estado, se lida esquematicamente, que ele tenderia a abafar completamente a sociedade civil. Se é verdade que, em certos períodos de crise económica e política isto acontece, com a assunção de uma carácter mais autoritário do Estado, as relações entre Estado e sociedade civil tornaram-se menos lineares.

Por outro lado, a sociedade civil está longe de ser um espaço de liberdade contra um Estado coercivo. Também na sociedade civil atuam diversas forças de domínio, como se discutirá adiante mais aprofundadamente, no capítulo XXI, sobre a ideologia e a hegemonia. O próprio mercado é uma dessas forças, ao serviço do poder capitalista, capazes de submeter todos os valores, atividades e relações humanas aos seus imperativos. Nunca antes se tinha verificado tal intromissão na vida privada, em todos os domínios da existência humana.

Deve-se em grande parte a Gramsci a contextualização das relações entre Estado e sociedade civil no caso do capitalismo já posterior a Marx e principalmente na Europa e nos Estados Unidos. A noção gramsciana de “Estado ampliado” considera que houve a partir do fim do século XIX e princípios do XX uma maior complexificação das relações económicas e políticas, com muito maior socialização. Não há uma

distinção rígida entre o Estado e a sociedade civil, passando-se para uma relação dialética tensional entre ambas as sociedades, a política e a civil. A esfera da sociedade política é a do “domínio direto” das classes dominantes; a sociedade civil é a esfera da hegemonia cultural e ideológica.

No Estado capitalista moderno, a sociedade civil não é tão frágil como nos tempos de Marx e tornou-se muito complexa, com muito maior resistência do que a própria sociedade política às crises e convulsões. Na analogia de Gramsci, “as suas superestruturas são como um sistema de trincheiras da guerra moderna”⁸. Dialeticamente, o Estado ampliado é a forma de se conseguir um consenso necessário para que o projeto de sociedade se torne hegemónico e, por sua vez, a hegemonia é a forma de arrastar as massas para esse consenso. Todavia, se as superestruturas da hegemonia podem parecer autónomas, de facto têm relação dialética com a base material do capitalismo, numa interação entre trabalho manual e intelectual decisiva para a manutenção do sistema e da ordem capitalista.

Democracia participativa

Repito: a democracia representativa mostra crescentes sinais de crise. Mas para resolver a crise no quadro da própria democracia representativa, seria necessária a ação política dos detentores de poderes legislativo ou constitucional, afinal em boa parte responsáveis pela crise. Como abrir este círculo vicioso? Uma das respostas mais imediatas é a criação de uma democracia participativa.

A regeneração da democracia terá de ser a construção de uma democracia real, em que as pessoas sejam cidadãos com efectivo exercício de poder, em condições realísticas mas que não impeçam a afirmação de fatores de participação democrática dos cidadãos, sem exclusividade da representação do sistema partidário. Uma democracia plena que garanta a separação dos sectores privado e público da vida pessoal. Que promova o diálogo eficaz entre o Estado e a sociedade civil. Que recon-

⁸ Note-se que esta analogia, escrita em tempos próximos da Grande Guerra, foi ultrapassada pela estratégia militar da II Guerra.

cilie as pessoas com a política, contra a corrupção e a promiscuidade política com os negócios. Que promova a libertação da ditadura das verdades feitas.

Entende-se por democracia participativa o modelo de democracia em que os cidadãos, para além do exercício do voto para eleição dos seus representantes, também participam concretamente na própria ação política, com representação mais direta do que na democracia representativa tradicional e dispendo de poder político nos processos de deliberação e de controlo do exercício do poder.

Esta definição parece clara mas de facto é relativamente vaga e contém muita polissemia. A perceção da democracia participativa é muito diversa, em relação ao seu modo, intensidade e qualidade da participação. Ela pode incluir tanto a participação direta, por assembleias populares, referendos e iniciativas legislativas, como é uso secular na Suíça, como a participação indireta, através de associações ou organizações comunitárias, profissionais, de interesses e outras. Pode ser derivada e incorporada nas instituições da democracia representativa (órgãos consultivos, órgãos deliberativos mistos do Estado e da sociedade civil, etc.) ou pode ser uma organização relativamente autónoma e, neste caso, ou prevista pelo Estado ou uma realidade atuante de facto, provinda das bases. Também o grau de poder pode ser muito diferente, nas diversas experiências já conhecidas em vários países. Os casos mais expressivos de democracia participativa localizam-se na América Latina, nos países que têm tido governos progressistas e antineoliberais, sendo talvez o exemplo brasileiro o nosso mais conhecido. Neste caso, houve consagração legal pelo governo de Dilma Roussef de todo o sistema de participação desde o nível local até ao das órgãos federais, mas depois abolida pelo governo Bolsonaro.

Sendo tão transparentes os seus princípios definidores, porque não são mais frequentes os casos bem sucedidos de democracia participativa, com excepção dos orçamentos participativos? Por exemplo, a nossa Constituição prevê teoricamente a participação, mas que na prática não é marcante, enquanto que outros mecanismos, como o reconhecimento das organizações populares de base, foram suprimidos nas revisões

constitucionais. Acresce também a falta de organizações, colectividades ou movimentos sociais e comunitários, assim como um maior sentido de colectividade por parte da população. Com isto, e apesar de numerosas experiências estrangeiras, pontuais e de graus muito diversos, não há ainda propostas consistentes ou sistematizadas para uma democracia participativa portuguesa. Talvez seja melhor começar por procurar o caminho e não a chegada.

A democracia participativa também é do interesse do próprio sistema convencional de democracia. A estabilidade de uma sociedade depende, em grande medida, da sua capacidade de engendrar válvulas de descompressão, bem como da capacidade de assimilar os protestos. Isto pressupõe não só mecanismos eficazes de comunicação e de representação das bases, mas também que as instâncias superiores sejam capazes de recepção satisfatória. Só assim se poderá atender, simultaneamente, ao indivíduo e ao conjunto, ao local e ao global, funcionando a sociedade como uma totalidade e tendendo à sua maior eficácia. Também, de forma mais comezinha, até os governos podem lucrar com formas de participação que não afetem decisivamente o seu poder, porque lhes permite dar uma aparência de apego a uma democracia efetiva, porque pode em muitos casos servir para os desresponsabilizar e porque aparentemente estão a dar uma resposta ao descrédito da democracia representativa.

Objetivamente, o que se deve pretender com a democracia participativa é: 1. evitar a captação da política e o seu bloqueio pelos interesses particulares e pela tecnoburocracia; 2. dar conteúdo real à política, para além do espetáculo, da retórica oca, dos “sound bites”; 3. controlar o clientelismo, o carreirismo político e a corrupção; 4. aproximar a decisão política dos cidadãos; 5. criar uma visão progressista do serviço público e do papel da cidadania; 6. permitir políticas de longo prazo, que não estejam prisioneiras dos imperativos eleitoralistas a curto prazo; 7. como condição para tudo isto, fomentar uma cultura cívica, de participação e de noção tanto dos direitos como dos deveres de cidadania, bem como apoiar todas as iniciativas nesse sentida vindas da base.

O sistema de democracia participativa deve contribuir para a sobe-

rania popular, a igualdade política, a igualdade distributiva, a cultura cívica e a eficiência governativa e económica. Para essas igualdades, é necessária também a igualdade de acesso à informação e lutar-se para se isolar a decisão política dos interesses particulares e dos poderes fácticos. Para a consciência cívica, é necessário, entre o mais, difundir um consenso alargado sobre o que é o interesse público e por consequência o espírito de serviço público, o que é a ética do bem comum e compreender-se a riqueza complexa das relações entre o Estado e a sociedade civil. A eficiência política e económica da participação é um fator importante para se garantir que a democracia participativa não caia em descrédito.

As formas e ações da democracia participativa são muito variadas, tanto em teoria como na prática dos países que têm alguma experiência de democracia participativa. Uma experiência já consagrada, mas com limitações que discutirei adiante, é a do orçamento participativo, discutido e proposto por tipos vários de associações ou de assembleias. Outra experiência, que nasceu em Fortaleza, no Brasil, é a dos conselhos populares, que acompanham e colaboram com a gestão da prefeitura. A nível superior, de conselhos nacionais de participação, ela pode fazer-se em entidades mistas, com representantes do Estado e de organismos da sociedade civil. O grau de intervenção destes organismos civis pode ser variável, desde uma forma de “poder paralelo” até, mais limitadamente, a mera consulta e emissão de pareceres, passando por formas intermédias de cogestão.

Também pode variar o âmbito da intervenção, desde a ação política local até funções mais altas, de definição de políticas públicas, regulação e monitorização, bem como a fiscalização da legalidade dos atos públicos. O exercício da democracia participativa na área da regulação dos mercados é cada vez mais importante. Por um lado, pela relevância da própria regulação, numa situação política e económica em que as forças de mercado, no interesse deste e do capitalismo, não podem ser deixadas à solta na luta competitiva sem quartel. A relação Estado-mercado não é certamente a mais favorável à garantia da igualdade. Por outro lado, a regulação é dificultada pelo grande número e dispersão

dos agentes económicos, bem como pela força dos seus interesses face ao Estado. A definição das regras de regulação e principalmente a sua monitorização podem ser mais eficazes quando envolvem associações civis — de cidadania, profissionais e outras — muitas vezes com muito maior conhecimento das situações reais do que os organismos do Estado. Quem diz regulação diz também o que lhe está a montante, isto é, por exemplo, os padrões de licenciamento, de certificação profissional, de qualidade industrial e os critérios de elegibilidade para os apoios sociais.

Benefícios e limitações

Para além do seu valor teórico e de enriquecimento da vida política, a democracia participativa tem vantagens práticas. A proximidade aos problemas, principalmente locais e profissionais, com melhor informação e também melhor conhecimento das características dos agentes da ação política do Estado, é uma vantagem evidente e uma garantia de maior eficácia e qualidade da política estatal ou autárquica. Da mesma forma, a garantia de uma visão de serviço público e de cidadania muitas vezes ausente da mentalidade da administração pública e da sua burocracia.

A democracia participativa é a escola da democracia. A democracia não está inscrita nos nossos genes; é uma conquista cultural que, para a concretizarmos e transmitirmos aos nossos filhos, temos de aprender. Não se aprende a ver a televisão nas campanhas eleitorais para depois se ir votar, para muitos o único ato político a cada quatro anos. É andando que aprendemos a andar, e é agindo na sociedade política ou na sociedade civil que aprendemos a ser cidadãos.

É certo que tendemos a ignorar as realidades que não afetam no imediato as nossas vidas e das nossas famílias, que conhecemos em pormenor o nosso bairro e nada sabemos da geografia de ilhas no Pacífico, mas, com a comunicação social e as tecnologias de informação, sabemos do mundo muito mais do que sabiam os nossos pais. Quando as coisas nos interessam, aprendemos, como vejo tantas vezes com jovens que muitos consideram incultos por não ter o tipo de (in)formação livresca escolar que teve a minha geração, mas que são jovens que mui-

tas vezes sabem, desgarradamente é certo, coisas que eu não imaginaria. E será verdade que só o cidadão comum menos letrado é que se mostra ignorante em política? Não eram letrados os economistas que levaram à crise de 2008 ou os que decidiram a austeridade na União Europeia?

A democracia participativa traz imensos benefícios mas é preciso reconhecer que também tem limitações e dificuldades práticas. Se não as conhecermos e as vencermos, a democracia participativa descredibiliza-se como ineficaz ou mesmo viciosa. A principal dificuldade, até no plano teórico, resulta do “prejuízo de facção”, isto é, o perigo de a inexistência de bons mecanismos de legitimidade de representação permitir que as organizações da participação (para simplificar, chamo “associações”) possam fazer jogar a sua força para defesa dos seus interesses particulares ou corporativos, contra o bem comum, ou exercer uma forma de desrespeito pelas minorias. É certo que isto também pode acontecer com as instituições políticas, mas neste caso é mais fácil o controlo jurídico.

Outro vício de princípio resulta de uma conceção de participação que deixa de ter um carácter popular, concreto, para passar a ser de participação cidadã, em sentido abstrato, com a preocupação do “governo para todos”, como se todos fossem iguais e com a mesma situação política e social. Isto é manifesto no caso de partidos paladinos da democracia participativa, como o PT brasileiro, à medida que evoluem de partidos com forte conteúdo de classe para partidos eleitoralistas, com a preocupação de agradar a todos com um “bom governo” em abstrato. Facilmente se cai também, neste caso, na instrumentalização da democracia participativa como forma de legitimação do governo e de transmissão de uma boa imagem de espírito democrático junto dos eleitores, em vez de a democracia participativa ser um fim em si própria, pelo seu valor intrínseco.

As dificuldades que se podem imaginar em relação à democracia participativa são em boa parte só isso, imaginação, porque derivam mais da teoria do que da prática, que ainda é muito reduzida no que toca à democracia participativa. Essas dificuldades podem ser devidas a

característica das associações cívicas ou a fatores relacionados com o Estado.

Há aspetos críticos na própria natureza e funcionamento das associações: falta de experiência e debilidade da cultura democrática e participativa; assimetrias com enviesamento da representatividade socio-demográfica das associações; a necessidade de garantir a democracia interna das associações; assimetrias de influência entre associações de mais fácil constituição e com maiores recursos – por exemplo as associações profissionais de inscrição obrigatória – e outras mais precárias e com maior dificuldade de implantação – associações de moradores, comissões de trabalhadores (sujeitas à oposição pelo patronato), ou organismos populares de acompanhamento autárquico, por exemplo.

Também é discutido o chamado “risco de dissociação”, entre os dirigentes e as bases, agravado pela predominância e influência eleitoral interna pelo facto de serem eles que concentram a ligação com os poderes públicos e as outras associações. As dificuldades de financiamento próprio das associações para a sua atividade e para a remuneração dos seus membros envolvidos na democracia representativa, para o que é necessária a contribuição do Estado contribuem para a sobrevalorização dos dirigentes.

Finalmente, tenham-de em conta outras limitações bem conhecidas, como a tendência, com o tempo e o exercício de poder, para a rotina e até a esclerose, a dificuldade de lidar com assuntos de grande técnica.

Outras dificuldades provêm do Estado: o esvaziamento relativo dos poderes da democracia participativa, como se passa na experiências de orçamento participativo, em que só uma pequena fração do orçamento autárquico é que é aberto às propostas participativas e esse montante é decidido pela administração; a ritualização formalista da atividade de democracia participativa, tão ao gosto da mentalidade da burocracia do Estado; a falta de clareza da delegação de competências e mesmo da definição do programa de participação.

As duas vias

A democracia participativa faz-se de baixo para cima ou de cima

para baixo? Isto é, pela iniciativa e pressão das organizações da sociedade civil ou por concessão do Estado, dos órgãos da democracia representativa? É claro que se deve fazer simultaneamente nos dois sentidos, em interação. O resultado depende da vontade e depois da força de cada um dos elementos. No entanto, na prática, tem sido mais comum o quase exclusivo da via descendente.

Que se faça nos dois sentidos não significa que eles tenham igual importância. Dou mais atenção, em termos de filosofia política, à ação popular. A democracia participativa exige a prática da cidadania e a sua cultura e esta não é dada pelo Estado, nem mesmo pelo moderno “Estado educador” (novamente Gramsci). Não há licenciaturas em cidadania nem carteira profissional certificada pelo Estado. Ela aprende-se na prática das organizações da sociedade civil e quem a aprende na vida não pode ficar à espera de uma outorga pelo Estado. A democracia participativa só é sólida, só tem raízes fortes, se conquistada pela base.

No entanto, onde a participação foi concretizada em maior grau, na América Latina, as propostas e iniciativas políticas, económicas e culturais para estabelecimento da democracia participativa apareceram principalmente de forma centralizada, a partir do Estado e por proposta dos partidos antineoliberais com responsabilidade de governo no Brasil, na Venezuela, no Equador ou na Bolívia. Foram conduzidas pelas elites políticas e partidárias sem protagonismo inicial dos setores populares e, mais concretamente, da classe trabalhadora. Foram processos quase de sentido único, de cima para baixo.

A dificuldade em articular as duas vias radica muito na falta de perceção da dialética da sua interrelação e na cisão entre Estado e sociedade civil, como já referi atrás. Muitos estudiosos da democracia participativa enfermam deste vício. Nuns casos, como discuti noutra capítulo, são pós-modernistas que parecem não compreender o sentido da dialética na relação Estado -sociedade civil. Noutros casos, como Tarso Genro no Brasil, a sua perspectiva inicial sofre involução acompanhando a sua deriva social-democrata. Acabam por conceber aquelas duas esferas, Estado e sociedade civil, como rigidamente dicotómicas, mesmo antagónicas, e não se apercebem da unidade dialética entre ambas no

conjunto gramsciano do “Estado ampliado”; a confusão “baseia-se na distinção entre Estado e sociedade civil, que é apresentada não como distinção metodológica mas sim como distinção orgânica”.

Tudo isto dificulta a percepção da democracia participativa e dos processos para a alcançar, por não haver uma perspectiva coerente de como aproveitar a relação entre poder público e ação popular, no que respeita à ocupação efetiva e atuante dos espaços públicos não estatais, das políticas públicas definidas e geridas em participação, de um “novo contrato social”.

Também é manifesta em alguns autores e nas suas propostas políticas a perspectiva institucionalista, dando primazia à luta política convencional para fazer vencer, a nível da governação ou da legislação, as ideias da democracia participativa. A ênfase na via de cima para baixo parece esquecer que a governação, traduzindo os interesses das classes dominantes, não está inclinada, em princípio, para o aprofundamento e até a reconfiguração profunda da forma de democracia que tão bem controla, a democracia representativa. Isto não significa, claro, que se menospreza esta via, mas com a noção de que não é dela que se espera grande mudança.

No entanto, isto não deve ser absolutizado e por isto, no parágrafo anterior, escrevi “em princípio”. Há momentos históricos em que se processam mudanças significativas no Estado sem uma movimentação revolucionária, seja porque as ideias novas conseguem fazer caminho mesmo entre os conservadores, seja por pressão popular (de que o melhor exemplo no século passado foi o Estado social de bem-estar), quer ainda porque o Estado compreende, à Lampedusa, que é preciso mudança para manter o essencial; as transformações na continuidade que Gramsci designa, conforme os casos, como revolução-restauração ou como revolução passiva.

Em síntese, a construção da democracia participativa faz-se pela articulação de duas vias inter-relacionadas e complementares. Por um lado, é necessário intervir a nível do Estado para a consagração legal e suporte prático (financeiro, logístico, técnico) da participação. Por outro lado, a democracia participativa vai-se afirmando e marcando lugar

na agenda política geral pela emergência e atividade das organizações da sociedade civil, pela manifestação crescente de uma cultura de cidadania, pela exigência de participação, desde logo a nível local e do trabalho. Esta exigência, novamente articulando as duas vias, passa pela luta conjunta de partidos, a nível do Estado, e da sociedade civil, a nível da ação das massas.

XVIII

Partidos e movimentos

Tudo o que não se regenera degenera

Os partidos

Os partidos continuam a ser a base da democracia representativa. Por isto, também o descrédito crescente desta forma de democracia se deve em boa parte à percepção pública dos vícios do sistema partidário: défice de cultura democrática, pessoalização do poder e proeminência do líder, apatia dos militantes, falta de democracia interna, eleitoralismo no pior sentido, carreirismo, clientelismo e, quantas vezes, mesmo corrupção. A discussão do sistema partidário é imprescindível num livro como este, mas indissociadamente da discussão dos movimentos sociais, com que se articulam numa dinâmica dialética de influência mútua.

Não vou discutir os partidos burgueses. É uma questão da sua família, a que não pertença e para cujas festas não sou convidado. Deixo também de lado os partidos sociais-democratas ¹, que de há muito deixaram de ter algum papel no projeto emancipador e de verdadeira transformação social. Abordo principalmente os partidos que se reclamam de um objetivo anticapitalista – em Portugal, com mais expressão, o Partido Comunista Português (PCP) e o Bloco de Esquerda (BE). Em boa parte, esta discussão já foi feita em capítulos anteriores, em que discuti as vias comunista e de “nova esquerda”. Também a sua desadequação às novas realidades políticas foram já discutidas no capítulo XIII, sobre o vazio da esquerda. Muito mais haveria a dizer sobre a prática e conceção política destes partidos, mas não é intenção deste livro abrir polémicas fraturantes em relação aos partidos existentes. Interessa-me muito mais propor alternativas.

No entanto, é justo compensar a crítica com a valorização dos aspetos positivos e tendo em conta que, mal ou bem, ainda durante muito

¹ Em Portugal, não só o Partido Socialista. O mais recente Livre, apresentando-se como partido europeísta e verde, é para todos os efeitos, e como se vê pela sua prática, um partido social-democrata.

tempo serão esses partidos o sustentáculo político da nossa esquerda anticapitalista. Assim, em relação ao PCP não se pode obviar um ato da mais elementar justiça: reconhecer o seu património histórico. Durante décadas, foi a única força de resistência ao salazar-fascismo. Em condições difícilísimas, até depois de haver legítimas expectativas do fim de Salazar depois da guerra, manteve uma organização que, no essencial, resistiu à repressão, mobilizou as massas populares, conduziu ações de protesto bem sucedidas, recrutou para a luta ilegal os antifascistas mais determinados, corajosos e esclarecidos. Conseguiu tudo isto à custa de prisões, torturas, mesmo execuções sumárias que não têm comparação com o que sofreram, também é verdade, outros antifascistas. Ainda hoje, creio que podemos considerar os quadros e militantes comunistas exemplares na sua dedicação a um ideal, na sua coerência e na sua honestidade, sendo raríssimos os casos de corrupção no exercício de cargos em que representam o partido.

Merecem respeito geral, mas isto não se traduz em apoio popular, mesmo só muito parcelar entre as classes e camadas sociais que pretendem representar. A que se deve esta falta de correspondência? Há múltiplas causas, sobejamente discutidas em numerosas análises, mas vou limitar-me a uma questão teórica – o que é mais consentâneo com a natureza deste livro - mas com importantes consequências práticas. Trata-se da questão do leninismo, constitutivo dos partidos comunistas tradicionais.

O PCP e o leninismo

No plano teórico, a obediência à escola oficial do marxismo-leninismo estreitou muito a reflexão marxista. Como já vimos, a contribuição para o desenvolvimento contínuo do marxismo, depois da morte de Marx e Engels, coube a muitos outros pensadores e políticos marxistas, não tão importantes como Lénine em termos da marca deixada na História real, mas que, em muitos casos, não têm uma obra teórica inferior à de Lénine. Os contributos de Lénine foram válidos na sua época e na situação concreta da Rússia, mas já não faz sentido afirmar-se (e é duvidoso que alguma vez tenha feito sentido) que “o leninismo é o marxismo da nossa época”. No plano prático, a ligação ao leninismo tem

hoje o aspeto problemático de conduzir à ideia em parte injusta de identificação dos atuais partidos comunistas com a perversão do próprio leninismo que foi a prática estalinista.

Por facilidade, embora com muito simplismo, e para quem não está familiarizado com a obra de Lénine, entenda-se sumariamente o leninismo – no que se refere ao partido de tipo leninista — como o conjunto de requisitos que eram necessários para admissão à Internacional Comunista, IC (II Congresso, 1920), entre os quais: alinhamento de toda a propaganda e agitação pelo programa e decisões da IC e subordinação da imprensa do partido e das suas editoras à direção do partido; rotura total com o reformismo e o centrismo, com expulsão de todos os membros reformistas e centristas; desconfiança em relação à legalidade burguesa, num período em que a luta de classes em quase toda a Europa e nos EUA está a entrar na fase de guerra civil (em 1920?!); propaganda obrigatória no exército e junto do proletariado rural; trabalho político obrigatório nos sindicatos, conselhos operários, cooperativas de consumo e outras organizações de massas, com constituição de células para ganhar estas organizações; construção do partido com base no centralismo democrático; purgas ² regulares das inscrições, para limpeza dos elementos pequeno-burgueses; apoio incondicional às repúblicas soviéticas; obediência às decisões da Internacional e do seu comité executivo. É certo, em abono da verdade, que nem tudo isto corresponde aos escritos anteriores de Lénine e à prática do partido antes e nos anos a seguir à revolução. Em boa parte, esses 21 pontos já prenunciam a rigidez ideológica de Zinoviev, o dirigente da III Internacional. No entanto, em 1920, quando foram aprovados estes requisitos definidores dos partidos comunistas, era ainda Lénine que exercia influência dominante no partido e na Internacional.

De tudo isto, com algumas coisas muito datadas, o que principalmente ficou foi a obrigatoriedade do centralismo democrático, definido no congresso como “[o partido] organizado de maneira tão centralista quanto possível, [com] disciplina férrea e com o centro, apoiado pela

² “Purges” na versão inglesa das minutas do congresso.

confiança dos membros do partido, dotado com os maiores direitos e autoridade e com poderes até todos os campos do partido”.

Na realidade, há mais aspetos fundamentais do leninismo do que os 21 pontos. É toda a teoria do partido, expressa no “Que fazer?”. Em primeiro lugar, a noção de partido de vanguarda. Todos os grandes teóricos marxistas discutiram a evolução, graças ao partido do proletariado, da “classe em si” para a “classe para si”. Nunca se negou que o partido tem neste processo um papel fundamental, educando, organizando e mobilizado. O que não está no marxismo original é que o partido se sobreponha às massas, as substitua na tarefa emancipadora que, segundo Marx, é obra coletiva de todos os trabalhadores.

Foi principalmente com Estaline que o partido passou a comandar diretamente a política, o Estado e toda a sociedade, reduzindo a vida dos soviets a um ritual vazio de legitimação do poder do partido e, em particular do seu líder. O partido sobrepunha-se à classe trabalhadora e ao povo, o comité central sobrepunha-se ao partido e Estaline sobrepunha-se ao comité central. Muito pouco disto tem a ver com a prática leninista, em que se permitia um debate político vivo, transversal ao partido e aberto na imprensa partidária. Havia a ideia de que não se devia impor à sociedade uma filosofia oficial e se devia respeitar a liberdade de consciência e de criação cultural. Ganhar as consciências para a ideologia marxista devia ser por meio da polémica livre com outras concessões filosóficas. Também a ideia formulada por Lénine de que a experiência russa não devia ser exportada linearmente e que há diversas formas de caminho para o socialismo, em cada país. Até mesmo a regra do partido único como condição de construção do socialismo não figura na obra de Lénine.

Estes aspetos positivos ficaram pelo caminho do “leninismo real”. É este que interessa, que marca a realidade dos partidos comunistas desde há muitas décadas. Com alguma injustiça em alguns aspetos, é essa realidade a que está já bem solidificada na imagem do comum das pessoas e será muito difícil apagá-la ou corrigi-la. Lembremo-nos também de que é de sentido geral a ideia de que o funcionamento de um partido espelha a sociedade que ele pretende moldar se tiver o poder.

O Bloco de Esquerda e o seu ecletismo

O Bloco de Esquerda (BE) surge em 1999 da aglutinação de três pequenos partidos muito díspares e reunidos apenas pela oposição simultânea ao Partido Socialista e, talvez mais ainda, ao Partido Comunista: o Partido Socialista Revolucionário (PSR), trotskista e ligado à 4ª Internacional; a União Democrática Popular (UDP), estalinista com inspiração maoísta e depois albanesa; e a Política XXI, resultante da transformação do Movimento Democrático Português (MDP/CDE) em consequência da entrada no partido de um grupo numeroso de dissidentes comunistas, constituído depois do apoio do PCP ao golpe de agosto de 1991 na URSS ³. Dos três partidos, só a UDP tinha alguma implantação popular e uma reduzida representação parlamentar na Constituinte e nas três primeiras legislaturas.

“Este movimento [fusão dos três partidos fundadores] não deveria ser uma simples coligação, mas uma nova organização. Era para ser socialista e anticapitalista. E assumiria a forma de um partido de outro tipo, com forte democracia interna que permitia a coexistência de várias tendências e plataformas políticas” ⁴. Embora, com o tempo e a entrada de aderentes (designação que o BE usa para os seus membros) o papel dos partidos fundadores se tenha atenuado, ainda é muitas vezes patente a influência de um grupo mais coeso herdeiro da antiga UDP, eventualmente devido à sua herança ideológica e aos seus hábitos de disciplina e à sua coesão interna. De qualquer forma, não me parece que tenha sido uma virtude indiscutível a origem tripartidária tão diversa. O que tinham em comum dois partidos com tão marcada hostilidade histórica, com referenciais dos arqui-inimigos Estaline e Trostsky? E um grupo pós-comunista, que não se revia nem uma nem outra des-

³ Na prática, esta tomada de posição no MDP/CDE, com controlo, levou ao apagamento das posições próprias deste partido. Para além do que vinha da sua herança unitária durante o fim do salazar-fascismo, a configuração do MDP/CDE tinha resultado de uma muito fecunda reflexão política e ideológica no fim dos anos 80, no sentido da sua conversão em “partido alternativo” de esquerda, um partido de novo tipo, qualitativamente diferente.

⁴ Soeiro, José (2009). “The ‘Bloco de Esquerda’ and the founding of a new Left in Portugal”. Em “The Left in Europe”, Cornelia Hildebrandt e Birgit Daiber (Des.), págs. 176-183.

sas figuras, nem sequer em Lénine? Não é que as invocações personalizadas sejam tudo e que não se possa emendar erros antigos, mas pode-se duvidar de conversão tão súbita, a não ser por razões de oportunidade.

A conclusão legítima é de que o BE nasceu sem um grau mínimo de coerência. A criação do BE não foi pela positiva, com uma nova proposta, uma nova estratégia para o socialismo, uma nova posição ideológica a superar a dos fundadores. Foi uma criação pela negativa, a juntar órfãos partidários. “O Bloco procurou facilitar um processo de convergência de muitos esquerdistas que não se identificavam com um PCP que tinha ficado escravizado ao estalinismo, e um PS que era abertamente liberal e tinha incorporado a rendição da social-democracia ao neoliberalismo”.⁵

Uma boa indicação dessa incoerência foi a ausência de um programa. O seu manifesto de lançamento, “Começar de novo”, é principalmente uma análise da situação social e política portuguesa, a que se junta um pequeno número de declarações à laia de conclusões, declarações essas muito genéricas e que se dirigem a situações a curto prazo, numa perspetiva social-democrata que só pareceu nova porque o Partido Socialista as tinha abandonado. A intenção inicial era de se afirmar como “(...) uma nova esquerda que seria capaz de unificar as lutas trabalhistas e a luta contra todos os abusos de poder, adotando uma identidade anticapitalista, mas também ecológica e feminista, que se oporia ao racismo e à discriminação contra as minorias sexuais e interpretaria o socialismo como um luta contra qualquer forma de opressão.”

“Unificar as lutas” é muito ambíguo. A tendência tem sido para o ecletismo, para a convergência espontânea das lutas, muito ao gosto do pós-modernismo. Muito aberto ao multiculturalismo, com toques de relativismo, o BE tem uma prática visível de mistura de lutas socialmente importantes, também de antirracismo, com causas e temas marginais, grupais ou na moda, em “cherry picking”. É difícil pensar-se, por exemplo, que são problemas importantes da classe trabalhadora e de

⁵ Ibid.

outras camadas populares a legalização das medicinas alternativas ou do uso recreativo da canábis.

O BE afirma pretender “(...) uma reorientação da Esquerda que não pode e não poderá ser subordinada ao mero cálculo eleitoral e que não pode ser implementada rapidamente apenas porque as eleições estão para acontecer.” Boas e corretíssimas intenções, mas que falham na prática. Há fatores internos e externos que se opõem a isso.

O BE tem uma organização heterogénea, mal distribuída geograficamente e socialmente. Boa parte dos seus aderentes – é só olhar para os “sinais exteriores” nas suas realizações - são jovens intelectuais de classes ditas “médias” – chamei-lhes de intersecção – com tendências naturais de esquerdismo, voluntarismo e libertarismo, que não facilitam a ação organizada e eficaz do partido. A direção também é esmagadoramente constituída por intelectuais. A tendência resultante é para a concentração de forças na ação institucional, a nível central do Estado, e para privilegiar o trabalho eleitoral em prejuízo do ativismo militante. Com isto, os dirigentes, que vão ocupar cargos políticos, afastam-se das bases e criam-se problemas de democraticidade interna, como é patente em algumas moções às convenções que, recorrentemente, exigem a correção do centralismo e do dirigismo.

O movimento sindical

Falar de partidos de trabalhadores é obrigatoriamente falar também do movimento sindical, sem que isto signifique a sua subordinação aos partidos. Não pode haver um partido de classe dos trabalhadores que não tenha forte implantação nos sindicatos. Em muitos países, o movimento sindical, integrando uma grande maioria de trabalhadores sem partido, é muito mais forte do que os partidos de esquerda consequente e, também em muitos casos, o sindicalismo até precedeu historicamente a formação de partidos de classe e esteve na origem desses partidos, como se passou em Portugal. Também temos, mais recentemente, o caso brasileiro do Partido dos Trabalhadores. No Reino Unido, foi mesmo o movimento sindical que fundou formalmente o partido, estando nele representado como forte elemento constitutivo estatutário

e, nos EUA, mau grado aspetos negativos na história do seu movimento sindical, ele é a única forma de organização e de intervenção dos trabalhadores.

Por toda a parte, o sindicalismo passa por uma época má. Ele é muito fraco em grande parte do mundo, em particular nos países com economias baseadas na exploração da mão de obra barata, mesmo do trabalho infantil. Mas mesmo nos países desenvolvidos e com grande tradição de lutas laborais, nota-se o declínio do movimento sindical. Em Portugal, por exemplo, a percentagem dos assalariados sindicalizados baixou em dez anos, de 2006 a 2016 ⁶, de 21,1% – percentagem de si já muito baixa – para 15,6%. Nos tempos áureos pós-25 de Abril, a percentagem de sindicalizados chegava aos 60%.

Por um lado, o triunfo do neoliberalismo resultou na desregulação do mercado de trabalho e na maior dificuldade da negociação coletiva. Por outro, aumentou imenso a vulnerabilidade dos trabalhadores, principalmente dos precários, bem como o desemprego dos jovens à procura do primeiro emprego, não protegidos pelos sindicatos e praticamente sem defesa.

Vimos em capítulo anterior como a automação e a digitalização alteraram consideravelmente as características do trabalho. Os sindicatos nem sempre conseguem dar resposta adequada a esta situação nova. A desindustrialização, no que respeita à indústria tradicional, reduziu uma das bases sindicais mais organizada e combativa, a dos operários industriais e criou divisões entre estes e os seus colegas que passaram a desempenhar funções de natureza mais técnica ou intelectual. O crescimento paralelo dos serviços não é acompanhado pela consciência do valor do sindicalismo, entre as muito mais numerosas camadas de assalariados desse sector.

Da mesma forma, outras alterações do paradigma da economia têm criado dificuldades ao movimento sindical, ou pela menor atração de filiados ou pela sua menor consciência de classe: a “economia de partilha”, com trabalhadores pseudoindependentes sem organização; a sub-

⁶ Últimos dados disponíveis, da OCDE.

contratação (“outsourcing”) que pulveriza e dispersa os coletivos de trabalhadores, muitas vezes confundindo até a identificação do patronato contra o qual devem lutar e dificultando a negociação coletiva; a maior frequência do teletrabalho ou da comunicação digital na empresa, que isola os trabalhadores e impede a socialização no lugar de trabalho que é tão importante para a consciencialização sindical.

Estes fatores objetivos são agravados por aspetos subjetivos, na maioria dos casos também derivados da mentalidade instilada pelo neoliberalismo. São vulgares as críticas às greves por causarem incomodidade e sem qualquer solidariedade com os trabalhadores. São vulgares as opiniões de que as greves e outras lutas laborais prejudicam a economia e, portanto, a bolsa de cada um. Que a nossa produtividade não comporta as exigências de muitos sindicatos nem o aumento do salário mínimo. Que só trabalhadores já privilegiados é que conseguem fazer greve.

A nível um pouco menos primário, também se afirma como coisa assumida, sem crítica, o que disse acima como dado objetivo, mas agora como negação da importância do movimento sindical: que a indústria deixou de pesar, que os trabalhadores são hoje muito diferentes, “aburguesados” e com aspirações novas que o sindicalismo não resolve, que os sindicatos não são livres.

O que é isto de os sindicatos não serem livres? Já não é só a velha acusação da subordinação aos partidos. É também a reclamação de uma visão liberal, no sentido de os sindicatos terem de refletir o pluralismo da sociedade, trabalhando para um bem comum em versão burguesa irmanando capitalistas e trabalhadores. Salazar e o seu corporativismo não diriam melhor. Um dia destes verei propor-se um qualquer “sindicalismo cidadão” que remeta para o sótão das velharias essa ideia de que, entre todos os cidadãos, os interesses do patronato e dos trabalhadores são antagónicos...

É neste contexto que tem aparecido recentemente uma ameaça nova para o sindicalismo, os sindicatos “livres” ou “independentes”, divisionistas. Ignoram inteiramente os princípios da solidariedade de classe e de ligação à comunidade. São geralmente pequenos sindicatos,

por vezes constituídos para servir de base legal a greves imediatas de sectores específicos de uma atividade e tirando partido da sua capacidade de causar graves consequências sociais e económicas nas suas paralisações. São exemplos típicos, em Portugal, o sindicato independente dos enfermeiros que, afinal, estava em boa parte controlado pela Ordem dos Enfermeiros, ou o sindicato dos motoristas de transportes de matérias perigosas, uma fração diminuta de todos os camionistas assalariados. Chega-se ao ponto de poderem ser dirigentes desses sindicatos pessoas que nem pertencem à profissão. Contra toda a boa tradição sindical, obtêm financiamento indiscriminado e não controlado, por “crowdfunding, não sendo de todo ilegítimo suspeitar-se que parte desse financiamento provenha de patronato interessado na divisão dos trabalhadores.

Que caminho para o sindicalismo?

Um dos desafios mais prementes ao sindicalismo é a sua adaptação à economia 4.0, ajustando as suas lutas a esta nova realidade incontornável. Não se pode lutar com espingardas contra mísseis e drones. Os sindicatos devem ganhar forças para uma intervenção ativa na transição digital. Será uma tarefa bem dura, pela desproporção das forças, que exige a consciencialização dos trabalhadores sobre as novas formas e condições de trabalho e propostas eficazes sobre os novos empregos, a formação profissional e as condições de trabalho, no que toca a salários, segurança, atualização profissional e participação dos trabalhadores. Também é vital, no quadro da nova diferenciação e diversificação profissional na empresa, a procura de novas alianças de classe na ação sindical. Para tudo isto, é necessária a formação sindical dos próprios quadros do movimento sindical, bem como obter o apoio de unidades de investigação sobre a nova economia e a sua nova configuração do trabalho.

Algumas características do novo trabalho até podem favorecer a ação sindical em novos moldes. Assim como as empresas estão a aprender os benefícios económicos do funcionamento em rede, também o movimento sindical pode aprender o mesmo. Atingindo na sua ação tanto ramos de atividade económica como setores profissionais e em-

presas, podem constituir redes intermédias de forma a articular lutas pontuais e multiplicando-as articuladamente, com potencialização mútua.

Também a segmentação do trabalho, que isola os trabalhadores, tem a outra face da moeda, por exigir cada vez mais cooperação em equipas pluriespecializadas de trabalhadores intelectuais, manuais e administrativos. O fim da estrutura rígida da empresa abre oportunidades de diálogo e convergência de interesses entre grupos diversos de trabalhadores. Com isto se pode contribuir para colmatar o défice de representação sindical de algumas camadas de trabalhadores, nomeadamente técnicos e outros trabalhadores intelectuais.

Para a economia 4.0, sindicatos 4.0. Claro que isto nada tem a ver com os novos sindicatos elitistas, oportunistas e divisionistas a que já nos referimos. Trata-se é de lutar para que a nova “fábrica inteligente” da era da inteligência artificial e do “big data” seja também a “fábrica estúpida” que relegue boa parte dos trabalhadores para uma situação de maior injustiça, com perda de dignidade e de valor social.

Na mesma linha, os sindicatos devem prestar maior atenção às novas tecnologias da informação e comunicação, promovendo também eles, entre os seus filiados, a literária informática e, desde logo, o uso eficaz das redes para a ação social, em ambos os sentidos. na comunicação e informação sobre os problemas laborais entre trabalhadores e o sindicato, e vice versa. As redes são hoje também um instrumento muito poderoso para a consciencialização e a mobilização. Posso estar a ser injusto, mas não vejo isto no movimento sindical.

Vimos também que a nova economia deixa subrepresentados setores importantes do mundo do trabalho: jovens à procura do primeiro emprego, falsos trabalhadores independentes, imigrantes. É necessário que os sindicatos, muito orientados para a defesa dos trabalhadores convencionais e no ativo, façam um grande esforço para defender esses novos grupos. É tarefa difícil mobilizar quem está sujeito às maiores retaliações, mas já se vão vendo sinais esperançosos, nacionais e internacionais, por exemplo no sector da grande distribuição. Em alguns casos, como os jovens ainda sem emprego e os tarefeiros da uberização,

há constrações legais à sua filiação mas nada impede que os sindicatos os chamem a si em novas formas de organização imaginativas.

Finalmente, há que ter em conta a necessidade de adesão ou mesmo apenas compreensão da opinião pública, manipulada no seu conformismo pela ideia dos prejuízos causados à vida comum das pessoas pelas lutas dos trabalhadores. O novo conflito social trava-se também no campo da superestrutura e das ideias. Principalmente no caso dos utentes dos serviços públicos, as greves devem ter em conta os riscos dessas reação, mas também não podem ficar reféns. Para isto, só a pedagogia ideológica, a consciencialização de todas as camadas populares de que hoje é a vez de uns, amanhã a de outros e que o neoliberalismo é um adversário global que atinge, mesmo que em graus diferentes, a maior parte da população. Contra uma ação global, uma luta global.

Movimentos sociais

É difícil fazer uma análise geral dos movimentos sociais, dada a sua enorme diversidade tipológica, muitas vezes até antagónica. Também a sua génese e história é muito variada, com movimentos muito antigos tais como o feminista ou o de emancipação dos negros nos países de herança escravagista, outros já com muitas dezenas de anos, como o movimento pela paz, até aos mais recentes movimentos por causas ou identitários. Vou considerar, para maior facilidade de discussão mas com algum esquematismo, (1) os movimentos históricos – feminista e pela igualdade racial; (2) os movimentos identitários; (3) o movimento altermundista; (4) os movimentos populares de protesto político; (5) os movimentos por causas, com realce para os movimentos ambientalistas. Não é possível no âmbito deste livro discuti-los todos. Fá-lo-ei só para aqueles que me parecem suscitar maiores problemas políticos e sociais. Apesar do seu relativo impacto, principalmente na América Latina, não discutirei o movimento altermundista, do Fórum Social Mundial. Como ele é fortemente influenciado por perspetivas pós-modernistas, ficou feita a crítica, indiretamente, quando discuti o pós-modernismo no capítulo IX, sobre as “novas esquerdas”.

Os movimentos históricos

Começamos pelo movimento feminista. No início, quase concomitantemente com o aparecimento das lutas de trabalhadores no século XIX, as mulheres começaram a lutar principalmente contra a desigualdade no trabalho, exigindo salário igual para trabalho igual, os mesmos horários de trabalho e segurança em relação à sua situação específica, na maternidade. A sua luta sempre foi, neste aspeto, inseparável das lutas dos trabalhadores, fundamentalmente da classe operária e com grande consciência do que era o inimigo principal, o capitalismo, sem prejuízo da opressão a que também estavam sujeitas no ambiente familiar por maridos imbuídos da cultura patriarcal ancestral, mesmo que muitas vezes em contradição com a sua consciência proletária. Entre muitas outras manifestações dessa opressão doméstica, não podemos esquecer a violência, quantas vezes levada até à morte.

Ao mesmo tempo, mas principalmente em meios femininos mais educados, surgia a luta pelos direitos políticos, em especial pelo direito de voto. O movimento sufragista, que mobilizou milhares de mulheres na Europa e nos Estados Unidos, teve de combater durante muitos anos por esse direito elementar. Isto numa época em que as mulheres já tinham lugar destacado em algumas atividades sociais, como a educação e em que começava a haver mulheres com destaque noutras profissões, como na medicina e nas artes. Mesmo assim, só em 1918 é que foi reconhecido na Grã-Bretanha o direito de voto feminino. Em Portugal, foi necessário esperarem por 1931 para a concessão do voto feminino e, mesmo assim, só para “as mulheres portuguesas, viúvas, divorciadas ou judicialmente separadas de pessoas e bens com família própria e as casadas cujos maridos estejam ausentes nas colónias ou no estrangeiro”.

O movimento feminista tradicional ganhou maior relevo nos últimos tempos, como se vê, por exemplo, pela dimensão das manifestações do 8 de Março em diversos países europeus, que têm tido um carácter antiausteridade, anticapitalista e antissistema. Para o setor maioritário do movimento feminista, as ações sociais continuam a ter por objetivo a conquista de direitos sociais e económicos, a par de direitos específicos da condição feminina. A sua luta é uma luta política, em muito determinada por razões diretamente ligadas aos problemas das

mulheres trabalhadoras. Articulando-se com a luta contra o sistema patriarcal, esse combate político vai ao encontro da dupla exploração do trabalho gratuito da mulher no lar e do trabalho mal pago da mulher no mercado de trabalho.

Este movimento defronta-se com duas ameaças, a do feminismo burguês ⁷ e a da confusão com motivações identitárias, nomeadamente as dos coletivos LGBT+. Deixo para depois a discussão deste segundo problema.

O feminismo burguês, proeminente nos EUA e também na maior parte da Europa, sendo um movimento de classe, nega esta natureza e pretende a transversalidade e supremacia da liberdade individual sexual. É facto que esta liberdade foi uma bandeira feminista importante em tempos em que a opressão pela tradição familiar retrógrada, pela cultura, pela religião, fazia da diferença de atitude em relação à sexualidade masculina e feminina uma forma de domínio na esfera subjectiva, forma essa tão grave como a falta de direitos e de igualdade na esfera do trabalho. No entanto, nunca até, agora o movimento feminista colocou uma coisa em oposição à outra e as respetivas lutas eram bem articuladas social e politicamente.

O que se passa hoje é diferente. São mulheres de alto nível social, educacional e profissional que lutam pela igualdade de acesso a lugares profissionais e de comando social que não estão ao alcance da grande maioria das mulheres. É uma ação imbuída de mentalidade e “status” de classe, individualista e divisionista e muito vezes mais “folclórica” do que política. Veja-se como, por exemplo, se centra tantas vezes em aspetos psicológicos ou meramente simbólicos como os da linguagem, numa perspetiva pós-modernista.

O feminismo burguês é um feminismo dos 10% que mobiliza principalmente – com muito “boa imprensa” – as mulheres dos estratos sociais elevados e que têm comum principal reivindicação a ascensão em

⁷ Prefiro esta designação, muito mais clara e dirigida, à designação “feminismo liberal” usada por Nancy Fraser e as modernas feministas socialistas americanas, e que remete para uma noção de “liberal” mais ligada à nomenclatura política anglossaxónica.

paridade nas administrações e direções de empresas e na política. Isto é completamente alheio aos interesses das outras 90% ou mais que, nas mesmas empresas, não podem aspirar a muito mais do que a não ser despedida do seu lugar de operária ou funcionária administrativa, quando não de empregada de limpeza. Essas mulheres privilegiadas não têm verdadeiramente consciência feminista e certamente, quando fazem parte do patronato ou dos seus auxiliares mais próximos, não serão mais preocupadas com as trabalhadoras que estão na sua dependência do que os seus colegas masculinos do topo da hierarquia empresarial.

Nem politicamente este feminismo paga dividendos. Nas eleições americanas de 2016, Hillary Clinton fez dele bandeira de campanha, em conjunto contranatura (ou talvez não) com a sua orientação económica de simpatia pelo neoliberalismo, com a sua defesa das intervenções militares imperialistas e pelo seu globalismo, contra os interesses das mulheres trabalhadoras. No entanto, teve o apoio explícito da maior organização feminista americana, NOW, contra Bernie Sanders, apesar de uma forte base popular e negra da NOW. Não serviu de muito, porque se estima que 52% das mulheres brancas votaram em Trump.

A expressão mais recente e mediática deste pseudofeminismo é o #MeToo. Mais uma vez, uma forma de ação de mulheres de posição privilegiada e, em particular, num setor de grande impacto social e económico, o do espetáculo. O assédio sexual é intolerável mas é inegável que a maioria das mulheres vítimas de assédio em virtude da sua dependência profissional não tem a visibilidade das figuras de Hollywood que têm protagonizado o movimento.

As mulheres do #MeToo, por serem privilegiadas, não deixam de ter o direito de usar essa sua posição para acusar os infratores. A questão é que se está a violar conquistas consagradas do direito civilizado, como a da presunção da inocência e o julgamento com todas as garantias de imparcialidade. O justicialismo — que muitas vezes é uma faceta dos fascismos encapotados — está neste caso a substituir a justiça e os acusados sem provas são condenados no tribunal da rua e das redes sociais, com casos frequentes de perdas irreparáveis na vida profissional

e pessoal. Num ou noutro caso, provou-se ou houve indícios fortes de extorsão nas acusações infundadas de assédio, que não chegam a ir a tribunal criminal mas rendem boas indemnizações em processo cível, que o acusado prefere pagar para não sofrer mais danos. Os denunciados à Inquisição pelos vizinhos em conflito não tiveram essa possibilidade de pagar para se livrarem, mas isto não impede que, neste e no outro caso, a morbidez da mentalidade de denúncia e o clima de medo sejam uma negação do espírito das luzes. Já lá vai o tempo em que eu, para maior tranquilidade e concentração, discutia trabalho com as minhas doutorandas com a porta do meu gabinete fechada. Hoje, só se fosse louco.

Voltemos ao feminismo tradicional que, como disse, está a parecer ser capaz de suplantar os desvios do feminismo burguês. Uma das contribuições teóricas mais interessantes para a visão integrada e anticapitalista da situação feminina tem sido, desde há muito, a de Nancy Fraser, filósofa americana com uma obra vasta que aborda temas diversos, como a teoria crítica, a filosofia da justiça, a questão do reconhecimento e, com muita ênfase, o feminismo. A ela se deve, com duas co-autoras, um manifesto recente cujo título é eloquente: “Feminismo para os 99%”⁸. Repare-se que o artigo está no masculino genérico, embora isto seja equívoco no original em língua inglesa, como seu “the”. Mas todas as traduções que conheço usam o masculino genérico, certamente com autorização das autoras e creio que isto é significativo. O feminismo deve ter a adesão tanto das mulheres como dos homens.

O manifesto propõe uma perceção global e antissistémica do feminismo, com um carácter radical e genuinamente transformador. Deve inserir-se num movimento global “que luta contra a austeridade, que defende padrões de vida mais social e solidária, que luta pela segurança e proteção dos migrantes, pelas mulheres negras e de minorias étnicas”, numa visão “longe do liberalismo individualista e próxima das preocupações da grande maioria das mulheres e também dos homens”. Porque “não é um movimento contra os homens; é um movimento contra uma

⁸ Arruza, Cinzia, Bhattacharya, Tithi e Fraser, Nancy. “Feminismo para os 99%”. Penguin Random House. Lisboa. 2019.

estrutura social, um sistema que cria todas as desigualdades”.

Um dos aspetos teoricamente mais interessantes do manifesto (e também em numerosos artigos e entrevistas das autores) é a crítica do chamado dualismo, que separa como sistemas autónomos o capitalismo e o patriarcado ⁹, numa multiplicação de poderes autónomos – mais do que sistemas – que remete para Foucault e o pós-modernismo. Mesmo numa perspetiva materialista, isto conduz à consideração de que o conflito no domínio exclusivo do patriarcado tem tanto uma natureza de classe como o conflito social. Numa caricatura do marxismo, as mulheres constituiriam assim uma “classe” que não tem relação com a sua verdadeira classe social, gerando uma nova determinação na luta feminista, agora com um rótulo simpático para alguma esquerda de luta feminista como “luta de classes”, mas sem relação de exploração. Entre outras consequências, isto isola o feminismo de todas as outras lutas sociais e enfraquece-o. Se a “classe feminina” é antagónica com a sua “classe” opressora masculina, que sentido faz aliarem-se, por exemplo, numa greve contra o patrão comum?

A dualidade no manifesto é de outra natureza e relaciona-se com dois processos essenciais do capitalismo, a produção e a reprodução, que merecem igual relevo em “O Capital”. Em boa parte, as desigualdades de género devem-se à separação, que não existia antes do capitalismo, entre a produção de mercadorias e a reprodução social – a reprodução e formação da força de trabalho – esta última relacionada com a vida familiar, comunitária e com o setor dos serviços sociais. Hoje vive-se uma situação mista, com as mulheres também estão envolvidas na produção, mas ao menos neste caso são pagas e não totalmente exploradas como na esfera da reprodução social (geração e criação dos filhos). Mesmo quando assalariadas em atividades relacionadas com a reprodução social em que a maioria da mão de obra é feminina –

⁹ Podemos também falar de dualismo se pensarmos na divisão categorial que Boaventura Sousa Santos estabelece entre os poderes do capitalismo, do patriarcado e do colonialismo. O que no texto se escreve em relação ao conflito feminista como consequência da perspetiva dualista toma ainda outra dimensão, por extensão ao conflito racial, no domínio do colonialismo (na sua versão atual de herança cultural colonial).

cuidados das crianças, educação, saúde, serviços sociais – as mulheres têm condições de trabalho de grande desigualdade. Isto liga-se também à exploração de natureza racial, dado que uma percentagem considerável dessas trabalhadoras são imigrantes não brancas.

O neoliberalismo, ao defender que se retire da esfera do Estado todos os serviços relacionados com a educação, a saúde, a habitação, os cuidados com os idosos, vem agravar enormemente esta situação. Sob o capitalismo, e agora cada vez mais, a reprodução social é subordinada à produção. No entanto, a produção e o lucro dependem da eficácia da reprodução, que é comparativamente cara por não beneficiar de muita tecnologia e exigir mão de obra intensiva. A solução neoliberal é o seu embaratecimento por salários baixos, recurso a imigrantes indefesas e privatização das atividades sociais. A mulher trabalhadora que, na cultura machista, não tem ajuda doméstica para as funções de reprodução social, deixa de ser apenas “não-paga” para ter mesmo de pagar as funções de reprodução social que tradicionalmente lhes estão atribuídas.

Embora as autoras do manifesto não invoquem explicitamente o marxismo, a sua visão é caracteristicamente marxista. É um contributo para o marxismo numa temática muito pouco valorizada pelas escolas oficiais, embora muito presente nos clássicos. Feminismo e marxismo articulam-se perfeitamente no que podemos chamar de “feminismo socialista”.

A atenção à condição feminina ¹⁰, quer como questão filosófica quer como questão concreta social e económica, está presente em muita da obra de Marx, desde logo se nos lembramos da conhecida análise dos “Manuscritos Económicos e Filosóficos” (1844) sobre a relação homem-mulher no quadro da relação homem-natureza e como ela é pervertida e alienada. ”A perspectiva da mulher como despojo utensílio para a luxúria é uma degradação infinita. (...) A relação do homem com a mulher é absoluta, decisiva e indisfarçável. “Esta relação do homem

10 Note-se que Marx não se limita à discussão da situação das mulheres trabalhadoras. Chega a criticar a situação da mulher burguesa, oprimida nos seus direitos civis e usada como “ativo” económico no casamento de interesse burguês (“Peuchet: on Suicide”. 1846. <https://marxists.architexturez.net/archive/marx/works/1845/09/suicide.htm>

com a mulher é a relação do homem com o homem e faz parte da relação do homem com a natureza. “O grau a que a essência humana se tornou natureza para o homem (...) mede o nível global de desenvolvimento humano. Revela também o grau em a necessidade do homem [concreto] se tornou urna necessidade humana, a forma como a outra pessoa como pessoa se tornou para ele uma necessidade, o momento em que a sua existência individual é ao mesmo tempo a de um ser social.” Isto aumenta de importância quando se concretiza a relação do homem com o homem no caso particular do homem com a-mulher. “A relação do homem com a mulher é a relação mais natural entre seres humanos”. Em síntese, “a posição da mulher na sociedade pode ser usada como medida do desenvolvimento da sociedade como um todo”.

É também na sua ação política que Marx se mostra defensor dos direitos das mulheres e da igualdade entre os sexos. Foi graças ao seu esforço que as mulheres acabaram por ser aceites na I Internacional e também deixou bem expresso, no “Programa do Partido Operário” francês (1880), que “a emancipação da classe produtiva é a de todos os seres humanos sem distinção de sexo ou raça”.

A leitura crítica de Marx permite também uma análise eficaz da questão do dualismo, que já referimos. Capitalismo e patriarcado são sistemas autónomos? É desde início duvidoso que se possa formular uma teoria assente em dois pilares tão radicalmente diferentes. O capitalismo é um modo de produção, uma fase histórica da dinâmica do desenvolvimento da sociedade, primariamente (mas não exclusivamente!) no domínio económico, social e tecnológico. O patriarcado é uma noção que se baseia numa visão estática e psicológica da natureza humana ¹¹.

A visão dualista é fortemente criticada em “A Ideologia Alemã”, escrita em co-autoria com Engels. A referência a Engels é pertinente, porque há que notar que, em escritos posteriores, principalmente “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, Engels adota uma posição absolutamente monista, não dando relevo ao patriarcado

¹¹ Sem prejuízo de, em muitas sociedades primitivas, o patriarcado, como sistema de organização social, ter sido precedido pelo matriarcado.

na determinação da condição global feminina e levando quase ao absoluto o privilégio aos aspetos sociais e económicos no trabalho. É ir de um extremo ao outro, com alguma rigidez mental de que Engels frequentemente enferma, a meu ver. A posição de Marx em escritos posteriores é mais dialeticamente nuanceada e de maior riqueza. Permite facilmente a incorporação equilibrada das visões feministas no marxismo, compatibilizando-as com a perspetiva da opressão e luta de classes.

Contra a noção dualista de sociedade e natureza (no sentido de “natureza humana”, aqui vista na dualidade homem-mulher) como entidades que interagem sem alteração significativa da essência de si própria ou da outra, a visão marxista considera-as dialeticamente relacionadas. Como em todos os aspetos da vida humana, os seres humanos, pelo trabalho, interagem com a esfera do natural e tanto o individual como o natural se alteram mutuamente. O natural nunca pode ser assim definido trans-historicamente e o conceito de natural só é útil numa determinada circunstância histórica.

Mesmo na família arcaica, a divisão do trabalho baseada no sexo só é natural em situações ainda muito primitivas, em que certas atividades femininas são excluídas por incapacidade biológica. Progressivamente, a mulher vai passando a trabalhar mas a ideia de inferioridade vinda da situação anterior, daquela incapacidade física, mantém-se. Como tantas vezes, há um desajustamento entre a situação social e os paradigmas culturais. A relação entre base económica e superestrutura não é tão linear como o determinismo “marxista” escolástico nos quer fazer crer.

As categorias em Marx são sempre sustentadas pela sua análise empírica e nunca ficam dogmaticamente estabelecidas como formulações a-históricas. São dinâmicas e podem mudar com as mudanças sociais. O mesmo se aplica a dualidades, em particular as muito discutidas natureza/cultura ¹² e produção/reprodução. Marx não fez o mesmo, com a mesma profundidade, à dualidade de sexo, mas o princípio está lá e abre a porta a uma análise marxista atualizada do feminismo. Lembrando o que disse atrás sobre produção e reprodução, como base

¹² Com bem conhecido trocadilho em inglês, intraduzível: “nature/nurture”.

de uma análise marxista do feminismo, deve-se ter presente que Marx considera que ambos os processos são essenciais para a humanidade mas que tomam formas diferentes conforme o desenvolvimento social e tecnológico da sociedade concreta. Neste sentido, e com as pistas que referi muito brevemente, é necessário fazer a análise marxista da condição feminina nesta época de neoliberalismo e globalização.

O dualismo rígido sociedade/natureza, no que acontece em relação à mulher – na família e no trabalho — resolve-se dialeticamente. A biologia não pode ser vista em si própria, isolada das condições sociais. Ambas se influenciam mutuamente. Um exemplo simples: uma característica biológica, a capacidade física, antes determinante para a segmentação do trabalho feminino, perdeu praticamente importância com a tecnologia e a grande redução do trabalho manual.

Na resolução dialética do dualismo, não se anulam por completo os elementos históricos do patriarcado. O que se faz realçar é a forma como o capitalismo, nas suas várias fases, assimila partes desse conjunto de elementos para conseguir uma forma mais geral de exploração das mulheres. A noção genuinamente marxista dessa dialética, que não anula os elementos subjetivos e ideológicos, é contrária a um determinismo estreito. A atividade económica e a atividade social são momentos dialéticos da totalidade de um modo particular de produção. Um feminismo marxista tem todo o cabimento nesta visão essencial do marxismo.

Assim, o feminismo socialista não pode negar a dimensão subjectiva, cultural, da opressão exercida sobre as mulheres no plano da supremacia masculina na vida familiar, na sobrecarga ou mesmo desempenho exclusivo das tarefas domésticas e familiares, no tratamento desigual em matéria de valores morais e costumes, na limitação ao aborto ainda em vigor em muitos países, no assédio sexual no trabalho e, mais dramaticamente, no que se refere à violência doméstica, física ou psicológica. Mesmo assim, esta dimensão subjetiva não é homogénea. Na sociedade atual e com a diferenciação sócio-económica dos “travões

culturais”¹³, uma mulher burguesa está mais defendida do que uma trabalhadora em relação à sua sujeição à opressão individual e social de tipo machista.

O que deve fazer, por outro lado, é conjugar esses aspetos com os económicos e de classe e pensar neste feminismo em crescente afirmação como um processo de radicalização e de politização em que a subjetividade das mulheres trabalhadoras adquire um carácter combativo e leva a uma consciencialização anticapitalista. Há que articular dialeticamente este feminismo também com outras situações, nomeadamente a racial, na medida em que hoje grande parte das mulheres relegadas para os escalões mais baixos do trabalho feminino são imigrantes não brancas.

Nesta perspetiva de classe, o lugar das mulheres trabalhadoras é ao lado dos homens que partilham com elas a mesma posição de classe. Pelo contrário, não é o simples facto de serem todas mulheres que justifica que as mulheres trabalhadoras aceitem como suas aliadas as empresárias e mulheres de classes altas, com as suas ambições de partir os tetos de vidro que as impedem de ascender a um paraíso “igualitário” (leia-se entre homens e mulheres da mesma classe) construído sobre privilégios.

* * * * *

O segundo grande movimento histórico ainda atual é o da emancipação dos negros, prolongado pelo movimento mais geral da defesa das minorias étnicas e pelos movimentos antirracistas¹⁴. Incluo-o neste grupo e não no dos movimentos identitários devido à sua longa história, à dimensão do problema e à relação que tem com as relações económicas e sociais. Também, embora em menor grau, pela semelhança que há com o movimento feminista no que respeita à segmentação so-

¹³ A noção de que, no interesse próprio e mesmo que sem interiorização ética, se devem evitar certos comportamentos incorretos que podem levar a penalização social.

¹⁴ Pela sua especificidade, não abordarei a luta antiapartheid, o que de forma alguma significa menosprezo pela sua enorme importância e pela história heróica do ANC.

cial e económica do movimento, que gera contradições de classe entre estratos diferentes do nativismo negro, com afastamento de uma elite negra das preocupações reais da maioria. Assim como se pode falar de um feminismo burguês, também se pode referir uma negritude burguesa. Estas são aproximações ao feminismo; no entanto, há diferenças relevantes, tal como o movimento negro ter maiores aspetos de identitarismo do que o feminismo.

O racismo é um fenómeno muito complexo e apresenta aspetos particulares no caso dos países com passado escravagista e no caso da Europa, isto sem falar de supremacismos étnicos noutras paragens, de que foi exemplo dramático o tratamento dos povos submetidos pelo Japão no século passado. A historicidade do racismo é importante para a sua compreensão, como construção social e cultural que até já está em contradição com o conhecimento científico. De facto, o racismo é a diferença em relação a uma coisa que não existe objetivamente, a raça. A evolução humana e a diversidade das populações que se espalharam por todo o mundo é muito mais complexa do que a meia dúzia de caracteres morfológicos que têm servido secularmente para definir as raças.

No período clássico, a escravatura não se traduzia obrigatoriamente em supremacismo étnico. Para os romanos, um escravo grego tinha mais valor não por ser branco mas sim pelo seu valor de uso como pedagogo ou pela sua educação. Para outros trabalhos, tanto fazia ser branco gaulês como negro núbio. É com a expansão portuguesa que a Europa se defronta inicialmente com a diferença racial e a trata no seu quadro cultural judaico-cristão. Os negros que começam logo a ser trazidos de África são vendidos como escravos no mercado de Lagos — um bom negócio do Infante D. Henrique — e ao mesmo tempo levantam questões religiosas e filosóficas. Terão alma? São filhos de Deus e merecem salvação divina? Grandes problemas teóricos..., mas bem ligados à prática. Como lapidarmente sintetizou Zurara na “Crónica da Conquista da Guiné”, os motivos que levaram ao empreendimento henriquino foram uma mescla díspar: a curiosidade geográfica e a procura de mercados onde pudessem comerciar sem concorrência (sendo que um dos

primeiros comércios foi o de escravos); a avaliação de até onde ia o poder muçulmano em África; a busca de aliados para a guerra santa, como o lendário Prestes João; e mesmo no fim da lista, a expansão da fé cristã. A ciência, o dinheiro, a espada e a cruz, fundamentos da lendária Escola de Sagres. E não continuam a ser pilares da hegemonia atual?

Nas colónias norteamericanas e no Brasil, já todos estes “ideais” se tinham reduzido à verdade nua e crua – o uso de escravos na produção e, acessoriamente, no trabalho doméstico ¹⁵. Até à abolição, e com exceção da revolta do Haiti, as lutas dos escravos são praticamente impossíveis, tomando a forma de evasão para os estados americanos do Norte ou da criação dos quilombos brasileiros. Os processos posteriores foram diferentes nos Estados Unidos e no Brasil. A economia brasileira foi capaz de transformar a escravatura em trabalho superexplorado e evitou convulsões políticas importantes, sem prejuízo de a cultura esclavagista permanecer até hoje e de as manifestações de racismo serem uma constante mais ou menos a descoberto de todos os aspetos da vida brasileira.

Diferentemente, a Guerra da Secessão fez dos estados do sul um caso particular e, afinal, o mais emblemático do racismo em todas as suas vertentes, política, económica e cultural. Com a economia devastada pela guerra, com o empobrecimento de muitas camadas não possuidoras de escravos mas que viviam dessa economia, foi impossível uma transição indolor para uma economia não esclavagista e teve de se impor uma mão de ferro no novo mercado de trabalho, só possível pela negação completa de todos os direitos políticos e sociais dos escravos formalmente emancipados. Por outro lado, séculos de aculturação racista de grande parte da população branca, em que praticamente não havia trabalhadores com consciência de classe (se é que isto podia haver em 1865) mais a frustração da derrota militar e a falta de recursos de

¹⁵ Em Portugal, desde o século XV, também houve escravos negros que, para além de uma parte utilizada na agricultura, nomeadamente nos arrozais da zona de Alcácer, enxameavam Lisboa como escravos domésticos. Até nos Açores, segundo Gaspar Frutuoso nas “Saudades da Terra”, embora hoje não haja sinais visíveis de negritude.

quase um milhão de soldados confederais desmobilizados fizeram exacerbar um racismo visceral levado até ao ódio e à violência sem limites.

Assim, o movimento de emancipação negra nos Estados Unidos dirigiu-se sempre, prioritariamente, à luta pelos direitos políticos e civis. Foi sempre uma luta mais política do que económica, apesar de ambas as coisas estarem intimamente relacionadas. Nas grandes expressões do movimento negro – as igrejas negras, os muçulmanos negros, o partido dos Panteras Negras, as marchas gigantescas conduzidas por Martin Luther King, o “Black Power”, as muitas ações locais de protesto e antissegregacionismo, etc. – as palavras de ordem são muito mais políticas do que sociais e económicas. Mesmo grandes ações recentes, como o “Black Lives Matter” emergem como protesto contra a repressão política e policial e não tanto em relação à situação social e económica dos negros, com a sua subqualificação para o trabalho, a alta taxa de desemprego, o baixo nível salarial, a precariedade e a marginalidade que leva à criminalidade (muito mais reprimida em relação aos negros do que aos brancos).

Na Europa, o racismo antinegro está mais ligado ao colonialismo¹⁶. Os interesses económicos coloniais foram sempre adoçados com uma retórica política de ação civilizadora dos “selvagens”, o que, obviamente, postula a sua inferioridade e a supremacia branca. Esta retórica foi muito patente em Portugal durante o salazar-fascismo e até ainda antes, na República de 1910. O discurso civilizacionista, a par da mitologia nacionalista lançada à plebe para a mobilizar na rivalidade entre impérios para a distribuição berlinense das colónias, foi caldo de cultura para um racismo cultural, mesmo que latente. De facto, a grande maioria dos europeus, com exceção dos colonos, nem sequer tinha a oportunidade de sentir ao vivo a “diferença para o outro”. Tudo se agravou, no último meio século, com a enorme onda de emigração para a Europa e agora já não só de negros africanos. Com isso, o racismo tornou-se mais difuso, abrangendo todos os não-brancos.

Como vimos no capítulo em que discutimos as novas características

¹⁶ Sem esquecer outro racismo com origem diferente, o anticigano, muito enraizado em Portugal e em outros países europeus, nomeadamente de leste.

do mundo do trabalho, há um alto grau de correlação entre ser-se imigrante e desempenhar-se os trabalhos mais desqualificados e sobre-explorados. A relação entre racismo e capitalismo é essencialmente a mesma que discutimos em relação ao feminismo e discussão é do mesmo teor, “mutatis mutandis”. Também a conclusão é a mesma: é urgente a articulação das lutas numa perspectiva de totalidade; é urgente um antirracismo socialista.

Os movimentos identitários

Em tempos recentes, como já disse, tanto o movimento feminista como o antirracista têm sido contaminados com perspectiva de identitarismo. Mais do que combater a exclusão ou a opressão baseada na diferença, o que pressupõe a compreensão das causas económicas e sociais da sujeição e inserir o combate na luta global contra o sistema que gera essas causas, pretende-se enfatizar os aspetos culturais e compensar a opressão com a afirmação pela positiva dessa diferença, dessa característica identitária. O facto de se ser mulher ou de se ser de cor passa à frente das profundas diferenças sociais e económicas que dividem, dentro deles, esses grandes grupos e que, embora assimetricamente em relação aos grupos opostos, representam divisões de classe. Claro que é importante a diferença entre ser homem e mulher ou ser branco e negro, mas é muito maior a diferença entre ser explorador e explorado.

Onde o identitarismo tem expressão mais marcada é na luta pelo direito à não discriminação por razões de orientação sexual, mais concretamente no movimento LGBT+ ¹⁷ (lésbicas, “gays”, bissexuais e transexuais). Ao contrário do que tenho vindo a discutir, o problema LGBT+ não radica fundamentalmente na estrutura económica. É evidente que, neste caso, predomina obrigatoriamente a dimensão política e cultural, embora esta dimensão traduza em parte a diferença social. É mais fácil um homossexual, por exemplo, assumir-se como tal e lutar pelos seus direitos num meio e numa camada social mais favorecida economicamente do que numa sociedade atrasada, e também quando

¹⁷ A sigla hoje começa a ser interminável, à medida que a teoria “queer” vai inventando mais categorias de género, mas fico-me pelo clássico.

se dispõe de uma condição educacional e profissional com maior peso. Da mesma forma, por antipático que se considere escrever isto, há tendência para ação de lóbi e proteção mútua que não se vê tanto noutros movimentos.

Em parte considerável, o problema LGBTQ+ está felizmente datado e vai entrar em retrocesso no nosso “mundo ocidental”, a meu ver. Nas sociedades avançadas de cultura ocidental, o direito à diferença sexual e a proibição de qualquer discriminação em virtude da orientação sexual estão consagrados legalmente e mesmo nas constituições, sendo certo, todavia, que nem sempre isto se reflete na vida real. Diferentemente, ainda há muitos países em que, principalmente por razões culturais ou religiosas, a homossexualidade é crime ou motivo de opróbrio, mas é exatamente nessas situações que não há um ativismo LGBTQ+, duramente reprimido, e onde não se faz sentir significativamente a solidariedade internacional dos ativismos americano e europeu.

As manifestações de “orgulho gay” são hoje mais celebratórias do que reivindicativas, como bem sabem as grandes empresas que nesses dias se tingem de sete cores ou os municípios que pintam de arco-íris as passadeiras para peões. Em Portugal, como em muitos outros países, há igualdade para os homossexuais no acesso ao casamento civil, a discriminação no trabalho é residual, é possível a adoção por casais homossexuais, as mulheres lésbicas têm direito como as demais à procriação medicamente assistida. É claro que isto, sendo legal, não obsta a que ainda haja muita homofobia e até violência física, mas com tendência decrescente com o aumento do nível cultural, com a passagem das gerações e até com a noção geral da sua condenação como atitude socialmente inadmissível. Também é notório que muitos homossexuais gozam de grande visibilidade na cultura, no espetáculo e na academia, por exemplo. “Sair do armário” já não precisa de ser, felizmente, um ato a exigir coragem. Mesmo assim, por exemplo, foi queixa frequente de homossexuais durante a pandemia COVID-19 que o confinamento restringiu fortemente a sua vida sexual, por impossibilidade de acesso aos bares e outros locais que compensavam a clandestinidade de muitos homossexuais em relação à família com quem vivem.

Ao discutir todos os outros movimentos, chamo sempre a atenção para que, nas raízes, a opressão está sempre relacionada com a exploração e a questão de classe. No caso do LGBT+, isto pode parecer descabido, à primeira vista. De facto, o movimento até tem maior expressão entre camadas relativamente privilegiadas e foram os intelectuais (e em boa parte ainda hoje) os primeiros a assumirem publicamente a sua orientação sexual. Mas, vendo bem, a repressão da homossexualidade não é apenas uma questão moral ou cultural. A orientação que se afasta da normalidade tem de ser vista na compreensão dessa normalidade, que é um esteio limitativo da noção e tradução prática de família. Esta noção é desafiada pelo “desvio” à norma estabelecida representado pela homossexualidade. Na sociedade capitalista, é a noção de família burguesa que é hegemonicamente imposta a toda a sociedade e justifica, para além da dominação ideológica, também a coerção política e jurídica.

A preencher algum vazio de reivindicações, as atenções do ativismo LGBT+ têm vindo a desviar-se principalmente para a situação dos transexuais¹⁸. É certo que são, entre os LGBT+, o grupo ainda menos aceite e que testemunham as maiores situações de desrespeito, mesmo de hostilidade. No entanto, quantitativamente, constituem um grupo muito minoritário; enquanto que, com muita incerteza, se pode estimar em até 5-10% a percentagem de homossexuais na Europa e nos EUA, a percentagem de transexuais não ultrapassará provavelmente 0,5 a 1%.

A questão da transexualidade é complicada pela ambiguidade do seu significado biopsicológico. Até recentemente, era classificada como uma patologia mas há uma forte tendência ideológica para a desmedicinar, com apoio de organizações de saúde mais permeáveis às influências não científicas. A orientação sexual é determinada muito cedo (nos primeiros anos de vida) como muitas das nossas características humanas, por interação “nature and nurture” – biologicamente, seja geneti-

¹⁸ Em rigor, o termo transexual pode ser reservado apenas para os que efetivamente mudaram de sexo, por intervenção médica. Por facilidade uso aqui o termo para incluir os transgéneros, todos os que se sentem “no corpo errado”.

camente seja fisiologicamente (principalmente hormonal) e também culturalmente, pelo papel sexual atribuído convencionalmente. É certo que as neurociências ainda não conseguem explicar cabalmente como se processa a aquisição da identidade de gênero e a orientação sexual mas, como em tantos outros domínios ainda sem conhecimento científico, nada autoriza que se negue quase como dogma a natureza biopsíquica desse processo e que se o considere como desligado do corpo e da sua mente.

O resultado final daquelas interações é a orientação sexual e também a noção própria da identidade sexual. Sendo um processo de desenvolvimento humano, está por natureza sujeito a desvios da norma estatística. Mas serão esses desvios uma anomalia? Se ninguém hoje considera a homossexualidade como uma patologia, nem sequer um distúrbio (um termo que reflete a noção de uma “zona cinzenta” em psiquiatria) não se passará o mesmo com a transexualidade? Como cientista, vejo a questão como complexa e irreduzível a clichês ideológicos.

Deve-se atender a alguma ambiguidade da noção de patologia e também de normalidade. Esta última é fundamentalmente estatística e, em termos científicos, não deve ter qualquer valorização moral. Quanto a patologia, é mais complicado. Por exemplo, dentro de certa margem, ser-se mais ou menos pesado em relação à altura é apenas uma variação estatística, na distribuição normal, mas a partir de certo ponto passa-se para a obesidade mórbida, que já é uma patologia. No entanto, há fatores culturais e sociais que afetam consideravelmente essa distinção e que vão mudando historicamente, criando zonas cinzentas. Por exemplo, a adição a drogas psicotrópicas é uma patologia? E outras adições menos discutidas, como a do jogo ou das compras? Com o disse, a homossexualidade já foi patologia e mesmo criminalizada e hoje esta ideia está claramente condenada.

Uma noção abrangente deve considerar a doença ou perturbação mais do que uma entidade em si mesma mas, fundamentalmente, qualquer estado de não-saúde, sendo a saúde o completo bem-estar físico e psíquico. Assim, mais do que colocar etiquetas que podem ser pejorati-

vas ¹⁹, o importante é ter presente que a transexualidade é em geral um estado de sofrimento psíquico muitas vezes bem grave, podendo levar a consequências psíquicas secundárias importantes e mesmo ao suicídio. Precisa de ajuda política e social, quanto aos direitos, mas não se pode negar que precisa de apoio médico, ao contrário da homossexualidade (em que a intervenção médica, de conversão, é condenável). Neste sentido, a objetividade científica da noção de “disforia de género” não deve ser contaminada pelo politicamente correto.

A discussão da defesa dos direitos das minorais sexuais - e em particular dos transexuais – é inseparável da sua contaminação pela teoria “queer”, que também afeta muito o movimento feminista. Assim como o pós-modernismo (que já discuti) veio confundir e enfraquecer a luta global dos trabalhadores, a sua filha “queer” está a infetar o feminismo e o ativismo LGBT+. Proposta por Judith Butler (filósofa norte-americana). nos anos 90, mas na sequência da “História da Sexualidade” de Foucault, um dos pais do pós-modernismo, a teoria “queer” é uma visão filosófica em total contradição com a ciência. Nega a dualidade essencial homem-mulher e considera o género como uma mera criação social e ideológica, imposta a cada um pela educação estereotipada quanto ao papel sexual e às manifestações da identidade de género. Não há mulheres, diz a teoria. Ser mulher – e também ser hetero ou homossexual – é apenas o resultado ficcional dos discursos de poder na sociedade. Está-se a ver que quem apanha pancada do parceiro doméstico não é a mulher, é o género ficcionado...

Na teorização “queer” e na prática feminista a ela associada, o termo género predomina sobre o termo sexo. A este é atribuído um significado estritamente morfológico, secundário, sendo essencial o conceito de género entendido como a totalidade dos comportamentos, expectativas e possibilidades que a cultura social dominante atribui a cada um dos sexos. É certo que há aspetos culturais envolvidos na construção progressiva da identidade sexual. Nada na natureza biológica obriga a que a menina vista cor-de-rosa, brinque com bonecas e use vestidos ou

¹⁹ Lembram-se de que, até ainda há pouco tempo, nunca se noticiava que uma pessoa tinha morrido de cancro, mas sim de doença prolongada?

que o rapaz brinque com carrinhos e use camisa e calções. No entanto, estes usos, que até se vão esbatendo cada vez mais, são um epifenómeno cultural que não é determinante da definição do sexo e da futura orientação sexual.

Também é certo que não há definições absolutas num mundo em permanente mudança mas, em cada momento, a definição é um instrumento essencial para categorizarmos coisas, organizar o pensamento e estabelecer relações de significado e causalidade. A teoria “queer” combate um moinho de vento que ela cria, a de que o pensamento dominante estabeleceu uma distinção binária definidora absoluta dos sexos. De facto, é evidente que nenhum fenómeno concreto representa completamente a categoria geral em que o incluímos. Isto também vale para o sexo, que não descreve inteiramente cada homem e cada mulher que conhecemos, sem prejuízo de sabermos na prática, na grande maioria das situações, que um homem concreto é um homem e uma mulher concreta é uma mulher.

Repare-se ainda em que se resume ao mero registo civil, em muitos casos, a proteção e o apoio aos transexuais e o alívio do seu sofrimento. Parece que não precisam de apoio psicológico, antes de uma etiqueta no cartão de cidadão. Pensar-se na transexualidade como uma simples opção é uma imoralidade ofensiva do sofrimento psíquico de quem se sente preso num corpo com o qual não se identifica e também com o sofrimento físico dos tratamentos médicos e cirúrgicos a que se tem de sujeitar para obter a sua identidade e viver bem consigo.

Como se enquadra tudo isto na política e na ação social? As perspectivas de luta contra a opressão ficam obscurecidas pela noção pós-modernista de que todas as construções sociais são culturais, discursivas e determinadas, não por um sistema de relações sociais e económicas mas por uma multitude de poderes e de narrativas, mal definidos e não hierarquizados. Não se procura analisar e definir o que são essas “estruturas de poder”, muito menos propor como anulá-las. Tal como dizia Foucault em relação a todo o pós-modernismo, “a análise dos mecanismos do poder não é uma teoria geral do que constitui o poder”. Assim se foge ao essencial. Tautologicamente, dizia também Foucault

que o poder deve ser entendido em primeira instância como a multiplicidade de relações de poder imanentes à esfera em que operam e que o poder está em toda parte, que o poder é o nome dado a uma situação estratégica complexa em uma determinada sociedade. A consequência lógica é que tanto está em toda a parte que, na prática, acaba por não estar em lugar nenhum para o combater.

O pior desta teorização identitarista é estar a influenciar um movimento não minoritário, o feminista. É certo que está a ser adotada principalmente pelo movimento feminista burguês, mas serve objetivamente para o afastar cada vez mais das políticas de esquerda e das lutas de classe. Pode atirar muitos trabalhadores para os braços da ultradireita, por sentirem que a esquerda tradicional os abandonou, privilegiando o identitarismo individualista. Um homem branco pobre associa o identitarismo feminista com ser dito que ele tem privilégio branco; os “homens heterossexuais, brancos e cisgêneros” são o problema? É improvável que isto desperte para a necessidade de apoiar as lutas femininas junto dos homens brancos heterossexuais, em particular aqueles que vivem pobremente, sem casa decente e sem assistência devida na doença.

Este desvio do movimento feminista, com muito de elitista e prevalente na academia, também remete a mulher pobre ou a mulher trabalhadora para um plano de secundarização social e política. Os problemas reais da mulher – no trabalho, na exploração doméstica, na violência – parecem ser menos importantes do que questões de género tão determinantes como uma visão moderna e revolucionária do livre acesso a sanitários e vestuários ou da panaceia de regras de linguagem inclusiva...

Uma coisa são as lutas ditas identitárias, ou melhor, pela defesa dos direitos e interesses de grupos sociais particulares. São justas e importantes, em si mesmas e como ação de guerrilha na guerra contra o sistema global. Outra coisa é o identitarismo, como ideologia e conceção política dessas lutas. O individual e o grupal apoderaram-se do discurso político – paradoxalmente, como também faz a ultradireita. Perdeu-se a noção do coletivo geral, popular, e dispersam-se as forças por uma mi-

riade de frentes de combate. Parece um saudosismo do romantismo político dos anos 60, mas “quando a História se repete, primeiro é como drama e depois é como farsa”. Nem se trata só de fracturar a “esquerda social e política”, escamoteando a luta básica dos explorados. É a própria “esquerda cultural” que se divide, espalhando-se por múltiplas causas identitárias e perdendo a perspectiva geral do quadro ideológico. O risco é muito grande de a esquerda assim pulverizada, e num “catch all” que não é só de eleitores mas também de “causas fraturantes” perder a perspectiva da unidade necessária no combate contra o inimigo principal. Perde-se isto mas ganha-se em oportunismo, que até parece ser hoje uma virtude política.

O identitarismo pode mesmo prejudicar as suas próprias lutas quando vai ao extremo de privilegiar a simples afirmação e reconhecimento (muitas vezes apenas formalista) da identidade. Reconheçame, que já fico satisfeito!. O acessório ou simbólico passa à frente do essencial ou real. Que interesse tem igualizar na identidade um negro rico de um bairro de elite e um negro pobre da periferia urbana, ou uma mulher alto quadro de empresa e uma mulher empregada doméstica? No Congresso americano há dezenas de negros. Sendo democratas ou republicanos, em que é que a sua identidade (salvo raras exceções) se sobrepõe à política do partido? E, em cidades de maioria negra e com governos constituídos por negros, continuam os mesmos problemas de violência racista, de pobreza, de dificuldade de excesso à saúde e à educação, tudo agravado por a corrupção política ter como agentes agora negros e já não brancos.

A microconflitualidade que caracteriza em boa parte o identitarismo é uma forma de distração e de divisão que o sistema aproveita. Distrai das contradições capitalistas e da exploração que lhes é inerente e divide as massas em linhas redutoras, separando hetero e homossexuais, cis e trans, vegans e carnívoros, cristãos e muçulmanos. É fácil observar que não há qualquer obstáculo a manifestações de orgulho gay ou pelos direitos dos animais, mas qualquer ocupação de praças ou manifestação de coletes amarelos é severamente reprimida.

Os movimentos populares de protesto

No princípio da última década, eclodiram em várias partes do mundo ²⁰ grandes movimentos populares de protesto, vincadamente políticos, com uma dimensão e intensidade nunca vistas praticamente desde maio de 1968. Começou com as primaveras árabes, depois os indignados de 15 de Maio na Espanha e o movimento da Praça Sintagma em Atenas, o “Occupy Wall Street”, as manifestações de 2013 no Brasil, a ocupação do Parque Taksim Gezi na Turquia também em 2013, o “Nuit Debout” e os “coletes amarelos” na França, os protestos de Hong Kong e do Chile em 2019 a 2020.

Na raiz desses protestos, entre outros factos, estão as consequências da última grande crise económica e as mudanças na morfologia e funcionamento do capitalismo da financeirização e da digitalização. Causaram mudanças de valores e desconfiança e insegurança em relação ao futuro, com sentimento de perda, de confusão, de falta de controlo sobre a vida.

Os movimentos políticos de protesto tiveram muitos aspetos em comum. Foram movimentos com grande espontaneidade, sem liderança definida e com escasso ou nulo envolvimento de partidos e usaram largamente e com eficácia as redes sociais para informação e mobilização. A característica comum mais marcante foi a ocupação permanente e prolongada de espaços públicos, por vezes em atitude de desobediência mas sempre sem violência, com a exceção de alguns distúrbios dos “coletes amarelos”. As reivindicações eram políticas gerais, atingindo com frequência o poder da governação e com forte componente social e económica. A composição social desses movimentos não era homogénea, predominando os jovens em situação precária, intelectuais, reformados, trabalhadores de serviços e outras camadas mais diretamente atingidas pela crise que então se vivia. A participação, como tal, de coletivos feministas, de minorias étnicas ou sexuais não teve significado.

²⁰ O caso português da “Geração à rasca” de 2011 foi espúrio, tendo-se limitado a uma manifestação com muito boa participação. Voltou a haver, em 15 de setembro, uma gigantesca manifestação em Lisboa de protesto contra a austeridade que condicionou o resgate europeu na crise financeira, mas o movimento não teve continuidade nem outras formas de expressão.

Em alguns casos, os protestos foram suscitados por atos concretos, como os aumentos dos preços dos transportes em S. Paulo, dos combustíveis no caso dos coletes amarelos, a proposta de revisão do código do trabalho (lei El Khomry) no protesto de “Nuit Debout” ou a iminência de aprovação da lei de extradição para a China, em Hong Kong, mas em todos os casos as reivindicações pontuais iniciais logo se foram alargando a um protesto político mais geral. No Chile, um simples protesto contra o aumento de preço do metro foi crescendo até resultar na eleição de uma assembleia constituinte e depois à constituição de uma frente que elegeu um presidente progressista.

Noutros casos, em particular nas primaveras árabes, estava logo em jogo um grande objetivo, o derrube dos regimes políticos ditatoriais corruptos, o que se conseguiu na Tunísia e, temporariamente, no Egito. As revoltas que eclodiram em toda a orla mediterrânica e em vários países do Médio Oriente tiveram desfechos menos conseguidos mas, em alguns casos, com resultados significativos. Na Líbia e na Síria a situação foi muito diferente, com os protestos populares a serem rapidamente submersos pela intervenção militar e guerra civil.

Uma das características destes movimentos mais referidas é a sua espontaneidade. Não é bem assim e nada nasce de nada. Em alguns casos, a origem foi realmente difusa e a mobilização iniciou-se e depois ampliou-se grandemente graças a uma dinâmica incontrollada e desorganizada de comunicação nas redes sociais. Noutros casos, como o jornal Fakir em relação a “Nuit Debout” ou os diversos coletivos convocantes da manifestação de 15 de maio em Madrid, houve organizações que serviram de primeiro foco de organização e convocação; principalmente nos movimentos de ocupação. Houve necessariamente toda uma logística (aparelhagem de som, montagem de palcos, primeiros socorros, alimentação, etc.) que não dispensava alguma organização. Outra coisa é enfatizar-se a horizontalidade *na ação*, sem hierarquia, sem uma direção clara, com um funcionamento de democracia direta, em assembleia permanente e votação de braço no ar, sem prejuízo também do funcionamento por secções para discussões temáticas ou mais especializadas.

Se a horizontalidade foi muito positiva e permitiu grande abertura

e dinâmica nos debates e participação nas decisões, também é necessário ter em conta algumas desvantagens, que obrigam a algum compromisso com um mínimo de verticalização representativa. Sem a identificação de porta-vozes — não obrigatoriamente dirigentes — fica a limitada a eficácia da transmissão da mensagem à comunicação social e, principalmente, torna-se difícil entrar-se em negociações, seja com o poder seja com eventuais aliados. Há que articular as duas dimensões, de horizontalidade e verticalidade; em que medida, até que ponto? Evidentemente, sem definição teórica prévia, impossível, terá de ser pela avaliação, em cada caso e em cada momento, do estritamente necessário para garantir a produtividade política.

Os resultados práticos concretos deste tipo de movimentos foram sempre muito reduzidos, não obstante a marca que deixaram na dinâmica social, mesmo que aparentemente pouco perceptível. O seu desfecho geralmente inglório tem certamente razões particulares, em cada caso, mas também algumas gerais. Em primeiro lugar, a autolimitação da sua base, sem alargamento a outros grupos sociais. Em geral, a principal base das manifestações e ocupações foi constituída por jovens das grandes cidades, estudantes e diplomados, muitas vezes com trabalho precário e abaixo das expectativas dadas pela sua formação universitária. Ao seu nível educacional correspondeu geralmente um apreciável nível de politização, mesmo que difusa e pouco elaborada. Não houve uma participação significativa de trabalhadores menos qualificados e residentes em bairros operários. Por esta característica de composição social, os movimentos lembram Maio de 68 em França, mas com muito menos romantismo e anarco-liberalismo, com mais objetividade e agudeza política.

A dissociação do movimento sindical foi um dos principais problemas. Apenas na “Nuit Debout” houve alguma tentativa de aproximação, com uma intervenção na Praça da República do secretário geral da CGT, mas sem que tivesse havido uma convergência para a ação. É uma lição importante a tirar para futuras movimentações deste tipo, como aliás já se tinha visto em 1968. Os movimentos sociais de protesto, mesmo que com grande afirmação política, só levam a mudanças como detonadores

de grandes movimentações de massas que estão muito para além da capacidade organizativa e mobilizadora dos movimentos de protesto. Só o grande movimento dos trabalhadores o consegue fazer.

Ao poder, convém que as lutas se fiquem pelo protesto ou até mesmo que possam chegar a ser reivindicativas, e que sejam locais, fragmentadas e dispersas. Os movimentos sociais de protesto oferecem estas condições e, mesmo que possam parecer causar graves dificuldades ao governo, a este basta esperar pelo desgaste e gerir bem as concessões de alguns anéis para que fiquem ainda bastantes e principalmente os dedos. Portanto, é crucial que, dessa primeira fase se passe para uma mais avançada e eficaz, com características opostas. Para além da reivindicação e da afirmação do que não se quer, a afirmação do que se quer; recusar a postura defensiva da reivindicação, que não os pressupostos do quadro sistemático, questionar esse quadro e propor uma alternativa, passando à ofensiva política e ideológica. Alargar geograficamente a luta, não se deixando acantonar num local simbólico de resistência, que acaba por ser perdido fazer à repressão e, acima de tudo, como acabei de dizer, alargar a base social.

No entanto, é preciso reconhecer que isto não é fácil e se confronta com desconfianças de parte a parte, nomeadamente movimentos e sindicatos. A tradição e as formas de luta são diferentes nos dois casos. Os jovens intelectuais que formam a base e a frente avançada dos protestos são avessos à organização vertical típica dos sindicatos e à sua disciplina, que veem como sinal de burocratização e de défice democrático. Também precisam de se despir de alguma arrogância intelectual, de quem sabe e tem o “dever de missionarismo político” de ir ensinar aos operários, aos imigrantes, aos excluídos, como se deve travar a luta política. Por sua vez, os sindicatos – e os partidos que os influenciam – têm tendência para desconfiar e se defenderem de organizações ou movimentos que saem fora da sua lógica e que não controlam facilmente pelos meios a que estão habituados.

Em geral, os movimentos terminaram sem um avanço político na organização e consciencialização das massas populares. Um resultado geral que se poderia esperar seria a emergência de partidos (ou parti-

dos-movimentos) que mantivessem a chama acesa ou até ainda mais inflamada. Talvez isto tenha acontecido, de certa maneira (porque o partido já existia), com a vitória eleitoral do Syriza, alimentada pelo movimento da Praça Syntagma; mas onde ocorreu a formação de um novo partido foi apenas na Espanha, com o Podemos. Não é experiência que conte para uma nova via de relação entre partidos e movimentos. Cedo o Podemos se tornou um partido clássico, com uma liderança convencional e uma ação predominantemente institucional e eleitoralista. Os círculos do 15M ficaram esquecidos.

O movimento dos “coletes amarelos” merece uma nota específica, por se diferenciar significativamente dos outros que temos vindo a discutir. A sua forma de expressão foi diferente, escolhendo as manifestações de rua com periodicidade semanal, durante longo tempo, em vez da ocupação simbólica de um espaço. Não se defendeu suficientemente – se é que o quis fazer – da violência introduzida nas manifestações de Paris quer por grupos anarquistas de “black bloc” quer por grupos de ultradireita. A reivindicação inicial – revogação do aumento do preço dos combustíveis — não se desenvolveu a seguir numa plataforma de propostas políticas, mas evoluiu rapidamente para uma contestação geral e difusa ao sistema, simbolizada na consigna máxima de demissão do presidente Macron. Não houve uma listagem de reivindicações – como nas assembleias do “Nuit Debout” ou dos indignados das Puertas del Sol – embora muitas aparecessem por simples iniciativa individual, em cartazes ou escritas nos coletes amarelos.

Mas, principalmente, o movimento dos “coletes amarelos” diferenciou-se pelas suas características sociais. Ao contrário dos outros, a juventude intelectual das metrópoles teve pouco significado. Quem participou foi uma geração mais velha, uma mescla complexa de pequena burguesia e de camadas não baixas de assalariados, principalmente nas cidades de província, da França periférica ²¹. São vítimas da desigualdade económica e de rejeição cultural causadas principalmente pela

²¹ Não deixa de ser sugestivo que o motivo inicial do movimento, o aumento do preço da gasolina e do gasóleo, afetava principalmente os que se deslocam habitualmente de carro particular entre a casa e o trabalho.

globalização. As camadas sociais das grandes cidades, com melhor situação económica e mais educadas, foram-se separando do interior popular, de que são ignorantes. Os “coletes amarelos” traduzem a revolta crescente contra o abandono e o seu protesto volta a dar-lhes visibilidade.

É gente cansada de trinta anos de práticas políticas impopulares e contra o Estado social, que lhes degradaram o nível de vida e o “status” social. Gente desiludida com os partidos tradicionais e enraivecida, sem muita consciência política e sem muita noção das razões da situação de dificuldades em que vivem, sensível aos argumentos populistas contra as elites, principalmente políticas, e contra o poder de uma capital que esqueceu a “França da gente comum”. Gente que, em muito boa parte, sentia a degradação das suas condições de vida e da sua posição profissional, tanto materialmente como simbolicamente na escala de prestígio social. Com tanta confusão que, quando foi necessário designar porta vozes, escolheram tanto ativistas respeitáveis e progressistas como simpatizantes de ultradireita e até um ex-presidiário. Neste sentido, em vez de um processo moderno, como os outros movimentos, os “coletes amarelos” fazem pensar mais nas antigas “jacqueries”.

Fazendo lembrar também as movimentações de camponeses parcelários que, depois de 1848, apoiaram o golpe do futuro Napoleão III, o movimento dos “coletes amarelos” teve muito de revolta primitiva ²² contra o fim de uma era e, afinal, opondo-se objetivamente a uma nova luta de classes. Os outros movimentos políticos europeus de que falamos avançaram ao longo da sua tomada de consciência para posições sociais e políticas avançadas, enquanto que as posições dos “coletes” tinham muito de saudosismo e, paradoxalmente, enquanto protestavam contra o poder central, desejavam de facto que este poder não os esquecesse e os protegesse, restaurando as suas posições sociais perdidas.

Que lições?

Não se pode negar a importância dos movimentos sociais. Chamam

²² E com laivos de reacionarismo, a fazer lembrar também o nosso caso, da Maria da Fonte e da Patuleia.

a atenção para a importância de aspetos relevantes do sistema, mesmo que podendo ser apenas manifestações epidérmicas desse sistema, e são expressão de uma cidadania saudável, face à apatia generalizada que foi instilada na maioria das pessoas pela ideologia dominante e pelo conformismo com as migalhas do sistema. Nesta situação, sai-se mais à rua no âmbito dos movimentos do que por convocação dos partidos.

No entanto, como vimos, os movimentos sociais estão longe de desempenhar o papel de novos agentes da luta emancipatória, papel que o pós-modernismo político lhes atribuiu ao mesmo tempo que anunciava o fim da relevância dos partidos representativos das massas populares. Creio poder indicar como quatro fatores principais tudo aquilo que limitou esse papel dos movimentos: a tibieza do objetivo político, o primado da indignação, o identitarismo e a entropia que geram na luta política. Da despolitização e do identitarismo, já falei bastante. Vejamos os outros fatores.

A indignação é a marca mais visível na motivação e protesto de muitos movimentos e é compreensível. A ela apelava o veterano antifascista francês Stéphane Hessel num pequeno ensaio de 2010 que teve grande impacto, “Indignez-vous !”. Evocando a herança do Conselho Nacional da Resistência francesa, a que pertenceu, lançou um veemente protesto contra múltiplos problemas críticos dos nossos dias, desde o aumento da desigualdade e a destruição do Estado social de bem-estar até à situação da Palestina e de Gaza imposta pelo estado israelita. Indignai-vos!

É um apelo legítimo que faz todo o sentido, como um primeiro passo de um caminho a percorrer com tenacidade. Mas não se pode ficar por aí. Ficar-se pela indignação, não procurar a razão para os problemas e a forma mais eficaz de os combater é atitude vulgar em tempos de perplexidade, de apatia, de falta de confiança. Desorientados e sem compreender racionalmente as causas básicas das crises e dos problemas, olhamos mais para o superficial e reagimos moralmente. Reagimos contra a corrupção, contra a opacidade na política, contra o casamento entre a política e a economia, com as suas portas giratórias, contra o carreirismo medíocre dos quadros partidários. São verdades, mas não

são verdades inteiras e escondem o que lhes está na base. Frequentemente, fortalece-se com essa mera indignação a antipatia pela política, senão mesmo as posições da ultradireita. Se não estamos empenhados em lutar, ao menos não nos deixemos distrair e desviar para as aparências.

A indignação é um sentido moral positivo quando motiva para a luta conseqüente, quando do moral passa para o político. Felizmente, isto acontece em muitos movimentos, mas o contrário é um risco a ter sempre em conta. É preciso que os meros atos efêmeros de protesto deem corpo a movimentos sociais politizados, que contribuam para a luta transformadora de mais amplo alcance.

A “entropia” política causada pelos movimentos não é absolutamente negativa mas acarreta dificuldades consideráveis à ação política. Uma luta específica não resolve outra e muito menos a luta geral. Coincidindo no espaço e no tempo, raramente estão articuladas e são um exemplo de “agitação termodinâmica”, que, como nos sistemas físicos, traz aumento da entropia, isto é, desorganização crescente. Em política, desorganização é meio caminho andado para o fracasso. É necessário introduzir “neguentropia” no sistema, definindo bem cada luta, na sua especificidade, estabelecendo relações mas sem diluição. Ao mesmo tempo, ter em conta que o vaso que contém esse fluido é um sistema de classe e de muita determinação econômica.

Na complexidade social, podem-se ver facilmente as diferenças específicas de sexo, de raça, de orientação sexual. Um sistema realmente democrático deve respeitar a diferença e valorizá-la como riqueza social, numa sociedade feita não só do coletivo mas também assimilando a variedade dos indivíduos livres, com iguais direitos e deveres mas com diferenças naturais. O que é impossível integrar nesta perspectiva de multiplicidade de diferenças é a diferença de classes, porque esta diferença cruza transversalmente todas as outras. Repito o que escrevi atrás: o que é mais importante? Olhar para a diferença entre negros e brancos, incluindo em cada caso capitalistas e trabalhadores, ou a diferença entre capitalistas e trabalhadores, incluindo em cada caso negros e brancos? A habilidade tem de ser a de um bom matemático de cálculo

matricial.

Em síntese, é, necessário evitar a “entropia” da multiplicidade das lutas particulares. Organizá-las tendo em atenção as outras, potencializá-las por interação, evitar todas as pseudo-conflitualidades entre elas e definir estratégias sem nunca perder de vista a luta global contra o sistema. Por outro lado, essa visão global pode obrigar a controlar uma lógica vanguardista de um ou outro movimento em particular. Pode-se ter de moderar algumas propostas sectoriais para as compatibilizar com outras propostas, tendo em conta os recursos e a relação de forças. Um bom exemplo dos riscos de não se atender a isto é o conflito frequente entre o feminismo tradicional e o ativismo LGBT+ quando este, por intermédio das “trans”, pretende impor ao feminismo a sua agenda “queer”.

A relação entre partidos e movimentos

É frequente ler-se sobre o que seria hoje uma dicotomia insanável, a de partidos e movimentos. Há razões de parte a parte para esse divórcio. Por um lado, os partidos de esquerda, numa atitude conservadora, desconfiam dos movimentos sociais e receiam a sua capacidade de atração, sentindo que eles fogem ao controlo partidário. Por outro lado, os movimentos consideram que a atual luta contra o sistema deve sair fora da luta política convencional e que os partidos estão ultrapassados como instrumento da luta social e política. Estas perspetivas antagónicas são ambas perniciosas e alimentam uma dicotomia que não existe. O que é necessário é articular dialeticamente ambos os termos, considerando a sua especificidade mas também a sua interação.

Partidos e movimentos completam-se, mas os mecanismos de mediação têm de ser hoje mais complexos. Os movimentos de protesto político são uma nova forma de intervenção, mobilizam massas numerosas e agitam questões que muitas vezes são descuradas pelos partidos. Podem aglutinar pessoas de diferentes classes sociais subalternas, retomando a difusa mas real noção de “povo”, na perspetiva gramsciana de movimento nacional-popular. No entanto, se defendermos a necessária

influência orientadora da classe trabalhadora (em sentido amplo), essa aliança requer um projeto político comum e com uma estratégia definida, para o que não se pode dispensar os partidos de esquerda transformadora, em encontro com as iniciativas da base.

É certo que os partidos de esquerda radical se têm centrado na luta institucional por reformas atenuadoras da prática neoliberal predatória e que por vezes se diluem numa estratégia de aliança com a social-democracia e mesmo com setores liberais progressistas. Na atual situação, a defesa dos interesses ameaçados dos trabalhadores justifica muitas vezes essa atuação – como aconteceu em Portugal com a “geringonça” e a recuperação do desastre da política de seguidismo em relação à troika – mas isto não deve servir para afastar a possibilidade, mesmo que ainda não à vista, de uma luta revolucionária (no sentido lato do termo). De certa forma, é esta ação revolucionária que inspira os movimentos de protesto, privilegiando a rua em vez das instituições, mas o que se viu repetidamente é que a ação desses movimentos fracassa por não dar o salto para o nível partidário ou melhor, para uma conjugação de esforços.

Falta um referencial político aos movimentos. Isto não significa, porém, que este referencial seja um dos atuais partidos de esquerda. Quando nos parágrafos anteriores tenho referido os partidos, não disse concretamente que partidos; não pensava obrigatoriamente nos partidos atuais. Como discuti no capítulo sobre “o vazio da esquerda” e depois mais pormenorizadamente na primeira secção deste capítulo, esta questão não faz muito sentido em relação aos atuais partidos de esquerda. A desconfiança dos movimentos e de larga parte das gentes em relação a eles tem grande justificação. Uma coisa é a necessidade de repolitização e orientação dos movimentos, a aquisição de verdadeira consciência política, mas outra coisa é pretender que um ou outro partido atual seja capaz de contribuir para essa tarefa.

Não se trata sequer de considerar que essa incapacidade resulta apenas da prática desses partidos ou do seu impacto real. A questão é também teórica. Tem de se questionar a validade, hoje, da noção de partido de vanguarda e tem de se refletir sobre o que deve ser um novo

tipo de partido de classe. Sobre o que deve ser um partido dos trabalhadores capaz de dar resposta ao problema fundamental da articulação entre o papel motor da transformação e a constituição do bloco histórico necessário nesta fase do capitalismo. A discussão sobre o funcionamento de um ou outro partido, sobre a sua democratização interna, é importante mas insuficiente. O que interessa mais discutir é a visão que tem do mundo de hoje, das transformações sociais profundas a que assistimos durante estas últimas décadas, da evolução tecnológica, da mudança na estrutura de classes, mesmo das grandes alterações da subjetividade.

O partido dos trabalhadores, em abstrato, continua a ser o “moderno príncipe”. Era-o no tempo em que Gramsci assim usou essa metáfora e continua a ser, mas “moderno” é, evidentemente, qualquer coisa sempre em mudança e ajustada à realidade de cada momento. Há quem fale em renovação da esquerda, em renovação comunista. Não é possível, muito menos a partir de dentro, porque há sempre instituições que, para sobreviverem, não se podem reformar, a não ser cosmeticamente. Do que se trata é de reinventar a esquerda, o comunismo, de encontrar uma alternativa, sem a ilusão de uma continuidade purificada.

O partido alternativo

Um eletrão não pode estar a mais do que os oito permitidos em cada nível orbital. Tem de dar um salto quântico para o nível superior. Também muitos acontecimentos e mudanças políticas dos últimos tempos fizeram com que o nível quantitativo dos atuais partidos genuinamente socialistas ou comunistas ficasse saturado e obrigam a um salto qualitativo. Foi a queda do sistema comunista, é o crescente alheamento da vida partidária com desconfiança em relação aos partidos, é o enfraquecimento do movimento operário e sindical, é a bem conseguida ação de hegemonia cultural do neoliberalismo e muito mais que levaram a essa saturação. É necessário manter os ideais e os grandes objetivos políticos mas mudar radicalmente a conceção de partido, a organização, a estratégia e as táticas, as práticas e até – muito importante – a

linguagem. É o que designo como partido alternativo.

Muitas pessoas – em particular os jovens - saem à rua, protestam, atuam em movimentos diversos. São muitas vezes pessoas educadas, que não aceitam cegamente o que lhes dizem e avessas a disciplinas sem autoridade reconhecida ou a dogmatismos. Cada vez mais procuram ativamente a informação, com acesso à rede, mesmo que possam não a saber filtrar e sejam vítimas dos algoritmos. É natural que reajam aos partidos como instituições de pessoas instaladas no poder ou que, no caso da esquerda, não se destacam notoriamente desse poder. Com novas carências e exigências, frequentemente não as veem refletidas na ação e no discurso dos partidos. É muito para eles que é necessária a criação de um partido alternativo.

É necessário inovar a forma partido e adaptá-la às circunstâncias presentes – e ir sempre renovando essa adaptação, à medida em que se processa a mudança social, agora em aceleração. São circunstâncias consideravelmente diferentes das da época do capitalismo industrial, em que apareceram os atuais partidos de trabalhadores (então partidos operários), sem que eles se tenham modificado.

Não faz sentido, portanto, tentar situar “geometricamente” o partido alternativo em relação aos outros partidos de esquerda. Mais à esquerda do que este ou aquele? Seria considerar apenas a localização num espaço bidimensional, quando se trata de o situar tridimensionalmente, num plano diferente do plano dos restantes partidos. Os velhos vivem num mundo e o novo vive noutra. O partido alternativo é um partido de novo tipo, não comparável, um “metapartido” que faz a ponte entre a sociedade política e a sociedade civil.

Como escrevi um pouco atrás, Gramsci usou como metáfora o Príncipe de Maquiavel como ilustração do que devia ser o “moderno príncipe”, o seu partido comunista. Quando falo do partido alternativo não me refiro especificamente a um partido comunista, no sentido comum da designação, mas, mais genericamente a um “moderníssimo príncipe” de hoje, embora, no essencial, reavivando os ideais comunistas como já expressos no clássico Manifesto marxiano. Mesmo a conceção gramsciana do partido-príncipe, mais alargada, mais flexível e adequada à Eu-

ropa ocidental, já se afastava do modelo leninista do partido de vanguarda, não obstante Gramsci ser um admirador da Revolução de Outubro, mas nas suas circunstâncias específicas. Evita o risco considerável – como mostrou a história dos partidos do mundo do “socialismo real”, de o partido se enquistar, isolar-se do povo e transformar-se num fim em si próprio em vez de um instrumento.

O partido dos trabalhadores não é só um partido para os trabalhadores mas também um partido com os trabalhadores. Lembrando a frase célebre de Marx, “a emancipação dos trabalhadores é obra de todos os trabalhadores” (em “Regras Provisórias da Associação Internacional dos Trabalhadores”, 1864), o príncipe conduz o seu povo fazendo suas aspirações e vontade do povo e oferecendo-lhe como motivação uma utopia prática ou, no dizer de Gramsci, uma “fantasia concreta”.

Partido-movimento

No debate sobre a renovação dos partidos de esquerda, fala-se muito na figura de partido-movimento, mas a noção é confusa, com várias concepções de base. Não entrando agora em considerações teóricas, que até seriam muito interessantes, pode-se dizer que, no essencial, o que se pretende com essa ideia é a um partido que, mantendo a sua vocação de instrumento na sociedade política, assimile muitas das principais características dos movimentos que atuam na sociedade civil: espontaneidade, abertura, sentido do popular além do sentido de classe, basismo, pouco dirigismo, organização leve e flexível, transversalidade dos temas de debate e ação, ligação muito estreita aos movimentos sociais.

Antes de mais discussão, lembro que o principal exemplo sempre referido de um tal partido-movimento, o Podemos espanhol, acabou por ser a negação – eventualmente também a demonstração da inviabilidade da ideia – dessa concepção nova de partido. É certo que nasceu da organização em partido do que restava do movimento do 15 de Maio, mas esta base foi mais o objeto do que o sujeito do partido. O motor da criação do Podemos foi de facto um pequeno grupo de intelectuais, professores de ciências políticas, e cedo esse grupo centralizou a política partidária, com destaque para a figura mediática de Pablo Iglesias. A dinâmica participativa dos “círculos” do 15 de Maio foi abafada, apare-

ceram os conflitos internos de facção característicos dos partidos tradicionais e tudo se acentuou quando os quadros se viram absorvidos pelas tarefas exigentes da atividade política institucional, primeiro a nível parlamentar e depois no governo Sánchez, de coligação PSOE-Unidas Podemos (esta por sua vez uma coligação entre o Podemos e a Esquerda Unida).

Pretendendo preservar as melhores características dos partidos e dos movimentos, juntando-as, a proposta de partido-movimento acaba no oposto. Acaba por prejudicar todas essas características, pelo seu carácter contraditório e pela sua imiscibilidade. Pode resultar numa emulsão temporária mas é maionese que cedo deslacha, como se viu com o Podemos.

A função de representação e intervenção política de um partido, nas condições do sistema institucional da democracia representativa, exige uma organização forte, com recursos técnicos e financeiros que, para não haver dependências perversas, passam pela militância ativa que tem de ser coordenada, contra o risco de agitação caótica. As tarefas partidárias são exigentes e requerem um esforço permanente, incompatível com a dependência da espontaneidade. Também as intervenções são muitas vezes obrigatoriamente decididas e formatadas em tempo muito curto, obrigando à confiança numa direcção coesa e operante.

Nada disto desculpa a falta de reconversão dos partidos, mas entre este oitavo de défice partidário e o oitenta do partido-movimento fica muito lugar para uma alternativa eficaz e potencializadora das características positivas dos partidos e dos movimentos. A articulação entre partido e movimento não passa pela sua fusão, mas sim por um papel estimulador e mediador do partido em relação ao movimento, numa dialética de autonomias interdependentes.

O que é então a alternatividade partidária?

Podemos tentar alinhar algumas possíveis caracterizações parcelares da “alternatividade”:

— A “alternatividade” não tem em si própria um objectivo histórico. É mais uma atitude ou forma de estar na política, que só faz sentido

se ao serviço de um projecto político global. O partido deve ser portador de um projecto global e coerente de transformação social e de rotura com o modelo social e económico dominante. A impossibilidade de reforma do capitalismo, donde uma atitude anticapitalista firme e persistente; a aspiração a uma sociedade sem classes e sem exploração do homem pelo homem; o reconhecimento de um papel motor principal da (nova) classe trabalhadora na luta emancipatória, são posições de princípio que dão identidade clara ao partido alternativo e que condicionam o seu programa.

- O partido alternativo é um partido dos trabalhadores, para os trabalhadores e com os trabalhadores, adotando a análise de classe na sua avaliação das questões sociais e políticas. Isto não impede a busca de alianças de classe para a constituição de “blocos históricos”²³ – com reflexos políticos na aliança de partidos – em circunstâncias que exigem que a defesa dos interesses dos trabalhadores seja mais forte num campo mais largo ou perante ameaças (por exemplo da ultradireita) a que sejam sensíveis outras classes e correntes ideológico-políticas.
- Sem prejuízo desta perspectiva principal de classe, o partido alternativo deve estar aberto ao recolocar de todas as grandes questões transversais, como por exemplo a destruição do ambiente e as alterações climáticas, a paz e a multilateralidade da ordem mundial, a compatibilização das aspirações individuais e do progresso social, as relações entre riqueza material e qualidade de vida, o conceito de igualdade individual na actual complexidade social, a própria noção de progresso.
- O partido alternativo advoga o internacionalismo na luta anticapitalista, mormente na fase actual da globalização, mas não a confunde com o cosmopolitismo de raiz liberal e compatibiliza a perspectiva internacionalista com a defesa da soberania nacional.
- O partido alternativo deve contribuir para a reinvenção do movimento altermundista, dando conteúdo político real ao lema “outro

²³ Recorde-se a exposição da ideia de “bloco histórico” quando apresentei Gramsci, no capítulo XVI.

mundo é possível” e combatendo a influência nefasta da visão pós-modernista que fez estiolar o movimento, nomeadamente o Fórum Social Mundial. Da mesma forma, deve pugnar pela luta em todo o mundo contra as violações aos direitos humanos, como direitos reais libertos nada visão liberal burguesa.

- O partido alternativo age tanto na sociedade política como na sociedade civil e, nesta, atua empenhadamente para a construção da democracia participativa. Distingue mas articula duas componentes da luta anticapitalista: a representação político-institucional e a movimentação sócio-política, explicando a importância dessa interação e promovendo-a. O campo social e o eleitoral alimentam-se mutuamente e são influenciados pela dinâmica interativa entre o partido e as ideias e aspirações que vêm dos mais variados campos de análise da sociedade actual, com realce para as ciências sociais, e da convergência das múltiplas lutas e intervenções sectoriais que questionam a sociedade actual, no domínio cultural, dos direitos humanos, da defesa do ambiente, da defesa da paz, do património, da luta por interesses comunitários e regionais, etc. Isto é contrário, todavia, a uma atitude oportunista de “catch all” de bandeiras políticas desgarradas ou de causas na moda, muitas vezes provocatórias e negativas por irem prematuramente contra o sentir social.
- O partido alternativo reconhece que hoje, dado o alto grau de hegemonia ideológica e cultural do neoliberalismo, o combate ideológico é uma frente de luta anticapitalista da maior importância. Através dos seus intelectuais, o partido deve afirmar com eficácia uma alternativa ideológica e falar, mesmo a nível muito básico, para despertar a crítica de cada um ao sentido comum que lhes é imposto. Para isto, é necessário começar, desde logo, por uma reflexão teórica permanente dentro do partido, no sentido da criação de um “intelectual coletivo” partidário.
- Organizando todos os que perfilham essas posições, sejam marxistas ou socialistas radicais, altermundistas anticapitalistas ou cristãos

progressistas, até mesmo anarquistas ²⁴, o partido alternativo não tem uma ideologia oficial. Isto não significa que não haja tendência natural para que uma ideologia se torne dominante mas porque, no debate ideológico interno, ela vence intelectualmente e pelo melhor resultado da sua inspiração na decisão de estratégias e táticas políticas. Por outro lado, é um erro considerar que mesmo as mais acabadas ideologias são fechadas e definidas definitivamente. No caso do marxismo, o confronto com outras perspectivas serve também para reavaliar permanente a suas posições e revê-las quando necessário, sem dogmas.

- O partido alternativo deve ter uma visão humanista. Não se trata do humanismo idealista, baseado em qualquer forma de imanência, mas na noção humorística moderna de que o homem, sendo um minúsculo elemento de um universo que não foi criado para que existisse o homem, é de qualquer forma o elemento mais avançado e aperfeiçoado na evolução do universo e dotado de uma consciência de si e dos outros de que derivam direitos e deveres.
- Neste sentido, o partido alternativo, nas suas ideias e ações, vê o homem como uma totalidade e conjuga as duas dimensões humanas: a sua situação objetiva como membro da sociedade, nas relações sociais da produção e do trabalho e também a dimensão subjetiva das suas aspirações individuais, da sua qualidade de vida, da fruição dos lazeres e da cultura, do desenvolvimento da vida familiar, da vivência comunitária.
- Na fase atual, o partido alternativo deve identificar precisamente o neoliberalismo e a sua globalização como o inimigo principal a combater, quer na atividade institucional, quer na luta popular quer ainda - e com grande importância - no combate ideológico.
- Um partido reflete no seu funcionamento e no grau de democracia interna o projeto de democracia que pretende para a sociedade. A vida do partido alternativo deve obedecer e exemplificar o que de melhor se fez de democracia ao longo da história, tal como, por

²⁴ Que coabitavam com marxistas e proudhonistas na 1ª Internacional, a de Marx.

exemplo, o que foi tão enaltecido por Marx em relação à Comuna de Paris: eleição de todos os dirigentes, revocabilidade de todos os mandatos, debate inteiramente livre (sem prejuízo de regras de reserva para o interior do partido em casos especiais) e não compartimentado – ao contrário da norma dos partidos leninistas –, eleição livre e sem pressões da direção para os delegados a congressos, direito de convocação de referendos e de proposta de debates gerais, etc.

- É positivo que haja a necessária e suficiente predominância da democracia direta no partido sobre a representação delegada, mas isto não deve prejudicar a coesão e eficácia da tomada de decisão. Por outro lado, é preciso preservar a legitimidade e também a identidade de partido. A ciberdemocracia, aparentemente favorecedora da democracia direta, levanta grandes problemas de legitimidade, de genuinidade do debate para a decisão consciente e também a emergência de personalismos. Da mesma forma, a tão encarecida abertura da decisão ao exterior, em moda nos partidos muito intelectualizados, permitindo que pessoas totalmente alheias ao partido participem na suas decisões – e até na escolha dos dirigentes – é um absurdo lesivo da própria natureza do partido.
- A organização deve ser leve e flexível, matricial. É a forma de poder lidar com a complexidade da vida social de hoje e com a atenuação do que facilitava a agregação dos trabalhadores, isto é, a concentração no mesmo lugar de trabalho. Atualmente, largos setores do mundo do trabalho estão dispersos, ou em trabalho individual, uberrizado, ou em teletrabalho ou fora da empresa, em “outsourcing”.
- O partido alternativo não pode dispensar a profissionalização de parte dos seus quadros políticos mas deve estar atento aos riscos de carrerismo que isto acarreta, bem como a maior suscetibilidade a pressões por parte dos dirigentes a que os funcionários estão subordinados.
- Os membros do partido são obrigatoriamente participantes ativos e empenhados de uma frente de luta extrapartidária, seja um sindicato, uma organização da democracia participativa, um movimento

social.

E como aparece?

Tudo o que disse sobre o partido alternativo vale pouco se não se colocar a questão da possibilidade da sua criação, no momento concreto. É frequente assistirmos ao paradoxo de qualquer coisa ser logicamente necessária, de preencher um vazio histórico e, todavia, não haver condições objetivas e subjetivas para a criar. Uma coisa é a História, outra a compreensão dos homens dos fatores que ela tende a fazer criar ou sucumbir.

O que se tem visto habitualmente na criação de novos partidos, de esquerda ou de direita, é a iniciativa de uma personalidade com media-tismo que se reúne com um grupo de notáveis e que, desde a angaria-ção de subscritores para a legalização até à obtenção de fundos, depen-de fortemente de uma “boa imprensa”. São partidos de elite, orientados exclusivamente para a ação parlamentar. Uma força política que pre-tenda ser alternativa não pode seguir este caminho.

Diferentemente de um partido burguês ou de um partido-clube de intelectuais, um partido dos trabalhadores não se cria por um ato vo-luntarioso. Exige um grau elevado de consciência de classe, de espírito de luta e, por outro lado, o sentimento de falta de representação e de necessidade de criação de uma alternativa. A meu ver, isto não se veri-fica neste momento em Portugal — e, em geral, na Europa — e esta situ-ação provavelmente não se alterará a curto prazo.

Isto não impede outra possibilidade, mas que ainda não se vê no horizonte: a formação de um forte movimento social de base, seja de protesto político, seja de tipo comunitário para a democracia participa-tiva, seja ainda de outro tipo imprevisível, que venha a sentir mais tar-de a necessidade de reforçar a sua ação, com maior consistência políti-ca, por meio da criação de um novo partido.

De qualquer forma, para além das massas constitutivas, a criação de um partido exige ideias e dirigentes. Hoje, cá, não há nem uns nem outros.

Mas que isto não conduza ao imobilismo. Não sendo visível, a curto prazo, uma alternativa partidária, no quadro atual, em que é pratica-

mente muito difícil criar um partido novo, é imperiosa uma ação elucidativa no sentido de as pessoas compreenderem que, mesmo com o quadro fixado, têm alguma coisa a dizer. Não sejam cidadãos de quatro em quatro anos. Façam tudo o que possa fazer pensar os partidos. Vão às manifestações, subscrevam petições, comentem as notícias dos jornais online, conversem com os amigos. “Eppur si muove!”

XIX

Internacionalismo e soberanismo

Se há um internacionalismo absoluto, é o do capital na globalização. Seria absurdo que a luta anticapitalista também não fosse internacionalista. Isto é óbvio e é o apelo célebre “proletários de todos os países, uni-vos”. No entanto, é fonte de muitos enganos e confusão de conceitos, com tradução em falsas dicotomias. O internacionalismo anula o valor da entidade nação e, mais precisamente, Estado-nação? O internacionalismo reduz-se ao cosmopolitismo idealista e predominantemente intelectual? Que papel joga o soberanismo na luta pela liberdade e igualdade dos povos e na luta dos trabalhadores de cada país? O patriotismo é um valor popular ou um sinal da mentalidade das elites dominantes?

Internacionalismo ou cosmopolitismo?

Alguns intelectuais sempre na última moda, e notoriamente os fanaticamente eurofílicos, pretendem confundir o seu cosmopolitismo com o internacionalismo, opondo tudo a um nacionalismo dito obsoleto e defendendo mesmo o fim da entidade nação. Misturam coisas bem diferentes. Passe a lapalissada, o próprio termo internacionalismo pressupõe a existência das nacionalidades, pois o mais elementar juízo nos diz que não pode haver uma inter qualquer coisa se não houver essa qualquer coisa. Sobre nacionalidade e nacionalismo, falarei depois. Agora fica alguma coisa sobre internacionalismo e cosmopolitismo.

Os cosmopolitas situam-se no campo da filosofia idealista ou, se não são filósofos, andam nas nuvens do seu mundo imaginário. Entendem que já ninguém é membro de uma nação, de um povo concreto, porque a mundialização da vida e do conhecimento, bem como a suposta universalização dos direitos e dos valores, transformou as pessoas em cidadãos do mundo. Daí à aceitação da globalização e de uma ordem mundial única vai um passo curto, mesmo que disfarçado com alegada defesa de modificações moralizadoras do sistema. Curiosamente, essa tendência aglutinante e com uma tônica antropológica homogeneizante

vem muitas vezes associada a um relativismo pós-modernista no plano cultural ou ético. Contradições intelectuais...

Escreveu Rousseau no “Émile”: “desconfiai desses cosmopolitas que vão procurar longe nos seus livros deveres que não se preocupam de cumprir à sua volta. Um tal filósofo ama os tártaros para ser dispensado de amar os seus vizinhos”.

É óbvio que o termo bonito “cidadão do mundo” faz sentido, mas com outro significado, oposto a provinciano. Eu e os meus leitores somos na maioria portugueses e isto não nos impede de pretendermos ser também cidadãos do mundo. Uma coisa não exclui a outra, se entendermos ser-se cidadão do mundo como uma atitude de abertura mental, de amplitude cultural, de conhecimento do outro e de valorização das diferenças. Afinal, é a tradução prática do humanismo, como expresso no célebre verso de Terêncio: “sou humano; nada do que é humano me é estranho”.

Ao contrário do magro suporte teórico do cosmopolitismo, o internacionalismo, propriamente dito, tem raízes profundas crescidas ao longo do último século e meio e acompanhou o sentimento popular e nacional em muitas das lutas pelas conquistas que hoje já são património comum. Solidarizar-se nessas lutas, trocar experiências, sentir como seu o sofrimento dos outros, completam indissociavelmente a identificação nacional que dá suporte a muitos combates. Esta articulação é bem exemplificada pelas lutas nacionalistas de independência das colónias, para cujo sucesso não contou pouco a solidariedade dos povos dos países colonizadores e mesmo de outros países com uma visão progressista e solidária.

O cosmopolitismo – de que é bom exemplo a eurofilia dos sonhadores com o povo europeu único – critica a dimensão nacional e acaba, objetivamente, por aceitar todas as livres circulações desreguladas. O verdadeiro internacionalismo, aquele que sempre esteve ligado à tradição socialista, articula e valoriza a dimensão nacional, potenciando as lutas comuns e sabendo que não se pode chegar ao internacionalismo sem uma base nacional, sem que isto signifique – muito pelo contrário – apoiar o nacionalismo reacionário, supremacista e xenófobo. Discutire-

mos isto já adiante.

É necessário combinar coerentemente a perspectiva democrática avançada e socialista com o patriotismo, a soberania e a solidariedade internacionalista. Lembro os clássicos; escreveu Engels no seu prefácio à terceira edição polaca do Manifesto do Partido Comunista: "uma colaboração internacional sincera das nações europeias só é possível se cada uma destas nações for, em sua casa, perfeitamente autónoma." Um partido dos trabalhadores deve ter em conta que o seu primeiro dever internacionalista é lutar no seu próprio país, sob pena de esse internacionalismo ser só um verbalismo inconsequente. Como escreveu Karl Liebknecht ¹, "o inimigo principal de cada povo está no seu próprio país".

O domínio do neoliberalismo globalizador, com o seu cosmopolitismo mercantil refletido na ideologia, torna difícil o verdadeiro internacionalismo. Ao mesmo tempo que reforça o seu próprio cosmopolitismo, reorganiza a acumulação do capital numa escala mundial em que não é defrontado eficazmente. Enfraquece os estados e, principalmente, ataca os meios pelos quais a movimentação, internacionalista mais facilmente se exprime, como os sindicatos e outras formas de organização popular. Isto torna necessária uma organização sólida que permita a luta em condições difíceis, porque, como tudo na política, o internacionalismo não nasce espontaneamente, por milagre. Não faz parte da vida preocupada do trabalhador de um país lembrar-se sempre da solidariedade que deve ter com o trabalhador desconhecido de outro país. Construir essa base concreta do internacionalismo não é nada fácil, quando se tem de lidar com contextos tão variados, históricos, políticos, culturais.

Faz falta uma internacional socialista — no sentido clássico do termo — ou dos trabalhadores, uma organização plural como foi a I Internacional de Marx, sem sectarismos, hoje também capaz de aglutinar

¹ Revolucionário alemão (1871-1919), fundador com Rosa Luxemburg da Liga Spartakus, mais tarde Partido Comunista da Alemanha e assassinado por um grupo paramilitar nacionalista objetivamente ao serviço do governo de coligação constituído depois da derrota da revolução dos conselhos operários.

forças distintas num projeto antiglobalista. O Fórum Social Mundial (FSM) poderia ser um instrumento importante, se conseguisse ultrapassar as suas limitações teóricas e práticas. Por outro lado, esta superação só será possível se os partidos anticapitalistas, em luta decidida contra o neoliberalismo e a globalização, souberem dar um novo impulso internacionalista aos movimentos, aliando à prática internacionalista a análise de cada situação concreta no quadro geral da globalização. Isto só se consegue com o relevo da ação a nível nacional e projetando a visão internacionalista a partir do sentimento patriótico.

Internacionalismo e imperialismo

O internacionalismo está ligado ao combate ao imperialismo, à luta pela cooperação, pela paz e pela segurança mundial.

O imperialismo, a outra faceta do capitalismo, causou a Grande Guerra e as consequências desta, com a crise económica e social dos anos 20-30, trouxeram os horrores dos nazi-fascismos e a II Guerra Mundial. A seguir, a divisão do mundo em dois blocos fortemente equipados com armas nucleares fez-nos viver décadas de guerra fria, com uma espada de Dâmocles sempre suspensa sobre a humanidade.

O fim do polo militar do Pacto de Varsóvia foi visto ilusoriamente como uma oportunidade para a distensão, para a abolição da lógica do confronto bipolar da guerra fria. Foi assim visto por muitos mas não pelos falcões da guerra, pelo complexo militar-industrial, que continuaram a seguir a lógica geopolítica do “grande inimigo”, mesmo depois de o conflito deixar de se radicar na oposição dos sistemas sócio-económicos. A própria opinião geral, do homem comum, continuou a ser conformada pela ideia primária do inimigo russo.

O grande capital “ocidental” pareceu não confiar na sua supremacia tecnológica e financeira, no domínio das instituições internacionais e na hegemonia ideológica do neoliberalismo. Não só manteve mas reforçou consideravelmente, pelo alargamento da NATO, o seu peso militar contra um polo inimigo desaparecido e reduzido a uma Rússia muito enfraquecida.

Hoje, ao sistema bipolar da guerra fria sucede um sistema interna-

cional unipolar, dominado pelo imperialismo e traduzido na prática pela expansão e reforço da NATO. A guerra tornou-se perpétua em regiões estratégicas, principalmente petrolíferas e criaram-se focos de tensão perigosos, que, como se viu na Ucrânia, podem ser sentidos como provocação para ações militares sempre condenáveis, sem subterfúgios, à luz dos princípios internacionais.

Perante a impotência de instâncias internacionais, uma nova guerra fria e uma corrida armamentista estão em andamento entre os Estados Unidos e a Rússia, enquanto os Estados Unidos procuram colocar obstáculos à ascensão contínua da China, certamente o seu verdadeiro inimigo principal. Nestes termos, a defesa da paz, a luta por uma nova ordem mundial de segurança (que, no fundo, se liga a uma nova ordem económica), a recusa da lógica de “real politik” das superpotências, a exigência de dissolução da NATO (ou, ao menos, a saída de Portugal) têm de ser elementos essenciais da estratégia e ação da esquerda, neste caso com boas condições de captação da simpatia de boa parte dos setores progressistas da sociedade.

A inegável importância das tensões no terreno internacional, a merecer toda a atenção da esquerda como fator de crise do sistema capitalista, pode ter, todavia, algum efeito perverso de desvio da centralidade do conflito social. Em tempo de guerra, uma esquerda debilitada, em fase de ofensiva económica, política e ideológica do capitalismo, corre o risco de esquecer o plano social em favor da discussão geopolítica (ou geoestratégica, se preferirem).

Privilegiando o discurso do poder, entre estados, corre-se o risco de distorcer a base social das relações capitalistas em que assenta o imperialismo, o que não significa, obviamente, menorização do imperialismo como inimigo político de todas as forças progressistas de defesa dos povos, dos seus interesses legítimos e da sua segurança.

Mas esta luta de esquerda não se pauta, como regra geopolítica, pelo princípio de que “o inimigo do meu inimigo é meu amigo”. A luta anti-imperialista deve ter conteúdo de classes, sem prejuízo do seu carácter unitário, e não dispensa referenciais articulados com o quadro de valores e objetivos históricos, até civilizacionais, da luta social. Isolar a

perspetiva geoestratégica, de “real politik”, pode levar a absurdos como o de branqueamento da ultradireita se simpatizante da Rússia; ou que Trump seja desejável por aparentemente menos belicista e menos pró-NATO esquecendo-se o mal do trumpismo na adubagem da ultradireita por todo o mundo.

Nacionalismo e patriotismo

A nação é uma entidade indiscutivelmente ainda forte e solidamente enraizada na necessidade humana de pertença. Nem sempre a pertença se manifestou em termos de nação mas ela é hoje o mais fundamental dos níveis gregários, para além da família e da comunidade mais próxima. Há formas importantes de identidade, principalmente a língua, a cultura e a história comum, mas só ganham força real quando agregadas a um conjunto maior e talvez difícil de definir com exatidão – é sempre difícil definir sentimentos – que nos faz sentir indiscutivelmente membros de uma nação. Podemos ser membros de um estado diferente do de origem, podemos sentir-nos bem e com vida próspera noutra país, mas, em geral, não nos sentimos parte da nação que corresponde a esse país.

O nosso emigrante continua a vir a férias mesmo quando já não tem família cá, contribui para a festa do padroeiro da aldeia, sente-se bem no café do largo a conversar em português. Porque ele é português. Perguntem-lhe porquê e ele não sabe. Ou melhor, dirá talvez “sou português porque sou”, sem cuidar de mais explicações para coisa que ele pensa ser tão óbvia, e com razão.

O sentimento de ligação afetiva e de pertença à nação não é sinónimo absoluto de nacionalismo. Não é, para cada cidadão, uma identidade teorizada ou revestida de ideologia. É a outro nível, mais abstrato, que se constrói o nacionalismo, com muito de mito e de elaboração ideológica. Ele assenta em aspetos que não são muito importantes para o homem comum, como a valorização da cultura nacional erudita ou a história – essencialmente a das vitórias e epopeias, que das tristezas não reza a História. O nível seguinte é o da adição de transcendência, de sentidos do “destino nacional” que facilmente descambam, no caso

do nacionalismo tradicionalista de direita ou fascizante, em supremacismo, xenofobia, rejeição do concidadão imigrante ou de minorias “estranhas à nação”, como em Portugal os ciganos estabelecidos há séculos.

Relacionando as duas posições, nacional e internacional, é preciso escaparmos à armadilha da oposição simplista internacional-nacional. O internacionalismo significa a luta comum e solidária de todas as classes subalternas do mundo contra os obstáculos colocados pelos dominadores e é em cada situação que, determinado o nível principal desses obstáculos, se define também o nível da ação, num contínuo nacional-internacional – contínuo esse que, todavia, não apaga as especificidades de cada nível).

Em todo o caso, julgo ser de evitar o termo nacionalismo na discussão da dualidade com o internacionalismo. O termo está tão contaminado pela sua perversão imperialista, xenófoba e no limite fascista que, mesmo podendo dizer-se que há um nacionalismo progressista, de esquerda, manter a designação confunde o debate. Se nos referirmos à dualidade entre os níveis supranacional e nacional em termos de noção de pertença, valorização ideológica e afetiva, motivação, é mais produtivo falarmos em internacionalismo versus patriotismo (que não coincide inteiramente com nacionalismo). Se queremos analisar a relação entre os dois níveis em termos políticos e institucionais, mais vale falarmos de Estado-nação versus organizações supra/internacionais.

O patriotismo democrático e popular

Não podemos ter aquilo que nos foi roubado. Quando alguém de esquerda fala em pátria, os cosmopolitas sacam logo do seu profundo conhecimento do marxismo e lembram o Manifesto do Partido Comunista: “os trabalhadores não têm pátria”. O que não dizem é o que Marx e Engels escreveram logo seguir, a completar o parágrafo. “Não se lhes pode tirar o que não têm. Na medida em que o proletariado tem primeiro de conquistar para si a dominação política, de se elevar a classe nacional, de se constituir a si próprio como nação, ele próprio é ainda

nacional, mas de modo nenhum no sentido da burguesia”².

E também: “pela forma, embora não pelo conteúdo, a luta do proletariado contra a burguesia começa por ser uma luta nacional. O proletariado de cada um dos países tem naturalmente de começar por resolver os problemas com a sua própria burguesia”.

A noção de pátria é complexa, incluindo muito de nação, de povo, de Estado, por sua vez sobreponíveis em muitos aspetos. Não decorre unicamente de um deles, por exemplo a etnicidade. Podem caber pessoas de etnias diferentes na mesma consciência de uma pátria comum, mas a pátria é antes uma construção histórica e social a fazer-se constantemente e com novas qualidades conforme os sucessivos momentos históricos. Sucessivas gerações vão-se identificando com a pátria e com as suas instituições e vida política na medida em que encontram coletivamente uma solidariedade e fraternidade que alicerçam os meios que garantem a todos a segurança comum, a justiça social e a liberdade.

Por seu lado, a pátria também faz a história e está presente em muitos momentos decisivos. Ela esteve sempre associada a grandes movimentações populares, da Revolução Francesa às revoltas de 1848, ao Risorgimento italiano, às resistências às ocupações nazis. É simbólico, por exemplo, que em vez de 2ª Guerra Mundial, os povos soviéticos se referissem sempre a Grande Guerra Patriótica.

A pátria assenta na tradição, mas não é só passado. Vive-se no presente e projeta-se no futuro, numa ideia compartilhada de destino comum, um destino não imanente ou essencialista, claro, mas que se constrói no concreto, solidária e conjuntamente. O filósofo francês Ernest Renan, na sua célebre conferência na Sorbonne “O que é uma nação?” (1882), falava da pátria em termos muito simples, como um “plebiscito de cada dia” e “ter feito juntos grandes coisas e querer fazer mais”.

O patriotismo é um valor cívico fundamental e um esteio da democracia, dando coesão ao povo soberano. Como elemento fundador da comunidade democrática, opõe-se à degenerescência ideológica do na-

² Marx, Karl e Engels, Friedrich (1848). “Manifesto do Partido Comunista”, cap. 2.

cionalismo supremacista e “patrioteiro”, não patriótico. Ao contrário do argumento cosmopolitista, pode-se e deve-se valorizar o patriotismo – conjugado com o internacionalismo – como instrumento político sem se descambar no nacionalismo retrógrado.

Sob pena de fragmentação e de atomização em indivíduos em contradição, as comunidades precisam de uma cola agregadora, simultaneamente material e simbólica. Esta carga simbólica envolve mitos que não são contrários ao pensamento materialista. Como já referi, falando de “O Moderno Príncipe”, Gramsci dedicou grande atenção ao valor do mito, não como “criação fria ou doutrina”, mas sim como “uma criação de fantasia concreta que atua sobre o povo disperso e pulverizado para nele suscitar e organizar a vontade coletiva”. Pode converter-se numa “força material”. O mito fala das origens mas não nos faz viver virados para o passado. O passado incita no presente a pensar o que sucederá no futuro, no processo de socialização. Pode-se dizer que um mito não tem de ser visto como verdadeiro ou falso; o seu valor é instrumental, consoante o mito seja fecundo ou não.

Quem pode hoje fornecer essa cola simbólica, atualizada e facultar uma ideia patriótica de futuro? Não é a burguesia cosmopolita cuja pátria e seu território são os bancos de todo o mundo. Também não o etnonacionalismo exclusivo e reacionário nem a ideologia neoliberal, fomentadora do individualismo e da falta de solidariedade social. O patriotismo democrático, progressista e também internacionalista está nas mãos do povo, entendido como abrangendo, grosso modo, as classes subalternas.

O espartilho europeu

O chamado projeto europeu, iniciado em 1960 com a criação da Comunidade Económica Europeia (CEE) sofreu grandes alterações até à atual configuração política e económica da União Europeia. A principal chave dessa mudança foi a implantação por toda a Europa da ordem neoliberal. Começou na década de 80 e fortaleceu-se a leste com o colapso da Europa socialista e a sua transição abrupta para o capitalismo.

Pode-se condescender, com alguma benevolência, que esta altera-

ção do projeto comunitário não estava inscrita no início do processo. A época era muito diferente. A economia dos países desenvolvidos europeus vivia na perspectiva keynesiana de investimento público, crescimento e política de pleno emprego. Alegadamente, a criação da CEE teve como principal motivação a ideia de que uma cooperação estreita dos antigos inimigos minimizaria o risco de um novo conflito mundial. Isto apesar de que nessa altura, em guerra fria, a situação geoestratégica mundial tivesse deslocado da Europa o risco de eclosão de uma nova guerra mundial. Pesou também a preocupação francesa de uma ligação estreita da Alemanha com os EUA, devida ao plano Marshall. Por outro lado, a Alemanha tentava fazer esquecer o seu passado horroroso bem recente, para o que era bem útil pertencer ao projeto europeu apesar de que o seu receio obsessivo da inflação a obrigasse a contrapor uma ideia de nova Europa alinhada com a cultura do Bundesbank. Como veremos adiante, conseguiu-o finalmente quando foi criado o euro.

O Ato Único Europeu (1986) marcou a viragem do projeto europeu, reforçando o mercado interno único e dando início ao processo de crescente transferência de poderes para a Comissão Europeia. Procedeu também à flexibilização do mecanismo de segurança para os estados membros que era, até aí, a obrigatoriedade de decisões unânimes. O passo seguinte, decisivo, foi o Tratado de Maastricht (1992), que estabeleceu as quatro liberdades de circulação – de mercadorias, de pessoas, de serviços e de capitais –, que aprofundou o processo centralizador e antidemocrático de institucionalização da agora denominada União Europeia, com uma ideia de fundo cada vez mais fortemente federalista e, mais determinadamente para a situação que ainda vivemos. Mas foi a criação do euro como moeda única e, paralelamente, do banco único emissor, o Banco Central Europeu que marcaram mais decisivamente o tratado de Maastricht.

A tendência federalizante culminou com a tentativa de dotar a União Europeia com uma constituição, como se de um Estado se tratasse. Aprovado pelo Conselho Europeu em 2004, só não entrou em vigor por não se ter conseguido a sua ratificação por unanimidade (o que é

exigido no caso de tratados), negada, em referendo, pela França e pela Holanda. Não obstante, a ideia federalista acabou por avançar significativamente com o reforço da centralização estabelecido pelo Tratado de Lisboa (2007) ³. Como se viu então, nesta União Europeia desenhada como espartilho da vontade dos povos europeus, quando não se consegue uma coisa pelas vias mais democráticas, consegue-se pela via dos poderes fácticos e da cumplicidade dos governantes contra a vontade dos seus próprios povos.

Paralelamente, a União Europeia foi traduzindo cada vez mais, até à hegemonia total, a subordinação à política e ideologia neoliberal. O “consenso de Bruxelas” prolongou o “consenso de Washington”, configurando a expressão acabada do neoliberalismo: crença na infalibilidade do mercado, na supremacia da atividade económica privada, na não intervenção do Estado na economia, na privatização do setor produtivo público, na redução da despesa pública, na destruição do estado social de bem-estar, na livre circulação de bens e capitais e na globalização, na desregulação financeira, na competição sem travões. Acresceu-lhe elementos próprios do ordoliberalismo alemão, como sejam o pavor da inflação, as “contas certas”, a limitação da dívida externa e a austeridade (esta considerada, contra toda a evidência empírica, como “austeridade expansiva”). Em alguns dos estados membros, estes princípios e regras chegaram mesmo a ser inscritos nas constituições nacionais.

Com esta evolução, a União Europeia apresenta hoje elementos constitutivos que configuram uma situação crítica. A Europa ficou fragilidade em relação às crises do capitalismo financeiro, como se viu em 2011, com capacidade de resposta inferior à dos EUA. Os estados membros que ainda tinham políticas sociais avançadas estão cada vez mais impedidos de as ter. As forças políticas de esquerda e o movimento sindical de classe ficaram na defensiva, acoissados. Tudo isto favorece o crescimento significativo da ultradireita e ao mesmo tempo a deriva geral para a direita mesmo dos setores tradicionalmente de esquerda moderada. A opção eleitoral hoje na Europa é cada vez mais a escolha

³ Muitos leitores ainda se lembrarão do célebre “porreiro, pá” dito por José Sócrates a Durão Barroso, felizes com a assinatura do tratado.

entre um neoliberalismo de direita e um neoliberalismo de “esquerda”, disfarçado de “social-liberalismo” de terceira via.

A tecnoburocracia venceu a política e o dogma neoliberal impera como todos os dogmas: infalível, indiscutível, inscrito para sempre na ordem natural das coisas, fazendo parte do “fim da História”. Os cegos dirigem a Europa. Por outro lado, tudo fazem para que os povos sejam mantidos na ignorância da crise europeia e da sua disfuncionalidade antidemocrática. Assim, como no quadro do velho Brueghel, “os cegos conduzem os cegos”.

As assimetrias

Os problemas da União Europeia têm também a ver com a sua assimetria, com grandes desigualdades económicas entre os estados membros. Começando por ser uma comunidade económica, seria natural que se garantisse uma forte coesão e harmonia económica entre os seus membros, mas cedo começaram a pesar fatores políticos que presidiram a uma atitude voluntariosa quanto ao alargamento. Isto verificou-se com a entrada de Portugal, Espanha e Grécia, querendo-se fortalecer a reconstrução das democracias políticas após o fim de longos regimes ditatoriais. Mais tarde, com ainda maior desequilíbrio, foi o alargamento a leste, pressionado pelos EUA que, também com a entrada na NATO desses países do antigo Pacto de Varsóvia, pretenderam criar um cordão sanitário na fronteira com a Rússia.

É inegável que os fundos europeus pós-adesão contribuíram para alguma convergência económica, mas não resolveram a principal contradição atual da União Europeia, um espaço económico comum profundamente dividido entre um centro comercialmente excedentário e credor e uma periferia deficitária, dependente, pouco competitiva para as exportações e importadora de capitais, o que gera uma grande dívida externa em boa parte tendo como credora a banca dos países europeus ricos. Com o crescente domínio da Alemanha, a União Europeia tem servido de base, à medida do antigo marco, para o uso deste espaço económico como plataforma para a expansão das exportações alemãs para todo o mundo, particularmente para os EUA e a China. Muitos dos outros países contribuem apenas como fornecedores secundários do

processo industrial alemão. No entanto, este processo não deixa de ter contradições, não só pelas tensões que gera com os outros gigantes europeus (França e Itália) mas também porque o sucesso alemão depende muito da depressão laboral na própria Alemanha.

Com essa assimetria, a União Europeia apresenta uma estratificação muito marcada. O seu núcleo central – Alemanha, França e, até certo ponto, Itália – é rico, exportador, gera excedentes, produz bens de grande valor (automóveis, maquinaria, químicos) mas é pobre em recursos energéticos. A ele se agregam os países nórdicos, os do Benelux e a Áustria, com economias complementares, com grande nível de industrialização e financeirização. Abaixo, o estrato intermédio, principalmente dos antigos países socialistas mais industrializados, que fornece acolhimento à deslocalização, mão-de-obra especializada e recursos naturais. Na base, os países periféricos, devedores não competitivos, desindustrializados, que fornecem mão-de-obra barata, serviços de baixo valor e... férias com sol, vinho e mulheres, segundo opinião de um antigo presidente do Eurogrupo.

O fecho da abóbada: o euro

A União Europeia criou o euro e o euro está a recriar a União Europeia. Dialeticamente, articulam-se em dupla hélice cada vez mais apertada e de tal forma a que a criatura já domina o criador. Já não é concebível uma União Europeia sem o euro e com isto as novas disfuncionalidades introduzidas com a criação do euro potencializam enormemente as disfuncionalidades já anteriores da União Europeia.

A necessidade de uma grande estabilidade nas taxas de câmbio provinha de vários fatores, entre os quais a dificuldade de a Política Agrária Comum, que beneficiava muito a França, lidar com uma grande diferença de preços dos produtos agrícolas europeus. Por outro lado, a capacidade exportadora da Alemanha era uma pressão para a desvalorização do franco francês e da lira. Assim, gerou-se uma dinâmica contraditória de forçar a paridade fixa e, ao mesmo tempo, sofrer as consequências sobre esse processo das disparidades económicas em termos de comércio externo. Esqueceu-se o fracasso do sistema de Bretton Woods, devido exatamente ao mesmo.

A criação do euro foi uma fuga para a frente justificada em termos de exigência natural do estágio económico de então da integração europeia. E foi também um negócio político entre a Alemanha e a França, em que esta conseguiu a moeda única como forma de reduzir a força do marco e a Alemanha recebeu em troca a anuência à reunificação por parte dos antigos aliados vencedores da guerra (exceto a URSS, já em agonia). Afinal, conseguiu também outra coisa essencial, manter o marco sob nova forma, porque impôs um sistema monetário, incluindo a sua lógica de banco central, decalcado da lógica do marco.

Já uns anos antes o presidente do banco central dinamarquês tinha dito que começaria a acreditar numa união monetária europeia quando alguém lhe explicasse como é que se guia uma carruagem puxada por nove cavalos ⁴ todos a correr a diferentes velocidades.

Tem larga aceitação, principalmente entre a corrente monetarista da economia, a ideia de uma “área monetária ótima” (“optimum currency area”), proposta por Robert Mundell em 1961 e que contraria os fundamentos económicos da criação do euro ⁵. Uma área ótima é definida em termos de equilíbrio de benefícios e custos. São benefícios a redução dos custos das transações e a expansão da área de transações, e são custos a perda de soberania monetária e a impossibilidade de utilização das taxas de câmbio para absorver os choques assimétricos. Para esse equilíbrio é necessário que se cumpram cumulativamente quatro condições: grande mobilidade de trabalhadores, incluindo a não existência de barreiras culturais e linguísticas; mobilidade de capitais e flexibilidade de preços e salários; um mecanismo de partilha de riscos, nomeadamente um mecanismo orçamental com transferência de dinheiro para os países ou regiões com dificuldades económicas; e sincronização de ciclos económicos. É patente que a eurolândia está longe de preencher estes requisitos, em particular o terceiro.

Os riscos teóricos confirmaram-se na prática. Por exemplo, em Portugal, nunca houve em tempos recentes um período tão negativo como

⁴ Na época, o número de estados membros.

⁵ Parece paradoxal que Mundell tenha depois colaborado na elaboração dos planos de concretização do euro.

o da vigência do euro, no que respeita aos principais indicadores: emprego, crescimento económico, défice externo, dívida, rendimento médio. As consequências sociais também eram de esperar. Face à impossibilidade de compensar com desvalorização monetária a perda de competitividade nas exportações, recorre-se à única alternativa, a "desvalorização interna", isto é a redução dos custos do trabalho.

Os efeitos negativos da moeda única e da lógica económico-política que lhe está subjacente foram particularmente visíveis na crise de 2011. O inevitável aumento da dívida e dos défices colocaram os países da periferia numa situação calamitosa que foi "resolvida" pela União Europeia não numa perspectiva de redistribuição e solidariedade mas sim numa lógica de egoísmo e de domínio pelos países credores e excedentários. Sem poderem desvalorizar a moeda ou emití-la e sem recurso a empréstimos adequados pelo Banco Central Europeu, proibido de emprestar aos estados, os países em maior crise viram-se obrigados a ajudas fortemente condicionadas por regras rígidas de política de austeridade, ditadas pelos credores. A principal preocupação do núcleo dominante foi a de salvar os seus bancos, ameaçados pelo peso da dívida pública e privada contraída junto deles pelos países periféricos mais afetados pela crise.

As regras limitativas

Alegadamente para fortalecimento e estabilidade do euro, e na lógica do Tratado de Maastricht, o Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC, 1997) estabeleceu que o défice orçamental dos estados membros não pode ultrapassar 3% e a dívida pública 60% do PIB. Instauraram também medidas corretivas – melhor dito, punitivas – mediante o "procedimento de défice excessivo". Note-se que se trata de uma simples resolução do Conselho Europeu e não de um tratado vinculativo. Dois regulamentos posteriores aprovados pela Comissão Europeia e já nem sequer pelo Conselho ("six-pack", de 2011 e "two-pack", de 2013) vieram reforçar os poderes da Comissão em matéria de supervisão e correção do cumprimento do pacto.

O Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação (2012), mais vulgarmente conhecido como Tratado Orçamental, veio consagrar

com maior força jurídica e reforçar estas limitações. Por exemplo, não só a dívida não pode aumentar como os países com dívida superior a 60% do PIB são obrigados a reduzi-la progressivamente até àquele valor no prazo máximo de 20 anos. Os estados membros são obrigados a apresentar à Comissão planos trienais a que devem obedecer os orçamentos e em cada ano, no primeiro semestre (procedimento dito de “semestre europeu”) devem apresentar a Bruxelas a proposta de orçamento para o ano seguinte, antes de os parlamentos a apreciarem.

A União Europeia e a zona euro não são uma construção institucional neutra, fundada no respeito democrático pelos estados membros e portanto apta a servir qualquer agenda política, em função dos governos, forças sociais ou partidos dos estados que integram a União. Pelo contrário, foram desenhadas para defender estritamente os interesses do capital de toda a Europa e dominar o mundo do trabalho. São o garante do funcionamento pleno em termos neoliberais do grande mercado único europeu.

Uma construção não democrática e contra as soberanias

A soberania baseia-se na vontade popular, como diz a nossa Constituição logo no seu primeiro artigo e tem elementos definidores indiscutíveis: o poder exclusivo de violência legítima, a capacidade de defesa militar, o sistema fiscal, a autonomia orçamental, a emissão de moeda, a política social e de distribuição. É fácil de ver que, com aquelas medidas restritivas orçamentais e com a adoção do euro, os estados membros transferiram para a União Europeia boa parte da sua soberania. Também no que respeita a muitas outras matérias, em que se limitam a transpor para as legislações nacionais as diretivas e regulamentos decididos pela Comissão Europeia. Os europeístas designam isto não como perda de soberania mas como partilha de soberania. É um eufemismo, por várias ordens de razões.

Em primeiro lugar, uma qualquer partilha só é justa se for igualitária, o que obviamente, em termos práticos e não idealistas, não é o que se passa na União Europeia. É inegável que a parte de soberania partilhada que cabe a Portugal para influenciar a política alemã é incomensurável com a capacidade da Alemanha de dominar a política da União

e, por conseguinte, a de Portugal.

Depois, porque a soberania reside no povo e não é o que se passa na União Europeia e muito menos seria se se viesse a concretizar o sonho europeísta de uns Estados Unidos da Europa. Os grandes estados federais que conhecemos são constituídos por estados com grande autonomia por estes corresponderem a entidades históricas bem definidas, nomeadamente resultantes do estabelecimento individualizado em colónias distintas, como na América e no Brasil, mas indiscutivelmente ligadas por elos fortes de sentido nacional, com uma origem metropolitana comum. Há um povo americano — embora numa situação complexa em relação aos povos ancestrais e aos descendentes dos escravos — e há um povo brasileiro, mas só há um povo europeu na cabeça dos fantasistas eurofílicos.

Mais ainda, a transferência de soberania para a União Europeia fez-se de países democráticos para uma instituição não democrática. Pode-se argumentar que um órgão importante da União Europeia, o Conselho Europeu, é constituído pelos legítimos representantes democráticos dos estados membros, isto é, chefes de Estado e de governo. Não é bem assim, porque a verdadeira representação democrática é direta, residindo nos parlamentares eleitos e não nos executivos, escolhidos por vias democráticas, é certo, mas indiretas. Para mais, nem sempre esses governantes estão sujeitos ao controlo democrático popular por intermédio dos parlamentos, quando decidem no Conselho. E decidem muitas vezes por meras negociações políticas, sem respaldo na vontade dos povos, sendo também, teoricamente, mais suscetíveis de serem objeto de “captura” por interesses oligárquicos.

A grande maioria dos estados membros têm governos que seguem fielmente a norma europeia e que parecem contentes com a sua subordinação aos diktats europeus — na verdade, alemão e francês. Na prática, a União Europeia até lhes serve frequentemente para justificar, como obrigação internacional dos seus governos, a adoção de medidas impopulares que lhes custariam caras se aparecessem como são, de sua própria vontade. E mesmo que, por milagre, um número significativo de estados membros convergisse para uma reorganização europeia, a

necessidade de unanimidade para a revisão dos tratados seria um obstáculo inultrapassável.

O Parlamento Europeu é também simulacro de democracia parlamentar. Não há escolhas entre “programas europeus”, as campanhas eleitorais frequentemente se baseiam apenas em aspetos de momento da política partidária interna e os eleitores, longe do centro de decisão, mal informados e limitados pela multiplicidade linguística, não têm qualquer poder de controlo sobre um parlamento que, ainda por cima, é desprovido de poderes tipicamente democráticos, como o de escolher livremente o executivo.

Com efeito, a todo-poderosa Comissão Europeia – que para além do poder executivo dispõe do poder exclusivo de iniciativa legislativa – é nomeada pelo Conselho, mesmo que com participação não vinculativa do Parlamento Europeu. A nomeação da última Comissão, em 2019, foi um exemplo flagrante de um processo tudo menos democrático. Houve a ficção de que os chamados partidos europeus concorriam a essa eleição com indicação dos seus candidatos a presidente da Comissão (“spitzenkandidaten”). Como se sabe, o Conselho acabou por nomear a alemã Ursula von der Leyen, uma ilustre desconhecida que em nada tinha sido tida em conta pelos parlamentares europeus e muito menos pelos eleitores dos estados membros.

A princípio, os poderes da Comissão estariam limitados por um princípio teórico, o da subsidiariedade. Isto significa que nenhuma competência devia ser assumida pela comissão se a matéria em causa pudesse ser tanto ou melhor desempenhada a nível dos estados membros. O princípio nunca foi definido em concreto e não tem aplicação efetiva. Muitas diretivas e regulamentos são transpostos automaticamente para as legislações nacionais, sem respeito pelo princípio da subsidiariedade.

Com o euro, o Banco Central Europeu desempenha um papel crucial na arquitetura e funcionamento da União Europeia. É também o exemplo mais acabado de falta de democraticidade. É constituído por tecnocratas, independentes do controlo até do próprio Conselho Europeu, o órgão em que têm assento os chefes de governo.

O Tribunal de Justiça da União Europeia é a fechadura de segurança de todo este aparelho. Nenhum estado membro pode ter a veleidade de querer afirmar o primado da sua soberania porque, sob pena de graves sanções, é condenado pelo Tribunal. Ele tem como jurisprudência – sendo pelo menos discutível que os tratados sejam para isso base legal – que a ordem europeia, instituída pelos tratados, se sobrepõe à ordem interna de cada país. Claro que nem sempre é assim. Quando o tribunal constitucional alemão considerou que a Alemanha não podia aprovar a compra de dívida pelo BCE, por ser contrária à constituição alemã, o tribunal europeu nem piou. Em todo o caso, o espírito geral é mesmo que “ganhe quem ganhe as eleições em cada país, sobrepõe-se a ordem estabelecida europeia”. Disse-o claramente o então presidente da Comissão, Jean-Claude Juncker, quando o Syriza ganhou as eleições gregas de 2015: “as eleições não se sobrepõem aos tratados”.

Nada disto é obra do acaso nem uma inevitabilidade histórica. Foram as elites políticas e económicas dos países europeus, à revelia da vontade popular ou enganando-a, que decidiram renunciar a governar autonomamente e preferiram abdicar da soberania. Foi-lhes bem desejável ter como pretexto a integração “modernizadora” para levar à prática políticas impopulares de liberalização dos mercados, de abdicação do papel social do Estado e de violação dos direitos dos trabalhadores. Pouco importou a submissão às políticas económicas de outros mais poderosos, o papel subalterno e, frequentemente, a transformação de empresas autónomas em elementos de nível baixo ou médio de cadeias de valor europeias. Essas elites regozijam-se com a perda de soberania completada com a entrega das moedas nacionais e enganam a opinião pública com as maravilhas da integração, com a modernidade do projeto e com a ilusão de participação na escolha de um parlamento que, afinal, é um simples ratificador de decisões determinadas principalmente pela hegemonia “benevolente” dos estados mais poderosos.

A esquerda eurofílica

Nem falando da “esquerda” social-democrata que apoia a União tal como ela é, grande parte da esquerda europeia – e também o grupo dos partidos verdes – está aprisionada por uma atitude objetivamente con-

descendente com a União Europeia, apesar de essa atitude ser apresentada sob uma capa crítica e de objetivos reformistas. Defende o projeto europeu, proclama os seus valores internacionalistas mas reconhece que a atual União Europeia tem um grande défice democrático e que ela exerce um domínio neoliberal sobre os povos dos estados membros, dito isto, pretende lutar contra esses vícios dentro do quadro europeu. A questão essencial é saber se isto é possível.

A construção neoliberal da atual União Europeia está blindada. Na prática, a tecnoburocracia europeia constitui um imenso poder não consagrado por disposições legais democráticas e que funciona em circuito fechado, não controlado, com uma teia de interesses corporativos a configurar uma casta intocável. São os eunucos do velho império chinês transposto para a União Europeia. No topo dessa casta estão os comissários, os executivos sem controlo da União Europeia, profundamente imbuídos do pensamento único europeu e de quem, obviamente, não se pode esperar qualquer crítica ao funcionamento antidemocrático das instituições europeias e, portanto, qualquer correção.

O Brexit foi um caso demonstrativo das consequências políticas negativas da atitude europeísta das elites de esquerda. As bases operárias e de trabalhadores em geral do Partido Trabalhista apoiaram a saída da União Europeia, mas o mesmo não aconteceu com as elites partidárias, mesmo no caso de deputados de circunscrições eleitorais apoiantes do Brexit. No ano de discussão parlamentar das modalidades de Brexit e do acordo com Bruxelas, a elite trabalhista partidária do “remain” tudo fez para forçar um segundo referendo ou para sabotar o combate à proposta neoliberal e conciliatória de Theresa May e depois de Boris Johnson. Nunca permitiu à titubeante direção de Corbyn contrapor um plano de esquerda para a saída. A dissociação entre cúpulas e bases do Partido Trabalhista abriu feridas que vão demorar muito tempo a sarar, enfraqueceu o partido e acabou com a veleidade de um retorno à social-democracia do pós-guerra tal como estava a ser desenhado por Corbyn e o seu movimento de base Momentum.

Já antes se tinha passado um processo semelhante na Grécia, em 2015. A União Europeia pressionou o governo de “nova esquerda” do

Syriza a ponto de este se ver forçado a convocar um referendo sobre as medidas que estavam a ser impostas. Talvez contra a vontade do primeiro ministro Tsipras e do seu círculo próximo, o povo grego recusou as imposições, o que significava para qualquer observador a consequente saída do euro. No entanto, esta ideia era de tal modo inaceitável para Tsipras, ideologicamente, que o governo grego desrespeitou o resultado do referendo e cedeu vergonhosamente ao ultimato europeu.

A dificuldade da luta à escala europeia para construção de um projeto europeu alternativo, democrático e social, não significa, segundo entendo, o abandono dessa luta, embora numa perspetiva de luta de desgaste, com consciência de que ela, por si só, é infrutífera. Há temas transversais que podem mobilizar até camadas pró-europeias, nomeadamente intelectuais. Não havendo sentido numa luta internacional global contra a perversão deste projeto europeu, não se devem rejeitar ações de consciencialização e protesto no que respeita, por exemplo, a aspetos mais evidentes para todos, como a debilidade da ação europeia no tocante ao ambiente, a hostilidade ao acolhimento de refugiados, as violações de direitos das minorias, a abolição dos paraísos fiscais, etc. São lutas que talvez não magoem gravemente o adversário mas que moem.

Da mesma forma, não deve ser diminuída a importância das eleições para o Parlamento Europeu. Devem ser um momento político importante para a defesa de posições verdadeiramente de esquerda sobre a natureza da atual União Europeia e dos seus vícios. O que não deve é esse debate ser desviado para a política interna, como se passa sistematicamente em Portugal e, segundo julgo saber, na generalidade dos países europeus.

O Estado-nação

“O Estado-nação está desde há muito sob o ataque dos economistas liberais e também de cosmopolitas eticamente afins. Mas mostrou-se notavelmente resistente e continua a ser o principal locus de governação, bem como o principal determinante dos vínculos pessoais e da identidade. A crise financeira

global sublinhou ainda mais a sua centralidade. No contexto da revolução da globalização, a tendência é ver o Estado-nação como um obstáculo à obtenção de resultados económicos e sociais desejáveis. No entanto, continua a ser indispensável para a realização desses mesmos objetivos.”⁶

Com a forma de estados modernos na sequência do tratado de Vestefália, os estados europeus – com a exceção notória da Espanha e, mais discutivelmente, do Reino Unido – são estados-nação, isto é, cada estado corresponde a uma nação e, de modo geral, ao território em que ela vive. Contra esta realidade, proclama-se a tendência inexorável para a sua extinção e para a constituição de grandes entidades federativas supranacionais, a pretexto ora de alegadas virtudes do cosmopolitismo da “aldeia global”, ora do sentido pragmático da maior eficiência económica.

Uma ideia lida com frequência é a de que o Estado-nação é enfraquecido por duas tendências opostas, a das crescentes afinidades transnacionais, num mundo que nos entra diariamente em casa pela televisão e pelo telemóvel e, no outro sentido, pela importância das afinidades locais, traduzidas na participação mais fácil na administração comunitária. Não parece que isto se verifique na prática e, por muitas razões, aquelas duas tendências opostas não são tão fortes quanto podem parecer. A identidade nacional mantém-se viva e de boa saúde. No caso da União Europeia, as sondagens mostram que a ideia de uma cidadania europeia é remota, apesar de tantas décadas de integração e de construção institucional. Até parece que a crise de 2011, favorecedora dos egoísmos nacionais, ainda agravou esse défice de sentido de cidadania europeia. Não me admira nada que novas sondagens venham a indicar que isso se tenha acentuado com a pandemia de COVID-19.

A supranacionalização acarreta a despolitização tecnocrática. Agrada às elites tecnoburocratas qualquer processo centralizador que

⁶ Resumo de um artigo importante de Dani Rodrik, “Roepke Lecture in Economic Geography— Who Needs the Nation-State?”. *Econ. Geogr.*, 89: 1-19 (2012). Acessível online em <https://drodrik.scholar.harvard.edu/files/dani-rodrik/files/who-needs-the-nation-state.pdf>

facilite a falta de controlo democrático sobre as políticas neoliberais e a prevalência dos mercados., num mundo interdependente em que eles se movem à vontade acima das democracias nacionais. Todos os problemas transnacionais que hoje são abordados como superiores à política ou que encolhem o espaço democrático são tratados segundo as prioridades técnicas liberais, numa visão de cosmopolitismo capitalista, de individualismo e de maximização do lucro.

A nível individual, psicológico, isto é ajudado por um sentimento de casta, em que todos se conhecem, partilham interesses, amigos e redes de influência. À elite dos capitalistas junta-se, bem tolerada, a elite dos seus serventúrios tecnocratas, comprados por interesses oligárquicos mas também gozando do prazer narcísico do poder de facto e do benefício das portas giratórias internacionais, passando de uma posição de topo numa organização internacional para a administração de uma grande multinacional e vice-versa.

Para a visão globalista, nada interessa o interesse dos povos em concreto nem a experiência real de qual o nível em que os processos de luta popular mais têm resultado em conquistas palpáveis para as massas populares. Um exemplo desta visão europeísta exclusiva é o de Yanis Varoufakis, cujo partido/movimento europeu DiEM25 abdica completamente da luta política no seu país e só atua e participa eleitoralmente a nível europeu. É bizarro, dada a sua experiência de fracasso, como ministro das Finanças grego na época da crise, em obter qualquer concessão das autoridades europeias e a humilhação que o seu governo sofreu com o ultimato da troika e do Conselho Europeu após o referendo grego. Como é que pode privilegiar a União Europeia como terreno primordial de luta contra o arrogante desvario europeu?

Também outros paladinos eurofanáticos argumentam que à escala nacional pouco se poderá fazer. É certo que há problemas graves, como o da transição energética, que exigem uma ação global e que, portanto, logicamente beneficiam de uma campanha global. Mas essas campanhas têm impacto reduzido junto das instâncias oficiais internacionais ou nacionais, mesmo que com grande cobertura mediática, como é o caso da campanha centrada em Greta Thunberg e no seu movimento inter-

nacional de jovens. Além disso, essas instâncias internacionais pouco podem se os estados não adotarem as medidas necessárias. A movimentação global tem interesse mas apenas na medida em que desperta e reforça a mobilização dos movimentos nacionais para pressão sobre os seus governos.

Nenhuma conquista ou resistência populares na época do neoliberalismo, mormente na Europa, teve por base uma movimentação à escala europeia. Quantas greves internacionais foram convocadas pela Confederação Europeia de Sindicatos? Que iniciativas de massas têm sido organizadas pelas classes trabalhadoras que extravasem as suas fronteiras? Porque é que, na União Europeia, a esquerda definha e a ultradireita prospera? E não é certo que a constituição de uma entidade política europeia forte se acompanha de uma cada vez maior dependência dos EUA, principalmente em matéria de relações internacionais?

A experiência tem demonstrado que, pelo contrário, são as lutas sindicais ou de movimentos populares à escala nacional que mais eficazmente defrontam os governos, que a este nível perdem o escudo do anonimato da política europeia. A própria União não deseja o fim dos estados-nação, mau grado o discurso federalista de alguns dos seus teóricos. Os estados são afinal os executores fiéis e mais situados no terreno para a efetivação das políticas europeias dominantes e também ainda são a única fonte de legitimidade democrática a disfarçar a antidemocraticidade tecnoburocrática do edifício neoliberal da União Europeia.

É muito mais provável – como se viu em Portugal, em 2015, com o governo de centro-esquerda que recuperou da austeridade da crise – um povo escolher um governo capaz de desenvolver políticas sociais positivas de bem-estar, de promoção do emprego e de proteção das camadas mais débeis do que se conseguir um entendimento entre os governos da União Europeia para uma política social europeia.

O prolapado fim do Estado-nação só tem existência no discurso tonto de uma esquerda intelectualizada que substituiu o internacionalismo socialista pelo cosmopolitismo burguês e que, neste aspeto, alinha com os economistas e outros intelectuais neoliberais. Parece que a esta pseudoesquerda pouco interessa o que só o Estado-nação pode fazer,

mesmo que hoje cada vez mais condicionado pela perspectiva neoliberal dominante internacionalmente: controlar o mercado, promover o emprego, diminuir as desigualdades, garantir os serviços públicos de bem-estar social. Mesmo assim, um governo de esquerda que tenha tudo isto no seu programa só o poderá fazer se se libertar do espartilho europeu, recuperando a sua soberania.

Recuperar a soberania nacional

De todas as perdas de soberania que os países europeus experimentam, a perda da soberania monetária – e, por consequência, da soberania orçamental — é a mais gravosa. Amputado do poder de emitir moeda por intermédio do seu banco central, um Estado vê-se desprovido de meios essenciais para desenvolver as suas políticas básicas. Não pode atuar anticíclicamente na crises, não pode financiar-se a não ser por contração de dívida, não pode ganhar competitividade por desvalorização da moeda e fica muito limitado na capacidade redistributiva interna para compensação de assimetrias regionais.

Mesmo para uma posição socialista recuada, a recuperação da soberania monetária é fundamental. Os entraves postos ao Estado social de bem-estar são em boa parte políticos, no espírito neoliberal, mas também agravados pela integração na zona euro. Não há Estado social sem investimento nos serviços públicos, sem limites artificiais à despesa social como são os que derivam dos critérios de Maastricht. Muito mais se um Estado pretender permitir-se o direito soberano de regular os mercados, de nacionalizar bancos e empresas fundamentais, de orientar eficazmente a vida económica. Não pode haver um verdadeiro Estado-estratega na atual União Europeia.

Muito mais distante fica, na situação europeia e do euro, qualquer perspectiva de uma via radical para o socialismo e um partido dos trabalhadores, um partido revolucionário, não pode abdicar da exigência de libertação da “ditadura do euro”. É preciso reestabelecer o vínculo entre soberania e socialismo, sem o qual mesmo as fases de transição para uma economia socializada ficam cortadas. Até mesmo a própria democracia fica em perigo sem a plena soberania e sem a garantia de respei-

to pela vontade popular, sem sujeição a poderes supranacionais tecnoburocráticos. O Estado nacional pode nem sempre ser democrático, mas a economia globalizada e apolítica é que nunca é democrática.

No entanto, é difícil reconquistar a soberania em relação ao euro, não só por razões externas que veremos já a seguir, mas também por ser largamente dominante nas pessoas a ideia sempre martelada pelo poder, pela comunicação social e por todos os círculos pensantes de que os países do euro estão definitivamente condenados à moeda única, como se fosse um ditame absoluto da modernização e da indiscutida globalização. A ideia generalizada é a de que a saída do euro acarreta um desastre financeiro e económico. Não só em Portugal mas também em outros países europeus até os partidos eurocéticos e defensores da saída do euro têm vindo a baixar o nível dessa reclamação política – que fica ausente até em campanhas para as eleições europeias – certamente receosos da impopularidade de tal proposta.

Os partidos marxistas não sabem como sair do euro. Os partidos sociais-democratas, junto com toda a direita liberal, não querem sair; como num dito famoso de Karl Liebknecht, “os pássaros com a mesma plumagem voam sempre juntos”.

É inegável que a saída do euro apresenta problemas importantes e tem consequências negativas a curto prazo. Mesmo os economistas e políticos que defendem a saída do euro o reconhecem, mas onde há divergências é em relação a uma questão essencial: essas dificuldades são ou não transitórias e compensadas depois pelas vantagens da saída?

Comecemos logo por uma questão jurídica: é possível abandonar a moeda única permanecendo na União Europeia? É que a situação portuguesa, de forte emigração para o espaço da União, de interdependência comercial e até geográfica, na periferia do continente, podem tornar aceitável a manutenção na União Europeia sem pertença à zona euro, como se passa com a Dinamarca e a Suécia. Note-se, porém, que estes dois países da União Europeia nunca entraram no sistema do euro, o que é diferente de uma saída por parte de um país do euro.

Os tratados preveem a saída da União Europeia, de acordo com o seu artigo 50º, mas não a saída do sistema monetário do euro, que é

parte constitutiva da União. Isto não significa que seja impossível uma solução política. Lembremo-nos de que, no auge da crise grega, foi o próprio ministro das Finanças alemão que propôs como solução a estuda a saída da Grécia do euro, pelo menos temporariamente.

É consensual que a saída do euro, com a criação de uma moeda nacional, tem como consequência, para que ela se justifique, a desvalorização dessa nova moeda em relação ao euro, como fator de ganho de competitividade. Os depósitos bancários sofrerão uma desvalorização – exceto no que respeita ao mercado interno –, haverá dificuldades no pagamento da dívida e boicote ao financiamento internacional dos bancos. A curto prazo, os salários terão de ser subsidiados e tem de se compensar a desvalorização com subvenções e corretivos fiscais. Os preços dos bens importados aumentarão com a desvalorização e será necessário garantir o abastecimento em bens de primeira necessidade, como alimentos, matérias primas para a indústria, energia e medicamentos. Será também necessário um controlo rigoroso da banca – eventualmente a sua nacionalização –, designadamente no que respeita aos movimentos de capitais.

Estas medidas de compensação, até que a nova moeda e a desvalorização reanimem a economia, exigem, para que isso mesmo seja possível, uma nova política radicalmente diferente da norma dominante da União Europeia: investimento industrial, primazia dos serviços sociais, criação de emprego por incentivo do Estado (num retorno excecional ao keynesianismo), política social e redistributiva.

A criação de uma moeda nacional provavelmente terá de ser acompanhada de reestruturação da dívida. Parte dela poderá ser denominada na nova moeda mas outra parte, por razões contratuais, terá de manter a denominação em euros, com aumento do valor da dívida. A renegociação da dívida – que, aliás, é uma questão que pode ser necessário pôr-se mesmo sem a saída do euro – é outra frente de luta difícil, que exige negociações duras, recusa de pagamento da dívida ilegítima e solidariedade internacional.

A dureza das imposições da União Europeia ao Reino Unido no “Brexit”, apesar da força económica e política britânica, mostraram a

extrema dificuldade que terá um país pequeno em sair isoladamente do euro. Só tem algum sentido prático pensar-se numa saída coletiva, incluindo um ou dois estados grandes. Embora não seja hipótese que se ponha a breve trecho, a via mais promissora seria um entendimento dos estados periféricos do Sul, incluindo a Itália.

Outra possibilidade, mais recuada, e que não posso agora discutir aqui (até por falta de conhecimento especializado ⁷) seria a criação de uma moeda paralela, “o euro do sul”, a valer apenas para efeitos internos e entre os países que partilhassem essa nova moeda. Claro que é ilegal e vai contra os tratados, mas é um exemplo possível de uma política de desobediência que também pode ser dirigida a outros aspetos do domínio supranacional da União Europeia. Resta saber é se esta alternativa estratégica, de desobediência, tem vantagens sobre a pura e simples saída do euro, dado que provavelmente suscitaria por parte das instâncias europeias retaliações com o mesmo grau de severidade.

Concluindo, a prisão do euro foi construída para tornar muito difícil qualquer tentativa de evasão e a vida de um evadido não será fácil nos primeiros tempos, mas não há história de nenhum prisioneiro que não deseje evadir-se, principalmente quando é inocente e sistematicamente maltratado. Neste caso, o prisioneiro-povo tem de ter coragem para tentar a evasão, tem de ter um plano e tem de estar preparado para uma fase difícil de recuperação de uma vida normal.

A eventual saída do euro tem como primeira dificuldade o receio popular, mesmo quando há consciência de que as coisas estão mal mas se receia que o remédio ainda as possa tornar pior. É necessário e urgente um grande debate nacional, alicerçado em estudos técnicos que certamente serão contraditórios mas em todo o caso indispensáveis. Quem pode lançar eficazmente este debate e com recursos adequados, a culminar com um referendo? Obviamente, só um governo interessado, um governo não alinhado com a dominação da União Europeia e do

⁷ Sobre a moeda paralela, leia-se, por exemplo: Stiglitz, Joseph (2018). “How to exit the eurozone”. *Politico*, 26 de junho; e Bossone, Biaggio *et. al.* (2018). “A parallel currency for Italy is possible”. *Politico Global Policy Lab*, 5 de julho.

euro.

A esquerda real, fora do poder, não tem condições para o fazer mas não deve omitir a questão do euro da sua agenda política. Pode ser impopular e retirar votos mas desde quando é que os votos são tudo para um partido revolucionário? Apesar de não se vislumbrar ainda um momento para a questão da saída do euro — mas uma crise pode vir de novo e mudar a situação — a esquerda real tem de começar desde já a instruir as pessoas nos problemas complexos da questão, fazendo-as refletir com bases seguras de informação política e técnica e preparando a vontade popular de resistência e aceitação das dificuldades que se colocarão na altura.

Simultaneamente, a esquerda deve lutar desde já por um novo projeto europeu. Não se trata da tarefa inglória de reformar esta União Europeia, mas sim da reinvenção de raiz de um projeto não federalizante mas sim confederal, no respeito integral pela soberania dos países membros, que tenha como eixos centrais a cooperação económica no sentido da potencialização das livres escolhas de cada povo, a valorização da cultura comum europeia, a solidariedade entre os trabalhadores europeus e a defesa dos seus direitos, um modelo de sociedade inclusiva, igualitária e ecologicamente sustentada. Em suma, um projeto europeu que faça a síntese entre democracia, soberania e socialismo. Será a contribuição dos povos europeus para um projeto civilizacional, solidário e internacionalista para um novo mundo democrático, pacífico e mais justo.

XX

Ideologia, mentalidade e informação

O que é ser Homem? Como pensamos e como aprendemos a pensar? Qual a nossa relação com a natureza e o universo? Como nos relacionamos em sociedade? O que é o bem e o mal? E o belo e o feio? A estas e tantas mais questões têm procurado responder os filósofos, desde há milénios. A *filosofia*, progressivamente escudada na ciência – e também, tendencialmente, substituída pela ciência – faz-se por uma reflexão erudita, intelectualmente aprofundada e exigindo um corpo de conhecimento especializado. O homem comum pode saber de filosofia como de ciência, mas se o facto de ter informação científica não faz de ninguém um criador de ciência, também uma pessoa que se interesse e estude filosofia – como eu e certamente muitos dos leitores – não é um filósofo.

No entanto, toda a gente tem alguma ideia, mesmo que pouco elaborada e refletida, sobre aquelas questões. Em muitos casos, isto virá primariamente da religião, mas mesmo assim integrada numa visão geral do mundo, da vida e dos relacionamentos que designamos como *ideologia*. Mais comumente, pensamos em ideologia como ideologia política, que é um sistema compreensivo (no sentido anglossaxónico de amplamente inclusivo) e partilhado socialmente de ideias e de normas que intuitivamente tomamos como “verdadeiras” e que nos guiam nas escolhas políticas.

O *senso comum* ¹ é o resultado da generalização da filosofia e da ideologia à globalidade das pessoas, de forma acrítica, imediatista e inconsciente, determinando a sua forma de pensar e reagir instintivamente às situações. Citando Gramsci, “na filosofia, destacam-se notoriamente as características de elaboração individual do pensamento; no senso comum, ao contrário, destacam-se as características difusas e dispersas de um pensamento genérico de uma certa época em um certo

¹ Há quem diga “sentido comum”. Prefiro a designação “senso comum”, usada sempre pelos brasileiros, à semelhança do que fazemos com “bom senso” e não “bom sentido”, que tem significado diferente.

ambiente popular”. Compõe-se das crenças e proposições acumuladas por um corpo social e aceites sem preocupação de análise crítica, situando-se abaixo da ideologia, que já tem um grau mais elevado de interação social e de consciência, não obstante serem ambos suscetíveis de dominação hegemónica de classe, o que é muito menos relevante na filosofia.

Categoria diferente é a *mentalidade*. O termo pode ter vários significados, mas refiro-o aqui como o equivalente a “esquema mental”, como quando falamos de mentalidade racional ou irracional, científica, artística, empresarial, etc.. Trata-se de uma maneira específica e congruente de pensar e de julgar, um sistema mental de estruturas e processos psíquicos baseados na biologia, na linguagem, na educação e na cultura.

(Nota sobre terminologia: neste capítulo, como tantas vezes neste livro, evoco Gramsci. A sua discussão das relações entre estrutura económica e superestrutura cultural e ideológica, da filosofia e do senso comum e da hegemonia é cada vez mais atual, se considerarmos a complexidade da estrutura económica e, logo, das relações com a superestrutura e o papel da ideologia. No entanto, Gramsci utiliza pouco o termo “ideologia”, sendo mais corrente nos “Cadernos do Cárcere”² ele referir-se a “filosofia dos simples” ou, de forma mais vaga, a “conceção do mundo”, mas em que, por vezes, inclui a “filosofia espontânea”. Depreende-se a sua noção de ideologia – adiante veremos que a questão é mais complexa – como toda a filosofia que se transformou numa visão do mundo que “produz uma atividade prática e uma vontade nas quais ela esteja contida como premissa teórica implícita“. Esta derivação direta da ideologia em relação à filosofia pode levar a alguma simplificação se não se atentar à referência essencial a “atividade prática”.)

Por comodidade, comecei por distinguir apenas filosofia e ideolo-

² Recorro à edição brasileira da *Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro: Vol. 1, 1999 (cap. 1, “Introdução ao estudo da filosofia”) em relação à filosofia, ideologia e senso comum e Vol. 3, 2000 (cap. 3, “Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política”) em relação à hegemonia. Dado o número abundante de citações e a pequena dimensão dos textos originais, será fácil o leitor localizá-las sem aqui ocupar espaço com as referências bibliográficas).

gia, considerando só a filosofia erudita. Numa perspectiva gramsciana, a questão é menos linear, porque há uma fronteira menos definida entre filosofia e ideologia, tendo também de ser considerada a “filosofia popular”, espontânea, que se articula, no senso comum, tanto com a filosofia erudita como com a ideologia. É uma composição heteróclita de ambas, transpostas para a sabedoria geral. “A relação entre filosofia ‘superior’ e senso comum é assegurada pela ‘política’, do mesmo modo como é assegurada pela política a relação entre o catolicismo dos intelectuais e o dos ‘simples’ ”.

Ainda Gramsci: “é preciso, portanto, demonstrar preliminarmente que todos os homens são ‘filósofos’, definindo os limites e as características desta ‘filosofia espontânea’, peculiar a ‘todo o mundo’, isto é, da filosofia que está contida: 1) na própria linguagem, que é um conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo; 2) no senso comum e no bom-senso; 3) na religião popular e, conseqüentemente, em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que geralmente se conhece por ‘folclore’ “ Note-se o que já assinala: é necessário ter em conta alguma indistinção aqui expressa em relação ao que chamamos de ideologia, termo pouco usado por Gramsci neste texto, mas mais visível quando discute a hegemonia, como veremos adiante.

Também mais direta é a referência à ideologia quando Gramsci escreve, ainda sobre a filosofia espontânea, que “toda a concepção do mundo, de toda a filosofia que se transformou em um movimento cultural, em uma ‘religião’, em uma ‘fé’, ou seja, que produziu uma atividade prática e uma vontade nas quais ela esteja contida como ‘premissa’ teórica implícita (uma ‘ideologia’, pode-se dizer, desde que se dê ao termo ‘ideologia’ o significado mais alto de uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas) — isto é, o problema de conservar a unidade ideológica em todo o bloco social que está cimentado e unificado justamente por aquela determinada ideologia”.

Neste parágrafo aparece uma noção essencial, a de que a ideologia é inseparável da posição social, de classe. Ela forma-se na educação, no contacto com o meio, mas este é em grande parte limitado ao meio social – repito: e de classe – em que o indivíduo se insere. Forma-se também pela ação e pelo resultado mental dessa ação, em retroalimentação. Volto a lembrar que a noção de retroalimentação, que vem da cibernética moderna, deve ser assimilado pelo discurso dialético, como nova “quarta lei”. Neste sentido, há uma ideologia de classe, muito mais marcada do que no caso da filosofia, mais abstrata.

Pode parecer que há em Gramsci uma rotura com o pensamento marxista clássico sobre a relação entre a estrutura económica e a ideologia, como superestrutura. A ideia vulgar é a de que, como Marx escreveu no texto já antes por mim transcrito, o prefácio de “Para a Crítica da Economia Política”, “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência”. A ideologia seria assim apenas um mero reflexo das relações sociais, uma ilusão, uma falsa consciência. Discuti isto mais aprofundadamente no capítulo XVI, sobre o marxismo.

Gramsci lê esta posição de Marx de forma mais complexa e dialética. A ideologia é uma realidade, objetiva e operativa, conduzindo os homens à consciência da realidade – numa perspectiva de classe – e estabelecendo uma relação dialética mútua e não apenas de dependência num só sentido, entre a base económica e a superestrutura ideológica. Aliás, isto contradiria em boa parte a importância da totalidade, como categoria sempre presente em Marx. Metaforicamente, como diz Gramsci, é como a inseparabilidade de pele e aparelho locomotor. É tolice dizer-se que o homem se mantém ereto sobre a sua pele (a superestrutura), mas é igualmente tolice afirmar que a pele é mero reflexo do esqueleto ou aparelho locomotor (estrutura) e que é este que determina o homem.

A separação entre a economia, por um lado, e a política, a ideologia e a cultura, por outro, é relativa e todos esses elementos da vida social estão interligados de formas múltiplas e complexas, como momentos de uma “unidade do processo do real” (expressão gramsciana).

A simples dominância de um elemento sobre o outro é uma concepção mecanicista: a ideologia e a cultura estão desde logo inscritas na constituição de uma determinada economia e, se a economia determina o elemento político-cultural, o inverso também é verdadeiro.

Outra questão essencial é a da ligação entre a ideologia e a prática. A prática não é acompanhada obrigatoriamente de consciência teórica da ação, mas esta ação é um conhecimento do mundo, ao transformá-lo e compreendendo ou pelo menos observando essa transformação. Pode mesmo acontecer que a ação contradiga a consciência teórica prévia ou a ideologia. É uma relação contraditória, historicamente, entre a ideologia que se vai fazendo na ação, unindo o homem aos seus companheiros sociais, e a que herdou do passado e assimilou acriticamente. Esta contradição pode tolher as escolhas e levar à passividade e inação política ou romper-se dialeticamente quando, citando Gramsci, “a compreensão crítica de si mesmo é obtida através de uma luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemónica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam”.

Gramsci acrescenta repetidamente um outro elemento importante que poderá surpreender alguns leitores, pelo seu aparente sentido pejorativo: a fé. Já o vimos acima, numa transcrição. Esta fé não é negativa: contribui para a força da ideologia, conferindo-lhe qualidades volitavas, motivação para a ação. As novas concepções do mundo – isto é, as ideologias – difundem-se e popularizam-se, por substituição ou por combinação com as anteriores, tanto pela autoridade reconhecida aos seus expositores como pela participação na mesma organização política ou social em que também se insere o pensador. O processo de difusão depende em última instância de razões sociais, mas o elemento de autoridade, quer do pensador quer da organização, são formalmente determinantes. Em ambos os casos, são o suporte da “fé”. O risco é que, por analogia com a religião, essa fé saudável se converta na fé sectária, fa-

nática e fundamentalista.

O homem simples, do povo, pode ver-se diminuído na sua capacidade de argumentação com um adversário intelectualmente superior, mas não muda obrigatoriamente de convicção porque se escora nessa fé. Tendo de manter uma “filosofia” e uma norma de conduta, ele tem de confiar não nos argumentos racionais mas na noção simples de que tantos como ele não podem estar enganados e confia em que, no seu grupo social ou de organização há quem possa argumentar por ele. É o papel dos intelectuais. O homem do povo ouviu-os e pode não saber repetir articuladamente a sua exposição, aquilo que, usando a imagem de Gramsci, o “convenceu de uma vez, de maneira fulminante” mas ficou com uma convicção permanente, a razão da sua fé.

Com isto, a ideologia, e também a filosofia espontânea, não pode ser vista à luz da pura racionalidade – e até também há correntes filosóficas eruditas marcadamente irracionalistas. Há que acrescentar também um grande componente afetivo, de desejo, o desejo de felicidade e bem-estar material e espiritual, para si e para os seus próximos, e para toda o seu complexo social numa forma mais progressista de ideologia. Marx não andava muito longe de Espinosa quando este defendia que o desejo era uma energia, uma manifestação vital do “conatus”³ humano. A diferença para a redenção religiosa é que esta energia do desejo é intrínseca ao próprio Homem e à sua ação e não um sentimento passivo de esperança num poder providencial.

Este papel do desejo pode ter efeitos perversos na sociedade atual e converter-se em servidão⁴. No início do capitalismo, o poder de recrutamento do trabalhador decorria de coisa bem elementar, a vontade deste de não morrer de fome. Hoje, esse recrutamento vem embrulhado ideologicamente em “aspetos felizes”, como o retorno em capacidade

³ Conatus: o impulso inato de movimento e de aperfeiçoamento, o oposto da inércia.

⁴ Para se ter uma ideia da possível relação entre Espinosa e Marx, com que eu concordo, leia-se o trabalho muito interessante (e onde extraí as ideias deste parágrafo) do filósofo e economista francês contemporâneo Frédéric Lordon, “Capitalisme, désir et servitude. Marx et Spinoza”, La Fabrique Éditions, Paris, 2010.

de consumo para além do que é básico; a valorização social de muitas profissões com satisfação afetiva de quem as exerce; a gratificação de se sentir ideologicamente próximo do patrão e, por com seguinte, a vontade de o satisfazer e, com isto, enaltecer-se a si próprio. Que se veja o que é hoje uma coisa tão na moda: um curso de “coaching” no trabalho.

A filosofia da práxis

A filosofia da práxis, sendo a união dialética entre teoria e prática como meio da teleologia humana, isto é, do sentido da finalidade, é um elemento central do marxismo. Gramsci é um dos pensadores marxistas que mais valorizou este aspeto do pensamento marxiano e, já que o estou a referir de forma central neste capítulo, será na sua perspectiva que abordo aqui a filosofia da práxis, de forma obrigatoriamente muito rudimentar.

A teoria e a prática articulam-se não só na filosofia como na sua tradução na ideologia. No início deste capítulo, dá a aparência de que as separei categoricamente, mas distinguir aquelas categorias não deve ser interpretado como uma separação mecanicista, dado que têm entre si uma forte articulação dialética, se entendermos a dialética num sentido amplo. Para além dos seus três princípios fundamentais – a interpenetração dos contrários, a transformação da quantidade em qualidade e a negação da negação – é necessário considerar na dialética dois outros aspetos que a ciência moderna e a cibernética puseram em evidência: o desenvolvimento interativo com ação recíproca e a retroalimentação (“feedback”). São dois elementos da dialética que se aplicam notoriamente às relações entre filosofia, ideologia, senso comum e mentalidade.

O elo de ligação entre a filosofia e a ideologia é a ação, embora em graus diferentes, sendo a ação mais determinante para a evolução da ideologia do que da filosofia. Mas esta também não é imune à prática, não só porque a filosofia não é um conhecimento abstrato, mas sim despertado pela análise concreta da realidade, mas também porque a intervenção do filósofo na transformação, como defendido na célebre tese XI sobre Feuerbach, o faz muitas vezes sair da sua atividade mental

exclusivamente individual e teórica para se inserir, como intelectual orgânico, num coletivo político cuja prática desafia o filósofo a reavaliar permanentemente as suas elaborações teóricas, como pensamento crítico. E é o sucesso da ação, quando ela se liga a uma concepção filosófica, que valida a filosofia. O mesmo se pode dizer da ideologia, por maioria de razão dada a sua natureza orientadora da ação.

Quem diz ação diz dinâmica social e conflito de classes. A luta concreta e a aquisição da consciência de classe transforma a filosofia espontânea em ideologia de classe “para si”, com uma nova visão do mundo. Mas esta transformação também interage com a evolução da filosofia erudita, como mostra a história da filosofia. A criação filosófica é essencialmente obra de intelectuais, de indivíduos especialmente dotados, mas que não vivem numa torre de marfim. A dinâmica social leva a ciência a mostrar o “como” se faz o Homem, e este conhecimento, evoluindo, é inseparável da sua contrapartida ontológica, o “que” define o Homem. Não há uma separação rígida entre as duas formas de ver a realidade, ciência e filosofia, que se alimentam mutuamente, interagindo. Cada uma projeta a sua sombra sobre a outra, numa retroalimentação do sistema geral de conhecimento.

O filósofo não nasce filósofo. Quando começa a sua atividade intelectual, já sofreu uma grande ação de construção ideológica, pela educação em casa, influenciada pelo meio social em que se inserem os pais, e na escola, um dos principais instrumentos da hegemonia ideológica. Paralelamente, forma-se a mentalidade. É idealista pensar-se que nada disto vem a influenciar o seu labor filosófico. Depois, não se pode esquecer que a mente humana é uma totalidade de pensar, sentir e agir e, mesmo que se tenha de aceitar que o labor intelectual, quer científico quer filosófico, pode corrigir grandemente os componentes não racionais da formação de conhecimento (donde, a mentalidade), eles não desaparecem de todo. Assim, a ideologia, sendo prática e fortemente afetiva e fideísta, é um toque de cinzento na aparente clareza da filosofia.

Da mesma forma, a filosofia não está imune ao senso comum, embora ela seja, para usar termos gramscianos, a superação desse senso

comum em “bom senso” (em sentido filosófico, diferente do significado habitual do termo). Na ciência, a capacidade de nos libertarmos do senso comum é a chave para o levantamento das grandes questões e hipóteses, provocadoras em termos desse senso comum. Hoje, consideramos como tontos ou lunáticos os terraplanistas, mas a ideia revolucionária de que a Terra é um globo, desafiadora da nossa visão próxima, foi um enorme avanço. Na filosofia, provavelmente ainda mais isto é importante e só está ao alcance, mesmo na comunidade filosófica, dos grandes pensadores. Muitos outros se limitam a um discurso que, de novo, só tem muitas vezes a invenção de novas palavras para designar ideias velhas.

Com efeito, “uma filosofia da práxis só pode apresentar-se, inicialmente, em atitude polémica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente). E portanto, antes de tudo, como crítica do ‘senso comum’ (...); e, posteriormente, como crítica da filosofia dos intelectuais, que deu origem à história da filosofia e que, enquanto individual (e, de fato, ela se desenvolve essencialmente na atividade de indivíduos singulares particularmente dotados), pode ser considerada como ‘culminâncias’ de progresso do senso comum, pelo menos do senso comum dos estratos mais cultos da sociedade e, através desses, também do senso comum popular.”

No entanto, a mudança de concepção filosófica não necessita de ser total. Parte do antigo pode permanecer, transformando-se em nova qualidade quando inserido no novo. Pode também manter-se com sentido, mas como secundário, tal como se passa na ciência quando se olha para os fenômenos naturais, a escalas diferentes em relação ao homem agente do conhecimento. Não se teria chegado à Lua nem mandado sondas para além do sistema solar sem se aplicar equações que fazem parte da relatividade geral, mas ninguém precisa da relatividade para calcular o tempo que demora a cair uma pedra do quinto andar do seu prédio. Basta-lhe a velha física de Galileu e Newton. Também na filosofia a complexidade da teoria depende da correspondente complexidade dos problemas, desde a mera decisão ética individual até à essência do pro-

cesso histórico.

Falei da dialética entre teoria e prática. É necessário corrigir uma visão mecanicista que por vezes ainda se nota de a teoria ser complementar à prática, de ser um seu instrumento, o que apontaria para uma hierarquia não dialética. Significaria também, na prática, a ideia “obreirista” da subordinação dos intelectuais aos proletários. Referindo novamente Gramsci, “a autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, a criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se “distingue” e não se torna independente “para si” sem se organizar (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas “especializadas” na elaboração conceitual e filosófica.”

“O processo de desenvolvimento está ligado a uma dialética intelectuais-massa; o estrato dos intelectuais desenvolve-se quantitativa e qualitativamente, mas todo o progresso para uma nova ‘amplitude’ e complexidade do estrato dos intelectuais está ligado a um movimento análogo da massa dos simples, que se eleva a níveis superiores de cultura e amplia simultaneamente o seu círculo de influência, com a passagem de indivíduos, ou mesmo de grupos mais ou menos importantes, para o estrato dos intelectuais especializados. (...) A insistência sobre o elemento ‘prático’ da ligação teoria-prática (...) significa que se está atravessando uma fase histórica relativamente primitiva, uma fase ainda económico-corporativa, na qual se transforma quantitativamente o quadro geral da ‘estrutura’ e a qualidade-superestrutura adequada está em vias de surgir, mas não está ainda organicamente formada”.

A hegemonia da ideologia neoliberal

A noção de hegemonia é central no que de maior originalidade tem o pensamento gramsciano em relação ao marxismo clássico. É tão marcante que pensadores de várias orientações assumidamente não marxistas se apropriaram dessa ideia fora do seu devido contexto e das bases filosóficas de que é inseparável, chegando-se a referir Gramsci quando se está a falar de hegemonia no sentido vulgar do termo, com o simples

dominação. Hegemonia serve para tudo, desde a verdadeira hegemonia gramsciana, cultural e ideológica e representando um processo de classe, até coisas como a hegemonia dos ricos ou de género ou de raça ⁵.

O papel de dominação do Estado enquanto ao serviço da classe dominante é o ponto central da teoria marxista original, retomada por Lénine. Gramsci, em coerência com a importância que atribui à esfera superestrutural – nomeadamente a cultura e a ideologia – introduziu um importante complemento, enriquecendo a análise dialética entre a estrutura económica e a superestrutura. O Estado atua no controlo das classes subalternas na sociedade política, pelos seus poderes coercivos, de legislação, de justiça e de polícia. Ao mesmo tempo, a sociedade civil integra um aparelho de domínio diferente mas igualmente poderoso, de construção e difusão de uma ideologia dominante. Neste caso, à coerção alia-se a convicção e a assimilação pelos subalternos da ideologia dominante na construção do senso comum. É só em relação a este processo, essencialmente um processo de classe, que é legítimo referirmos Gramsci e o seu conceito de hegemonia.

Todavia, não há uma distinção rígida entre Estado e sociedade civil, mas sim uma relação dialética tensional entre ambas as sociedades, a política e a civil. A esfera da sociedade política é a do “domínio direto” das classes dominantes; a sociedade civil é a esfera da hegemonia cultural e ideológica. Na sociedade política interagem o Estado e as organizações políticas, com destaque para os partidos. Na sociedade civil, a hegemonia exerce-se pela influência ideológica de variados instrumentos culturais, com destaque para as igrejas, as universidades, a comunicação social e, hoje, uma nebulosa de agentes de influência, desde as redes sociais e os seus “influentes” até aos “think tanks” intelectualmente mais sofisticados. Mas as duas sociedades estão em interação permanente; não merece certamente maior discussão a articulação entre as duas sociedades, tantos são os exemplos diários à vista de todos.

⁵ O uso abusivo de Gramsci, sobretudo pelos pós-modernistas e populistas, faz lembrar o caso muito frequente de invocação, por não cientistas, do princípio da incerteza da física quântica como fundamento de todas as visões antideterministas e relativistas.

A hegemonia resulta de uma interação de coerção e de consenso. Apesar de os instrumentos da hegemonia se localizarem preferentemente na sociedade civil, o Estado também desempenha um papel importante na assimilação pelo senso comum das ideias hegemónicas, numa pretensa ação neutra entre as ideologias em confronto; mas uma ação que, de facto, o Estado promove em todos os domínios por imposição de consenso, em contínuo com a sua capacidade coerciva. O consenso é conseguido por coerção e, por sua vez, sustenta a coerção. É a função de “Estado educador”, na terminologia gramsciana: “o Estado assume cada vez mais um papel educador, na medida em que passa a propor a condução de amplos setores da população a uma reforma intelectual e moral adequada ao projeto de sociabilidade dominante”.

Numa perspetiva de práxis, a consideração da hegemonia na análise histórica é essencial para a compreensão da relação de forças, da dinâmica do conflito social de classes e para a condução com sucesso da luta pela transformação revolucionária. Ambos os movimentos, o movimento orgânico da estrutura e o movimento de conjuntura da superestrutura, evoluem, geralmente por ondas, em relação dialética. Mais adiante, no próximo capítulo, voltarei mais desenvolvidamente a esta questão.

Também é importante compreender-se a hegemonia como uma categoria dinâmica, sujeita a contradições dialéticas. A hegemonia não se atinge de uma vez e permanece, antes vai sempre resultando da práxis e do desenvolvimento das contradições sociais. A hegemonia não elimina as contradições; dá-lhes é forma em determinadas condições. A noção de hegemonia não apela para a estabilidade de uma certa ordem, antes para a determinação do desenvolvimento das contradições e para o processo de dirigir a sua resolução dialética.

Nesta perspetiva de tensão entre ideologias, não restam dúvidas de que a ideologia neoliberal é hoje indiscutivelmente hegemónica. Lembro o que escrevi no capítulo V, sobre o neoliberalismo: ele não é, em rigor, uma fase (a atual) do desenvolvimento do capitalismo, mas sim a ideologia que reflete superestruturalmente essa fase económica, a do capitalismo financeiro globalizado. Este tem acumulado contradições e

apresenta sinais de crise, mas a correspondente ideologia neoliberal continua pujante. Veja-se que o momento mais agudo da história recente do capitalismo financeiro, a crise de 2008, não se manifestou de forma sensível em rejeição da ideologia neoliberal. É um exemplo entre muitos na História de desfasamento entre estrutura e superestrutura.

A perspectiva neoliberal, com endeusamento do mercado, tem como derivada lógica a mercantilização de todas as coisas, incluindo das atividades humanas, dos seus serviços básicos – educação, saúde, segurança social – e da cultura, dos lazeres, do desporto, do sexo. Os homens passam a ser vistos não como cidadãos, como pessoas, mas essencialmente como consumidores, num mundo “Matrix” em que o jogo se passa todo num tabuleiro mercantil e tudo é negociado, tudo é economicizado, mesmo as aspirações humanas mais básicas. Passamos todos a ser empresários de nós próprios, competindo num mercado de todos e tudo de forma a que a competição acaba por ser também autocompetição. Vencedores e vencidos já não é dualidade com que vemos os outros, em geral, mas também é o conflito interno, pessoal, a mover-nos numa vida cada vez mais medida pelo sucesso do que pela felicidade e realização humana, pela harmonia da inserção social. E somos autoculpados pelo insucesso pessoal, com uma exclusão sentida como merecida e que acaba por ser da nossa própria responsabilidade. Nunca antes um sistema dominante conseguiu transferir para os dominados o ónus da responsabilidade pelo domínio.

Tudo isto já faz parte da ideologia de largas camadas de assalariados, das classes subalternas e em boa parte já foi integrado no senso comum. É a hegemonia a funcionar em pleno, a funcionar mais eficazmente do que o próprio sistema económico, que vai de crise em crise sem que a maioria das pessoas se interroge sobre o desfasamento entre a economia e os mitos com que a sua natureza lhes é transmitida, como nova religião dogmática, a religião do mercado.

Pela sua prevalência, destaco a ideia tão enaltecida da meritocracia. Quem subiu de posição social pelo seu esforço olha para si como árvore sem ver a floresta e fica convencido de que a sociedade atual

premeia o mérito e recompensa o esforço social. Seria uma sociedade justa, em que “é premiado quem se esforçou e não o preguiçoso que vegeta à custa dos outros ou do Estado (o quem vem a dar no mesmo)”. Afinal, parece mesmo que muitas vezes se reinventa a roda. Ainda em pleno antigo regime os reis condescendiam de vez em quando em tornar fidalgos de baixa escalão plebeus que se distinguiam no seu serviço. Até podiam chegar ao marquesado, como o de Pombal. Claro que era uma situação excecional, em que os beneficiados eram sempre olhados de soslaio, como arrivistas, pela aristocracia de sangue e nunca atingiam o poder sócio-económico desta, embora pudessem ter grande poder político. Por falar em poder político: quanta da tão propalada meritocracia não deriva exclusivamente do carreirismo partidário, da lealdade ao chefe e do clientelismo?

A meritocracia só se pode aceitar se se basear numa verdadeira igualdade de oportunidades. Se pensarmos só, por exemplo, no mérito académico, argumentarão alguns que hoje há um grande alargamento do acesso à universidade, que há um sistema de bolsas e empréstimos, que o acesso posterior à profissão olha muito mais para qualidade desses diplomados do que para a sua origem social.

Os dados desmentem este quadro idílico. Desde logo, ficam de fora todos os que acabam a escola obrigatória e precisam de entrar logo no mercado de trabalho. Quantos destes não terão tanto ou mais capacidade intelectual do que os que prosseguem os estudos? O acesso é amplo, é certo, mas distribuído irregularmente, com restrições nos cursos mais atraentes de universidades mais prestigiadas, o que depois vem a pesar na obtenção de bons empregos. Para a obtenção de classificações que permitam a entrada nesses cursos, a igualdade de oportunidades é viciada por muitos fatores sociais e económicos: o nível cultural da família, a capacidade de aquisição de livros complementares, as explicações, etc. Mais tarde, outra diferenciação, porque se as propinas de licenciatura são baixas, o acesso a graus mais elevados já depende de condições económicas privilegiadas.

O que é verdade é que, em geral, é o mérito que, depois, determina mais a carreira profissional (no interesse da empresa) e já muito menos

as relações familiares. Mas não é por isto que deixou de funcionar a seleção social, nos passos anteriores. Esta diferenciação vai-se fazendo ao longo de todo o sistema escolar, até pela relação entre a qualidade da escola e o nível social médio da zona de residência. Claro que isto não é de todo linear e tão esquemático, mas há correlação, com as escolas de meios favorecidos atraindo melhores professores, estando mais protegidas de um clima de perturbação lesivo do rendimento escolar e sendo mais desafiadas à melhoria pela maior atenção dos pais, mais disponíveis e informados para o acompanhamento da escola.

Em resumo, no sistema atual, nunca haverá meritocracia porque nunca haverá total igualdade de oportunidades. A função principal do conceito de meritocracia e da sua assimilação pelo senso comum é a de assegurar às elites a “boa consciência” de que merecem a sua posição na vida.

A mentalidade atual

O capitalismo alienou as pessoas dos bens que produzem. Agora, aliena-as também do seu próprio pensamento autónomo.

Um povo é o que forem os seus homens. Os seus homens são o que forem a sua coragem, determinação e consciência social, mas igualmente a sua capacidade intelectual, de racionalidade, de abertura mental e crítica da realidade objetiva e subjetiva.

As ideologias têm crises, vão e vêm, acompanhando ciclos de mudança económica e social, mas com relativa autonomia. Já a mentalidade, isto é, a forma de construir e organizar o pensamento, embora em boa parte conformada pela ideologia, é mais duradoura, mais enterada no pensar, sentir e reagir das pessoas e com lastros do passado que podem perdurar por séculos. Ela pode mesmo determinar percursos históricos de diferentes povos. Só na Europa, o desenvolvimento do Norte em comparação com a orla mediterrânica tem raízes no que chamamos a mentalidade coletiva desses povos.

Como corifeus da mentalidade científica, Galileu, Newton e Huygens são nomes indissociáveis do progresso e riqueza de Florença, da

Inglaterra e dos Países Baixos. Na época, eram os pioneiros do capitalismo incipiente, do espírito inovador e progressista, quando ele era fermento de uma grande fase nova do processo histórico, mau grado o que é hoje o capitalismo. Depois, a filosofia das luzes, os iluministas e, como sempre, a interação com a dinâmica política, a explodir nas revoluções americana e francesa. A brilhar, como luz dominante, o racionalismo: a análise crítica da evidência objetiva, a abertura mental, o questionamento, a recusa do dogmatismo, a valorização da mente individual, a alfabetização decorrente da obrigação luterana de ler a Bíblia.

A evolução da nossa mentalidade coletiva foi diferente. Já Antero de Quental, na sua conferência do Casino sobre as “Causas da Decadência dos Povos Peninsulares” atribuía-as a fatores que criaram uma mentalidade própria: uma imensa epopeia mas que não investiu, não criou riqueza, não passou do comércio para a produção; contra a revolução mental do protestantismo, ficámos presos pela contra-reforma, pelo absolutismo de dinastias decadentes, pelo atraso obscurantista do ensino, mormente o ensino superior coimbrão.

Considere-se talvez uma caricatura, mas os nossos grandes observadores sociais convergiram na apreciação de um talvez imaginário Zé Povinho rude, analfabeto, submisso, manipulado pelos caciques, mas também ronha, individualista, conservador, paroquial. Por outro lado, uma elite provinciana, que (escrevia Fradique Mendes) importava tudo de Paris, mas com as casacas importadas a ficarem curtas nas mangas.

O 25 de Abril criou condições para uma mudança significativa, mas tal não aconteceu, substancialmente. Foi a época da emotividade e, na educação, das doutrinas românticas. Muitos viviam no clima geral criado com Maio de 68, da cultura pós-modernista, do irracionalismo feito norma, do esoterismo, do relativismo cultural.

A mentalidade dominante atual ainda tem este lastro mas foi profundamente afetada pela ideologia neoliberal. A mentalidade liberal inerente ao capitalismo incluía a valorização da iniciativa individual mas também da honestidade e do respeito pela lei, até mesmo algum espírito de solidariedade tradicionalista, de raiz rural-familiar. Estes valores estão a desaparecer e a ser substituídos por uma mentalidade sem

valores, individualista, egoísta, agressivamente competitiva, ignorante e irracionalista, que despreza a cultura e a inteligência. Estamos no auge do “eclipse da razão”⁶. Os mais pessimistas chegam a falar numa nova barbárie.

Um dos aspetos mais notórios da atual mentalidade dominante é a resignação, a incapacidade de ver uma alternativa, a fazer cair num torpor existencial. Outro é o entrincheiramento nas situações adquiridas, no privilégio, o que favorece uma atitude de conservadorismo que também afeta setores de esquerda, política e sindical.

Na linha pós-modernista, assiste-se hoje também a um culto da emoção, sendo vulgar encontrar todo o tipo de pessoas que considera que as suas ideias e posições são indiscutíveis como verdadeiras, sobre todo o sentido da realidade objetiva, apenas porque as sentem e lhes dão total valor. As suas emoções são sagradas e ninguém tem o direito de as contestar. Tudo se centra no indivíduo, alheado das necessidades dos outros. É uma nova doença infantil, uma nova forma de radicalismo.

É uma mentalidade que legitima a falta de solidariedade e de empatia, o desprezo pelos perdedores, numa sociedade em luta de todos contra todos em que os mais fracos são olhados como não tendo direito a sobreviverem. O mercado, cego aos valores comuns, é que de facto parece estar em condições de construir lamentavelmente um “novo homem” privado da capacidade de juízo próprio, olhando apenas para o fim último do seu benefício próprio e impelido a gozar tudo a que lhe dizem que tem direito, mesmo sem desejar. Tudo obedece a dois princípios elementares: o narcisismo primário de que “tu vales tudo” e o seu complemento lógico, “escolhe tudo”. A sua identidade é pervertida, deixando de haver sujeito, em favor de subjetivações pseudoidentitárias, contingentes e precárias. Vive-se para o consumo, para o sucesso, para a projeção mundana. Perde-se o espírito cívico e o sentido do bem comum e do serviço público.

Estabeleceu-se um pensamento único ou dominante, bem como um

⁶ Título de um notável livro de Max Horkheimer (1941), um dos fundadores da escola marxista de Frankfurt.

padrão unificador de comportamentos e objetivos pessoais-sociais, interpenetrados, com destaque também para o consumismo (com contributo do crédito, marketing, gadgetismo, aquisição de símbolos de status, etc.), a inculturação, a estupidificação dos lazeres, a mercantilização de toda a vida social e mesmo individual. A vida converteu-se num imenso supermercado.

A própria identidade é mercantilizada. Se se ambiciona o sucesso, há que se fazer comprar e tornar atraente a compra. As pessoas transformam-se em marcas comerciais e é essa marca, com tudo o que tem de manipuladoramente publicitária, que determina o emprego e a promoção mais do que o valor intrínseco. Na época das redes sociais, tudo isto se passa sob escrutínio de toda a gente e a vida virtual de cada um vale tanto ou mais do que a vida real. Cada pessoa é a imagem que transmite na rede, desde as suas atividades, os gostos, o estilo de vida, enfim, todo o imaginário que fabrica para a rede. Ganhar as graças de um “influencer” do Instagram vale mais do que um curso de formação.

Há uma nova ética do prazer, própria de personalidades narcísicas e assente numa téttrade de constituintes básicos de prazer: domínio, propriedade, consumo, notoriedade. Tudo se centra em sensações e vivências do próprio indivíduo. E tudo é imediato, porque o prazer não pode ser adiado nem programado, nem também avaliado pelas suas consequências. Isto conduz, simultaneamente, à desresponsabilização e à incapacidade de formular projetos. Ao referir isto, não ando longe da discussão da dualidade de preocupações identitárias e redistributivas, porque – admito que com exagero – se pode dizer que as atitudes identitárias se alimentam muito desta nova mentalidade individualista e da ética do prazer. As consequências sociais podem ver-se também no profundo mal estar das zonas desfavorecidas, particularmente entre os jovens, sujeitos às pressões psicológicas desse mentalidade mas sem os recursos para a satisfazer em termos de consumo. *Criar consumistas sem meios é um passo para criar agentes de ódio e de violência anárquica.*

Muita coisa da mentalidade individualista até pode parecer a muitos coisa muito moderna, “à la page”. Tem um toque libertário, que parece fundamentado na autonomia de cada um, na igualdade de todas

as verdades e na tolerância sem limites, nem mesmo o limite da tolerância para os intolerantes. Até mesmo a maior liberdade de costumes que acompanha a ideologia neoliberal (ao contrário da ideologia tradicional da direita conservadora) e a abertura à discussão de “temas fraturantes” contribuem para esse sentimento traiçoeiro de modernidade. Tem-se a fantasia de se viver um momento de libertação, sem consciência do cárcere cerradíssimo em que cada vez mais nos aprisionam. Lamentavelmente, alguns setores de esquerda marcados pelo radicalismo intelectual acabam por ser coniventes com este jogo, adotando algumas dessas bandeiras sem alertar para o logro que elas significam como jogo da ideologia neoliberal.

Uma leitura apressada do que acabei de escrever pode levar alguns à conclusão de que subestimo o valor da subjetividade. Nada disto. Lembro que, ao discutir as grandes mudanças de vida e atitudes no último meio século, dei o maior relevo aos elementos subjetivos dessa mudança, mas inseridos numa perspectiva de harmonia entre indivíduo e sociedade, de qualidade de vida, de desenvolvimento humano. É isto que alimenta o humanismo que sempre cultivo, bem como a perspectiva ontológica do homem como ser social.

A comunicação social e as redes

Houve tempo em que, embora com muito de ilusão, o jornalismo e depois a comunicação social em geral eram consideradas o quarto poder. Poder no sentido de pilar do sistema de equilíbrios, de separação de poderes, de pesos e contrapesos. Hoje, já nem como ilusão se pode falar de quarto poder como poder independente dos demais, do poder político e do poder económico. A comunicação social é um poder mas como instrumento d outro poder: é o principal instrumento da construção e manutenção da ideologia neoliberal.

Mesmo nessa época áurea do jornalismo “independente”, a realidade era a do “fabrico de consentimento”, como disse Noam Chomsky. Sempre desempenhou um papel importante de fabricante de propaganda e de organização da opinião pública em apoio do sistema e da política económica geral, domínio em que toda a opinião era estreita e monocórdica, com “consentimento” geral.

Este quadro mudou em alguns aspetos, mas não essenciais. Por um lado, a influência é mais intensiva e usa algoritmos para dirigir mensagens específicas com critérios demográficos. Deixou de haver um público geral, agora segmentado em públicos com receptividade variadas. Isto traduz-se em discursos contraditórios que alimentam conflitos parcelares. Transferidos para as redes sociais, os conflitos deixam de ter a regulação apesar de tudo existente no sistema formal de comunicação e transformam-se em discursos de ódio e de extrema polarização, perdendo-se toda a complexidade da informação. Tudo passa a branco e preto, a berros ensurdecadores. Ao mesmo tempo, alimenta-se um círculo vicioso, em que a opinião enviesada dos média reforça a ideologia dos receptores a quem é dirigida e, inversamente, estes favorecem na compra os média com que se identificam. A independência, a isenção e o rigor ficam pelo caminho.

A segmentação do público corresponde aos interesses grupais de setores diferentes do “estabelecimento” político e económico. São frações da mesma elite que usam os seus meios de comunicação ou as influências que neles têm para dar maior ou menor ênfase a certos temas, mas que, no conjunto, não divergem do pensamento e dos interesses dominantes. No campo político, o posicionamento dos média pode parecer muito diferente, tanto quanto existe variação no quadro partidário, mas isto não afeta a convergência geral em torno do “consenso” político e económico.

Na imprensa oligopolizada e nas televisões inevitavelmente nas mãos de quem tem recursos para isso – as oligarquias financeiras – o “baixo contínuo” é sempre o mesmo, com os mesmas ideias, os mesmos motivos indiscutíveis, afinal o reflexo da ideologia neoliberal hegemónica, com a “informação” a encaixar-se perfeitamente no senso comum – e assim a reforçá-lo.

O discurso político e o jornalístico retroalimentam-se e navegam nas mesmas águas. Hoje, partilham em muito a filosofia eticamente aberrante da “pós-verdade”. É uma cultura política de subvalorização das dicotomias verdadeiro/falso ou honestidade/mentira que encontra meios propício na nova comunicação tecnológica e nas redes sociais. As

“circunstâncias” relativizam a objetividade dos factos e a mensagem informativa é muito condicionada por fatores afetivos, com apelo à emoção, ao fanatismo ideológico e às crenças irracionais. Talvez me acusem de extremismo e de obsessão, mas não posso deixar de me lembrar do pós-modernismo quando penso em pós-verdade.

Na prática, pós-verdade é um eufemismo “filosófico” e pomposo para coisa bem simples: políticos mentirosos, até extremos inacreditáveis de descaramento, como no caso das armas de destruição maciça do Iraque; jornais rádios e televisões que inventam notícias falsas – as tão faladas “fake news”, que torcem a verdade, que manipulam a opinião e redes sociais onde campeia a difamação, o ataque pessoal, o apelo ao ódio e ao linchamento moral; e até a total invenção de imagem falsa, como na fabricação de vídeos com fala forjada sobre imagens reais (“deep fake”). Tudo isto sempre existiu mas as tecnologias atuais permitem levar a desinformação a extremos antes inimagináveis.

Deixou der ser norma a objetividade jornalística, o “quem, quê, quando, onde, porquê, como”. O que conta é a “narrativa”, a construção argumentativa e emotiva, sujeita a um projeto ideológico prévio e que usa os factos para convencer o leitor de uma determinada perspectiva de olhar para os acontecimentos. O leitor deixa de considerar a notícia com base na credibilidade que vinha da autoridade do jornalismo como controlado pelas suas regras deontológicas e passa a reagir a elas por simpatia ideológica. A notícia agrada à ideologia, é logo aceite e com isto reforça a ideologia. É um círculo vicioso de que depende hoje o sucesso dos média, abrindo portas ao sensacionalismo, aos títulos discor-dantes do conteúdo da notícia, aos “sound bites”. Deixou de haver leitores críticos; há consumidores passivos de narrativas e propaganda disfarçada de notícias “objetivas”. Pior, consumidores passivos que depois são ativos na reprodução dessa “informação” nas suas redes sociais, que funcionam como caixa de ressonância.

Com tudo isto, a ideologia dominante consegue manter uma mentalidade de submissão e incapacidade crítica. É mais fácil dominar quando o dominado é desinformado e não vislumbra uma alternativa ao sistema. A comunicação social desempenha na perfeição esse papel.

É uma informação formatada e padronizada, uniforme, que, mesmo que não possa moldar todas as opiniões, individualizadamente, molda o quadro de referência em que se constroem as opiniões particulares e se define o senso comum.

Este panorama veio a complicar-se imensamente com o alastramento da comunicação às redes sociais. No início de um documentário da Netflix sobre as redes sociais (“O Dilema das Redes Sociais”), somos recordados de uma frase de Sófocles: “nada de imenso entra na vida dos mortais sem uma maldição” (Antígona). Em rigor, a máxima aplica-se a toda a internet, não apenas às redes.

Sou dos tempos iniciais da internet, na segunda metade dos anos 80. Os endereços de internet de todo o mundo cabiam num livro tipo lista telefónica, as facilidades, para além da consulta de páginas, limitavam-se praticamente ao correio eletrónico, depois à assinatura de listas de notícias ou à formação de grupos temáticos para discussão, com técnica a muito rudimentar. E internet no telemóvel? Era inimaginável.

Mesmo assim, a internet oferecia um amplo horizonte de promessas, hoje já realidade: obtenção de enorme quantidade de informação, teletrabalho, compras online, jornais digitais, acesso online à administração, etc.. Parecia um espaço imaterial de liberdade, tão grande como o mundo, um espaço sem hierarquias, com relações horizontais entre toda a gente, sem censura nem controlos pelo Estado. É certo que era coisa de acesso só possível a privilegiados, mas as perspetivas de alargamento eram realistas, com embaratecimento do acesso e utilização, como se veio a verificar.

Quando é que apareceu a maldição sofocliana? É difícil estabelecer um marco, mas talvez quando os motores de busca, principalmente o Google (inicialmente, o Yahoo era o mais utilizado), abandonaram a sua política de neutralidade das buscas e passaram a sujeitá-las aos interesses mercantis. A listagem das respostas às buscas passou a ficar condicionada pela publicidade e isto é tão mais determinante quanto a enorme maioria das pessoas faz ligação para apenas um número reduzido das primeiras hiperligações apresentadas e muito raramente consulta as páginas seguintes da resposta.

Mas, na prática, a grande viragem “de maldição” da internet, o preço a pagar pelos seus infintos benefícios, ocorreu com o aparecimento das redes sociais, seguido depois pela sua concentração quase monopolista. Em si, a internet é magnífica. A questão não é esta, mas sim como e para que fins se usa a rede e, sobretudo, quem controla a internet. O problema é que não controlamos a rede, nós os cidadãos; nós é que cada vez mais somos controlados por ela. É claro que não devemos extremar; a rede não é o paraíso prometido mas também não é só a distopia da pós-verdade. A realidade está algures no meio destes extremos e não podemos deitar fora o bebé com a água do banho.

O discurso inicial sobre a rede enfatizava o seu carácter democrático e libertário. De facto, embora contribuindo para a muito maior informação determinante da decisão e tendo alargado imenso o acesso à informação, a rede ainda tem muitas limitações e mesmo aspetos perversos. Não podemos falar de ciberdemocracia, de controlo digital da administração e de capacidade de voto eletrónico enquanto todos os cidadãos não tiverem pleno acesso. É certo que quase 38% dos portugueses já têm rede instalada em casa e que mais de 95% possuem “smartphones” (dados da Pordata, 2020) mas não só estes dados mostram o muito que falta ainda de condições para uma mudança democrática digital como, para mais, o domínio real da tecnologia, a analfabetização, ainda está circunscrita a camadas urbanas, educadas e com algum privilégio de classe.

A contribuição da rede para a liberdade e a cidadania, um sonho estimulante com horizontes de muito maior participação democrática, também é ambígua. É certo que permitiu com muito maior facilidade ações políticas importantes, campanhas cívicas, pelo ambiente e por direitos humanos, movimentações altruístas. A contrapartida é que a rede se transformou numa lixeira descomunal.

Umberto Eco afirmou, numa das suas derradeiras entrevistas, que “as redes sociais dão o direito à palavra a uma legião de imbecis”. A rede apagou os mecanismos tradicionais de intermediação cultural e de exercício corretor do pensamento crítico, tais como a educação, a edição livreira e a crítica especializada. Qualquer um pode ter um público

vasto para a sua produção intelectual valiosa, mas também qualquer um pode escrever o que quiser, mentir, caluniar, promover campanhas de intoxicação informativa e ódio, inventar conspirações absurdas, ganhando um público que, sem aquela intermediação, é incapaz de distinguir o trigo do joio.

A rede iria ser um instrumento de nossa maior capacidade mental, sonhava-se. Mas quantos de nós já não caímos nos perigos do seu imediatismo, já carregámos no “enter” precipitadamente? As aplicações estão concebidas para a maior facilidade e imediatismo de utilização, são como que feitas para crianças. Deve dar que pensar que, de facto, as crianças as usem talvez melhor do que nós adultos. Isto porque a tecnologia digital tem propensão a infantilizar-nos, a fazer-nos regredir de certa forma na nossa estrutura mental.

O simplismo e o imediatismo são contrários ao processo democrático, à tomada consciente de posições políticas. Os procedimentos formais da democracia, complexos e frequentemente longos, eram adequados a uma democracia reflexiva, consciente, com mecanismos de revocabilidade. Hoje, habituámo-nos à decisão rápida, ao “sound bite”, ao título bombástico ou à mensagem curta do WhatsApp a que nos sentimos obrigados a responder imediatamente, com igual irreflexão. É o terreno fértil para todas as perversões a que vimos a assistir, desde campanhas eleitorais a movimentações de ultradireita.

A Meta (que possui o Facebook, o Instagram e o WhatsApp) e a Google, para referirmos só as duas grandes empresas das redes sociais e da informação na rede, são gigantes que custam, para o seu funcionamento, quantias colossais. No entanto, não pagamos nada por uma conta no Facebook ou por uma pesquisa da Google, nem sequer por uma caixa de correio @gmail.com. As suas receitas vêm da publicidade, o que parece contradizer a noção que temos, como utilizadores, de que o nosso mural ou a página web com o resultado de uma pesquisa Google aparentemente não têm publicidade visível. É que não são essas empresas que fazem diretamente a publicidade; elas vendem os nossos dados para que outras empresas - e, veremos, também políticos e agências de mercado - nos dirijam publicidade pessoalmente orientada, com muito

mais eficácia e, portanto, muito mais valor. Segundo um dito conhecido, “quando não pagamos pelo produto é porque nós é que somos o produto”.

Por detrás desta operação gigantesca estão os famosos algoritmos, que usam os “big data” para extraírem de tudo o que fazemos na rede perfis pessoais que orientam a publicidade ou a propaganda política: o perfil do Facebook, o conteúdo dos “posts” que publicamos e dos comentários, os “likes”, os grupos a que pertencemos, a nossa localização, os sítios web que visitamos, as chaves de pesquisas que fazemos no Google, etc..

Tudo isto nos isola numa “bolha de filtros” ⁷ que personaliza os conteúdos dos meios digitais, com uma bolha de identificação distinta para cada utilizador. Quando queremos obter informação, ela vem enviesada pelo algoritmo que determina os nossos interesses, não pela ordem de relevância geral e objetiva dos resultados de pesquisa. Isto funciona em círculo vicioso, porque essa informação dirigida retroalimenta o perfil desses nossos interesses e confirma as nossas crenças. Na política, por exemplo, o envio preferencial de propaganda ao encontro do nosso posicionamento funciona como um instrumento ideológico para reforçar a nossa ligação política. Uma mente isolada é terreno fértil para o preconceito, o dogma, o fanatismo e um caminho direto para o conflito irracional e o ódio.

Vivemos hoje uma distopia faustiana, com venda da alma ao diabo. Trocamos a nossa privacidade pelo prazer narcísico da presença no palco virtual; trocamos escolhas livres por “sound bites” e “memes” repetitivos e redutores; trocamos coesão social por conexão imediatista e frágil; trocamos a verdade por aquilo que a comunicação, as agências diversas e sobretudo os políticos nos endereçam ao encontro dos nossos preconceitos. Deixámos de escolher para sermos escolhidos.

O combate ideológico

A luta ideológica é central na luta política pela transformação soci-

⁷ Pariser, Eli, “The Filter Bubble”. Penguin Books Ltd, Londres, 2012.

al, que fica limitada à ação reivindicativa de natureza económica se não tiver em conta que a conquista da hegemonia pelas classes subalternas, rompendo com a dominação ideológica das classes adversárias, é condição essencial para a constituição de um bloco histórico “revolucionário”, capaz de conquistar o poder e de o manter. Toda a ação revolucionária é simultaneamente luta institucional, luta de massas e ação pedagógica junto dessas mesmas massas.

Como eixos centrais dessa ação pedagógica para a conquista da hegemonia não podem ficar esquecidas algumas ideias-chave, a saber: a impossibilidade de convergências ideológicas ou de mentalidade entre a burguesia e os trabalhadores - mais as classes intermédias que eles conseguem chamar a si, ideologicamente e politicamente – dado que os projetos históricos de uns e outros são ontologicamente antagónicos; a ideia de que o avanço da democracia, numa fase intermédia, se processa na luta de classes; a necessidade de uma constante problematização e discussão dos conflitos como ponto de partida para o processo de consciencialização e construção de uma visão do mundo alternativa.

No quadro político eleitoral europeu, as classes populares, representadas pela esquerda “real”, podem obter conquistas sociais importantes se conseguirem entendimentos com o centro partidário, nomeadamente a social-democracia, mas a experiência – por exemplo, a da “geringonça” em Portugal ou a coligação PSOE-UP na Espanha – mostra que estas soluções de convergência são limitadas e precárias. O objetivo a colocar-se obrigatoriamente, no plano institucional, deve ser o da conquista eleitoral do poder pela própria esquerda. Isto não está à vista sem a conquista da hegemonia ideológica, muito mais necessária ainda para a preservação desse poder, mais do que a sua conquista. A lição do Chile de 1973 e recentemente da Venezuela, do Equador e da Bolívia, apesar de não ser exatamente a nossa situação europeia, é que um governo verdadeiramente de esquerda se depara com grandes ofensivas exteriores com impacto interno e, por outro lado, tem de tomar medidas com efeitos custosos a curto prazo que podem ter impacto penalizador nos resultados eleitorais seguintes.

O combate político de natureza económica-social é obviamente es-

sencial mas não pode dispensar o combate ideológico. Não se deve ficar a pensar tranquilamente que boas propostas de ação mobilizem uma maioria eleitoral quando ela ainda é dominada ideologicamente e no seu senso comum pela ideologia neoliberal.

A esquerda tem falhado no combate ideológico, minimizando-o em relação ao combate político-económico. Admita-se, todavia, que os meios de que dispõe, nomeadamente no que respeita à comunicação social, ficam muito aquém do necessário para uma luta ideológica eficaz e para uma ação constante de reposição da verdade perante a ofensiva de desinformação, de pós-verdade e de manipulação.

Pela primeira vez desde há dois séculos, o socialismo, como projeto de futuro, mas futuro a começar já em lutas do presente, deixou de estar no senso comum da classe trabalhadora e mais ainda das classes potencialmente suas aliadas. Vivemos um tempo em que, aparentemente, tudo pode ser posto em discussão, salvo a inevitabilidade do capitalismo. Voltar a colocar o socialismo na agenda e preencher o vazio da esquerda não será fácil e exige um esforço prioritário no domínio ideológico.

A comunicação social

A primeira frente de batalha é a da comunicação social, tendo em conta, como princípio, que a informação é um bem público e que o direito a uma informação correta é um direito fundamental, a merecer consagração constitucional. Pode-se atuar ao seu nível ou a montante, pela educação. É um processo moroso mas mais profundamente eficaz, que começa na escola mas não se esgota aí. Deve-se exigir a toda a sociedade influente – instituições políticas, partidos, movimentos sociais, instituições académicas, coletividades populares, etc. – que deem prioridade a todas as ações, forçosamente de grande complexidade interdisciplinar, que promovam a educação cívica – com ela vem tudo o mais – e, principalmente, o que lhe está subjacente, a formação da mentalidade racional e crítica.

É preciso limitar a capacidade de concentração da propriedade dos meios de comunicação. A lei fica-se atualmente pela informação obrigatória da lista de proprietários e a notificação de alterações significativas

da posição de cada pessoa ou entidade na repartição do capital da empresa. É alguma coisa mas não basta como forma de controlo antimonopolista. É preciso também facilitar a criação de empresas sociais independentes, nomeadamente cooperativas de jornalistas. No entanto, os elevados custos atuais da criação de um órgão de comunicação, mesmo um mais simples jornal exclusivamente “online”, tornam muito difícil o aparecimento de média independentes de financiamento empresarial ou de publicidade (esta também um fator de limitação de independência). Promover a criação de órgãos socializados de comunicação, sejam fundações, cooperativas ou entidades sem fins lucrativos, significa obrigatoriamente o apoio dos Estado.

Depois dos grandes grupos de imprensa, passámos para a concentração de diversos tipos de média na mesma empresa, com destaque para a ligação entre jornais e estações de televisão, depois para o desdobramento na mesma empresa da informação em papel e “online” e mais recentemente, como tendência para o futuro, a informação no telemóvel, com aplicações e notificações “push”. Sem que tenha dados objetivos, julgo verificar que muitos jovens já não leem jornais, nem mesmo “online”, antes sumários de notícias obtidos, por exemplo, por assinatura de grupos de WhatsApp. Este tipo de “informação” é opaco, sem responsáveis conhecidos nem estatutos editoriais e longe de qualquer regulação.

No sistema de livre empresa, a questão do pluralismo não pode ser visto à escala de cada órgão mas sim no panorama geral. A situação geral, no nosso país, é de uma tendência nítida para uma orientação geral entre centro e direita, que só pode ser resolvida pela criação de média com outra orientação. De facto, não é coerente com o sistema pretender-se que cada órgão seja pluralista, no que respeita à opinião. Quem paga manda tocar a música de que gosta. O leitor ou o telespectador é que podem mudar de jornal ou de canal, penalizando no mercado da audiência. Ninguém espera que, num quadro de pluralismo global mais alargado, um jornal de esquerda tenha André Ventura como colunista regular.

Portanto, a prioridade para a esquerda devia ser a de mobilizar

meios para a criação de um novo jornal, mesmo que só “online”. A provável tendência para a partidarização pode ser combatida pelo envolvimento significativo de outras entidades progressistas da sociedade civil.

Deve ser visto especificamente o caso das empresas públicas de comunicação social, atualmente circunscritas à RTP, à RDP e à agência Lusa. Neste caso, é obviamente necessária a garantia de isenção e pluralismo, mas também o cumprimento do serviço público. Atualmente, a RTP confunde serviço público com ir ao encontro do gosto “popularucho”, com programas muitas vezes imbecilizantes e sujeitos aos ditames da publicidade.

É certo que há uma entidade reguladora, mas o seu grau de intervenção, para além da vigilância do cumprimento da lei, parece reduzido. A pressão do público só será eficaz se houver um interlocutor com poderes consideráveis de moderação, o que de forma alguma significa poder de censura. A provedoria deve abranger todos os órgãos de comunicação social, sendo o provedor uma individualidade independente das empresas de média e do governo e com capacidade de poder fazer publicar os seus pareceres e respostas a críticas do público.

As redes sociais

A nível empresarial, é necessário aplicar e porventura ampliar a legislação antimonopólios mas, neste caso, isto depende exclusivamente dos Estados Unidos. Há precedentes, depois da Lei Sherman, como o desmembramento da Standard Oil em 1911 e está a ser considerada a divisão da Meta de Zuckerberg nas suas quatro empresas. Outra possibilidade é a obrigação de licenciamento das suas patentes, como aconteceu com a AT&T, embora o desejável fosse mais ambicioso, isto é a abertura dos seus códigos e a criação de software aberto (“open source”) para outros interessados.

A regulação das empresas quase-monopolistas das redes sociais não depende exclusivamente do país sede das empresas. Se uma empresa opera num qualquer país, nele recolhe utilizadores e anunciantes e se serve das infra-estruturas nacionais, esse qualquer país — ou, no nosso caso, também a União Europeia — tem condições para regular a

atividade da empresa. É certo que já há leis para a comunicação social que punem a difamação, o uso não permitido da imagem, a violação da privacidade, a propagação de discursos de ódio, violência ou contra os direitos humanos, mas é muito difícil aplicá-las às redes sociais, em que não há responsabilidade editorial.

O que está hoje em debate vivo é se essa regulação deve ser feita só pelos estados ou se deve basear na fiscalização da auto-regulação pelas empresas, em particular o Facebook e outras redes sociais. De facto, tem-se conseguido fazer com que as plataformas exerçam algum esforço moderador. O Facebook contratou muitos verificadores (“checkers”) e tem eliminado muitos conteúdos, mas isso continua a ser uma gota no oceano e tem muito de cosmético. Na prática, é irrealista pensar-se que quem criou o problema o vá resolver, principalmente quando o problema está intimamente ligado ao âmago do negócio. Também não ajuda o facto de a linha de demarcação do lícito e do inaceitável ter alguma ambiguidade e, muitas vezes, estar vagamente entre a desinformação dolosa e a liberdade de opinião.

A moderação por auto-regulação pode conduzir também a efeitos perversos, entregando a um privado, sem legitimidade judicial, o poder de censura. Os verificadores/moderadores podem não ter habilitações para ajuizar dos conteúdos e certamente não dispõem de meios, tempo e competência para uma investigação jornalística frequentemente necessária para a confirmação da inverdade. Além disto, a própria empresa, receosa de penalizações, pode ir a excessos de zelo e instaurar processos de censura expedita. É necessário que os procedimentos de regulação sejam transparentes, baseados em critérios objetivos, racionais e proporcionados, consensualizados com a comunidade de utilizadores e que os atingidos tenham a possibilidade de resposta e recurso. De qualquer forma, nenhuma destas perspetivas de regulação atinge a outra faceta negativa da rede, isto é, os algoritmos de recolha de dados pessoais para efeitos de publicidade ou de campanhas políticas.

Os cuidados a ter para não deitar fora o bebé com a água do banho têm a ver com a outra face da moeda: apesar de todos os problemas, as redes sociais também são, certamente na maioria dos casos, ou inócuas

e abordando coisas banais ou então, e é o mais importante, configurando a única via para muitas pessoas poderem participar em debates públicos, exprimirem a sua opinião e combaterem a uniformidade informativa da generalidade dos média convencionais. Com todos os seus perigos, a rede é um instrumento vital para o enriquecimento da vida democrática. Aliás, não há governos nem partidos nem as mais variadas entidades que a dispensem (e também abusem dela).

Resta a ação de base para controlo das redes, pelos próprios utilizadores, meta só atingível em tempo incerto e exigindo uma boa educação para a infoliteracia. Isto passa desde logo pela democratização do acesso à internet, pela generalização da banda larga e pela neutralidade da rede (isto é, nenhum pacote de dados deve ser transmitido com favorecimento político ou comercial em relação a outros).

Isto é impossível sem a participação forte de uma empresa pública moderadora do mercado e dos altos preços praticados, quase em cartel, pelas operadoras privadas. A internet para todos deve ser um direito e uma obrigação estatal. Estar “online” faz parte essencial da vida de hoje, é um fator essencial para o acesso a muitos recursos e a serviços públicos, para a participação plena na vida social, cívica e cultural. A melhor forma de tornar qualquer coisa universal é, na perspetiva socialista, torná-la pública e livre do mercado.

XXI

Revolução – um tabu?

A revolução, no sentido comum, mete medo e é uma palavra maldita. Lembra logo violência, tiros, sangue e mortos. No entanto, afinal, foram muito mais numerosos na História os casos de uso dessa violência por parte das forças do Estado na repressão de movimentos populares, mesmo pacíficos, do que no caso de levantamentos de massas populares. A ideia da revolução também deixou de estar presente no imaginário e no “desejo” do atual proletariado. Nas condições políticas e ideológicas do mundo ocidental, não é visível – e não é desejável – uma revolução estritamente insurrecional e armada, muito menos com violação das normas básicas da democracia, por deficiente que seja a democracia representativa liberal em que vivemos. No entanto, nunca o capitalismo se renderá sem resistência e há que pensar sempre em revolução, em outros termos.

Revolução, em rigor teórico, não exige violência no sentido vulgar do termo. Revolução significa uma mudança radical, qualitativa, do sistema económico e social. O seu antónimo não é mudança pacífica mas sim reformismo, a ideia de que se pode substituir uma formação histórica, um sistema social, por simples melhoria dos seus aspetos negativos, por reformas por dentro e, no limite, por ação exclusiva das instituições desse sistema.

A revolução não é apenas a insurreição armada e violenta, cada vez mais fora da realidade dos países capitalistas desenvolvidos. Ela pode resultar do voto, em democracia, principalmente se conjugada anteriormente com outras ações não violentas de luta popular, como manifestações massivas, lutas sindicais de grande impacto — com relevo para a arma máxima, a greve geral –, pressões da democracia participativa, ocupações permanentes de espaços com assembleias populares, ações de desobediência civil, etc. e seguido da uma fase decisiva e firme de quebra dos poderes de Estado, sociais, económicos e ideológicos do sistema capitalista

No sentido amplo, de reconformação das relações de produção com

as forças produtivas, a revolução, a sua natureza e a sua gênese são vistas pelo marxismo de forma bem clara e com respeito pela complexidade da dinâmica da História, sempre em interações dialéticas. O vulgo, mesmo os dirigentes políticos, atolam-se no reformismo sem visão - e já é muito bom quando são reformistas! – sem terem uma visão penetrante sobre a questão histórica da revolução, até mesmo da revolução burguesa, que não compreendem, muito menos da revolução proletária. A revolução, que até pode parecer vestir roupas do passado ¹, caracteriza-se pela sua capacidade processiva das capacidades de reorganização social determinada por múltiplos fatores que gravitam a emergência de novas forças económicas e tecnológicas.

O curso de uma revolução não é linear. Ela não se completa na simples tomada do poder formal e exige o dismantelamento de todo o aparelho capitalista nas suas múltiplas dimensões, política, económica e social, também mesmo cultural. A revolução vai revelando ritmos diferentes, com avanços e recuos, tendo de atender não só à sua própria dinâmica e à capacidade das forças revolucionárias, mas também muito às reações contrarrevolucionárias internas e externas. Por vezes, são necessárias cedências conjunturais e transitórias, bem exemplificadas, mesmo no caso de uma revolução armada e “ditatorial” como a de Outubro, por episódios como a paz de Brest-Litovsk ou a Nova Política Económica.

Pode haver um desfasamento fatal entre a dinâmica revolucionária com o seu tempo próprio e o quadro político em que se move. O caso mais manifesto é o da dependência dos ciclos eleitorais, quando se pretende manter a revolução no quadro institucional. Com exceção da Venezuela – e mesmo assim sempre atacada pelas suas alegadas violações da legalidade democrática, os regimes progressistas que têm enveredado por vias quase-revolucionárias, como o Equador, a Bolívia e o Paraguai, têm-se defrontado com a dificuldade de manutenção do apoio popular de base, desgastado pelas dificuldades económicas e sociais inerentes à revolução na sua fase inicial e pelas campanhas adversas do

¹ Como discutido por Marx no “18 de brumário de Luís Napoleão” (1852).

imperialismo, dificuldades que chegam até à sua derrota em eleições seguintes. Em alternativa, o Brasil de Lula e a Argentina dos Kirchner optaram por compromissos significativos com forças conservadoras ou mesmo reacionárias que limitaram consideravelmente a extensão das medidas revolucionárias.

Tão importante como conquistar o poder é garanti-lo e mantê-lo, num quadro democrático. Um exemplo lamentável na história recente é o da revolução chilena, alcançada inicialmente por via democrática e eleitoral mas depois sujeita às mais poderosas forças contrarrevolucionárias, internas e externas. Allende, no tempo do ciclo eleitoral, não teve tempo para uma coisa essencial: é imperioso destruir tão rapidamente quanto possível as bases económicas da economia oligarquizada e financeirizada, impor uma democracia participativa equilibrada com a democracia formal e, essencialmente, manter uma pedagogia ideológica firme e eficaz que convença as massas populares de que as dificuldades são passageiras e são o preço necessário da transformação social. E, acima de tudo, com tão bem demonstrou pela negativa a nossa Revolução de Abril, manter a unidade do bloco histórico e social da aliança de classes que permitiu o primeiro passo da revolução, a conquista eleitoral do poder – a par da movimentação popular.

Lénine e Gramsci (este último principalmente no já repetidamente citado “Moderno Príncipe”) são dois teóricos eminentes da revolução, embora com visões distintas, devidas às diferentes situações concretas em que viveram e agiram. Sendo a perspetiva gramsciana mais fecunda em relação ao mundo ocidental desenvolvido e confirmada pela sua evolução, é sobre a sua visão que me debruçarei, tentando um resumo abrangente. O seu ponto de partida é estritamente marxista, começando logo o seu texto por transcrever literalmente a célebre passagem do prefácio a “Para a Crítica da Economia Política” atrás citada.

Antes da sua prisão, Gramsci acompanhou o desenvolvimento da Revolução de Outubro numa estadia em Moscovo entre 1922 e 1923 e, no essencial, apoiou a revolução, mas manifestando a opinião de que ela tinha carácter excepcional e que seria impossível transpô-la mecanicamente para os países europeus ocidentais. A situação destes era já

muito diferente, com maior desenvolvimento das relações de produção capitalistas e das forças produtivas, bem como uma tendência já notória para a hegemonia da ideologia burguesa, que se acentuou até à atual fase do neoliberalismo.

Para uma classe social conseguir o derrube da ordem sócio-económica vigente e exercer a direção de uma nova sociedade é necessária, para Gramsci, não só a conquista das bases estruturais mas também uma “reforma moral e intelectual”, que só terá sucesso se baseada numa concepção de mundo hegemónica, se se acompanhar de um processo de reorganização do modo de produzir as condições materiais da vida humana. A hegemonia, de que já muito falei, só se completa numa combinação harmoniosa entre socialização da política, controle popular sobre o Estado e democratização dos meios de produção.

Este processo complexo, forçosamente diferente do caso excepcional da Revolução Russa, é expresso numa metáfora sobre a guerra (caderno 13, §7): a revolução tanto pode ser uma guerra de movimento como uma guerra de posição. Nos primórdios da luta popular na Revolução Francesa, a burguesia aproveitou a luta da plebe, dos “sans culottes”, enquanto a ordem capitalista, então embrionária, não se solidificou, na viragem para a segunda metade do século XIX. Embora com a interrupção do poder napoleónico, há uma sucessão de lutas insurrecionais até essa altura, com avanços significativos até 1848 (mas mais claramente as experiências jacobinas até ao Termidor), terminando com a épica mas efémera Comuna de Paris. Viveu-se uma época de *revolução permanente*, para usar a expressão de Gramsci, que correspondeu a uma fase ofensiva, de guerra de movimento. O mesmo se passou, em condições muito diferentes – debilidade do capitalismo e profunda depressão social e económica causada pela guerra – na sucessão de revoluções na Rússia desde 1905.

Em geral, nessa fase, “não existiam ainda os grandes partidos políticos de massa e os grandes sindicatos económicos, a sociedade ainda estava sob muitos aspectos, num estado de fluidez maior, havia atraso do campo e monopólio quase completo da eficiência político-estatal em poucas cidades, o aparelho estatal estava relativamente pouco desen-

volvido e havia maior autonomia da sociedade civil em relação à atividade estatal”,

No período posterior a 1870, na Europa Ocidental, com a expansão colonial e a partir da consolidação do capitalismo e da ordem burguesa, sem uma hegemonia ideológica clara por parte de qualquer dos campos adversários, entra-se numa fase diferente, com relativo impasse e menor ímpeto das forças revolucionárias. “As relações de organização internas e internacionais do Estado tornam-se mais complexas e robustas; e a fórmula da ‘revolução permanente’ é reelaborada e superada na ciência política com a fórmula de ‘hegemonia civil’. Ocorre na arte política o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais *guerra de posição*. A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às ‘trincheiras’ e as fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição fazem com que seja apenas ‘parcial’ o elemento do movimento que antes constituía ‘toda’ a guerra”. Esta situação semi-defensiva mantém-se até hoje e é acentuada pelo poder da hegemonia do neoliberalismo.

O agente da revolução

Há muita gente que pensa, numa leitura mais que simplista do marxismo, que os agentes das revoluções foram sistematicamente as classes predominantemente subordinadas na ordem sócio-económica derrubada revolucionariamente. A História mostra um quadro bem mais variado. O império romano escravagista, mau grado a pujança heróica da guerra dos escravos conduzida por Espártaco, só caiu séculos depois ² por via militar, ocupado por bárbaros que até também praticavam a escravatura, embora limitadamente e sem grande peso na sua agricultura modesta, predominantemente familiar. Além disto, a ordem feudal não teria sido consolidada apenas pelo poder dos invasores, tendo a Igreja Católica desempenhado um papel fundamental na reordenação do Estado, como instituição herdeira do Império.

² Sem esquecer que o Império também já tinha estado em situação grave na crise do século III.

A Revolução Francesa é considerada como o fim do sistema feudal e senhorial, como o marco da instauração da ordem burguesa, mas isso demorou dezenas de anos a acontecer, em termos de desenvolvimento mínimo do capitalismo. No “momento plebeu”³ de todas as revoluções, o autor da revolução em 1789 foi a grande massa da plebe, mas não foi ela que determinou o curso da revolução, em que o papel relevante foi desempenhado pela burguesia. No entanto, não a burguesia capitalista quase inexistente, mas sim a pequena burguesia ancestral dos letrados e dos membros da administração e dos corpos intermédios. Estes letrados estavam unidos pelo espírito das luzes e pelo pensamento liberal que, se depois foi um esteio do capitalismo, já o tinha precedido de muito. Em boa parte, este quadro reproduziu-se por toda a Europa com o ciclo de revoluções liberais e depois populares entre 1820 e 1848.

Nestas revoluções – e nada impede que também nas próximas, mesmo que, como disse, radicalmente diferentes – unem-se inicialmente dois movimentos: o das massas populares revoltadas mas pouco conscientes e desorganizadas, o “momento plebeu”, que constitui um momento destrutivo e que, embora condicionando-o, não marca determinantemente o rumo da revolução; e o movimento dirigente, dos que têm capacidade para construir uma nova ordem. Este movimento dirigente pode ser minoritário mas tem sucesso por saber corresponder aos anseios das grandes massas.

Não basta, portanto, que uma classe seja a principal explorada para que venha a ser a classe revolucionária. O que essa exploração preferencial origina, mas não automaticamente, é um conjunto de características essas sim determinantes para o papel revolucionário, quando (como já várias vezes repeti) a classe deixa de ser só uma “classe em si” para ser uma classe “para si”: consciência de classe, organização, capacidade de mobilização e de luta para além dos objetivos económicos-corporativos, uma ideologia tendencialmente hegemónica, um projeto de nova sociedade.

Igualmente importante é que a classe revolucionária disponha de

³ Expressão de Álvaro Garcia Linera, a fazer lembrar o “nacional-popular” gramsciano.

condições técnicas para assegurar a produção na fase de transição entre as duas sociedades. Nas condições da indústria do início do século XX, os operários revolucionários de Outubro puderam facilmente manter as fábricas em funcionamento e os comboios em marcha. E nas formas atuais da produção? É uma questão crucial a que voltarei na próxima secção.

O sucesso da revolução, no mundo capitalista ocidental, em democracia e por vitória eleitoral, depende da conquista da hegemonia ideológica e cultural. Para isto, a classe primariamente revolucionária tem de promover alianças e chamar outras classes à luta comum, com objetivos amplos, formando com elas um “bloco histórico”⁴. É mais uma noção que devemos a Gramsci.

Mesmo a classe dominante não controla sozinha o sistema político e social e não exerce isolada a hegemonia sobre a sociedade política e a sociedade civil. Ela constitui um *bloco histórico* com outras classes sobre as quais exerce domínio por coação ou por convicção, partilhando parcialmente com elas interesses e visões. Hoje, alinham com a burguesia, no seu bloco histórico, algumas das classes que defini como de intersecção. O bloco funciona como o suporte da hegemonia, o “hegemon”, mas não anula as diferenças de interesses e práticas. Articula-as em compromisso, mas continuando a comportar dirigentes e dirigidos, líderes e seguidores, representantes e representados. Todavia, todos eles participam convergentemente, mesmo no dia a dia, na reprodução das regras. O bloco histórico parece apagar as não identidades de conteúdo sócio-económico e as formas ético-políticas, com isto levando à não separação entre a base e a superestrutura.

Da mesma forma, a classe revolucionária em ascensão só tem sucesso se conseguir construir o seu bloco histórico alternativo, suportado pela partilha de uma nova ideologia hegemónica. Isto é tanto mais importante quando, como já discutido, não é realista para a Europa uma

⁴ Não sendo possível discutir isto neste espaço, note-se que a noção de bloco histórico, como noção analítica e histórica, é mais ampla e menos imediatista do que a ideia mais vulgar de “bloco social”, mais diretamente ligada à prática política. O aspeto essencial é o da ligação à hegemonia ideológica e cultural, que não existe obrigatoriamente na aliança social, de classes.

perspetiva de revolução vanguardista. O longo tempo de guerra de posição, até à vitória revolucionária no quadro democrático, é o tempo de formação de um novo realinhamento de classes e de uma alternativa de pensamento pró-hegemónico, com propostas de um nexos alternativo de instituições, relações sociais e ideias. No plano do imediato, passa pela criação de um bloco social alternativo, mera aliança de classes, mas deve ter como perspetiva mais ampla a constituição de um bloco histórico alternativo ao bloco dominante⁵. A substituição de um por outro é o cerne da revolução, a nível superestrutural e institucional, dando forma à mudança estrutural.

Finalmente, e para que a aliança de forças revolucionárias conquiste a maioria eleitoral e o poder político, deve dar um salto qualitativo e constituir-se em *movimento nacional-popular* ⁶, que comporta não só um projeto político mas também cultural e ético. É necessária a formação de amplos consensos que contemplem, para além dos interesses corporativos, posições e bandeiras comuns, aglutinando forças em torno da vontade coletiva nacional-popular. Isto não significa, claro, o menosprezo pelos determinantes materiais, mas a vontade coletiva tem um papel importante na construção da ordem social, não apenas como plasmadora da realidade, mas também como um momento decisivo que se articula com as determinações que provêm da realidade objetiva, particularmente das relações sociais de produção.

“O moderno Príncipe ⁷ deve e não pode deixar de ser o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna”.

“O moderno Príncipe [referindo-se agora ao livro de Maquiavel]

⁵ Vide nota 3.

⁶ É interessante que, não constando que Gramsci tenha tido alguma influência em Álvaro Cunhal (até apostaria que muito pelo contrário), a tese da revolução democrática nacional (“Rumo à Vitória”) tenha bastantes ressonâncias da ideia de “nacional popular”.

⁷ Metáfora (hoje datada) usada por Gramsci para se referir ao partido revolucionário, então o Partido Comunista.

deve ter uma parte dedicada ao jacobinismo (no significado integral que esta noção teve historicamente e deve ter conceitualmente), como exemplificação do modo pelo qual se formou concretamente e atuou uma vontade coletiva que, pelo menos em alguns aspectos, foi criação ex-novo, original. E é preciso também definir a vontade coletiva e a vontade política em geral no sentido moderno, a vontade como consciência operosa da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo”.

A fase atual

Há momentos de confronto, igual ou desigual; há momentos de impasse, como aqueles, que já referi, a que Gramsci chamava de inter-regno: “o velho morre e o novo [ainda] não pode nascer: neste inter-regno verificam-se os fenómenos patológicos mais variados” (§34, caderno 13). Neste sentido vivemos hoje uma tal crise (até com fenómenos patológicos bem à vista), mas convém analisar mais profundamente e não se ir atrás de frases feitas.

As revistas internacionais de esquerda publicam frequentemente artigos sobre a questão da iminência de uma crise final do neoliberalismo. Começa por a expressão não ser correta. Crise ou não, será da fase atual do capitalismo, financeiro e globalizado, não do neoliberalismo, que é antes uma manifestação ideológica dessa fase do capitalismo. Está o capitalismo atual em crise fatal? Apesar de opinião de muitos nesse sentido, não estou certo disso.

Se pensarmos em crise económica no sentido clássico, e olharmos, por exemplo, para a crise de 2008, não parece haver dúvidas de que o capitalismo ainda tem forças e capacidade de adaptação suficientes para as superar, tanto mais que ainda exerce total hegemonia ideológica. É certo que têm ganho crescente relevo aspetos dos mais negativos do capitalismo: os salários estagnaram, as desigualdades aumentaram, diminuiu a parte do trabalho no rendimento nacional, o desemprego dos jovens é alarmante, a segurança social está cada vez mais precária, debilitaram-se os serviços públicos.

Mas, ao mesmo tempo, o capitalismo, desde a crise de 1973, enve-

redou por novas vias que, embora se mantenham ainda relevantes, cada vez mais acumulam fatores de crise, esta sim estrutural e potencialmente sistêmica. Já os discuti no capítulo XI, “Um novo momento Polanyi”, mas recorro sinteticamente: a exploração da natureza e a agressão ao clima; a globalização e as migrações; o comprometimento da situação econômica e social das gerações futuras, pelo descontrole da dívida; a automação, com as suas consequências no desemprego e na volatilidade da segurança laboral; o estatismo autoritário e a ideologia neoliberal, com erosão da democracia e o enfraquecimento das condições políticas (direitos e garantias) que possibilitam a luta dos trabalhadores. Nesta fase, são estes processos aqueles em que o capitalismo vai acumulando mais contradições, cada vez mais ingovernáveis. Por conseguinte, é crucial que uma nova esquerda imprescindível considere essas brechas na muralha capitalista como os alvos estratégicos principais da sua luta. A questão central é que, no interregno, o novo ainda não nasceu e o novo é essa nova esquerda, reinventada. No entanto, ela não nascerá sem aquilo que necessariamente lhe dá suporte, alimento e razão de ser, que é um renascido movimento dos trabalhadores.

Mas, afinal, está hoje o capitalismo em fase ascendente da sua evolução ou já em fase descendente? Obviamente, não é só uma questão teórica. Não sei resolver bem esta aparente contradição entre a aparente ascendência do capitalismo, ainda hoje, manifestada na resolução das crises e na hegemonia ideológica, e a grande crise larvar, estrutural. Tenho dúvidas e julgo que, como Mészáros,⁸ é preciso distinguir dois tipos de crise, que podem coexistir: as crises conjunturais periódicas, mesmo tão graves como a de 1929 ou a de 2008, que “se podem dobrar e serem resolvidas com maior ou menor sucesso dentro do quadro estabelecido; e, mais fundamental do que estas, a crise estrutural, que afeta na totalidade esse quadro sistemático. Obviamente, a forma de lidar com uma crise estrutural não pode ser concetualizada em termos das categorias das crises conjunturais”. Os fatores de crise que discuti no capítulo sobre “o novo momento Polanyi” poderiam então con-

⁸ Mészáros, I. (2012). “Structural Crisis Needs Structural Change”. *Monthly Rev.*, março de 2012.

figurar uma crise estrutural, a minar cancerosamente a aparente fase ainda ascendente do capitalismo, com a força atual que ainda lhe devemos reconhecer.

“A distinção [entre os dois tipos de crise] não é só uma questão de severidade aparente. Uma crise periódica ou conjuntural até pode ser dramaticamente severa, como a de 1929-33, mas passível de solução dentro dos parâmetros de um dado sistema. Em sentido oposto, o carácter não explosivo de uma crise estrutural prolongada, ao contrário da ‘grande trovoadas’ (termo usado por Marx) de muitas crises conjunturais que se resolvem por si, pode levar a interpretação errada da falta de trovoadas, como se a sua ausência fosse evidência esmagadora da estabilidade indefinida do ‘capitalismo organizado’ e da ‘integração da classe trabalhadora’.”

A crise estrutural é universal, global, estendida no tempo e evolui de forma rastejante, de tal forma que se torna aparentemente menos perceptível do que as crises conjunturais explosivas. Ela afeta a totalidade das manifestações do complexo social e todas as relações entre essas partes do complexo. “Vendo-se a natureza complexa e prolongada da crise estrutural, desdobrando-a no tempo histórico e num sentido de época e não episódico/instantâneo, é a interrelação cumulativa do todo que decide a questão, mesmo sob a falsa aparência de ‘normalidade’. (...) Sem se compreender as conexões e implicações sistêmicas dos acontecimentos particulares perde-se a visão correta das mudanças realmente significativas e dos correspondentes níveis de potencial intervenção estratégica. A nossa responsabilidade social apela portanto para a consciência crítica das interrelações cumulativas emergentes, em lugar de uma atitude de procura de segurança reconfortante no mundo da normalidade ilusória até que a casa colapse sobre a nossa cabeça.

Perspetivas para o socialismo?

Se há uma crise estrutural do capitalismo, se ela afeta globalmente e profundamente o sistema, então a resposta em termos de projeto socialista ou transformador também deve ser global e profunda. Simplesmente, não dispomos hoje de uma luz teórica nem prática que ilu-

mine este caminho. Falta uma teoria do socialismo, uma teoria geral a ser concretizada em modelos diversificados e locais, consoante as características objetivas e subjetivas da sociedade em cada país.

Como já discutido em capítulos anteriores, Marx não nos deixou uma teoria sobre o comunismo ou o socialismo, apenas algumas propostas soltas no “Manifesto do Partido Comunista” e na “Crítica do Programa de Gotha”, para além de múltiplas referências em “O Capital” e nos “Grundrisse”. Marx era filósofo, visionário, mas também cientista e, portanto, não era um adivinho. O que Marx analisa, aprofundadamente, é o que a experiência objetiva já lhe mostrava, o capitalismo.

Volto a Mészáros. Tanto tempo depois de Marx, praticamente só Mészáros é que apresenta uma visão estratégica para a passagem ao socialismo, espalhada pelas suas obras principais, “Marx’s Theory of Alienation” (1970), “The Power of Ideology” (1989), o já citado “Beyond Capital” (1995), “The Challenge and Burden of Historical Time” (2008), “The Structural Crisis of Capital” (2009), e “Social Structure and Forms of Consciousness” (2010). É principalmente em “Beyond Capital” que é exposta mais aprofundadamente a sua perspetiva, num livro enorme de mais de mil páginas em letra miúda, e previno que de leitura difícil, principalmente pela complexidade das suas elaborações dialéticas. De qualquer forma, um estudo indispensável para uma cultura marxista moderna, cuja falta é uma das principais fraquezas atuais (e foi durante muitas décadas) do movimento anticapitalista mundial.

O problema não é simplesmente o de “derrubar o capitalismo”. Isto conseguiram as experiências históricas concretas de socialismo que, não obstante, falharam no objetivo de construção de uma alternativa (e estamos para ver a evolução do sistema chinês que, essencialmente, padece dos mesmos problemas). Como se viu, sem se ir às raízes o que pode ser derrubado pode voltar a ser restaurado, porque as bases fundamentais do “metabolismo social” se mantiveram. O que é indispensável é uma mudança radical, em que não só seja erradicado o capitalismo como também o capital.

O espaço deste livro não permite mais do que um apontamento

telegráfico, porventura redutor, sobre a perspectiva marxista de Mészáros. Para ele, o caminho para um socialismo do século XXI, passa por igualdade substantiva, autocrítica e organização comunal das relações de produção, o que, obrigatoriamente tudo junto, define uma sociedade socialista sustentável. Não basta ultrapassar as formas institucionais do capitalismo, incluindo a propriedade privada dos meios de produção; é necessária a substituição da própria relação de capital, mesmo que a propriedade tenha sido socializada. Como já vimos, para Mészáros, sistema de capital (essencialmente a apropriação de mais-valia) e capitalismo não são obrigatoriamente coincidentes, podendo o primeiro subsistir sem capitalismo, como no sistema soviético.

Para isto, não bastam as ainda que muito importantes batalhas travadas dentro dos domínios institucionais do capitalismo. É preciso uma luta radical contra todos os aspetos da relação de capital e a construção de uma alternativa, um novo modo orgânico de controlo social por entre os poros da atual sociedade. É preciso transcender as “mediações de segunda ordem” (Estado, alienação do trabalho, mercado, etc.) e as suas estruturas ideológicas, transcendendo assim todo o metabolismo capital-trabalho e criando uma sociedade de igualdade substantiva.

Para Mészáros, essa igualdade substantiva requer que o comando central do sistema passe do Estado para estruturas comunais, com uma nova divisão horizontal do trabalho, acompanhada pela coordenação auto-organizada do trabalho e pela determinação coletiva das necessidades. Esta ênfase na organização comunal é certamente o aspeto mais definidor da proposta de Mészáros, sem prejuízo de ela ter de ser vista na sua totalidade integrada.

É neste ponto, porém, que fico com mais dúvidas. Sem que Mészáros alguma vez o diga, é claro que a sua proposta de auto-organização comunal tem muito a ver com o modelo iugoslavo da autogestão. Confesso que o conheço muito vagamente e, por isso, não me sinto à vontade para o discutir. No entanto, vejo no modelo comunal algum saudosismo passadista e ruralista de realidades históricas ultrapassadas, sem prejuízo de a experiência mais recente, a da Comuna de Paris, ter tido todos os aspetos positivos que suscitaram tantos elogios a Marx, em “A

Guerra Civil em França” e que discuti no capítulo sobre a democracia.

Outro grande destaque é também dado à autocrítica, entendida não segundo a tradição do marxismo-leninismo, mas sim de consciência social organizada, historicamente contextualizada, a crítica que a sociedade faz de si própria. Não é só a crítica do passado nem a consciência dos mecanismos pelos quais o capital atua mediante determinações económicas que trabalham “atrás das costas dos indivíduos”. Autocrítica significa “ativação da consciência das interações sociais — e da interação com a natureza – até ao nível mais alto e complexo dos processos de decisão (...) É a avaliação permanente das determinações vistas como temporais e, correspondentemente, da validade limitada, a cada momento, do que já foi conseguido, no quadro mutável da mudança global”. Sem essa “autocrítica” não é possível o planeamento democrático, de baixo para cima, envolvendo a alocação da força de trabalho e a sua remuneração, bem como a determinação das necessidades coletivas.

Como escreveu Marx, as revoluções proletárias “criticam-se constantemente, interrompem-se continuamente no seu curso, voltam ao aparentemente realizado para recomeçar, ridicularizam com meticulosidade impiedosa as inadequações, fraquezas e mesquinhez de suas primeiras tentativas...”. A ativação do princípio da autocrítica, tanto quanto a organização coletiva da produção, é uma das principais marcas distintivas do socialismo genuíno – a ordem comunitária de produção – como sistema orgânico. Isto no espírito da autodeterminação consciente, que fornece aos produtores livremente associados a perspectiva necessária para a sua realização como “indivíduos sociais ricos”, nas palavras de Marx.

Dito tudo isto sobre a visão de Mészáros, não consigo ler nela a resposta a questões importantes que se podem pôr e para as quais também não tenho resposta. Sendo necessárias novas relações de produção com fixação de preços e de salários (sem apropriação de mais-valia) consideravelmente independente do mercado, como é que o indispensável planeamento pode basear-se apenas nas comunas, de baixo para cima, ignorando o componente técnico e a dimensão global da econo-

mia? Mesmo com articulação dos dois sentidos, ascendente e descendente, que lugar é deixado, no planeamento, à consideração específica da política tecnológica e energética? É possível uma organização comunal congruente nas grandes áreas metropolitanas? Como se faz em sistema comunal a otimização dos recursos de serviços tão complexos como, por exemplo, o serviço nacional de saúde? Como se gerem em sistema comunal as empresas de significado estratégico nacional? Como se articulam as produções comunais, numa época de cada vez maior complexidade das cadeias globais de valor? Como se conectam as duas redes, a comunal e a da informação e comunicações? E muito mais.

Precisamos de uma nova teoria do socialismo, mas provavelmente ainda não é esta a mais fecunda, apesar do alto nível e riqueza dialética da formulação teórica de Mészáros. Entretanto, fico-me apenas por aquilo que, desde já, deve ser postulado, a meu ver, como bases necessárias dessa teoria necessária: a indissociabilidade de socialismo e democracia, esta levada a um nível muito superior aos que conhecemos; a desalienação do trabalho em relação às outras esferas da vida humana; a distribuição não baseada no salário e sem extração de mais-trabalho ou mais-valia; a autogestão, como princípio; o planeamento organizado em dois sentidos, das bases para o topo e do topo para as bases; o envolvimento coletivo de todos os trabalhadores; a harmonização das relações entre o homem e a natureza; a inclusividade social total; a valorização da vida comunitária.

O agente moderno

Para a perspetiva marxista que norteia este livro, há um aspeto central que não deixou de ser ainda válido e desde Marx, na sua essência, embora, como tudo o que respeita a uma análise marxista viva e atualizada, tenha de ser aferida pela realidade atual: a grande mudança emancipadora, a passagem para o socialismo, é inseparável do conflito de classes e tem nele o seu mecanismo fundamental.

Isto anda escamoteado por muitos que se proclamam marxistas (ou neomarxistas) e que, a pretexto de já não se poder pôr a questão em termos clássicos de classe operária – com o que concordo – negam a

validade da perspectiva de classe no caminho para o socialismo e privilegiar, na luta política, a chamada “classe média”. Mesmo a referência à “classe média” nem é uma constante nesses meios, porque há muitos que nem falam de classes. De facto, impôs-se um discurso político e mediático em que o conceito de classe praticamente desapareceu. Pior, desapareceu em boa parte no discurso de parte da esquerda mesmo radical, em troca de uma perspectiva eleitoralista de segmentos sociais interclassistas, de bases sociais de apoio difusamente caracterizadas. De facto, essa posição de centragem política na “classe média” é, como veremos adiante, um reflexo da sua posição geral reformista, porque se liga fundamentalmente à sociologia eleitoral e à ação política a curto prazo.

Da mesma forma, o populismo pós-marxista (melhor dito, antimarxista) nega o papel das classes no processo revolucionário, substituindo-o pela ação espontânea e romântica das multidões, à Negri, ou “dos de baixo”, à Laclau e Mouffe. O insucesso prático de todos os movimentos inspirados no populismo – ou a deriva social-democrata do Podemos espanhol, por exemplo - falam por si.

Como disse, esta crítica não significa, porém, que perfilhe a visão tradicional, esclerosada, de uma classe operária atual herdeira do proletariado operário do século XIX e primeira metade do século XX, depositário de toda a vocação revolucionário. Mesmo para o clarividente Gramsci, o seu tempo ainda era o da aliança operária e camponesa, como depois perdurou quase até hoje nos programas dos partidos marxistas-leninistas. O que é hoje o proletariado, a classe operária ou a classe trabalhadora? Estarão outras classes – as que no capítulo XII defini como de intersecção - em melhores condições *potenciais* para serem os agentes revolucionários, mesmo que essa revolução não esteja à vista?

Não é simples questão teórica. A eficácia da ação política, estratégica ou tática, de um partido revolucionário de classe exige a percepção exata de qual a classe hoje potencialmente revolucionária (*potencialmente*, porque *efetivamente* não se vê nenhuma), do quadro de alianças que deve construir e, representando realmente essa classe, saber carac-

terizá-la hoje para a poder educar, criar-lhe consciência de classe, mobilizá-la e desenvolver lutas que vão para lá dos meros interesses económico-corporativos.

Faz parte do jargão comunista dizer-se que uma revolução exige condições objetivas e subjectivas, económicas e culturais-superestruturais. Destas últimas tratarei adiante, ficando agora uma pergunta de resposta aparentemente simples: quais são as condições económicas? Resposta aparentemente simples, mas não de facto.

A cartilha diz que essas condições ocorrem, em termos gerais, quando as relações de produção já não correspondem ao grau de desenvolvimento das forças produtivas e esse desajustamento implica a emergência de um novo modo de produção. Mas o que é esta emergência? Criação de novo, em substituição do anterior modo de produção derrubado pela revolução ou domínio novo de um modo de produção já larvar, existente já dentro do modo anteriormente dominante?

A implicação desta pergunta é evidente. Se um novo modo de produção tem de já estar a germinar dentro do sistema em vigor, não basta definir a classe revolucionária, em termos de situação de explorada e de consciência dessa exploração, deixando a definição do novo modo de produção para uma discussão em que tem maior peso o projeto ideológico do que os mecanismos económicos objetivos.

A história das revoluções é curta e contraditória para nos permitir conclusões. No fim do escravagismo, vingou progressivamente o modo feudal, que já tinha raízes nas sociedades bárbaras que destruíram o Império. Mas mais manifesto é o caso do fim dessa ordem feudal, aristocrática, porque houve um desfasamento entre a plebe oprimida, a que se levantou revolucionariamente na América e na França, com o apoio dos burgueses, e, por outro lado, o papel histórico dessa burguesia como dominante nas relações mercantis capitalistas já muito anteriores às revoluções.

Quando discuti as mudanças nas relações laborais derivadas das novas tecnologias, pretendi demonstrar que elas não configuram um novo modo de produção. Qual será o modo de produção que, *no plano estritamente técnico e económico*, se mostrará mais eficaz do que o capi-

talismo e portanto mais em correspondência com a desenvolvimento das forças produtivas? Afinal, este é um ponto central da teoria marxista da História.

A alternativa é dialética. É inter-relacionar as duas ordens de fatores de forma a que se potencializem mutuamente. Escolhe-se o novo modo de produção, socialista, porque ele é o que corresponde aos interesses da classe revolucionária e, também, porque realiza ideais de processo civilizacional e de emancipação que vão no sentido do desenvolvimento humano. Mas então, é necessário que o socialismo desempenhe o papel *objetivamente* revolucionário, de superação eficaz das contradições técnicas que limitavam o desenvolvimento da produção pelas relações capitalistas.

Isto pode significar que, em cada etapa de desenvolvimento sócio-económico, a determinação do agente revolucionário não seja obrigatoriamente determinada pela posição e grau no sistema do poder e da exploração. Há um imponderável, a que é impossível responder hoje, que é saber-se qual a classe que, na fase revolucionário culminante, é capaz de passar de um “momento destituente” – destruição da ordem vigente – para um “momento constituinte” — isto é, a classe capaz de empreender com capacidade não só política mas também técnica a construção da nova sociedade.

Para a visão mais ortodoxa, o futuro revolucionário continua, miticamente, nas mãos da classe operária. Com a enorme mudança de que temos tratado ao longo deste livro, ter-se como posição de certeza inalável que a chave da mudança para o socialismo está nas mãos da classe operária é uma manifestação de “marxismo bíblico”, de texto sagrado; é ter-se parado no tempo, vivendo-se ainda em 1917.

Mau grado alguns setores operários localizados ainda serem capazes de protesto significativo e de organização de greves, a classe operária tradicional deixou de ser uma “classe para si” e mesmo, em boa parte, uma “classe em si”, diluída numa muito mais vasta *classe trabalhadora*. O fim do taylorismo e depois a digitalização e a automação acabaram com a fábrica tradicional como o lugar privilegiado de construção da cultura operária e da sua consciencialização de classe. Já antes,

o recuo capitalista do pós-guerra com o apogeu da social-democracia gerou uma considerável melhoria das condições de vida que atenuaram o espírito de luta e, com o consumismo, a maior osmose social e novos padrões aspiracionais, fizeram aparecer uma aristocracia operária emburguesada. A televisão faz entrar pelas casas dos mais desfavorecidos um mundo de conforto que é apresentado como indissociável do capitalismo, do sistema que passa a ser visto como um preço distantemente negativo mas suportável para se alcançar uma nova ideia de sociedade em que se deseja viver. Quem vive hoje nos bairros pobres, sem perspectivas, dessocializados, são as camadas marginais e mais desfavorecidas dos trabalhadores, nomeadamente os imigrantes, já não os operários tradicionais ou a parte deles que se aristocratizou.

A globalização e a política económico-social de matriz neoliberal causam milhões de vítimas depauperadas mas não tanto na classe operária tradicional, como já vimos. Parte desta até é atraída não pela perspectiva socialista mas sim pela demagogia da ultradireita. A reação dos enraivecidos que saem à rua em grandes protestos é de camadas especialmente vulneráveis – pequena burguesia decadente, jovens em situação precária; não são operários os que se veem no 15 de Maio em Madrid ou nas ruas de Paris palco da ação dos coletes amarelos.

Da mesma forma, penso que a classe operária já nem constitui uma “classe em si” independente. Ela é hoje apenas um grupo com alguma diferenciação dentro da mais vasta classe trabalhadora, tal como a caracterizei no capítulo XII: “operários da indústria, transportes, construção e conservação/reparação; assalariados do setor primário (agricultura e pescas); assalariados da administração das indústrias e assalariados do comércio, serviços e função pública, com trabalho de natureza essencialmente não criativa e de rotina; trabalhadores indiferenciados.”

Esta noção alargada e moderna de classe trabalhadora - afinal, os proletários atuais – resolve a contradição aparente entre a redução numérica da classe operária e a tese de Marx sobre a tendência para a proletarização no capitalismo. Começo por notar que esta tese tem sido lida erradamente, identificando proletariado com classe operária. A proletarização, segundo Marx, atingiria principalmente a pequena bur-

guesia e o que hoje chamaríamos trabalhadores independentes mas não no sentido de esses novos proletários, despojados dos seus meios de trabalho, se tornarem operários; passariam antes a profissionais assalariados de diversos tipos. Hoje, se considerarmos o sentido alargado de “classe trabalhadora” e se lhe associarmos as classes de intersecção, a tese de Marx tem plena validade, não obstante também haver uma fração considerável da pequena burguesia convertida em trabalhadores independentes.

Mas é legítimo considerar a moderna classe trabalhadora como classe revolucionária? Potencialmente, é provável que sim, porque tem uma condição essencial para isso: é a classe que nada tem a perder e só tem a ganhar com o fim do capitalismo. No entanto, isto não basta, como nos mostra a História em relação a revoluções passadas. A atual classe trabalhadora, heterogénea, pulverizada, desconcentrada, ainda está numa fase primitiva em termos de consciência de classe; as suas formas organizativas não são convergentes e muitas das suas camadas, em condições de grande vulnerabilidade, são dificilmente mobilizáveis; e outras camadas, mais altas, são muito permeáveis à ideologia dominante e à manipulação.

Mas principalmente, entre muitos mais fatores, não há um partido que a represente como classe única, embora diferenciada. São muito diferentes um partido definir-se como partido de classe única, mas operária, embora promovendo a aliança com outros trabalhadores e um partido novo que seja marcadamente um partido de classe mas de toda a nova classe trabalhadora, integrando-a orgânica e ideologicamente.

O bloco social revolucionário de hoje já deixou há muito para trás a clássica aliança entre operários e camponeses. Já nem é, como alguns partidos querem como “atualização”, a aliança entre a classe operária e outras camadas (classes?) de trabalhadores. Do que se trata hoje é de constituir um novo bloco sob a orientação da nova classe trabalhadora e chamando a si, em aliança, parte da pequena burguesia (nomeadamente os microempresários) e aquelas das classes intermédias que mai-

or área de intersecção têm com a classe trabalhadora ⁹, a começar pelos técnicos de base e, em certas circunstâncias ocasionais, os técnicos e intelectuais. De qualquer forma, nada é possível se este bloco não conseguir conquistar a hegemonia cultural e ideológica.

A via eleitoral

Ficou ainda por focar outro problema essencial, que até pode parecer que configura uma contradição. Na sociedade capitalista desenvolvida, como na Europa, não se vislumbra a hipótese de tomada de poder por insurreição armada ou violenta, apenas por via eleitoral, conjugada com movimentações sociais. Como se compatibiliza uma perspectiva revolucionária, de nova classe trabalhadora, com a conquista do poder por via democrática eleitoral? Como é que a classe revolucionária pode conquistar uma maioria? Se a luta emancipatória é eleitoral, devemos atingir o maior número possível de pessoas; mas, se a nova classe trabalhadora representa uma maioria da população, isto está todavia longe de lhe propiciar uma maioria eleitoral, dada a debilidade da consciência de classe.

O caminho oportunista, para muitos, é a transversalidade, o seduzir eleitoralmente uma maioria vista apenas do ponto de vista eleitoral e sem consistência social mesmo que, para isso, haja que se abdicar da coerência ideológica e de posições programáticas firmes. E é praticamente certo que, com esse oportunismo, se caia num vício: se por razões eleitoralistas só se diz às pessoas o que elas querem ouvir, quando se argumenta que isso é só tática para ganhar as eleições e depois se fará a verdadeira política, então já use sabe que, conquistado o poder e confrontando-se com a dificuldades práticas – e já pensando nas próximas eleições – aquilo que agora não se diz também depois não se fará. Não se ganhou a base social que o permita e, provavelmente, um governo oportunista nem sequer estará muito interessado em pôr em prática uma agenda revolucionária.

O erro associado a isso, que já vem do eurocomunismo e que perdura em neocomunistas atuais, é o de reduzir o social ao estritamente

⁹ Ver a figura do capítulo XII.

político, o de reduzir a conquista do poder à mera constituição de um governo maioritário de “esquerda” (na prática, obrigatoriamente tendo de envolver a social-democracia), o que pode redundar em oportunismo e em traição à perspectiva de mudança real. A verdadeira convergência tem de ser feita na base e é por esta via, não pelos acordos de topo, que se consegue a maioria eleitoral sólida.

O eleitoralismo exclusivo conduz ao reformismo. impera a tentação eleitoralista da conquista do “centro”, com base na ideia de que é para já e como objetivo único a obtenção de uma maioria absoluta e que esta só se consegue cativando o eleitorado do “pântano” — daí o privilégio dado às chamadas “classes médias” como agentes históricos. Como disse uma eurodeputada portuguesa do Bloco de Esquerda, “a nova reestruturação política, que está a radicalizar as posições ideológicas na Europa mostra que o grande centro está a esvaziar-se. É nossa obrigação ocupar os espaços vazios”. Não há outros vazios políticos que a esquerda deve ocupar, sem ser o “grande centro”?

XXIII

Para uma reinvenção da esquerda

Este último capítulo é, de facto, um epílogo recapitulador. Ele sintetiza o que foi a intenção essencial quando empreendi esta escrita. O título relembra também o que de mais importante na prática aqui se escreveu.

É correto dizer que o capitalismo é um sistema falido, mas isto não significa que o seu colapso esteja iminente. Neste começo de século, depois de um século XX de apogeu, o capitalismo é historicamente desnecessário e destrutivo, mas estamos a assistir ao que Gramsci designou como interregno: o velho está a morrer [JVC: em morte muito lenta] mas o novo ainda não nasceu. Hoje, mais do que nunca, defrontamos com a escolha inevitável entre “a reconstituição revolucionária da sociedade em geral e a ruína comum das classes em conflito.” (“Manifesto do Partido Comunista”). É em tempos destes, também com muita perplexidade, que se impõe um enorme esforço de unificação de reflexão teórica e de ação prática, numa síntese de filosofia da práxis.

Vivemos numa fase de avanço e forte hegemonia do capitalismo, acantonando a capacidade de luta das classes trabalhadoras e tornando nublada e longínqua a perspetiva de uma rotura social transformadora. Os partidos de esquerda tendem cada vez mais a concentrar os seus esforços na luta eleitoral e na ação política institucional, no parlamento e nas autarquias, esvaziando o espaço da mobilização popular, dos movimentos de massas e da construção da hegemonia nos variados campos da cultura, da informação e da ideologia. Propostas que eram tipicamente sociais-democratas no século passado são hoje o que de mais avançado pode conceber a esquerda radical, nas presentes condições.

A velha esquerda está a morrer e a nova ainda não nasceu. É preciso reinventar a esquerda como esse novo que ainda não nasceu.

É vulgar falar-se de “renovação” da esquerda, termo que foi mesmo usado na designação de um novo partido italiano, bem como de uma associação política portuguesa. Não me chega, é curto. A velha esquerda, a que está a morrer, não tem já condições mínimas para uma reno-

vação. Está apodrecida e cúmplice ou está irremediavelmente presa a constrangimentos passados, ideológicos e funcionais, que a esterilizam. Ou ainda, quando se apresenta como novidade, assenta afinal em bases frágeis essencialmente retóricas que cedo desabam perante as realidades e as tentações da política convencional. Não se trata, portanto, de renovar a esquerda, mas sim de a fazer renascer, refundar, reinventar. Prefiro este último termo por entender que é um processo que exige, a par da prática política e social, um enorme esforço mental, reflexivo e criativo, enfim, de *reinvenção*.

Uma nova esquerda

De que esquerda, política e social, estamos a falar? Se, por razões históricas e pela evolução do que se entendeu até agora por esquerda, o termo se presta às maiores confusões, isto não deve ser possível quando falamos de uma esquerda reinventada. Mantenho o meu princípio, afirmado ao longo deste livro e agora muito mais naturalmente em relação a uma nova esquerda: *ligo esquerda, sem ambiguidades, a uma atitude consequentemente anticapitalista, a uma perspectiva revolucionária (em sentido largo do termo) e a um objetivo emancipador, de transformação radical*.

Uma perspectiva revolucionária não significa uma ilusão voluntarista nem o menosprezo por “pequenas” lutas do dia a dia. Ela tem é de se manifestar numa posição coerente de desafio ao capitalismo, num programa político de lutas encadeadas que acentuem as contradições do sistema e, por aí, façam renascer uma esquerda como força antissistémica que oferece uma nova perspectiva política aos movimentos sociais e de massas. É uma esquerda que vai para além da mera resistência e do “capitalismo melhor” e que, mau grado a debilidade de momento das condições objectivas e subjetivas, visa à distância o poder e a hegemonia.

Temos de reinventar uma nova esquerda. Desde logo, no seu DNA, uma esquerda capaz de analisar a profunda mudança desde os tempos áureos da sua esquerda predecessora. Com isto, de descortinar os grandes fatores de crise, que já não são apenas os fatores classicamente

enunciados como causadores das crises económicas, de sobreprodução e, mais recentemente, de especulação financeira. São as grandes mudanças qualitativas que configuram o que chamei um novo momento Polanyi (capítulo XI).

A esquerda reinventada tem de aliar uma compreensão correta de um mundo novo com a ação conseqüente e determinada para o transformar. Marx escreveu na sua célebre XI tese sobre Feuerbach: “Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de diferentes maneiras; o importante, porém, é transformá-lo.” No século XX, afadigámo-nos em transformar o mundo. Talvez seja agora tempo de voltar atrás e compreendê-lo melhor. Pura dialética: negação da negação; voltar atrás, mas a novo nível, superior.

Mas só a ação, com ou sem erros, dá material à reflexão. É mesmo em tempo de refluxo que esta é mais necessária. O drama principal, o que provavelmente sente Žižek ao proclamar provocatoriamente num seu vídeo “não atue, pense”, é que a assimilação da reflexão pelo ativismo é quase nula. Com honrosas exceções, os apoiantes do comunismo só leram Marx com o filtro do marxismo-leninismo oficial. Para já nem falar de outras correntes de esquerda radical, que nem se preocupam já com referenciais filosóficos ou ideológicos, atuando muitas vezes com base num catálogo de propostas desgarradas mas eleitoralmente apelativas, numa política de “pilha-apanha”.

O que é, então, esta nova esquerda necessária? É o que não pode ser, isto é, tudo o que critiquei nas correntes falhadas da esquerda histórica. É o que deve ser, o que propus ao longo da parte propositiva deste livro e que recompilo agora, a concluir, forçosamente de forma muito esquemática.

É uma nova esquerda que considera que a luta dos trabalhadores já não se pode limitar ao terreno económico-corporativo, porque a sociedade atual apresenta hoje problemas qualitativos da maior importância, com emergência de um novo tipo de aspirações, de carências mais qualitativas: maior flexibilidade e variabilidade na vida individual, com maior capacidade de movimentação entre o trabalho, o estudo e o lazer; desejo de efectivo controlo e participação nas tomadas de decisão,

desde o campo profissional ao comunitário, ao da política de Estado; maior “sentido da vida”, com reintegração harmónica das suas parcelas atomizadas (o estudo, o trabalho, a família, o lazer, a actividade cívica e política).

É uma nova esquerda que perfilha uma ideia moderna de desenvolvimento, sustentado, integrado nas suas dimensões sócio-económica e cultural, visando um bem-estar individual e social avaliado tanto em termos de riqueza material como de qualidade de vida. É um desenvolvimento que aproxima a cidade e o campo, que valoriza os recursos endógenos e as capacidades e espírito comunitários.

É uma nova esquerda que compreende e corresponde à insatisfação e revolta de largas camadas sociais vítimas da globalização, da desindustrialização, da degradação dos meios urbanos tradicionais, queixas que a ultradireita tem conseguido capitalizar.

É uma nova esquerda liberta das modas intelectuais pós-modernistas que a têm vindo a invadir e que, essencialmente, contribuem para a menorização da necessidade de uma permanente análise de classe.

É uma nova esquerda, pela mesma razão de importância, capaz de rever a mudança na estrutura de classes e de definir o que é hoje o proletariado, uma vasta e complexa classe trabalhadora que, diluindo-se, perdeu a consciência de classe que é necessário reconstruir.

É uma nova esquerda que defende firmemente a democracia como indissociável do socialismo, mas não a democracia limitada que o sistema liberal tem oferecido. Antes uma democracia efetiva em todas as suas vertentes e assente na mais ampla participação ativa dos cidadãos.

É uma nova esquerda que valoriza as lutas dos movimentos sociais e identitários mas não as isola do conflito essencial, capital-trabalho. Que deve procurar conciliar as características de partido e de movimento num novo tipo de partido alternativo, o partido dos trabalhadores de hoje.

É uma nova esquerda que não confunde o necessário internacionalismo com o cosmopolitismo – de que é bom exemplo a eurofilia dos sonhadores com o “povo europeu” único – que critica a dimensão nacional e acaba, objetivamente, por aceitar todas as livres circulações des-

reguladas. Ao mesmo tempo que é internacionalista, considera que o patriotismo é um valor cívico fundamental e um esteio da democracia, dando coesão ao povo soberano, mas opõe-se à degenerescência ideológica do nacionalismo supremacista e “patrioteiro”, não patriótico.

É uma nova esquerda que lutar por um projeto europeu radicalmente diferente do atual. Não se trata da tarefa inglória de reformar esta União Europeia, mas sim da reinvenção de raiz de um projeto não federalizante mas sim confederal, no respeito integral pela soberania dos países membros, que tenha como eixos centrais a cooperação económica no sentido da potencialização das livres escolhas de cada povo, a valorização da cultura comum europeia, a solidariedade entre os trabalhadores europeus e a defesa dos seus direitos, um modelo de sociedade inclusiva, igualitária e ecologicamente sustentada. Em suma, um projeto europeu que faça a síntese entre democracia, soberania e socialismo.

É uma nova esquerda que dá alta prioridade ao combate ideológico. A ideologia pode ter tal força que ultrapassa a determinação social de base económica e entra no domínio do indiscutido, do senso comum, mesmo de pessoas, grupos ou classes cujos interesses são opostos ao que é defendido por essa ideologia. Diz-se então que ela ganhou hegemonia. É isto que hoje se passa com a ideologia neoliberal. A sua essência já faz parte da ideologia de largas camadas de assalariados, das classes subalternas e em boa parte já foi integrado no senso comum. E enquanto uma classe dominante dispõe de hegemonia ideológica ela não é derrubada, mesmo que se cumpram as condições objetivas, económicas, para uma crise sistémica.

Finalmente, “last but not the least”, uma nova esquerda tem obrigatoriamente de ter como base essencial um novo partido dos trabalhadores, um partido alternativo. É necessário guardar os ideais e os grandes objetivos políticos mas mudar radicalmente a conceção de partido, a organização, a estratégia e as táticas, as práticas e a linguagem. É necessário inovar a forma partido e adaptá-la às circunstâncias presentes – e ir sempre renovando essa adaptação, à medida em que se processa a mudança social, agora em aceleração. Os velhos vivem num mundo e o

novo vive noutro. O partido alternativo é um partido de novo tipo, não comparável, um “metapartido” que faz a ponte entre a sociedade política e a sociedade civil. A sua caracterização ficou feita no capítulo XVIII.

Uma estratégia para os novos tempos

Uma estratégia consequente e uma ação política eficaz exigem a compreensão do inimigo, da sua natureza e das suas características essenciais em cada momento. Nesta fase, o capitalismo caracteriza-se essencialmente pela financeirização, pela globalização e, no domínio ideológico, pelo pensamento dominante neoliberal. Acrescentam-se ao capitalismo novas contradições: a parasitação da economia real, pelo capitalismo financeiro, a exploração dos recursos e a mudança de modos de vida tradicionais dos países periféricos, a mercantilização de toda a vida humana.

O eixo central da estratégia de uma esquerda reinventada tem de ser o ataque àquilo que são hoje as maiores fragilidades do capitalismo, por exemplo, o agravamento das assimetrias; a exploração da natureza e a agressão ao clima; a globalização e as migrações; o comprometimento da situação económica e social das gerações futuras pelo descontrolo da dívida; a automação, com as suas consequências no desemprego e na volatilidade da segurança laboral; o estatismo autoritário e a ideologia neoliberal, com erosão da democracia e o enfraquecimento das condições políticas (direitos e garantias) que possibilitam a luta dos trabalhadores. Nesta fase, são estes processos aqueles em que o capitalismo vai acumulando mais contradições, cada vez mais ingovernáveis.

Vistas estas contradições e debilidades, há que passá-las para a estratégia de combate, determinando as linhas de ataque. Cabe à nova esquerda identificar os alvos prioritários no imediato, formulá-los com um discurso atraente e conduzir lutas que correspondam à relação de forças.

Esta é a principal condicionante de hoje, a relação de forças. Se por um lado o sistema abre brechas, por outro lado estão grandemente diminuídas as capacidades ofensivas do movimento dos trabalhadores e da esquerda política e social. A luta frontal, clássica, é nesta fase uma

luta inglória, não havendo forças para atingir significativamente o coração do sistema e o seu centro imperialista. Este até pode ser posto em causa no plano geoestratégico, o que é claramente importante mas não determinante por o conflito estar deslocado do terreno da revolução social e com atores que até podem em nada se distinguir em termos de sistema e objetivos sócio-económicos.

Não havendo condições para uma guerra ofensiva, de movimento, a luta desta fase é uma articulação entre uma guerra de posição e de defesa com ações orientadas, muito canalizadas, quase de guerrilha, contra alvos que são postos a nu pelas principais contradições do sistema, que têm efeitos mais fortemente sentidos pelas pessoas. Com sabedoria estratégica e tática, é necessário conjugar, a defesa numa guerra de trincheiras e ações ofensivas de guerrilha.

A ofensiva cabe a setores mais determinados e avançados da luta política, focados num projeto transformador eficaz, de objetivo socialista; mas a defesa exige a unidade ou pelo menos a convergência com setores político-sociais mais alargados. Sem esbater objetivos finais diferentes, deve-se ter em conta que, na presente situação, são postas em causa conquistas que qualquer pessoa de bem e moralmente bem formada consideraria já uma aquisição civilizacional. De forma mais flagrante, é necessário um programa e uma plataforma unitária para a reconstrução do Estado social de bem-estar. O projeto de esquerda, com o objetivo do socialismo, deve transcender-se a si próprio, envolvendo-se num projeto mais alargado de promoção da cidadania, de combate pelos interesses gerais da sociedade, em suma, um projeto de luta nacional-popular.

É imperioso ter-se sempre presente que, na defesa, se correm maiores riscos de falta de perspetiva do longo prazo, em suma, de oportunismo. É fase em que é necessário afirmar os grandes objetivos ideológicos e estratégicos, iluminando as necessárias cedências táticas. É um jogo difícil de firmeza e flexibilidade.

Por outro lado, repito, a defesa não é incompatível com a articulação com momentos ofensivos. Ela não deve servir de pretexto para se ficar sempre por objetivos recuados. Pode-se e deve-se ir mais além,

desde que sem voluntarismo, na luta pelo aprofundamento da democracia, contra as desigualdades e pela redistribuição, pela socialização do poder económico, pelo pleno emprego, pela integração efetiva das minorias excluídas. Para além de uma lista de reivindicações imediatistas, é necessário apresentar um verdadeiro programa alternativo, que identifique os nós de conexão da situação atual e a estratégia própria do adversário, designadamente no que se refere à sua ofensiva neoliberal.

Concluindo

Defendi neste livro uma *utopia prática*, com base numa filosofia da práxis, numa filosofia da ação. A filosofia da práxis alia a reflexão e a ação, mas elas têm lógicas diferentes. A reflexão deve ser fria, objetiva, racional, não influenciada por enviesamentos subjetivos. Deve apreciar com cautela a situação real e a relação de forças. Só assim pode contribuir para iluminar a ação. Esta, a ação, é quente, apaixonada, esperançosa, motivada ideologicamente. Ambas, juntas, são utopia prática, fantasia concreta. Como escreveu Gramsci, em 1920, no jornal *Ordine Nuovo*, repescando uma frase de Romain Rolland, “a concepção socialista do processo revolucionário caracteriza-se por duas notas fundamentais (...) — o ‘Pessimismo da Razão’ e o ‘Otimismo da Vontade’ ”.

A filosofia da práxis tem sempre presente que a ética e a política não são opostas. Pelo contrário, uma é a “ciência” da moral, que se estende até à política se esta for, como deve ser, a ética do coletivo. Como segundo grande inspirador de tudo o que aqui deixo neste livro, a seguir a Marx, volto a referir Gramsci, que dizia que era preciso lutar pela realização de uma ideia que não se limita a uma construção especulativa; que é, pelo contrário, um “princípio ético-jurídico”, o princípio da sociedade emancipada. Esse projeto é também um projeto de filosofia moral.

Finalmente, é preciso lembrar que a paciência é uma virtude revolucionária. O projeto transformador vai ser lento, vai ter muitas fases de refluxo e perplexidade, como agora. Temos de aguardar que se reunam as condições objetivas e subjetivas que não estão só nas nossas mãos.

Não receemos que nos acusem de irrealistas, de falar em tom de cassette, desde que essa cassette seja a de um discurso com conteúdo adequado; e também com linguagem adequada. O que por aí anda, sem exceções à esquerda, não tem nem uma coisa nem outra.

Entretanto, manter a firmeza ideológica, as lutas sociais possíveis, avançar mesmo para além do que parece possível (sem nos destruirmos ou desgastarmo-nos), dar combate à hegemonia do inimigo. *Sempre à esquerda do que é possível!*¹

1 Subtítulo do livro “Conversaciones entre Julio Anguita y Juan Carlos Monedero”, Icaria, Barcelona, 2013.